

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



Costumes e Foros de Riba-Côa – Normativa e Sociedade

Maria Alice da Silveira Tavares

DOCTORAMENTO EM HISTÓRIA
ESPECIALIDADE EM HISTÓRIA MEDIEVAL

2013

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



Costumes e Foros de Riba-Côa – Normativa e Sociedade

Maria Alice da Silveira Tavares

Tese orientada pela Prof. Doutora Maria Manuela Tavares dos Santos
Silva, Prof. Doutor Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes e Professora
Doutora Ana Maria Martins

2013

Resumo

Nesta dissertação apresentamos as experiências quotidianas e os *modi vivendi* da população urbana medieval das vilas de Riba-Côa (Alfaiates, Cáceres, Castelo Bom, Castelo Melhor, Castelo Rodrigo, Coria e Usagre), tendo como ponto de partida, os seus costumes e foros. Pretende – se assim, focar as componentes sociais, económica, administrativa e jurídicas das vilas ribacoanas tal como nos sugeriu o estudo do *corpus* costumeiro herdado das mesmas.

A segunda parte dedicada à sociedade urbana tem como objetivo dar a conhecer as vivências diárias dos diferentes grupos, tais como os guerreiros (cavaleiros, peões, atalairos, adais e besteiros), os dependentes, as mulheres; as minorias, judeus e muçulmanos e, por fim os pobres.

Em terceiro lugar, pretende – se ponderar a gestão da economia local, sobretudo, e nível dos sectores agro – pecuário, “industrial” e comercial.

A quarta parte dedicada à administração urbana tem como objectivo analisar a organização das assembleias municipais e enumerar os diversos cargos detetáveis nos ordenamentos costumeiros, dando a conhecer as suas funções e privilégios.

Com o estudo da justiça aproximamos –nos do conhecimento da criminalidade e das diversas formas de atuação judicial.

Palavras-chave: Costumes e foros, Administração, Justiça, Economia, Sociedade

Resumen

En este estudio presentamos las experiencias cotidianas y el modo de vida de las poblaciones urbanas medievales de la región de Riba-Côa (Alfaiates, Cáceres, Castelo Bom, Castelo Melhor, Castelo Rodrigo, Coria e Usagre), teniendo como punto de partida sus Fueros Extensos. Se pretende enfocar diversos planos de la realidad social, administrativa, jurídica y económica de las citadas ciudades.

La segunda parte es dedicada a la sociedad urbana, con el objetivo de dar a conocer las vivencias del día a día de los diferentes grupos sociales, como los guerreros (caballeros, peones, «atalaeros», adalides y ballesteros), los dependientes, las mujeres, las minorías (judíos e musulmanes) y, por fin, los pobres.

En tercer lugar, ponderamos la gestión de la economía local de los sectores agros – pecuarios, manufactureros y comerciales.

A continuación, dedicamos la atención a la administración urbana con el fin de analizar el funcionamiento del concejo y de enumerar las magistraturas municipales, sus funciones y privilegios.

Con el estudio de la justicia planteamos el conocimiento de la criminalidad y de los variados trámites de actuación judicial.

Palabras clave: Fueros Extensos, Administración, Justicia, Economía, Sociedad

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho contou com a participação e o apoio de várias pessoas. Começarei por agradecer aos meus orientadores, Prof. Doutora Manuela dos Santos Silva, Prof. Doutor Hermenegildo Fernandes e Professora Doutora Ana Maria Martins, as suas diretrizes, conselhos, a disponibilidade, dedicação, e cooperação que sempre me demonstraram.

Aos Profs. Doutores Mário Viana, António Castro Henriques, Lurdes Rosa e Gonçalo Rocha Gonçalves que me apoiaram e incentivaram ao longo desta etapa.

À colaboração da Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste» ao disponibilizar-me a consulta do seu fundo bibliográfico, bem como os seus colaboradores e investigadores. Ao Centro de História da Universidade de Lisboa e ao Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

Ao projeto de investigação “A Iluminura hebraica durante o século XV, financiado pela Fundação para Ciência e a Tecnologia com a referência PTDC/EAT-HAT/119488/2010, assim como a toda a sua equipe.

À Facultad de Derecho de la Universidad de Extremadura – Campus Cáceres e à Biblioteca Central de la Universidad de Extremadura (Cáceres) agradeço o apoio e ajuda que me foi prestada durante as minhas visitas à procura de bibliografia para realização desta tese, sobretudo aos funcionários, Emilio Polo, Yazmina Galeano e Josefina Serván Corcho.

Aos meus pais, a ajuda, o apoio e o carinho que me deram ao longo deste percurso. Um muito obrigado!

Finalmente, a todos os meus amigos pelo entusiasmo e amizade que sempre me transmitiram.

Um bem-haja a todos.

ÍNDICE

	Páginas
Lista das Abreviaturas	7
Introdução	10
1 – Os foros e costumes e a regulamentação social:	28
1.1 – O critério socio-militar;	28
1.2 – O critério socio-laboral	51
1.3 – O critério de gênero	90
1.4 – O critério religioso;	150
1.5 – O critério económico – os pobres	175
2 – A Economia da região	176
3 – A Administração urbana	242
4 – Crime e aplicação da justiça	262
Conclusão	302
Fontes e Bibliografia	309

LISTA DE ABREVIATURAS

AD.RFDUM - Anales de Derecho. Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad de Murcia

AEM – Anuario de Estudios Medievales

AFD (EU) – Anuario de la Facultad de Derecho (Universidad de Extremadura)

AHDE – Anuario de Historia del Derecho Español

AHMEA – Anales de Historia Medieval de la Europa Atlántica

ARCS – Areas. Revista de Ciencias Sociales

A.RUAÇ – Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores

A.RSEC – Alcántara. Revista del Seminario de Estudios Cacerenses

AUA. HM –Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval

BFDUC – Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

CEGF – Centro de Estudos Gaspar Frutuoso

CEH – Centro de Estudos Históricos

CES – Centro de Estudios Salmantinos

CFA – Costumes e Foros de Alfaiates

CFCB – Costumes e Foros de Castelo Bom

CFCM – Costumes e Foros de Castelo Melhor

CFCR – Costumes e Foros de Castelo Rodrigo

CHC – Centro de Historia del Crimen

CHE – Cuadernos de Historia de España

CHD – Cuadernos de Historia de Derecho

CIHCS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades

Coord - Coordenação

CSIC – Consejo Superior de Investigaciones Científicas

Cuad. Soc. Esp. Cien. For – Cuadernos de la Sociedad Española de Ciencias Forestales

DB – Diputación de Badajoz

Editum. EUM – Editum. Ediciones de la Universidad de Murcia

ETF. Serie III. Historia Medieval – Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Historia Medieval

FC – Fuero de Cáceres

FCo – Fuero de Coria

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

FU – Fuero de Usagre

HID – Historia. Instituciones. Documentos

HREH – Hispania. Revista Española de Historia

JAEIC. CEH – Junta para la ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas. Centro de Estudios Históricos

MC – Moneda y Crédito

MMM – Miscelánea Medieval Murciana

PMH – LC – Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines

PRCC – Portal de Revistas Científicas Complutenses

REE – Revista de Estudios Extremeños

REEAP – Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros

REHJ – Revista de Estudios Histórico - Jurídicos

RFDUC – Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense

RFL – Revista da Faculdade de Letras

RFL.H – Revista da Faculdade de Letras. Historia

RPH – Revista Portuguesa de História

RUAC – Repositório da Universidade dos Açores

Stud. Hist. H^amediev – Studia Historica. Historia Medieval

Tít. – Título

Títs - Títulos

UNL – Universidade Nova de Lisboa

Introdução.¹

Costumes e Foros de Riba-Côa – Normativa e Sociedade é um tema desafiador e complexo que vem no seguimento do meu trabalho sobre os regulamentos costumeiros da Guarda, Santarém, Évora e Beja, desenvolvido na tese de mestrado em História Regional e Local.² E, agora, chegou a vez de trabalhar a família dos ordenamentos costumeiros de Riba-Côa. É uma temática transdisciplinar que nos abre horizontes para um amplo leque de estudos no domínio das ciências sociais e humanas. A normativa e a sociedade são dois campos de estudo bastante férteis, sendo particularmente desenvolvidos por especialistas das áreas do direito, da sociologia e da linguística.³ No entanto, no domínio da história, o tema dos costumes e foros constituiu ainda um caminho a desbravar, apesar de alguns esforços, ainda que pontuais, de historiadores portugueses.⁴

¹ Trabalho realizado no âmbito do projeto Iluminura Hebraica em Portugal durante o século XV. Hebrew Illumination in Portugal during the 15th century financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) com a referência PTDC/EAT-HAT/119488/2010 como investigadora da Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste» da Universidade de Lisboa, como membro associado do Centro de História da Universidade de Lisboa e como membro associado do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

² A temática dos costumes e foros começou por ser desenvolvida ao longo do meu mestrado, na tese subordinada ao título: Vivências quotidianas da população urbana medieval: o testemunho dos Costumes e Foros da Guarda, Santarém, Évora e Beja.

³ A propósito desta temática, podem-se encontrar variadas definições e diversos pensamentos e pontos de vista. Vide, António Manuel Hespanha, *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, pp.175 – 179; Nuno Espinosa Gomes da Silva, *História do Direito Português*, Lisboa, Edição da Associação Académica da Faculdade de Direito, 197, pp. 218 – 225 e 300 – 305; Mário Júlio de Almeida Costa, *História do Direito Português*, Coimbra, Almedina, 1989, pp.258 – 260 e 190; Martim de Albuquerque e Rui de Albuquerque, *História do Direito Português*, vol. I, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1984/1985, pp. 156 – 158. Na área a sociologia: Henry Lévy-Bruhl, *Sociologia do Direito*, São Paulo, Martins Fontes, 2000; Ferreira e Silva, *Notas para uma sociologia do direito*, Lisboa, Livraria Moraes, 1962. Do ponto de vista do campo da Linguística Lindley Cintra também se debruçou sobre este problema a propósito da família de Costumes e Foros de Riba – Côa. Luís Filipe Lindley Cintra, *A linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, e seu confronto com a dos Foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego – português do século XIII*, Lisboa, INCM, 1984, pp.LXXV – CII; Ana María Borrero García, “El proceso de formación del derecho local medieval a través de sus textos: los fueros castellano-leoneses”, in *I Semana de Estudios Medievales, Nájera, del 6 al 11 de agosto de 1990*. Coord. José Ignacio de la Iglesia Duarte, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, 2001, pp.91-132, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=1762>, 16 de Setembro de 2013; Clarinda de Azevedo Maia, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilha*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1977; Cristina Fuertes-Planas Aleix, “La estructura de la norma jurídica.”, in *RFDUC*, N°93, Madrid, 2000, pp.73-103

⁴ Vide, José Mattoso, “Da comunidade primitiva ao município. O exemplo de Alfaiates”, in *Estudos Medievais*. Dir. Amélia Aguiar Andrade e José João Rigaud de Sousa, N°8, Porto, 1987, pp.29-44; Idem, *Identificação de um país- Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325*. I-Oposição, Lisboa, Editorial Estampa, 1995; Mário Viana, “Os cavaleiros de Santarém na segunda metade do século XIII”, in *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*. Eds

Do lado espanhol, a temática dos regulamentos costumeiros não é uma novidade. São vários os estudos de edição e de tratamento destas fontes legais, chegando ao ponto de se definirem zonas e regiões de foro jurídico, territorialmente demarcadas, graças a um trabalho contínuo de determinação de famílias de *corpora* costumeiros. Este facto deveria à partida, conferir um cunho especial de organização do território dos diferentes reinos peninsulares durante a Idade Média. O uso e a aplicação de determinado tipo de direito costumeiro permite-nos conhecer a organização do espaço e da sociedade, possibilitando-nos uma aproximação mais clara e direta das realidades quotidianas das populações e dos padrões e modos de conduta, que deveriam estar sujeitas. Os ordenamentos costumeiros ganham assim um papel de destaque, porque nos abrem, uma vez mais, a oportunidade de compreender, ainda que, às vezes, de forma indireta e parcimoniosa, as atitudes comportamentais das pessoas e o impacto dos modelos de conduta das sociedades. Do ponto de vista da linguística, os costumes e foros ganham relevância, porque permitem aos linguistas e também aos historiadores e juristas uma maior aproximação à linguagem local, possibilitando o “conhecimento do vocabulário mais intimamente associado à vida quotidiana das vilas e dos campos”.⁵ Os *corpora* costumeiros fornecem-nos ainda informações sobre os particularismos linguísticos de uma região, ajudando-nos a analisar e a interpretar as normativas, ao mesmo tempo que nos dão uma imagem mais detalhada das realidades sociais e dos procedimentos judiciais.

Riba-Côa é um exemplo. Esta zona compreende as vilas portuguesas de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor e Castelo Rodrigo e os concelhos espanhóis de Cáceres, Coria e Usagre, localizados na Região Autónoma da Extremadura. A família ribacoana de costumes e foros é ainda mais alargada. As vilas portuguesas, Reigada⁶ e

Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria Filomena Lopes de Barros, Lisboa, Edições Colibri e CIDEHUS, 2012; Julián Clemente Ramos, La sociedad en el Fuero de Cáceres, Cáceres, Institución Cultural «El Brocense» de la Excm. Diputación Provincial de Cáceres, 1990; Idem, La sociedad rural extremeña (siglos XII – XIII)”, in REE, vol. 46, Nº3, Badajoz, 1990, pp. 541- 558; Idem, “La organización del espacio en el Fuero de Cáceres.”, in Norba. Revista de Historia, Nº7, Cáceres, 1986, pp.193-196 in *Dialnet*, http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipo_busqueda=ANUALIDAD&revista_busqueda=1683&clave_busqueda=1986, 1 de Agosto de 2010; Pedro Lumbreras Valiente, Los Fueros Municipales de Cáceres. Su Derecho Privado, Cáceres, Institución Cultural «El Brocense», 1990; Idem, Los fueros municipales de la Alta Extremadura. Separata del volumen III de las Memorias de la Real Academia de Extremadura de las Letras y las Artes, Trujillo, 1996, pp. 225 – 285.

⁵ In, Lindley Cintra, op.cit, p.541.

⁶ Vide, IANTT, Gav. 1, Mc.6, Doc.4

Almendra⁷ podem-se enquadrar dentro do grupo costumeiro. A situação é análoga para a desaparecida Salvaleón, localizada no Sistema Central, na Serra de Gata, a Noroeste da Extremadura espanhola. É também muito provável que as vilas de Sabugal,⁸ Almeida⁹ e Vilar Maior¹⁰ tivessem recebido códigos normativos semelhantes aos demais membros da família de Riba-Côa, que são atualmente desconhecidos, embora o rei D. Dinis tenha confirmado os seus costumes e foros, após a celebração do Tratado de Alcanices (1297).¹¹ Este acordo diplomático fechou mais uma etapa na construção da fronteira luso-castelhana, com os seguintes objetivos: estabelecer a paz, definir a organização do território e delimitar a fronteira entre os reinos, castelhano e português. Todos os centros urbanos ribacoanos, com exceção de Salvaleón, Coria, Cáceres e Usagre, couberam assim a Portugal.¹² D. Dinis ganhou assim uma região já organizada e com o seu próprio direito costumeiro.¹³

Através dos costumes e foros e da outorga de privilégios e incentivos, os monarcas leoneses, principalmente D. Afonso IX e D. Fernando III, tiveram também a possibilidade de repovoar e organizar o território de fronteira recém-conquistado. Atrair novas gentes era uma prioridade fundamental, assim como criar novos núcleos urbanos

⁷ Vide, IANTT, NA, N°389. Vide, *El Fuero de Coria. Studio histórico – jurídico*. Edición de José Maldonado y Fernández del Torco, compilación de Emilio Sáez y prefacio de José Fernández Hernando, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1949, pp.XXIX-XXX.

⁸ Vide, IANTT, Chanc. D. Dinis, Lv. 2, fl.128-128v.

⁹ Vide, IANTT, Chanc. D. Dinis, Lv. 2, fl.129v-130.

¹⁰ Vide, IANTT, Chanc. D. Dinis, Lv. 2, fl.130-130v.

¹¹ Outras confirmações dos costumes e foros de Riba-Côa levadas a cabo por D. Dinis: Castelo Rodrigo – Vide, IANTT, Chanc. D. Dinis, Lv. 2, fl.128v-129; Castelo Bom – Vide, IANTT, Chanc. D. Dinis, Lv. 2, fl.129-129v; Alfaiates – Vide, IANTT, Chanc. D. Dinis, Lv. 2, fl.130v. Vide, José Marques, “Os municípios dionisinos nos finais do século XIII”, in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa. Atas do Congresso Histórico Luso-Espanhol.12-17 de Setembro de 1997*, p.223; Joaquim Veríssimo Serrão, “O Tratado de Alcanices visto de Portugal”, in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa. Atas do Congresso Histórico Luso-Espanhol.12-17 de Setembro de 1997*, pp.37-38; Miguel-Ángel Ladero Quesada, “O Tratado de Alcanices visto de Espanha”, in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa. Atas do Congresso Histórico Luso-Espanhol.12-17 de Setembro de 1997*, pp.29-30; A. Ángel Barrios García, “El proceso de ocupación y de ordenación del espacio en la Raya Leonesa.” In *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa. Atas do Congresso Histórico Luso-Espanhol.12-17 de Setembro de 1997*, pp.156-157.

¹² Vide, José L. Martín Martín, “La tierra de las “contienas”: notas sobre la evolución de la raya meridional en la Edad Media”, in *Norba. Revista de Historia*, vol.16, Cáceres, 1996-2003, pp.277-281, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=809550>, 15 de Maio de 2009 Antonio M. Balcão Vicente, “A “Extremadura” leonesa – o caso da fronteira de Riba-Côa nos séculos XII-XIII”, IN RFF.H, vol. XV, Tomo I, Porto, 1998, pp.287-300; Humberto Baquero Moreno, “O Tratado de Alcanices à luz da Diplomacia.”, in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa. Atas do Congresso Histórico Luso-Espanhol.12-17 de Setembro de 1997*, Lisboa, Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, 1998, p.47

¹³ Vide, José Artur Duarte Nogueira, “Os municípios medievais em Riba Côa. Dos inícios do século XIII a 1297”, in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa. Atas do Congresso Histórico Luso-espanhol. 12-17 de Setembro de 1997*, pp.197-209.

e dinamizar as vilas já existentes, como Coria e Cáceres. Do lado português, a criação de Castelo Bom, Alfaiates, Castelo Melhor e Castelo Rodrigo teve um papel significativo para marcar a posse “efectiva de unos territorios que pertenecían al reino leonés pero que estaban prácticamente deshabitados.”¹⁴ Desta forma, garantia-se uma melhor defesa dos espaços conquistados, ao mesmo tempo, que se assegurava a exploração e a rentabilização dos recursos e potencialidades locais que a zona de Transerra proporcionava às suas gentes.¹⁵ Na missão de repovoar a Extremadura leonesa, os soberanos e as ordens militares exerceram um papel fundamental na gestão das terras, coexistindo assim duas jurisdições e dois modos de organização do espaço. Apesar disso, todos os municípios de Riba-Côa, mesmo aqueles que estavam sob a tutela de uma ordem militar, como Usagre, aparecem ligados aos seus respetivos termos e aldeias. Ou seja, tiveram um papel de relevo no desenvolvimento de “un gran nucleo vertebrador y ordenador del territorio, y una satelización y anonimato de los demás”,¹⁶ como acontecia com as aldeias, que gravitavam em torno dos concelhos. A dependência destes pequenos núcleos fazia-se notar em todas as esferas da sociedade, dando primazia e destaque aos concelhos. Estes eram considerados o epicentro administrativo, judicial, económico e fiscal.¹⁷ Não obstante, a existência das aldeias em articulação com os concelhos era já uma clara amostra de uma estrutura territorial

Reigada constituiu um caso à parte, pois começou por estar sob a tutela da Ordem Militar de São Julião do Pereiro e, depois, da vila de Castelo Rodrigo e da catedral de Ciudad Rodrigo. Mais tarde, acabou por pertencer à Ordem de Alcántara.¹⁸ Usagre é um caso análogo, embora pertencesse à Ordem Militar de Santiago.¹⁹ Recebeu o seu «fuero» com o Mestre Paio Peres Correia. Salvaleón teve um processo de evolução diferente. Começou por ser uma vila régia, acabando por ser também integrada na Ordem de Alcántara. Estas vilas não optaram por outros costumes e foros e nem por outras formas

¹⁴ Julián Clemente Ramos e Juan Luís de la Montaña Conchiña, “La Extremadura cristiana (1142-1230). Ocupación del espacio y transformaciones socioeconómicas”, in HID, N°21, Sevilha, 1994, p.99, in Dialnet, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=58310>, 2 de Setembro de 2011.

¹⁵ Vide, Marcelino Cardalliaguet Quirant, “La repoblación del territorio extremeño en la Edad Media. (Análisis de los factores políticos y jurisdiccionales)”, in Alcántara. RSEC, N°37, Cáceres, 1996, p.27

¹⁶ In, Ángel Bernal Estévez, “La repoblación del espacio extremeño en la Edad Media: el poblamiento y la población”, in REE, vol. LI, N°3, Mérida, 1995, p.640

¹⁷ Idem, Ibidem, p.632. Vide, J. Clemente Ramos e Juan Luis de la Montaña Conchiña, “Repoblación y ocupación del espacio en Extremadura (1142-C.1350)”, in Actas de las I Jornadas de Historia Medieval de Extremadura, Cáceres. Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones, 2000, p.25

¹⁸ In, José Artur Duarte Nogueira, p.204. Vide, J. Clemente Ramos e Juan de la Montaña Conchiña, op.cit, p.28.

¹⁹ Vide, Marcelino Cardalliaguet Quirant, op.cit, p.37.

de organização, apesar de se encontrarem sob a tutela de uma jurisdição diferente; a das ordens militares. Estas seguiam um modelo diferente de organização do espaço, assente na divisão do território em comendas e na “renuncia de estos Institutos a establecer una «capitalidad» de sus dominios, impide el surgimiento de núcleos de población importantes por su tamaño e influencia, y en cambio, introduce una competencia entre ellos que se traduce en una mayor autonomía y homogeneidad.”²⁰

Apesar das diferenças jurisdicionais, os costumes e foros de Riba-Côa constituíram um elo de união entre um conjunto de concelhos localizados em zonas diferentes da Extremadura leonesa, abrangendo uma vasta extensão de território, desde o Sistema Central até ao sul do Guadiana. Mais, estes *corpora* costumeiros permitiram organizar, acima de tudo, um espaço e uma sociedade de fronteira.

Costumes e foros – Uma definição e campos de acção: hipóteses de tratamento e análise

A definição dos costumes e foros é uma questão fulcral deste trabalho, uma vez que só se centra em torno da análise deste tipo de fontes jurídicas para poderem ser destrinchados os modos de vida das gentes de Riba-Côa e os modelos comportamentais que estas deveriam ter em conta no dia-a-dia, determinando assim as suas relações sociais.²¹ As normas jurídicas têm um papel importante na organização da sociedade, pois não se “limitan a transmitir una información ni a expresar juicios de valor, sino que tratan de influir en el comportamiento de los destinatarios, para que éstos actúen de un modo determinado, son proposiciones prescriptivas.”²²

O que são os costumes e foros? É uma das primeiras questões com que nos deparamos. Nada como definir as fontes em estudo para partirmos para uma análise mais completa, evidenciando as suas possibilidades de tratamento e os problemas de método que esta documentação acarreta.

A definição e a origem dos costumes e foros é um problema pouco consensual que suscita facilmente o debate e a reflexão da parte de um conjunto de estudiosos, principalmente, da história do direito, da sociologia do direito, da linguística e da história da língua. O nascimento dos costumes e foros não deixa portanto de ser uma

²⁰ In, Ángel Bernal Estévez, op.cit, p.632.

²¹ Vide, Henry Lévy-Bruhl, op.cit, 2000, p.40

²² In, Cristina Fuertes-Planas Aleix, op.cit, p.77

incógnita, um trabalho árduo e escorregadio, levando-nos ao levantamento de hipóteses e de questões que nem sempre são fáceis de suportar e de ganhar consistência, porque as referências cronológicas são, para a maior parte dos casos, escassas e também passíveis de discussão. Acresce ainda o problema de que a datação de uma normativa, não significa a datação de um todo, de um *corpus* costumeiro. Na maioria dos casos, a datação da normativa corresponde a uma só rúbrica, ao momento em que esta foi passada a escrito. Isto significa que num *corpus* legal consuetudinário podiam coexistir rúbricas com datas distintas, pertencendo a momentos diferentes. Todos estes problemas estão ligados, acima de tudo, com o fator espontaneidade da norma. Torna-se portanto difícil datar o momento espontâneo e natural de as populações se autorregulamentarem.

Partindo para uma definição, os costumes e foros são, em traços gerais, *corpora* jurídicos de carácter local, municipal, consuetudinário, nascidos da necessidade espontânea de autorregulamentação das próprias populações. Espinosa vai ainda mais longe ao valorizar este sentimento natural e instintivo das comunidades de criarem o seu próprio direito. Neste sentido, pela “sua espontaneidade e origem – os povos arreigam-se, firmemente, aos seus costumes.”²³ Estas normativas, na sua origem, devem ter sido transmitidas oralmente, de geração em geração, ao longo dos anos, sendo respeitadas e aceites por todos. Esta pode ser a origem da normativa, e por “ela emanar da coletividade ou dos seus representantes: por isso é geralmente muito difícil modificá-la.”²⁴ É a própria comunidade que define os seus regulamentos, as suas formas de convivência e de se relacionar. É a própria “vontade do grupo social”.²⁵

Mais tarde, as normativas costumeiras teriam sido, paulatinamente, passadas a escrito, talvez a partir dos fins do século XII até à primeira metade do século XIV. Isto para o caso de Riba-Côa. As datas sugeridas por Herculano para os costumes e foros de Alfaiates (1188-1250), Castelo Bom (1188-1230), Castelo Melhor (1209) e Castelo Rodrigo (1209) correspondem a este período de tempo. Já Coria recebeu o seu «Fuero» com D. Afonso IX, apesar de ter sido conquistada por Afonso VII, em 1142. No entanto, o original costumeiro coriense encontra-se atualmente desaparecido, embora tenha chegado até aos dias de hoje uma cópia que remonta ao século XVI (1531). Diante deste cenário, de uma distância cronológica de aproximadamente 88 anos, entre

²³ In, Nuno Espinosa Gomes da Silva, op.cit, p.218.

²⁴ In, Henry Lévy-Bruhl, op.cit, p.32

²⁵ In, Henry Lévy-Bruhl, op.cit, p.40

a conquista de Coria e o início do reinado de Afonso IX (1188-1230), podemos perguntar-nos como é que esta cidade se organizava e se regulamentava?

O mesmo aconteceu com Cáceres. Esta vila recebeu os seus costumes e foros, após a sua reconquista definitiva levada a cabo por Afonso IX, em 1229. No entanto, o caso cacerenho é ainda mais complexo, uma vez que podemos encontrar marcas de várias fases de formação do corpus costumeiro, que correspondem pelo menos a três momentos diferentes, como veremos adiante. Usagre constitui aqui um caso particular. Este concelho, pertencente à Ordem Militar de Santiago, recebeu os ordenamentos costumeiros de Cáceres, por ordem do Mestre Paio Peres Correia, na segunda metade do século XIII, provavelmente, entre 1252 e 1275.²⁶

Apesar de estes centros urbanos de Riba-Côa terem recebido os seus costumes e foros após a fundação de concelhos ou a reconquista das vilas, os problemas de datação mantêm-se latentes. Nada se sabe sobre a origem das normativas jurídicas, nem quando entraram em vigor. Este facto deve-se, mais uma vez, às escassas menções cronológicas que corresponderão ao momento da fixação das normas por escrito. Isto prova que o ato de redigir os costumes e foros de um município terá sido um processo lento, demorado e paulatino, compreendendo, assim, um vasto período de tempo, de mais de um século. Quer isto dizer que a redação dos estatutos municipais já se manifestava muito antes dos fins do século XII, prolongando-se provavelmente ao longo do século XIV. Os costumes e foros de Cáceres servem mais uma vez de exemplo, pois o seu processo de construção várias etapas, chegando inclusive a incorporar um grupo de normativas mais conhecido por «Fuero de Ganados». Provavelmente, estas remontam ao reinado de Afonso X, com o impulsionar da Mesta. A formação dos códigos costumeiros não foi portanto momentânea, acontecendo no decurso de vários períodos de tempo, como veremos adiante. Este fenómeno está, por um lado, relacionado com a necessidade de as próprias populações redigirem e compilarem os seus regulamentos e, por outro lado, com as iniciativas régias, sobretudo da parte dos reis leoneses – Afonso IX e Fernando III -, no sentido de tentar uniformizar e codificar o direito local.

²⁶Estas balizas cronológicas aqui apresentadas correspondem ao período em que Mestre Pelaio Correia ocupou o cargo de mestre da Ordem Militar de Santiago. *Vide*, Bruno Aguilera Barchet, “En torno a la formación de los Fueros de Cáceres.”, in AHDE, N°67, Madrid, 1997, p.165.

Costumes e foros – formação, comunicação e difusão

Os costumes e foros podiam ser comunicados a outras localidades. Segundo Lindley Cintra, “Uma vez redigido, o direito de uma localidade era muitas vezes comunicado a outra, fundada de novo ou de época ou de formação muito semelhantes ao da primeira. O código era adotado na íntegra ou em parte – em geral não sem que lhe tivessem sido introduzidas modificações de alguma importância. Assim se formaram «famílias de Foros extensos, idênticos ou muito parecidos em grande parte da sua extensão, mas diversos em pormenores de maior ou menos relevância.”²⁷ É uma das características deste tipo de fontes.

A formação de famílias de costumes e foros constituiu uma tentativa de uniformização do direito, possibilitando, ao mesmo tempo, uma melhor organização do espaço e das suas gentes, unindo-as em torno de regulamentos comuns ou quase idênticos. Notamos, claramente, que os soberanos não eram indiferentes a este fenómeno de transmissão e difusão deste ou daquele direito consuetudinário a uma ou a outra comunidade *x* ou *y*. Antes pelo contrário. Os soberanos de Leão serviram-se inclusive de costumes e foros de outras povoações para fundar e organizar novas cidades, como aconteceu com Castelo Rodrigo. Não deixava de ser mais um mecanismo de afirmação e de intervenção do poder régio, que já se fazia sentir, ainda que de forma paulatina, na organização dos reinos peninsulares. Observamos esta realidade com a comunicação dos costumes e foros de Castelo Rodrigo a Castelo Melhor²⁸ e à vila de Reigada, pertença da Ordem de Alcántara. Esta compromete-se a respeitar os preceitos que lhe foram cedidos.²⁹ Castelo Melhor comunica os seus preceitos a Almendra.³⁰ Temos, ainda, o exemplo de Salvaléon. Afonso IX concede-lhe o «Fuero» de Coria, em 1227.³¹

Contrariamente, Usagre é um caso particular. Este concelho senhorial recebeu os *corpora* costumeiros de Cáceres, característicos de um município realengo, com uma

²⁷In, Luís Filipe Lindley Cintra, op.cit, pp.77-78. Vide, Ana María Borrero, op.cit, p.100.

²⁸ Os costumes e foros de Castelo Rodrigo e Castelo Melhor são também gêmeos, possuindo estruturas e normativas muito semelhantes. Ambos estão organizados em livros, dividindo as normativas em grandes temáticas, como podemos depreender da sua observação. Vide, Gonzalo Martínez Díez, op.cit, p.356; Luís Filipe Lindley Cintra, op.cit, p.XCI. A situação é análoga para Castelo Bom e Coria. Também são considerados quase gêmeos, melhor dizendo, “irmãos”.

²⁹ IANTT, *Gavetas* 1, Mç.6, Doc.4, fol.5v.

³⁰ Vide, IANTT, NA, N°389

³¹Vide, Julio González, *Alfonso IX*, vol. II, Madrid, CSIC. IJZ, 1944, pp.615-616, Doc.515; Gonzalo Martínez Díez, “Los fueros de la familia Coria Cima-Coa”, in RPH, vol. XIII, Coimbra, 1971, p.353.

ampla autonomia, durante as diretrizes de Mestre Paio Peres Correia. Esta vila, como acabamos de referir, pertenceu a uma ordem militar. O que terá levado o mestre da Ordem de Santiago a optar pelos costumes de Cáceres para a cidade de Usagre, criando assim uma exceção no seio do território da comenda santiaguista? Provavelmente, a finalidade do Mestre terá sido semelhante à dos reis leoneses. Nada como dotar as povoações de regulamentos costumeiros para facilitar as tarefas de organizar os novos territórios e de atrair novos habitantes. É uma das hipóteses, embora continue em aberto o porquê deste particularismo, tendo em conta que a comenda de Santiago teria as suas próprias estruturas jurídicas. Tal como Usagre, Reigada recebeu normativas de um centro urbano criado por D. Afonso IX. Porquê também a preferência da ordem de São Julião do Pereiro, mais tarde a Ordem de Alcántara, em seguir, mais uma vez, os preceitos de um concelho régio?

Este facto demonstra claramente que as povoações tinham também interesse em seguir determinadas normas, através de pedidos para que lhes eram feitos.³² Por outro lado, encontramos as iniciativas dos reis e dos senhores privados no sentido de dotar as populações com este ou aquele foro, dando-lhes a possibilidade de aceitarem e de terem a última palavra na adoção dos códigos normativos, como aconteceu com Castelo Rodrigo.³³ Tratava-se portanto de um processo incentivado e posto em prática pelos próprios soberanos, que viram aqui uma oportunidade de afirmação de poder e de reestruturação das sociedades de fronteira. A expansão dos ordenamentos costumeiros significou, no entanto, um dos primeiros indícios da secundarização do direito consuetudinário.³⁴ Formavam-se, desta forma, as famílias de foros longos. Ou seja, estamos diante de um dos mecanismos de constituição das normas costumeiras, patrocinado por monarcas e senhores.

Diante deste cenário, é tentador colocar novas questões, pois torna-se importante considerar em que medida os reis e o Mestre da Ordem de Santiago interferiram na organização do direito local costumeiro. Sabemos que através dos costumes e foros, os soberanos impuseram normativas às populações, embora contassem, previamente, com a autorização e a aprovação dos concelhos.³⁵ Por outro lado, também encontramos sinais

³² In, Nuno Gomes Espinosa da Silva, *op.cit.*, pp.303-304.

³³ “En nome de deus seia amen. Esta carta é feyta a onor de deus e del rey, que dá ao concelho de castel Rodrigo dos foros e das herdades de seos terminos.” In “CFCR”, in PMH-LC, *op.cit.*, p.849.

³⁴ In, Nuno Gomes Espinosa da Silva, *op.cit.*, p.302

³⁵ “Dominus rex mandat et concilio de bonos homines de alfaates concedunt et tenet pro magno bene et profectum sue uille, ponunt et pro foro in karta sua, quod nullus uicinus de alfaates non teneat uocem pro

de clara autonomia municipal da parte dos concelhos no facto de criarem e estabelecerem as suas próprias normativas.³⁶

O fenómeno da comunicação e adoção por parte de determinado grupo costumeiro levanta-nos uma série de dúvidas e questões quanto ao processo de formação e composição dos referidos regulamentos e, por outro lado, no que respeita às preferências de uma comunidade por esta ou por aquela legislação consuetudinária. Torna-se, neste sentido, pertinente conhecer os processos de origem e de elaboração das normas costumeiras e as razões que levaram à evolução das mesmas. Ou seja, tentar perceber em que circunstâncias se formaram as normativas e de onde elas possam ter derivado. Seguindo esta linha, importa aqui também entender o que está por detrás da constituição dos regulamentos costumeiros para um melhor conhecimento da sociedade ribacoana e dos seus modos de vida. Qual é a origem das normativas ribacoanas? Como se elaborou a norma costumeira? Como se estabeleceram os costumes e foros? São algumas perguntas com que nos deparamos na análise destas fontes locais tão particulares.

Os costumes e foros apresentam sobreposições e revelam marcas de “contaminação” de outras localidades. Alfaiates é um exemplo. No seu corpus costumeiro podemos encontrar a indicação do topónimo Cidade Rodrigo numa das suas rúbricas.³⁷ Esta referência leva-nos facilmente a crer que os costumes de Alfaiates derivaram dos de Cidade Rodrigo, remetendo-nos assim para as origens da família costumeira de Riba-Côa. Este facto conduz-nos ao pressuposto, defendido por Lindley Cintra, de que esta cidade leonesa terá sido matricial na formação da família costumeira de Riba-Côa, embora as suas normativas se encontrem atualmente desaparecidas. Ou seja, o “erro do texto de Alfaiates deve-se sem dúvida à reprodução exacta – sem a necessária adaptação – do texto que o escriba tinha na sua frente para lhe servir de modelo.”³⁸ Apesar dos esforços e da hipótese levantada por Lindley Cintra, será que a origem da família de Riba-Côa está em Ciudad Rodrigo? Será esta vila leonesa a matriz deste grupo de costumes e foros? Será que os eventuais costumes e foros de Ciudad

aliquo nisi pro homine de sua casa aut de suo pane aut pro sua parente (...), in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.840, Tít.[467]. Vide, Lindley Cintra, op.cit, p.LXXXVII

³⁶ “Esto faz concilio de alfaates, alcaydes et VI bonos omnes a prouecho del concilio. Qvi fur a cola Iª quarta, et qui fur a trebello Iª terciã, Almeyda Iª terciã, a castiel rodrigo meio morabito (...), in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 845, Tít.[514].

³⁷ “(...) Toto homine qui fuerit cum mesturgo ad rege aut leuauerit portero ad casa de uizino de homine de ciuitate roderici pectet C morabitos et exeat per aleuoso.” in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.814, Tít.[209]. Vide, Lindley Cintra, op.cit, p.LXXXV; Gonzalo Martínez Díez, op.cit, p.361-362.

³⁸ In, Lindley Cintra, op.cit, p.LXXXV

Rodrigo foram o tal modelo, tão procurado ao longo deste tempo? A opinião de Lindley Cintra não deixa de ser pertinente ao considerar Ciudad Rodrigo como a cidade leonesa protótipo dos costumes e foros, uma vez que as normativas de Alfaiates seriam as mais próximas do modelo original.³⁹ Este linguista teve também em conta a particularidade da linguagem dos foros de Alfaiates e de Castelo Bom. Segundo ele, graças à “língua em que esse original estava escrito – o latim – é possível, através deles alcançar uma ideia bastante exacta do código que está na base da redacção de todo o grupo considerado.”⁴⁰

Apesar destes indícios, será que se pode considerar Ciudad Rodrigo a origem do direito costumeiro de Riba-Côa? Será que Ciudad Rodrigo chegou a codificar os seus ordenamentos, passando-os a escrito? Os costumes e foros ribacoanos não poderiam ter outras origens?

Nos costumes e foros de Castelo Melhor encontramos outra particularidade: o topónimo Leão, logo na abertura dos ordenamentos. Melhor dizendo, a expressão “Del fuero de Leon”.⁴¹ Apesar de o código costumeiro de Castelo Melhor ser “quase gêmeo” de Castelo Rodrigo, nas palavras de Maldonado⁴², não encontramos o vocábulo Leão nos costumes e foros desta última vila. Nos costumes e foros de Alfaiates encontramos também a mesma referência toponímica, chamando-nos a atenção para a possível existência de um livro costumeiro originário da localidade de Leão.⁴³

A presença deste topónimo permite lançar outras questões e trazer ainda outros problemas relativos às origens e às influências que os costumes e foros ribacoanos terão recebido. Poderemos também considerar Leão a base ou um dos pilares dos regulamentos em análise, ou pelo menos do código costumeiro de Castelo Melhor e Castelo Rodrigo? Ocuparia Leão o papel de Ciudad Rodrigo na origem dos ordenamentos de Castelo Melhor e Castelo Rodrigo, atendendo às especificidades destes dois membros da família de Riba-Côa?

³⁹ Segundo Lindley Cintra, a “existência dos Foros de Ciudad Rodrigo ou pelo menos de um *fuero*, de um «direito de Cidade Rodrigo». Codificado ou não, é-nos, aliás, provada pela existência de um «lei do foro de Cidade Rodrigo», integrada numa colecção manuscrita impropriamente chamada *Fuero de Burgos*.”, in Lindley Cintra, op.cit, p.LXXXV. Vide, Gonzalo Martínez Díez, op.cit, p.345

⁴⁰ In, Lindley Cintra, op.cit, p.LXXXII.

⁴¹ “Del fuero de leon. En el nome de dios Amen. Esta carta es fecha a onor de dios e del Rey, que da al concello de castiel Mellor de los fueros e de las libertades de sus terminos.”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.897, Tít.[1]. Vide, Julio Gerardo Martínez y Martínez, “*El delito ecológico en los Fueros de Coria y Cáceres*”. (Un estudio Iushistórico Textual-Comparativo), Cáceres, Zigurat Libros, 1994-2001, p.45.

⁴² Vide, José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.CXI-CXXIII; Lindley Cintra, op.cit, p.LXXXI

⁴³ “(...) Todo omne que iudicicio touier ant el rey, et se alzare al libro de leon, por y caya, et el alcalde que adsi non iudgare sea periuro.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.846, Tít.[520].

Estes indicadores toponímicos ajudam-nos a confirmar a eventual inexistência de um modelo ou de uma matriz fixa estabelecida para a organização das normas costumeiras de Riba-Côa. É plausível que as povoações ribacoanas tivessem ido beber a outros *corpora* jurídicos de outras localidades, tal como Ciudad Rodrigo e Leão. Isto significa também que poderia haver textos normativos anteriores a Riba-Côa, onde os reis leoneses se terão baseado para reorganizar os territórios recém-conquistados. Sabemos que Leão teve o seu «Fuero»⁴⁴, decretado em concelho por Afonso V, rei de Leão, em 1017, com vista a garantir o repovoamento da vila, atraindo novos habitantes.

Perante este cenário, podemos concluir que as origens dos costumes e foros ribacoanos podiam ser múltiplas, remetendo-nos para raízes mais antigas, no século XI. A formação dos códigos normativos não se prendia portanto a um único modelo-padrão, padrão que podia ser aplicado a qualquer uma comunidade, podendo receber várias influências de outros lados; neste caso de Riba-Côa, de duas cidades leonesas.

Por outro lado, os topónimos de Ciudad Rodrigo e Leão nos costumes e foros de Alfaiates e também de Leão nos de Castelo Melhor não deixam de ser indicações isoladas, insuficientes, na minha opinião, para considerarmos estas cidades matriciais na “árvore genealógica” da família costumeira ribacoana. Ciudad Rodrigo aparece referida uma vez e Leão duas vezes em cada código costumeiro. Quer isto dizer que ao longo das 542 rúbricas dos costumes de Alfaiates e dos 374 itens do ordenamento municipal de Castelo Melhor, Ciudad Rodrigo vem citada uma vez, ao passo que Leão surge-nos mencionada duas vezes. Estas referências não são contudo irrelevantes, pois mostram que a formação dos costumes e foros não é um processo simples e linear, limitado à simples transmissão em bloco das normativas de uma localidade para a outra, a partir de um modelo base. Este facto vem provar, mais uma vez, que a constituição dos *corpora* costumeiros recebeu várias influências dos direitos locais de outras comunidades. Por outro lado, as referências a estes dois topónimos suscita a hipótese de existirem mais costumes e foros leoneses para além daqueles que já são conhecidos e se encontram identificados.⁴⁵

⁴⁴Vide, Luís Vázquez de Parga, “El Fuero de León”, in AHDE, N°15, Madrid, 1944, pp.464-498; Alfonso García-Gallo de Diego, “El Fuero de León. Su historia, textos y redacciones.”, in AHDE, N°39, Madrid, 1969, pp.5-49; José García-Osuna Rodríguez, “El Fuero de León o breve aproximación histórica al Reino de León en el Medievo.”, in *Tierras de León. Revista de la Diputación Provincial*, vol.41, N°116, León, 2003, pp.99-120, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=715087>, 30 de Setembro de 2013.

⁴⁵Estamos, portanto, a falar da conhecida cidade de Sepúlveda, pertencente ao direito costumeiro castelhano e ao grupo de costumes e foros leoneses, composto pelas vilas de Zamora, Ledesma, Alba de Tormes e Salamanca.

Partindo das suposições apresentadas por Lindley Cintra sobre as origens dos costumes e foros de Riba-Côa, ao sugerir Ciudad Rodrigo como a cidade matriz e difusora deste grupo de normativas tão especial no reino de Leão, não podemos esquecer a importância da existência de um ou de mais textos anteriores aos códigos que conhecemos atualmente. Isto, porque se pode encontrar um tronco comum a todos os membros da família de costumes ribacoanos. Provavelmente, terão sido, na sua maioria, divulgadas e aceites pelo rei D. Afonso IX, uma vez que o fenómeno da comunicação e transmissão dos costumes e foros estava, em grande parte, associado às suas iniciativas de repovoamento e organização do território de fronteira. Nos *corpora* costumeiros é também possível encontrar normativas relativas a D. Fernando III, rei de Leão e Castela, comuns a Castelo Bom, Coria, Cáceres e a Usagre. Estas foram acrescentadas aos preceitos, facilmente atribuídos a D. Afonso IX. No fundo, D. Fernando veio confirmar os preceitos do seu antecessor.⁴⁶

E o que dizer do caso de Cáceres? Os costumes e foros cacerenhos são uma realidade à parte no seio da família ribacudana devido à sua originalidade, ao seu processo de formação e à sua redação “más avanzada del Derecho local Coria-Cima Coa, y a la mejor desde el punto de vista de la técnica jurídica.”⁴⁷

A constituição do direito consuetudinário de Cáceres é claramente reveladora de que as normativas de um corpus costumeiro podem ter diversas origens e pertencer a várias épocas. Ou seja, olhando para este caso, podemos encontrar normativas provavelmente correspondentes a vários períodos, desde os reinados de “Alfonso IX, Fernando III y Alfonso X”,⁴⁸ segundo a hipótese dos estudiosos Bruno Aguilera e Cumbreño Floriano. Os costumes e foros de Cáceres abrem com a confirmação da Carta de povoamento emitida por D. Afonso IX, levada a cabo pelo seu filho. Trata-se de um foro breve (foral).⁴⁹

⁴⁶In, “FCo”, José Maldonado y Fernández del Torco, *El Fuero de Coria. Studio histórico – jurídico*. Compilación de Emilio Sáez y prefacio de José Fernández Hernando, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1949, p.106, Tít.402, Lv. IV; “CFCB”, PMH. LC, vol. I, Olisipone, IUSSU Academiae Seicentiarum Olisiponensis, MDCCCLVI, pp.787-788, Tít., “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, *Los Fueros Municipales de Cáceres. Su derecho público (Tesis Doctoral)*, Cáceres, Excmo. Ayuntamiento de la Capital de la Alta Extremadura, 1974, p. III; “FU”, Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, *Fuero de Usagre (Siglo XIII). Anotado con las variantes de Cáceres*, Madrid, Hijos de Reus, 1907, pp.181-188. Vide, Gonzalo Martínez Díez, op.cit, p.348

⁴⁷In, Bruno Aguilera Barchet, op.cit, p.163.

⁴⁸In, Bruno Aguilera Barchet, op.cit, p.168.

⁴⁹Vide, Julián Clemente Ramos, *La sociedad en el Fuero de Cáceres (siglo XIII)*, Cáceres, Institución Cultural «El Brocense» de la Excm. Diputación Provincial de Cáceres, 1990, 12.

Para sermos mais explícitos, o «Fuero» de Cáceres estava organizado em três partes: o foro afonsino;⁵⁰ uma série de rúbricas relativas à exploração ganadeira, mais conhecida por «Fuero de Ganados»⁵¹ e um pequeno grupo de normativas extra de conteúdos vários, mais conhecidas por «adições».⁵² No entanto, as normas sobre a exploração ganadeira, segundo Floriano Cumbreño, ganham uma dimensão diferente, ao ser entendidas como uma espécie de posturas locais, levadas a cabo pelas autoridades cacerenhas, por ordem do rei.⁵³ Quanto às *adiciones*, tinham o mesmo caráter de posturas municipais, normas e medidas complementares e retificativas aos tradicionais costumes e foros, também com autorização régia. Entre elas, encontramos também regulamentos sobre a sanidade e higiene urbanas. Provavelmente, estes dois grupos de normas seriam contemporâneos de Afonso X. Os costumes e foros de Cáceres são reveladores dos diferentes processos de formação do direito consuetudinário de uma vila. Como acabamos de ver, além da aceitação e da divulgação dos códigos costumeiros elaborados pelo poder régio, as próprias populações não deixaram de criar e de procurar nova legislação, independentemente da existência de um conjunto de normativas ser comum a todas as vilas ribacoanas. Prova-se, assim, mais uma vez, a evidente autonomia e capacidade dos centros urbanos em formular normativas costumeiras e de buscar preceitos de *corpora* jurídicos de outras localidades, talvez em função dos seus objetivos e prioridades.

Terão os costumes e foros recebido ainda influências de outros elementos de cunho jurídico, como, por exemplo do direito germânico, hebraico ou outros? Ou será que se pode dizer que a elaboração do direito costumeiro municipal é fruto da conjuntura peninsular de Reconquista? A formação destes códigos consuetudinários contou com influências provenientes de outros direitos de povos diferentes. A vingança privada é uma característica do direito penal e processual germânico que se pode encontrar de forma contínua ao longo dos costumes e foros ribacoanos. Também se podem encontrar nos ordenamentos de Cáceres e Usagre marcas do direito hebraico, aceitando e transmitindo o respeito pelos procedimentos e rituais jurídicos dos judeus. Chega-se assim ao ponto de incluir o juramento característico da comunidade hebraica

⁵⁰ Composto pelas normas (1-408). Concedido por D. Afonso IX de Leão, possivelmente, depois da outorga da carta de povoação. Vide, J. Clemente Ramos, op.cit, p.13

⁵¹ Compreende as rúbricas 409 a 490. Vide, J. Clemente Ramos, op.cit, p.13

⁵² Formado pelas normativas: 491 a 504. Vide, J. Clemente Ramos, op.cit, p.14.

⁵³ Vide, Antonio Cumbreño Floriano, *Historia de Cáceres (El Fuero y la Vida Medieval)*. Siglo XIII, 1ª Edição, Oviedo, La Cruz, 1959, p.32.

nos regulamentos costumeiros de dois municípios cristãos. Passando a mais exemplos, o elemento muçulmano está bem patente na formação dos ordenamentos locais, como podemos ver na existência de instituições como, provavelmente, a “barregania, o direito sucessório dos filhos nascidos fora do matrimónio.”⁵⁴ Isto para não falar na presença contínua de determinado tipo de vocabulário, como «alcalde», «alquilé», entre outros.⁵⁵ Os costumes e foros são como esponjas, ao receber normas de outras povoações e ao absorver elementos e características de outras expressões jurídicas de outros povos que permaneceram e conviveram na Península Ibérica.

Costumes e foros - normativas e aplicação

Os costumes e foros em estudo suscitam ainda outras interrogações ligadas à formação e organização dos costumes e foros da região de Riba-Côa. Como é que os foros longos, como, por exemplo, Alfaiates, com 542 rúbricas, dão lugar a costumes e foros mais curtos como, por exemplo, Coria com 402 itens ou Castelo Melhor com 374 normativas? Serão os foros mais curtos fruto de uma seleção feita pelas próprias populações, consoante os seus interesses? Partindo destes pressupostos, qual é o tipo de normas que é rejeitado nos códigos mais pequenos e quais serão os critérios de exclusão? Será que se está diante de um processo de recomposição, elaboração e reajustamento dos preceitos costumeiros?

Os sociólogos do direito partilham a opinião de que o “direito, longe de ser um sistema rígido, é essencialmente fluido e se transforma a todo o instante, é preciso designar com uma palavra essa ação ao mesmo tempo dissolvente e criadora que (...) modifica incessantemente as relações sociais. Não estaremos a violentar “a palavra *costume* se a empregarmos nessa aceção mais extensa.”⁵⁶ Os costumes e foros de Riba-Côa são um exemplo desse processo de contínua mutação e adaptação às necessidades, problemas e objetivos das populações, num determinado e dado momento. Estas fontes jurídicas são a prova de um processo de criação e recriação constante e latente ao sabor das vivências quotidianas das comunidades, controlando e alterando os comportamentos e as relações sociais das suas gentes. Os costumes e foros são provisórios e instáveis, apesar do respeito e de uma certa durabilidade no tempo que as pessoas tendem a

⁵⁴ In, Dias Marques, op.cit, p.398.

⁵⁵ Vide, Dias Marques, op.cit, p.397.

⁵⁶ In, Henri Levy-Bruhl, op.cit, p.41.

reservar-lhes, uma vez que a sobrevivência destas normas perdurou no tempo, passando de geração em geração. Estes modificam-se, reformulam-se aperfeiçoam-se, adaptam-se, aceitam-se, e impõem-se diante das novas necessidades das sociedades.⁵⁷ As gentes de Riba-Côa e os seus costumes e foros não foram uma exceção.

Tudo isto para justificar que as fontes jurídicas objeto de estudo não são estáticas, “não têm um caráter estável e perpétuo.”⁵⁸ São antes fruto de um trabalho constante de recomposição, reelaboração e reajustamento às novas realidades e vicissitudes dos *modi vivendi* populacionais. Daí, serem frequentes, e quase sistemáticas, as normativas relativas à boa conduta que as mulheres viúvas ribacoanas deveriam guardar, vivendo de forma discreta e sem excessos, sobretudo no que tocava a refazerem as suas vidas sentimentais logo após ao falecimento dos seus maridos, como mais adiante veremos.

Em Alfaiates, temos um outro exemplo. Há a repetição de um conjunto de normativas, surgindo assim dois blocos idênticos de disposições. Possivelmente tratar-se-á de um erro do(s) copista(s). É uma hipótese. Pensando de outra maneira, será esta repetição a forma encontrada de retificar e de fazer vigorar novamente as referidas normas? Este facto pode-se verificar num dos itens sobre as disposições contratuais entre hortelãos e os seus amos. Na primeira normativa encontramos o vocábulo «saclicos»,⁵⁹ ao passo que no segundo preceito, esta palavra já não se encontra.⁶⁰

Todos estes exemplos levam-nos até à questão da aplicação dos costumes e foros. Sabemos à partida que nem todos os preceitos foram postos em prática e se ajustaram às novas realidades das comunidades, ou num dado momento deixaram de fazer sentido, porque já não se encaixavam nas novas necessidades e valores das sociedades, caindo assim em desuso. Ou seja, há normativas que “não recebem aplicação, seja porque, desde a sua criação, em virtude de sua má redação ou por outro motivo qualquer, não tenham sido adaptadas à realidade, seja porque (...) depois de terem sido aplicadas

⁵⁷ Vide, Henri Levy-Bruhl, op.cit, p.44.

⁵⁸ In, Henri Levy-Bruhl, op.cit, p.29.

⁵⁹ Instrumento agrícola.

⁶⁰ Comparemos: “(...) Totos los ortolanos ad foro sint de natiuitate usque ad natiuitatem: et dompnus de orto det I morabitinum al ortolano in anafaga et I^a casa techada et cerrada (...) et det dompnus de orto II azadas et sua anora adobada, et iure el ortolano per uergas, et daret suo senior bestia, et saclicos per al orto (...)”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.809, Tít.[162].

Vide, “(...) Totos los ortolanos ad foro sint de natiuitate usque ad natiuitatem: et dompnus de orto det I morabitinum al ortolano in anafaga et I^a casa techada et cerrada (...) et det dompnus de orto II azadas et sua anora adobada, et el ortolano uadat per uergas, et daret suo senior bestia per al orto, et sua medietate dopnus de orto, de similias, et del ortolano sua medietate (...) in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.842, Tít.[487].

durante algum tempo, deixaram de sê-lo.”⁶¹Tudo isto no sentido de reparar e aperfeiçoar os sistemas judiciais ribacudanos.

Sendo assim, até quando os códigos costumeiros estiveram em vigor nas vilas de Riba-Côa? A par dos costumes e foros, os municípios, como Cáceres⁶², regulamentavam-se também com base nas posturas, fruto da necessidade de os povos fazerem frente às novas adversidades. Estas fontes de direito local vieram a complementar e a substituir, de certa forma, os costumes e foros que já se iam tornando a pouco-e-pouco obsoletos e antiquados, procurando resolver os novos problemas com que cada comunidade se deparava. As posturas eram assim resultantes de deliberações dos concelhos, sobretudo, a propósito de questões relacionadas com o dia-a-dia das populações como a higiene pública, o “abastecimento alimentar, o comércio, a produção artesanal, os preços, os salários, a regulamentação dos pesos e medidas, a saúde e a sanidade urbanas, a utilização dos bens comuns do concelho (tais como baldios, rossios, pastos, bosques e águas), a conservação do património edificado pelo concelho (tais como calçadas, pontes, muros fontes e poços), a defesa da propriedade e das culturas agrícolas dos seus moradores.”⁶³Não se sabe até quando os costumes e foros estiveram vigentes nem quando começaram a cair em desuso.

A permanência das normativas costumeiras e a sua origem constituem ainda um mistério, excepto aquelas que já se encontram com alguma referência cronológica ou são passíveis de serem datadas, recorrendo à análise de outros elementos que nos possam indicar algumas pistas para as situar no tempo, como a toponímia.

Costumes e foros – importância e possibilidades de estudo

Os costumes e foros, assim como outras fontes jurídicas de natureza local, emanadas das próprias populações abrem-nos um leque de possibilidades de estudo. As

⁶¹ In, Henri Levy-Bruhl, op.cit, p.42.

⁶²Vide, M^a Dolores Garcia Oliva, *Documentación Histórica del Archivo Municipal de Cáceres (1475-1504)*, Cáceres, Institución Cultural «El Brocense» de la Excm. Diputación Provincial de Cáceres, 1987, pp.207-301

⁶³In, Mário Viana, “Posturas municipais portuguesas. Uma introdução”, in *Posturas Municipais Portuguesas. (séculos XIV-XVIII)*, Ponta Delgada, CEGF. CIHCS, 2012, p.122. Vide, Pedro A. Porras Arboledas, “Las ordenanzas municipales. Algunas propuestas para su estudio y un ejemplo.”, in *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Hª Medieval*, vol. 7, Madrid, 1994, pp.49-64, in *E – Spacio. UNED*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFD3048E4F-F8D5-ECF9-ACAD-DEBEDD6A3B2B&dsID=Documento.pdf>, 14 de Março de 2010; Miguel Ángel Ladero Quesada e Isabel Galán Parra, “Las ordenanzas locales en la Corona de Castilla como fuente histórica y tema de investigación (siglos XIII al XVIII)”, in *AUA.HM*, N^o1, Alicante, 1982, pp.221-244, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=90472>, 4 de Março de 2010.

normativas costumeiras regulamentavam toda a vida concelhia, permitindo-nos assim uma maior aproximação da realidade quotidiana e dos *modi vivendi* das populações urbanas na Idade Média. Deste modo, podemos também conhecer os seus comportamentos sociais e jurídicos e saber de que forma se organizavam no dia a dia. Através destes regulamentos, temos ainda a possibilidade de entender os problemas com os quais as comunidades de Riba-Côa se confrontavam e as suas respetivas soluções. Por outro lado, os costumes e foros tinham o objetivo de definir normas e padrões de condutas destinados às suas populações, alterando e moldando os seus comportamentos.

Os *corpora* costumeiros são uma espécie de espelho da vida em sociedade, um “produto e agente da vida social.”⁶⁴ Abrangem todos os aspetos da vida pública e privada dos indivíduos. Os ribacoanos estavam, de uma forma ou de outra, vinculados aos regulamentos costumeiros, funcionando como meros atores que deviam seguir determinados “papéis”, preceitos e modelos adequados e aceites por todos no dia-a-dia em sociedade.

A análise dos costumes e foros possibilita-nos, acima de tudo, compreender as esferas da sociedade, a organização da administração municipal e a gestão jurídica, económica e as relações dos vários grupos sociais, como, por exemplo, os cavaleiros, peões, amos, dependentes, mulheres, as minorias (muçulmanos e judeus) e, por fim, os pobres. São alguns campos de estudo que estas fontes jurídicas nos podem oferecer. A interpretação das normativas exerce aqui um papel fundamental. Sem compreendermos as normas, não poderemos entender as sociedades que as aceitaram e pelas quais se regem e se organizam. Por isso, o estudo do direito local, seja qual for a sua expressão – costumes e foros, posturas, etc -, exige cada vez mais um trabalho interdisciplinar. A história, o direito, a linguística e sociologia dão-nos um contributo imprescindível ao longo deste trabalho. Estamos diante de alguns campos de ação, de algumas premissas que nos podem servir de pontos de partida para a análise da fontes e compreensão das sociedades, objeto de estudo. É isso que se pretende com este trabalho. Dar a conhecer a sociedade de fronteira de Riba-Côa e o seu direito, lançar pistas e levantar interrogações, sobretudo a estas fontes jurídicas tão peculiares e próximas das suas gentes. Neste caso: Riba-Côa, a sociedade de fronteira ribacoana.

⁶⁴ In, Ferreira e Silva, op.cit, p.49.

Os costumes e foros de Riba-Côa são fontes que nos abrem caminho para várias perspetivas de estudos, entre os quais, a compreensão da sociedade ribacoana. É com esta temática que iniciaremos o seu estudo direcionado em duas vertentes. Ou seja, pretendemos aqui analisar e interpretar as normativas, ao mesmo tempo que damos a conhecer as esferas da sociedade, como a economia, a administração urbana e a justiça; sem esquecer os comportamentos e as vivências diárias dos indivíduos que compunham o tecido social ribacoano. Por isso, optou-se por criar um conjunto de critérios como pontos de partida, funcionando como categorias estanque, fazendo-as corresponder às várias dimensões sociais e aos modelos de vida dos diferentes grupos que marcavam a sociedade ribacoana para nos facilitar o melhor entendimento dos mesmos. Sendo assim, os critérios a seguir são os seguintes: o socio-militar; o socio-laboral; o de gênero; o religioso e o económico. Nestes pressupostos englobamos os militares, os dependentes, as mulheres, as minorias (muçulmanos e judeus) e, por fim, os pobres. Deste modo, pretende-se fazer uma análise mais minuciosa de cada grupo e, em simultâneo dar a conhecer como os indivíduos interagiam diariamente entre si, com as instituições e na vida municipal.

Posto isto, daremos início ao presente trabalho com o estudo da regulamentação social. Começaremos com os militares, destacando a sua importância na sociedade ribacoana, com o objetivo de salientar a sua função bélica e de dar a conhecer outros dos seus interesses, ofícios e vivências.

➤ **1. Os costumes e foros e a regulamentação social:**

1.1.O critério socio-militar;

Cavaleiros, peões, besteiros, adais e atalheiros faziam parte das sociedades de fronteira de Castelo Rodrigo, Castelo Melhor, Alfaiates, Castelo Bom, Coria, Cáceres e Usagre. Tinham um papel de destaque no quotidiano dos núcleos urbanos ribacoanos, numa sociedade de fronteira em mudança. Os cavaleiros formavam uma elite municipal com características próprias. Todos eles faziam parte dos exércitos dos concelhos, participando nas expedições militares ofensivas e defensivas organizadas localmente e, além disso, chegavam a fazer parte das hostes régias. A protecção das vilas e das suas populações de eventuais ameaças e ataques inimigos era uma das responsabilidades que recaía sobre estas pessoas. As deslocações dos gados em transumância ou nas proximidades dos termos municipais, nos «estremos», à procura de pastagens mereciam

especial atenção, implicando a mobilização de uma estrutura militar, sobretudo de cavaleiros e, também de peões, capaz e eficaz para proteger e vigiar os animais e os pastores que os acompanhavam.

Mas, nem sempre estavam ocupados com as práticas militares. Os cavaleiros dedicaram-se principalmente a outras atividades, como a política local, participando, por exemplo, na administração e organização concelhia, através do exercício de cargos públicos e de magistraturas. Através deles, puderam também aplicar a justiça, manter a ordem social e o bem-estar das populações. Os assuntos municipais eram conciliados com outros trabalhos. As actividades económicas mereceram também a atenção dos cavaleiros, sobretudo, quando se tratava da agricultura e da pecuária. Tudo isto lhes vai servir para acumular novas riquezas e para lhes despertar outros interesses, para além dos rendimentos obtidos nos empreendimentos bélicos.

Interessa-nos, portanto, aqui salientar o papel e a importância destes grupos no dia-a-dia municipal das sociedades fronteiriças de Riba - Côa, com base nos seus regulamentos costumeiros. Estas normativas chamam principalmente a atenção para os aspectos militares e sociais, como as formas de recrutamento dos participantes, a composição e a organização das tropas concelhias e para os deveres que estas deveriam cumprir nas suas deslocações em missão. Convém ainda não esquecer que estas camadas populacionais, facilmente conotadas com as actividades bélicas, desempenharam outras tarefas municipais e laborais na vida diária, que interessam também aqui conhecer, sobretudo, numa fase de transformação das sociedades de fronteira, que assistiram ao despontar de novos interesses e valores e, ao mesmo tempo, ao distanciamento das práticas guerreiras, num “contexto de «superação da primitiva sociedade de fronteira».”⁶⁵ Cavaleiros e peões foram um exemplo disso.

Personalidade Jurídica

Os cavaleiros destacavam-se nas sociedades concelhias de Riba – Côa. Constituíam um grupo peculiar, desprovido de conotações e de obrigações nobiliárias, porque os seus membros estavam interditos a “exercer poderes senhoriais, nem dentro

⁶⁵ Mário Viana, op.cit, 2012, p.64. Vide, J. M^a Monsalvo Antón, “Transformaciones sociales y relacionales de poder en los concejos de frontera, siglos XI – XIII. Aldeanos, vecinos y caballeros ante las instituciones municipales.” In *Relaciones de poder de producción y parentesco en la Edad Media y Moderna. Aproximación a su estudio*. Comp. De Reyna Pastor, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, pp. 132 – 133.

nem fora do concelho.”⁶⁶ Os concelhos ribacoanos permitiram, ainda assim, a fácil e rápida ascensão de indivíduos que não dispunham de títulos nobiliárquicos no seio destas sociedades municipais de fronteira, tão particulares, militarizadas e com necessidades especiais de garantir a defesa e a organização nestes núcleos urbanos, apesar dos seus processos de mudança e ao desabrochar de novos interesses para além da guerra. É, essa mesma fronteira que, segundo Julián Clemente Ramos, aparece como “un espacio com estruturas sociales especialmente abertas”⁶⁷, para que os indivíduos com alguma capacidade económica pudessem usufruir do estatuto de cavalaria. Essa riqueza nem sempre era conseguida, através da guerra. Havia, sim, outras formas de rendimento paralelas, assentes numa “base económica de explotaciones familiares agropecuarias, mínimamente consistentes, en el contexto de un mundo rural cuyos habitantes soportan escasos condicionamientos en sus derechos de propiedad.”⁶⁸

Para isso, bastava auferir rendimentos suficientes para adquirir um cavalo e armas, cujos valores oscilavam de vila para vila. Ou seja, os valores mínimos usados para taxar o património dos indivíduos variavam entre os cem morabitinos na maioria das povoações ribacoanas e os trezentos morabitinos, nas vilas de Alfaiates e Coria.⁶⁹

⁶⁶ José Mattoso, *Fragments de uma composição medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987, pp. 144 – 145. Vide, Julián Clemente Ramos, *La sociedad en el Fuero de Cáceres*, Cáceres, Institución Cultural «El Brocense» de la Excm. Diputación Provincial de Cáceres, 1990, p. 56; M^a Trinidad Gacto Fernández, *Estructura de la población de la Extremadura leonesa en los siglos XII y XIII (Estudios de los grupos socio – jurídicos, a través de los fueros de Salamanca, Ledesma, Alba de Tormes y Zamora)*, Salamanca, Centro de Estudios Salmantinos, 1977, p.113; Carmela Pescador, “La caballería popular en León y Castilla. (Continuación)”, in CHE, vols. XXXV-XXXVI, Buenos Aires, 1962, p.56.

⁶⁷ In, Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 56

⁶⁸ J. M^a Monsalvo Antón, op.cit, p.122. Vide, Fco. Javier Goicolea Julián, “Sociedad y poder concejil. Una aproximación a la elite dirigente urbana de la Rioja Alta Medieval.”, in *Studia Histórica. História Medieval*, N^o17, Salamanca, 1999, p. 90

⁶⁹ “De comprar cauallo. Tod ome que ualia ouiere de CL. Morabetis fueras sus uestidos del et de su mugier, et non ouiere cauallo, non tome portiello nil responda nadi, et responda el a todos, et si dixiere: non e ualia, iure com IIII quinto. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, *Los Fueros Municipales de Cáceres. Su derecho público (Tesis Doctoral)*, Cáceres, Excmo. Ayuntamiento de la Capital de la Alta Extremadura, 1974, p. L, Tít. 182. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, *Fuero de Usagre (Siglo XIII). Anotado con las variantes de Cáceres*, Madrid, Hijos de Reus, 1907, pp. 70-71, Tít. 184; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, *El Fuero de Coria. Studio histórico – jurídico*. Compilación de Emilio Sáez y prefacio de José Fernández Hernando, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1949, Tít. 59, Lv. III; “CFCM”, in PMH-LC, vol. I, Olisipone, IUSSU Academiae Seicentiarum Olisiponensis, MDCCCLVI, Tít. [356], Lv. VIII; “CFCR”, in PMH-LC, vol. I, Olisipone, IUSSU Academiae Seicentiarum Olisiponensis, MDCCCLVI, p. 894, Tít. [370], Lv. VIII; “CFA”, in PMH-LC, PMH. LC, vol. I, Olisipone, IUSSU Academiae Seicentiarum Olisiponensis, MDCCCLVI, p. 812, Tít. [188].

“Todo caualero uicino. Todo caualero uizino ó aldeano de CCC morabitinos sea caualero.” In “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 847, Tít. [553].

Vide, Carmela Pescador, “La caballería popular en León y Castilla”, in CHE, vols. XXXIII-XXXIV, Buenos Aires, 1961, p.134; Julián Clemente Ramos, “La sociedad rural extremeña (siglos XII – XIII)”, in REE, vol. 46, N^o3, Badajoz, 1990, p.544 e p.546; José Augusto da Cunha Freitas de Oliveira, “Peão ou cavaleiro. A fortuna de um pequeno proprietário de Sesimbra, em 1369”, in “Peão ou cavaleiro. A fortuna

Se, por um lado a compra de um equino era uma obrigação preconizada nos regulamentos municipais, trazia, por outro lado, vantagens e privilégios municipais e judiciais. Os vizinhos dos concelhos ou das aldeias ganhavam assim o direito de participarem nos assuntos concelhios, através do exercício de cargos e magistraturas e, além disso, ficavam com o direito de responder na justiça, sem quaisquer problemas, recorrendo também a representantes que os defendessem. Os seus depoimentos eram logo considerados válidos pelas autoridades judiciais. Estes benefícios eram tidos pelos governos locais como incentivos, mas também eram usados como restrições e sanções que os indivíduos com posses económicas deviam ter em conta, caso não adquirissem os cavalos. Também os alcaides de Riba – Côa se viram obrigados a obter cavalos para poderem assumir plenamente as suas funções, sobretudo, as de natureza jurídica, nas suas deslocações para fora dos concelhos, em rafala. Era só desta forma que podiam aplicar a justiça e os seus juízos ganharem validade.⁷⁰ Estas medidas concelhias reflectem portanto um “mecanismo de reproducción social de los caballeros villanos”⁷¹ aliado a uma acumulação de riqueza individual que permitia a fácil ascensão dos indivíduos ao estatuto de cavalaria. Também é, por outro lado, o “desempenho de uma função, a militar, que garante ao indivíduo o acesso ao privilégio institucionalizando a honra de cavalaria.”⁷²

No entanto, era bastante provável que alguns indivíduos se recusassem a ter cavalos para se escaparem das obrigações militares e fiscais inerentes ao *status* de cavaleiro, apesar das regalias estabelecidas nos «*corpora*» costumeiros. Também era frequente usarem outros estratagemas para não fazerem parte dos exércitos municipais,

de um pequeno proprietário de Sesimbra, em 1369”, in *Arquipélago. História*, vols. VII, Ponta Delgada, 2003, p. 272, in *Repositório da Universidade dos Açores*, <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/391>, 29 de Novembro de 2012; Luís Miguel Villar García, *La Extremadura Castellano-Leonesa. Guerreros, clérigos y campesinos (711 – 1252)*, [s.l], Junta de Castilla y León. Consejería de Educación y Cultura, 1986, p. 537; M^a Trinidad Gacto Fernández, op.cit, pp. 114-115; José Mattoso, op.cit, pp.355-356; Denis Menjot, “Hidalgos et caballeros dans les villes du royaume de Castille: l’exemple de Murcie (XIIIe-XVe Siècles)”, in *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*. Eds. Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria Filomena Lopes de Barros, Lisboa, Edições Colibri e CIDEHUS/EU, 2012, p.93; Carmela Pescador, op.cit, pp.179-180; Carmela Pescador, op.cit, pp.71-72.

⁷⁰ “Iudizio de iurados. Iuyzio de alcaides que iudgaren, preste su iudizio mientras fueren en caualleria, et depues que en pobrado fueren, iurados de ganado lo iudguen.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CV, Tít. 459. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 168-169, Tít. 481; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 112, Tít. 316; “CFCB”, in PMH-LC, vol. I, Olisipone, IUSSU Academiae Seicentiarum Olisiponensis, MDCCCLVI, p. 783, Tít. [342].

⁷¹ J. M^a Monsalvo Antón, op.cit, p. 137

⁷² Hermenegildo Fernandes, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo Medieval. O caso de Beja*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991. Exemplar Policopiado, p. 104

como, por exemplo, alegar rendimentos inferiores a aqueles que possuíam na realidade, emprestar os seus equinos a outras pessoas e apresentarem-se com mulas, em vez de cavalos, na esperança de não serem recrutados.⁷³ Os regulamentos costumeiros foram ainda mais longe ao conter cláusulas que impediam a substituição de uma pessoa por outra. A prestação militar era obrigatória e um dever municipal particular e “personalíssimo”⁷⁴, nas palavras de Alicia Matas Cascos, que mobilizava uma boa parte dos habitantes dos concelhos. Neste sentido, em Alfaiates, não estavam excluídos os indivíduos a cargo de outrem, como os sobrinhos que vivessem na casa do tio sem receber algum salário e com idade superior a vinte anos.⁷⁵

Por outro lado, os cavalos deviam estar aptos para a guerra, reunindo determinadas condições que os cavaleiros deviam ter em linha de conta. Uma delas residia na capacidade “económica de mantener un determinado tipo de caballo cuya valoración precisa se exige.”⁷⁶ Mas, nem sempre os cavaleiros reservavam os equinos para uso exclusivo nas expedições militares, utilizando-os também para outras actividades, como os trabalhos do campo e o transporte de mercadorias. Segundo os costumes e foros, os cavalos não podiam ser de «albarda o fuere tafarado». O uso diário dos cavalos com outras finalidades não podia ser usado como desculpa pelos cavaleiros para não comparecerem nas campanhas militares. Só ficavam excluídos dos ofícios militares os cavaleiros que vissem morrer os seus cavalos.⁷⁷

A vila de Alfaiates foi ainda mais longe ao definir nos seus costumes e foros que aqueles que não possuíassem cavalos, mas tinham rendimentos iguais ou superiores a cem morabitinos, eram obrigados a dar de comer ao rei, todas as vezes que se

⁷³ “(...) Tod ome qui caualllo dier a outro por escusare d’apellido o de fonsado, cortenle el rabo al caualllo. Et qui mula diere por escusare non le preste et pectet. Et si el non pudiere ir, enuie omme de fiuza. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. L, Tít. 182. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.71, Tít. 185; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 59, Tít. 179, Lv. III; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.937, Tít. [356], Lv. VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 894, Tít. [370], Lv.V III. Vide, Carmela Pescador, op.cit, p. 121.

⁷⁴ Alicia Matas Cascos, *Aportación al estudio del régimen local en la Transierra Leonesa (Coria)*. Memoria de Licenciatura realizada bajo la dirección de D. A. Carlos Merchán Fernández, Cáceres, Universidad de Extremadura. Facultad de Filosofía y Letras, 1986, p. 168

⁷⁵ “(...) Toto homine qui sobrino habuerit in sua casa sine soldar de medio anno arriba que xxti annos habeat uadat in fossado et prestet, et si adsi non fuerit non prestet” in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 822, Tít. [284]

⁷⁶ In, Luís Miguel Villar García, op.cit, p. 538.

⁷⁷ “(...) Todo caualllo que andare cutianamientre a albarda o fuere tafarado, non sea so donno escusado por caualllo. Et a quien caualllo moriere, sea escusado per un anno de caualllo et respondanle.”, in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. L, Tít. 182. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.71, Tít. 185; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 59, Tít. 179, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 750, Tít. [50]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.937, Tít. [356], Lv. VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 894, Tít. [370], Lv.V III. Vide, Luis Miguel Villar García, op.cit, p. 538, Carmela Pescador, op.cit, pp.71-72.

descolasse ao concelho.⁷⁸ Era uma forma de fazer com que todos os indivíduos contribuíssem com os encargos municipais, mesmo que aqueles que não fossem detentores de património considerável.

Hierarquicamente, os cavaleiros encontravam-se no topo da estrutura social, por cima dos peões. A distinção entre estes dois grupos assentava particularmente na riqueza económica que, por conseguinte, determinava a posição militar e social de ambos. Este facto refletia-se nas tributações e nas compensações em monetário, como a fossadeira, que os cavaleiros e peões entregavam aos concelhos. Mas, os peões não deixavam de ter a possibilidade de ascenderem socialmente. Bastava enriquecerem e preencherem os requisitos afixados pelos concelhos para se tornarem cavaleiros. A cavalaria era um estrato social permeável e aberto e, de certo modo, heterogéneo, permitindo assim a ascensão de indivíduos de origens sociais diferentes.

A honra de cavalaria podia-se também estender a outras pessoas. As viúvas não ficavam desamparadas das condições e privilégios que este estatuto sócio-militar comportava⁷⁹. Muitas destas mulheres de Cáceres e Usagre conservavam o *status* de cavaleiro, uma vez que tinham a possibilidade de se dedicar a actividades pastoris que exigiam a colaboração dos cavaleiros, sobretudo, para irem em rafala.⁸⁰ A transumância permitia que outras pessoas usufruíssem desta categoria, tais como, os parceiros que se

⁷⁸ “Todos homines qui ualia hab... Totos homines que ualia habuerint de C morabitos et non habuerint caualos, ipsos dent le comer al rege quando uiniere a la uilla”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 829, Tít. 350.

⁷⁹ “Cauallero que pro uibda. Tod cauallero que por uibda / touiere caualleria siquier fio o outro, sea escusado por totum anno quomdo desuper dictum es.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCIX, Tít. 424. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 159 Tít. 447. Vide, Mário Viana, “Os cavaleiros de Santarém nos séculos XII e XII”, in *Arquipélago. História*, vols. 9 – 10, Ponta Delgada, 2005 – 2006, p.580, in RUA, <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/1466>, 29 de Novembro de 2012; J. M^a Monsalvo Antón, op.cit, p. 164

⁸⁰ Entenda-se por rafala a expedição militar que visa a proteção e a defesa dos rebanhos que iam em transumância. “Qui non habuerit filios. (...) Cauallero que con uibda ouiere ganado o con orphano, toda caualleria tenga por si et por ella.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCIX, Tít. 423. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 159, Tít. 446.

organizavam com as suas reses para formarem cabanas.⁸¹ No entanto, a cavalaria estava vedada aos pastores.⁸²

O estatuto de cavalaria era também vitalício e hereditário, transmitido de geração em geração. O filho varão mais velho, após à morte do seu pai, tinha o direito a herdar o cavalo e as armas. No caso de famílias, onde não houvesse um filho mais velho, os costumes e foros expressam o cuidado de regulamentar estas situações sucessórias, estabelecendo que os referidos bens deviam ser doados pela alma do defunto. Os demais herdeiros eram porém excluídos de herdarem o equino e o armamento dos seus progenitores.⁸³ Em Alfaiates, foram estabelecidas mais medidas sucessórias referentes à transmissão dos bens dos cavaleiros. Ficavam proibidos de levar consigo as armas ou o cavalo «supersanado».⁸⁴

Os cavaleiros gozavam também de um conjunto de privilégios sociais, militares e, especialmente, fiscais nos municípios ribacoanos.⁸⁵ Em Alfaiates, por exemplo, estavam isentos de qualquer encargo perante o rei, desde que tivessem todas as armas necessárias para a guerra.⁸⁶ Já, os cavaleiros de Castelo Melhor e Castelo Rodrigo que tivessem cavalos de sela estavam livres de obrigações concelhias.⁸⁷

⁸¹“De tener caualleria. Todo ome qui ouiere oueias en su cabo et con otro ouiere aparceria en uaccas, tenga caualleria por las oueias et tenga por quantas uacas ouiere.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVII, Tít. 417. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 156, Tít. 439.

“(…) Aparcero estando en caualleria, non corran so ganado. (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CI, Tít. 434. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 162, Tít. 457.

⁸²“(…) Nengun pastor ageno non tenga caualleria. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CI, Tít. 434. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 162, Tít. 457.

⁸³“Qui muriere que den su cauallo per su anima. Tod ome que muriera, den so cauallo et sus armas a so filio maiori. Et si filio baron non abuerit, dent suas armas et suo cauallo pro anima sine otra particione, et alios filios non accipiant integra.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXVI, Tít. 77. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 30, Tít. 80; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 31, Tít. 72, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 753, Tít. [72]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.913, Tít. [142], Lv. IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 867, Tít. [152], Lv. IV; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 797, Tít. [55]. Vide, Alicia Matas Cascos, op.cit, p. 169; Mário Viana, op.cit, p. 580; Luís Miguel Villar García, op.cit, p. 54; M^a Trinidad Gacto Fernández, op.cit, pp.115-116; José Mattoso, op.cit, p. 359; Carmela Pescador, op.cit, p. 136; Carmela Pescador, op.cit, pp.76-79.

⁸⁴“Qvolibet homo. Qvolibet homo qui mortuus fuerit non leuent cum illo unum cauallum supersanado aut cum armis, et quantos ibi magis leuauerit tantos tres tres morabitos pectet (...)”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 813, Tít. [199].

⁸⁵ Fco. Javier Goicolea Julián, op.cit, p. 92

⁸⁶“(…) Todo caualero que aia todas armas non peche en pedido de rey ni en moneda. (...)”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 846, Tít. [526].

⁸⁷“(…) Todo ome de castiel mellor que ouier cauallo de silla en uilla non peyte.” In “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.930, Tít. [299], Lv. II. Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 887, Tít. [313], Lv. VI.

Cavaleiros, peões e a criminalidade

A convivência diária dos cavaleiros e peões costumava gerar alguns conflitos nos concelhos ribacoanos, que estavam relacionados, sobretudo, com a destruição dos bens alheios e com as práticas militares, principalmente, no que tocava à distribuição dos despojos e aos danos causados nos cavalos e nas armas. Deste modo, as autoridades locais tiveram o cuidado de regulamentarem os delitos e os dissidentes que pudessem surgir com estes indivíduos, contemplando-os nos *corpora* costumeiros. Apesar disso, os cavaleiros não deixavam de possuir um tratamento penal particular, uma vez que costumavam ser vítimas de delitos que iam contra as suas pessoas e o estatuto de cavalaria que detinham. Desmontá-los à força constituía uma humilhação e uma afronta que era penalizada com o pagamento de uma coima, cujo valor variava consoante a categoria municipal das vítimas e dos agressores. Ou seja, a pena pecuniária era mais elevada, se o cavaleiro fosse vizinho da vila do que da aldeia. Em ambos os casos, o agressor devia ainda reparar a ofensa, segurando o estribo para que o cavaleiro pudesse montar novamente o cavalo.⁸⁸

Nas expedições militares, os cavaleiros costumavam também sofrer agressões e danos durante os combates desencadeados, principalmente, nas «cavalgadas», azarias e fossados. Os costumes e foros regulamentam estas situações, impondo um sistema de pagamento de penas pecuniárias que variavam consoante o tipo de feridas e lesões provocadas nas vítimas e as armas usadas nas pelejas. Os danos causados nos cavalos e as perdas destes animais não foram também esquecidos. Os costumes e foros contemplaram, neste sentido, o pagamento de indemnizações, com o fim de compensar os cavaleiros pelos seus serviços prestados. Para isso, precedia-se então à avaliação dos equinos feridos. As compensações entravam no valor do quinhão correspondente ao proprietário do referido animal, segundo os regulamentos de Alfaiates.⁸⁹ Contrariamente, nas outras vilas, os lesados só eram ressarcidos pelo concelho ou pela

⁸⁸ “Qui descabalgare a uizino. Qui uizino descaualgare, que caullero sobiere, pectet ei X morabetis si lo pudier firmar, et tengalo la estribera. Sin autem, saluet se com IIII et V. Qui aldeano descaualgare, pectet ei II morabetis, et si ambos fueren aldeanos, tengale la estribera, et pectet ei II morabetis si firmare potuerint ei. Sin autem, saluese com dos aldeanos al fuero.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XX, Tít. 51. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 18 – 19, Tít. 52; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 25, Tít. 49, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 750, Tít. [50]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.906, Tít. [80], Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 859, Tít. [93], Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 795, Tít. [36]. Vide, Carmela Pescador, op.cit, p.183

⁸⁹“(…) Et cauallo uiuo aprecient lo quasi sano, et dent ei sua erecta, et metet el ferido en quinon et aquando de taio nisi fuerint per suo plazer. (...)”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.811, Tít. 183

companhia, mediante o testemunho de vizinhos ou de alcaides que comprovassem as agressões e as feridas dos cavalos.⁹⁰ Já as perdas dos cavalos requeriam outro tipo de atenção, sendo necessário que a vítima nomeasse testemunhas que confirmassem que os equinos tinham desaparecido em missão para se proceder ao pagamento das indemnizações, como acontecia também em Alfaiates.⁹¹ Desta forma, evitavam-se fraudes e abusos da parte dos donos dos cavaleiros que podiam usar o desaparecimento dos seus cavalos para auferirem rendimentos extras para além do botim a que tinham direito.

Na confusão dos conflitos, dos saques e dos destroços era frequente os participantes aproveitarem estes momentos para roubar e rapinar os campos de batalha e ocultar os bens tomados ao adversário, correndo o risco de ficarem com as barbas puxadas e cortadas.⁹² Esta pena era agravada se alguém não dividia com os seus companheiros os despojos e os bens conquistados ao inimigo nas operações de azaria, fossado e apelido, perdendo assim o direito à sua «ração» (quinhão)⁹³ e ainda pagava uma coima de cem morabitanos à companhia.⁹⁴

Mas, nem sempre as guerras e os conflitos eram motivos para os cavaleiros e peões cobiçarem e destroçarem os bens das outras pessoas. As rafalas eram também

⁹⁰ “De caballo quebrado de fonsado. Tod ome qui su caualllo aduxiere quebrado o dannado de fonsado o de azeria, demostrelo a III uizinos o II alcaides, et erectet illum concilio, et iure com III uizinos que alla se danno en aquela azeria o en aquel apellido. Et si assi non fiziere, non le den nada, ni de conceio nin de companha.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXVII, Tít. 372. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 133, Tít.381; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.98, Tít.364, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.786, Tít.[380]; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.885, Tít. [300], Lv. VII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 929, Tít.[286], Lv. VII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.811, Tít.[183].

⁹¹ “Qvi suo caualllo perdiderit. Qui suo caualllo perdiderit faciat locum III companeros de pan usque ad L morabitanos et non magis.” In “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.811, Tít.[183].

⁹² “Qui en lide se acercare et ante. Tod ome que en lide se acercare et ante que se tornarem de la rancada alguna cosa expoiar o rrobar, perda la racion e messenle la barua.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIX, Tít. 180. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 70, Tít. 182; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 58, Tít. 177, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.766, Tít. [182]; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.894, Tít. [368], Lv. VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.937, Tít. [354], Lv. VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.811, Tít.[183].

⁹³ “(...) Qui auer de fonsado o d’aceria o d’apellido tomare, y a sos conpaneros no lo diere a partir, perda la racion et messenle la barua.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XL,IX Tít.180. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.70, Tít.182; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 58, Tít. 177, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 766, Tít. 182; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 894, Tít. [368], Lv. VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.937, Tít. [354], Lv.VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.811, Tít. [183].

⁹⁴ “Qui rapare o furtare. Qui rapare o furtare auer que fuere dado a partir, per/da la racion et pectet C morabetis a la conpanna si potuerint firmare ei et messenla la barua. Sin autem, saluese dictum est.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIX, Tít. 181. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 70, Tít. 183; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 766, Tít. [183]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 59, Tít. 178, Lv. III “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.894, Tít. [369], Lv. VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.937, Tít.355, Lv.VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.812, Tít.[188].

convitativas para os cavaleiros ficarem com as reses abandonadas ou sem dono, ao contabilizarem os animais para entrarem nas devesas, onde permaneciam protegidos para apascentarem. Muitas delas acabavam mortas por eles, para poderem exigir o pagamento de coimas indevidamente pelos danos causados. Estes comportamentos foram sancionados pelas autoridades locais de Cáceres e Usagre, declarando que os cavaleiros deviam ter o cuidado de colocar as cabeças de gado perdidas de parte, sem lhes fazerem mal e, além disso, eram punidos monetariamente, se chegassem a causar a morte aos referidos animais.⁹⁵

A posse de cabeças de gado costumava trazer outros problemas. Os furtos de animais eram uma realidade frequente nas vilas de Riba – Côa, levando, o concelho de Alfaiates a legislar neste sentido. Era normal os demandados alegarem que haviam obtido os animais na guerra, sobretudo, em território inimigo ou nos botins que tinham recebido como recompensa. Nestes casos, para se resolver a contenda mais facilmente, as autoridades locais desta vila definiram que os acusados deviam trazer em sua defesa o adaíl e dois companheiros de expedição para servirem de testemunhas. Os seus depoimentos deviam provar que acompanharam os réus durante a «cavalgada».⁹⁶

As demandas e os conflitos resultantes da distribuição dos despojos e dos botins resultantes das expedições militares, sobretudo, das «cavalgadas» deviam ser resolvidas de forma imediata, sem ficarem em suspenso, devido às férias judiciais ou a outros motivos.⁹⁷ Pretendia-se, desta forma, resolver rapidamente os problemas que as actividades militares pudessem suscitar nas companhias.

Os animais não eram os únicos alvos dos cavaleiros e peões. Estes nem sempre costumavam respeitar as propriedades alheias por onde passavam, invadindo-as e destruindo-as. As herdades com frutos eram as preferidas dos militares para se

⁹⁵ “Quando possaren caballeros et fagan defesa. Caualleros, el dia posaren en, esse dia fagan su defesa, et si algun ganado i fallaren, saquenlo fueras et no lo maten ni tomem calonna, et si lo mataren pectetlo.” in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CII, Tít. 442. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 164, Tít. 465.

⁹⁶ “Toto omine qui demandare aut alio ganado. Nvllus homo qui demandare aut alio ganado ad altero que lo furtarem, et el altero dixiere – de terra de guerra la aduxi – firmet lo co adalil et II companeros, qui fuerit in ipsa caualgada, et teneat sua bestia, et si adalil non habuerit, firmet con III de los melores de la caualgada, et teneat sua bestia, et si non potuerit firmare respondat ad foro.” in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.838, Tít. [447].

⁹⁷ “Auer de caualgada. Tod auer de caualgada e de conpana non aya ferias nin deuedamiento.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXII, Tít. 339. Cf. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 133, Tít. 381; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 98, Tít. 364, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 786, Tít. [380]; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 885, Tít. [300], Lv. VII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 929, Tít. [286], Lv. VII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 811, Tít.[183].

alimentarem e se reabastecerem as suas provisões. Alfiates Castelo Melhor e Castelo Rodrigo, através das suas normativas costumeiras, penalizaram este tipo de desacatos contra as lavouras, castigando-os com o pagamento de um sólido de multa.⁹⁸

O comércio de mercadorias vedadas era outra das preocupações dos governos destes núcleos urbanos. Os cavaleiros que vendessem equipamento militar não escapavam também às penalizações que este tipo de transacções acarretava. A venda de lorigas fora do concelho de Alfiates era penalizada com uma multa de vinte morabitanos.⁹⁹

Cavaleiros, peões e a vida militar

Os cavaleiros, peões e besteiros incorporavam as milícias concelhias, ao contrário dos ferreiros,¹⁰⁰ de alguns dependentes e de outros que estavam escusados, indivíduos que por alguma razão, pessoal ou profissional, podiam ser considerados isentos das obrigações militares, normalmente, durante um período de um ano.¹⁰¹

⁹⁸ “(...) Qui intrauerit in labore alieno cum fructu, caualero aut de pede, pecet I solidum”, “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 801, Tít.[96]. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 917, Tít.[172] Lv. V. Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.872, Tít. [185], Lv. V.

⁹⁹ “De qui uindier loriga. Toto homine qui loriga uendire ad homine de foras de uilla pectet Xxti morabitanos.”, in, “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 838, Tít.[443]

¹⁰⁰ “Los ferreros. (...) Et ferrero que touier XXX reias en aldea tam in uilla, sea solto de pecha, et fazendera, et de fonsado et de apellido. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXV, Tít. 117. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 44 – 45, Tít. 119; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 757, Tít. [106]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 41, Tít. 110, Lv. II “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, pp. 880 - 881, Tít. [258], Lv. VI; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 925, Tít. [245], Lv. VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.803, Tít.[118]. Vide, Alicia Matas Cascos, op.cit, p. 168; M^a Trinidad Gacto Fernández, op.cit, p. 104

¹⁰¹ Eram considerados escusados os viúvos, os maridos que tivessem as suas mulheres ou os seus cavalos doentes, quinze dias antes de serem convocados para as campanhas. Ou seja, “(...) Tod ome qui su mulier ouier enferma o su caballo, non uaya en fonsado, ni en apellido, si firmar pudiere com III uizinos tam in uilla quam in aldeas. Et non pectet fonssadera ni apellido.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXV, Tít. 344. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 125-126, Tít. 353; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 784, Tít. [352]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 113, Tít. 324; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.869, Tít. [163], Lv. V; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 914, Tít.152, Lv. IV; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.830, Tít. 362. Vide, Alicia Matas Cascos, op.cit, p. 168; Carmela Pescador, op.cit, pp. 139 – 141; M^a Trinidad Gacto Fernández, op.cit, pp. 116-117.

Em Cáceres e Usagre, os viúvos eram outros indivíduos que também estavam isentos, mas da rafala, assim como os homens que alegavam razões de doença, mais uma vez, das suas esposas ou dos seus equinos. “(...) Otrosi nenguno non solten en rafala estando fueras por enfermedad o por muerte de su mulier o de su cauallo.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVIII, Tít. 420. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 157-158, Tít. 444. Vide, Alicia Matas Cascos, op.cit, p. 168; Carmela Pescador, op.cit, pp. 139 – 141.

Os costumes e foros preconizaram também no caso de morte dos cavalos, “sea escusado per un anno de cauallo et respondanle.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. L, Tít. 182. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 70-71, Tít. 184; “CFCB”, in

A guerra ofensiva e defensiva fazia parte da vida militar destas pessoas. Participavam nas expedições militares organizadas pelos concelhos e ainda acudiam aos chamados régios para se agruparem nos exércitos do rei, quando fosse assim necessário para defrontar o inimigo. Estas actividades eram fundamentais para as gentes de Riba-Côa, uma vez que viviam num estado contínuo de alerta e defesa face a qualquer sinal ou ataque do inimigo. Era também importante acalmar as populações urbanas ribacoanas, garantindo a paz e, atraindo novos povoadores para estes concelhos, com o fim de os dinamizar e trazer uma nova vida aos seus habitantes.

Fossados, azarias, almofalas e apelidos faziam parte do leque de missões municipais que estes grupos socio – militares deviam prestar. Já as cavalgadas não eram em Riba – Côa uma actividade exclusiva dos cavaleiros. Contavam também com a mobilização dos peões e besteiros. Todas as campanhas tinham um cariz obrigatório, devendo os cavaleiros comparecer com os seus cavalos e as suas respectivas armas aos chamamentos municipais, principalmente, quando se tratava de alguma ameaça que pusesse em causa a segurança das populações. A missão de defesa das vilas era designada de «apelido». Todos os homens em activo, cavaleiros e peões das vilas ou das aldeias, deviam acudir ao apelo de emergência perante qualquer situação de perigo, que funcionava, ao mesmo tempo, como uma chamada para a guerra. Estes deviam chegar a trotar e a correr a um determinado local de concentração de tropas nos municípios, sinalizado pela sena (bandeira do concelho), sob pena de serem penalizados. Os cavaleiros eram assim castigados com o corte do rabo do cavalo, ao passo que aos peões devia-se-lhes «messar» (puxar e cortar) as barbas.¹⁰² Os guerreiros deviam acudir ao pregão dos «apelideiros» de imediato, independentemente da hora do dia e do local,

PMH-LC, op.cit, p. 766, Tít. [185]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 59, Tít. 180, Lv. III *Vide*, Carmela Pescador, op.cit, pp. 139 - 141

Durante o ano de isenção, os cavaleiros estavam interditos de exercer os cargos de alcalde e vozeiro e ainda as magistraturas judiciais. Isto é, “D’escusados. Por todo home qui escusado fore de fonsado et de apellido, non iectem sortem in alcaldia, nec in uozeria, nec en iudgado.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXV, Tít. 361. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 130, Tít. 370.

¹⁰² “De apellido. Tod o cauallero o peon, quando odier el apellido non se fuere trotando o ccorriendo, de la uilla tambien como de la aldea, al cauallero, corten el rabo al cauallero, et al peon messenle la barua, si io pudieren firmar com III uicinos, et super hoc pectet la calopna a los apellideros sicut scriptum est.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. L, Tít. 185. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 72, Tít. 188; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 782, Tít. [335]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 93, Tít. 336, Lv. IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.865, Tít. [137], Lv. III; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 911, Tít.[127], Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.812, Tít. [189] e p.829,Tít. [342]. *Vide*, Alicia Matas Cascos, op.cit, p. 172; António Cumbreño Floriano, *Historia de Cáceres (El Fuero y la Vida Medieval). Siglo XIII*, 1ªEdição, Oviedo, La Cruz, 1959, p. 152; Carmela Pescador, op.cit, pp. 147 - 148

onde se encontrassem. Ou seja, se o pregão fosse lançado de manhã, os cavaleiros e os peões deviam aparecer de noite. Na eventualidade de o perigo ser detetado de noite, estes acudiam ao chamamento, até ao dia seguinte de manhã.¹⁰³

As expedições de guerra ofensiva ocorriam normalmente em território inimigo, “sarraceno y en la época de recolección de las cosechas com objeto de destruírselas, saquearles sus casas y robarles sus ganados.”¹⁰⁴ Conseguir cativos era outra das finalidades destas campanhas militares, principalmente das cavalgadas. Eram portanto incursões rápidas que visavam, muitas vezes, vandalizar, pilhar, angariar bens e outras riquezas em terras alheias.

A ausência dos cavaleiros e peões nos fossados, azaria e apelidos implicava o pagamento de um tributo em monetário, como, por exemplo, a fossadeira, que funcionava, ao mesmo tempo, como uma compensação. O valor desta contribuição oscilava de acordo com a categoria social e militar dos indivíduos. Por outras palavras, os cavaleiros eram obrigados a pagar quatro morabitanos, ao passo que os peões davam dois morabitanos.¹⁰⁵

A hoste¹⁰⁶ encontrava-se particularmente legislada em Cáceres. Esta vila gozava de um privilégio real de natureza militar, que consistia que os seus exércitos acompanhassem somente as tropas do rei, dentro dos limites da fronteira, não mais do que trinta dias.¹⁰⁷ Este benefício não se encontra porém nos regulamentos costumeiros

¹⁰³“Apellido. Tod cauallero, o primo junto, o peon, o terceiro que el apellido odier ena noche et ena manana non fuere com a sena, pectet la calopna. Et si enna mannana lo odier, ena noche sea com a sena. Et qui ita non fecerit, pectet el cauallero X morabetis, et el peon V aquellos apellideros que fueren en apellido, et por esto prenden sin calopna.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. L, Tít. 184. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 71-72, Tít. 187; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 766, Tít. [187]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 59, Tít.182, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.865, Tít. [137], Lv. III; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.911, Tít.[127], Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.812, Tít.[189]. Vide, Alicia Matas Cascos, op.cit, p. 172; António Cumbreño Floriano, op.cit, p. 152; Carmela Pescador, op.cit, p. 117

¹⁰⁴ In, Alicia Matas Cascos, op.cit, p. 172.

¹⁰⁵ Na ausência do apelido “(...) Et qui ita non fecerit, pectet el cauallero X morabetis, et el peon V aquellos apellideros que fueren en apellido, et por esto prenden sin calopna.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. L, Tít. 184 Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 71-72, Tít. 187; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 766, Tít. [187]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 59, Tít. 182, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.865, Tít. [137], Lv. III; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.911, Tít.[127], Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.812, Tít.[189]. Vide, António Cumbreño Floriano, op.cit, p. 146; Alicia Matas Cascos, op.cit, p. 169; M^a Trinidad Gacto Fernández, op.cit, p.116.

¹⁰⁶ A hoste era aqui entendida como um “exército formado com motivo de una gran empresa, tanto ofensivo como defensiva, en la que tomaban parte a la vez las tropas de concejos, las reales y las señoriales”, de acordo com Carmela Pescador. In, Carmela Pescador, op.cit, p. 123. Vide, Alicia Matas Cascos.

¹⁰⁷ “De no hir en hoste. Mando et otorgo al conceio de Caceres que non uayan en hoste mays de XXX dias, et esto con el cuerpo del Rey, et non con otri, et en su fronteira. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras

dos demais núcleos urbanos ribacoanos. Isto leva-nos a pensar que Cáceres seria a única vila de Riba-Côa a ser contemplada. Os restantes concelhos eram então obrigados a acudir às hostes régias com os seus soldados quando assim fosse necessário, ficando, sob as ordens do rei.

A vigilância das tropas e do espaço, onde estavam estacionadas durante as expedições, era uma actividade fundamental para a segurança e protecção dos próprios exércitos de qualquer movimento e investida do inimigo, sobretudo à noite. Normalmente estas funções eram levadas a cabo pelos atalaeiros, conhecidos também por esculca. Estes estavam encarregados de percorrer o acampamento e durante o dia em que “el ejército en actividad, bien preparándose, bien practicando la guerra, necesitaba vigilantes que pudieran ver desde lo alto a lo lejos y trasladarse rápidamente de un sitio a outro.”¹⁰⁸ Nem sempre os atalaeiros cumpriam os seus objetivos. Distraíam-se, descuidavam-se e dormiam em serviço, colocando assim em risco a segurança dos seus colegas e do acampamento. Estas fragilidades costumavam ser aproveitadas pelas tropas inimigas. Por isso, os atalaeiros que surpreendessem algum dos seus vigias a dormir em vela ou nas atalaias, deviam castiga-lo severamente, sendo este mutilado e expulso do concelho, como aleivoso. Se os atalaeiros não detetasse a infração e ocorresse incidente ou prejuízo para os exércitos acampados durante as cavalgadas, os infratores seriam queimados.¹⁰⁹

A organização dos exércitos municipais era feita em torno de companhias de homens a cavalo e a pé, denominados de «companheiros de pão». Um conjunto de companhias formava uma «quadriela» que era chefiada por um “adalid para la caballería y de un quadrellario para la infanteria.”¹¹⁰ Os «quadrilheiros» tinham também as funções de vigiar os cavalos dos militares, “velar por los intereses de los soldados, de organizar la evacuación de los heridos y especialmente, del reparto del botín.”¹¹¹

Valiente, op.cit, p. CX, Tít. [491]. Vide, Alicia Matas Cascos, op.cit, p. 171; Carmela Pescador, op.cit, p. 131.

¹⁰⁸ In Carmela Pescador, op.cit, p. 191.

¹⁰⁹ “(...) Atalaeros o otro ome que souier en talaya, o en uela, [et se dormiere], tresquilenlo et exca por aleuoso, si ei prouaren con II homines. Et si por aventura por mingua de tala/ero o d’escucha algun danno cogiere cabalgada kemenlo si lo fallaren durmiendo.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLVII, Tít. 175. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 68, Tít. 179; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 757, Tít. [108]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 42, Tít. 112, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 889, Tít. [326], Lv. VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 932, Tít[312], Lv. VIII. Vide, Carmela Pescador, op.cit, pp. 190 – 191.

¹¹⁰ In, António Cumbreño Floriano, op.cit, p.147. Vide, Alicia Matas Cascos, op.cit, p. 170

¹¹¹ In, António Cumbreño Floriano, op.cit, p. 147 Vide, Carmela Pescador, op.cit, p. 132

Os guerreiros deviam comparecer nos exércitos devidamente armados. A posse a manutenção correta dos cavalos era primordial para os cavaleiros. Os equinos deviam ser de qualidade e obedecer a determinados requisitos, estando essencialmente vocacionados para a guerra. Além disso, um bom equipamento era fundamental. O armamento variava também em função da riqueza e do poder de compra de cada participante, mesmo de cavaleiro para cavaleiro. Havia aqueles com mais possibilidades de poderem adquirir mais armas, acessórios e outras peças de vestuário para se protegerem melhor em combate. Este facto repercutia-se no momento da divisão dos despojos e na obtenção de «excusados», como acontecia, nas «almofalas».¹¹² As normativas costumeiras de Alfaiates são ainda mais explícitas e apresentam outros detalhes, quando se tratava de contingentes compostos por cem ou mais cavaleiros. Vejamos então, o cavaleiro que vestisse a loriga por cima da coita para ir em almofala ou azaria recebia a metade do botim. Mas, se levasse todas as armas tinha logo direito a uma «ração» inteira.¹¹³

Os cavaleiros deviam possuir um equipamento militar adequado à sua posição social. Todos levavam cavalos, como já foi anteriormente indicado. Era também comum os cavaleiros vestirem lorigas, lorigões, brafoneiras, coitas, capelos e almofares. As armas podiam ser feitas de madeira ou de ferro.¹¹⁴ As tendas de campanha albergavam-nos. Normalmente eram redondas, com vinte cordas¹¹⁵ e, em Alfaiates, eram confeccionadas com linho.¹¹⁶ As bandeiras ou pendões, denominadas de «señas» eram

¹¹² “De tenda redonda. Tod ome que lieuare tienda redonda en almofalla de uiente cuerdas o dent arriba, assi como ly pertenez, lieue II escusados, II caualleros, o VIII peones. Et qui leuare loriga com almofar, o lorigon com capiello, lieue II escusados, et por brufuneras lieue I escusado, III caualleros, o VI peones I esto tome maguer que non lieuen tienda. Hy estos escusados sean aldeanos, et si ennas aldeas non ouieren complimiento, tomen V de la uilla.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLVII, Tít.175. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 65-66, Tít.177; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.765, Tít. [177]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp. 56-57, Tít. 172, Lv. II. Vide, Alicia Matas Cascos, op.cit, pp. 168 – 169; Carmela Pescador, op.cit, p. 112 – 113 e 180 – 181.

¹¹³ “(...) Toto cauallero qui lorica uistire in la coyta, aut fuerint in almofala aut in azaria, tome media racciô. Et si leuar totas armas, tome entegra racciô: Et isti si fuerint inter totos de C caualleros arriba.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 829, Tít. [352]. Vide, Carmela Pescador, op.cit, pp. 180 -- 181

¹¹⁴ “(...) Cauallero que fore de fuste e de fierro leue IIII (...)”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 933, Tít. 318, Lv. VIII Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.890, Tít. [332], Lv. VIII. Vide, Carmela Pescador, op.cit, pp. 113 - 114

¹¹⁵ “De tenda redonda. Tod ome que lieuare tienda redonda en almofalla de uiente cuerdas o dent arriba (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLVII, Tít. 175. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 65-66, Tít. 177; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 765, Tít. [177]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp. 56-57, Tít. 172, Lv. II. Vide, Carmela Pescador, op.cit, p. 112 – 113.

¹¹⁶ “(...) Qui leuauerit tenda redonda de lino quod pertinet leuet II escusados (...)”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.812, Tít. [180]

outro complemento usado na guerra. Cada exército levava o seu sinal que os distinguia. Os peões partiam em missão a pé. No entanto, nada se sabe sobre o armamento que a infantaria levava, uma vez que as fontes costumeiras são omissas neste tipo de informações. Já, os besteiros, nas cavalgadas, deviam levar uma besta com duas cordas, uma «vancorda» e sessenta setas.¹¹⁷

Terminadas as expedições militares, os guerreiros eram recompensados pelos seus serviços prestados e ressarcidos pelos danos e prejuízos que sofressem. Era também o momento de tratar os feridos, avaliar os prejuízos, registar as perdas dos cavalos e do armamento e de contabilizar os cativos. Desta forma, procedia-se, em primeiro lugar, à entrega das indemnizações às famílias dos participantes reduzidos ao cativeiro pelo inimigo¹¹⁸, pelos ferimentos causados¹¹⁹ e pela perda de equinos, com o fim de indemnizar as vítimas, do ponto de vista económico.¹²⁰ As compensações deviam corresponder ao valor de um cavalo vivo e saudável, não devendo superar os

¹¹⁷ “Del fuero uieio de las caualgadas (...) Et ballestero que leuare balesta com II cuerdas et I uancuerda, et con LX saetas (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLVIII, Tít. 177. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 68, Tít. 179; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 757, Tít. [108]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 42, Tít.[112], Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.889, Tít. [326], Lv. VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 932, Tít.[312], Lv. VIII. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 60; Carmela Pescador, op.cit, pp. 118 – 119 e 181.

¹¹⁸ “(...) Caualero et peon qui captiuerit de azaria aut de fossado dent illi el melhor mauro out maura, aut melhor bestia mular aut caualar, qualem se elegerint suos parentes aut suos conpaneros de pan.” In “CFA” in PMH-LC, op.cit, p. 811, Tít. [181]. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 66-67, Tít. 178; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 765, Tít. [178]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp. 57-58, Tít. 173, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.893-894, Tít. [365], Lv. VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp. 936-937, Tít.[351], Lv. VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.811, Tít.[181]; “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLVII, Tít. 176. Vide, Carmela Pescador, op.cit, pp. 156 - 157

¹¹⁹ Vejamos o exemplo das cavalgadas: “(...) Tod omme a quien ferida dieren que exca de parte en parte, denle VI morabetis, et per outra ferida la meatad. Et ferida de cabeza onde ossos exiere, denle VI morabetis. Et quantos dientes o oreias o / quantos dedos perdieren, tantos X morabetis le den. Et por mano, o por pie, o por oio, o por narizes XX morabetis. Et ferida de caualllo que passare de part en parte, denle VI morabetis, et por outra ferida. (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLVIII, Tít. 177. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 67-69, Tít. 179; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 757-758, Tít. [108]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp. 42-43, Tít. 112, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.889, Tít. [326], Lv.VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 932, Tít.[312], Lv. VIII. Vide, Carmela Pescador, op.cit, pp. 158 – 159.

Nos fossados e azarias davam-se as seguintes indemnizações: “Et lanzada que passare de parte en parte denle IIII morabetis, et el otra II. Et de ferida de cabeza onde ossos exieren, IIII morabetis. Et qui membro perdiderit, denle XX morabetis; et a los plagados denle bestias moriscas fasta dia de particion. (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLVII, Tít.176. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 66-67, Tít. 178; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 765, Tít. [178]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp. 57-58, Tít. 173, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.893-894, Tít. [365], Lv. VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp. 936-937, Tít.[351], Lv. VIII; “CFA” in PMH-LC, op.cit, p.811, Tít. [181]. Vide, Carmela Pescador, op.cit, pp. 158 – 159.

¹²⁰ “De so caualllo. (...) Et primero erechen et depues quinten.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIX, Tít. 178. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 69, Tít.180.

trinta morabitanos. E, em Alfaiates, os 50 morabitanos.¹²¹ Havia geralmente outros fatores a ter em conta na atribuição das recompensas. Pagava-se o custo do equino, na sua totalidade, se o animal fosse comprado há menos de um ano. O cavalo que fosse adquirido há mais de um ano, o seu dono recebia uma compensação no valor estipulado pelos regulamentos costumeiros.¹²² Estas só eram porém facultadas depois de as vítimas jurarem com algum companheiro diante dos alcaides.¹²³

No caso das cavalgadas, o processo do pagamento de indemnizações era mais exigente, devendo ser solicitadas num prazo de um ano, mediante a apresentação de provas que garantissem a perda dos equinos colocados a apascentar sem estarem devidamente presos. Estes procedimentos eram exigidos, no sentido de serem minimizadas as situações de fraude, porque nem todos os militares chegavam a perder os animais, vendo assim uma possibilidade de obterem uns dinheiros extra. Nestas situações, os *adaís* eram obrigados a intervir para averiguarem a veracidade das queixas dos lesados e das suas testemunhas. Se os donos dos animais estivessem a mentir eram mutilados e expulsos dos concelhos, como *aleivosos*.¹²⁴

As feridas provocadas nos cavalos eram também motivos para serem atribuídas indemnizações. Os cavaleiros só tinham direito a recebe-las, se os equinos morressem ou as feridas não fossem curadas antes da divisão dos despojos conseguidos nas cavalgadas. Mas, no caso de os cavalos ficarem gravemente feridos ao ponto de estarem

¹²¹ “(...) Qui sui caualllo perdiderit fatiat locum III companeros de pan usque ad L morabitanos et non magis. (...)” in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 811, Tít. [183] *Vide*, Carmela Pescador, op.cit, p. 162.

¹²² “(...) Et si caualllo ibi morierit, d’aquel ganado lo erechen. Et caualllo que moriere en apellido de conceio, del dia que lo conparo fasta I annum, denle tanto quanto lo conparo, et de anno adelant denle por el XXX morabetis.” In FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLV, Tít. 165. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 63, Tít. 167; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 764, Tít. [167]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 55, Tít. 163, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 884, Tít. [290], Lv. VII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 928, Tít. [276], Lv. VI. *Vide*, Carmela Pescador, op.cit, p. 161

¹²³ “De so caualllo. Qui su caualllo perdiere, por qual lo fiziere com un conpanero de pan, tal ge lo den fasta XXX. Morabetis, como scripto es ut supra. Et alcaides lieuenlo por la iura que fizieron que ualia le dan de so caualllo. Et caualllo uiuo aprecioenlo assi como sano et denle su herecha. Et metan el ferido en quinon. (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIX, Tít. 178. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 69, Tít. 180; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 765, Tít. [180]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 58, Tít. 175, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 937, Tít. [353], Lv. VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 937, Tít. [355], Lv. VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 81, Tít. [183]. *Vide*, Carmela Pescador, op.cit, pp. 159 – 162.

¹²⁴ “(...) Et erechen todo caualllo fueras caualllo que echaren a pacer sin soltas. Et si dixiere so donno: trauado lo echet firme con III companneros, et prenda herecha. Et si non, non ge la den. Et si los adalides o la conpanna les prouaren que mentira firman, tresquienlos, et excan por aleuosos.” in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLVIII, Tít. 177. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 67-69, Tít. 179; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 757-758, Tít. [108]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp. 42-43, Tít. 112, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 889, Tít. [326], Lv. VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 932, Tít. [3129], Lv. VIII. *Vide*, Carmela Pescador, op.cit, p. 167

para morrer, dava-se um prazo de nove dias para ser verificada a reabilitação dos animais, antes de se proceder à entrega das recompensas. Os ferimentos e as agressões nos cavalos deviam também ser comprovadas pela companhia militar.¹²⁵

Depois das expedições, reuniam-se os prisioneiros de guerra, principalmente os muçulmanos, que tivessem sido reduzidos ao cativeiro durante os saques para serem posteriormente negociados e permutados, com a ajuda dos alfaqueques.

Só, depois de cumpridas estas etapas é que se faria a repartição e a entrega do botim pelos militares. Mas antes, o rei devia receber a sua parte, a quinta¹²⁶ paga pelos concelhos, assim como era obrigatório destinar uma parte dos rendimentos para as Igrejas e outra para a redenção dos cativos, segundo os preceitos costumeiros. Em Alfaiates, por exemplo, dava-se uma «ração», um botim a Santa Maria e a Santa Ágata por cada cem botins entregues aos cavaleiros, no regresso do fossado ou azaria.¹²⁷ Nas vilas de Cáceres e Usagre havia o costume de entregar uma «ração» a Deus e outra aos cativos.¹²⁸

A distribuição dos rendimentos de guerra obedecia a regras. Em primeiro lugar, os alcaldes e os atalaeiros seleccionavam os bens que lhes correspondiam, enquanto os restantes despojos eram sorteados pelos participantes.¹²⁹ Depois, todos os guerreiros

¹²⁵ “(...) Cauallo ferido o quebrado, si so senor se temiere quel morra, demostrelo a la conpanna et ellos lo tengan fasta VIII dias. Et si muriere denle erecha de muerte. Et si uisquiere denle so derecho. Toda ferida que ante particion fuere sana non tome erecha.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLVIII, Tít. 177. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 67-69, Tít. 179; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 757-758, Tít.[108]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp. 42-43, Tít.112, Lv.II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.889, Tít.[326], Lv.VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.932, Tít.[312], Lv. VIII

¹²⁶ “(...) Tod ome que caualgare de Caceres o de so termino, et ganancia troxieren, de la quinta en Caceres (...)”, in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIX, Tít. 179. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 70, Tít. 181; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.765, Tít. [181]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 58, Tít. 176, Lv.III.

“(...) Estos son los derechos que deue auer el Rey en Caceres. Tod ome que de Caceres caualgare et ganacia troxiere en Caceres de la quinta. E los adalides prendan su redroquinta, et el iuez su sietmo, et el senor lo al(...)” in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXVIII, Tít. 380. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 135-136, Tít. 389; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 789, Tít. [400]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 104, Tít. 388, Lv. IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.892, Tít.[348], Lv.VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.935, Tít.[334], Lv. VIII.

¹²⁷ “De fossado et de azaria de C rationes et deinde arriba fatiant I^a rationem ad sanctam mariam et altera ad sancta agatha (...)” in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.811, Tít. [181]. Vide, Carmela Pescador, op.cit, p. 177

¹²⁸ “(...) De fonsado o d’aceria de X cauallerias a arriba den una racion a Dios y otra a catiuos (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLVIII, Tít. 177. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 70, Tít. 183. Vide, Carmela Pescador, op.cit, p. 177

¹²⁹ “De fonsado. (...) et [ad] alcaldes et atalaeiros de C cauallerias e dent arriba senos boes, o III quatro morabetis. Et de L cauallerias a iuso deles II dos morabetis; et los talaeros excoian antes, et los otros sorteen. (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLVII, Tít. 176. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 66-67, Tít. 178; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.

recebiam o botim. A entrega dos bens era feita também consoante a categoria social e militar de cada participante e também consoante a riqueza e o poder compra dos cavaleiros para adquirirem mais e melhor equipamento e acessórios de guerra. Ou seja, os cavaleiros tinham direito a uma quantia maior em relação aos peões.¹³⁰

Os botins não eram a única fonte de rendimentos associada à guerra. Os cavaleiros recebiam também salários pela participação em determinadas missões, como a rafala, desde que tivessem feito parcerias para irem em transumância. As remunerações eram somente entregues, ao fim de três dias, depois de se apresentarem diante dos jurados de rafala.¹³¹

A rafala era uma outra expedição militar anual, com características peculiares, que se encontrava particularmente regulamentada nos foros extensos sobre os Gados de Cáceres e Usagre. Tratava-se de uma missão de carácter obrigatório para os cavaleiros e peões¹³², que visava principalmente proteger e garantir a segurança dos rebanhos em transumância, nos percursos de longa distância em direcção a sul, em busca de novas pastagens. Durante as deslocações era importante salvaguardar as reses de qualquer perigo, fosse ele proveniente do inimigo ou de simples ataques de ladrões. Cada cabana era acompanhada por um cavaleiro, que podia também ser contratado pelos pequenos proprietários interessados em fazer sociedades pecuárias.¹³³

765, Tít. [178]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp. 57-58, Tít. 173, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.893-894, Tít.[365], Lv.VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp. 936-937, Tít.[351], Lv. VIII; “CFA” in PMH-LC, op.cit, p.811, Tít. [181].

¹³⁰ Depois das cavalgadas, os despojos eram entregues da seguinte forma: “(...) el caualero prenda media racion et el peon a quarta. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLVIII, Tít. 177. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 67-69, Tít. 179; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 757-758, Tít. [108]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp. 42-43, Tít.112, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.889, Tít.[326], Lv.VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 932, Tít.312, Lv. VIII.

¹³¹ “(...) Tod cauallero que caualleria touiere por sus aparceros, el dia que los parare ante los iurados, a tercer dia lo paguen. (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CI, Tít. 435. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 162-163, Tít. 458

¹³² O peão que abandonasse a «anúduva», isto é, a rafala antes de a expedição finalizar, estava sujeito ao pagamento de quatro morabitanos. In, “(...) Tod peon que dexare su annubda ante de su plazo, pectet III morabetinos a los caualleros de la caualleria.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVI, Tít. 413. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.154-155, Tít. 435

¹³³ “De tener caualleria. Todo ome qui ouiere oueias en su cabo et con otro ouiere aparceria en uaccas, tenga caualleria por las oueias et tenga por cuantas uacas ouiere. (...)” In, “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVII, Tít. 417. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 70, Tít. 183.

“(...) Tod ome que ganado ouiere a meatad, abengas con sus conpaneros por hy en rafala, et el cauallero que ouiere a yr (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVIII, Tít. 420. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 157, Tít. 443

“(...) Tod ome que ouiere de L oueias a suso, fagasse aparcerero con otros fasta II mille oues, et den I cauallero. (...) qui ouiere de X uaccas a ssuso, fagas aparcerero con otros fasta IIII centas uaccas, et den I

Os cavaleiros estavam ainda incumbidos de outras funções como acompanhar os pastores nos percursos ganadeiros e ajudá-los a apascentar os animais. Para isso, construíam-se as devesas, delimitando assim espaços próprios, coutados, com o uso de «moiones» (vedações e estacas) para as reses poderem pastar seguras e livres. Com esta finalidade, os cavaleiros ficavam com o direito de expulsar e capturar os animais abandonados ou sem dono que por ali se encontrassem.¹³⁴ Era importante que os terrenos de pastagem ficassem totalmente desocupados para os rebanhos poderem permanecer à vontade e devidamente identificados e vigiados pelos cavaleiros, pastores e parceiros das cabanas. Os animais permaneciam nas devesas, até que os recursos e as possibilidades de alimento se esgotassem. Depois disso, procedia-se novamente à distribuição de pastos.

Os cavaleiros, em conjunto com os pastores, contabilizavam os animais que tinham a cargo, com o objectivo de não se misturarem com outras reses que se encontrassem perdidas ou que pertencessem a outros proprietários. Corriam as pastos para capturar («prender») as cabeças de gado alheias aos rebanhos, colocando-as de parte. Os gados eram guardados para serem posteriormente apresentados nos outeiros. Aí, os seus donos tinham a possibilidade de as recuperar ao longo de três assembleias consecutivas.¹³⁵

Isto, nem sempre acontecia. Os cavaleiros, assim como os pastores, aproveitavam-se das correrias dos gados, com o fim de se capturarem animais para os venderem ou para exigirem o pagamento de coimas de forma arbitrária.¹³⁶ Estes chegavam também a alegar que as reses tinham morrido para sacarem indemnizações

cauallero. Et por II cientas eguas den I cauallero. (...)" in "FC", in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. C, Tít. 433. Cf. "FU", in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 162, Tít. 456.

¹³⁴ "(...) Caualleros, el dia posaren en, esse dia fagan su defesa, et si algun ganado i fallaren, saquenlo fueras (...)" in "FC", in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CII, Tít. 442. Cf. "FU", in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 164, Tít. 465

"(...) Defesa que caualleros sacaren que caualleria touieren, de ganado qui en ella entrare, prendaly I carnero, et de porcis similiter, et de uaccas V solidos. (...)", in "FC", in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. C, Tít. 431. Cf. "FU", in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 161, Tít. 454

¹³⁵ "(...) Ganado que trociere moion que caualleros dieren que caualleria touieren, prendan de la grey de las oueias V carneros, et saquenlos por II morabetis. Et de busto de las uacas I uaca, et saquenla por II morabetis fasta III oteros. Et si non sacaren, non respondan mays por ello. (...)", in "FC", in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVII, Tít. 419. Cf. "FU", in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 157, Tít. 442

¹³⁶ "(...) Caualleros, el dia posaren en, esse dia fagan su defesa, et si algun ganado i fallaren, saquenlo fueras et no lo maten ni tomen calonna, et si lo mataren pectetlo." in "FC", in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.CII, Tít. 442. Cf "FU", in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 164, Tít. 465

em benefício próprio. Outras vezes, as cabeças de gado eram novamente perdidas ou ainda serviam de manjar aos cavaleiros.¹³⁷ Nas correrias, estes tinham também o costume de penhorar outros animais, fugindo aos regulamentos costumeiros. Deviam ser preservados os «moruecos» (carneiros macho) e ovelhas, com o fim de ser assegurada a reprodução.¹³⁸

Durante a transumância, organizavam-se os outeiros, isto é, as reuniões ou assembleias de rafaleiros e pastores, onde se fazia um ponto da situação da expedição e dos eventuais acontecimentos que foram surgindo. Nestes outeiros, fazia-se ainda um balanço da composição dos rebanhos dos ganadeiros e dos animais que se encontrassem a mais, na altura de construir as devesas e nas pequenas deslocações à procura de novas terras para pastarem. Estas cabeças de gado eram colocadas de parte para que os seus proprietários as pudessem resgatar ao longo de três outeiros consecutivos, caso contrário, perdiam a possibilidade de as ter de volta.¹³⁹ O dia de São João era também outra data limite para os donos dos gados poderem recuperá-los, depois de serem apreendidos em rafala, com ou sem correria.¹⁴⁰

Guerreiros, poder e o quotidiano municipal

A vida quotidiana dos guerreiros não era sempre preenchida pelas expedições militares. A guerra não chegou a ser uma atividade exclusiva destas pessoas, como iremos ver. Estas desenvolveram também outros interesses nos concelhos de Riba-Côa. A política foi uma das atividades desempenhadas, principalmente, por cavaleiros. Estes

¹³⁷“(…) Caualleros que ganado corrieren, fallando carneros non prendan oues, et si algun carnero comieren, o malmetieren o perdieren, pectentlo a sso senor si sacarlo quisiere.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CIII., Tít. 446. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 165, Tít. 469

¹³⁸“(…) Caualleros que ganado corrieren, ffallando carneros castrados, non prendan oueias nin morueco. Et si el senor del ganado dixerit que carneros auia hy castrados, et prisiorum oueias, firmen II de los corredores que non auia hy carneros, et por esso prisieron oues. (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.CIV, Tít.458. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 168, Tít. 480.

¹³⁹“(…) Ganado que trociere moion que caualeros dieren que caualeria touieren, prendan de la grey de las oueias V carneros, et saquenlos por II morabetis. Et del busto de las uacas I uaca, et saquenla por II morabetis fasta III oteros. (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVII, Tít. 419. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 157, Tít. 442.

¹⁴⁰“(…) Toda corredura que fiziere iurados o rafalleros, si fasta San Ioan no la quisieren sacar, non respondan mays por ellos.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CV, Tít. 464. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 170, Tít. 486

“(…) Puercos que fueren corridos, tal fuero ayan como las oues et assi las saquen.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CVI, Tít. 465. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 70, Tít. 183.

eram acima de tudo vizinhos, pertenciam a colações e faziam parte das assembleias municipais, concelhos e corrais. Também participaram nos assuntos concelhios, davam opiniões, tomavam decisões e exerciam cargos públicos. Muitos deles foram assim alcaides, vozeiros, juízes.¹⁴¹ Nos seus ofícios, aplicaram a justiça, serviram de advogados e de representantes judiciais, exigiram e receberam o pagamento de coimas e responsabilizaram-se pela quinta dos botins, antes de serem entregues aos monarcas. Também os cavaleiros fizeram parte da estrutura administrativa da rafala, resultante da importância do desenvolvimento do setor ganadeiro nos concelhos de Riba-Côa. Tinham a cargo a organização da transumância local, a formação das parcerias, a justiça, a nomeação dos cavaleiros corredores do gado, entre outras funções.

Os trabalhos da guerra foram também conciliados com outras atividades profissionais, sobretudo ligadas à agropecuária e aos negócios.¹⁴² Os cavaleiros eram detentores de propriedades agrícolas e de cabeças de gado. Apascentavam as suas reses nas proximidades dos concelhos e ainda participavam em transumância, constituindo parcerias com outros proprietários, ao mesmo tempo, que as protegiam dos perigos e incidentes que pudessem ocorrer nas longas deslocações e na procura de novos pastos para que os animais permanecessem em segurança.

Também contrataram mão-de-obra, isto é, dependentes para desenvolverem ainda mais os seus ofícios e gerarem novos investimentos¹⁴³. Contaram então com o importante auxílio de jugueiros, hortelãos, pastores, colações e entre outros trabalhadores e suas famílias. Por outras palavras, os cavaleiros tornaram-se grandes terra-tenentes e geriram os seus trabalhadores, aproveitando e, explorando os recursos locais e os espaços que circundavam os concelhos para dinamizarem as suas atividades e negócios. Acumularam, desta forma, mais riquezas e aumentaram o seu poder, para além das ganancias obtidas na guerra.

¹⁴¹ “(...) Iudizio de alcaides que iudgaren, preste su iudizio mientras fueren en caualleria (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.CV, Tít. 459. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 167, Tít. 477

“(…) Por todo home qui escusado fore de fonsado et de apellido, non iecten sortem in alcaidia, nec in uozeria, nec en iudgado.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXV, Tít. 361. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 130, Tít. 370. Vide, M^a Trinidad Gacto Fernández, op.cit, p. 113; Luís Miguel Villar García, op.cit, p.537; Carmela Pescador, op.cit, p.184

¹⁴² Vide, J. M^a Monsalvo Antón, op.cit, p. 166; Luís Miguel Villar García, op.cit, p. 551.

¹⁴³ Vide, J. M^a Monsalvo Antón, op.cit, pp. 163-164; Luís Miguel Villar García, op.cit, p. 551; José Mattoso, op.cit, p.356.

Em suma, os cavaleiros, nos centros urbanos de fronteira de Riba-Côa, constituíram uma elite de prestígio, assente nas armas e nos seus novos interesses e iniciativas políticas e económicas. Estamos diante de um grupo social militarizado que vai ganhando, de forma paulatina, uma nova consciência, suportada por novos valores que iam para além da guerra, afastando-se dos padrões das primeiras sociedades primitivas de fronteira. O poder, os privilégios e os benefícios das atividades bélicas vão sendo, pouco-a-pouco, suplantados por novas necessidades e vontades da cavalaria-vilã, que já não entende a guerra como a única alternativa e fonte de rendimentos e de poder, no seio das sociedades municipais. O dinheiro assume-se como um veículo primordial de ascensão social e de poder, bastante notório na capacidade de aquisição e manutenção de um cavalo, armamento e de outros acessórios indispensáveis para a guerra, mas também na capacidade de investir em terras, cabeças de gado e em outros bens e empreendimentos.¹⁴⁴ Ninguém, à partida, estava impelido de ascender socialmente e de ter acesso à honra de cavalaria. Não obstante, a guerra não deixou de ter importância para as populações ribacoanas. Os perigos, ameaças e as eminências de ataques inimigos não deixaram de ser ainda uma constante que pairava nestas sociedades, que tinham a obrigação natural de dispor de exércitos rápidos e eficientes para garantirem a segurança e o bem-estar de todos.

Os cavaleiros constituíram um grupo aberto, heterogéneo, hereditário, com poder económico e influência política suficiente para determinar os desígnios concelhios, através do exercício de cargos municipais e também de ofícios relacionados com a rafala, mais em concreto, com a transumância, um dos pilares do desenvolvimento económico das vilas ribacoanas. Controlavam, por assim dizer, os interesses locais, mas também económicos, como o setor ganadeiro.

Tudo isto lhes vai proporcionar um papel de relevo, prestígio e afirmação no interior dos concelhos de fronteira de Riba-Côa, formando um *status quo* particular. Assistimos, deste modo, ao despontar de um novo perfil de cavalaria, que se vai desenhando paulatinamente nestes municípios fronteiriços, num quadro de mudanças sociais, marcado, principalmente, por um clima de paz, de reorganização, desenvolvimento e de novas necessidades municipais, que se encontram bem latentes nos regulamentos costumeiros.

¹⁴⁴ Vide, José Mattoso, op.cit, p. 360

1.2.O critério socio-laboral;

A guerra não era uma prática exclusiva nas vilas de Riba-Côa. Havia um sem fim de atividades importantes que asseguravam o desenvolvimento do dia-a-dia das populações ribacoanas. Era primordial garantir os trabalhos agropecuários, industriais, comerciais e outras prestações de serviços, normalmente levadas a cabo por mulheres ou por escravos. Os dependentes exerciam assim um papel fulcral no desenvolvimento das atividades económicas, como veremos mais adiante.

Estes faziam também parte das sociedades de fonteira de Castelo Rodrigo, Alfaiates, Castelo Melhor, Castelo Bom, Coria, Cáceres e Usagre. Eram trabalhadores assalariados que estavam sob a égide de um amo que podia ser o concelho, uma entidade eclesiástica ou nobre ou ainda alguma ordem militar, como, no caso da vila de Usagre. Eram pessoas livres¹⁴⁵, embora nem todas usufríssem da mesma condição jurídica e económico-fiscal, estavam ligadas às mais variadas actividades da economia urbana de Riba – Côa. Entre elas, podemos encontrar os solarengos, «colaços»¹⁴⁶, pastores, mancebos, labradores, jugueiros, quarteiros, moleiros, hortelãos, trabalhadores associados ao setor artesanal, criados domésticos, entre outros. Compunham, acima de tudo, um grupo de assalariados heterogéneo, diversificado e hierarquizado.

Senhores e dependentes mantinham relações laborais de cariz contratual marcadas por uma certa dependência da parte dos contratantes, sobretudo, jurídica e protetora. Ou seja, os dependentes, designados geralmente de «aportelados», usavam a sua força de trabalho a troco de um salário, pecuniário ou em géneros e de outras garantias laborais. Alguns trabalhadores chegavam ainda a participar em espécies de sociedades ou parcerias com os seus “patrões”, beneficiando de contra-partidas e dos lucros obtidos nos negócios. Estes factos faziam com que o dependente fosse visto como um trabalhador, uma “persona y nunca se debe vérselo como una cosa”.¹⁴⁷

Os amos, tal como os seus trabalhadores, não eram todos iguais. Estes dispunham de graus diferentes de riqueza. Dedicavam-se a múltiplas actividades

¹⁴⁵ Raquel Homet, “Los collazos en Castilla (siglos X – XIV)”, in CHE, vol. LIX – LX, Buenos Aires, 1976, p. 125

¹⁴⁶ Entenda-se por «colaços», dependentes assalariados agrícolas, ligados à terra. Idem, Ibidem, pp. 109 - 112

¹⁴⁷ Francisco A. Roca Traver, *Un siglo de vida mudéjar en la valencia Medieval (1238 – 1338). Estudios de la Edad Media en la Corona de Aragón*, vol. V, Zaragoza, 1952, p.60

económicas, sobretudo, agropecuárias. Eram normalmente detentores de casas e propriedades agropecuárias, chegando a necessitar de mão-de-obra suficiente para lavrarem e cuidarem das suas culturas, em especial, cerealíferas, vinícolas e hortícolas. Outros eram também proprietários de cabeças de gado, estante ou transumante. Os rebanhos que se deslocavam em transumância, percorrendo longas distâncias à procura de novos pastos, iam conduzidos e sob a vigilância de uma equipa de pastores especializados e de cavaleiros de «rafala». Havia, por outro lado, os donos de moinhos e azenhas e os mesteiros com as suas oficinas nas vilas e nos seus arredores, onde se podiam encontrar trabalhadores experimentados em determinados ofícios com criados que funcionavam como seus ajudantes. Destes dependia a transformação de matérias – primas, o fabrico de produtos e o abastecimento urbano de mercadorias necessárias para o quotidiano dos ribacudanos, colocando-as nos circuitos comerciais. O comércio era outra actividade partilhada por amos e dependentes, trazendo e fazendo escoar os seus produtos e outras mercadorias para o consumo dos ribacudanos.

Mediante este cenário, cabe-nos, portanto, questionar como seriam as relações pessoais, jurídicas, laborais, económicas e fiscais entre amos e dependentes nas vilas de Riba – Côa à luz dos seus costumes e foros, uma vez que estes preceitos funcionavam como uma espécie de “códigos de trabalho”, onde eram definidas, principalmente, as bases dos vínculos contratuais, os deveres e os direitos de ambas as partes.

Personalidade jurídica dos amos e dos dependentes

A relação jurídica entre amos e dependentes apresentava certas particularidades em Riba - Côa. Os «aportaledos» (dependentes) não eram todos iguais, formando assim um grupo diferenciado e heterogéneo. Quer isto dizer, que nem todos os dependentes tinham o mesmo estatuto jurídico, económico, fiscal e municipal. A condição jurídica de cada assalariado variava, sobretudo, em função da capacidade fiscal, do estatuto municipal que cada um detinha nos concelhos e dos laços contratuais que eram selados com os seus senhores. As relações laborais ajudavam também a determinar a carga tributária, os deveres militares e a relação de dependência dos dependentes para com os seus amos.

Os «aportelados», embora se encontrassem sob a tutela de um amo, não eram considerados inferiores do ponto de vista processual.¹⁴⁸ Nas vilas fronteiriças de Riba - Cõa, estes tinham capacidade legal e jurídica para poderem demandar, ser demandados, comparecer e responder em juízo. As demandas laborais eram um exemplo disso. O incumprimento das cláusulas contratuais e o pagamento dos salários eram as querelas que mais frequentemente chegavam aos tribunais ribacudanos, sendo resolvidas normalmente ao longo do ano, inclusive nas férias judiciais da Quaresma. Os danos causados pelos «colaços» eram também sentenciados durante este período de pausa dos trabalhos judiciais, constituindo uma exceção.¹⁴⁹

Os jogueiros, hortelãos, pastores e moleiros que vivessem permanentemente nas casas dos seus amos constituíam um caso à parte.¹⁵⁰ Estes profissionais não podiam ser responsabilizados judicialmente e ainda perdiam o direito de terem representantes em sua defesa, como os advogados, ficando, sob a alçada dos seus amos que deveriam assumir as culpas e as sentenças deliberadas em tribunal. Abria-se, no entanto, uma exceção para os «aparceriros» de gado¹⁵¹. Estes podiam ir ao encontro doa vozeiros para os defenderem em juízo e receberem apoio jurídico.¹⁵²

¹⁴⁸ Alberto García Ulecía, *Los factores de diferenciación entre las personas en los Fueros de la Extremadura Castellano – Aragonesa*, Sevilla, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1975, p. 343

¹⁴⁹ “De ferias de XL. Estas son ferias de XL: Respondan por dineros de laurador, et por azada, et por azadon, et por podadera et por todo danno de laour, respondan. (...) Et estas ferias atal fuero / ayan como las ferias de agosto. Soldar de collaço nin perdida que el faga a so senor non aya ferias. (...)”, in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXI, Tít. 235. Cf. “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp. 72 - 73, Tít. 240, Lv. III; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.91, Tít. 241.; “CFCB”, in PMH – LC, op.cit, p.772, Tít. [238]; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 877, Tít.[229], Lv. V; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 922, Tít.[216], Lv.V; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 818, Tít.[245].

¹⁵⁰ “Fiio enparentado non responda. Filio enparentado qui com suo patre morar, o sobrino, o iuguero, o ortolano, o molinero, o pastor, o colmenero, non responda a nadi, ni nadi a el. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXIV, Tít. 353. Cf. “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 95, Tít. 349, Lv. IV; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.128, Tít.362; “CFCB”, in PMH – LC, op.cit, p.785, Tít.[362]; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 868, Tít. [161], Lv.IV; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 914, Tít.[150], Lv. IV. Note-se que esta normativa não se encontra no “código” costumeiro de Alfaiates.

¹⁵¹ Entenda-se por «aparceriros» de gado, aqueles indivíduos, pequenos proprietários de gado, que não reuniam animais suficientes para formar uma cabana de gado para poderem participar em transumância. Para conseguirem os seus objetivos de levar os rebanhos para outras pastagens mais abundantes em alimento para os gados, chegavam a formar sociedades, denominadas de «parcerias». Entre estes indivíduos costumavam estar também os pastores, que devido às suas funções laborais, conseguiam auferir algumas cabeças de gado pelos seus trabalhos prestados, reunindo assim alguns bens. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp. 331 - 332

¹⁵² “De uozeros. Nengun ome non sea recibido por uozeros e neguna voz si non fuere aparcero en ganado o non fuere uizino. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CVII, Tít. 472. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 172 - 173, Tít. 494

A responsabilidade processual e penal cabia em algumas situações aos senhores.¹⁵³ Ou seja, a aplicação da justiça e a resolução das demandas era da inteira responsabilidade dos seus amos. Este facto era comum nas terras de Riba – Côa, sobretudo, quando se estava diante de delitos cometidos contra outras pessoas e a propriedade alheia, como, acontecia nos casos de furto.¹⁵⁴ O sentido de responsabilidade dos amos estava relacionado com o facto de os dependentes chegarem a residir ou não na casa dos seus senhores.¹⁵⁵ Esta realidade funcionava como uma agravante, porque a convivência no interior das casas dos amos estreitava os laços de dependência entre ambos, colocando assim em causa a confiança e a lealdade dos «aportelados».

Do ponto de vista processual e penal, os dependentes de Riba – Côa eram também responsabilizados e notificados a comparecer na justiça pelos seus crimes, sem ser necessária a presença dos seus amos.¹⁵⁶ Eram também julgados pelos delitos que cometessem contra os seus senhores, as suas famílias e as outras pessoas da casa, sendo severamente castigados, sendo-lhes cortadas as mãos.¹⁵⁷ Nos concelhos ribacudanos, a aplicação da justiça, nestes casos, não dependia dos próprios amos, abrindo-se, porém, uma excepção no direito costumeiro. Sem dúvida alguma, a obediência e a fidelidade “debida al señor agrava el delito cometido contra él”¹⁵⁸ e o seu círculo familiar.

Os pastores de Cáceres e Usagre encarregados de tomar conta do gado alheio eram outro exemplo. Eram penalizados pelos danos causados pelas ovelhas nas

¹⁵³ Vide, María Trinidad Gacto Fernández, op.cit, 1977, p. 203

¹⁵⁴ “Collazo aportellado. Todo collazo uel aportellado que auer o bestia furtare o lleuare agena, su señor la pectet, et el fiador al señor. (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXX, Tít. 330. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 122, Tít. 339; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.93, Tít. 338, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 782, Tít. [338]; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.892, Tít. [354], Lv.VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 935, Tít. [340], Lv.VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 829, Tít. [344].

Os costumes e foros de Alfaiates preconizaram ainda outra normativa sobre as práticas de furto levadas a cabo pelos dependentes. Vejamos o exemplo: “Todo omne que tomare qual cosa. Todo omne que tomare qual cosa quesier sin grado de so sennor torne la dupplada con IIIIor morabitanos.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 847, Tít. [534]

Vide, Rafael Gibert, “El contrato de servicios en el derecho medieval español”, in CHE, Nº15, Buenos Aires, 1951, p. 47

¹⁵⁵ Vide, Rafael Gibert, op.cit, p.45. Vide, María Trinidad Gacto Fernández, op.cit, p.204

¹⁵⁶ Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p. 343

¹⁵⁷ “Qui tornar mano a so señor. Tod aportellado que a su señor tornare mano cortenle la mano. Et si el amo lo soltare, faga un tapial en el castiello. Et a qui dixier: «aiudame, et que lo pueda tomar», et nol quisier aiudar, pectet cada uno delos III. Morauetis al señor del mancebo. Et si lo negaren, saluense assi como es fuero.”, in “FU” in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.51, Tít. 135. Cf. “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXIX, Tít. 133; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.47, Tít.126, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít.[124]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.804, Tít.[120]; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 864, Tít. [125], Lv. III; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 910, Tít. [116], Lv.III.

¹⁵⁸ María Trinidad Gacto Fernández, op.cit, p. 204

propriedades e nos prados privados, devendo pagar o dobro do valor das coimas estipuladas nos costumes e foros, sem ser essencial chamar os donos dos animais.¹⁵⁹

No decorrer dos processos, os trabalhadores assalariados tinham direito a comparecer em tribunal com testemunhas¹⁶⁰, «firmas» (provas)¹⁶¹; a prestar juramento e apresentar garantias judiciais, tais como «meter bestas», principalmente quando se tratava de demandas que envolvessem os jugueiros e outros «aportelados».¹⁶² «Meter bestas» era uma medida cautelar e provisória que ocorria logo no início da demanda, com o objectivo de incitar o réu a comparecer em tribunal e a obrigá-lo a respeitar as decisões judiciais.¹⁶³ Os animais (asnos, equinos e mulas) deviam ser entregues ao queixoso ou ao concelho ao fim de três dias, permanecendo provisoriamente retidos e encerrados nos corrais dos municípios, até que o demandado comparecesse em juízo.

Dar «eguaia»¹⁶⁴ era outro procedimento cautelar usado pelos dependentes de Riba – Côa durante as demandas e, quando se defrontavam com a prova ordália da lide.

¹⁵⁹ “Qui acceperit oues. Toto homine qui acceperit oues per suo danno ubi andaren carneros castrados, delas dupladas per illo labore, quomodo dicit ut supra. Et boue aut uacca, aut bestia mayor qui in labore aliena intrauerit, pectet X de morabeti, et si intrare in prado, pectet X de morabeti. Et si ad sapiendas fecerit danno, pectet toda sua calumpnia quomodo dicit ut supra.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. LXXXIV – LXXXV, Tít. 358. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.129, Tít. 367

¹⁶⁰ Em Alfaiates, por exemplo, os dependentes podiam ser testemunhas das viúvas que penhorassem, isto é, que arrestassem bens considerados simbólicos e de pouco valor, como palhas, para incitarem o embargado a comparecerem em juízo. In, “Mulier uidua pignore. Mulier viudua pignoret paleam et stacum et petat bestiam ut supra notatum est: et nom leuet hominem super se, si non fuerit homo de suo pam.”, in “CFA”, PMH – LC, op.cit, p.793, Tít.[16]. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p. 346

¹⁶¹ Temos os seguintes exemplos de Cáceres e Usagre: “Qui ganado echare. Tod ome que so ganado echare a so pastor hy alguna mengua ly fiziere y el pastora[d]go negare, firmely el senor que su pastor fue o que gelo echo com II iurados, o com II aparceros, o con III uizinos. Et sil firmare, iure el sennor et pectet pasto.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CI, Tít. 437. Vide, “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 163, Tít. 460

Em Alfaiates, os «aportelados», «colaços» e «solariegos» podiam provar («firmar») com moradores e vizinhos. Por outras palavras, “(...) Qvolibet homo qui non pectat nec faze fazendera per ipse dizem morador, et ad collacios et ad solariegos et ad totos aportellados alienos habeant calumpnia de moradores, et firmet com ellos unus ad alteros, aut com uicinos qualis habuerint”, in “CFA”, in PMH – LC, op.cit, p. 837, Tít. [4299]

¹⁶² “Qui rancura ouier de iuguero. / Qui rancura ouier de so iuguero, accipiat ei el quinto, usque det ei directo, et el iuguero faciat illi testigos ut recipiat suo directo, et si noluerit uinire, mittat bestias cada tercero dia usque recipiat suo directo, et istas bestias non sint solutas neque por ferias neque por silturas, et toto aportellado damo simi modo faciat. Et si ita non fecerit, non respondeat amplius.”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XXXIV – XXXV, Tít. 116. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.129, Tít. 367; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit p.p. 40 - 41, Tít. 109, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 757, Tít.[105]; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 973, Tít.[196], Lv.V; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 918, Tít.[183], Lv. V.

¹⁶³ Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. 319

¹⁶⁴ «Eguaya» é um vocábulo difícil de definir. De acordo com Julio Barthe Porcel, trata-se de um conceito “poco menos imposible determinar, cuál sea la significación y verdadera aplicación de la «eguaia», en el proceso medieval.”, in Julio Barthe Porcel, “Problemas histórico – jurídicos. Incógnitas difíciles de despejar.”, in AD.RFDUM, vol. XII, Nº2, Murcia, 1953-54, pp. 205 – 213. Neste caso, a ideia de «dar eguaya», segundo as palavras do referido autor, se refere “al duelo judicial”. Idem, Ibidem, p. 208. No

Os solarengos, não obstante, estavam proibidos de se fazerem acompanhar destas “testemunhas” nos duelos judiciais, depois de findarem os prazos afixados pelos códigos costumeiros¹⁶⁵, devendo combater e superá-los sozinhos.¹⁶⁶ Os braceiros¹⁶⁷ e os «esquerdos» de Cáceres e Usagre estavam também interditos a terem «eguaiaias». Se chegassem a cair durante o combate, perdiam a possibilidade de demonstrarem a inocência, através da lide, e, por consequência perdiam a acção judicial. As «eguaiaias» podiam ser também as testemunhas ou outras provas que poderiam ser apresentadas em juízo possivelmente por ambos os litigantes.

Os dependentes podiam ainda apresentar «fiéis»¹⁶⁸ ou outras garantias judiciais para reforçar as suas defesas, como acontecia, nos casos de furto¹⁶⁹, conferindo-lhes

glossário anexo ao estudo do direito privado costumeiro da vila de Cáceres pelo estudioso Pedro Lumbreras Valiente, «Fazer eguaiaias» “parece ser brindar hombres buenos o testigos, de condición «igual» a la del litigante, que le ayuden a comprobar algún hecho.”, in Pedro Lumbreras Valiente, *Los Fueros Municipales de Cáceres. Su derecho Privado, Cáceres*, Institución Cultural «El Brocense» de la Excm. Diputación Provincial de Cáceres, 1990, p.203. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p. 349

¹⁶⁵ A apresentação de «eguaiaias» devia ocorrer num prazo de três ou nove dias. Caso não fossem apresentadas as «eguaiaias» dava-se início ao processo judicial. Este tipo de provas e de garantias deviam ser da mesma condição do solicitante. Ou seja, os vizinhos deviam trazer «eguaiaias» que tivessem a mesma condição municipal de vizinhos. Os moradores deviam proceder também da mesma forma, devendo comparecer em juízo com as «eguaiaias» da mesma condição de moradores. Cf. “Qui eguaia ouiere a dar. Tod ome qui eguaia ouiere a dar fasta III. VIII dias non diere eguala, el outro iure solo et ranque so iudizio. Et en las egualas el que sacaren por peor, si la pidiere al outro, yenguenlo com el. Et a uizino den eguaia de uizinos et a moradores. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. LXXIV – LXXV, Tít. 300. Vide, “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 113, Tít. 309; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 86, Tít. 302, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.779, Tít.[301]; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, pp. 862 – 863, Tít.[120]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 909, Tít.[111]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 825, Tít.[303]. Vide, Julio Barthe Porcel, op.cit, p. 208; Alberto García Ulecía, op.cit, p. 349

¹⁶⁶ “De firmas. Toda firma que firmare, esso firme onde fue fecho testigo de illo, et a tal cosa que fue mercada o dada antel. Et qui a morador ouiere a dar eguaia, o iurare, nol firmare, si uezinos leuare, non caya por onde. Et en estas eguaiaias non entre soldadero de senor de terra non ome que proua aya fecha que uenciesse, nin bracerio, nin esquierdo. Et qui tal eguaia non diere, por hy cayat.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXX, Tít. 330. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 113, Tít. 310; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 86, Tít.[303], Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.799, Tít.[302]; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.863, Tít.[121], Lv.III; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp. 909 - 910, Tít.[112], Lv.III. Salienta-se que esta normativa não se encontra presente nos costumes e foros de Alfaiates, constituindo, portanto, uma excepção nesta vila. Vide, Julio Barthe Porcel, op.cit, pp. 208 – 209.

¹⁶⁷ Entenda-se por «braceiros», os dependentes assalariados que trabalhavam à jorna nos campos, segundo Julio Gerardo Martínez Martínez. Vide, Julio Gerardo Martínez Martínez, “Los oficios menestrales en los Fueros de Cáceres.”, in AFD, N°3, Cáceres, 1984 – 1985, pp. 133 – 165. p. 156

¹⁶⁸ Os «fiéis» eram os “intervenientes en los actos procesales, cuya elección recaía en cualquier vecino del municipio.” In Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. 38. Normalmente eram vizinhos inscritos nos padrões municipais. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. 318

¹⁶⁹ “Collazo aportellado. Todo collazo uel aportellado que auer o bestia furtare o lleuare agena, su senor la pectet, et el fiador al senor. Et si non ouiere fiador el senor la pectet al quereloso. Et si el colazo o aportellado algo leuare a sso senor por I morabeti, iure el senor por sua cabeza de degelo su fiador. Et por II morabetis, iure el senor con II uizinos, et por III e dent arriba con III et el quinto iure el senor et por quanto iurare, tanto ly pectet el collazo o el fiador.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXX, Tít. 330. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 122, Tít. 339; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 93, Tít. 338, Lv. Lv; “CFCB”, in

veracidade e sustentabilidade aos seus argumentos e às provas utilizadas. Segundo os costumes e foros, era obrigatório que os dependentes culpados se fizessem acompanhar dos fiéis, nomeadamente, antes de “la comisión del delito, bien a instancia de un particular que lo teme, bien cuando se aprecia objetivamente una peligrosidad.”¹⁷⁰ Aqui, os «fiéis» tinham também a finalidade de garantir a devolução dos animais furtados ou de indemnizar a vítima. Por outro lado, estes tinham também a missão de obrigar e de acompanhar os réus dependentes a apresentarem-se em tribunal para responder os processos, de preferência dentro dos prazos definidos nos regulamentos costumeiros, funcionando como uma espécie de testemunhas e de fianças pessoais que acompanhavam a citação judicial.¹⁷¹ Os prazos estabelecidos consistiam num período de três dias quando se estava diante de demandas que envolvessem aldeões. Os «celerizos», isto é, os encarregados dos celeiros deviam dirigir-se a Santa Maria ao longo do dia («de sol a sol»), num prazo de três dias, sob pena de pagarem um morabitino ao contendor.¹⁷²

Nem sempre os prazos se aplicavam da mesma forma e não era permitido impô-los aos pastores de Cáceres e Usagre, depois de passarem pela Serra de São Pedro ou para a outra margem do Tejo¹⁷³, em transumância, a caminho de novas pastagens para a sul.

PMH-LC, op.cit, p.782, Tít. [338].; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 892, Tít.[354], Lv. VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 935, Tít.[340], Lv.VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 829, Tít.[344] Vide, Rafael Gibert, op.cit, p. 47

¹⁷⁰ In, Rafael Gibert, op.cit, p. 46

¹⁷¹ Vide, Pedro Lumbreras Valiente, *Los Fueros Municipales de la Alta Extremadura. Separata del Volumen III de las Memorias de la Real Academia de Extremadura de las Letras y las Artes*, Trujillo, Real Academia de Extremadura de las Letras y las Artes, 1996, p. 273; Inés Carrasco Cantos e Pilar Carrasco Cantos, “La formulación lingüística de las garantías procesales y de las pruebas en la legislación foral leonesa”, in *Analecta Malacitana (Anmal electrónica). Revista de la Sección de Filología de la Facultad de Filosofía y Letras*, Nº11, Málaga, 2002, p. 3, in *Anmal electrónica*, <http://www.anmal.uma.es/numero11/indice.htm>, 14 de Novembro de 2009, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. 317 - 319

¹⁷² “Aldeano ad aldeano. Aldeano que rancura ouier de aldeano, parele fiel com un uizino aldeano uel de la uilla ut sit ad tercio die ad fenestram Sante Marie de sol a sol, delle casa con penos que le este a derecho, et si non uiniere, o casa con penos non le diere, pectet suo contemtori I moraueti. Et si dize que ampara: non me demostraste fiel, firmelo con aquel que fu fiel, et pectet I moraueti suo contemtori; et si el fiel dixere: non fuy fiel, iure con un uizino que non fu fiel, et el otro torne los penos con un moraueti suo contemtori. Et a qui fiel mostraren et a plazo non uiniere / el o su mugier non ouiere, su celerizo o su omme, pectet a ssuo contemtori.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XVII, Tít. 33. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. 318

¹⁷³ “Ganado manifesto. Tod ome que ganado ageno prisiere o auer ouiere a dar, si manifesto fuere, delo a ssu señor sine ulla calona fasta VIII dias. Et si negare et postea ei firmare, pectetlo doblado al quereloso. Et andando la rafala allende la sierra de San Pedro, neguno non aduga so pastor a plazo, fasta que passe la rafala aquende sierra.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. CVII – CVIII, Tít. 476. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 173 – 174, Tít. 498.

Os fiéis eram também fundamentais na determinação das decisões judiciais. Os demandantes e os demandados podiam trazê-los. Os dependentes, sem esquecer os «baladís»¹⁷⁴, podiam portanto ser e apresentar fiéis. Este tipo de fianças era também importante para fazer cumprir as sentenças emitidas pelos tribunais¹⁷⁵, ficando assim a cargo das mesmas. Eram, pois, formas de controlo dos réus para acatarem a justiça.

A apresentação de fiadores (fianças) era importante e obrigatória para os pastores ribacudanos. Antes de firmarem algum contrato laboral, deviam dar a conhecer os seus fiadores aos donos dos animais para partirem em transumância.¹⁷⁶ Sem dúvida, os fiadores eram tidos como um sinal de confiança e uma garantia capaz de corresponder pelos eventuais prejuízos que pudessem ocorrer nas longas deslocações das cabeças de gado e das bestas das cabanas. Os costumes e foros de Castelo Rodrigo e Castelo Melhor ilustram a importância destes fiadores para os pastores, principalmente, quando lhes furtavam ou roubavam as cabeças de gado.¹⁷⁷ O pagamento dos danos era assim assumido por eles, compensando, desta forma, os ganadeiros, ao mesmo tempo que libertavam os pastores de responsabilidades perante os seus senhores.

Os dependentes ribacudanos podiam ser presos, assim como qualquer outro indivíduo, até que a justiça fosse reparada. Esta medida preventiva não era sempre decretada pelas autoridades locais. Em Alfaiates, as vítimas de furto tinham o hábito de

“De aducir pastor a plaço. Otrosi nenguno non aduga so pastor a plazo depues quel ganado passare allend Taio pora sierra fasta su uenida.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CVIII, Tít. 477.

¹⁷⁴ Os «baladís» eram possivelmente dependentes assalariados, contratados, “habitantes del concejo, faltos de la condición de vecino y desprovistos prácticamente de la protección de aquél.”, in M^a Trinidad Gacto Fernández, op.cit, p. 201.

“De fiel. Tod omme que dixiere a otro: e uas fiel, et el otro non quisiere ir con el, si ualadi fuere o aldeano non raigado, accipiat eum absque calupnia. Et radicans fuerit in uilla o en aldea con casa poblada, pectet I morabeti so contemtori.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XVII - XVIII, Tít. 36. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.14, Tít. 37; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.749, Tít. [36]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 903, Tít. 58, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 856, Tít.[63], Lv.II; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.22, Tít.35; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.794, Tít.[24].

¹⁷⁵ In, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. 233

¹⁷⁶ “Pastor que ganado. Todo pastor a qui ganado dieren a uelar, de a fiador por ganado et por bestias de la cabana, et el tome / recabdo de los omes que el coire. Et si ita non fecerit, respondat el ille por illos.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXVI, Tít. 366. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud y Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 131, Tít. 375; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 98, Tít. 363, Lv. Lv; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 786, Tít. 376.; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 885, Tít. 298, Lv. VII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 929, Tít. 284, Lv. VII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 807, Tít. 145 e p. 833, Tít. 387. Vide, Maria José Lagos Trindade, *Estudos de História Medieval e outros*, 1ªedição, Lisboa, Conselho Directivo da Faculdade de Letras de Lisboa e Cooperativa Editora. História Crítica, 1981, p.51; M^a Trinidad Gacto Fernández, op.cit, p.204; Raquel Homet, op.cit, p. 129; Alberto García Ulecía, op.cit, p. 346

¹⁷⁷ “Pastor de ganado a que ladrones fforen. Todo pastor que ganado curiare a uenieren ladrones ó robadores e forcia le fesieren dê apelido de dia ó de noche e non peyte el ganado nin pierda su soldada, sinon peyte el ganado ó suus fiadores por el.”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 930, Tít. 300. Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 932, Tít. [314], Lv. VII. Vide. Maria José Lagos Trindade, op.cit, p.52.

manter os acusados presos, isto é, em cativeiro, com ferros nas mãos e nos pés, mesmo que se decidissem a apresentar, posteriormente, queixa. Se o furto fosse confirmado, o acusado permanecia detido, até que restituísse os bens subtraídos.¹⁷⁸

Os amos comportavam-se de maneira semelhante aos seus dependentes em tribunal. Tinham os mesmos direitos e as mesmas obrigações judiciais. Não eram, porém, obrigados a comparecer em juízo, por questões laborais relacionadas com os pastores contratados, nas vilas de Usagre e Cáceres.¹⁷⁹ Se não pagassem os salários ou não entregassem os gados aos pastores antes de os contratos terminarem, devido a algum erro cometido por eles, mesmo assim estes não eram considerados motivos suficientes para acudirem às demandas.

Os senhores usufruíam de vantagens em relação aos seus assalariados nos juramentos purgatórios para mostrarem a ausência de culpa e a autenticidade das suas afirmações. Este facto aplicava-se quando os dependentes lhes furtavam os bens. Era também normal, os amos jurarem individualmente. Nestes processos, os dependentes podiam requerer que os seus amos jurassem acompanhados de vizinhos, desde que acarretassem com os custos fixados pelos costumes.¹⁸⁰ Por outras palavras, o número de conjuradores variava em função das quantias que os dependentes estivessem dispostos a pagar.

¹⁷⁸ “Preso per meu auer. Nullus homo qui dixerit – iste est meus preso per meu auer – et altero habuerit de illo rancura per suo auer, si trouxerit ferro in pedes aut in manus et homines de suo seruitio et de suo pan et andare cum illo, sit suo preso, et si non fuerit adsi non sit suo preso: et isto qui uideant alcaldes IIos aut III bonos homines que al primero dará suo auer, et deinde arriba ueniat ille qui primus lo presô et inde totos ad sua conta suos debitores: et ille qui primus tenuerit respondeat cum illo ad altero, et totos similiter respondeant: et iurent tres uicinos aut firment que ipsa rancura habent de illo que demandant, et post respondeat ipse preso: et si uincierit el preso uadat in pace, si non, uadat preso usque det suo auer el contendor.”, in “CFA”, in PMH – LC, op.cit, p. 819, Tít.[256].

¹⁷⁹ “(...) Tod senor que reuellare so soldar o so ganado a sso pastor por alguna culpa que le fiziere, et ante del anno non diere derecho, o el pastor non le lo quisier demandar, o su soldar, o su ganado perdalo, et el senor nol responda mays por ello si non fuere por cautiuazon o por enemistad. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCV, Tít. 410. Cf. “FU”, in Rafel de Ureña y Smenjaud y Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 153, Tít. 432.

¹⁸⁰ “(...) Et si el colazo o aportellado algo leuare a sso senor por I morabeti, iure su senor por su cabeza et degelo su fiador. Et por II morabetis, iure el senor con II uizinos, et por III e dent arriba con III et el quinto iure el senor, et por cuanto iure, tanto ly pectet el collazo o el fiador.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXX, Tít. 330. Cf. “FU”, in Rafel de Ureña y Smenjaud y Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 122, Tít. 339; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 93, Tít. 338, Lv. Lv; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.782, Tít. 338.; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 892, Tít. 354, Lv. VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 935, Tít.[340], Lv. VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 829, Tít. [344] Vide, Rafael Gibert, op.cit, p. 47.

Dependentes, amos e criminalidade

Os dependentes e os amos tinham tratamento penal nos costumes e foros de Riba – Côa. Aparecem associados a vários tipos de crimes, tais como, contra a vida e a propriedade. Eram frequentes os dissidentes violentos entre ambos. Os amos reagiam às agressões físicas cometidas pelos seus «aportelados», mutilando-lhes as mãos.¹⁸¹ Contrariamente, os dependentes não podiam agir da mesma forma, quando sofriam maus tratos físicos. Os ferimentos causados pelos amos careciam de qualquer tipo de penalização, ficando impunes, sem serem molestados pela justiça.¹⁸² As vítimas ficavam assim, desta forma, desprotegidas judicialmente, colocadas numa situação penal de desvantagem face aos seus contratantes.¹⁸³ Este facto prova bem o carácter dos vínculos de dependência e de tutela que se podiam gerar entre ambas as partes, mostrando também a importância de proteger e resguardar os amos. Segundo Gibert, este tipo de normativas evidencia “una concepción muy amplia de la facultad de castigar, y en relación con esto la tendencia a no considerar penalmente tales actos cuando ocurren en el seno de familia.”¹⁸⁴

Por outro lado, se os «aportelados» fossem vítimas de agressões físicas da parte de terceiros na presença dos seus amos, eram devidamente sancionadas com o pagamento de coimas que deviam ser entregues geralmente às vítimas e aos seus amos.¹⁸⁵ Segundo os regulamentos destes concelhos, estamos diante de uma excepção penal, dando a possibilidade de os dependentes receberem uma parte das multas como indemnização,

¹⁸¹“Qui firiere mancebo. Qui firiere mancebo o manceba agena ante su señor, o ome de su pan, pectet la calopna dobrada, media ao collazo et media al señor.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít. 127. Cf. “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít. 121; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp. 45 - 46, Tít. 122, Lv. II; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud y Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 49, Tít. 129. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p. 338; Rafael Gibert, op.cit, p.41; M^a Trinidad Gacto Fernández, op.cit, p. 204

¹⁸²“De amo. Tod amo que a su aportellado firiere non pectet calopna.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXIX, Tít. 134. Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.804, Tít. 121; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 910, Tít. 117, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 864, Tít. 126, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 760, Tít. 125; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 47, Tít. 127, Lv. II; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud y Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 49, Tít. 129. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p.333 e 353; Rafael Gibert, op.cit, p. 43; Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 72

¹⁸³ Vide, Raquel Homet, op.cit, p. 131

¹⁸⁴ In, Rafael Gibert, op.cit, p. 43. Vide, Raquel Homet, op.cit, p. 131

¹⁸⁵ “Qui firiere mancebo. Qui firiere mancebo o manceba agena ante su señor, o ome de su pan, pectet la calopna dobrada, media ao collazo et media al señor.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít. 127. Cf. “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít. 121; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp. 45 - 46, Tít. 122, Lv. II; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud y Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 49, Tít. 129. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p. 353; Rafael Gibert, op.cit, pp. 50 – 51; Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 84

no sentido de reparar os danos perpetrados contra eles, diante dos seus senhores.¹⁸⁶ Em Castelo Melhor e Castelo Rodrigo, as multas eram porém divididas em partes iguais entre os concelhos e os amos. Os feridos não eram levados em conta nestes concelhos, ficando sem receber qualquer tipo de ressarcimento pelos ferimentos causados.¹⁸⁷ Na vila de Alfaiates, perseguir ou «messar» (puxar as barbas ou os cabelos) aos dependentes eram delitos sancionados igualmente com penas pecuniárias a ser entregues à «colação» e ao amo.¹⁸⁸ Este facto expressa, segundo Gibert, o carácter do “vínculo que une a las dos partes del contrato de servicios.”¹⁸⁹

Os homicídios e as violações contra os «aportelados» e as suas famílias constituam um problema, sendo regulamentados nos «corpora» costumeiros das comunidades de Riba – Côa. Os amos saíam novamente beneficiados, porque recebiam a metade do valor da pena pecuniária, em detrimento das vítimas que não recebiam, uma vez mais, nestes casos, qualquer meio de compensação pela violência exercida.¹⁹⁰

Os acidentes e os estragos provocados nos bens alheios durante os trabalhos dos assalariados costumavam ser frequentes no desempenho das suas funções. Normalmente atribuíam-se as culpas aos dependentes ou aos amos, consoante as demandas. Estes eram responsabilizados pelos danos provocados, devendo, geralmente aceitar as sanções económicas impostas pelos costumes e foros, como acontecia com os pastores de Cáceres e Usagre. Ou seja, eram responsabilizados pelos prejuízos levados a cabo pelos carneiros castrados, bois, vacas e bestas maiores nos prados e em outras propriedades agrícolas, devendo pagar uma coima de dez morabitanos. No caso de os danos serem intencionais eram também exigidas multas, com o fim de indemnizar e de repor os

¹⁸⁶ Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p. 333

¹⁸⁷ Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.864, Tít.[124], Lv. III; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.910, Tít. [115], Lv. III

¹⁸⁸ “Qui percusserit aut. Qvi percisserit aut messarit mancebo alieno ante suo senor aut homine de suo pan pectet la calumpnia duplada, la media a la collatione et la media a suo senor.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 805, Tít.[122].

¹⁸⁹ Rafael Gibert, op.cit, p. 51. Vide, Carlos Ayala Martínez, “El yuguero castellano-leonés: problemas en torno a sus orígenes (siglos X – XIII)”, in HDI, N°20, Sevilla, 1993, p. 29, in *Dialnet*, http://dialnet.unirioja.es/servlet/listarticulos?tipo_busqueda=EJEMPLAR&revista_busqueda=1631&clave_busqueda=6330, 14 de Novembro de 2011

¹⁹⁰ “Amo que su aporte (...) Qui matare aportelado ou forciare sua moller ó sua filha ó sua criazom tome la media de la colonia seu amo.”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 910, Tít. [117], Lv. III. Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 805, Tít.[123]; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.864, Tít.[126], Lv. III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 47, Tít. 128, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 760, Tít.[126]; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud y Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 51, Tít. 137; “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXIX, Tít. 135. Vide, Rafael Gibert, op.cit, pp. 50 - 51

danos causados às vítimas.¹⁹¹ Os pastores e os «aportelados» destes municípios que causassem prejuízos aos senhores tinham o mesmo foro, a mesma moldura penal¹⁹²

Mas, nem sempre os dependentes eram considerados culpados, assim como os proprietários de gado. Não era portanto exigido o pagamento de coimas pelas perdas provocadas pelos animais, nas eiras durante o dia, desde que as cabeças de gado se encontrassem, sob a vigilância dos pastores. Só era imputada responsabilidade e negligência aos pastores se os gados não fossem conduzidos por eles e tivessem sido apascentados livremente nas terras de outras pessoas.¹⁹³ Contrariamente, em Alfaiates, os pastores deviam assumir as coimas pelos prejuízos causados pelos carneiros, porcos ou bodes nos terrenos alheios.¹⁹⁴

Castelo Rodrigo, Castelo Melhor e Castelo Bom, não obstante, chamaram a atenção nas suas normativas costumeiras para as agressões cometidas contra as cabeças de gado e as bestas, ferindo-as de propósito, com o intuito de desonrar os senhores, afrontando-os. Se os animais fossem mortos, os culpados pagavam uma coima e ainda eram obrigados a indemnizar as vítimas, dando-lhes o dobro dos animais.¹⁹⁵ As provocações aos senhores nas vilas de Riba – Côa eram comuns, vendo as suas fontes

¹⁹¹ “Qui acceperit oues. Toto homine qui acceperit oues per suo danno ubi andaren carneros castrados, delas dupladas per illo labore, quomodo dicit ut supra. Et boue aut uacca, aut bestia mayor qui in labore aliena intrauerit, pectet X de morabeti, et si intrare in prado, pectet X de morabeti. Et si ad sapiendas fecerit danno, pectet toda sua calumpnia quomodo dicit ut supra.”, in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. LXXXIV – LXXXV, Tít. 358 Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 129, Tít. 367; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 96, Tít. 354, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 785, Tít. 367; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 885, Tít. 296, Lv. VII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 929, Tít. [282], Lv. VII. Vide, José Orlandis, “Sobre el concepto de delito en el Derecho de la Alta Edad Media”, in AHDE, N° 16, Madrid, 1945, p. 151

¹⁹² “Aportellado. Tod aportelado que a ssu amo fizier perdida, a tal fuero aya como el pastor mismo.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CX, Tít. 490. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 177, Tít. 511

¹⁹³ “Qui dano fecerit in messe (...) Et ganado que andare a pastor et danno fizier en era de dia non pectet, et el que non andudier con pastor, pectet ut supra dictum est”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXIII, Tít. 107. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.917, Tít.172, Lv. V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 892, Tít. 185, Lv. V; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 756, Tít. 97; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 38, Tít. 100, Lv. II; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 802, Tít. 100

¹⁹⁴ “ (...) Toto homine qui dampno fecerit in labore alieno, quomodo dicit ut supra, et reuelare carneros aut porcos aut cabrones a dompno de labore pectet II morabitos si potuerit firmaret, sint (sic) autem iuret ille qui los comparat com IIIor uicinos qui no los reuelô, et postea responda per el dampno qui fecit suo ganado, et si non uult iurare, los carneros aut porcos aut cabrones aut alio ganado quia amparô, sequisier pastor, sequier dompnus de ganados dellos carneros aut alios ganados, illos qui acceperit dompnus de labore dê los dupplados ille qui los amparare com IIºs uicinos.”, in “CFA” in PMH-LC, op.cit, p. 836, Tít. [424].

¹⁹⁵ “Qui ganado alleno ferir. Todo ome que ganado alleno ferir por desonrra de su señor peyte III morabitos si lo pudieren firmar, sinon iure si Vº: e si lo matare dê lo doblado con III morabitos: e de toda bestia esto mismo seja si podieren firmar con III uizinos al uizino e al morador ó con uizinos, e si non podiere firmar iure con XII”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 928, Tít.[277], Lv. VII. Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.884, Tít.[291]; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit. p. 917, Tít.[174].

de riqueza destruídas, como se acabou de referir. Para além destas, poderiam padecer de outras provocações semelhantes, cujos alvos eram os seus escravos muçulmanos.¹⁹⁶

Havia outros danos que eram provocados pelos dependentes, atingindo os vizinhos ou os moradores. Seriam à partida crimes bastante graves, como se poderá inferir pelo enquadramento penal previsto nos “corpora” costumeiros de Castelo Rodrigo e Castelo Melhor, lesando profundamente as vítimas. Esta vila protegeu a população, penalizando severamente os autores dos delitos com a expulsão do município como aleivosos do concelho e do rei e o confisco dos seus bens pelos alcaldes.¹⁹⁷

Os furtos e os roubos eram também praticados pelos dependentes. Os seus amos eram os responsáveis, sendo obrigados a pagar os bens subtraídos pelos seus trabalhadores. Outras vezes, os amos eram as vítimas da cobiça dos próprios «aportelados» e dos «colaços», que costumavam apropriar-se indevidamente dos animais de carga ou de tiro, importantes para os trabalhos agrícolas e para a guerra.¹⁹⁸

Nos concelhos de Castelo Rodrigo e Castelo Melhor, os bens arrestados ou comprados pelos judeus aos mancebos eram considerados coisas furtadas. Só eram legais as compras e os embargos realizados aos seus amos, limitando, desta forma, a capacidade jurídica destes dependentes.¹⁹⁹ Esta normativa particular tinha o fim de proteger os mancebos da astúcia dos judeus, privando-os dos seus bens, uma vez que os

¹⁹⁶ “Qui percusserit moro o mora. Qvi percusserit moro o mora alienam, iuret solus quod non percussit ei per desorna de so senior; et si non iurauerit uel de plazo ceciderit. Pectet calonia duplata domino suo. /”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tit.130. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp. 49 - 50, Tit. 132, “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 804, Tit. 119; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tit. 119; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tit.118; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.804, Tit.119. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp. 202 – 203

¹⁹⁷ Note-se que esta normativa só se encontra nos costumes e foros de Castelo Rodrigo e Castelo Melhor. “Qui se parar con sennor. (...) Tod ome de castel Rodrigo que se parare com el señor a dano de uizino ó de morador de castel Rodrigo yxca por aleyuoso del concello e del rey, e alkaldes tomen quanto ouer.”, in “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.892, Tit. 352, Lv.VIII. Cf. “CFCM” in PMH-LC, op.cit, p.935, Tit.[338], Lv. VIII

¹⁹⁸ “Collazo aportellado. Todo collazo uel aportellado que auer o bestia furtare o lleuare agena, su senior la pectet, et el fiador al senior. Et si non ouiere fiador el senior la pectet al quereloso. Et si el colazo o aportellado algo leuare a sso senior por I morabeti, iure el senior por su cabeza et degelo su fiador. Et por II morabetis, iure el senior con II uizinos, et por III e dent arriba con III et el quinto iure el senior, et por quanto iurare, tanto ly pectet el collazo o el fiador.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXX, Tit. 330. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 122, Tit. 339; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 935, Tit.[340], Lv. VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 892, Tit. 354, Lv. VIII; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.782, Tit.338; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.93, Tit. 338, Lv. IV; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.829, Tit.[344]. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p. 347

¹⁹⁹ “Judio que penos tomar de mancebo. Ningud iudio que penos tomar de mancebo ó comprare sinon de su dueno dê los de furto”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.924, Tit.[238], Lv. VI: “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.880, Tit.[251].

trabalhadores assalariados eram considerados os mais fragilizados do ponto de vista económico e social. Por outro lado, podia pressupor-se que os senhores eram os responsáveis legais dos mancebos, sendo obrigatório para os judeus se dirigirem a eles.

Alfaiates reforçou ainda mais as medidas e as penas contra estas formas de delinquência em relação aos demais concelhos ribacudanos. Os assalariados eram aqui penalizados com outras coimas mais elevadas, como, por exemplo, no valor de quatro morabitanos.²⁰⁰ Os hortelãos e os jugueiros eram igualmente responsabilizados pelos frutos desaparecidos das hortas, devendo assumir todos os prejuízos, de acordo com as indicações contratuais de prestação de serviços.²⁰¹

Também o concelho de Alfaiates legislou nos seus costumes e foros, que os dependentes acusados de furto fossem presos pelas próprias vítimas, acorrentados com ferros nos pés e nas mãos. Se estas chegavam a fazer posteriormente queixa, podiam manter os réus aprisionados sem haver a necessidade de os entregar às autoridades municipais, até que lhes restituíssem os bens que lhes foram tirados.²⁰² A prisão era aqui uma forma privada de reparar a justiça, coagindo os réus a restituir as coisas usurpadas, à parte das sentenças emitidas em julgamento. Este procedimento não era portanto entendido como uma pena extra - judicial, de cariz particular, semelhante à penhora («prenda» judicial) para incitar a presença dos réus em juízo.

Estes delitos faziam também parte da transumância, cuja actividade permitiu o desenvolvimento de normativas especializadas, principalmente, no que diz respeito à organização ganadeira, com o objectivo de responder às novas necessidades e problemas das vilas de Cáceres e Usagre. Temos, neste sentido, o exemplo dos pastores que eram acusados pelos proprietários de gados pela falta de animais durante a transumância. As acusações eram geralmente difíceis de provar, implicando a participação de jurados, aparceriros ou de vizinhos para ganharem fundamento, se os

²⁰⁰ “Todo omne que tomare qual cosa. Todo omne que tomare qual cosa quesier sin grado de so sennor torne la dupplada con IIIlor morabitanos.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.847, Tít.[534].

²⁰¹ “Todos los ortelanos (...) Totos los ortelanos a foro sean de natiuitad ad natiuitade, et dompnus de orto, dent I morabitanum al hortelano in anafaga, et Iª casa teiada et cerrada, et si fructum furtarem pectet elo ortelano (...)” In “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 842, Tít.[487] e p. 809, Tít.[162].

²⁰² “Preso per meu auer. Nullus homo qui dixerit – iste est meus preso per meu auer – et altero habuerit de illo rancura per suo auer, si troxierit ferro in pedes aut in manus et homines de suo seruitio et de suo pan et andare cum illo, sit suo preso, et si non fuerit adsi non sit suo preso: et isto qui uideant alcaldes IIºs aut III bonos homines que al primero dará suo auer, et deinde arriba ueniat ille qui primus lo presô et inde totos ad sua conta suos debitores: et ille qui primus tenuerit respondeat cum illo ad altero, et totos similiter respondeant ipse preso: et si uincierit el preso uadat in pace, si non, uadat preso usque det suo auer el contendor.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 819, Tít. [256].

réus negassem a acusação.²⁰³ Apesar de Castelo Melhor e Castelo Rodrigo não terem um «Fuero» sobre os Gados, os pastores que fossem vítimas de furto ou de roubo encontravam-se protegidos, sobretudo, do ponto de vista laboral. Estes deviam somente prestar apelido durante o dia e a noite, mas não indemnizavam os donos dos animais e não eram também penalizados nos seus salários.²⁰⁴

A transumância era uma actividade económica propícia à prática de outros crimes e transgressões. Cavaleiros de «rafala», «aparceriros» e pastores deslocavam-se com o gado em busca de novas pastagens, chegando a percorrer longas distâncias. O afastamento deles das suas famílias e das suas terras incentivava a procura dos serviços das prostitutas, se bem que eram sancionados nos costumes e foros de Cáceres e Usagre dedicados especialmente, à actividade ganadeira. Ou seja, aqueles que fossem surpreendidos com alguma prostituta nas cabanas deviam entregar cinco carneiros aos jurados e ao queixoso.²⁰⁵

Os animais dos ganadeiros de fora dos concelhos suscitavam facilmente problemas, como, sucedia em Cáceres e Usagre. Nestas vilas, havia o hábito de os «solarengos» e os «quarteiros» apanharem as cabeças de gado que passavam pelos concelhos e termos, lesando os seus donos. O «Fuero» dos Gados sancionou este facto com a aplicação de uma coima de cinquenta morabitanos que devia ser dividida entre os proprietários dos animais e os jurados.²⁰⁶

Dependentes, amos e o quotidiano municipal

São bem poucas as informações que os costumes e foros de Riba- Côa transmitem sobre a participação dos dependentes e amos no dia – a – dia municipal. À

²⁰³ “Qui ganado echare. Tod ome que so ganado echare a so pastor hy alguna mengua ly fiziere y el pastora[d]go negare, firmely el senor que su pastor fue o que gelo echo con II iurados, o con II aparceros, o con III uizinos. Et sil firmare, iure el sennor et pectet pasto.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CI, Tít. 437. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 163, Tít. 460

²⁰⁴ “Pastor de ganado a que ladrones fforen. Todo pastor que ganado curiare e uenieren ladrones ó robadores e forcia le fesieren dê apelido de dia ó de noche e non peyte el ganado nin pierda su soldada, sinon peyte el ganado ó suus fiadores por el.”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.930, Tít.300 Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.887, Tít.[314], Lv. VII. Vide, Maria José Lagos Trindade, op.cit, p. 52

²⁰⁵ “Qui fallar puta. Tod ome que aparcerero fuere en ganado et puta fallare en qual cabanna que quier, el oueirizo pectet V carneros, los medios a los iurados et medio aquel que la fallare, si potuerit ei firmare con II pastores o con II uizinos.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CI, Tít. 438 Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.163, Tít. 461

²⁰⁶ “Ganado de fuera. Tod ome que ganado de fueras de uilla quartero o soldariego cogiere, pectet L morabetis, medio a duenos de ganado et medio a iurados.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CVIII, Tít. 480. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.174, Tít. 501

partida, muitos dos trabalhadores assalariados, tais como, os mancebos e os «colaços», estavam impedidos de terem acesso aos assuntos e às decisões municipais, porque não dispunham do estatuto de vizinhos, ficando assim privados de capacidade política, devido também aos seus vínculos contratuais de dependência para com os seus amos. Eram, pois, indivíduos que não se encontravam geralmente registados nos padrões dos concelhos²⁰⁷ ficando, assim desprovidos de «peita», isto é, de um conjunto de obrigações tributárias e militares municipais que eram assumidas pelos próprios amos.²⁰⁸ Os assalariados que não preenchessem as condições necessárias para serem

²⁰⁷ Para se ser vizinho nas vilas de Riba – Côa era necessário reunir um conjunto de requisitos, tais como ter rendimentos superiores a dez morabitinos e estar inscrito na carta ou no padrão do concelho. Era uma imposição e uma necessidade concelhia para a manutenção da vida financeira dos municípios. Ou seja, “Tod ome que ualia ouiere de X morabetis et non fuere scripto en carta o en padron, non sea uizino a ffuero, nin tome portiello, nin firme, [nin iure] sobre outro. Et cada dia dominico, pectet I morabeti alcaldibus usque intret in padron et in carta.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXIX, Tít. 275. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 103 – 104, Tít. 283; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 79, Tít. 275, Lv. IV; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 923, Tít. 224, Lv. VII; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 776, Tít. 274; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 878, Tít. 237, Lv. V. Note-se que sobre os costumes e foros de Alfaiates, “no se especifica la primera cantidad”, segundo Julián Clemente Ramos. In “Julián Clemente Ramos, *Estructuras señoriales castellano-leonesas: el realengo (siglos XI – XIII)*, Cáceres, Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones, 1989, p. 67; María Dolores García Oliva, *Organización económica y social del concejo de Cáceres y su tierra en la Baja Edad Media*, Cáceres, Institución Cultural «El Brocense» de la Excma, Diputación Provincial de Cáceres, 1990, p. 211; M^a Trinidad Gacto Fernández, op.cit, p. 100

Também os indivíduos que contribuíssem com as suas obrigações para com os concelhos que persistissem em não estar registados no padrão e na carta da «colação», não eram considerados vizinhos e, por consequência, não tinham direito a desempenhar cargos municipais e às vantagens judiciais de «firmar» e jurar em juízo. Por outras palavras, “Qui non fuer scripto in padron. Nullus homo que non fuerit escripto en carta de collation et encomendado al fuero, et que faga todas sus derechos, non sea uizino nec abeat parte en portiello, nin firme, nin iure sobre outro.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXVIII, Tít. 379. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 135, Tít. 388; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 101, Tít. 378, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 788, Tít. 390; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 878, Tít. 237, Lv. V; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 923, Tít. 224, Lv. VII *Vide*, Alberto García Ulecía, op.cit, p. 329; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.67; Antonio C. Floriano, op.cit, p. 49; Alicia Matas Cascos, op.cit, p.53.

A propriedade era outra das condições essenciais para se ser vizinho, embora as “leis” municipais de Riba – Côa não frisassem a necessidade de os habitantes viverem um determinado tempo nas suas residências, nos concelhos. Bastava somente ter casa nas vilas. *Vide*, Alicia Matas Cascos, op.cit, p. 54

Em Alfaiates, os «posteiros» (contribuintes) recebiam a condição de vizinhos, se fossem casados com boas mulheres e possuísem bens ao mesmo tempo. O casamento era um factor que permitia o acesso a este estatuto municipal. In, “Toto homine qui bona muliere. Toto homine qui bona mulier fure et suo marido fuerit postero suos aueres et suo corpo habeat foro de uicino.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 837, Tít.[428].

²⁰⁸ Vejamos também os exemplos de Castelo Rodrigo e Castelo Melhor. Aqui, os indivíduos que tivessem dependentes a cargo nas suas casas, na vila, deviam pagar o dízimo e as primicias e contribuir com a «fazendeira». Estes eram também considerados vizinhos e, uma vez mais, os impostos recaíam nos amos que possuíam trabalhadores assalariados. *Vide*, “ (...) Qualquer ome de castel Rodrigo que en a uila touere casa poblada com ome que coma seu pan e faça seu seruicio dê seu dezmo e primicias en a uila e hi faça toda sua fazendeyra e aia foro assi como de uiziños de uila”, in “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 879, Tít.[245], Lv. V. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 923, Tít. 232, Lv. V. *Vide*, María Dolores García Oliva, op.cit, p. 211; Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 54; Raquel Homet, op.cit, pp. 127 – 128; M^a Trinidad Gacto Fernández, op.cit, p. 100, Alberto García Ulecía, op.cit, p. 329

vizinhos estavam, na maior parte dos casos, equiparados aos moradores e aldeões.²⁰⁹ Nas vilas de Riba – Côa fazia-se portanto uma clara distinção sócio - jurídica entre vizinhos, moradores e aldeões, que se reflectia principalmente, nos aspetos fiscais. Ser-se vizinho em Riba – Côa significava uma “auténtica ciudadanía local, que proporciona a los que la poseen la protección jurídica del fuero, el disfrute de los bienes comunes, la participación en el gobierno concejil y, en fin, una situación privilegiada.”²¹⁰

Os moleiros, hortelãos, pastores, jogueiros, apicultores e os vassalos alheios das terras ribacudanas a foro constituíam uma excepção, visto que estavam isentos de tributos e de obrigações militares, como, a «fazendeira».²¹¹ Os solarengos que morassem e lavrassem as terras dos seus senhores dispunham também das mesmas isenções. Mas, se trabalhassem para vários amos, eram já obrigados a tributar e a desempenhar funções militares, consoante os seus rendimentos, como se fossem aldeões.²¹² Estes benefícios resultavam dos fracos recursos económicos de que muitos dependentes dispunham. Muitos deles deviam viver das aparências, alegando de que não dispunham de rendimentos suficientes para serem vizinhos e possuírem meios de produção para subsistirem de forma autónoma, sem dependerem de outrem, com o fim de não assumirem os encargos que o referido estatuto municipal exigia, evadindo-se ao fisco.²¹³

²⁰⁹ Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 72

Os moradores eram habitantes dos concelhos que não tinham o estatuto de vizinhos. Tratavam-se de indivíduos com categoria inferior aos vizinhos. Não costumavam possuir bens de raiz e exercer cargos concelhios, vendo condicionadas as suas possibilidades de intervir nos assuntos públicos. Em traços gerais, as suas capacidades processuais eram inferiores em relação aos vizinhos, mas não se encontravam em “situación de siervo, huésped o sometido; por lo que se trata de un hombre libre.” In, Alicia Matas Cascos, op.cit, p. 56. Vide, Antonio C. Floriano, op.cit, p. 50

²¹⁰ *Cid.Apud*, Alicia Matas Cascos, op.cit, p.52

²¹¹ “Molinero a fuero. Todo ome que molinero fuere a ffuero, o ortelano, o pastor, o iuguero, o colmenero, o uassallo aieno, sea excusado de pecho et de fazendeira.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIII, Tít. 154. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 58, Tít.156. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp. 330 – 331; María Dolores García Oliva, “Prestaciones y tributos a través del Fuero de Cáceres. Bases de una diferenciación socioeconómica”, in *Norba. Revista de Arte, geografía e Historia*, Nº4, Cáceres, 1983, pp. 295 – 296, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=69164>, 1 de Maio de 2012; Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 544

²¹² “Qui labrar heredad de so domino. Tod ome que morare et lauare en heredad de so sennor, sea solariego et sea excusado de pecho et de fazendera. Et si en outra heredad labrare, pectet si ouiere la ualia.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LVIII, Tít. 218. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 85, Tít. 223; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 827, Tít. [228]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 921, Tít.[206], Lv. V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 876, Tít. [219], Lv. V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 67, Tít. 216, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.770, Tít. [218].

²¹³ In, María Dolores García Oliva, op.cit, p. 296

Os jogueiros ribacudanos, no entanto, eram um caso à parte, porque estavam já considerados como «pecheros» (contribuintes), desde que fossem donos de uma junta de bois.²¹⁴ Isto pressupunha que estes dependentes auferiam rendimentos suficientes para poderem contribuir e aceitar as obrigações concelhias que fossem afixadas e que tinham, em alguns casos, capacidade para manter uma “explotación campesina media.”²¹⁵ Tinham ainda que pagar a metade da «ochava» do trigo aos andadores nas vilas de Castelo Rodrigo e Castelo Melhor.²¹⁶ As autoridades municipais viram, desta forma, a possibilidade de controlar os seus contribuintes, evitando, por um lado, a perda de pessoas com bens e rendimentos, capazes de contribuir com os encargos municipais. Por outro lado, os concelhos, ao afixarem normativas com estas características, estavam a evitar fugas fiscais, sobretudo da parte de um colectivo de trabalhadores assalariados com um determinado nível de riqueza que se escondia sob a capa de dependentes sem recursos económicos para poderem sobreviver sozinhos, recorrendo à prestação de serviços e, escapando “así a la jurisdicción concejil y, por tanto, a los tributos urbanos.”²¹⁷

Os «medieiros»²¹⁸ constituíam um caso análogo aos jogueiros. Eram igualmente trabalhadores agrícolas que aravam manualmente, sem usarem bois nas lavouras. Mas, estes eram habitantes equiparados aos aldeões.²¹⁹ Se chegassem a auferir alguma

²¹⁴ “Arar com iugo de boys. Tod ome que com so iugo de bues arara, maguer se faga iugero se pechero. (...)”, in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LVIII, Tít. 217. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 85, Tít. 222; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 770, Tít. 217; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.876, Tít. 219, Lv. V; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 921, Tít. 206, Lv. V; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 816, Tít.226; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 67, Tít. 215; CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 816, Tít. 226. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp. 330 – 331; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.544; Carlos Ayala Martínez, op.cit, p. 32; Rafael Gibert, op.cit, p. 37; Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 67

²¹⁵ In, Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 67

²¹⁶ “Qui arar com yugo de boys. Todo ome que arar com I iugo de buyes dê media ochaua de trigo a los andadores, e los medieros I quartela (...)” in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 919, Tít.[188], Lv. V. Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.874, Tít.[201], Lv. V

²¹⁷ In, María Dolores García Oliva, op.cit, p. 296

²¹⁸ Os «medieiros» eram trabalhadores assalariados agrícolas que aparecem associados aos jogueiros. Eram, porém, dependentes diferentes dos jogueiros, com características próprias. Segundo Carlos de Ayala Martínez, o «medieiro» era um dependente, cujas origens remontavam ao período muçulmano, sendo conhecido por “*munasif*”. In, Carlos Ayala Martínez, op.cit, p.35. Tratava-se de “homem de serviços” que estava “sujeto al pago a su señor de la mitad de la renta obtenida de su trabajo, una situación de aparcería relativamente desahogada dentro del condicionamiento que supone no ser poseedor de la tierra que se trabaja.” In, Carlos Ayala Martínez, op.cit, p. 3

²¹⁹ Os aldeões tinham um estatuto próprio. Diferenciavam-se dos habitantes das vilas, porque viviam normalmente nos meios rurais. No seio das aldeias podiam ser vizinhos ou moradores, em função dos requisitos, atrás mencionados. Os costumes e foros ribacudanos mencionaram também que “Tod aldeano que casa ouier ena uilla sea uizino si la touier poblada com sus omes. Et det el medio diezmo ena collación o fuere uezino. Et det a los mayordomos recabdo por todos los derechos de Conceio. Et si ita non fecerit, non sea uizino.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XVI, Tít. 31. Cf. “FU”, in

riqueza, pagavam a metade da «posta» e não compareciam em fossado ou apelido.²²⁰ Os «medieiros» de Alfaiates eram obrigados a contribuírem com meia «oitava».²²¹ Em Castelo Melhor e Castelo Rodrigo, os «medieiros» pagavam a «quartela» dos cereais cultivados.²²²

Dos pontos de vista fiscal e militar, os dependentes usufruíam de uma série de isenções que eram assumidas pelos seus amos, como acabamos de verificar, sem os prejudicar com tais obrigações. Os senhores saíam assim favorecidos, chegando ao ponto de viúvas de Alfaiates considerarem os seus familiares, que viviam nas suas casas, como jugueiros e «colaços» ao seu serviço, para estarem isentas de impostos.²²³ Este subterfúgio fiscal seria bastante usado por estas mulheres, porque a convivência com os seus filhos e genros nas suas casas, implicava o pagamento de tributos e de outros deveres concelhios.

Havia, no entanto, trabalhadores assalariados que não estavam escusados de outros contributos e deveres municipais. Os pastores de Cáceres e Usagre pagavam impostos pelo gado com mais de três anos de idade e ainda tinham que se apresentar em apelido, mesmo que estivessem a apascentar os animais, sob de pena de pagarem uma coima aos donos das cabeças de gado.²²⁴ Os ovelheiros e os pastores que se dedicavam

Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 12, Tít. 32; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 21, Tít 30; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 748, Tít. 32 *Vide*, Antonio C. Floriano, op.cit, p. 50; Alicia Matas Cascos, op.cit, p. 57

²²⁰ “Arar com iugo de boys. (...) Et el mediero que com su mano arara, si ualia ouiere, pectet la media puesta, et non uaya en fonsado ni en apelido.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LVIII, Tít. 217. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 85, Tít. 222; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 770, Tít.[217]; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.876, Tít.[219], Lv. V; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 921, Tít. [206], Lv. V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 67, Tít. 215 *Vide*, Alberto García Ulecía, op.cit, pp. 330 – 331; Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 544 e 551

²²¹ “Todo homine qui ualia habuerit. (...) el mediero media octaua.” In “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 831, Tít. 369. *Vide*, M^a Dolores García Oliva, op.cit, p. 296

²²² Qui arar com yugo de boys. Todo ome que arar com I iugo de buyes dê media ochaua de trigo a los andadores, e los medieros I quartela (...)” in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 919, Tít.[188], Lv. V. Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.874, Tít.[201], Lv. V. *Vide*, M^a Dolores García Oliva, op.cit, p. 296

²²³ “De uidua que filio aut genro tenerit. Nulla uidua que filio aut gerno tenerit in sua casa de etate, si ualia habuerit pectet, et si dixerit – meo iudguero est aut collatio – no le prestet.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 838, Tít. [439].

²²⁴ “Pastor que ouiere a pechar ganado. Todo pastor que ganado ouiere a pechar, sea de III edades. Todo oueirizo a ffuero prenda el diezmo de los quesos ena uilla et por suerte, et otrosi de los corderos, et otrosi de la lana de uazias. Et el pastor que al fiziere, pectet III morabetis domino suo. Todo pastor que ouiere apelido et non fuerit post illum por sacudir el ganado si pudiere, pectet X morabetis domino ganati/.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVI, Tít. 414, Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 155, Tít.436

também à produção de queijo, “de los corderos, et otrosi de la lana de las uazias”²²⁵ davam o dízimo.

Nas vilas de Alfaiates, Castelo Bom, Coria, Castelo Rodrigo e Castelo Melhor, os pastores que se deslocassem com os gados em transumância pelas canadas, nas direcções além serra e pelos arredores da vila, estavam desobrigados de dar o quinto, assim como os cavaleiros de «rafala».²²⁶

Todos estes benefícios traziam normalmente, por consequência, dificuldades aos dependentes para acederem aos ofícios públicos, impedindo-os de participarem nos desígnios municipais. A esta razão acrescia ainda o facto de os «aportelados» não disporem, na maior parte dos casos, da condição de vizinhos. Cáceres e Usagre restringiram o acesso dos solarengos aos cargos concelhios e foram ainda mais longe, ao proibir-lhes o acompanhamento do gado dos «parceiros» com os cavaleiros. Apesar disso, não deixava de haver excepções nos regulamentos costumeiros das vilas ribacudanas para o acesso às funções públicas. Os «parceiros»²²⁷ podiam contudo desempenhar cargos municipais («portielllos»), desde que fossem vizinhos.²²⁸

O dia – a – dia dos senhores podia trazer alguns privilégios, pelo menos, para alguns dependentes. Havia homens assalariados, como os escudeiros, que trabalhavam nas casas dos amos nas vilas. Muitos deles acompanhavam os seus senhores nas suas rotinas citadinas e nos seus locais de convívio e de lazer, como, os banhos públicos. Os escudeiros ou outros dependentes não costumavam pagar pelas entradas nos banhos, porque estavam ao serviço dos seus amos.²²⁹ Naturalmente, estes não usufruíam dos

²²⁵ In, “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVI, Tít. 414 e “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 155, Tít. 436

²²⁶ “Qvi canado (sic) sacudire. Qvi canado (sic) sacudiere alende cola aut alende serra accipiat inde el quinto, excepto caualeros de arrafala et pastores de ganado, et si caualllo ibi morierit, de aquilo lo erectent (...)”, in “CFA”, in PMH – LC, op.cit, p.810, Tít.[169]. Cf “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 764, Tít.[167]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 55, Tít. 163, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 884, Tít.[290], Lv. VII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.928, Tít.[276]. Lv. VII.

²²⁷ Entre os «aparceiros» podiam se encontrar pastores que eram pequenos proprietários de gado.

²²⁸ “De portielllos. Vizino de Caceres que aparzero fuere, esse tenga el portiello, et non outro. Nengun soldadeiro non aya portiello. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CI, Tít. 434. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 162, Tít. 457. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p. 329; Alicia Matas Cascos, op.cit, p. 56

²²⁹ “De banno. (...) Nullus homo non det precio en bano por escudero, et ome que non ouier escudero, lieue per escudero ome de su pan, et las mulieres similiter faciant. Alcaldes et Iuez et Escriuano non lieuen sinon un escudero, et si mais leuaren, sit illis in periurio.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVII, Tít. 125. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 48, Tít. 127; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 920, Tít. 203, Lv. V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 875, Tít. 216, Lv. V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.p. 44 - 45, Tít. 118, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, pp. 758 – 759, Tít. [115]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 804, Tít. [118]. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p. 332; Aníbal Ruiz – Moreno, “Los baños públicos en los fueros municipales españoles”, in CHE, vols. XXXV – XXXVI, Buenos Aires, 1962, p. 156; Antònia

serviços e dos tratamentos que os banhos colocavam ao serviço dos clientes, limitando-se a servir os seus contratantes, apesar de as informações serem escassas neste sentido. Também as mulheres trabalhavam nas casas dos seus senhores, desempenhando os trabalhos domésticos.

Os dependentes, os amos e a vivência económica

Os dependentes e amos tinham um papel importante no desenvolvimento da economia municipal. Ambos chegavam a desempenhar diversas actividades económicas. No quotidiano das vilas ribacudanas podemos encontrar uma diversidade de trabalhadores assalariados, entre os quais, os jugueiros, hortelãos, moleiros, solarengos, mesteiros, criados domésticos e entre outros. Muitos deles estavam vocacionados para o exercício de determinados ofícios, nomeadamente, nos sectores agro – pecuário e “industrial”.

A pecuária era uma actividade que exigia uma estrutura organizada e hierarquizada de dependentes. A maioria destas pessoas era especializada em determinados tipos de gado, proporcionando os melhores cuidados para os animais, criando-os e levando-os em transumância à procura de pastagens para as reses durante o Inverno, com a maior segurança.²³⁰ Dentre estes podemos encontrar, entre os quais, os rabadães, os «aparceriros», os porqueiros, os ovelheiros, os vaqueiros, os cabreiros, os pastores e os mancebos. Estes partiam também em transumância à procura de pastagens para as reses durante o Inverno.

Os serviços domésticos eram procurados pelos «aportelados» ribacudanos. As mulheres optavam por servir nas casas dos seus senhores, como empregadas domésticas. Outros eram os escudeiros. Mantinham uma relação estreita com os seus amos, chegando a acompanhá-los nas actividades diárias de lazer e de convívio, como, nos banhos públicos.

Carré y Lluís Cifuentes, “Los baños en la literatura catalana medieval durante los siglos XIV y XV”, in *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval (Universidad de León, 20 al 24 de septiembre de 2005)*. Eds Armando López Castro e María Luzdivina Cuesta Torre, vol. I, León, Universidad de León. Secretariado de Publicaciones, 2007, pp. 395 – 403.

²³⁰ Vide, José Vicente Matellanes Merchán, “Aproximación a la política ecológica y cinegética en los Fueros del Siglos XIII”, in *El medio natural en la España medieval. Actas del I Congreso sobre ecohistoria e historia medieval*. Ed. J. Clemente Ramos, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2001, p. 340; José Manuel Berges Sánchez, *Actividad y estructuras pecuarias en la Comunidad de Albarracín (1284 – 1516)*. Tesis Doctoral dirigida por María Isabel Falcón Pérez, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2007, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=21652>, 15 de Setembro de 2012

No sector da “indústria”, os «aportelados» colaboravam com os moleiros na moagem dos cereais, nos moinhos e nas azenhas, apesar de as normas costumeiras não lhes fazerem menção. Outros assalariados trabalhavam com os mesteirais, com o fim de os ajudar nas suas oficinas. Chegavam também a vender os produtos com os seus senhores, colocando-os à disposição dos consumidores, apesar de os costumes e foros de Riba – Côa serem parcos em informações. Sabemos, apenas, pelas normativas, que selavam contratos de «sinal» com os seus clientes, comprometendo-se a terminar os seus trabalhos ou as suas encomendas no prazo acordado e com boa qualidade; caso contrário, eram penalizados.

Havia também outros dependentes que se dedicavam exclusivamente ao comércio. Eram agentes comerciais, transacionavam e colocavam as mercadorias nos mercados locais, açougues, feiras e em outros espaços de comércio. Deste modo, garantiam o abastecimento e o acesso aos alimentos e aos produtos necessários para o dia – a – dia das populações ribacudanas, dinamizando assim as trocas comerciais dos municípios.

Os dependentes, os amos e as relações laborais

As relações laborais entre amos e dependentes implicavam um acordo mútuo entre ambas as partes. Ou seja, um contrato de prestação de serviços. Os senhores viram assim uma forma de conseguirem os colaboradores que necessitavam para realizar as tarefas propostas nos seus empreendimentos.

Apesar dos vínculos contratuais, os aportelados eram indivíduos autónomos e livres de “prestaciones forzosas de disponer de sí mismos para servir a quien deseen mediante una retribución.”²³¹ A liberdade era uma das condições primordiais dos contratos, porque facultava os operários de “disponer de su tiempo y de su capacidad de trabajo.”²³² Estes trabalhavam durante a duração do contrato estabelecido com os seus amos a troco de um salário ou de outro tipo de compensações económicas.²³³

Por outro lado, os contratos implicavam um vínculo de dependência pessoal, tutela e de fidelidade que, de certo modo, “se configura como familiar”²³⁴ da parte dos dependentes. Os amos, não obstante, protegiam e podiam ser responsabilizados pelos

²³¹In, Rafael Gibert, op.cit, p.20

²³² Vide, Rafael Gibert, op.cit, p. 39

²³³ In, Rafael Gibert, op.cit, p. 29

²³⁴In, Rafael Gibert, op.cit, p.30

comportamentos dos seus assalariados, chegando, muitas vezes, a responder na justiça e a assumir as penas parcialmente ou na sua totalidade. Eram portanto chamados à responsabilidade dos pontos vista processual e penal pelos seus «aportelados». No entanto, as indemnizações e as multas pelos desacatos e crimes contra os trabalhadores deviam ser também entregues aos senhores.²³⁵ Eram alguns dos direitos dos amos, que deviam ser ressarcidos pela incapacidade física dos «aportelados», que podia ocasionar “baixas” laborais, prejudicando - os. Em Cáceres, Coria, Castelo Bom e Usagre, por exemplo, os dependentes, vítimas de delitos, tinham também o direito a receber a metade das coimas, com o mesmo fim que os seus contratantes.²³⁶

Os contratos implicavam um conjunto de obrigações para ambas as partes, que se encontravam definidas nos costumes e foros ribacudanos. Neles eram também descritos os direitos e os privilégios que os amos e os dependentes teriam. A isenção de tributos e de outras obrigações municipais e militares, como a «fazendeira», era um facto para alguns dependentes, como já vimos anteriormente. Os jugueiros, hortelãos, apicultores, pastores, solarengos, moleiros e outros vassalos alheios eram alguns dos exemplos.²³⁷ Estas regalias eram normalmente assumidas pelos senhores, sem os prejudicar. Por outro lado, limitavam a participação política dos dependentes nos assuntos concelhios. O acesso a cargos públicos estava também interdito aos outros «aportelados», porque não reuniam também as condições necessárias para serem vizinhos dos concelhos.

²³⁵ Vide, Rafael Gibert, op.cit, p. 49

²³⁶ “Qui firiere mancebo. Qui firiere mancebo o manceba agena ante su senor, o ome de su pan, pectet la calopna doblada, media ao collazo et media al senor.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít.127. Cf.“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.759, Tít.[121];“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp. 45 - 46, Tít. 122, Lv. II; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud y Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 49, Tít. 129. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p. 353; Rafael Gibert, op.cit, pp. 50 – 51. Vide, Rafael Gibert, op.cit, pp. 50 - 51

²³⁷ “Molinero a fuero. Todo ome que molinero fuere a ffuero, o ortelano, o pastor, o iuguero, o colmenero, o uassallo aieno, sea excusado de pecho et de fazendeira.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIII, Tít. 154. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 58, Tít.156. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp. 330 – 331; María Dolores García Oliva, op.cit, pp. 295 -296

“Qui labrar heredad de so domino. Tod ome que morare et lauare en heredad de so sennor, sea solariego et sea excusado de pecho et de fazendera. Et si en outra heredad labrare, pectet si ouiere la ualia.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LVIII, Tít. 218. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 85, Tít. 223; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.827, Tít. [228]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.921, Tít.[206], Lv. V;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.876, Tít. [219], Lv.V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 67, Tít. 216, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.770, Tít. [218]. Vide, Rafael Gibert, op.cit, pp. 32 - 36

Em traços gerais, os contratos criavam uma relação “personal y temporal, no transmisible a los herederos”²³⁸ que se encontrava legislada nos «corpora» costumeiros, graças a um conjunto de normativas laborais. Havia, no entanto, contratos que obedeciam a exigências prévias, tais como, a apresentação de testemunhas, fianças ou de outras cauções, importantes para “ser efectiva alguna responsabilidad.”²³⁹ Neste sentido, era obrigatório que os pastores apresentassem fiadores, antes de serem selados os acordos; caso contrário respondiam judicialmente pelos eventuais prejuízos.²⁴⁰ Estes davam também um carácter formal aos contratos, garantindo o cumprimento dos vínculos contratuais dentro dos prazos acertados, os devidos cuidados aos animais confiados aos pastores e a posterior entrega das cabeças de gado aos seus donos.

As testemunhas eram uma garantia importante e deveria ser levada em conta pelos pastores e pelos senhores de Alfaiates, Cáceres e Usagre, no momento da entrega do gado aos seus dependentes e da devolução do mesmo aos seus respectivos donos. Em Alfaiates, as testemunhas eram três.²⁴¹ Estas certificavam – se de que os animais foram entregues nos prazos definidos e em boas condições. Os pastores de Cáceres e Usagre devolviam os animais aos seus proprietários diante de dois jurados ou de três vizinhos. O povoado era o local determinado para se entregar as vacas e as ovelhas.²⁴²

Nos concelhos de Riba – Côa podiam ser concertados vários tipos de contratos, entre os quais os de serviços comuns e especiais, dedicados exclusivamente, a profissionais especializados em determinados tipos de ofícios.²⁴³ Estes variavam

²³⁸ In, Rafael Gibert, op.cit, p. 51

²³⁹ In, Rafael Gibert, op.cit, p. 55

²⁴⁰ “Pastor que ganado. Todo pastor a qui ganado dieren a uelar, de fiador por ganado et por bestias de la cabana, et el tome / recabdo de los omes que el coiere. Et si ita non fecerit, respondeat el ille por illes.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXXXVI, Tít. 366. Cf. “FU, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.131, Tít. 375 Vide, Rafael Gibert, op.cit, p. 55; Maria José Lagos Trindade, op.cit, pp. 51 – 52; M^a Trinidad Gacto Fernández, op.cit, p. 204; Juan Manuel Berges Sánchez, op.cit, p. 502

²⁴¹ “Toto homine qui ganado dederit ad pastor. Toto homine qui ganado dederit ad pastor per uelare dê lo con Illes testigos (...)” in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.842, Tít.[482] e p. 806, Tít.[137].

²⁴² “Ganado quartero o soldariego. Tod omme que echare ganado quartero o soldariego, echelo ante II iurados o ante III uezinos al señor del ganado (...)”, in “FU, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.156, Tít. 440. Cf. “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVII, Tít. 418

“Quien uacas uigilauerit. (...) aquel que la uelare non responda de un anno passado adelant pues que el ganado diere a ssu dueno, si sse li espidiere ante tres uizinos et en poblado.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLI, Tít. 146. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.55, Tít.148; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.884, Tít.[286], Lv.VII; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 762, Tít. 149; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp. 50 – 51, Tít. 145, Lv. II; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.928, Tít.[272], Lv.VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 806, Tít.[134].

²⁴³ Rafael Gibert, op.cit, p. 25

consoante os dependentes, as profissões que exerciam e o tipo de trabalho sugerido pelos senhores. Os trabalhadores assalariados prestavam as suas funções, recebendo em troca um salário e outras compensações, depois de findarem os acordos laborais. Os contratos de serviços eram válidos durante um determinado período de tempo durante “el cual debe ejecutarse la prestación de aquellos y que tiene en la mecánica de la relación un papel más importante que la prestación misma.”²⁴⁴ Em Riba – Côa, os contratos costumavam durar no máximo um ano, sobretudo, quando se tratava de dependentes especializados em determinadas áreas como os jogadores, hortelãos e pastores.

Havia ainda dependentes que aceitavam trabalhos sazonais, recebendo as suas remunerações, consoante os dias de trabalho e as suas funções. Os senhores procuravam, em alguns casos, assalariados dispostos a trabalhar temporariamente, com o objectivo de ajudar os outros dependentes nos seus ofícios, como acontecia com os «colaços» de Alfaiates que auxiliavam os jogadores nas eiras e nos campos de cereais durante o mês de Agosto.²⁴⁵ Os segadores eram contratados para ceifar as searas, até estarem finalizadas as colheitas dos cereais. Findos os trabalhos, recebiam o dízimo. Os tosquiadores eram outro caso análogo. Eram chamados para tirar a lã do gado ovino, duas vezes ao ano, ajudando os pastores e os pequenos ganadeiros. Em troca recebiam um velo maior pela tosquia de quarenta animais e um velo, por cada vinte borregos.²⁴⁶

Os jornaleiros de Cáceres e Usagre eram outro caso particular, porque trabalhavam à jorna. Os seus contratos duravam um dia, devendo receber os seus salários ao fim do dia, ao por do sol, depois de terminarem as suas jornadas. No caso de os amos não pagarem os salários aos jornaleiros, eram obrigados a dar-lhes o dobro da jornada no dia seguinte de trabalho.²⁴⁷ Estes dependentes podiam dedicar-se a vários

²⁴⁴ In, Rafael Gibert, op.cit, p.57.

²⁴⁵ “El iugero sempre dê homine. El iugero sempre dê homine qui uigilet los boues in agosto et tota uia et siegue et acaree et sua mulier trile: et si ita non fecerit pectet III morabitos et el señor det ei collatio que lo adiuide in agosto usque sit trilado suo pan.” In “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.803, Tít.[109] e p. 844, Tít.[500]. Vide, M^a Trinidad Gacto Fernández, op.cit, p. 205; Raquel Homet, op.cit, pp. 166 - 167

²⁴⁶ “Segadores e desquiladores. Los segadores e sieguen a diezmo et tomen por suerte. Los desquiladores tomen por suerte de XL uellocinos uno de mayores. Et de corderos tome de XX uno”, in “FC”, in PMH-LC, op.cit, p. LVIII, Tít. 216. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 84, Tít. 220 e 221; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 816, Tít.[224] e [225]; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, pp.769 - 770, Tít. [215] e [216]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.921, Tít.[205], Lv.V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 876, Tít.[218], Lv.V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp. 66 - 67, Tít. 213 e 214, Lv. III

²⁴⁷ “Qui labrar a iordnal. Todo ome qui labrare a iornal, en esse dia sea pagado. Et si non, denlo outro dia duplado, sin ferias et sin solturas, et prende cadal dia sin calonna. Otrosi por iornal de boys.”, in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCIII, Tít. 401 .Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo

ofícios, apesar de as normativas costumeiras fazerem menção, sobretudo aos trabalhos nos campos com os bois, como, por exemplo, as tarefas dos «braceiros».

Nem todos dependentes ribacudanos tinham o hábito de cumprirem os seus contratos até ao fim. Muitos deles despediam-se antes de os prazos contratuais terminarem para poderem trabalhar com outros amos, sob a pena de perderem os seus salários. Acresce a esta realidade, o facto de os «aportelados» costumarem ser aliciados a trabalhar para outros senhores, prejudicando os seus “patrões”, que ficavam com menos mão-de-obra disponível. O novo amo devia assim pagar uma coima ao antigo senhor, na condição de ficar provado que tinha havido alguma violação dos vínculos da parte do assalariado, abandonando as suas funções antecipadamente.²⁴⁸ Havia outros conflitos laborais que podiam estar associados ao despedimento antecipado dos «aportelados». Os trabalhos mal desempenhados e os danos causados pelos dependentes podiam ser motivos alegados pelos seus amos para os despedirem, sem lhes pagarem as remunerações acordadas.²⁴⁹

Os amos eram também vítimas de outros problemas ocasionados pelos seus dependentes enquanto trabalhavam. Os seus «aportelados» deviam zelar e cuidar bem dos bens dos seus senhores, principalmente, daqueles que lhes tinham sido. As perdas laborais levadas a cabo pelos jugueiros, «quinteiros», mancebos e vassalos eram normalmente penalizadas com coimas.²⁵⁰ Os danos nos bois provocados pelos jugueiros ou vassalos, excepto nas lavouras, eram igualmente sancionados nos costumes e foros.

Bonilla y San Martin, op.cit, p. 143, Tít. 410. *Vide*, Julio Gerardo Martínez Martínez, op.cit, p. 156; Rafael Gibert, op.cit, p. 59 e 64; Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 69

²⁴⁸ “Qui entrare com outro por seruicio. Tod ome que entrare com outro por so ceruicio fazer, et ante de so plazo lo dexar, perda el soldar; et qui lo cogiere, pectet II morabetis al amo primero si lo pudiere firmar que ante del plazo se exio del.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXIX, Tít. 136. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit. pp.918 – 919, Tít.[185], Lv. V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit. p. 873, Tít. [198], Lv. V; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.760, Tít.[127]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 805, Tít.[124]; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 51 - 52, Tít. 138; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 47, Tít. 129.

²⁴⁹ “Qui entrare com outro por seruicio. Tod ome que entrare com outro por so ceruicio fazer, et ante de so plazo lo dexar, perda el soldar; et qui lo cogiere, pectet II morabetis al amo primero si lo pudiere firmar que ante del plazo se exio del.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXIX, Tít. 136. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit. p. 872, Tít. 185, Lv.V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit. p. 767, Tít. 198. Lv. V; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 760, Tít. 127; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 805, Tít.124; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 47, Tít. 129.

²⁵⁰ “Los iugueros. Todos los iugueros que operas fecerit perdere, pro unaquaque opera pecet I morabitino; et si negare, iure el senior tambien por las huebras como por outra pedida quel fiziere so quintero o so mancebo, et por quanto iurare el senior, tanto pectet el uassalo (...)”, in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXIV, Tít. 115 Cf. “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 40, Tít. 108, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, pp.756 – 757, Tít.[104]; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 43 – 44, Tít. 117; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 918, Tít. [182], Lv. V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 873, Tít. [1959, Lv. V.

Ou seja, aquele que arrancasse os chifres, os olhos ou partisse alguma pata aos bois ou a outras bestas, era obrigado a pagar uma indemnização, dando outros animais aos lesados. A morte dos bois requeria que os amos e os dependentes jurassem em tribunal para serem apuradas responsabilidades.²⁵¹ Já os hortelãos que lavrassem mal as hortas podiam ser penalizados pelos seus senhores.²⁵²

Os pastores eram outros dependentes que costumavam prejudicar os seus amos. Os porqueiros de Riba – Côa eram obrigados a ressarcir os donos dos porcos com indemnizações, cujos valores variavam em função do número de cabeças de gado perdidas. Por outras palavras, em Castelo Melhor, por exemplo, pagavam-se dois morabitos por cada porco com um ano de idade e meio morabito por cada animal com mais de um ano.²⁵³ Em Cáceres e Usagre, dava-se um quarto do morabito por cada leitão perdido.²⁵⁴ Os seus amos só lhes pagavam o salário na sua totalidade, quando recebessem os suínos de volta, depois do dia de São João (dia em que findavam e se iniciavam os contratos agro – pecuários).

As “baixas” laborais por motivos de doença costumavam gerar também desentendimentos entre amos e dependentes. Os concelhos de Castelo Rodrigo e Castelo Melhor regulamentaram, neste sentido, nos seus costumes e foros. Os

²⁵¹ “(...) et si boues de domino suo engueraret el iuguero duplelos boes; et si negaret sicut scriptum est. Te isto non abeat ferias neque solturas; et [si] suo domino dixerit: mataste me meo boue, iure el senior et peche el mancebo. Qui boue descornare o occulo le quebrantare aut pierna, accipiat illo et det altero tan bono. Et de tota bestia otrosi faga; et si dixerit: non feci hoc, iure el senior et pectet el uassallo.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXIV, Tít. 115. Cf. “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 40, Tít. 108, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 758, Tít. 104; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp. 43 – 44, Tít. 117; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 918, Tít. 182, Lv. V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 873, Tít.[195], Lv. V.

²⁵² “(...) Todo ortelano que horto touier, si mal lo laurar, el senior prenda en el leno et el ortelano en el uazio. Et si por el senior fincar, fagalo testigos el ortelano, et el ortelano tome en leno, et el senior en el uazio.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXX, Tít. 329. Cf “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 93, Tít. 337, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 782, Tít. 337; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 122, Tít. 338.

²⁵³ “Qui uelar puercos. Qvy uelar puercos de esse dia que los tomar por conta quantos perdiere tantos morabitos peyte por los que foren anales ou mas, e por los que non foren anales por cada uno qualquier peyte medio morabito. (...)”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 928, Tít. 273, Lv. VII. Cf. “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLI, Tít. 147; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 56, Tít. 149; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 884, Tít. 287, Lv. VI; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 762, Tít. 150; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 51, Tít. 146, Lv. II; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.806, Tít.[140].

²⁵⁴ “De puercos. (...) Et per lechon pectet I quarto domino suo.”, in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLI, Tít. 147. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 56, Tít. 149

assalariados que morassem com os seus senhores eram obrigados a compensar as suas ausências durante os meses de Maio e de Agosto, trabalhando o dobro dos dias.²⁵⁵

Os dependentes, os amos e os contratos de trabalho de serviço específicos

Os contratos de serviço específicos obedeciam a parâmetros semelhantes, mas não deixavam de assumir características particulares. Tratava-se de contratos que se destinavam a dependentes especializados em determinadas funções, tais como, os jugueiros, hortelãos, labradores do castelo e pastores. Os vínculos contratuais eram anuais, começando e finalizando, geralmente, num dia de festa, consoante o tipo de acordo. As datas costumavam ser determinadas pelo “fin y el comienzo de las tareas agrarias, por el retorno del ganado transumante; pero en general significa una ordenación económica comunal, que incluye la fijación de salarios y otras remuneraciones.”²⁵⁶ Todos eles se comprometiam a realizar com “cierta independencia la totalidad de las labores correspondientes a una empresa agraria en la tierra del señor, percibiendo su remuneración con cargo a los rendimientos de la propia empresa.”²⁵⁷

Os jugueiros trabalhavam na agricultura, nas terras dos seus senhores. Eram aqueles «aportelados» especializados nas tarefas agrícolas que aravam normalmente com um jugo de bois, facultado pelos próprios amos. Os animais deviam ficar a cargo dos jugueiros durante um ano, até ao dia de São Cipriano, 16 de Setembro (data do início e do fim do contrato). Os animais deviam ser bem tratados e alimentados pelos próprios jugueiros. Se os bois sofressem danos ou algum acidente, eram responsáveis por eles, devendo acarretar com as consequências pecuniárias. Em troca, os senhores deviam-lhes pagar o quinto. Além disso, recebiam dois «cafizes» de cereais (trigo e centeio), meia «oitava» de sal, três pares de boas «avarcas» (calçado) e três «cafizes» e meio de «anafaga» (alimento) para os bois.²⁵⁸ No caso de as remunerações não serem

²⁵⁵ “Qui morare a soldada e enfermar. Todo ome que com señor morar a soldada, e enfermar en mayo ó en agosto, quantos dias fesier menos a seu señor doble los en otros dias.” In, “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.918, Tít.[184], Lv. V. Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 873, Tít.[197], Lv. V; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 822, Tít.[282]. Vide, Rafael Gibert, op.cit, p. 59

²⁵⁶ In, Rafael Gibert, op.cit, p. 58

²⁵⁷ In, Rafael Gibert, op.cit, p. 28

²⁵⁸ “Los iugueros. Los iugueros accipiant boues ad quinto, et dent unicuique II Kafices cabales de pan. Medio de trigo et medio de centeno, et media octaua de sal, et III pares d’auarcas bonas. Et qui magis dederit, aut magis pecierit, pectet III morabetis al castiello, et dent inannafaga, ad unoquoque iugo de boues III caffizes et medio (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXIV, Tít. 114. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 43, Tít. 116; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 873, Tít. 194, Lv. V; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 756, Tít. 103; “FCo”, in José

pagas aos jogueiros, despediam-se, abandonando os seus senhores, sem serem coagidos a pagar-lhes quaisquer compensações.

Na vila de Alfaiates, os jogueiros estavam encarregados de semearem os barbeitos dos seus senhores, seguindo as suas instruções. Mas, se fizessem outras sementeiras para barbeitos eram obrigados a devolver o quinto e a «anafaga». Ou seja, parte dos seus rendimentos e das suas garantias eram entregues aos seus amos, como forma, de penalização.²⁵⁹ As suas funções eram análogas às do hortelãos de Alfaiates, devendo prestar uma série de tarefas agrícolas, “barbechar, arar, sembrar, etc., aparte otras secundarias como escardar y estercolar.”²⁶⁰

Estes dependentes tinham ainda a participação nas sementes e nos negócios agrícolas com os senhores, tal como os hortelãos, formando parcerias. Os costumes e foros de Alfaiates são explícitos ao estipular as quantidades de sementes e os instrumentos agrícolas que cada parte deveria aportar e a distribuição dos rendimentos obtidos nas lavouras.²⁶¹

Os jogueiros responsabilizavam-se por outros dependentes que estavam a seu cargo. Eram normalmente contratados a prestarem serviços temporários, coadjuvando-os em determinadas alturas do ano, quando os trabalhos agrícolas eram mais intensos. No mês de Agosto, os senhores de Alfaiates tinham o costume de reforçar o número de trabalhadores para as colheitas cerealíferas, contratando, por exemplo, «colaços», com o fim de ajudar os jogueiros a tomar conta dos bois, a segar e colher os cereais. As mulheres dos jogueiros tinham também o hábito de colaborarem com os seus maridos,

Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 40, Tít. 107, Lv. II; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 918, Tít. 181, Lv. V; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.p. 802 – 803, Tít. 107. Vide, Rafael Gibert, op.cit, p. 67; Julián Clemente Ramos, “Las relaciones sociales en los Fueros Conquenses (Cuenca y Plasencia)”, in *Norba. Revista de Historia*, Nºs 11 – 12, Cáceres, 1991 – 1992, p.228, in Dialnet, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=109867>, 18 de Junho de 2011; Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 511; José Mattoso, op.cit, p. 376; Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 69

²⁵⁹ “Sos iugueros quales baruechos fecerint. Los iugueros quales baruechos facerint tales seminent illos si placuerit dominis suis, et si hoc noluerit facere pectet unusquisque VI morabitos. Et si el iugero obierit postquam sementera fecerit det qui barbechet aut tornet el anafaga, et de quinto simili modo.” In “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 803, Tít. 108. Vide, M^a Trinidad Gacto Fernández, op.cit, p. 206; José Mattoso, op.cit, p. 376

²⁶⁰ In Rafael Gibert, op.cit, p. 68

²⁶¹ “(...) et sua medietate de dompnus de orto de simillas, et el ortolano sua medietatem, et si el posuerit las simillas et non posuerit el senor, accipiat el quarto, et similiter el ortolano non habuerit unde ponet simillas et el senor las posuerit accipiat el ortolano el quarto (...)”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 809, Tít.[162] e p.842, Tít.[487]. Vide, Rafael Gibert, op.cit, p. 112.

trilhando os cereais nas eiras.²⁶² Isto significa portanto que as famílias dos jugueiros estavam implícitas nos contratos.

Os «medieiros», «quarteiros» e «quinteiros» eram também jugueiros. Constituíam portanto uma “auténtica tipología de yugueros, concretamente tres tipos diferenciados en función de sus responsabilidades fiscales respecto al concejo.”²⁶³ Estes fechavam contratos, exerciam funções agrícolas semelhantes aos jugueiros e eram parceiros dos seus amos. Distinguiam-se também nos rendimentos obtidos. Ou seja, o «medieiro» estava sujeito ao pago ao seu “señor de la mitad de la renta obtenida de su trabajo”.²⁶⁴ Já o «quarteiro» recebia a quarta parte, enquanto ao «quinteiro» lhe correspondia o quinto.

Os hortelãos trabalhavam também na agricultura. Os seus contratos eram anuais, dando início no dia de Natal.²⁶⁵ Estavam encarregados dos trabalhos hortícolas, regar, lavrar e estrumar as terras e tomar conta das bestas, quando andavam soltas nas hortas, todos os dias, incluindo os dias festivos. Preparavam, deste modo, as sementeiras para mais um ano de cultivos; plantavam e colhiam os frutos das árvores e ainda se preocupavam em fazer os barbeitos. Os proprietários das hortas deviam fornecer-lhes instrumentos de trabalho, isto é, um burro, serão e uma «azada» para fertilizar.²⁶⁶ Ainda tinham direito à metade das sementes usadas nas hortas. Os hortelãos de Alfaiates tinham outros direitos, diferentes aos demais concelhos ribacudanos. Os seus amos davam-lhes um morabitino de «anafaga», uma casa fechada com telhas, duas «azadas», uma nora com adobe e uma besta para a horta. A nora tinha que ser revestida com

²⁶² In, “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 803, Tít.[109] e p.844, Tít.[500]. Vide, M^a Trinidad Gacto Fernández, op.cit, p. 205; Rafael Gibert, op.cit, pp. 36 e 69; Raquel Homet, op.cit, pp. 166 - 167

²⁶³ In, Carlos de Ayala Martínez, op.cit, p. 32

²⁶⁴ In, Carlos de Ayala Martínez, op.cit, p. 33

²⁶⁵ “Todo ortolano ad foro. Toto ortolano ad foro tali sit de natiuitate usque ad natiuitate sit, et si adsi non fur, et quomodo pertinet com suo orto, non sit ortolano ad foro.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 829, Tít. 343 e p. 809, Tít. 161. Cf. FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXX, Tít. 329; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.122, Tít. 338; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 882, Tít. 272, Lv. VI; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.782, Tít. 336; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 93, Tít. 337, Lv. IV; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.926, Tít. 259, Lv. VI Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 228

²⁶⁶ “(...) Tod ome que metier ortolano en so orto dele asno et seron et azada pora estercolar. Et el ortolano de quantas semillas metiere, tome la meatad. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXX, Tít. 329; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.122, Tít. 338; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 882, Tít. 272, Lv. VI; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.782, Tít. 336; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 93, Tít. 337, Lv. IV; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.926, Tít. 259, Lv. VI. Vide, Rafael Gibert, op.cit, p. 72; José Mattoso, op.cit, pp. 377 – 378; Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 551

vergas pelos próprios hortelãos.²⁶⁷ Os seus ofícios eram remunerados com a quarta parte dos frutos das árvores e ainda tinham direito a um morabitino de «anafaga» para além dos bens acabados de mencionar.²⁶⁸

Os hortelãos trabalhavam também em equipa com os seus senhores, assim como os jogueiros, formando uma espécie de sociedades. Estes entravam com a metade das sementes, ao passo que os amos colaboravam com os outros instrumentos necessários para as lavouras. No caso de uma das partes só investir a metade dos bens imprescindíveis, recebia somente a quarta parte dos frutos. Se os senhores colocavam as sementes, os hortelãos recebiam a quarta parte dos rendimentos agrícolas.²⁶⁹ Nem sempre estes empreendimentos mútuos funcionavam correctamente e davam lucros. Os amos e os dependentes eram normalmente os responsáveis pelos prejuízos. Mas, os hortelãos eram muitas vezes considerados os culpados, porque lavraram mal as hortas. Este argumento devia ser recorrente entre os amos de Alfaiates para poderem ter todos os lucros das empresas hortícolas, usando facilmente mão-de-obra especializada em seu proveito, sem ser devidamente compensada. Os senhores ficavam assim com os frutos e “deja al hortelano lo vacío, y reciprocamente, si la falta de éxito económico se debe a culpa del señor, lo que aquél debe probar com testigos.”²⁷⁰ Os amos de Alfaiates, no entanto, ficavam com os frutos e ainda penhoravam os bens dos seus hortelãos. Mas, os preceitos costumeiros desta vila reservavam o direito de os dependentes ficarem com os

²⁶⁷ “Todos los ortolanos ad foro. Totos los ortolanos ad foro sint de natiuitate usque ad natiuitatem: et dompnus de orto det I morabitinum al ortolano in anafaga et Iª casa techada et cerrada, (...) et det dompnus de orto II azadas et sua anora adobada, et ire el ortolano per uergas, et daret señor bestia, et saclicos per al orto, et sempre dare el señor bestia per al orto (...)”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 809, Tít. 162. Vide, José Mattoso, op.cit, pp. 377 - 378

²⁶⁸ “(...) et accipiat el ortolano el quarto de fructu de los arbores et dar sua medietate et el ortolano, et det el amo sua medietate et al ortolano suo morabitino in anafaga et toto suo complimento.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.809, Tít.[162].

²⁶⁹ “(...) et sua medietate de dompnus de orto de similias, et el ortolano sua medietatem, et si el posuerit las similias et non posuerit el señor, accipiat el quarto (...)”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 809, Tít. 162. Cf. “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXX, Tít. 329; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.122, Tít. 338; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 882, Tít.[272], Lv.VI; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.782, Tít. [336]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 93, Tít. 337, Lv. IV; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.926, Tít.[259], Lv.VI. Vide, Rafael Gibert, op.cit, p. 113

²⁷⁰ “(...) Todo ortolano que horto touier, si mal lo laurar, el señor prenda en el leno et el hortolano en el uazio. Et si por el señor fincar, fagalo testigos el ortolano, et el ortolano tome en leno, et el señor en el uazio.”, in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXX, Tít. 329. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.122, Tít. 338; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.782, Tít.[336]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 93, Tít. 337, Lv. IV. Note-se que esta normativa não se encontra nos costumes e foros de Castelo Melhor e Castelo Rodrigo.

lucros e os bens investidos, desde que o fracasso das parcerias agrícolas fosse atribuído aos senhores. Por isso, não eram obrigados a dar parte dos rendimentos aos amos.²⁷¹

Os lavradores do castelo eram outro exemplo de trabalhadores agrícolas. Eram remunerados antes de acabarem os seus trabalhos, devendo receber os seus salários parcialmente em prestações ou na sua totalidade. Aqueles que não cumprissem com as suas obrigações, abandonando os cultivos antes do contrato terminar ou lavrando mal, eram penalizados com uma coima a ser entregue ao dono das propriedades e ainda deviam comparecer no trabalho, com o objectivo de honrar o compromisso laboral com os seus amos até ao fim.²⁷² Nem todos os lavradores trabalhavam para senhores particulares. Havia alguns que dependiam dos concelhos. Eram designados de lavradores do castelo, devendo terminar os seus trabalhos até ao dia de São Martinho (11 de Novembro).²⁷³

Os pastores constituíam um caso à parte, mas similar nas condições laborais. Acertavam também contratos anuais com os senhores, devendo dar início aos seus trabalhos no dia de São João (24 de Junho)²⁷⁴, quando se tratava de cuidar, criar, apascentar as reses e levar o gado bovino, ovino e caprino em transumância. Era também, neste dia, que os pastores deviam receber os seus salários, excepto, se fossem reduzidos ao cativeiro ou expulsos dos concelhos, na condição de inimigos, se tivessem cometido algum crime. Nestas circunstâncias, os amos tinham o direito de pagar

²⁷¹ “Et si el ortolano noluerit laborare aut isto toto noluerit facere, quomodo iacet in ista laborado, et el fructo toto; et isto potuerit firmare el senior com tres testimonias, quia el ortolano noluerit facere, quomodo iacet in ista carta, et accipiat ropa et bestia et suo auer, si non lauorauerit directo auer foro, et si el ortolano fecerit testes ad suo dompno que non le det suo complemento, non le pectet, nec accipiat suo sennor nulla res: et isto tali foro habeat quomodo el iugero si non lauorare el ortolano, excepto que sedeat de natiuitate ad natiuitatem, et facere suos complimentos de orto.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 809, Tít.[162] e p. 820, Tít.[487]. *Vide*, Rafael Gibert, op.cit, p. 113

²⁷² “Qui senal tomare por labor. Todo labrador que senal o precio touiere per alguna labor et la compecare, et la labor dexare fasta que sea fecha, pectet I morabeti domino laboris et cumpla la labor. Et qui senal le diere et la labor le tolliere, perda la senal. Et por todo mercado que senal tomare et se arrepentiere, duplela al quereloso. Et qui la diere si se repentiere, perdela.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXIX, Tít. 137. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 52, Tít. 139; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 874, Tít.[199], Lv. V; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 760, Tít.[128]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 47, Tít. 130, Lv. II; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 919, Tít. 186, Lv. V; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 805, Tít.[125].

²⁷³ “Los lauradores del castiello. Los lavradores del castiello fagan su lauor usque/ ad festum Sancti Martini, si cal ouieren a farto. Et lo que ficare del marco que les diere el conceio o que sacaren d'almoneda, faganlo doblado.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXVI, Tít. 256. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 98, Tít. 262; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 76, Tít. 255, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 774, Tít. 253; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.822, Tít. 268. Note-se que este preceito não se encontra nos costumes e foros de Castelo Melhor e Castelo Rodrigo.

²⁷⁴ *Vide*, Reyna Pastor de Togneri, “La lana en Castilla y León antes de la organización de la Mesta”, in *Moneda y Crédito*, Nº112, Madrid, 1970, p. 66.

somente parte do vencimento, se os pastores assim o merecessem.²⁷⁵ Os vaqueiros recebiam um morabitino por cada seis vacas «soldariegas»²⁷⁶, ao passo que os ovelheiros tinham direito à décima parte dos cordeiros, um queijo pelo cuidado de cada dez animais e à quarta parte do alimento para as ovelhas.²⁷⁷ Os pastores de Alfaiates conseguiam mais rendimentos que os companheiros das outras vilas, recebendo dez peles ou dois couros de vacas, sem o sinal, desde que a entrega fosse previamente autorizada pelo dono do gado.²⁷⁸ Se estes auferissem mais rendimentos salariais daqueles que estavam previstos nas normativas costumeiras eram multados.²⁷⁹ Nas vilas de Castelo Rodrigo e Castelo Melhor, houve o cuidado de fixar o salário e as benesses dos pastores que olhassem pelas cabras. Ganhavam cinco chibos, três dinheiros por cada bode e ainda tinham direito ao leite, a cada oito dias.²⁸⁰

Também os pastores que complementassem os seus trabalhos com a produção de queijos, ganhavam um salário equivalente aos «cabaneiros». Ou seja, tinham direito aos

²⁷⁵ “De ganado. Tod omne que ganado echar a pastor per sanctii Iohannis, et despues ge lo quisier toller fueran per catiuazon o per enemizad, deli todo soldar al pastor, et si por catiuazon o por enemizad ge lo quisiere toller, dele quanto ouiere merescido. Et si el pastor delexar el ganado, pierda lo que a / merescido so non fuer por catiuazon, uel per inimizad o per morte.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLII, Tít. 148 Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 56, Tít. 150; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.762, Tít.[151]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 51, Tít. 147, Lv. II. Vide, Julius Klein, *La Mesta. Estudio de la Historia Económica Española*, Madrid, Revista de Occidente, 1936, p. 22; Juan Manuel Berges Sánchez, op.cit, p. 497. Note-se que esta normativa não se encontra nos costumes e foros de Castelo Rodrigo e Castelo Melhor.

²⁷⁶ “Quien uacas uigilauerit. Tod pastor que uigilauerit uaccas soldariegas, uele VI per un morabeti (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLI, Tít. 146. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 55, Tít. 148; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 884, Tít. 286, Lv. VII; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.762, Tít.[149]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.50 – 51, Tít. 145, Lv. II; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 928, Tít.[272], Lv. VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.806, Tít.[134].

²⁷⁷ “Qui uigilauerit oues. / Et qui uigilauerit oues, uigilet eas a decimo de los corderos, et X quesos uno. (...) E qui las anafagare, tome ende el quarto (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLI, Tít. 145. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 54 – 55, Tít. 147; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 884, Tít.[284], Lv. VII; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.762, Tít. [147]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.50, Tít.[144], Lv.II; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp. 927 – 928, Tít.[270], Lv. VII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.805, Tít.[131].

²⁷⁸ “Todo pastor qui oues ui.. Toto pastor qui oues uigila uerit recipiat x peleios suo senor sin senal aut II corios de uacas si lo crediderit que delas sunt (...)”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 806, Tít.[133].

²⁷⁹ “(...) Et si mas diere aut mas pidiere, pectet IIII al conceio.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLI, Tít. 145. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 54 – 55, Tít. 147; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 884, Tít.[284], Lv.VII; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.762, Tít.[147]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 50, Tít. 144, Lv. II; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp. 927 – 928, Tít.[270], Lv. VII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 805, Tít. [131].

²⁸⁰ “Qui cabras uelar. Qvi uelar cabras tome el Vº de los chibos, e cada VIII dias domengeyra do leyte, e cada cabron III dinheyros pipiones.”, in “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 886, Tít.[311].

bens de sustento («anafaga»), «abarcas»; sal, importante para os animais; coalho e à quinta parte da lã dos cordeiros e das ovelhas «vazias».²⁸¹

O incumprimento dos contratos da parte dos pastores acarretava sanções, como, acontecia com os ovelheiros de Cáceres e Usagre. Se devolvessem as ovelhas de fora das vilas aos seus donos antes do prazo estabelecido pelos contratos, isto é, antes do mês de Abril, pagavam uma coima.²⁸²

Os porqueiros de Alfaiates começavam a trabalhar nas mesmas circunstâncias que os outros pastores, no dia de São André (30 de Novembro), levando os porcos para os montes escolhidos pelos seus amos.²⁸³ Nos outros concelhos ribacudanos, os suínos eram cuidados pelos porqueiros a partir do dia de São João (24 de Junho). Os pastores recebiam de salário, seis morabitinos pelos porcos «vazios», a quarta parte da criação das porcas e a metade das «ochavas» de centeio. O cuidado dos animais com mais de um ano de idade implicava o pagamento de algumas «ochavas» de centeio ou à quinta parte do morabitino.²⁸⁴

Pastar, guardar e acompanhar o gado estante ou em transumância em busca de novas pastagens invernais eram as principais funções dos pastores. Assim, tomar conta dos animais exigia alguns cuidados. As reses deviam ser levadas para os locais determinados pelos proprietários dos gados. A desobediência desta ordem costumava ocasionar conflitos, porque os pastores tinham o hábito de apascentar os animais nas

²⁸¹ “(...) del dia que compezaren a fazer queso, de en soldar de cabanero, et en annaffaga, et en auarcas et en sal et quaio; et reciba esquilmo a conta.”, in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLI, Tít. 145. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, Pp. 54 – 55, Tít. 147; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 884, Tít.[284], Lv.VII; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.762, Tít. 147; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 50, Tít. 144, Lv. II; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp. 927 – 928, Tít. 270, Lv. VII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.805, Tít.[131]. Vide, Reyna Pastor Togneri, op.cit, p. 66

²⁸² “(...) El ouerizo que diere el ganado de fueras de uilla ante del mês d’abril exido a ssus duenos, pectet X morabetis, medio a lo [s] iurados et medio a lo [s] senores que fueren uizinos de Caceres. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. CV, Tít. 463. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 170, Tít. 485.

²⁸³ “Nullus homo qui porcos. Nullus homo qui porcos leuauerit al monte per suo precio (...) Esto es plazo de porcos fasta die de sancto andree.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.806, Tít.[139] e p.839, Tít.[459].

²⁸⁴ “Qui uelar porcos. Todo pastor que puercos uelare, uelelos d’anno a anno sicut dictum est de sursum, et de las puercas aya el quarto de la criazon. Et sennas medias ochauas de centeno, et por los puercos uazios annales o dent arriva, aya senas ochauas de centeno o sinas quintas morabeti.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.LXXXVII – LXXXVIII, Tít. 314. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.177 – 118, Tít. 323; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.886, Tít.[309], Lv.VII; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.781, Tít.[319]“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 90, Tít. 320, Lv. IV; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.930, Tít.[295], Lv. VII.

“De puercos. Tod ome qui porcos uelare, uelelos de san Ioan a san Ioan, et denle en soldada por VI morabeti de los uazios. Et de las puercas tome el quarto de la criazon. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLI, Tít. 147. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 56, Tít. 149.

propriedades alheias, destruindo-as, como era hábito acontecer com os exidos das aldeias de Alfaiates.²⁸⁵ As normas costumeiras ribacudanas espelham, neste sentido, um especial cuidado pelos terrenos agrícolas pertencentes a particulares ou aos concelhos.

A construção de vedações para os gados era outra das funções dos pastores de Cáceres e Usagre. Estes deviam encarregar-se de buscar os «moiones»²⁸⁶ para fazerem as cercas, delimitando assim o espaço, onde deveriam pastar as cabeças de gado com maior segurança e vigilância. As vedações deviam ser construídas nos locais determinados pelos amos, segundo os costumes sobre os gados.²⁸⁷

A protecção das reses cabia também aos pastores, ajudando os cavaleiros de «rafala» a «sacudir os gados», deslocando-os rapidamente para outro local, em situações de perigo, com o fim de os manter em segurança nas melhores condições.²⁸⁸ Nestas missões de urgência, os pastores ganhavam o quinto pelos serviços prestados.

Os pastores deviam ter também em atenção o recolher, contabilizar e expulsar os gados alheios que fossem encontrados misturados junto dos gados deixados aos seus cuidados.²⁸⁹ Deviam, também, neste sentido, apresentar as cabeças de gado misturadas nos outeiros, alegando que os animais perdidos não lhes pertenciam, separando-os.²⁹⁰ Muitas destas cabeças de gado perdidas eram aproveitadas pelos pastores para as

²⁸⁵ “Toto homine qui fuerit pacer exido de aldea. Nullos homines qui fuerint pascere exido de aldea aliena ad sapiendas, com oues, aut com porcos, aut bacas, aut alios ganados pectet III morabitos si firmare potuerit, sin autem iuret con IIIor, et si ibi tomarent II carneros, aut duos porcos, con toment altera calumpnia.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.843, Tít.[494].

²⁸⁶ «Moiones» eram os sinais ou marcas usadas para dividir uma “heredad o término de outro.”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. 218

²⁸⁷ “(...) Todo pastor qui si mandado de so senor trociere moion et alguna cosa perdiere, duplelo todo a sso sennor. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVI, Tít. 411. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 153 – 154, Tít. 433

²⁸⁸ Entenda-se por «sacudir o gado» uma prática militar associada à «rafala» (protecção e defesa dos rebanhos levada a cabo pelos cavaleiros, denominados de «rafala», quando se deslocavam em transumância), que consistia em “acuciar o remover el ganado com violencia, para trasladarlo rápidamente de un punto a outro. Se sacudía el ganado ante cualquier peligro, y especialmente ante la presencia del enemigo.”, in Antonio Cumbreño Floriano, op.cit, p.158.

Cf. “De sacodir ganado. Qui ganado sacudiere foras de los terminos de Caceres, tome ende el quinto fueras caualleros de rafala et pastores de ganado. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLV, Tít. 165. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 63, Tít.167; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.55, Tít.163, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.884, Tít.[290], Lv. VII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.928, Tít.[276], Lv.VII; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.764, Tít.[167]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.810, Tít.[169].

²⁸⁹ “Pastor que si mandado de so sennor troziere moion. /(...) Tod pastor que ganado ageno cogiere o mezlare com el ganado de so sennor sin mandamiento de so senor, pectet LX solidos a ssu senor. Hy el senor prenda el ganado que hy fallare, et por esto non responda.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVI, Tít. 411. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 120, Tít. 433. Vide, Reyna Pastor de Togneri, op.cit p. 63

²⁹⁰ “Pastores. (...) Tod pastor que mesta troguiere et hy no la aduxiere. Pectet V carneros, e hy ouiere los pastores que es derecho, hy fagan otero, et los pastores lo aprieten por esto.” In “FC”, in Pedro Lumbreras

venderem, obtendo, assim rendimentos extras, não legítimos. A venda de animais, sobretudo, na fonteira, ajudava a acumular algumas riquezas aos pastores, para além dos seus salários, possibilitando-lhes “transformarse a su vez en pequeños propietarios ganaderos.”²⁹¹ Para as vendas serem mais seguras, retiravam-se quaisquer marcas dos ferros nos animais que fossem indicadoras de pertença aos seus proprietários. Ou seja, retiravam-se os sinais e desferravam-se os gados para não serem deixadas provas e, desta forma, ninguém podia reclamar ou acusar com veemência o desaparecimento dos animais. Este facto constituía, por outro lado, um duplo problema para os donos dos animais, que se viam privados deles, na confusão dos gados que iam todos juntos em transumância. Esta actividade ilegítima era alvo de controlo da parte das autoridades municipais de Cáceres e Usagre, sancionando-a e exigindo o consentimento prévio dos senhores antes de se proceder ao comércio de gado.²⁹²

As perdas das cabeças de gado, independentemente dos motivos, implicavam que os referidos dependentes pagassem indemnizações por cada animal desaparecido. As penhoras dos pastores levadas a cabo pelos próprios colegas constituíam outro problema, embora, segundo os «corpora» costumeiros, só se pudesse embargar os donos das «mestas», isto é, dos animais misturados.²⁹³ Com esta medida, pretendia-se evitar que os arrestos ilegais, pois eram normalmente usados como recurso de enriquecimento fácil e ilegítimo dos pastores, expropriando os donos dos animais, que ficavam sem eles. Por outro lado, este tipo de penhoras chegava também a prejudicar os demais companheiros dos pastores que eram responsabilizados pela falta dos gados, quando os entregassem aos seus proprietários.

A morte dos animais, à partida, de forma accidental, era comum nas deslocações dos rebanhos. Os pastores deviam apresentar as «paraperas»²⁹⁴ aos donos das reses, com o objetivo de serem descartadas as possibilidades de terem matado ou perdido os

Valiente, p. CIX – CX, Tít. 489 Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 177, Tít.510 *Vide*, Antonio C. Floriano, op.cit, p.123.

²⁹¹ In, Reyna Pastor de Togneri, op.cit, p. 67

²⁹² “Qui uendier ganado de so senior. Tod pastor que uendiere ganado de so sennor fueras de Caceres sin mandamiento de su sennor, pectet XII morabetis al senior, et duplely el ganado quel uendiere. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVI, Tít. 412. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 154, Tít.434. *Vide*, Reyna Pastor Togneri, op.cit, p. 67

²⁹³ “De non uender mesta. Nengun pastor non de mesta, nin uenda, nun malmeta a nengun ome, si ome non fuere a los señores que ge las pare delant. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CII, Tít. 440. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 164, Tít. 463. *Vide*, Antonio C. Floriano, op.cit, p. 123

²⁹⁴ «Paraperas» eram as todas as provas que os pastores deviam apresentar aos donos dos gados, em caso de morte dos animais. Consistiam normalmente na entrega de sinais que podiam ser “la piel com el hierro o com la marca en las orejas”. In, Rafael Gibert, op.cit, p. 120.

animais; factos que seriam também bastante frequentes, enganando os seus amos. Ficavam assim ilibados de qualquer acusação e de responsabilidades sobre o desaparecimento das cabeças de gado. Para isso, bastava apresentarem entre duas a quatro «paraperas», peles dos animais mortos com ou sem o ferro da ganadaria; caso contrário, deviam pagar os animais que tinham morrido.²⁹⁵ Esta realidade não afastava porém a hipótese de os ganadeiros acreditarem que os seus gados tinham sido mortos pelos seus dependentes. Daí, ser importante colocar os sinais nas orelhas e os ferros nas peles dos animais para poderem ser facilmente identificados pelos seus proprietários e pelos pastores.

As reuniões periódicas de pastores durante o exercício das suas actividades eram importantes para serem tomadas decisões sobre os gados; separar e distinguir os animais sem dono que se tivessem misturado com os rebanhos.²⁹⁶ Aqueles que se encontrassem nos termos de Cáceres e Usagre compareciam nos outeiros (assembleias de ganadeiros)²⁹⁷, nos dias de São Martinho, no Domingo das oitavas de Natal e no dia de Abril. Os pastores prestavam justificações sobre as actividades, no dia de São João, momento da devolução do gado aos seus donos.²⁹⁸

Os pastores estavam também encarregados de tosquiar as ovelhas pelo menos duas vezes ao ano. Os «aparceriros» deviam reservar quinze dias de férias para tirarem a lã.²⁹⁹ Havia também, nas vilas de Riba – Côa, profissionais especializados nas tosquiadas, os tosquiadores. Deviam à partida trabalhar sazonalmente e recebiam de salário uma

²⁹⁵ “(...) Tod pastor que diere senal de ganado a sso senhor, et dixiere: Estas son las senales lestras fasta III paraperas, iure el pastor que de su sennor son et recibalas. Et si non iurar el pastor, delas todas uiuas. Et de la IIII arriba por quantas non cognoscire el sennor son et recibalas. Et si non quisiere iurar el pastor, delas todas uiuas. Et de la IIII arriba por quantas non cognoscire el sennor, iure el senor et pectet el pastor. Et esto es tambien por oues et por cabras, como por porcos. Et de uaccas fasta II paraperas.”, in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. CIX – CX, Tít. 489. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 154 – 155, Tít. 435; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 762, Tít.[148]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 50, Tít.144, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.884, Tít.[285], Lv.VII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.928, Tít.[271], Lv.VII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.806, Tít.[133]. Vide, Rafael Gibert, op.cit, p. 121; Juan Manuel Berges Sánchez, op.cit, p. 499

²⁹⁶ “Pastores. Todos los pastores que andudieren en termino de Caceres, todos, uengan a otero en el dia de san Martin et el domingo de las ochauas de Nathal et el otro el primer dia de Abril. Pastor que hy non uiniere, pectet X carneros pastoribus. (...)”, in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. CIX – CX, Tít. 489. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 177, Tít.510.

²⁹⁷ Vide, Antonio C. Floriano, op.cit, p. 123; Reyna Pastor de Togneri, op.cit, p. 63

²⁹⁸ “(...) Todo pastor de conta de Sancti Ioanis a sancti Ioanis a sso sennor del ganado que ly echare. Et si esto non fziere, pectet IIII morabetis al senor et duplely el ganado.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVI, Tít. 412. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.154, Tít.434

²⁹⁹ “(...) Tod ome que aparzero fuer en ganado, aya ferias XV dias para desquilar. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.CV, Tít. 463. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 170, Tít. 845

pele de borrego por cada vinte cordeiros tosquiados e um velo de carneiro pela tosquia de sessenta cabeças de gado.³⁰⁰

A ordenha dos animais, em especial, das ovelhas obedecia a cuidados, devendo ser feita somente depois de dada ordem por parte dos donos dos gados, sob pena de os pastores serem castigados com uma multa, se chegassem a desobedecer.³⁰¹

Os pastores ribacudanos costumavam organizar parcerias (sociedades) para poderem participar em transumância. Bastava reunirem os animais em número suficiente para formarem cabanas e contratarem um cavaleiro para as proteger.³⁰² Estas sociedades pecuárias eram válidas durante um ano, iniciando-se no dia de São João.³⁰³ Os parceiros usufruíam de vantagens, devendo receber «anafaga» (alimentos), calçado, salário e os seus bens não podiam ser embargados.³⁰⁴ Tinham também acesso aos cargos municipais, participando assim na vida pública.³⁰⁵

Nem todos os pastores dependentes estavam dispensados do pagamento de tributos e de outras obrigações concelhias, devido aos seus vínculos contratuais. Havia aqueles que constituíam uma exceção, porque chegavam a auferir rendimentos e

³⁰⁰ “[De los tresquiladores]. Los tresquiladores reçiban por suerte de XL velloçinos, de mayores, I; e de corderos de veinte.”, in “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 67, Tít. 214, Lv. III. Cf. “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LVIII, Tít. 216; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.84, Tít. 221; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.876, Tít.[218], Lv. V; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.921, Tít.[205], Lv.V; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.770, Tít.[216]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 816, Tít.[225].

³⁰¹ “(...) Toto homine qui ganado alieno ordinare sine grado de suo domino pectet IIII morabitos si firmare potuerit, sin autem iuret cum IIII et ille el V que non ordinou sine gradu de suo dompno del ganado. (...)”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 807, Tít.[143]. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 930, Tít.[294], Lv. VII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 886, Tít. 308, Lv. VII.

³⁰² Os preceitos de Cáceres e Usagre estipularam que cada cabana devia ser composta por “L oueias a suso, fagasse aparcero com otros fasta II mille oues, et den I cauallero. Otrosi, qui ouiere de X uaccas a ssuso, fagas aparcero com otros fasta IIII centas uaccas, et den I caualero. Et por cientas eguas den I cauallero. (...)”, in In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. C, Tít. 433. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.162, Tít. 456 *Vide*, Reyna Pastor Togneri, op.cit, p. 63

³⁰³ “(...) Aparceria de sancti Ioanis a sancti Iohannis sea (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVII, Tít. 415. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.155, Tít. 437

Cf. “Aparceria de cabanas. Tod ome qui parceria fizier per mantener cabanna, teneat usque un ano si no le uinier catiuazon o enemistad. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXIV, Tít. 250. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 96, Tít.256; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 74, Tít. 248, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.886, Tít.[303], Lv.VII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.929 – 930, Tít.[289], Lv.VII. *Vide*, Reyna Pastor Togneri, op.cit, p. 63

³⁰⁴ “(...) et de en anafaga et en calzado et en soldada, et en quantol pertenez, et non prenda nengun esquilmo (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVII, Tít. 415. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 155, Tít.[437].

³⁰⁵ “De portiellos. Vizino de Caceres que aparcero fuere, esse tenga el portiello, et non outro. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CI, Tít. 434. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 162, Tít. 457

dispunham de algum património. Se tivessem gado com mais de três anos de idade não estavam isentos. Os ovelheiros pagavam o dízimo da produção de queijo, dos cordeiros e da lã das ovelhas tosquiadas. Os pastores, nestas condições, pagavam também aos proprietários dos gados.³⁰⁶ As suas funções não lhes permitiam estar livres de todos os deveres militares, como o apelido, devendo participar nestas missões de defesa. Deviam portanto pagar uma espécie de indemnização aos ganadeiros para os compensar pelas suas ausências em nome dos concelhos.³⁰⁷

Conclusão

Os dependentes compunham a massa trabalhadora assalariada dos concelhos de Riba – Côa, dedicando-se a vários ofícios. Gozavam, em suma, de um estatuto particular na sociedade ribacudana, que lhes advinha, na maior parte dos casos, das isenções de tributos e de prestações militares, uma vez que não dispunham de rendimentos e de património suficientes para poderem estar inscritos nas Cartas de «Padrão» municipais para serem considerados vizinhos. Este facto estava também relacionado com o tipo de relação contratual que os dependentes estabeleciam com os seus amos. Compunham portanto um grupo heterogéneo com estratos e níveis de riqueza diferentes.

³⁰⁶ “Pastor que ouiere a pechar ganado. Todo pastor que ganado ouiere a pechar, sea de III edades. Todo oueirizo a ffuero prenda el diezmo de los quesos ena uilla et por suerte, et otrosi de la lana de las uazias. Et el pastor que al fiziere, pectet III morabetis domino suo. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVI, Tít. 414. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.155, Tít. 436

³⁰⁷ “(...) Todo pastor que ouiere apellido et non fuerit post illum por sacudir el ganado si pudiere, pectet X morabetis domino ganati /.”, in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVI, Tít. 414. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.155, Tít. 436

1.3.O critério de género;

As mulheres, tais como os demais grupos, foram objeto de regulamentação nas vilas de Alfaiates, Castelo Rodrigo, Castelo Melhor, Castelo Bom, Coria, Cáceres e Usagre. Os seus costumes e foros permitem-nos conhecer os seus comportamentos, modos de vida e as suas relações no seio das sociedades municipais de fronteira. Também estes «corpus» jurídicos nos dão informações, apesar de muitas delas serem indiretas, do papel jurídico, público e privado que as mulheres ocupavam nos concelhos de Riba-Côa.

Porque as mulheres não deixaram de ter um papel de destaque no quotidiano concelhio ribacudano: tinham de personalidade jurídica e capacidade processual; além disso, eram detentoras de património. Eram portanto responsáveis pela gestão dos seus próprios bens, mas também dos bens conjugais, juntamente com os seus maridos, depois de se casarem.

No que toca às questões de direito sucessório, as mulheres, assim como os homens tinham os mesmos direitos a herdar os bens dos seus progenitores e de outros parentes.

Tal como os homens, as mulheres podiam responder e ser julgadas em tribunal no decorrer dos processos judiciais. Elas podiam demandar e ser demandadas, sendo notificadas e ouvidas em justiça, sobretudo, as mulheres casadas.

No campo do direito penal, as mulheres eram vítimas e autoras de delitos como qualquer pessoa. Os regulamentos costumeiros mostram um conjunto de disposições penais, com o objectivo de regulamentar e atenuar uma panóplia de crimes e de comportamentos de violência. Aparecem portanto estatuídos vários tipos de delitos e de transgressões de carácter sexual, contra a honra, a integridade física, a propriedade, entre outros.

As mulheres não podiam ser entendidas como seres submissos a uma figura masculina, confinadas ao espaço familiar, sem lugar visível na esfera pública. Não deixaram de ter um papel de destaque nas actividades económicas e na vida municipal, chegando a desempenhar diversas profissões a par do cuidado dos filhos e das lides domésticas.

Personalidade Jurídica

As mulheres de Riba – Côa tinham capacidade jurídica e processual. Era comum respondem e serem julgadas em tribunal no decorrer dos processos judiciais. Elas podiam demandar e ser demandadas, em particular, as casadas. Os regulamentos costumeiros condicionaram no entanto a participação das mulheres nos assuntos jurídicos, estabelecendo a obrigatoriedade de serem acompanhadas pelos seus maridos.³⁰⁸ Abria-se porém excepção para os assuntos considerados, mais particularmente, femininos, apesar de não serem suficientemente explicitados nas normativas. Pode-se intuir que fossem questões sobre demandas de delitos de violência física e de carácter sexual e de casos de suspeita de adultério. Não eram também esquecidas as querelas ocasionadas em espaços frequentados pelas mulheres, tais como, os fornos.

Ninguém podia responder pelos delitos cometidos pelas mulheres, nem sequer os seus familiares. Só elas eram consideradas as autoras dos crimes e, como tal, deviam ser ouvidas em tribunal. Também não havia a possibilidade de os maridos serem fiadores ou prestarem outras garantias nos processos-crime, onde as mulheres eram as rés. Em Alfaiates abria-se uma prerrogativa no que toca às demandas de dívidas relativas aos bens imóveis, segundo os seus costumes e foros.³⁰⁹

As ribacoanas casadas não necessitavam dos seus maridos nos tribunais quando eram responsabilizadas pelas dívidas inferiores a um morabitino efectuadas entre elas.³¹⁰ Mas, as viúvas e os seus filhos eram facilmente chamados a juízo em casos de execução de dívidas contraídas pelos falecidos maridos, embora não seja possível discernir se as dívidas dos cônjuges eram pessoais ou estavam relacionadas com o casal.

³⁰⁸ “De mulier non responde. Nenguna mugier non responde sin so marido, nisi illo que dicit ut supra.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LIII, Tít.196. Cf.”FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 76, Tít.200; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 61, Tít. 191, Lv. III, “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.767, Tít.[196]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 813, Tít.[196].

³⁰⁹ “Toto homo qui obierit non. Homo qui obierit non respondeant suo filii nec sua mulier neque parentes ipsius pro nulla fiadura quam fecit quando uiuus erat, et per sua debita respondeant qui sua bona hereditate (sic).”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.797, Tít.[62].

³¹⁰ “De mulieres. Todas las mulieres que enprestarent uel accrouieren aliquam causam unas ad alteras, respondeant se usque I morabeti. Et per isto non se paren trás suos uiros.”, in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLI, Tít. 144. Cf.”CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.915, Tít.[158], Lv. IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 869, Tít.[170], Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.762,Tít.[148]; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 54, Tít. 146; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 50, Tít. 142, Lv.II. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp.273-274; José Martínez Gijón, “El régimen económico del matrimonio y el proceso de redacción de los textos de la familia del Fuero de Cuenca.” in AHDE, N°29, Madrid, 1959, p.87

As viúvas de Alfaiates eram também coagidas pelas autoridades municipais a prestarem os seus depoimentos a propósito das querelas sobre as partilhas de bens, no caso de o queixoso ter vinte e dois anos de idade. Segundo uma determinação régia acatada pela referida vila, desresponsabilizava os herdeiros das obrigações judiciais acarretadas pelos processos judiciais.³¹¹

As mulheres das vilas de Riba-Côa tinham capacidade para demandar e ser alvo de litígios jurídicos. Elas podiam prestar queixa facilmente às autoridades locais todas as vezes que se sentissem prejudicadas.³¹² Por outro lado, podiam ser confrontadas com qualquer tipo de demandas, devendo comparecer em tribunal para serem sentenciadas, como, por exemplo, nos casos de furto. As autoras dos delitos deviam portanto responder pelos seus crimes.

As ribacudanas tinham um papel activo na resolução dos processos judiciais. A participação delas era fundamental, sobretudo, quando se tratava de assuntos considerados femininos. As mulheres costumavam então ser chamadas a dar os seus depoimentos e a prestar outro tipo de provas, como o juramento. Vejamos o exemplo das querelas relacionadas com o fabrico do pão. Nestes casos, era factor de ponderação o parecer sobre a cozedura do pão nos fornos. O depoimento das mulheres e a participação no juramento purgatório ou subsidiário do acusado, como conjuradoras (testemunhas), eram provas primordiais para a resolução deste tipo de conflitos. Dava-se assim a hipótese de o réu (o responsável pelo forno) de se salvar da acusação, saindo ilibado.³¹³

³¹¹“Ad esto son uenidos conceio de alfaates. Ad esto son auenidos conceio de alfaates los VI et los alcaydes, et elos bonos omnes del conceio per mandado del rey: que ermano a ermano demande partilla en sua uida, ó sobrinos, ó tyos, et si en sua uida no la demandare, depues que morto, nin sua mulier, non responda per aquella partiia numqua, si el que demanda ouier eidade de xxii II annos.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.845, Tít.[517].

³¹² Temos o exemplo dos crimes de violação. Os costumes e foros ribacudanos, tais como, Cáceres incitavam a mulher forçada a denunciar as agressões sexuais. Esta devia acudir aos alcaides e homens bons, alegando que fora «rascada o conronpida». Pretendia-se assim estabelecer preceitos e mecanismos de prova capazes de terem sustentabilidade e credibilidade em juízo da ocorrência de tal agressão sexual. Vide, “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXV, Tít.71.Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 796, Tít[50]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.29, Tít.65, Lv. I; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.913, Tít.[137], Lv.IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 752, Tít.[66]; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 27, Tít.73; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 867, Tít.[147], Lv. IV.

³¹³“(…) Los fornos cuegan ad XXX et non menos. Et si a menos cuxier, pectet III morabetis, los medios al quereloso, et los medios a los alcaides, si ei firmare potuerint. Sin autem, iuret cum I uicino et cuegan a uez, et si el pan bien non cuxiere pectet I morabeti a domino panis. Et faciat forno qui facere uoluerit. Et qui uice uedar, pectet I morabeti, medios alcaides, et medio al quereloso, s ei formaren. Sin autem, iuret cum uicino.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIII, Tít. 156. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud, op.cit, p. 59, Tít. 158; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.52-53, Tít.[154], Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.[158]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit,

Nos casos de suspeita de adultério era também importante a presença de doze mulheres casadas e de boa conduta moral para afirmarem ou negarem a existência de alguma relação extra - conjugal da parte da mulher acusada. Os seus testemunhos eram decisivos e válidos para determinarem a veracidade das desconfianças e das acusações de infidelidade dos maridos.³¹⁴

A prestação de provas, testemunhos ou juramentos falsos era condenada em Alfaiates. As mulheres que prestassem declarações falsas e apresentassem provas enganadoras, com o fim de ludibriar e viciar as provas das causas judiciais em seu proveito ou da parte interessada, faltando à verdade, sofriam penas físicas em público. Por cometerem perjúrio, eram colocadas na cruz e lhes arrancavam os dentes para que todos pudessem assistir. Para além dos castigos corporais, devia-se proceder ao confisco dos bens.³¹⁵

A lide era uma das provas ordálias a que as viúvas costumavam se submeter para poderem provar a sua inocência, apesar de se tratar de um mecanismo provatório tipicamente masculino³¹⁶. As autoridades municipais eram porém explícitas ao restringir a participação das viúvas e dos clérigos no combate judicial, quando eram acusados de delitos de homicídio e violação.³¹⁷ Contudo, nas normativas costumeiras não foi

pp.925-926; Tít.[250], Lv.VI;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 881; Tít.263, Lv. VI. Vide, Alberto García Ulecía, p.277; “Julián Clemente Ramos, “La mujer en el Fuero de Cáceres”, in *Norba. Revista de Historia*, Nºs 8-9, Cáceres, 1987-1988, p.171, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=109820>, 18 de Junho de 2011.

³¹⁴ “(....) Qui sospecha ouiere a ssu mulier que aleue e le faze, saluesse cum XII bonas mulieres que ayan maridos, et si com ella mala estanza ouiere et salua fe le diere ante III alcaldes et depues la quebrantare, si la firmarem, pectet dictum est ut supra. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXVII, Tít.312. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.913, Tít.139, Lv. IV; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.89, Tít.317, Lv. IV.; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 117, Tít.321; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 867, Tít.149 Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.780, Tít.316. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p.277; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.171.

³¹⁵ “Toto omine qui esquisam falsam dederit. Qvi esquisam falsam dederit aud dixieret, aut fidelitatem falsam fecerit, si probatum fuerit, transquuirent eum ad crucem, et quiten ei dentes, et perdat quantum habuerit, et in die de mercado pregonent eum pro falso in alfoz ubi moraueti. Te istud faciant alcaydes et sex, sin autem ad ipsos se tornabit rex, et cadat eis in periurii, et pectet regi C morabitos, et in semper est post mulieres.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 840

³¹⁶ Vide, María Concepción Esponera Extremera, op.cit, pp.106-107; Alberto García Ulecía, op.cit, p.280; José Martínez Gijón, “La prueba judicial en el derecho territorial de Navarra y Aragón durante la Baja Edad Media.” In, AHDE, vol. 39, Madrid, 1969, pp.46-51.

³¹⁷ “De clerici. (...) Viduas et clericos siue quintos se saluen pro unde debuerint lidiare excepto pro morte de homine aut mulier forciada.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XV, Tít.27. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud, op.cit, p.p.10-11, Tít. 28; “FCO”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 20, Tít. 25, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 748, Tít. 28; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 901; Tít. 42, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 854; Tít. 47, Lv. II

possível encontrar qualquer menção a este tipo de recurso probatório associado às mulheres, como o uso do ferro candente.³¹⁸

As mulheres tinham um papel importante na prova dos processos, podendo ser testemunhas, apresentar «firmas», participar nos juramentos purgatórios, como conjuradoras, e lidar. Tinham assim um papel determinante para o desenvolvimento das demandas, demonstrando a “existencia del delito o la veracidad de la pretensión.”³¹⁹

A apresentação de garantias era igualmente importante para o desenrolar das causas judiciais. As mulheres viúvas podiam também fazê-lo. Em Alfaiates, estas podiam «meter bestas» e penhorar, com o fim de assegurarem o cumprimento de obrigações resultantes de um contrato ou delito.³²⁰ O uso da penhora permitia às viúvas chamarem a atenção do acusado, responsabilizando-o. Ou seja, a ideia era fazer com que o acusado comparecesse em tribunal para lhe fosse feita a justiça. A «prenda» privada ou extra-judicial tinha como principal finalidade a citação judicial do acusado. Começavam geralmente com o embargo de algum bem («paleam et staco», alguma palha ou estaca) de forma simbólica. Caso o réu não acudisse diante das autoridades judiciais, os embargos tinham continuidade. Mas, das próximas vezes, o arresto de bens perdia a conotação simbólica. Procedia-se então à retenção de outros bens móveis mais significativos e importantes ao demandado, lesando-o, até que se dirigisse ao tribunal. Quando conseguissem as suas pretensões, deviam restituir os bens retidos ao réu. As viúvas tinham então a possibilidade de penhorarem o demandado pela sua própria iniciativa sem terem a necessidade de possuir previamente um mandato judicial. Este procedimento requeria normalmente a presença de outrem, como um vizinho, para servir de testemunha e de garantia dos embargos. Deste modo, evitava-se também qualquer comportamento autoritário e abusivo da parte da demandante.

As mulheres de Riba – Côa costumavam também intervir nos processos judiciais de outras formas, tais como, «ir a fiel». Ou seja, elas costumavam acudir às intimações do tribunal juntamente com o demandado. Com esta categoria podiam prestar os seus testemunhos, servindo, ao mesmo tempo, de prova e de garantia a favor do solicitante

³¹⁸ María Concepción Esponera Extremera, op.cit, pp.106-107. Vide, Niceto Alcalá – Zamora y Castillo, “Instituciones judiciales y procesales del Fuero de Cuenca”, in AEM, N°12, Madrid 1982, pp.103-104

³¹⁹ In, José Martínez Gijón, op.cit, p.20

³²⁰ “Mulier uidua pignore. Mulier uidua pignoret paleam et stacum et petat bestiam ut supra notatum est: et non leuet hominem super se, si non fuerit homo de suo pan.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.793. Vide, José Orlandis, “La prenda de iniciación del juicio en los Fueros de la familia de Cuenca-Teruel.”, in AHDE, vol. XXIII, Madrid, 1953, p.83; Pablo Martín Prieto, “El derecho castellano medieval en sus textos: los Fueros de Guadalajara”, in AHDE, vol. LXXVIII-LXXIX, Madrid, 2008-2009, p.179; Niceto Alcalá – Zamora y Castillo, op.cit, p.95

(geralmente, o demandado). Também o papel de fiel implicava ser depositária e prestar outras garantias judiciais, como, por exemplo, o cuidado das bestas que eram entregues nos currais, como medida cautelar, e do capital penhorado. Este procedimento foi no entanto limitado pelas autoridades municipais, proibindo-as de o utilizarem como prova. A proibição estendia-se também a qualquer representante que as pudesse substituir. Os regulamentos costumeiros abriram porém algumas excepções. Só as mulheres possuidoras de bens imóveis ou de raiz, isto é, «arraigadas» podiam servir de garantia ou de testemunha do demandante ou demandado. Para isso, era necessário que as mulheres «fiéis» se dirigissem num determinado prazo à colação indicada nas citações.³²¹ Contrariamente, a mulher aldeã já podia «vir a fiel» sem quaisquer restrições, sob pena de pagar uma coima ao queixoso.³²²

As viúvas tinham o direito de «parar a fiel», isto é, de notificar o demandado a comparecer em juízo ou de servirem de prova, como testemunhas, no caso de serem «arraigadas», proprietárias de património imóvel ou de raiz³²³. Nas demais circunstâncias, estas mulheres deviam estar impedidas de cumprirem as obrigações inerentes aos «fiéis».

As mulheres e a criminalidade

Nas vilas de Riba – Côa, as mulheres eram vítimas e autoras de delitos. Os *corpora* costumeiros apresentam neste sentido, um conjunto de disposições penais, com o objectivo de regulamentar uma panóplia de crimes e de comportamentos de violência

³²¹ “Mugier non uaya a fiel. Mugier non uaya fiel, ni nenguno a ella, si non fuere por radicare, mas demostrele plazo pora collacion conombrada, et illa similiter faciat.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XII, Tít.10. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.5, Tít. 11; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.16, Tít. 9, Lv. I; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 900, Tít. 26, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 852, Tít. 27, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 746, Tít. 9. Vide, Inés Carrasco Cantos e Pilar Carrasco Cantos, op.cit, p.3; Alberto García Ulecía, op.cit, p.274

³²² “Mugier aldeana. Mugier aldeana uenga a fiel, si non pectet I morabeti suo contentor.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XVIII, Tít. 35. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 14; Tít. 36; “FCo”, in José Maldonado del Torco, op.cit, p. 22, Tít. 34, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 749, Tít. 35; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 903, Tít. 56, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 856, Tít. 61, Lv. II; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.793, Tít. 23. Vide, Inés Carrasco Cantos e Pilar Carrasco, op.cit, p.3; Alberto García Ulecía, op.cit, p. 274

³²³ Uibda como parare fiel. Uibda per bestia o per pennos de morabetis pare fiel, et per outra cosa. Uibda non uaya ad fiel si non fuer por raigar.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXVII, Tít.261. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 100, Tít.268; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 77, Tít.261, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 881, Tít. 263, Lv. VI; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 915, Tít.158, Lv. VI; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 774, Tít.259; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 820, Tít. 263. Vide, Inés Carrasco Cantos e Pilar Carrasco, op.cit, p. 3

associados às mulheres. Aparecem portanto estatuídos vários tipos delitos e de transgressões, de carácter sexual, contra a honra, a integridade física, a propriedade, entre outros.

Os crimes de natureza sexual, nomeadamente, a violação constituíram uma preocupação para as autoridades concelhias ribacudanas, porque colocavam em causa a boa fama e a honra da mulher e da sua família. O uso da violência sexual requereu especial atenção da parte dos concelhos, chegando a contemplar um sistema penal em função do estatuto municipal e “civil” das vítimas. As penas a ser aplicadas variavam consoante a importância da mulher na sociedade concelhia. Eram mais severas para as violações praticadas contra mulheres «veladas», isto é, casadas em uniões consagradas pela Igreja. A pena infligida consistia na morte por enforcamento. No entanto, se não fossem conseguidas provas suficientes, o acusado era obrigado a lidar ou a prestar juramento purgatório ou subsidiário com doze conjuradores. O réu ficava assim com a possibilidade de ser ilibado por falta de provas, desde que superasse um dos mecanismos judiciais. O meio de obtenção de prova dependia da decisão da queixosa, recaindo sobre ela a escolha de uma das opções provatórias já mencionadas. No caso de a vítima se decidir pela lide, o réu era condenado à força se chegasse a cair durante o combate judicial. Se o demandado superava a prova ordália, pagava somente uma coima.³²⁴

A violação da mulher vizinha ou moradora implicava o pagamento de uma multa que podia oscilar entre os trezentos áureos e os 20 morabitanos, de acordo com o estatuto da mulher nos concelhos. Havia ainda outras diferenças penais a ser tidas em conta nos delitos de violação de vizinhas ou moradoras. Passemos aos seguintes exemplos. Se a vítima fosse uma vizinha, o criminoso era expulso do concelho, como inimigo, para além do pagamento obrigatório de uma multa de trezentos áureos. Aqui, os costumes e foros expressam também o cuidado de legislar a hipótese de não haver provas suficientes para incriminar o acusado. Procedia-se de forma semelhante aos casos de violência sexual levados contra as mulheres casadas, mas com algumas nuances. O criminoso não era castigado com a pena capital, sendo-lhe preservada a

³²⁴“De forcia mulier. Qui aforciare mulier uelada et probare ei potuerint, enforquenlo. Et si probar non gelo pudieren, lidie o saluese com XII qual mas quisiere el quereloso; et si cadier, enforquet illum. Sina utem, exeat sine calumpnia (...).”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XX- XXI, Tít.53. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 906, Tít.86, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 750, Tít.52; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.19-20, Tít.54; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 860, Tít. 95, Lv. III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 26, Tít.51, Lv. I; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.795, Tít.38. Vide Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.190-191; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.171; Antonio C. Floriano, op.cit, p.84.

vida. Quanto ao juramento purgatório, se fosse da escolha da vítima, era feito com conjuradores da mesma categoria municipal da queixosa.³²⁵

Por outro lado, as sentenças aplicadas aos casos de violação das moradoras eram mais suaves. Estas consistiam no pagamento de vinte morabitanos de multa. As vítimas não tinham porém qualquer oportunidade de escolherem o tipo de provas que os acusados deviam prestar, como o faziam as vizinhas e as mulheres «veladas» (casadas). Os réus juravam simplesmente com seis conjuradores.³²⁶

As mulheres dos dependentes («aportelados») eram facilmente vítimas deste tipo de agressão. A moldura penal para estes casos consistia também no pagamento de uma multa, sendo posteriormente dividida entre a queixosa e o amo.³²⁷ Este último tinha direito a receber uma parte, uma que vez que, do ponto de vista jurídico, eram responsáveis pelas suas dependentes.

As agressões sexuais suscitaram cuidados especiais nos concelhos ribacudanos, fundamentalmente, do ponto de vista jurídico. Os seus costumes e foros determinaram padrões comportamentais e mecanismos de prova para os casos de violação, uma vez que era de um delito difícil de provar e, em muitos casos, os processos resultavam inconclusivos, devido à falta de provas. As autoridades municipais viram-se na necessidade de definir e de estabelecer um conjunto de parâmetros provatórios capazes de terem sustentabilidade e credibilidade em tribunal. As vítimas deviam portanto acudir «rascadas e corrompidas» diante dos homens bons e dos alcaides para mostrarem

³²⁵ “(...) Et qui aforciare outra mulier que fuere uicina, pectet CCC áureos al quereloso, si ei firmare potuerint. Et exeat einimucus. Sin autem, lidie o saluese com XII uicinos, qual mas quisier querimoniosus. Et si cadiere, pectet el coto, et exeat pro inimico.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XX- XXI, Tít.53. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 906, Tít.86, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 750, Tít.52; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.19-50, Tít.54; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 860, Tít. 95, Lv. III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 26, Tít.51, Lv. I; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp. 796-797, Tít.53. Vide Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.190 – 191; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.171; Juan Carlos Monterde García, “El sentido de la honra en Los Fueros de Cáceres y Plasencia.”, in REE, Vol. 58, Nº2, Badajoz, 2002, p.686; Julián Clemente Tamos, op.cit, p.171

³²⁶ “(...) Todo ome que aforciar morador, pectet illam XX morabetis si ei firmare potuerint. Sin autem, saluese con VI.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XX- XXI, Tít.53. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 906, Tít.86, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 750, Tít.52; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.19-20, Tít.54; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 860, Tít. 95, Lv. III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 26, Tít.51, Lv. I; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp.796-797, Tít.53. Vide Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.190 – 191; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.171

³²⁷ “(...) Tod omme qui matare aportellado, o fforciare su mulier, o su fiia, o su criazon, tome la meatad de la calopna el quereloso, e la meatad tome so amo.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. XXXIX, Tít.135. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 51, Tít.137; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 864, Tít. 126, Lv. III; “CFO”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 47, Tít.128, Tít. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.760, Tít. 126; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 910, Tít.117, Lv. III

as marcas de violência e de mal-estar. A este procedimento acrescia a necessidade de demonstrar em juízo a boa conduta moral da vítima. Os costumes e foros previram ainda a hipótese de o demandado alegar que a vítima não fora forçada a ter relações sexuais, evocando os argumentos de que a queixosa quis estar na sua companhia, de forma íntima, de livre e espontânea vontade, ou que aceitou dinheiro ou outros bens móveis a troco de serviços sexuais. Diante destes indícios tornava-se, uma vez mais, importante e prioritário mostrar a boa fama da vítima para dar consistência à demanda de violação e a todos os recursos processuais usados para apurar a veracidade dos factos em tribunal. A par das provas apresentadas, a vítima devia ainda jurar «manquadra» com conjuradores, comprometendo-se que não havia má-fé da sua parte contra o acusado na formulação da demanda. No caso de o réu conseguir demonstrar a sua inocência ficava isento de coima e da lide.³²⁸

Os concelhos, ao definirem determinados procedimentos para apurar as demandas de agressão sexual, incentivavam a denúncia deste tipo de crime e a preservação da honra das vítimas e dos seus parentes.

Por outro lado, o delito de violação costumava estar também associado ao rapto. Era frequente o recurso de demanda de violação para justificar o rapto e o abandono do seio familiar pela mulher para assumir uma relação conjugal. Nem todas as ofensas sexuais eram portanto forçadas.

Uma outra forma de evitar as violações e outras condutas sexuais, como a prostituição, que os concelhos encontraram, consistia em proibir as mulheres de frequentarem os banhos públicos nos dias reservados aos homens e vice-versa. Era normal nas vilas ribacudanas, os encontros e a estreita convivência de indivíduos de

³²⁸“(…) Tod omme qui demandare forcia de mulier, et el outro dixiere: non fiz esto non per sue uoluntad et per mio auer quel di; por esto manifeste non lidie nin pectet calopna. Et por lo demas niegue o manifeste, et faga quanto mandaren alcaldes, et la manquadra que dier la mugier tal sea: iure con III et ille quinta de sos parientes, et si parentes non abuerit, iuret con III uizinos que in ip / so die fue primero forciada d’aquel que se querella, et non per sue ueluntad, ni por auer quel disse. Ei si ella uinier ant alcaldes o ante bonos omes rascada o conronpida, et su querela demostrare, entre lide ey iura qual quisier el quereloso. Et si non iurare la manquadra, non responda, a la uicina como a uicina, et a la morador como a morador, assi como escripto es ut supra. Et sobre esto qui se quisier alzar, alzesse et meta pignus de II morabetis, et el outro de dos morabetis, et ille qui ceciderint det II morabetis a los fideles et el altero non de nada.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXV, Tít.71. Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 796, Tít.50; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.29, Tít.65, Lv. I; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 913, Tít.137, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 752, Tít.66; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 27, Tít.73; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 867, Tít.147, Lv. IV. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.191; Juan Saínz Guerra, “Infracción y pena en el Fuero de Soria.”, in AHDE, N°76, Madrid, 2006, p.155; Ricardo Córdoba de la Llave, “Consideraciones en torno al delito de agresión sexual en la Edad Media.”, in *Clio & Crimen*, N°5, Durango, 2008, pp.187-202, in Centro de Historia del Crimen, http://www.durango-udala.net/portalDurango/RecursosWeb/DOCUMENTOS/1/0_524_1.pdf, 11 de Janeiro de 2012

ambos os sexos nos banhos públicos. Estes espaços eram considerados tentadores para todo o tipo de transgressões, estando facilmente associados a práticas sexuais e a comportamentos considerados promíscuos. Por isso, o especial cuidado em estabelecer um regulamento próprio para o funcionamento dos referidos banhos, de forma a minimizar os escândalos públicos. Os «corpora» costumeiros definem então uma clara separação entre homens e mulheres, estabelecendo dias da semana específicos para o usufruto dos banhos públicos. Ou seja, os homens podiam banhar-se e usufruir dos seus tratamentos aos domingos e às terças e quintas-feiras. Em contrapartida, as mulheres deviam frequentar os banhos nos restantes dias da semana. Além disso, os «banhadores», encarregados da gestão dos mencionados estabelecimentos, estavam proibidos de aceitar a entrada de homens e de mulheres nos dias que não lhes correspondessem. Contudo, eram somente penalizados com o pagamento de uma multa de um morabitino a favor do concelho. As pessoas, independentemente do sexo, podiam ser acompanhadas pelos seus escudeiros ou por outros dependentes. Também os funcionários das vilas não eram esquecidos, sendo-lhes permitida a entrada com os seus respectivos dependentes. Aos referidos acompanhantes não se lhes podia cobrar a entrada. Todos aqueles que não tivessem dependentes podiam usufruir dos serviços dos funcionários dos banhos. Os «banhadores» eram, uma vez mais, punidos com uma pena pecuniária, se assim não o fizessem. O desfrute dos banhos públicos custava geralmente

um denário tanto para homens, como para as mulheres.³²⁹ Em Alfaiates e Castelo Bom, o banho custava uma «puyesa», moeda de baixo valor.³³⁰

Uma outra forma de escândalo público consistia nas relações com prostitutas, principalmente, quando se tratava de trabalhadores no exercício das suas funções. Os cabaneiros e outros pastores de Cáceres e Usagre costumavam usufruir da companhia de prostitutas durante o exercício das suas funções em transumância. Talvez muitas delas seguissem os pastores nas suas deslocações de longa distância com os animais. Todos aqueles que fossem apanhados com prostitutas nas suas cabanas de gado pagavam uma multa.³³¹ Nos restantes «corpora» costumeiros não se faz qualquer menção aos relacionamentos com estas mulheres em transumância.

As relações extra-conjugais eram outra realidade frequente e problemática nas vilas ribacudanas. O adultério era um delito fortemente sancionado, uma vez que não só colocava em risco a honra, a fama e a moral do marido traído, mas também a da família. A infidelidade amorosa, sobretudo quando se tratava de adultério feminino, podia suscitar facilmente a ira e sentimentos de violência na vítima, acarretando normalmente outras consequências, tais como, vinganças, agressões, homicídios, entre outros

³²⁹ “De banno. Las mulieres entren en bano in die dominico, et die martes, et in die iouis, et los barones entren enos otros dias. Tod ome que entrare en bano en dia de las mulieres de sol a sol, pectet I morabeti a conceio. Et otrosi fagan las mugieres. Et si el banador omes metier en el uanno de las mugieres, pectet I morabeti al conceio. Otrosi peche si mulieres metier en bano en dia de los barones. Nullus homo non det precio en bano por escudeiro, e tome que ouier escuderfo, lieue per escudeiro ome de su pan, et las mulieres similiter faciant. Alcaldes et Iuez et Escribano non lieue sinon un escudeiro, et si mas leuaren, sit illis in periurio. Aquelos que non ouieren escuderos o mancebos de su pan, lieuen III uno que los laue, et sit excusati. Iste / es precium de balneo, cada omme et cada mulier singulos denários, et qui penos echare en bano fasta noue dias non se amortiguen, et dent adelant mortiguense, et el banador non sea escusado de nenguna fazendeira. Qui suo precio leuare por forcia, pectet I morabeti, el medio al conceio et el medio al banador. Et si el banador tomare precio de mancebo, o de manceba, o de tres uno que debe seer excusado, pectet I morabeti a conceio.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXXVII, Tít.125. Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 875, Títs. 215 e 216, Lv. V; “Fu”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 48, Tít.127; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, pp. 758-759, Títs.114 e 155; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.920, Tís.202 e 203, Lv.V; “FCo”, in José Maldonadoy Fernández del Torco, op.cit, p. 44-45, Tít.118, Lv. II; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 804, Tít.118. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.191-192; Juan Carlos Monterde García, op.cit, pp.702-703; Alberto García Ulecía, op.cit, pp.268-269; Anibal Ruiz-Moreno, op.cit, pp.152-157; Antònio Carré e Lluís Cifuentes, op.cit, pp.395-403; Rafael Serra Ruiz, *Honor, honra e injuria en el Derecho medieval español*, Murcia, Sucesores de Nogués, 1969, p.82

³³⁰ “Las mulieres intrent in balneum. (...) Iste est precium de balneo : de IIIor sólidos usque VI una puiesa, et de VI solidis usque ad XII sólidos una meaia, et de XII solidis usque ad XX I denarium.” In “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.804, Tít.118. Cf “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 758-759, Títs. 114-115

³³¹ “(...) Tod ome que aparcero fuere en ganado et puta fallare en qual cabana que quier, el oueierizo pectet V carneros, los medios a los iurados et medio aquel que la fallare, so potuerint ei firmare con II pastores o con II uizinos. In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.CI, Tít. 438. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenajud e Adolfo Bonilla y Fernández, op.cit, p.163, Tít.461. Vide, Juan Carlos Monterde García, op.cit, p.703;

comportamentos violentos.³³² Convinha também aos concelhos minimizar e controlar as reacções violentas e vingativas que as vítimas ou os seus familiares pudessem ter, apesar de serem consentidas e estatuídas nos seus costumes e foros. A mulher de «bênção» (casada pela Igreja) ou de «juras» que fosse surpreendida «in fraganti» com o seu amante pelo seu marido ou por outra pessoa, especialmente da família, podia ser morta juntamente com o cúmplice, ficando o assassino – considerado vítima - livre de qualquer responsabilidade, ficando ilibada. Ou seja, segundo as normativas costumeiras para os casos de adultério em flagrante, o lesado ficava isento de pagar multa e não era expulso do concelho na condição de inimigo à semelhança dos delitos de homicídio. O direito de vingança privada e de defesa da honra pessoal e familiar não era portanto retirado, de certa forma, ao cônjuge traído ou aos seus familiares.³³³ Havia assim nos «corpora» a compreensão de que o homem traído tinha a necessidade de vingar o adultério da sua esposa, matando os adúlteros.

No entanto, se o marido poupava a vida de um dos adúlteros era sempre punido com uma pena trezentos morabitanos e, além disso, era obrigado a sair do concelho como inimigo.³³⁴ Era portanto considerado homicida, ficando à mercê das vontades de

³³² Ricardo Córdoba de la Llave, “Violencia cotidiana en Castilla a fines en la Edad Media.”, in *Conflictos sociales, políticos e intelectuales en la España de los siglos XIV y XV. XIV Semana de Estudios Medievales*. Nájera, del 4 al 8 de agosto de 2003. Coord. José Ignacio de la Iglesia Duarte, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, 2004, p.424 in, Dialnet, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=978640>, 12 de Junho de 2011

³³³ Idem, Ibidem, p.415; Iñaki Bazán Díaz, “La violencia legal del sistema penal medieval ejercida contra las mujeres.”, in *Clio & Crimen*, N°5, Durango, 2008, p.218, in Centro de Historia del Crimen, http://www.durango-udala.net/portalDurango/RecursosWeb/DOCUMENTOS/1/0_525_1.pdf, 12 de Janeiro de 2012; Ricardo Córdoba de la Llave, “El homicidio en Andalucía a fines de la Edad Media. Primera Parte. Estudio.”, in *Clio & Crimen*, N°2, Durango, 2005, p.310, in Centro de Historia del Crimen, http://www.durango-udala.net/portalDurango/RecursosWeb/DOCUMENTOS/1/0_455_1.pdf, 3 de Junho de 2007.

³³⁴ “(...) Tod omme que fallare otro con su mugier o com su pariente, usque ad secunda, si habuerit uirum ad bendiciones uel ad auras, matadlos, ad ambos sine calumpnia, / et non exeat inimicus. Et si occiderit uirum et non mulier, pectet CCC morabetis, et exeat inimicus, si eum non potuerint habere, et si matare a la mugier et al baron non, pectet CCC morabetis, et exeat inimicus si eum non potuerint abere. A los parientes del muerto pechen estos CCC morabetis. Si parientes non ouieren, el conceio lo tome et lo metan en fazer castiello.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.XXIII, Tít.64. Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 795, Tít.42; “CFRCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 861, Tít.107, Lv. III; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 25, Tít.66; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 751, Tít.61; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.908, Tít.98, Lv. III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 28, Tít.59, Lv. I. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.195; Ricardo Córdoba de la Llave, “Las relaciones extraconyugales en la sociedad castellana bajomedieval.”, in AEM, N°16, Madrid, 1986, p.582; Idem, “Adulterio, sexo y violencia en la Castilla Medieval.”, in ETF, *Serie IV, Hª Moderna*, vol. 7, Madrid, 1994, pp.157-160, in *E-Spacio*. UNED, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerie4-566F17FC-01AF-296E-84C0-07A43268365B&dsID=Documento.pdf>, 12 de Janeiro de 2011; Juan Monterde García, op.cit, pp.703-704; Alberto García Ulecía, op.cit, p.263, María José Collantes de Terán, “El delito de adulterio en el derecho general de Castilla”, in AHDE, N°66, Madrid, 1996, pp.218-22; “Juan Miguel Mendonza Garrido, “Mujeres adúlteras en las Castilla Medieval. Delincuentes y víctimas.”, in *Clio & Crimen*, N°5,

vingança da família do amante. Estas medidas definidas nos códigos costumeiros não se limitavam a contemplar as infidelidades das mulheres casadas de «bênção» ou de «juras». Eram mais abrangentes, incluindo também as parentes de segundo grau das vítimas que fossem surpreendidas a cometer adultério. Pretendia-se assim demonstrar e salvar a boa fama e a honra da mulher e da família nas sociedades ribacudanas.

Alfaiates foi mais longe ao legislar o adultério, chegando a estabelecer mais medidas. Segundo os seus costumes e foros, as mulheres casadas de «bênção» que mantivessem relações amorosas ou fugissem com outros homens em público, eram condenadas à morte na fogueira.³³⁵

Nem todos os adúlteros eram apanhados em flagrante pelo marido traído ou por outras pessoas. Neste caso, o delito de traição, também denominado de «aleivosia», trazia consequências severas para as mulheres. Estas eram torturadas e, posteriormente mortas se alguma vez fossem surpreendidas.³³⁶ A aleivosia feminina não só era infligida contra os maridos, mas também contra os seus parentes.

Havia maridos ribacudanos que tinham também suspeitas de que as suas mulheres os enganavam. Para serem desvanecidas as desconfianças de infidelidade, os esposos deviam procurar doze boas mulheres, casadas, consideradas idóneas e de boa reputação na sociedade para confirmarem ou desmentirem a existência de algum relacionamento fora do casamento.³³⁷ A apresentação de conjuradores, como garantia

Durango, 2008, p.177, in *Centro de Historia del Crimen*, http://www.durango-udala.net/portalDurango/RecursosWeb/DOCUMENTOS/1/0_522_1.pdf, 12 de Janeiro de 2012; Juan García González, “Traición y alevosía en la Alta Edad Media”, in AHDE, Nº32, Madrid, 1962, p.334; Javier Alvarado Planas, “La confirmación regia de los Fueros de Castilla en 1272”, in *Estudios em Honra de Ruy de Albuquerque*, vol. I, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006, pp.657-658; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.171; Antonio C. Floriano, op.cit, p.84

³³⁵ “Qui marido ouier ad benedictiones. Nvlla mulier qui uiro habuerit ad benedicciones, et com altero se fur aut steterit cum illa publicamente, queymen a ellos alcaydes.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.839, Tít.455

³³⁶“(…) Mugier que fiziere aleue a sos parientes, magenla et matenla sin calopna, si gelo pudieren firmar com bonos omnes, hy esta [s] firma [s] non recudan a repto.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXIII, Tít.63. Cf. “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 28, Tít.58, Lv. I; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 795, Tít.41; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 861 Tít.107, Lv. III; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp. 24 – 25, Tít.65; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 751, Tít.60; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.908, Tít.98, Lv. III. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.195; Alberto García Ulecía, op.cit, p.264; Juan García González, op.cit, p.334

³³⁷“(…) Qui sospecha ouiere a ssu mulier que aleue le faze, saluesse cum XII bonas mulieres que ayan maridos, et si com ella mala estanza ouiere et salua fe le diere ante III alcaldes et depues la quebrantare, si la firmarem, pectet dictum est ut supra. / Si non lidie o saluese.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXVII, Tít.312. Cf.”CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.913, Tít.139, Lv. IV; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.89, Tít.317, Lv.IV.; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 117, Tít.321; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 867, Tít.149 Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.780, Tít.316 Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.195-196; Juan Sainz Guerra, op.cit, p.156

provatória, protegia a mulher de enfrentar um processo de judicial e, por consequência as severas penas que se aplicavam aos delitos de adultério. A concessão do benefício da dúvida evitava, por um lado, o levantamento de falsos testemunhos contra a esposa e, por outro lado, acalmava qualquer sentimento de desconfiança. Deste modo, deixava assim de pairar qualquer tipo de suspeita de delito de adultério sobre as mulheres.

Também eram usuais os relacionamentos de homens casados com outras mulheres. O adultério masculino era sancionado na vila de Alfaiates, havendo somente referência à pena a ser aplicada às amantes: seriam fustigadas pelos alcaides,³³⁸ não se conhecendo os castigos destinados aos homens. Os costumes e foros ocultavam de facto esta realidade, visto que os relacionamentos extra-conjugais não manchavam a boa fama e a reputação do marido, nem a do seu grupo familiar. Estas relações podiam ser também entendidas como relacionamentos de barregania.³³⁹

Todas estas medidas relacionadas com o crime de adultério visavam acima de tudo a defesa da honra e da boa fama da mulher e do bom nome da família. Daí que qualquer tipo de comportamento sexual fora do casamento levado a cabo pela mulher manchava e colocava em causa a dignidade da família. Por outro lado, a protecção da estrutura familiar era primordial para a defesa dos interesses patrimoniais, caso a mulher ficasse grávida do seu amante. Ou seja, a existência de um amante poderia por em risco a manutenção dos bens no seio familiar. O mesmo já não se podia dizer do adultério masculino, porque não implicava a desonra da mulher e da família. Compreende-se assim que só seja feita menção a esta forma de delito nos costumes e foros de Alfaiates. Nestes foros, os protagonistas das relações adúlteras eram penalizados de maneira diferente. As penas eram severas para as mulheres, sendo castigadas gravemente, ao passo que os homens adúlteros não seriam à partida castigados ou sofreriam sanções mínimas. Se assim o fossem, a pena seria provavelmente bem menor do que a aplicada em relação às mulheres. Esta desigualdade penal devia-se à ideia de que “ser mujer era una agravante del delito,”³⁴⁰ porque lhe estava inerente um papel reservado e de boa conduta vital para a manutenção da estrutura familiar. Ou seja, as mulheres eram consideradas “traidoras por ir contra la fe del matrimonio, como injuriadoras por atentar

³³⁸“(…) Nvlla mulier qui com marito alieno steterit fostiguem la los alcaydes, et si non fecerint sint periurii.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.840, Tít.462

³³⁹ Jesús Ángel Solórzano Telechea, “Justicia y ejercicio del poder: la infamia y los «delitos de lujuria» en la cultura legal de la Castilla medieval”, in CHD, N°12, Madrid, 2005, p.323 in PRCC, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/der/11337613/articulos/CUHD0505110313A.PDF>, 17 de Setembro de 2007

³⁴⁰ Iñaki Bazán Díaz, op.cit, p.207

contra la honra del marido y a sus amantes, como ladrones, porque despojaban a los maridos de sus esposas.”³⁴¹

As relações carnavais entre indivíduos de etnias diferentes eram comuns nas sociedades ribacudanas. As autoridades locais, salvo as de Alfaiates, só legislaram as uniões entre cristãs e judeus, penalizando-as. Não é feita porém qualquer menção aos casos amorosos entre cristãos e judias ou muçulmanas. Ora, se uma cristã que fosse surpreendida com algum judeu pelos alcaides ou por qualquer indivíduo, os dois eram obrigados a comparecer no concelho para serem sentenciados,³⁴² se bem que as normativas costumeiras não façam menção às penas.

Os relacionamentos das viúvas não escaparam aos legisladores municipais de Cáceres, Usagre e Castelo Melhor. Eram sobretudo criticadas as que tinham relações amorosas durante e depois do período de luto. Eram penalizadas com o pagamento de uma multa a ser dividida em partes iguais entre os alcaides e o concelho.³⁴³

As alcoviteiras estavam mal vistas nas vilas de Riba - Côa, visto que poderiam por em causa a honra familiar ao aliciarem mulheres a terem relações eróticas ou amorosas com outros homens. Fomentavam assim práticas sexuais, como, o adultério e a prostituição. Por outro lado, muitas mulheres procurariam os serviços das alcoviteiras e alcoviteiros para poderem ter outros relacionamentos ou prostituírem-se. Daí que fosse natural para os concelhos definirem a pena capital para o delito de lenocídio, nos costumes e foros. Ou seja, as alcoviteiras eram condenadas à morte na fogueira. As rés de Cáceres e Usagre não viam os seus bens confiscados, embora devessem permanecer

³⁴¹ Jesús Ángel Solórzano Telechea, op.cit, p. p.323

³⁴²“(…) Nullus homo, similiter alcaides que tomaren iudio com christiana, si ei firmaren com II christianos et I iudio, uel II iudios; et I christiano, que en uno los tomaron preste. Sin autem, non prestet. Toda Christiana que tomaren con iudeo o la aduxerint super consilium factum per prender con iudeo, ipsa iusticia faciant de uno quam de altero.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XC, Tít.386. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.910, Tít.114, Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.864, Tít.123, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.760, Tít.134; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 48, Tít.135, Lv. II; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.138, Tít.395. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.196; Alberto García Ulecía, op.cit, p.264; Pilar León Tello, “Disposiciones sobre judíos en los fueros de Castilla y León.”, in *Sefarad. Revista del Instituto Arias Montano de Estudios Hebraicos, Sefardíes y de Oriente Próximo*, Año XLVI, Fasc.1-2, Madrid, 1986, p.285; Niceto Alcalá-Zamora Castillo, op.cit, p.78; Marciano de Hervás, “La judería y sinagoga de Coria en la documentación del Archivo Catedralicio: siglos XIV y XV.”, in *Sefarad. Revista del Instituto Arias Montano de Estudios Hebraicos, Sefardíes y de Oriente Próximo*, Nº61, Fasc.1, Madrid, 2001, p.94; Juan Carlos Monterde García, op.cit, p.704; Juan Sainz Guerra, op.cit, p.159

³⁴³“(…) Uidua que tálamo fiziere, pectet VI morabetis, III alcaides et III al conceio.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXIV, Tít.68. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenajud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 26, Tít.70; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.912, Tít.135, Lv. IV. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.173; Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.196; Juan Carlos Monterde García, op.cit, p.704

na posse dos seus familiares. No entanto, as alcoviteiras das restantes vilas chegavam a perder todo o seu património.³⁴⁴

Os delitos contra a honra afetavam também as mulheres ribacudanas, colocando em causa a honestidade, a virtude e a boa fama que elas mantinham na sociedade. As injúrias verbais, tais como «puta» e «ceguladera» evocavam certas condutas sexuais desordenadas que eram mal vistas, sendo consideradas pecaminosas e contra a moral. As ofensas que chamavam a atenção para algumas doenças, como a lepra, eram também punidas. Os portadores desta doença eram facilmente marginalizados, ficando reclusos em locais próprios normalmente isolados e fora das cidades. Os *corpora* costumeiros sancionavam os injuriadores com uma pena pecuniária de cinco morabitos.³⁴⁵ A protecção da honra das mulheres e dos homens era importante, porque era entendida como um bem jurídico inato a qualquer pessoa, estendendo-se, inclusive, para o grupo familiar. Além disso, qualquer ofensa, sobretudo de carácter sexual ou físico, podia acarretar comportamentos de desprezo e discriminatórios para os indivíduos e as suas respectivas famílias. Acima de tudo, era importante preservar a dignidade e a idoneidade que as pessoas mantinham no seio da “comunidad en la que se halla inserta, beneficio que se transfiere de inmediato a la propia familia, a sus vecinos e incluso al grupo al que pertenece.”³⁴⁶

As ribacudanas eram frequentemente vítimas de agressões físicas no seu dia-a-dia, vendo, muitas vezes, as suas próprias vidas colocadas em risco. Os costumes e foros estabeleceram a pena capital para os agressores, quando se tratava especialmente

³⁴⁴“(…)Tod alcauete o alcaueta que sosacare fiia agena porá outro, o outra mugier que marido ouier, enforquen el alcauete et kemen el alcaueta si los pudieran auer. Et preste el auer a ssos parientes.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXVII, Tít.376. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.134, Tít.385; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 787, Tít.385; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.100, Tít.374, Lv. IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.862, Tít. 113, Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.841, Tít.478; “CFCM” in PMH-LC, op.cit, p. 908, Tít.105, Lv.III. Vide, Alberto García, Ulecía, op.cit, pp.266-267, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.193; Juan Carlos Monterde García, op.cit, p.703

³⁴⁵“(…) Qui dixere a outro cornudo, o fududinculo, o gafo, o iudio, o traidor, o a su mugier puta, o ceguladera, o gaffa, pectet quereloso V. morabetis. Et si megare, saluese com IIII et el quinto. Et si iurare noluerit, pectet.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.L, Tít.186. Cf. “CFCM” in PMH-LC, op.cit, p.911, Tít.115, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.865, Tít.133, Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 812, Tít.184; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 60, Tít.183; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.72, Tít.189; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 766, Tít.188. Vide, Rafael Serra Ruiz, op.cit, pp.94-95; Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.199; Juan Carlos Monterde García, op.cit, pp.699-700; Ricardo Córdoba de la Llave, op.cit, pp.416- 417; Jesús Ángel Solórzano Telechea, op.cit, p.326.

³⁴⁶ Juan Sainz Guerra, op.cit, p.163

de lesões e mutilações causadas nos olhos, narizes, rosto, mãos, pés e seios.³⁴⁷ Estes delitos, tal como os de homicídio e violação implicavam a realização de «desafios» que deviam ocorrer nos concelhos durante três Domingos sempre na presença de dois alcaides.³⁴⁸ Em Alfaiates os desafios podiam ocorrer também às Terças-feiras.³⁴⁹ Os acusados lidavam a pé ou a cavalo ou então, juravam com doze conjuradores, segundo a vontade da queixosa.³⁵⁰ Antes de se proceder às provas ordálias e aos juramentos, os réus podiam apresentar garantias judiciais, isto é, «meter duas bestas dengueiras» nos corrais dos concelhos, logo na primeira audiência.³⁵¹ As mulheres dependentes, como as mancebas, não foram esquecidas, pois chegavam a sofrer ofensas corporais. Estavam de certa forma protegidas pelos regulamentos costumeiros, com a excepção de Alfaiates, chegando a receber a metade do valor da pena pecuniária. A restante parte devia contudo ser entregue ao senhor, uma vez que saía também lesado com as eventuais incapacidades e ausências laborais das suas dependentes até que recobrassem a saúde.³⁵²

³⁴⁷ “(...) Qui ome Lisiare, tal iudio ayan como por morte domine. Et de tal lísio de oculo, de narres, de rostro, de mano o de pie, o de pixa, o de coiones, o teta de mulier.”, In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXV, Tít.48. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.906, Tít.82, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 859, Tít.91,; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp.794 - 795, Tít.34; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 25, Tít.46, Lv.IV; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud, op.cit, pp. 17-18, Tít.49; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.750, Tít.47. Vide, Juan Carlos Monterde García, op.cit, p. 700; Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.186-189

³⁴⁸“(…) Pro morte de homine, aut pro lision, aut pró mulier forciada, desfie en conceio três domingos com II alcaides. (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXI, Tít.54. Cf. “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 750, tít.53; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 20, Tít.55; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.26, Tít.52, Lv. I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 860, Tít.95, Lv. III; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 906, Tít.86, Lv. III.

³⁴⁹“(…) Per mortem hominis et per lisionem et pro muliere forçada desfidet in concilio dominica die, aut martes cum duobus alcaides.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.795, Tít.39

³⁵⁰“(…) Pro muerte de ome o por mugier forciada o por lision entre lidiar de pie o de cauallo, et saluarse con XII qual quisier el quereloso, tal cumplan.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXIII, Tít.62.

³⁵¹“(…) E quien desafiado fuere en conceio por morte de ome, o por mugier forciada, o por lision, al primer corral meta sus bestias, et si ena tierra non fuere et parientes ouiere, meta sus bestias, et fagan que mandaren alcaides (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXII, Tít.58. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp. 22-23, Tít.60; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.907, Tít.93, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, pp. 860-861, Tít.102, Lv. III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 27, Tít.54, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.751, Tít.55

“(…) Pro morte d’omne o por mugier forciada o por lision, II bestias meta denguera, et por toda outra cosa una bestia meta, et si per magis eum accotauerint, non mittat nenguna. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXIII, Tít.61. Cf. “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.751, Tít.58; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 24, Tít.63; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.907-908, Tít.97, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 861, Tít.106, Lv. III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 28, Tít.57, Lv. I;

³⁵²“(…) Qui firiere mancebo o manceba agena ante su senor, o ome de su pan, pectet la calopna doblada, media al collazo et media al senor.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít- 127. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 49, Tít.129; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 910, Tít. 115, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít.121; “FCo”, in José

Também as muçulmanas cativas estavam mais propensas a todo o tipo de maus tratos, sendo frequentemente vítimas de agressões físicas, humilhações, perseguições e homicídios. Estas formas de violência eram penalizadas com o pagamento de penas pecuniárias que, posteriormente, seriam entregues aos amos, visto que estes últimos eram os responsáveis legais pelas suas escravas³⁵³. As coimas funcionavam como uma espécie de indemnização pelos danos causados contra as cativas, porque eram consideradas bens. Além disso, era importante recompensar os amos pelas incapacidades laborais que estas mulheres poderiam trazer, devido aos ferimentos. Outras vezes eram as cativas que agrediam os cristãos, causando-lhes ferimentos. Nestas circunstâncias, as culpas recaíam sobre os seus donos, sendo responsabilizados e obrigados a pagar uma multa em função da categoria municipal da vítima, consoante a vítima era vizinha ou moradora.³⁵⁴ Os costumes e foros de Alfaiates não fazem porém qualquer alusão a esta realidade.

Os homicídios faziam também parte da violência quotidiana das vilas ribacudanas. Muitas mulheres morriam assassinadas por diversos motivos, embora não sejam geralmente explicitados nos «corpora» costumeiros. Os casos de adultério constituíam uma exceção. A morte das mulheres e dos seus cúmplices fazia parte da moldura penal para estes delitos, com a principal finalidade de as vítimas poderem lavar a sua honra e a da sua família. Deste modo, como já vimos, os maridos traídos não eram

Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.45-46, Tít.122, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.864, Tít. 124, Lv. III

³⁵³“(…) Tod ome qui firiere moro ageno o mora, o messare, pectet II morabetis domino suo. Et si lioures fezier, pectet III morabetis domino suo, et si non, iure siue V de uezinos, si firmare non ge lo pudieren.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, p.XXXVII. Cf. “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.910, Tít.118; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 49, Tít.128; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.910, Tít.118, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 864, Tít.127, Lv. III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.45, Tít.120, Lv. II; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.804, Tít.119. Vide, Francisco Javier Díaz González, “La normativa sobre los prisioneros y los cautivos en la España cristiana medieval”, in REHJ, N° XXXII, Valparaíso, 2010, p.291

“(…) Qvi percusserit moro o mora alienam, iuret solus quod non percussit ei per desonra de so senor; si ei potuerint firmare. Si autem, saluese si V.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít.130. Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.804, Tít.119; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 48, Tít.132; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít.119.

“(…) Tod ome qui matar moro o mora de laour, pectet XV morauetis domino suo. Te so fuer de mierce, alcaldes et VI lo apreciendolo quanto pectet a so senor, si ei potuerint firmare. Si autem, saluese, si V.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít.131. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.50, Tít.133; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít.120; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 45, Tít.121, Lv.II

³⁵⁴“(…) Todo moro o mora que feriere christiano o christiana, so sennor pectet la calopna al uizino como al uizino, al morador assi como a morador.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít.128. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 910-911, Tít.119, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.759, Tít. 122; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 45, Tít. 121, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 862, Tít. 128, Lv. III; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 49, Tít.130.

coagidos com o pagamento de coimas e ainda não eram expulsos do concelho como inimigos.³⁵⁵

Normalmente os crimes de homicídio implicavam o pagamento de penas pecuniárias. Era um dos castigos a aplicar aos delinquentes. Em Alfaiates, as famílias das vítimas eram obrigadas a receber a metade da multa, com a fim de auferirem de uma espécie de indemnização, segundo as suas normativas costumeiras.³⁵⁶ Ainda na mesma vila subsistia uma particularidade penal quanto aos homicídios dos «pecheiros». Os delinquentes não podiam sair do concelho na condição de inimigos e ainda estavam isentos de pagarem a coima imposta para este tipo de transgressão.³⁵⁷ As mouras cativas, como já foi referido, não escapavam também à violência física, embora, nestes casos, devessem os seus proprietários receber as coimas, no sentido de se verem ressarcidos no prejuízo causado pela morte de uma trabalhadora escrava.³⁵⁸

O furto não era uma atividade exclusiva dos homens. As mulheres ribacudanas também tinham o hábito de se apropriarem das coisas dos outros de forma indevida sem causarem qualquer tipo de violência. Nas vilas de Cáceres e Usagre, as acusadas só eram julgadas pelos alcaides depois de o delito ter sido previamente comprovado por eles. Este crime era sentenciado do mesmo modo que o roubo.³⁵⁹ O furto feminino nas vilas de Castelo Bom e de Coria era castigado com a pena de morte na força.³⁶⁰ A

³⁵⁵“(…) Tod omme que fallare otro con su mugier o com su pariente, usque ad secunda, si habuerit uirum ad bendiciones uel ad auras, matadlos, ad ambos sine calumpnia, / et non exeat inimicus. Et si occiderit uirum et non mulier, pectet CCC morabetis, et exeat inimicus, si eum non potuerint habere, et si matare a la mugier et al baron non, pectet CCC morabetis, et exeat inimicus si eum non potuerint abere. A los parientes del muerto pechen estos CCC morabetis. Si parientes non ouieren, el conceio lo tome et lo metan en fazer castiello.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XXIII, Tít.64. Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 795, Tít.42; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 861, Tít.107, Lv. III; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 25, Tít.66; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 751, Tít.61; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.908, Tít.98, Lv. III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 28, Tít.59, Lv. I.

³⁵⁶“(…) Ad toto homine qui mataren suo patrii, aut sua mater, aut suos ermanos, tome medietate de omecidio, aut padre, uel matri, cum suos frates del morto, (...)”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.837, Tít.432.

³⁵⁷“(…) Isti sunt choptos de concilio: (...) et per pecceros homines aut mulier matarent deinde auante per occasion, non exeat inimico, nec pectet calumpnia (...)”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.826, Tít.317

³⁵⁸“(…) Tod ome qui matar moro o mora de lauor, pectet XV morauetis domino suo. Te so fuer de mierce, alcaides et VI lo apreciendolo quanto pectet a so senor, si ei potuerint firmare. Si autem, saluese, si V.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít.131. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 50, Tít.133; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít.120; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 45, Tít.121, Lv.II

³⁵⁹“(…) Toda mulier que furtare, si uerdad fallaren los alcaides sobr’ella, fagan d’ella iusticia los alcaides como de ladron.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXVII, Tít.375. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 134, Tít.384

³⁶⁰“(…) Toda muger que hurtare, si pesquisa ovieren los alcaides, enforquenla los andadores.”, in “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.372, Tít.373. Cf. “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 787, Tít.384

mesma pena era aplicada em Castelo Melhor e Castelo Rodrigo, apesar de as rés serem condenadas a morrer na fogueira.³⁶¹ Em Alfaiates e Castelo Rodrigo não se conhecem porém medidas contra esta forma de delinquência levadas a cabo pelas mulheres.

Havia ainda outros delitos contra a propriedade e os bens alheios que costumavam ser desenvolvidos por mulheres, como a burla. As padeiras, taberneiras e as regateiras no exercício dos seus ofícios tinham o hábito de enganar os consumidores, vendendo-lhes muitas vezes produtos de má qualidade, com problemas de fabrico ou em más condições geralmente a preços elevados como se se tratassem de mercadorias sem defeitos. Temos o exemplo das padeiras. A moldura penal para estas mulheres consistia no pagamento de uma coima todas as vezes que vendessem pão cru ou impróprio para consumo. As vítimas eram incentivadas a denunciar os enganos, ficando com o direito de devolverem o pão de preferência cortado, com a finalidade de evidenciar a má qualidade do produto.³⁶²

Os clientes saíam ainda prejudicados quando estas profissionais usavam as medidas incorrectas ou as falseavam na venda das suas mercadorias como no caso do vinho. As taberneiras nem sempre vendiam o vinho em função da quantidade solicitada pelos consumidores e dos preços afixados previamente pelas autoridades municipais nos costumes e foros.³⁶³ A violação dos marcos dos concelhos implicava usualmente penas pecuniárias. Pretendia-se portanto controlar “la actividad productiva, vigilando el cumplimiento de las disposiciones normativas y contractuales”³⁶⁴, sem esquecer o abastecimento das populações.

³⁶¹“(…) Toda muller que furtar, si pesquisa ouieren los alcaldes, queymen a los andadores.”, in PMH-LC, op.cit, p.908, Tít.104 Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 862, Tít.113, Lv. III

³⁶²“(…) Toda panadera que pan crudo uendiere, quebrantando, o qual gelo tornares el que lo conpro, tal lo tome. Et si lo non quisiere tomar, fagal testigos et pectet I morabeti, / medios al quereloso et medios a los alcaldes. Otrosi la panadera que el pan de trigo non quisier uender sinas somas, ni las somas sin el trigo, pectet I morabeti a los alcaldes.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XLIII, Tít.155. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.925, Tít.249, Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.881, Tít.262, Lv. VI; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.52, Tít.153, Lv.II; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.59, Tít.157; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.808, Tít.157; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.157. Vide, Antonio C. Floriano, op.cit, p.98; Julio Gerardo Martínez Martínez, op.cit, p.162; José Damián González Arce, “El artesanado en los Fueros del Reino de Murcia.”, in AEM, N°25, Madrid, 1995, pp.88-89

³⁶³“(…) Toda tavernera que vino vendier, de el medio quarto de vino seis dineros, e tenga medio quarto e quartezna. E si esto non fezier, peche dos maravedís e no venda vino en ese anno. E tenga sus medidas derechos.”, in “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.103, Tít.386, Lv. IV. Cf. “CFA”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCII, Tít.397; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.789, Tít.405; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.142, Tít.406. Vide, María Jesus Torquemada, “Algunos aspectos de la regulación sobre consumo en la Baja Edad Media castellana: pesas y medidas, ocupación de locales y horarios de comercio.”, in RFDUC, N°84, Madrid, 1993-1994, p.452.

³⁶⁴ In, José Damián González Arce, op.cit, p.88

A monopolização e venda de mercadorias a preços exorbitantes iam também contra os regulamentos dos concelhos, impedindo o fácil acesso das mesmas às populações. Era neste sentido que as regateiras eram alvo de controlo das autoridades municipais, chegando muitas vezes a ser castigadas como devia acontecer em Alfaiates. Os seus costumes e foros penalizavam-nas com o pagamento de uma multa.³⁶⁵ Mas, se não tivessem recursos para pagarem a pena, as intermediárias eram fustigadas, enquanto os regateiros permaneciam dois meses no cepo. Com estas medidas, os concelhos pretendiam facilitar o fluxo das trocas comerciais, colocando directamente as mercadorias no mercado a preços acessíveis a todas as pessoas. Daí se tornar necessário um controlo cerrado dos intermediários e de todas as práticas especulativas que, por consequência, traziam geralmente a subida dos preços e a dificuldade em obter os produtos, impedindo o fluxo normal dos mercados. Neste sentido, era também importante evitar o enriquecimento ilegítimo das regateiras ao açambarcarem as mercadorias para depois os venderem normalmente a preços inflacionados.

Também o uso de pregões falsos para enganar os consumidores nos dias de mercado e nos alfozes constituiu outra preocupação para as autoridades de Alfaiates. Segundo os seus costumes e foros, os transgressores, independentemente do sexo, eram castigados com uma pena pecuniária (um morabitorio).³⁶⁶

Nem sempre as mulheres tinham cuidado com a limpeza, a higiene e a preservação dos espaços públicos. Vejamos o caso das fontes de Cáceres e Usagre. Aqui, segundo os respectivos regulamentos das vilas, puniam-se as mulheres que lavassem nos fontanários.³⁶⁷ Talvez a ideia não só fosse garantir o saneamento das águas públicas, mas também a de evitar o convívio entre as mulheres. Os trabalhos domésticos e convivência em locais abertos facilitavam as relações de amizade e o contato entre as pessoas. Ou seja, as mulheres “honradas debían evitar habladurías, estar solas com hombres, debían ser morigeradas, discretas, etc. para que su buena fama y la

³⁶⁵“(…)Toto recapton qui ibi andare aut recatona pectet I morabitorum, et si non habuerit unde lo pecte, fostigarent la mulier, et el baron iacat Ilos meses en cepo.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.828, Tít.332.

³⁶⁶“(…) et in die de mercado pregonent eum pro falso in alfoz ubi moraueti. Te istud faciant alcaydes et sex, sin autem ad ipsos se tornabit rex, et cadat eis in periurio, et pectet regi C morabitorios, et in semper est post mulieres.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.840, Tít.470

³⁶⁷“(…) Toda mulier que leuare ena fonte de Caceres, de los moiones que pusieren alcaldes et mayordomos adentro, pectet I morabeti la meatda aquel que la tomare, et la meatda a conceio. Et si esto non apartaren alcaldes et mayordomos, sit illis in periurio.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXIV, Tít.249. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.95-96. Vide Julio Gerardo Martínez y Martínez, *El delito ecológico en los Fueros de Coria y Cáceres. (Un estudio Iushistórico Textual-Comparativo)*, Cáceres, Zigurat, 1994-2001, p.87

del grupo parentelar no quedaran comprometidas.”³⁶⁸ Por outro lado, havia ainda o cuidado de zelar pela limpeza das águas, mantendo-as o mais límpidas possíveis, uma vez que eram entendidas como bens comuns a todos os habitantes de Cáceres e de Usagre. Havia também a necessidade de preservar os recursos naturais.

Em Castelo Rodrigo e Castelo Melhor houve o cuidado de regulamentar certas actividades domésticas que as mulheres faziam usualmente nas ruas. Fazer fogo, varrer as ruas sem o uso de salpicos prévios com água e catar as pulgas às pessoas eram alguns dos problemas que as autoridades locais e as populações se deparavam. Estas pequenas transgressões eram somente multadas.³⁶⁹ Também tecer para a confecção de tecidos nas ruas era uma prática doméstica e laboral que mereceu atenção, sendo proibida, sob pena de coima.³⁷⁰

Os delitos financeiros tinham também como protagonistas as mulheres. Muitas delas realizavam empréstimos e créditos, chegando a contrair regularmente dívidas. Nas situações em que os débitos superassem o valor de um morabitino, estabelecido nos costumes e foros, era exigida a presença dos maridos em tribunal.³⁷¹ Nestes casos, as dívidas deixavam de ser um problema individual para constituírem um problema familiar. Talvez houvesse ainda o cuidado de salvaguardar os bens comuns dos casais de negócios e transacções que poderiam trazer certos riscos, como, o endividamento e a perda de património.

Por outro lado, havia ainda os casos de dívidas associadas às viúvas. Estas eram facilmente responsabilizadas pelas dívidas cometidas pelos seus maridos, sendo

³⁶⁸ Iñaki Bazán Díaz, op.cit, p.223.

³⁶⁹“(....) Ninguna moller que fuego fezier en calle ó uariere sin agua peyte I morabitino: e la que se espulgar en calle peyte I morabitino. (...)”, in “CFCM”, PMH-LC, op.cit, p.915, Tít. 158, Lv. IV. Vide, “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 869, Tít. 170, Lv. IV

³⁷⁰ “Qui bora filiar ó metiere en sayal. (...) e moller que fiar en la calle peyte V soldos.”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.915, Tít.158, Lv. IV. Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 170, Tít.170, Lv. IV. Vide, Julio Gerardo Martínez Martínez, op.cit, p.163

³⁷¹“(....) Todas las mulieres que enprestarent uel accrouieren aliquam causam unas ad alteras, respondeant se usque I morabeti. Et per isto non se paren trás suos uiros.”, in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLI, Tít. 144. Cf.“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 915, Tít. 158, Lv IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 869, Tít. 170, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.762,Tít.148; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 54, Tít. 146; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 50, Tít. 142, Lv.II. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp.273-274; José Martínez Gijón, op.cit, p.87

³⁷¹ Cristina Segura Graiño, “Aproximación a la legislación medieval sobre la mujer andaluza. El Fuero de Úbeda.”, in *Las mujeres medievales y su ámbito jurídico. Actas de las II Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer. Universidad Autónoma de Madrid, 1983, p.92. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp.273-274; José Martínez Gijón, op.cit,p.87

coagidas a pagá-las. Daí, os costumes e foros estabelecerem que estas mulheres não deviam responder em juízo, tal como os seus filhos.³⁷²

Direito Sucessório

As mulheres de Riba – Côa eram consideradas herdeiras «forçadas». Tinham portanto direito a herdar os bens dos seus progenitores sem quaisquer impedimentos e limitações, sendo responsáveis por eles, desde que fossem consideradas filhas legítimas. Ou seja, elas herdavam os bens por “iguales partes, salvo que exista mejora.”³⁷³ Os bens herdados eram considerados património exclusivo e particular das mulheres. Após à morte delas, os bens deviam caber aos seus filhos.³⁷⁴

A sucessão patrimonial variava também em função do regime económico matrimonial. No caso dos casamentos de comunhão de adquiridos, os bens e os rendimentos obtidos durante o matrimónio eram divididos entre o cônjuge sobrevivente e os filhos. Já com os pactos de «unidade de bens», a sucessão de bens fazia-se para o cônjuge supertiste, com a condição de permanecer viúvo. Após à morte dos progenitores, os filhos herdavam os bens dos seus pais.

Tal como os homens, as mulheres tinham o direito a reservar para si determinados bens, depois à morte de um dos cônjuges. Eram designados os bens de «melhora». Tratava-se de património privado, próprio da mulher e da sua inteira responsabilidade que não entrava nas partilhas de bens com os seus sucessores. Segundo os preceitos costumeiros de Riba – Côa, as viúvas ficavam com todos os seus vestidos confeccionados durante a vida dos seus falecidos maridos, o leito e o enxoval de cama.

Havia também outros bens pessoais dos cônjuges, como, por exemplo, as ofertas e as doações realizadas aos noivos a propósito do casamento que passavam a pertencer aos filhos, após à morte de uma das partes. Antes de as famílias procederem à entrega das oferendas deviam ter conta que os demais filhos tinham direito a receberem uma

³⁷² “De qui obierit. Homo qui morierit, non responde su mugier, ni suos filios, ni qui sua bona heredade, nisi pro suo debito (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXX, Tít.97. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.36, Tít.99; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.914, Tít. 149, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.754, Tít.87; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.35, Tít.89, Lv. I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 868, Tít.160, Lv. IV. Vide, José Martínez Gijón, op.cit, pp.125-126

³⁷³ Fernando de Arvizu, “El derecho sucesorio del Fuero de Soria. Aproximación por vía de crítica institucional.”, in AHDE, N°76, Madrid, 2006, p.98.

³⁷⁴ Vide, Paulo Merêa, *Evolução dos regimes matrimoniais*, 2ºvol, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913, pp. 8-9

recompensa equivalente para evitar eventuais conflitos familiares pela sucessão de bens, como, nos expressam os costumes e foros de Alfaiates

As mulheres órfãs constituíam uma realidade particular e preocupante. As autoridades municipais mostravam-se sensíveis a estas pessoas, chegando a regulamentar as sucessões patrimoniais, no sentido de salvaguardar os bens dos órfãos. Os progenitores sobreviventes e os restantes familiares eram normalmente responsáveis pela gestão do património das órfãs, até que fossem maiores de quinze anos. Em alguns casos, era necessário recorrer à «almoneda» (leilão) para se proceder a administração dos bens, até que as órfãs atingissem a maioridade. Este procedimento, encarregue normalmente a terceiros, era uma forma de confiança encontrada para garantir a defesa e a protecção dos bens dos menores de problemas e disputas que poderiam ser ocasionados pelos progenitores sobreviventes e os demais parentes pelo controle do património das órfãs. Neste sentido, foram também estabelecidas normativas que contemplavam o património dos recém-nascidos. Os progenitores sobreviventes de Riba – Côa, fossem eles, o pai ou a mãe, só podiam herdar os bens dos seus filhos, se chegassem a morrer antes de um período de nove dias. A sobrevivência dos «nascituros» implicava determinadas responsabilidades ao progenitor sobrevivente. Este só podia ter herdar os bens móveis, ao passo que ficava usufrutuários dos bens imóveis. Ainda, em alguns casos, como devia acontecer em Cáceres e Usagre, o pai ou a mãe sobreviventes estavam encarregados de rentabilizarem as azenhas e os moinhos e de cultivarem as vinhas.

Também as mulheres que queriam abraçar a vida religiosa estavam sujeitas a regras sucessórias. Antes de entrarem em algum convento ou mosteiros eram obrigadas a deixarem em herança a metade do seu património, consoante os preceitos costumeiros de Castelo Rodrigo e Castelo Melhor.

Perfis de mulheres

Solteiras

As mulheres solteiras, também conhecidas por «donzelas em cabelos», careciam de personalidade jurídica, vivendo sob a égide dos seus familiares. No entanto, nas vilas ribacudanas, era frequente as solteiras casarem-se sem contarem com a aprovação dos seus parentes. Por isso, as autoridades municipais estipularam uma normativa sobre este

tipo de comportamento, punindo severamente as solteiras que se uniam a um homem contra a vontade dos seus pais. Ou seja, elas eram deserdadas e os seus maridos eram vistos como inimigos.³⁷⁵ Os casamentos contraídos sem o consentimento dos seus familiares não eram porém considerados ilícitos, embora implicassem penalizações económicas e públicas, como a perda de bens e a inimizade das comunidades.

As órfãs solteiras necessitavam também da autorização dos parentes de ambos os ramos familiares para se casarem. No caso de os parentes maternos ou paternos celebrarem os casamentos sem contarem com os outros elementos da família, pagavam uma coima e ainda eram tidos como inimigos.³⁷⁶

Mulheres Casadas de «Bênção» ou de «Juras»

As mulheres casadas detinham um estatuto especial nas sociedades ribacoanas, adstrito da condição “civil” do casamento: eram detentoras de personalidade jurídica e tinham ainda uma vincada participação nos assuntos patrimoniais, chegando a individualizarem-se e a terem um papel interventor. Eram portanto responsáveis pela gestão dos seus próprios bens, mas também pelos bens conjugais, juntamente com os seus maridos, depois de se casarem.

A celebração do casamento, como em qualquer contrato ou pacto entre duas partes, obedecia a um conjunto de formalidades entre as famílias dos nubentes. O futuro

³⁷⁵ “(...) Mugier que a solas sin sos parientes tomar marido, si fuer manceba sea deseredada, et qui la tomar sit inimicus. Uidua accipiat uirum qualem uoluerit cum suis patentes.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXIV, Tít.65. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.912, Tít.134, Lv. IV; “CFCR”, in PMHL-LC, op.cit, p.866, Tít.144, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 751, Tít.62; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 25, Tít.67; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.28, Tít. 60, Lv. I. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 796, Tít. 44. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p.271, Javier Alvarado Planas, op.cit, p.655; Victoria Rodríguez Ortiz, “La disolución del vínculo conyugal y otras formas de separación entre los cónyuges en la historia del derecho castellano.”, in AHDE, vol. 77, Madrid, 2007, pp.649-650; Antonio C. Floriano, op.cit, p.79; M^a Luz Prieto Álvarez, “El papel de las mujeres en la familia. Los conflictos sociales.”, in *La familia en la Edad Media. XI Semana de Estudios Medievales, Nájera, del 31 de julio al 4 de agosto de 2000*. Coord. José Ignacio de la Iglesia Duarte, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, 2001, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=595389>, 30 de Março de 2012, p.4

³⁷⁶ “(...) Manceba orphana los parientes d’ambas partes la casen. Et si parentes de una parte la casaren, qui eam casauerit sit inimicus, et pectet el coto a los otros parientes, quomodo si la matasse.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXIV, Tít.66. Cf. “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 29, Tít.62, Lv. I; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.912, Tít.134, Lv. IV; “CFCR”, in PMHL-LC, op.cit, p.866, Tít.144, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 752, Tít.63; ; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 25-26, Tít.68; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 796, Tít.46. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p.273; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.170; Antonio C. Floriano, op.cit, p.79

marido devia entregar à noiva determinada quantia (não especificada) em «arras»³⁷⁷, «bodas»³⁷⁸ e «vestidos»³⁷⁹ previamente acordada com os parentes da noiva, segundos os costumes e foros de Cáceres e Usagre. As normativas destas vilas davam portanto a possibilidade de os familiares definirem livremente as quantias de tudo aquilo que o marido entregava à sua esposa por causa do casamento. A entrega das «arras» e das outras doações antes do matrimónio implicava a presença de fiadores de arras, indivíduos responsáveis e encarregados de cumprirem a promessa pela entrega dos referidos bens acordados entre ambos os parentes, servindo, como garantias. As normativas de Cáceres e Usagre proclamavam também o pagamento de cem morabitanos de coima no caso de alguma das partes se arrepender e desistir do acordo.³⁸⁰

Em contrapartida, os regulamentos costumeiros de Castelo Rodrigo e Castelo Melhor foram mais explícitos ao estipular um limite quantitativo em «arras» e «vestidos». Ou seja, deviam ser entregues à noiva doze maravedis, dois «kafizes» de trigo, um toucinho, meia vaca, cinco carneiros e cinquenta «colodras» de vinho. Previasse também a aplicação de uma multa de dez morabitanos a todos aqueles que exigissem ou dessem mais bens para ser celebrado o acordo matrimonial.³⁸¹

³⁷⁷ Eram todos os bens que o marido oferecia à sua esposa a propósito do casamento. Vide, Paulo Merêa, op.cit, pp.42-43; Alberto García Ulecía, “El régimen económico del matrimonio en los derechos locales leoneses”, in HDI, Nº9, Sevilla, 1982, pp.167-169, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=58146>, 28 de Janeiro de 2011; José Martínez Gijón, op.cit, pp.52-53; Manuel Ángel Bermejo Castrillo, “Transferencias patrimoniales entre los cónyuges por razón del matrimonio en el derecho medieval castellano.”, in *La familia en la Edad Media. XI Semana de Estudios Medievales, Nájera, del 31 de julio al 4 de agosto de 2000*, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, 2001, pp.20-21, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=1761>, 10 de Março de 2012.

³⁷⁸ Possivelmente as «bodas» fossem outras doações outorgadas à família da noiva para além das «arras». Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p.169; Paulo Merêa, op.cit, p. 59

³⁷⁹ Os «vestidos» não eram equivalentes às «arras». Consistiam numa doação complementar do marido em atenção ao casamento. Possivelmente esta doação correspondesse ao preço da virgindade da mulher. A entrega dos «vestidos» não se aplicava quando se tratava de casamentos com viúvas. Segundo Alberto García Ulecía não é possível “separar con claridad las arras *strictu sensu* de otras donaciones complementarias, quizá como precio de la virgindad, o tal vez como regalos de bodas, que, por las denominaciones que reciben, unas veces parecen bienes y prendas de uso personal para la desposada, y otras, aportaciones en especie que en algunos casos incluso estarían destinadas a ser consumidas en los festejos de la boda.” In Alberto García Ulecía op.cit, pp.174-176. Vide, Paulo Mêrea, op.cit, pp.50-51; Manuel Ángel Bermejo Castrillo, op.cit, pp.21-22

³⁸⁰“(…). Qui uxorem duxerit, det ei in arras, et in uestidos, et in uodas quanto se auniere con los parientes de la esposa, et prendan fiadores de arras et por repintaias de C morabetis.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXIV, Tít.67. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 26, Tít.69. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp.174-176; Antonio C. Floriano, op.cit, p.80; José Martínez Gijón, op.cit, pp.58-59; Manuel Ángel Bermejo Castrillo, op.cit, pp.24-25

³⁸¹“(…) Qvi moller aduxer dê lle en arras e en uestidos XII morabitanos e II Kafizes de trigo e I cocino e media uaca e V carneyros e L colodras de uino, e qui mays dere ou pedire peyte X morabitanos, e si negare que mas non pedio ou el outro que mays non dio iure si quinto. (....)” in PMH-LC, op.cit, p.866,

Em Alfaiates houve ainda o cuidado de regulamentar a concessão de outras ofertas, a propósito do casamento de uma filha ou de um filho, com o fim de evitar problemas sucessórios no seio das famílias com vários filhos. Talvez estas doações correspondessem ao «axuvar».³⁸² Preconizou-se então que os demais irmãos deviam receber uma espécie de recompensa no mesmo valor das doações matrimoniais, depois do falecimento de um dos progenitores.³⁸³

Após à morte da mulher «velada», partindo da hipótese que esta morria antes que o marido, as «arras», «vestidos» e «peños»³⁸⁴ cabiam aos parentes da esposa. Os costumes e foros de Castelo Melhor e Castelo Rodrigo foram ainda mais longe ao aprofundar as condições sucessórias das «arras» e das outras doações matrimoniais para este tipo de casos. Chegavam ainda a contemplar a probabilidade de o marido falecer primeiro, deixando a sua esposa grávida. Aqui, neste caso, os referidos bens correspondiam aos parentes de ambas as partes.³⁸⁵

Havia ainda outras formas de dissolução do matrimónio, tais como o divórcio, que implicavam uma legislação costumeira específica. No caso de reconciliação do casal «velado» ou de «juras», o marido era obrigado a contrair novas núpcias, entregando à sua esposa as «arras» com outras ofertas, tais como as «bodas», como se

Tít.145, Lv. IV. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 912, Tít.135, Lv. V. Vide, Paulo Mêrea, op.cit, pp.58-59

³⁸² Por «axuvar» entendam-se os bens, especialmente móveis entregues à mulher a propósito do casamento. Eram considerados bens próprios da mulher, devendo ser restituídos na tua totalidade, depois da dissolução do casamento. Ou seja, segundo Paulo Mêrea, eram “aqueles bens, ordinariamente móveis – tais como vestidos, alfaias, mobília, etc. – com que a esposa entrava para o casal, bens emanados, por via de regra, dos pais da noiva.” Vide, Paulo Mêrea, op.cit, p.6. Os costumes e foros de Alfaiates foram, em princípio, porém, mais longe ao contemplarem doações feitas aos filhos pela altura do casamento, tal como acontecia com as filhas, chegando a regulamentar as condições sucessórias, no caso de haver mais filhos. Os restantes irmãos deviam ser portanto recompensados com outras doações de valor semelhantes, após à morte de um dos progenitores. Vide, Agustín Bermúdez Aznar, “Perfil jurídico de la mujer en el Fuero de Alcaraz”, in MMM, vol. XIX-XX, Murcia, 1995-1996, pp.31-32, in *Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia*, <http://revistas.um.es/mimemur/article/view/7821/7581>, 12 de Dezembro de 2008.

³⁸³ “Nullus homo qui filio aut fi... Nullus homo qui filio aut filia casare, et arras aut auer le dederit in casamento, los alteros filios accipiant post mortem de suo patre et de su matre integra uoluerit in alio tanto.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.845, Tít.512.

³⁸⁴ Possivelmente o conceito de «peños» se refira a outras dádivas matrimoniais entregues a propósito da celebração do casamento.

³⁸⁵ “(...) Todo ome qui moller uelada ou arrada ou uestidos ou fiadores ou peños le diere a ella ó a seus parentes, e se pasare deste seglo preste a sus parientes uestidos ou arras ou peños que a ella enpenaron ó a suus parientes a que pertenesce toda sua bina, e si el baron moriere si prenada fore tenga aquell auer parientes danbas partes fasta que pára.”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.023, Tít.140. Cf. “CFRCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 867, Tít.150, Lv.IV. Vide, Paulo Mêrea, op.cit, pp.67-68; Idem, *Estudos de História do Direito. Direito Português*. Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007, pp. 168-169

casasse pela primeira vez. No entanto, a mulher que deixasse o seu marido era deserdada, perdendo todo o seu património.³⁸⁶

Além das «arras» e das ofertas matrimoniais, as mulheres eram também responsáveis pelos bens adquiridos³⁸⁷ durante o casamento. Ou seja, os bens (imóveis ou móveis) adquiridos durante o matrimónio, especialmente com os bens móveis ou com outros bens patrimoniais da esposa ou do marido, passavam a pertencer a ambos os cônjuges.³⁸⁸ Os novos bens eram designados de «velados», no caso de se tratar de matrimónios de «bênção»³⁸⁹.

Vejamos ainda outro exemplo de partilha dos rendimentos obtidos entre os cônjuges resultantes principalmente das actividades económicas. Se um deles cultivasse as propriedades do outro, tinha direito a uma quarta parte das mesmas. Também se fossem plantadas vinhas ou almuinhas e construídas casas, azenhas ou moinhos nas propriedades do outro cônjuge, a outra parte podia escolher entre a metade dos rendimentos obtidos ou a quarta parte dos prédios.³⁹⁰ As ganâncias eram portanto

³⁸⁶“(…) Qui mugier uelada o de iuras en mano de clérigo exiccerit extra domum, et postea uoluerit eam accipere, det illa uoda et arras, assi como de primero, et accipiat eam. Et si illa dimiserit uirum suum sit deserdada (…)”, in “FC”, in Pedro Lumberras Valiente, op.cit, p. XXV, Tít.70. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.26-26, Tít. 72; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 29, Tít. 64, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 752, Tít.65; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 913, Tít. 136, Lv. IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 867, Tít. 146, Lv. IV. *Vide*, Luís Cabral de Moncada, “O casamento em Portugal na Idade Média.”, in BFDUC, Ano VII, Coimbra, 1921-1923, p.10; Antonio C. Floriano, op.cit, p. 84

³⁸⁷ Entenda-se por bens adquiridos, o conjunto de “adquisiciones y ganancias obtenidas durante el matrimonio y que al tiempo de su disolución se dividen por mitad entre los cónyuges o entre los herederos de uno de ellos y el sobreviviente.”, in José Martínez Gijón, op.cit, p.72. *Vide*, Alberto García Ulecía, op.cit, p.178

³⁸⁸“(…) Tod home qui comprare herencia o mueble com su mulier de su auer, entre la mulier en medietate depues que fueren uelados o cambiaren, et similier si mulier comparare aliquant causa de so auer, o cambiare, otrosi entre el marido en la metad.”, in “FC”, in Pedro Lumberras Valiente, op.cit, p. XXVIII, Tít.87. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 33, Tít.89; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 33, Tít.81, Lv. I; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 916, Tít.163, Lv. V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 871, Tít.175, Lv. V; “CFCB”, in PMH-LC op.cit, p. 754, Tít.80. *Vide*, Paulo Merêa, op.cit, pp.77-78; José Martínez Gijón, op.cit, pp.74-75; Alberto García Ulecía, op.cit, p.183

³⁸⁹ Entenda-se por casamentos de «bênção» as uniões matrimoniais celebradas pelo sacerdote na Igreja. *Vide*, Paulo Merêa, op.cit, p.82; Victoria Rodríguez Ortiz, op.cit, p.649; Luís Cabral de Moncada, op.cit, p.14; Paulo Mêrea, op.cit, pp. 165-171; Antonio C. Floriano, op.cit, p.81

³⁹⁰“(…) Mugier que arrompiere en hereditat del marido, o el marido en la hereditat de la mugier, entre en el quarto, et si fiziere molino, azena, o casa, o uinea aut almunia, aut accipia[d] el quarto de hereditate, aut medietatem laboris, quale uoluerit ille, qui petid.”, in “FC”, Pedro Lumberras Valiente, op.cit, p. XXVIII, Tít.86. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.32-33, Tít.88; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.871, Tít. 174, Lv. V; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 916, Tít. 162, Lv. IV; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 798, Tít. 70; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 753, Tít.79; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 33, Tít. 80, Lv. I. *Vide*, Paulo Merêa, op.cit, pp.86-87; José Martínez Gijón, op.cit, pp.80-81; ; Fernando de Arvizu, op.cit, pp.108-109.

repartidas entre os nubentes³⁹¹, uma vez que os seus próprios bens eram usados para o enriquecimento do património do casal.

O regime de comunhão de bens adquiridos complementava portanto o sistema arral nos casamentos de bênção.³⁹² Possivelmente as uniões de «juras»³⁹³ e barregania eram contempladas por este regime de partilha de bens e de outros rendimentos, como se pode intuir a partir dos costumes e foros de Alfaiates³⁹⁴.

As partilhas dos bens faziam-se geralmente após à morte de um dos cônjuges. O nubente sobrevivente ficava com uma parte do património doméstico, ao passo que os restantes bens gananciais deviam caber aos herdeiros.³⁹⁵

Existiam no entanto bens pessoais³⁹⁶, quer da mulher, quer do marido, que eram excluídos da sociedade conjugal de bens adquiridos. Eram considerados património particular de cada um, ficando a outra parte sem poder exercer quaisquer direitos sobre eles. Normalmente eram bens móveis que eram herdados pelos seus filhos, no caso de existirem, depois da morte de um dos progenitores.³⁹⁷ Da divisão do património excluía-se portanto determinados bens que eram considerados próprios da mulher e do marido, após à morte de um deles. Eram designados bens de «melhora». Ou seja, segundo as normativas costumeiras ribacudanas, o viúvo reservava para si, o seu

³⁹¹ Vide, Paulo Mêrea, op.cit, p.88; Alberto García Ulecía, op.cit, p.185

³⁹² Vide, Paulo Merêa, op.cit, p.77. Vide Alberto García Ulecía, op.cit, p.179

³⁹³ A união de «juras» ou a furto consistia numa espécie de casamento “civil”. Era um casamento legítimo e, de certo modo, oculto, que se caracterizava pela “presença, no momento da sua celebração, de testemunhas e de um clérigo, embora essa celebração não tivesse lugar na igreja nem revestisse as formalidades rituais do verdadeiro matrimónio religioso”, segundo Cabral Moncada. Vide, Luís Cabral Moncada, op.cit, p.3. Este tipo de união não contava com a solenidade e a divulgação das uniões de «bênção» perante as famílias dos cônjuges e a comunidade. Bastava a iniciativa e a vontade de um homem e uma mulher se quererem casar, chegando a consumir o vínculo matrimonial. Vide, Victoria Rodríguez Ortiz, op.cit, p.649; Paulo Merêa, “Em torno do «casamento de juras»”, in *Estudios de Derecho Hispánico Medieval*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1952, pp.164-165; Antonio C. Floriano, op.cit, p.82

³⁹⁴ “(...) Nvullus homo qui con mulier steterit, et bona mulier fuerit, et per aventura non sedeant uelados, ille auer qui in uno ganarent ambos, habeat illa sua medietate aut suos parentes, si illa obierit aut ille.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.843, Tít.498. Vide, José Martínez Gijón, op.cit, p.57

³⁹⁵ Vide, Paulo Merêa, op.cit, p.91

³⁹⁶ Eram conhecidos por bens de «mejora» (melhora), isto é, «legados de parata», segundo o direito romano. A posse de determinados bens, considerados pessoais, tinha como finalidade “asegurar a la mujer una continuidad en su posición familiar y en sus funciones domésticas, y sus efectos análogos desde que se generalizó la concepción del definitivo destino de los bienes familiares a los hijos.”, in Alfonso Otero, “Aventajas o mejoría. Bienes excluídos de partición en beneficio del cónyuge sobreviviente”, in AHDE, Nº30, Madrid, 1960, p.502. Nos costumes e foros de Riba – Côa pode-se verificar uma extensão deste direito, que à partida estava anteriormente reservado às mulheres, aos homens. Vide, Idem, Ibidem, p.504. Segundo Alberto García Ulecía, estes bens tinham a designação de “castrenses, cuya utilidad y, consiguientemente, titularidad, viene determinada por la situación de las comunidades de la Edad Media, por sus circunstancias guerreras, en particular en los territorios fronterizos y de vanguardia, e incluso, más concretamente, por la estrategia de los combates.”, in Alberto García Ulecía, op.cit, p.184.

³⁹⁷ In, Alberto García Ulecía, op.cit, p.184

vestuário, as suas roupas de cama, as suas armas e o seu cavalo. Se não possuísse um cavalo, reservava uma besta de sela. Já a viúva podia ficar com todos os seus vestidos confeccionados durante a vida do marido, o leito e o enxoval de cama.³⁹⁸

Os esposos costumavam também realizar um pacto de «unidade de bens» ou «de metade»³⁹⁹ durante o casamento. Tratavam-se essencialmente de acordos mútuos, vinculados ao regime de adquiridos, em que cada um dos cônjuges cedia os seus próprios bens ao outro em vida. Mas, era só depois da morte de um deles, que o cônjuge supérstite podia possuir todos os bens, incluindo as ganâncias (rendimentos adquiridos), na condição de permanecer viúvo (a).⁴⁰⁰ Ou seja, o marido ou a esposa supérstite ficava com a metade dos bens do falecido (a).⁴⁰¹ Nas vilas de Riba – Côa, este trato devia ser celebrado aos Domingos, depois da missa das manhãs, na colação da vila ou aos Sábados, depois das vésperas.⁴⁰² Ficava assim formalizado publicamente o acordo entre os nubentes em que um deles “atribuía ao outro, ou ambos se atribuía reciprocamente, direitos mais ou menos amplos sobre os seus bens próprios para depois da dissolução do casamento.”⁴⁰³

³⁹⁸“(…) Toto homine cui sua mulier obierit saque ante participatione (sic) unam bestiam qualem uoluerit de las quas habet: et mulier saque ante de particione totos suos uestidos quos in uita mariti habuit factos. Et maritus suas armas saque et suo caualllo et suos uestidos quos habuit factos in uita sua mulieris: et si caualllo non habuerit saque unam bestiam, ut supra dictum est.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.797, Tít.57. Cf. “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.XXVI-XXVII, Tít.78; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 31, Tít. 72, Lv. I; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.30, Tít.80; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.753, Tít.72; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 868, Tít.154, Lv.IV; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.913-914, Tít.143, Lv. IV. Vide, Paulo Mêrea, op.cit, pp.92-93; Alfonso Otero, op.cit, pp. 503-506; José Martínez Gijón, op.cit, p.81; Fernando de Arvizu, op.cit, p. 105.

³⁹⁹Estes pactos eram também conhecidos pelo uso do vocábulo «permediar» entre os cônjuges, como acontecia, por exemplo, em Coria ou Castelo Bom. Tratava-se possivelmente de um termo equivalente à expressão, «unitatem fecerint», usada nos costumes e foros de Cáceres e Usagre para fazerem alusão aos pactos de «unidade». Vide, José Martínez Gijón, op.cit, pp.92-93; Paulo Mêrea, op.cit, p.95; Alberto García Ulecía, op.cit, p.191.

⁴⁰⁰In, Paulo Mêrea, op.cit, pp.36-37

⁴⁰¹“(…) Manda que mandare uirum ad mulieren uel mulieren ad uirum, usque ad medietatem de so auer del que finire preste. Et desuper non preste, et si mas mandar del auer que ouiere, segun como mandare, asis corregan las mandas.”, in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXVII, Tít.80. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.30, Tít. 82; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 31., Tít. 74, Lv. I; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.797, Tít.59; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 753, Tít. 74; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.868, Tít. 155, Lv. IV; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 914, Tít. 144, Lv. IV. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp.193-194, Paulo Mêrea, op.cit, pp.36-37; José Martínez Gijón, op.cit, p.74

⁴⁰²“(…) Uiro et mulier que unitatem fecerint, faciant illam in die dominco, exida de la missa matutinala in collatione de uilla, aut sabbado ad uesperas, et preste: Sin autem, non prestat.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXVII. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.30, Tít. 81; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 31, Tít. 73, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.753, Tít. 73; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.914, Tít. 145, Lv. IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 868, Tít. 156, Lv. IV; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 797, Tít. 58. Vide, Paulo Mêrea, op.cit, pp.36-37

⁴⁰³In, Paulo Mêrea, op.cit, pp.37-38

A gestão do património doméstico requeria certos cuidados da parte dos cônjuges, sobretudo, quando se tratava de dívidas. As viúvas mulheres costumavam ser responsabilizadas pelas dívidas dos seus maridos, chegando a ser coagidas para responder em juízo. Deste modo, as autoridades municipais determinaram que estas mulheres e os seus filhos não tinham a necessidade comparecer em tribunal para contestarem as demandas dos débitos dos falecidos.⁴⁰⁴ Além disso, as famílias dos defuntos das vilas de Cáceres e Usagre, não tinham a obrigação de responder perante os credores e os fiadores.⁴⁰⁵ Entendia-se portanto que as dívidas de um dos esposos eram um problema comum do matrimónio, embora não seja possível diferenciar entre as dívidas pessoais do marido e as que diziam respeito ao casamento.

Por outro lado, os maridos eram responsáveis pelas dívidas das suas esposas, quando superavam um morabitino na sequência de empréstimos e créditos realizados entre elas.⁴⁰⁶ A necessidade de chamar o marido à responsabilidade deixava também transparecer uma certa preocupação pela conservação do património conjugal, impedindo que as suas mulheres delapidassem os bens comuns ao casamento.

A vivência quotidiana das mulheres ribacudanas casadas de «bênção» era também marcada por episódios de violência. As violações eram um dos delitos mais comuns. Foi, neste sentido, que as autoridades municipais não deixaram de demonstrar uma preocupação especial para com as mulheres «veladas». As punições eram mais severas para os seus agressores, sendo condenados à pena capital. Nestes casos, as condenações eram mais rígidas do que quando se tratava de vítimas com o estatuto de vizinhas ou moradoras. Os delinquentes limitavam-se a pagar uma coima que variava consoante a

⁴⁰⁴ “*De ome que murier*. Si el marido morier non responda su muger ni sus hijos ni qui su buena heredare, sinon por deuda que deva. (...)”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.35, Tít.89. Cf. “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXX, Tít.97. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.36, Tít. 99; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 35, Tít. 89, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 754, Tít. 87; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 797, Tít.62; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, op.cit, p. 914, Tít.149, Lv. IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.868, Tít. 160, Lv. IV. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p.193; José Martínez Gijón, op.cit, pp.125-126

⁴⁰⁵ “(...) Homo qui morierit, non responda su mugier, ni suos filios, ni qui sua bona heredade, nisi pro suo debito; et non responda por otra fiadura (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXX, Tít.97. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.36, Tít. 99; Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p.193, José Martínez Gijón, op.cit, pp.125-126;

⁴⁰⁶ “(...) Todas las mulieres que enprestarent uel accrouieren aliquam causam unas ad alteras, respondeant se usque I morabeti. Et per isto non se paren tras suos uiros.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLI, Tít.144. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 915, Tít. 158, Lv IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 869, Tít. 170, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.762,Tít.148; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 54, Tít. 146; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 50, Tít. 142, Lv.II. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp.273-274; José Martínez Gijón, op.cit, pp.87-88

categoria municipal das lesadas. Eram igualmente expulsos dos concelhos, como inimigos, quando forçavam as vizinhas. Mas, se as vítimas fossem moradoras, o enquadramento penal consistia somente no pagamento de uma coima.⁴⁰⁷

O adultério era também frequente entre as mulheres com uniões de «bênção» ou de «juras», constituindo mais um problema para as autoridades locais. Ambas deviam ser fiéis aos seus cônjuges. As adúlteras apanhadas em flagrante com os seus cúmplices corriam o risco de serem mortas pelos seus maridos, tal como os seus amantes.

A dissolução do casamento por vontade dos cônjuges era comum nas sociedades ribacudanas. Daí, a preocupação de as autoridades locais regularem o divórcio e outras formas de repúdio conjugal. Os alcaldes, com a ordem dos bispos ou dos seus representantes, eram obrigados a unirem os casais separados, esgotando todos os recursos de reconciliação, sem excluir a coação. Se não os seus objectivos, entravam em perjúrio. Os parentes que amparassem a mulher separada nas suas casas pagavam uma multa (dez morabitanos) por noite, ao cônjuge.⁴⁰⁸ O marido que se reconciliasse com a sua esposa «velada» ou de «juras», depois de a abandonar devia casar-se novamente, ofertando-a com as «arras» e as demais oferendas matrimoniais. Se a mulher se separasse do seu marido, era deserdada.⁴⁰⁹

⁴⁰⁷ “(...) Qui aforciare mulier uelada et probare ei potuerint, enforquenlo. (...) Et qui aforciare outra mulier que fuere uicina, pectet CCC áureos al quereloso, si ei firmare potuerint, et exeat inimicus. (...) Todo ome que aforciar morador, pectet illam XX morabetis si ei firmare potuerint(...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XX-XXI; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.19-20, Tít. 54; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.26, Tít. 51, Lv. I; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 906, Tít. 86, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.860, Tít. 95, Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.795, Tít. 38; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 750, Tít. 52

⁴⁰⁸ “(...) Tod omme que su mulier de benedictiones o de iuras lexare, o ella a el, uaya al obispo o [a] qui touiere sus uezes, et el obispo mande a los alcaldes que lo aprieten que torne el baron a la mugier, o la mugier al marido. Et si non accotaren, o non apretaren fasta que se aiunten en uno, sean periurados. Et el pariente qui la amparar o en casa la touier, pectet X morabetis al marido, quantas noches alla trasnochar, si ei potuerit firmare. Sin autem, saluese sibi V.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXI, Tít.286. Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 822, Tít. 288; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.106-107; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.82, Tít.287, Lv. IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.867, Tít.148, Lv. IV; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.913, Tít. 138, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.777; Tít.286. Vide, Luís Cabral de Moncada, op.cit, p.9; Antonio C. Floriano, op.cit, pp.84-85

⁴⁰⁹ “Quien eiecerit mulier. Qui mugier uelada o de iuras en mano de clerigo exiccerit extra domum, et postea uoluerit eam accipere, det illa uoda et arras, assi como de primero, et accipiat eam. Et si illa dimiserit uirum suum sit deseredada, et qui eam amparauerit, pectet X morabetis al marido quantos dias alla trasnochare, si gelo pudiere firmar. Sin autem, saluetse con IIII et ille quintus.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXV, Tít. 70. Cf. “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.752, Tít.65; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.867, Tít.146, Lv. IV; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.913, Tít.136, Lv. IV; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.29, Tít.64, Lv. I; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.26-27, Tít.72. Vide, Luís Cabral de Moncada, op.cit, p. 10; Antonio C. Floriano, op.cit, p. 84; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.171

Viúvas

As viúvas de Riba – Côa eram mulheres com características próprias. Tinham um papel de destaque nas actividades económicas e na vida municipal. Tinham uma personalidade jurídica peculiar, gozando também de uma certa liberdade e capacidade de escolha e decisão, após à morte dos seus maridos.

As viúvas eram, de certo modo, livres de decidirem as suas vidas. Podiam escolher livremente os seus futuros cônjuges, embora o devessem fazer em conjunto com os seus parentes, segundo os preceitos ribacudanos.⁴¹⁰

Apesar das recomendações definidas pelos concelhos, era normal as viúvas tomarem a iniciativa de se casarem novamente sem esperarem que o período de luto, de um ano, passasse.⁴¹¹ Por outro lado, os «corpora» costumeiros ribacudanos contemplavam a possibilidade de as viúvas contraírem novas núpcias durante o luto, mediante o pagamento de uma quantia em dinheiro. Por exemplo, em Cáceres, estas deviam pagar três morabitanos aos Alcaldes da Irmandade. Por outro lado, as viúvas de Alfaiates com rendimentos inferiores a vinte morabitanos estavam isentas de pagar aos «junteiros» para se casarem.⁴¹²

Também os costumes e foros prevêem a hipótese de as viúvas se casarem grávidas. Apesar disso, eram severamente castigadas, se tomassem tal iniciativa. Sendo deserdadas, perdiam ainda os seus bens móveis e imóveis, que deviam ser entregues à

⁴¹⁰“(....) Uidua accipiat uirum qualem uoluerit cum suis patentibus.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXIV, Tít.65. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.912, Tít. 134; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.25, Tít.67; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 796, Tít.45; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.866, Tít.144, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 751, Tít.62; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.28, Tít.61, Lv. I. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p.320; Antonio C. Floriano, op.cit, p.83; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.173

⁴¹¹“(....) Uida non faga uoda die domingo, / [nin] uaya cauallera al ecclesia, ni tome marido ante d’anno. Et si aliter fecerit, pectet, ut supra, los médios al conceio e los médios alcaldes de conceio, nec exeat cauallera ad cosso ipso die, et non cauallgue nenguna mugier com ella,” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXIV, Tít.69. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.26, Tít.71; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.912, Tít.135, Lv. IV; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.29, Tít.63, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.752, Tít.64; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 796, Tít.48; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 866, Tít.145. Lv. IV. Vide, Antonio C. Floriano, op.cit, p.83; M^a Isabel Pérez de Tudela Velasco, “Anciedad, viudedad... El hombre medieval en su edad postrera.”, in *La familia en la Edad Media. XI Semana de Estudios Medievales*. Nájera, 31 de julio al 4 de agosto de 2000. Coord. José Ignacio de la Iglesia Duarte, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, 2001, p.7, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=595381>, 2 de Março de 2012

⁴¹²“(....) Vidua que non habuerit ualía de XXti morabitanis non dê ad iunteros nada per que se case, et si dixerit – non habeo yualía de XXti morabitanis – iuret com IIIor uicinos et non prestet.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.831, Tít.371.

família do marido falecido e ao concelho.⁴¹³ As normativas contemplavam ainda a hipótese de os bebés morrerem. Diante desta situação, os segundos maridos eram considerados responsáveis pela morte das crianças, ficando obrigados a pagar uma coima aos parentes do marido defunto e, além disso, eram expulsos dos concelhos como inimigos.

Por estas razões, as autoridades locais viram-se obrigadas a impor multas e outras penas às viúvas para que guardassem o luto, em respeito dos seus maridos e das famílias dos defuntos. Mais do que resguardar e definir um comportamento de respeito durante o luto, havia o cuidado de proteger e preservar o património da família das viúvas, sobretudo, os bens que provavelmente lhes tinham sido entregues em «arras» ou adquiridos ao longo dos casamentos. Daí, os costumes e foros estabelecerem a obrigatoriedade da devolução, pelo menos em parte, dos bens à família dos homens falecidos. Um novo casamento poderia significar o usufruto e a perda de parte do património conjugal para um novo marido, colocando em risco os bens de herança que caberiam aos filhos da viúva.⁴¹⁴

Nesta linha, eram também censurados os relacionamentos que as viúvas de Cáceres e Usagre mantinham com outros homens. Todas as viúvas que fizessem «tálamo»⁴¹⁵ eram punidas com o pagamento de seis morabitos de multa. A mesma pena se aplicava às viúvas de Castelo Melhor que fizessem «tornajas»⁴¹⁶.

As viúvas não costumavam levar em conta os rituais da celebração dos casamentos que lhes estavam reservados, chegando a casar-se como se fosse a primeira vez. Casavam-se habitualmente aos Domingos, acompanhadas pelas suas madrinhas e

⁴¹³“(…) Mugier que ante d’anno tomar marido, pectet III morabetis a los alcaldes de germanitate. Et si com mandado dalcaldes casare, como se con ellos auiniere, et si mulier pregnata acceperint uirum, sit deserdata, et tomen la metad de so auer, tan de moble quam de radice, los parientes del morto; et aliam medietatem accipiat concilium per al castiello; et qui acceperit eram pegnatem, si enfans mortuum fuerit, pectet calopna parentibus mortui, et exeat inimicus.”, in “FC”, IN Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXVII, Tít.81. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.914, Tít.146, Lv.IV; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.30-31, Tít.83; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.31-32, Tít.75, Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.868, Tít.157, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.753, Tít.75. Vide, Antonio C. Floriano, op.cit, p.83; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.173

⁴¹⁴ Vide, M^a Isabel Pérez de Tudela Velasco, op.cit, p.10

⁴¹⁵“(…) Uidua que tálamo fziere, pectet VI morabetis, III alcaldes et III al conceio.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXIV, Tít.68. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenajud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 26, Tít.70; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.912, Tít.135, Lv. IV. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.173; Juan Carlos Monterde García, op.cit, p.704.

⁴¹⁶“(…) Qui tornajas fesier peyte VI morabitos al concejo.”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.912, Tít.135.

por outras mulheres, deslocando-se provavelmente a cavalo até à Igreja.⁴¹⁷ Em Castelo Melhor, as cavaleiras participavam também no cortejo nupcial. Foi, neste sentido, que todos os concelhos ribacudanos tiveram o cuidado de regulamentar os casamentos das viúvas, simplificando-os e reduzindo-lhes a pompa e a solenidade.

Para tal, as autoridades locais começaram por estabelecer determinados preceitos, reservando alguns ritos somente para as solteiras. As viúvas, segundo os costumes e foros, estavam proibidas de se casarem aos Domingos, embora pudessem optar por outro dia da semana para contraírem novas núpcias. Também só as madrinhas podiam ir ao lado das noivas, cavalgando durante o percurso até ao local das comemorações matrimoniais. Alfaiates e Usagre foram ainda mais longe em estabelecer que as noivas deviam dirigir-se sozinhas até ao local do casamento.⁴¹⁸ As restantes mulheres das vilas ficavam igualmente excluídas de seguirem as noivas nas comitivas nupciais. As normativas costumeiras pretendiam portanto estabelecer uma nítida separação entre as viúvas e as demais mulheres solteiras. Provavelmente a intenção consistisse em impor um certo recato e discrição às cerimónias das viúvas, uma vez que estas já se tinham casado anteriormente. Todas estas medidas tinham o objectivo de estabelecer um padrão comportamental de boa conduta que estivesse bem presente nas vivências diárias destas mulheres, especialmente durante a fase do luto.

As viúvas de Riba – Côa destacavam-se nas actividades económicas. Muitas delas chegavam a estar à frente de propriedades agrícolas, principalmente, cerealíferas, vinícolas e hortícolas, com uma casa de doze «cabriadas». Também eram detentoras de gado. Temos o exemplo dos costumes e foros que estipulam o número de animais a que as viúvas tinham direito, devendo ficar com uma porca, doze ovelhas, dois bois e um asno⁴¹⁹. Os animais domésticos eram importantes porque lhes permitiam assegurar os trabalhos nas lavouras e as necessidades alimentares.

⁴¹⁷“(…) Uida non faga uoda die domingo, / [nin] uaya cauallera al eclesia, ni tome marido ante d’anno. Et si aliter fecerit, pectet, ut supra, los médios al conceio et los médios alcaldes de conceio, nec exeat cauallera ad cosso ipso die, et non cauallgue nenguna mugier com ella.”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXIV, Tít.69. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.26, Tít. 71; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 29, Tít. 63, Lv I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 752; Tít. 64; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 866, Tít. 145, Lv. IV; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 796, Tít.48; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 912, Tít.135, Lv. IV. Vide Antonio C. Floriano, op.cit, p.83

⁴¹⁸“(…) et non caualgue nenguna mulier con ella.”, in “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.26, Tít.71. Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.796, Tít.48.

⁴¹⁹“(…) Mulier que uiduitatem uoluerit tenere, aciipiat unam casam de XII cabriadas, et una terra de dos caffizes semnadura, ubicumque uoluerit et una aranzada de uina, ubicumque uoluerit, et uize e molino aut in azenia acabo XV dias un dia, et una bestia asnar, et una mora o un moro, et un lecho com guenabe et com alfamar, et hun fierto, et un cabezal, et II sauanas, et una caldera, et II bues, et XII oueias, et una

Algumas viúvas de Cáceres e Usagre chegavam a ter bastantes cabeças de gado, em número mais que suficiente para participarem na transumância. Além disso, chegavam a enviar um cavaleiro em «rafala» com as suas cabanas de gado, caso não tivessem filhos maiores de quinze anos.⁴²⁰ Se o cavaleiro tinha algum problema com o seu cavalo durante a «rafala», as viúvas eram responsáveis pelos danos do equino, devendo indemnizar o seu mandatário. A morte do cavalo implicava a entrega de um animal novo ou o pagamento de um salário mensal e de outras benesses até que o cavaleiro chegasse da expedição.⁴²¹

Também as normativas costumeiras das vilas mencionadas permitiam que as viúvas usufruíssem do estatuto de cavalaria, desde que tivessem gado em parceria com os cavaleiros.⁴²²

Depois de enviuvarem, as mulheres ribacudanas ficavam com o usufruto dos moinhos e das azenhas dos concelhos, uma vez, a cada quinze dias. Tinham ainda o direito a possuírem outros bens, tais como, um(a) escravo(a) mouro(a), uma caldeira, um leito e a roupa de cama.⁴²³

porca (...)” in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXVI, Tít.75. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.913, Tít.141, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.752, Tít.69; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.867, Tít.151, Lv. IV; CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.798, Tít.64; “FU”, Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.28-29, Tít.77; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.30, Tít.68, Lv. I. Vide Julián Clemente Ramos, op.cit, pp.24-25; Idem, “Sociedad y ganadería. Cáceres en el siglo XIII”, in *Alcántara. Revista del Seminario de Estudios Cacerenses*, Nº1, Cáceres, 1984, pp.52-53; Mercedes Borrero Fernández, “El trabajo de la mujer en el mundo rural sevillano durante la Baja Edad Media.”, in *Las mujeres medievales y su ámbito jurídico. Actas de las II Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer. Universidad Autónoma de Madrid, 1990, pp.192-193; Antonio C. Floriano, op.cit, p.86

⁴²⁰“(…) Qvi fiio de XV anos arriba enuielo en rafala. Et bibda otrosi faga. Et si non ouiere la uibda tal fiio, tal cauallero enuie que uean alcaldes et uoceros que bueno es de caualleria tener, et non faga conplimiento. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XCVIII, Tít.421. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp. 157 - 158, Tít.444. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.173; Alberto García Ulecía, op.cit, pp.315-316

⁴²¹“(…) Et por la parte de la uibda, si el caualllo li moriere al cauallero, la bibda del so caualo si eum abuerit o la soldada, por todos los meses que caualleros touieren rafala in ipso u, et esto qual mays quisier la bibda.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XCIX, Tít.424. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.159, Tít.447.

⁴²²“(…)Cauallero que com uibda ouiere ganado ocon orfano, toda caualleria tenga por si et por ella.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XCIX, Tít.423. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 159, Tít.446

⁴²³“(…) e molino aut in azenia acabo de XV dias un dia, et una bestia asnar, et una mora o un moro, et un lecho com guenabe et com alfamar, et hun fierto, et un cabezal, et II sauanas, et una caldera, et II bués, et XII oueias, et una porca, et desto todo lo que ouiere prenda (...)”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXVI, Tít.75. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.913, Tít.141, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.752, Tít.69; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.867, Tít.151, Lv. IV; CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.798, Tít.64; “FU”, Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.28-29, Tít.77; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.30, Tít.68, Lv. I. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.543.

Em troca, as viúvas deviam cumprir um conjunto de obrigações inerentes ao seu *status* e em respeito à memória dos maridos falecidos, resultantes do usufruto dos seus bens móveis e imóveis. Ficavam assim obrigadas a levar candeias, dinheiro e «bodigo» (possivelmente alimentos) aos defuntos, aos domingos e segundas-feiras. Era também comum as viúvas não se preocuparem com as referidas oferendas. Dada esta realidade, os costumes e foros preconizam o pagamento de uma coima a ser entregue aos parentes do morto. O valor da pena variava consoante o número de dias de incumprimento dos deveres das viúvas.⁴²⁴

Após à morte dos maridos, estas podiam ficar com as suas roupas e um leito com a sua respectiva roupa de cama antes das divisões de bens.⁴²⁵ Ou seja, os bens excluídos antes das partilhas eram designados de bens de «melhora». Pretendia-se assim resguardar os bens pessoais da mulher, com a finalidade de dar-lhe uma “continuidade en su posición familiar y en sus funciones domésticas, y sus efectos análogos desde que se generalizó la concepción del definitivo destino de los bienes familiares a los hijos.”⁴²⁶

As viúvas não estavam excluídas das obrigações fiscais. Os concelhos ribacudanos de Cáceres e Usagre estabeleceram o pagamento de «juntería» e dos demais direitos correspondentes aos dependentes agrícolas a todas as viúvas com filhos maiores de quinze anos.⁴²⁷ Os costumes e foros de Coria e Castelo Bom chegaram a estabelecer

⁴²⁴ “(...) Et qui tomare lieue in die dominco et in die lunes bodiuo, et dinero et candela, et cuantos dias no lo leuare tantos morabetis pectet a parientes del morto. Et postquam acceperit et lo delexauerit, aut uirum acceperit, delo duplado.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXVI, Tít.75. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.913, Tít.141, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.752, Tít.69; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.867, Tít.151, Lv. IV; CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.798, Tít.64; “FU”, Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.28-29, Tít.77; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.30, Tít.68, Lv. I. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.173

⁴²⁵ “(...) Otrosi la mulier saque ante de particione todos suos uestidos los quales ouo fechos in uita uiro suo, et un lecho de ropa.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.XXVI-XXVII, Tít.78. Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 797, Tít.57; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 30, Tít.80; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.913-914, Tít.143; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 868, Tít.154, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 753, Tít.72; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.31, Tít.72. Lv.I. Vide, Alfonso Otero, op.cit, pp.503-505.

⁴²⁶ In, Alfonso Otero, op.cit, p.502

⁴²⁷ “(...) Todos los aldeanos que lauraren com bués, den senas ochauas de zeuada a los iunteros, et el mediero media. Et el anno que non sembraren non den nada a los iunteros. Tod aquel que ualia ouiere de X morabetis fasta XX de media octaua de ceuada a los iunteros. Et de XX morabetis arriba ochaua complida. Et de X morabetis aiuso non den nada. Uibda que ouiere fioo de XV anos a asuso, et fiziere so mandado, de en iunteria et de en todas sus derechuras.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXV, Tít.254. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 97, Tít.260; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.931, Tít. 308, Lv.VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 888, Tít.322, Lv VIII. Vide, Alberto García Ulecía, pp.316-317; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.170

Os «junteiros» eram funcionários responsáveis pelas juntas e pelas alcaldias das irmandades. Tinham direito a receber cevada, os tributos das viúvas e as tréguas. Em Castelo Melhor, acresciam-se os direitos destes funcionários, contemplando as questões relacionadas com o gado. Vide, “Los iunteros tengan las

um limite de isenção até trinta maravedis. Ou seja, as viúvas que ultrapassassem o referido valor eram obrigadas a contribuir para os «junteiros».⁴²⁸ Em Castelo Rodrigo e Castelo Melhor, os deveres tributários destas mulheres cresciam, pois estavam também sujeitas a dar em «almoeda» (leilão) e para outras obrigações municipais.⁴²⁹ O pagamento das «ochavas» em géneros, neste caso, em cereais, era também obrigatório para estas mulheres das vilas e aldeias de Cáceres, Usagre, Alfaiates, Castelo Bom e Castelo Melhor com rendimentos iguais ou superiores a dez morabitos.⁴³⁰ Além disso, todas as viúvas de Alfaiates com rendimentos pagavam tributos, independentemente de viverem com algum filho ou genro.⁴³¹

Em relação às obrigações militares, a situação era semelhante. Vejamos o exemplo de Alfaiates. As viúvas estavam isentas da obrigação fiscal e militar da «posta», desde que vivessem com algum filho, genro ou irmão.⁴³²

A participação em «rafala» era obrigatória para as viúvas de Cáceres e Usagre, através do envio de um cavaleiro, no caso de não terem filhos maiores de quinze anos. As aptidões dos cavaleiros escolhidos pelas viúvas deviam ser previamente testadas pelos alcaides e vozeiros antes de partirem em missão. Os cavaleiros só estavam isentos de «rafala» se ficassem doentes ou nos casos de morte das suas esposas ou dos seus cavalos.⁴³³

iuntas et las alcaldias / de las irmandades. Et tomen su ceuada et sus uibdas, et su[s] tréguas, et si mays tomarem, excan por aleuosos del portiello.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXVIII, Tít.264; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.931, Tít.304, Lv.VIII; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.775, Tít.264; “CFCR” in PMH-LC, op.cit, p. 888, Tít.318, Lv.VIII; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p101, Tít.272

⁴²⁸“(…) Biuda que no ovier hijo de quinze anos asuso, ho que no ovier valia de treinta maravedis arriba, non peche; e en outra manera, peche. Los [junteros] no pierdan sus derechos.”, in “FC”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.48, Tít.136, LvII; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 784, Tít.359. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp.316-317

⁴²⁹“(…) Vidua que á fillo uaron de XV anos a ssusso e fazer su mandado dê iunteria e en almoneda e em todas dereyturas do conçelho: e outra muda (sic) non dê nada.”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.931, Tít. 308, Lv.VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.888, Tít.322, Lv VIII.

⁴³⁰“(…) Tod ome que ualia ouiere de X morabetis, tan de villa quan de aldeas, de media ochaua de trigo a los andadores, et de iudua similiter, et el mediero quarta.”, in “FC”, in Pedro lumbreras Valiente, op.cit, p.LXXXIII, Tít.350. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 127, Tít.359; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 838, Tít.439; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 784, Tít.357.

⁴³¹“(…) Nulla uidua qui filio aut gerno tenerit in sua casa de etate, si ualia habuerit pectet, et si dixerit – meo iudguero esta ut collatio – no le prestat.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.838, Tít.438.

⁴³²“(…) Nvlla uidua qui cum gerno aut cum fratem aut cum filio aut cm parente steterit ad benefacere aut ad una postea pectar, adsi se pare tras ille quomodo tras suo uiro, si fuerit in altera parte ido.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.841, Tít.471.

⁴³³“(…) Qvi fiio ouiere de XV anos arriba enuielo en rafala. Et bibda otrosi faga. Et si non ouiere la uibda tal fiio, tal caualero enuie que uean alcaides et uoceros que bueno es de caualleria tener, et que faga complimiento. Otrosi ninguno non solten en rafala estando, fueras por enfermedad o por muerte de su mulier o de su cavallo (...).”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XCVIII, Tít.421. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 157-158, Tít.444. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.170.

As viúvas ribacudanas gozavam de uma capacidade jurídica muito peculiar, tendo geralmente um papel activo no desenvolvimento dos processos judiciais. Eram mulheres aptas para demandar e ser demandadas.

Normalmente as viúvas enfrentavam sozinhas as demandas nos tribunais. Por isso, os alcaides e os seis de Alfaiates tiveram o cuidado de decretar para que um vozeiro as acompanhasse, assim como aos órfãos e aos pobres durante os processos judiciais.⁴³⁴ Pretendia-se portanto apoiar judicialmente as viúvas e as outras pessoas consideradas desfavorecidas e indefesas pela sociedade. Nesta vila era também frequente as viúvas e os seus filhos participarem nas demandas sobre os assuntos relativos às partilhas do património familiar. Não era obrigatório responderem em tribunal, dando-lhes a possibilidade de escolha de se debaterem em juízo.⁴³⁵ As dívidas contraídas pelos maridos defuntos constituíam outro problema para as viúvas ribacudanas, recaindo-lhes normalmente a responsabilidade de as pagar. As dívidas dos maridos podiam ser dívidas pessoais ou comuns ao casal, apesar de não ser fácil fazer a distinção, uma vez que os *corpora* costumeiros não nos dão informações suficientes.⁴³⁶ As normativas de Riba – Côa preconizaram assim a alternativa de elas optarem em comparecer em tribunal, por causa deste tipo de demandas, assim como das querelas relacionadas com bens imóveis.⁴³⁷ Não deviam ser portanto coagidas a responderem em juízo pelas dívidas contraídas pelos maridos.

Além disso, estas costumavam «parar a fiel». Ou seja, tinham o hábito de notificar o demandado a apresentar-se em tribunal ou de servirem de prova, na categoria de testemunhas, sobretudo, quando se tratava de apresentar garantias em juízo, tais como penhores ou bestas. Segundo os costumes e foros, as viúvas estavam interditas de «parar

⁴³⁴“(…) Alcaydes et sex dent uozero, uidue, horfano, et pauperi, et inident (?) cotidie uocerum.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.840, Tít.467.

⁴³⁵ “Ad esto son uenidos conceio de alfayates. Ad esto son auenidos conceio de alfaates los VI et los alcaydes, et ellos bonos omnes del conceio per mandado del rey: que ermano a ermano demande partilla en sua uida, ó sobrinhos, ó tyos, et si en sua uida no la demandare, depues que morto fure el fillo de morto, nin sua mulier, non responda per aquella partiia numqua, si el que demanda ouier eidade de XXti II anos.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.845, Tít.507

⁴³⁶ In, José Martínez Gijón, op.cit, p.125.

⁴³⁷ “(…) Homo que morierit, non responda su mugier, ni suos filios, ni qui sua bona heredade, nisi pro suo debito; et non responda por outra fiadura, et los parientes que touieren los orphanos com sua bona, respondan por el debdo, et non se paren tras anno, neque tras respusa.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXX, tít.97. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.914, Tít.149, Lv.IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 754, Tít.87; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 868, Tít.160, Lv. IV; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.35, Tít.89, Lv. I; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 36, Tít.99. Vide, José Martínez Gijón, op.cit, pp.125-126

a fiel» nos demais assuntos judiciais, salvo se fossem «arraigadas» (proprietárias de bens imóveis ou de raiz).⁴³⁸

No decorrer dos processos jurídicos, era frequente as viúvas apresentarem provas e outras garantias judiciais. Normalmente estas mulheres lidavam, de forma a serem inocentadas das acusações. Era portanto comum que as mulheres, como as viúvas, prestassem provas ordálias, apesar de a lide ser um procedimento probatório característico dos homens. A eles estava-lhes relacionado o combate judicial, porque se tratava de um “ejercicio de armas, un combate, y, por lo tanto, próprio de hombres.”⁴³⁹ Os concelhos, de acordo, com os seus costumes e foros condicionaram a participação das viúvas no duelo judicial, proibindo-as de prestarem este tipo de prova nas demandas de violação e homicídio.⁴⁴⁰

Só as viúvas de Alfaiates é que podiam «meter as bestas», como uma garantia judicial, no decorrer dos processos e proceder à penhora extra-judicial, com a finalidade de citar judicialmente o demandado a comparecer em tribunal.⁴⁴¹ Para isso, deviam começar por arrestar bens considerados simbólicos, como as palhas ou as estacas, segundo os regulamentos costumeiros. Caso o demandado não comparecesse em juízo, dava-se continuidade ao embargo de bens. Mas, das próximas vezes a retenção perdia a conotação simbólica, procedendo-se à penhora de outros bens significativos para o acusado, com a finalidade de o prejudicar. Esta forma de penhora, de cariz privativo, sem mandado judicial funcionava de forma a atrair o demandado a tribunal para serem resolvidas as diferenças entre ambas as partes.

⁴³⁸ “(...) La biuda, por bestia ho por peno de maravedi, pare fiel. E por outra cosa, biuda non vaya a fiel, si non fuer por raigar.”, in “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 77, Tít.26, Lv. III. Cf. “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXVII, Tít.261; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.915, Tít.158, Lv.IV; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 820, Tít.263; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 102, Tít. 278; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 774, Tít.259; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 869, Tít.170, Lv. IV. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp.321-322

⁴³⁹ Alberto García Ulecía, op.cit, p.280; María Concepción Esponera Extremera, op.cit, p.106

⁴⁴⁰ “ (...) Viduas et clericos siue quintos se saluen pro unde debuerint lidiare excepto pro morte lidiare excepto pro morte de homine aut mulier forciada.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XV, Tít.27. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud, op.cit, p.p.10-11, Tít. 28; “FCO”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 20, Tít. 25, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 748, Tít. 28; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 901; Tít. 42, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 854; Tít. 47, Lv. II

⁴⁴¹ “(...) Mulier uidua pignoret paleam et stacum et petat bestiam ut supra notatum est: et non leuet hominem super se, si non fuerit homo de su pan.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.793, Tít.16. A penhora extra-judicial procedia-se do seguinte modo: devia-se começar por arrestar bens considerados simbólicos, como, as palhas ou as estacas, segundo os regulamentos costumeiros. Caso o demandado não comparecesse em juízo, dava-se continuidade ao embargo de bens. Mas, das próximas vezes a retenção perdia a conotação simbólica, procedendo-se à penhora de outros bens significativos para o acusado, com a finalidade de o prejudicar. Esta forma de penhora, de cariz privativo, sem mandado judicial funcionava de forma a atrair o demandado a tribunal para serem resolvidas as diferenças entre ambas as partes.

Cavaleiras

As cavaleiras usufruíam do estatuto de cavalaria de carácter hereditário e vitalício, intrínseco à sua condição familiar. Dai que fosse obrigatório para todos os homens casados a aquisição de um cavalo, se fossem auferidos determinados rendimentos que podiam oscilar entre os cem e os trezentos morabitanos, consoante os preceitos das vilas de Riba – Côa. As roupas das mulheres não eram contudo tidas em conta neste tipo de avaliação para atingir à condição de cavalaria. Se esta determinação não fosse cumprida, os homens ficavam interditos de exercerem cargos municipais e de terem advogados em tribunal.⁴⁴² A posse de um cavalo era vista ora como “uma obrigação ora como um direito”.⁴⁴³ Era só desta forma que os indivíduos com uma certa riqueza económica podiam ter a possibilidade de participar nos assuntos públicos, manifestando os seus pareceres e interesses e tomando decisões nos desígnios dos concelhos. Estes ganhavam também direitos de âmbito jurídico, conferindo-lhes a possibilidade de terem representantes para os acompanhar e responder em juízo, com a finalidade de lhes asseverar uma melhor defesa.

Com estas medidas, as autoridades locais expressaram assim a preocupação e a necessidade de os municípios possuírem um contingente militar a cavalo e com armas apto para garantir a defesa das vilas e participar nas expedições. Era portanto uma “obligación para todos los ciudadanos de acudir a la guerra equiparados lo mejor que pudieran.”⁴⁴⁴ Por outro lado, o poder económico era também um factor determinante na ascensão à categoria de cavalaria e assegurava a participação política, pública e judicial destas pessoas nos concelhos.

O *status* de cavalaria conferia também outros privilégios e direitos associados ao casamento. Os cavaleiros que tivessem as suas esposas ou os seus cavalos doentes ficavam isentos das obrigações militares, tais como apelido e fossado. Chegavam, além disso, a usufruir de benefícios fiscais inerentes às referidas actividades, ficando

⁴⁴² Em Cáceres e Usagre, o valor era de cento e cinquenta morabitanos: “De comprar caualllo. Tod ome que ualia ouiere de CL. Morabetis fueras sus uestidos del et de su mugier, et non ouiere caualllo, non tome portiello nil responda nadi, et responda el a todos, et si dixiere: non e ualia, iure con IIII quinto. Et aquel que se le echare tras caualllo meta la uerdad que lo non faze por otra escatima si non porque sabe que ha ualia de caualllo.”, in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. L, Tít.182. Cf, “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.70-71, Tít 184;

Vide, Carmela Pastor, op.cit, p.172; Julián Clemente Ramos, “Sociedad y ganadería. Cáceres en el siglo XIII”, in *Alcántara. Revista del Seminario de Estudios Cacerenses*, Nº1, Cáceres, 1984, p.54.

⁴⁴³ José Mattoso, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096 – 1325. I – Oposição*, 5ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p.355

⁴⁴⁴ In, Carmela Pastor, op.cit, p.182

dispensados do pagamento de fossadeira e apelido.⁴⁴⁵ Para isso, bastava apresentarem três vizinhos da vila ou da aldeia capazes de confirmarem a veracidade dos alegados motivos de doença. Evitava-se deste modo qualquer tipo de subterfúgios, que seriam recorrentes entre os cavaleiros, para se escaparem aos seus deveres militares. Em caso de viuvez, os cavaleiros tinham direitos semelhantes, se as suas esposas morressem quinze dias antes de partirem em fossado.⁴⁴⁶

As viúvas podiam ser também abrangidas pela honra de cavalaria, especialmente, as de Cáceres e Usagre. Uma das formas de o conseguirem era contrair novas núpcias com cavaleiros. Estes saíam também privilegiados com o casamento, ficando isentos das obrigações militares durante um ano.⁴⁴⁷

As viúvas que se dedicavam à pecuária, chegando a participar na transumância, deviam enviar um cavaleiro em «rafala» para acompanhar e proteger o gado nas deslocações normalmente para sul, em busca de novas pastagens. Os cavaleiros enviados, como seus representantes, tinham direito a um salário ou a um cavalo e a outras benesses, no caso de o animal morrer. Estes só podiam recusar partir em «rafala», se as suas esposas falecessem.⁴⁴⁸

Havia também mulheres viúvas que tinham parcerias ligadas à pecuária, com cavaleiros, chegando a possuir gado em comum. Estes negócios não deixavam de trazer

⁴⁴⁵ “Qui ouier mulier enferma. Tod ome qui su mulier ouier enferma o su caballo, non uaya en fonsado, ni en apellido, si firmar pudiere con III uizinos tam in uilla quam in aldeas. Et non pectet fonsadera ni apelido.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXII, Tít.344. Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.830, Tít. 362; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 784, Tít. 352; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.869, Tít. 163, Lv. IV; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 125-126, Tít.353; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.914, Tít.152, Lv. IV; “FCO”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.81, Tít.281, Lv. IV. *Vide*, Antonio C. Floriano, op.cit, p.146

⁴⁴⁶ “(...) Toto homine qui mulier obierit XV dies ante del fonsado, si filio uel filia non habuerit de etate, non uadat in fossado: et si touier sua mulier lechigada, non uaia in fossado fasta sane ó muera.”, in “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.776, Tít.280. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 915, Tít.[155], Lv.IV; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 822, Tít.[283]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 81, Tít. 281, Lv. IV.

⁴⁴⁷ “(...) Todo cauallero que por uibda / touiere caualleria siquier fiio u otro, sea escusado por totum anno quomodo desuper dictum est.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCIX, Tít.423. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 159, Tít. 447. *Vide*, Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 170

⁴⁴⁸ “(...) Et por la parte de la Uibda, si el cauallo li moriere al cauallero, la bibda del so caualo si eum abuerit o la soldada, por todos los meses que caualleros touieren rafala in ipso u, et qual mays quisier la bibda.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCIX, Tít.424. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 159, Tít. 447. *Vide*, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.170

benefícios para estas mulheres que se viam com todos os privilégios e deveres inerentes a este estrato social.⁴⁴⁹

Mulheres de Funcionários

São escassas as informações sobre estas mulheres nos costumes e foros de Riba – Côa. Gozavam do mesmo estatuto e privilégios inerentes ao casamento com os funcionários municipais. Esta realidade fazia-se notar no usufruto de isenções fiscais e de obrigações militares. Somente as mulheres de Alfaiates casadas de «benção» com os junteiros estavam também isentas do pagamento da «posta» durante um ano.⁴⁵⁰

Barregãs

As barregãs eram mulheres que tinham uma «relação de facto» com um homem. Bastava que ambas as partes manifestassem simplesmente o desejo de viverem juntas sem se casarem. Tratava-se portanto de relações estáveis assumidas pelos interessados como uma espécie de compromisso, aceite e tolerado pelas sociedades concelhias ribacudanas. Estas uniões deviam também obedecer a regras do ponto de vista económico. O regime de comunhão de bens adquiridos não excluía os laços de barregania, como se pode depreender a partir dos costumes e foros de Alfaiates. Ou seja, ambos os cônjuges partilhavam os seus bens e rendimentos adquiridos ao longo do relacionamento. No caso de o cônjuge falecer primeiro, a mulher tinha direito à metade do património. Se a mulher chegasse a morrer antes do seu companheiro, a metade dos bens pertencia aos seus parentes.⁴⁵¹

Ainda na vila de Alfaiates houve o cuidado de regulamentar os relacionamentos com barregãs desde o ponto de vista fiscal. Por isso, os indivíduos que vivessem com as

⁴⁴⁹ “(...) Cauallero que com uibda ouiere ganado o con orphano, toda caualleria tenga por si et por ella.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XCIX, Tít.423. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 159, Tít. 446

⁴⁵⁰ “Toto omine qui primo iunto habuerit mulier. Per ipso dizem primo iunctero qui num quam habuerit mulier in cabo ad bendiccion, et postea de die qui fecerit boda sit excussatus de postea usque ad unum annum.” “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 838, Tít. 448

⁴⁵¹ “Toto homine qui com mulier steterit et bona mulier. Nvllus homo qui com mulier steterit, et bona mulier fuerit, et per auentura non sedeant uelados, ille auer qui in uno ganarent ambos, habeat illa sua medietate aut suos parentes, si illa obierit aut ille.” In “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 843, Tít. 498

suas barregãs, esposas, sobrinhas tias ou irmãs eram considerados «posteiros», desde que auferissem determinados rendimentos.⁴⁵²

Dependentes

Eram mulheres livres, assalariadas que estavam sob a égide de um senhor. Elas estavam ligadas a várias actividades económicas, entre as quais, se encontravam as trabalhadoras associadas à agricultura e aos mesteres, as mancebas, as criadas domésticas, entre outras. Nem todas gozavam da mesma condição.

As dependentes costumavam ser vítimas de violência física e de outros incidentes no decurso dos seus ofícios e enquanto, se mantinham sob a tutela dos seus amos. Por isso, as autoridades locais apresentaram um conjunto de disposições penais e laborais, no sentido de proteger as vítimas e regulamentar as relações entre amos e dependentes. Tratam-se geralmente de normativas contratuais que funcionavam como uma espécie de códigos de trabalho, onde eram explicitados os direitos e deveres de ambas as partes durante a duração dos vínculos.

Um dos delitos que talvez mais preocupasse os concelhos, com a exceção de Alfaiates, onde não se encontra qualquer tipo de rúbrica referente a este tipo de crime nas constantes agressões físicas que as mancebas costumavam sofrer, humilhando-as diante dos seus senhores. Os agressores eram coagidos com o pagamento de uma pena pecuniária que era posteriormente repartida entre os concelhos e os respectivos amos das vilas de Castelo Melhor e Castelo Rodrigo.⁴⁵³ Nas povoações, de Cáceres, Usagre e Coria⁴⁵⁴, as vítimas recebiam a metade da multa, assim como os senhores. Os regulamentos sobre os comportamentos violentos contra as mancebas beneficiavam os senhores. Ao receberem uma parte da coima estavam a ser ressarcidos, recebendo, de certa forma, uma espécie de indemnização pelas eventuais incapacidades ou baixas laborais provocadas pelos ferimentos nas suas dependentes. No plano jurídico, estes eram responsáveis e funcionavam como uma espécie de representantes das suas serviçais perante a justiça. As vítimas (dependentes) eram também recompensadas,

⁴⁵²“De casa populata cum mulier. Toto homine qui casa populata cum mulier, aut barregana, aut con sobrina, aut tia, aut soror, sit postero si habuit la ualia.” in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 838, Tít.441

⁴⁵³“(…) Qvy ferir mançebo ó manceba allena ante su señor ou ome de su pam peyte la colonia doblada, media al conçejo e media a su señor.” in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.910, Tít.115, Lv.III. Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 864, Tít.124, Lv. III.

⁴⁵⁴ Cf. “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.45-46, Tít.122, Lv. II; “CF” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXXVIII, Tít.127; “FU”, in Rafel de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.49,Tít.129; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.759, Tít.121.

excepto, as de Castelo Rodrigo e Castelo Melhor. Só, nestas localidades, as mancebas não recebiam qualquer tipo de protecção, e muito menos, alguma forma de retribuição pelas lesões.

Havia ainda o cuidado de zelar pelas mulheres dos «aportelados» (dependentes), vítimas de violação. Estas tinham direito a receber metade do valor da coima estipulada para estes casos, ao passo que a restante parte devia ser entregue aos amos.⁴⁵⁵ Tal como nos delitos de agressão física, havia a necessidade de recompensar as lesadas e os senhores pelos danos causados nas suas dependentes.

Nas vilas de Castelo Melhor, Castelo Rodrigo e Castelo Bom eram igualmente inquietantes as cobranças coercivas e indevidas feitas às mancebas, sendo punidas também com uma coima.⁴⁵⁶

As relações laborais costumavam implicar a realização de contratos de serviços anuais. Os amos deviam pagar uma soldada e, em muitos casos, dar outros bens em «anafaga» (sustento) em troca da prestação de serviços desempenhados pelos seus dependentes. Normalmente os contratos que costumavam vigorar eram de um ano renovável, sobretudo, quando se tratava da contratação de determinados profissionais, como, por exemplo, dos jogueiros e das suas mulheres. Outra das modalidades contratuais consistia no recrutamento de dependentes temporariamente. Em Alfaiates, os jogueiros costumavam recorrer a mão-de-obra assalariada masculina e feminina, tais como os «colaços» particularmente no mês de Agosto para as lavouras cerealíferas, quando os trabalhos agrícolas seriam mais árduos e exigentes.⁴⁵⁷

⁴⁵⁵“(…) Tod omme qui matare aportellado, o fforciare su mulier, o su fia, o su criazon, tome la meatad de la calopna el quereloso, e la meatad tome so amo.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. XXXIX, Tít.135. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 51, Tít.137; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 864, Tít. 126, Lv. III; “CFo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 47, Tít.128, Tít. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 760, Tít. 126; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 910, Tít.117, Lv. III

⁴⁵⁶“(…) Qvy seu preço leuar por forcia peyte I morabitino e el si tomare preço de mançebo ó de mançeba ou de III vno que deue ser escusados peyte I morabitino.”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.920, Tít.201, Lv.V. Cf. “CFCB” in PMH-LC, op.cit, p.759; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 875, Tít.214, Lv. V

⁴⁵⁷“(…) El iugero semper dê homine qui uigilet los boues in agosto et tota uia et siegue et acaree et su mulier trile: et si ita non fecerit pectet III morabitinos et el senor det ei collatio que lo adiuide in agosto usque sit trilado suo pan.”, “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 803, Tít.109: p.844, Tít.500. Vide, Carlos de Ayala Martínez, op.cit, pp.17-18.

Órfãs

As órfãs requeriam uma atenção especial, devido ao facto de não terem pais ou um dos progenitores. Constituíam geralmente um problema nas sociedades ribacudanas, sobretudo quando se tratava de as casar. Normalmente contraíam matrimónio sem o consentimento familiar ou com a bênção de um dos ramos das famílias. Os costumes e foros contrariaram esta tendência ao estipular a necessária colaboração de todos os parentes maternos e paternos das órfãs na organização dos seus casamentos. Se um dos grupos familiares casasse as órfãs, os seus parentes eram considerados inimigos e ainda estavam sujeitos ao pagamento de uma coima, à semelhança dos casos de homicídio.⁴⁵⁸ Esta normativa reflete a preocupação de garantir o cuidado destas mulheres que ficavam desprotegidas com a morte dos seus pais, responsabilizando os seus parentes. Estes tinham o dever de acolher as órfãs, de zelar pelos seus bens e de lhes garantir um bom casamento.

No que toca às questões sucessórias, as autoridades municipais definiram determinados limites, com o fim de regulamentarem as heranças dos bens dos recém-nascidos órfãos de pai ou de mãe. Segundo os seus costumes e foros, os progenitores sobreviventes não podiam herdar os bens dos seus filhos, excepto se estes sobrevivessem durante nove dias após a morte de um dos progenitores. Neste caso, os pais só podiam herdar os bens móveis e ficavam como usufrutuários dos bens imóveis.⁴⁵⁹ Muitos progenitores sobreviventes não levavam em conta o prazo de sobrevivência das mães após o parto afixado pelas normativas costumeiras, aproveitando-se dos bens que cabiam aos seus filhos. Pretendia-se assim evitar que os pais ou mães gerissem os bens dos seus filhos, tirando o máximo de partido deles. Também subsiste aqui a preocupação de preservar o património dos filhos do primeiro

⁴⁵⁸ (...) Manceba orphana los parientes d'ambas partes la casen. Et si parentes de una parte la casaren, qui eam casauerit sit inimicus, et pectet el coto a los otros parientes, quomodo si la matasse.", in "FC", in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXIV, Tít.66. Cf. "FCo", in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 29, Tít.62, Lv. I; "CFCM", in PMH-LC, op.cit, p.912, Tít.134, Lv. IV; "CFCR", in PMHL-LC, op.cit, p.866, Tít.144, Lv. IV; "CFCB", in PMH-LC, op.cit, p. 752, Tít.63; ; "FU", in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 25-26, Tít.68; "CFA", in PMH-LC, op.cit, p.796, Tít.44. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p.273.

⁴⁵⁹ "De quien fijo huerfano remaneçiere. Todo ome que fijo huerfano le fincar, e bivier nueve dias, e despues morier, el padre o la madre que fincar herede todos sus bienes del hijo o de la hija, tambien mueble como raiz, [e] pueda fazer dello como de suyo. (...) Al huerfano que non ovier quinze annos e al cativo, no se pare tras anno.", in "FCo", in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.33, Tít.82, Lv. I. Cf. "CFCB", in PMH-LC, op.cit, p.754, Tít.81; "FC", in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XXVIII-XXIX, Tít.88; "FU", in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.33, Tít.90. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.49; Fernando de Arvizu, op.cit, pp.100-101.

casamento, caso o progenitor sobrevivente contraísse novas núpcias. As vilas de Cáceres e Usagre foram ainda mais longe ao estipular que os usufrutuários (pais ou mães vivos) deviam cuidar das vinhas anualmente e usar as azenhas e os moinhos, tirando-lhes a máxima rentabilidade.⁴⁶⁰

Também os pais (mãe ou pai) vivos juntamente com os parentes do cônjuge falecido deviam colocar os bens das órfãs menores de quinze anos em «almoneda» (leilão) para serem geridos e protegidos. Quando as órfãs atingissem a maioridade, eram responsáveis pela gestão dos seus bens.⁴⁶¹ A «almoneda», mais que um espaço de negócio e de comércio, funcionava também como um sistema tutelar e arbitral com capacidade para gerir os bens alheios, neste caso, das órfãs até serem maiores de idade, tendo em vista, a salvaguarda do património destas pessoas. Este tipo de tutela consistia basicamente num controlo da “*hacienda familiar, que pretende preservar la misma ante las vicisitudes vitales, y que se plantea como una transición hacia la mayoría legal que facultará al infante a recoger por sí mismo el legado familiar.*”⁴⁶²

Religiosas

As religiosas eram outras mulheres que faziam parte dos municípios de Riba - Côa. Antes de abraçarem uma ordem religiosa deviam fazer as partilhas dos seus bens. Ficavam obrigadas a entregar a metade do seu património aos seus parentes, como se tratasse de uma herança, segundo as normativas de Castelo Melhor e Castelo

⁴⁶⁰ “(...) Et de mobile faciat quod uoluerit, e la raiz exfructet eam in uita, et depues de su muerte torne herencia a erencia. Et si tomare uina, cauela, et escauela, podela et binela cad’anno. Et si tomare acena, o molino, o otra heredad, tengalo con tali labore comol pertenez et defructet illam; et si ita non fecerit, dimittat illam quibus pertinet, et herenciade parentesco ono se pare tras anno.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXIX, Tít.88. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 33, Tít.90. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.49

⁴⁶¹ “De meter auer de orphanos en almoneda. Filios aut filias que orphanos remanserit que non habent XV annos, parientes propinquos metan su bona almoneda con e padre o con la madre, et qui mas bien les fiziere, ipse accipiat illos. Et tanto per tanto pater aut mater los tenga si uoluerit, et el moble ste in moble et la hereditat en heredar. Et si a cabo de anno non uinier meter (5) en almoneda el auer et darles ganancia, cada tercer dia meter bestia fata que lo aduga, et non exeat inde por ferias neque per solturas.”, in “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.34, Tít.93. Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 799, Tít.74; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 34, Tít.83, Lv. I; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 914, Tít.148, Lv. IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 868, Ti.159, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 754, Tít.82; “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXIX, Tít.91. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.50

⁴⁶² Emilio Olmos Herguedas, “La imagen de la familia en los textos normativos medievales castellanos.”, in *La familia en la Edad Media. XI Semana de Estudios Medievales. Nájera, del 31 de julio al 4 de agosto de 2000*. Coord. José Ignacio de la Iglesia Duarte, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, 2001, p.10, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=595387>, 13 de Março de 2012

Rodrigo.⁴⁶³ Só estes concelhos tiveram o cuidado de contemplar este tipo de questões sucessórias, com o intuito de evitar que os familiares ficassem desamparados e prejudicados a favor das ordens religiosas. Tudo indica que era bastante comum as mulheres darem todos os seus bens para os mosteiros ou conventos sem se preocuparem com as pessoas das suas famílias.

Alcoviteiras

As mulheres, que aliciavam os outros (homens e mulheres casados) a terem relações sexuais ou eróticas com outrem, eram mal vistas pelas sociedades ribacudanas. Apesar disso, essas actividades não deixavam de ser rentáveis. Talvez as alcoviteiras fossem procuradas regularmente, em especial, por pessoas casadas. Daí, as autoridades locais se virem obrigadas a condenar as práticas de «lenocídio», com a finalidade de protegerem, por um lado as vítimas de prostituição e, por outro, a moral e os bons costumes das famílias. Por isso, todos aqueles que alcovitassem eram desprovidos dos seus bens e condenados à morte.⁴⁶⁴ No caso de as mulheres, eram queimadas, ao passo que os homens eram enforcados.

Prostitutas

Sobre as prostitutas, as referências são escassas. Elas deviam insinuar-se aos parceiros e aos pastores em transumância, prestando-lhes os seus serviços. Por isso, todos os parceiros eram punidos, se fossem surpreendidos com alguma prostituta nas cabanas, segundo as disposições costumeiras de Cáceres e Usagre⁴⁶⁵. Os ovelheiros

⁴⁶³ “(...) Ome ó moller que se metiere dê la meatat de su auer a sus parientes, asi como si fuese morto.” in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 919, Tít. 194. Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 874, Tít. 207, Lv. V.

⁴⁶⁴ “(...) Tod alcauete o alcaueta que sosacare fixa agena porá outro, o outra mugier que marido ouier, enforquen el alcauete et kemen el alcaueta si los pudieran auer. Et preste el auer a ssos parientes.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXVII, Tít.376. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.134, Tít.385; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 787, Tít.385; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.100, Tít.374, Lv. IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.862, Tít. 113, Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.841, Tít.478; “CFCM” in PMH-LC, op.cit, p. 908, Tít.105, Lv.III. Vide, Alberto García, Ulecía, op.cit, pp.266-267; Juan Carlos Monterde García, op.cit, p.703

⁴⁶⁵ “(...) Tod ome que aparcerio fuere en ganado et puta fallare en qual cabana que quier, el oueierizo pectet V carneros, los medios a los iurados et medio aquel que la fallare, so potuerint ei firmare con II pastores o con II uizinos. In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.CI, Tít. 438. Cf. “Fu”, in Rafael de Ureña y Smenajud e Adolfo Bonilla y Fernández, op.cit, p.163, Tít.461. Vide, Juan Carlos Monterde García, op.cit, p.703, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. 192

ficavam assim obrigados a entregar cinco carneiros de coima que eram posteriormente divididos em partes iguais entre os jurados e o queixoso.

Minorias: Muçulmanas

As muçulmanas constituíam uma realidade à parte nas sociedades de Riba – Côa. As cativas eram desprovidas de personalidade jurídica: tinham inerente um valor financeiro, sendo consideradas como bens dispostos a serem transaccionados em qualquer mercado ou em «almoneda»⁴⁶⁶ (leilão), cuja “apreciación depende tanto de sus propias facultades como productor de un trabajo, cuanto de la valoración de quien lo solicita.”⁴⁶⁷ Normalmente eram também adquiridas de forma violenta nas expedições militares, tais como «azarias», «fossados» e «apelidos», realizadas geralmente nas terras islâmicas.⁴⁶⁸

A fuga de uma cativa pressupunha uma perda e um problema para os proprietários, chegando ao ponto de os costumes e foros legislarem sobre este tipo de assuntos. Eram estipuladas recompensas monetárias para todos os habitantes dos concelhos que encontrassem mouras provenientes de outras partes. Os concelhos de Cáceres e Usagre foram mais longe ao estabelecer recompensas consoante os locais

⁴⁶⁶“(…) Ome de Caceres o de so termino que catiuare, e outro uizino de Caceres por el ioguere denle leno et medio de quanto costare en almoneda, et denlo a sos parientes. E si no lo quisiere dar, meta II bestias uiuas en casa del quereloso. Et si los alcaldes las soltaren, cayales en periurio, et no les preste. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XXXVIII-XXXIX, Tít.132. Cf. “FU”, in Rafael Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp. 49-50, Tít. 132; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít. 123; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.46, Tít.125, Lv. II; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 932, Tít. 314, Lv. VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.88, Tít. 328, Lv. VIII.

⁴⁶⁷ In, Francisco A. Roca Traver, op.cit, p.192

⁴⁶⁸“(…) Qui aduxier moro o mora de fonsado o dazaria, et catiuo christiano iacuerir pro illo, ante que taie, denle XXX morabetis por el; et depues que taiare de tanto quanto taiare fasta C morabetis; et si de ciento morabetis arriba taio, non dent illi mas de C. Et tali sit taiamiento ante alcaldes de Rey et alphaquec et per conceio. Et al qui lo conpro denle tanto et medio ante que taie. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XXXVIII-XXXIX. Cf. “FU”, in Rafael Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.49-50, Tít.132; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.759, Tít.123; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 889, Tít. 328, Lv. VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.932, Tít.314, Lv. VIII; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.46, Tít. 125, Lv. II

“(…) Moro que por catiuo iacuerit. Den a so sennor leno et medio, ut supra dictum est. Cauallero o peon que catiuare d’azeria o de fonsado, denle el mejor moro o mora, o la mejor bestia mular o cauallar qual se esogieren sus parientes, o sus companeros de pan. Et de los de Caceres o de su termino que se acertaren en aquel fonsado o en aquella azeria, de la su parte lo den esto. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLVII, Tít.176. Cf. . “FU”, in Rafael Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.66-67, Tít.178; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 765, Tít.178; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, pp.893-894, Tít. 364, Lv. VII e 365, Lv. VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.936 – 937, Tít. 350, Lv. VIII e 351, Lv. VIII; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.57-58, Tít. 173, Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 811, Tít. 181

onde fossem achadas as cativas.⁴⁶⁹ Ou seja, o valor das gratificações variava em função da distância entre a vila e o local onde a fugitiva fosse apanhada. No entanto, era frequente as pessoas ficarem com as escravas de alheias quando as encontravam na vila. Neste sentido, as autoridades locais estipularam que só se podia ficar com as cativas sem dono, com o fim de evitar conflitos de apropriações indevidas.⁴⁷⁰

Os comportamentos violentos e humilhantes infligidos contra as cativas afectavam também os seus proprietários, sobretudo quando lhes era causada a morte. Deste modo, eram ressarcidos quando recebiam o valor das penas pecuniárias a aplicar aos agressores em função do tipo de agressão.⁴⁷¹ Para os delitos de homicídio previa-se a aplicação de multas na ordem dos quinze morabitanos quando se tratava de mouras destinadas para os trabalhos agrícolas e domésticos. Se as vítimas fossem mouras de «mercê», o valor da coima ficava ao critério dos alcaides e dos seis.⁴⁷² Os danos causados nas escravas muçulmanas na sequência das agressões pressupunham portanto um conjunto de prejuízos e de limitações laborais para os seus donos. A morte das cativas acarretava igualmente uma perda de um bem para os proprietários de escravos. As medidas expressas nos costumes e foros ribacudanos demonstravam uma certa protecção e cuidado pela mão-de-obra escrava, mas também a salvaguarda dos bens e dos interesses laborais dos donos.

⁴⁶⁹ “(...) Tod ome qui fallare moro o mora d’otras partes en / Caceres o em so termino, si senor nol exiere, ayaslo. Te si el senor lo exiere, et el moro fuere fallado desde la sierra de Sancto Pedro aca, denle I morabeti en fallalgo. Et de la sierra allende II morabetis (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXV, Tít.253. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.96-97, Tít.259.

⁴⁷⁰ “(...)Todo ome que fallar moro o mora de otras partidas o en la villa o en el termino, si lle duenno non salir, ayanlo. E si sennor le salir, e el moro fallado fuer desde la sierra aca, de dos maravedis en fallalgo. (...)” in “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.75, Tít. 251Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 804, Tít. 119; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 938, Tít. 364, Lv. VIII; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 773, Tít. 249

⁴⁷¹ “(...) Tod ome qui firiere moro ageno o mora, o messare, pectet II morabetis domino suo. Et si liuores fezier, pectet III morabetis domino suo, et si non, iure siue V de uezinos, si firmare non ge lo pudieren.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, p.XXXVII. Cf. “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.910, Tít.118; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 49, Tít.128; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.910, Tít.118, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 864, Tít.127, Lv. III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.45, Tít.120, Lv. II; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.804, Tít.119. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp. 199-201; Francisco Javier Díaz González, op.cit, p.291

“(...) Qvi percusserit moro o mora alienam, iuret solus quod non percussit ei per desonra de so senor; si ei potuerint firmare. Si autem, saluese si V.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít.130. Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.804, Tít.119; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 48, Tít.132; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít.119.

⁴⁷² “(...)Tod ome qui matar moro o mora de lauor, pectet XV morauetis domino suo. Te so fuer de mierce, alcaides et VI lo apreciendolo quanto pectet a so senor, si ei potuerint firmare. Si autem, saluese, si V.”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít.131. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.50, Tít.133; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít.120; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 45, Tít.121, Lv.II. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp. 202-203; Francisco Javier Díaz González, op.cit, p.291

As moursas escravas reagiam também com violência, chegando a atacar os cristãos. Aqui os donos eram obrigados a assumirem as culpas, pagando as coimas, consoante o estatuto municipal das vítimas (vizinhas ou moradoras).⁴⁷³ Eles eram portanto os responsáveis jurídicos pelas atitudes dos seus escravos.

As mulheres cativas desempenhavam trabalhos diferentes. Ora trabalhavam dentro de casa, prestando todo o tipo de serviços domésticos, ora na agricultura.⁴⁷⁴ Também eram moursas de «mercê»⁴⁷⁵ em Coria, Cáceres e Usagre.⁴⁷⁶

As mulheres e o trabalho

As mulheres tinham um papel de destaque no desenvolvimento da economia das vilas ribacoanas. Estas exerciam diversas actividades económicas, em especial, nos sectores da «indústria» e do comércio.

Também não pode ser esquecida a participação das mulheres nas áreas da agropecuária, sobretudo, quando se tratava de viúvas. Estas estavam à frente de vinhas e de outras explorações agrícolas (cerealíferas), após a morte dos seus maridos. A par desta responsabilidade, as viúvas de Cáceres e Usagre tinham a seu cargo a gestão das cabeças de gado⁴⁷⁷, chegando a ter, muitas das vezes, animais suficientes para irem em

⁴⁷³ “Moro que firier a xristiano. Todo moro que firier xristiano o xristiana, so sennor pectet la calonna al uezino, et a morador como a morador.”, in “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.49, Tít.130. Cf. “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít. 128; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 46, Tít.123, Lv. II; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.910-911, Tít. 119, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.864, Tít.128, Lv. III; CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít.122:“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 804, Tít. 119. Vide Alberto García Ulecía, op.cit, p.202

⁴⁷⁴ Cf. “FU” in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 50, Tít.133; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 45, Tít.121, Lv. II; “CFCB” in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít. 120; “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít. 131

⁴⁷⁵ Entenda-se por moursa de «mercê», aquela cativa que trabalha à jorna. Isto é, que “cobra por faenas o a destajo”, in Alberto García Ulecía, op.cit, p.203

⁴⁷⁶ Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.50. Tít.133; “FCo” in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 45, Tít.121, Lv. II; “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít.131

⁴⁷⁷ “(...) Mulier que uiduitatem uoluerit tenere, aciipiat unam casam de XII cabriadas, et una terra de dos caffizes semnadura, ubicumque uoluerit et una aranzada de uina, ubicumque uoluerit, et uize e molino aut in azenia acabo XV dias un dia, et una bestia asnar, et una mora o un moro, et un lecho com guenabe et com alfamar, et hun fierto, et un cabezal, et II sauanas, et una caldera, et II bues, et XII oueias, et una porca (...)” in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXVI, Tít.75. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.913, Tít.141, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.752, Tít.69; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.867, Tít.151, Lv. IV; CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.798, Tít.64; “FU”, Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.28-29, Tít.77; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.30, Tít.68, Lv. I. Vide Julián Clemente Ramos, op.cit, pp.172-173; Julián Clemente Ramos, op.cit, pp.52-53; Mercedes Borrero Fernández, “El trabajo de la mujer en el mundo rural sevillano durante la Baja Edad Media.”, in *Las mujeres medievales y su ámbito jurídico. Actas de las II Jornadas*

transumância. Participavam ainda em «rafala»⁴⁷⁸ com as suas cabanas, através do envio de um cavaleiro em sua representação, no caso de não terem filhos maiores de quinze anos.⁴⁷⁹ Se o cavaleiro tivesse algum incidente com o seu cavalo durante a «rafala», como a morte do animal, a viúva devia dar-lhe outro equino ou então, pagar-lhe um salário mensalmente até que regressasse da expedição. Além disso, podiam ser concedidas outras benesses ao seu enviado⁴⁸⁰.

As viúvas tinham ainda o direito de usufruírem dos moinhos e das azenhas municipais, uma vez a cada quinze dias, para poderem transformar os seus cereais em farinha.⁴⁸¹

Nas vilas de Riba – Côa havia ainda outras mulheres que se dedicavam à agricultura, como por exemplo as mulheres dos dependentes dos jugueiros de Alfaiates. Estas trabalhavam em conjunto com os seus maridos nas lavouras, especialmente nas propriedades cerealíferas. Normalmente os contratos de serviços eram anuais. Os casais deviam partilhar as tarefas enquanto trabalhadores assalariados ligados a um senhor. Os homens estavam portanto incumbidos de tomar conta dos bois, arar e segar, ao passo que as suas esposas deviam trilhar os cereais. Os jugueiros e as suas famílias tinham ainda o costume de contratar outros dependentes, sendo talvez os «colaços» os trabalhadores mais procurados para os ajudar nas culturas dos cereais, nomeadamente no mês de Agosto.⁴⁸²

de Investigación Interdisciplinaria, Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer. Universidad Autónoma de Madrid, 1983, pp.192-193; Julián Clemente Ramos, op.cit, pp.24-25;

⁴⁷⁸ «Rafala» consiste numa “expedición militar que tiene por objeto apoderarse del ganado del enemigo y, a veces, defender el propio.” In Alberto García Ulecía, op.cit, p.315

⁴⁷⁹ “(...) Qvi fiio ouiere de XV annos arriba enuielo en rafala. Et bibda otrosi faga. Et si non ouiere la uibda tal fiio, tal cauallero enuie que uean alcaldes et uoceros que bueno es de caualleria tener, et que faga complimiento.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XCVIII, Tít.421.Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.157-158, Tít.444. *Vide* Julián Clemente Ramos, op.cit, pp. 172-173; Alberto García Ulecía, op.cit, pp.315-316

⁴⁸⁰“(…) Tod cauallero que por uibda / touiere caualleria siquier fiio o outro, sea escusado por totum anno quomodo desuper dictum est. Et por la parte de la uibda, si el cauallo li moriere al cauallero, la bibda del so caualo si eum abuerit o la soldada, por todos los meses que caualleros touieren rafala in ipso u, et esto qual mays quisier la bibda.”, in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCIX, Tít.424. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.159, Tít. 447. *Vide*, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.172

⁴⁸¹“(…) Mulier que uiduitatem uoluerit tenere, (...) e molino aut in azenia acabo XV dias un dia, et una bestia asnar, et una mora o un moro, et un lecho com guenabe et com alfamar, et hun fierto, et un cabezal, et II sauanas, et una caldera, et II bues, et XII oueias, et una porca (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXVI, Tít.75, Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.913, Tít.141, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.752, Tít.69; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.867, Tít.151, Lv. IV; CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.798, Tít.64; “FU”, Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.28-29, Tít.77; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.30, Tít.68, Lv.I. *Vide*, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.543

⁴⁸²“(…) El iugero semper dê homine qui uigilet los boues in agosto et tota uia et siegue et acaree et su mulier trile: et si ita non fecerit pectet III morabitos et el senor det ei collatio que lo adiude in agosto

O recurso a mão-de-obra escrava era recorrente na realização de diversos trabalhos, sobretudo agrícolas e domésticos. As muçulmanas cativas que se dedicavam exclusivamente à agricultura eram designadas de mouras de lavoura pelos costumes e foros de Cáceres, Usagre e Coria.⁴⁸³ As normativas costumeiras não explicitavam contudo as suas obrigações nos campos, limitando-se apenas a legislar os delitos de homicídio contras estas escravas.⁴⁸⁴

Lavar, nas fontes de Cáceres e de Usagre era uma actividade punida pelos seus *corpora* costumeiros. As mulheres que o fizessem, eram obrigadas a dar as mealhas definidas pelos alcaides e pelos mordomos mais o pagamento de um morabitino de coima.⁴⁸⁵ Com esta medida, os concelhos pretendiam manter a limpeza e evitar a eventual contaminação das águas públicas, minimizando assim o uso das mesmas pelas mulheres na realização dos seus ofícios.

Outras tarefas domésticas foram também legisladas pelos concelhos de Castelo Rodrigo e Castelo Melhor, tais como fazer fogo e varrer as ruas sem serem salpicadas previamente com água. O castigo a aplicar consistia no pagamento de um morabitino de coima. As mulheres que catassem as pulgas na rua eram também coagidas com a mesma pena⁴⁸⁶. Os concelhos mostravam a preocupação de garantirem uma boa limpeza dos espaços públicos, como as ruas e as portas das casas para que todos as pudessem usufruir nas melhores condições, sobretudo de salubridade. Estas medidas de higiene urbana tinham como objectivo evitar o contágio de doenças e minimizar a falta de cuidado das pessoas, neste caso das mulheres, ao levantar poeira nas suas lides domésticas, pondo em risco a saúde e o bem-estar das populações. Também o risco da proliferação dos incêndios por causa das fogueiras realizadas nas

usque sit trillado suo pan.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.803, Tít.109; p.844, Tít. 500. Vide, Carlos de Ayala Martínez, op.cit, pp.17-18.

⁴⁸³ Nas Vilas de Alfaiates, Castelo Rodrigo e Castelo Melhor era bem possível que fossem usadas escravas mouras nos trabalhos agrícolas, tal como as demais povoações de Riba - Côa, apesar de nos costumes e foros não serem feitas alusões a este tipo de mão-de-obra.

⁴⁸⁴“(....) Tod ome qui matar moro o mora de lauor, pectet V morauetis domino suo. (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXXVIII, Tít.13. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 50, Tít.133; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.45, Tít.121, Lv.II, “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít.120. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.172

⁴⁸⁵ “Qui lauare ena fonte. Toda mulier que leuare ena fonte de Caceres, de los moiones que pusieren alcaides et mayordomos adentro, pectet I morabeti la meatda aquel que la tomare, et la meatad a conceio. Et si esto non apartaren alcaides et mayordomos, sit illis in periurio.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXIV, Tít.249. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.95-96. Vide Julio Gerardo Martínez y Martínez, op.cit, p.87

⁴⁸⁶“(....) Ninguna moller que fuego fezier en calle ó uariere sin agua peyte I morabitino: e la que se espulgar en calle peyte I morabitino. (...)”, in “CFCM”, PMH-LC, op.cit, p.915, Tít. 158, Lv. IV. Vide, “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 869, Tít. 170, Lv. IV

ruas era um dos problemas, de certa forma, frequente. Daí, a expressa proibição de fazer fogo, no sentido de preservar os bens públicos e as pessoas de quaisquer danos. A manutenção da segurança de todos os habitantes seria uma das prioridades das autoridades locais.

Muitas funções domésticas eram também levadas a cabo por muçulmanas cativas. Eram chamadas *mouras de «serviços»*, segundo os costumes e foros de Coria e Castelo Bom,⁴⁸⁷ se bem que só sejam feitas referências às indemnizações que os seus proprietários deveriam receber se fossem mortas.

As dependentes eram outro tipo de mulheres que deviam dedicar-se a múltiplas tarefas, embora não sejam apresentadas pelas normativas costumeiras. Sabe-se apenas que as mancebas estavam protegidas quanto aos delitos de violência.

As mulheres ribacoanas desempenhavam também várias profissões, principalmente, nas áreas da «indústria» e do comércio. Os seus trabalhos incidiam na produção, transformação e no abastecimento, sobretudo, de bens alimentares e têxteis. Eram elas, as *padeiras*, as *queijeiras* e as *taberneiras*. Não só se dedicavam ao fabrico de alimentos, mas também estavam encarregadas de os vender nos espaços reservados ao comércio das vilas, como, os mercados e os açougues.

Estes ofícios eram fortemente regulamentados nos costumes e foros de Riba – Côa, com normativas muito particulares a cada grupo profissional, contemplando todas as etapas da elaboração do produto até à sua colocação no mercado. Os concelhos controlavam toda a actividade produtiva, o abastecimento, o comércio e os preços.⁴⁸⁸ Além disso, incentivavam os consumidores a denunciar as falhas e as tentativas de burla no fabrico e na venda dos produtos. O objectivo era portanto evitar qualquer tipo de fraudes da parte das mesteirais e das profissionais ligadas ao comércio.

Vejamos o exemplo das *padeiras*. As vendas de pão cru ou em más condições eram penalizadas pelas autoridades municipais com o pagamento de penas pecuniárias. As normativas costumeiras incitavam o comprador a devolver os pães previamente cortados para ser verificada a qualidade, ficando as *padeiras* obrigadas a recebê-los.⁴⁸⁹

⁴⁸⁷“(…) Qui matar moro de lauor o mora de serviço, peche quinze maravedis a su sennor. E si matar moro de merçede, los alcaldes e los VI apreçoen quanto peche a su sennor.”, in “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.45, Tít,120, LvII. Cf. “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.759, Tít.120. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, p.203.

⁴⁸⁸ In, José Damián González Arce, op.cit, p.88

⁴⁸⁹“(…) Toda panadera que pan crudo uendiere, quebrantando, o qual gelo tornares el que lo conpro, tal lo tome. Et si lo non quisiere tomar, fagal testigos et pectet I morabeti, / medios al quereloso et medios a los alcaldes. Otrosi la panadera que el pan de trigo non quisier uender sinas somas, ni las somas sin el trigo, pectet I morabeti a los alcaldes.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XLIII, Tít.155.

Só em Cáceres, estas eram ainda obrigadas a vender os pães de trigo, sob pena de serem multadas.⁴⁹⁰ As vilas de Riba – Côa chegaram ainda a estabelecer os preços que as padeiras, assim como os taberneiros e os carnicheiros deviam vender os seus produtos.⁴⁹¹ Ou seja, estes mesteirais não podiam ganhar mais que a quarta parte nas vendas.

As taberneiras de Castelo Bom, Coria, Cáceres e Usagre eram alvo de medidas semelhantes. Os costumes e foros definem, uma vez mais, as quantidades de vinho e os preços que deviam ser vendidas ao público. O preço do quarto de vinho era de 6 dinheiros. Também as taberneiras podiam servir aos seus clientes o meio quarto e a «quartezna». Se as taberneiras não cumprissem os «marcos» dos concelhos, pagavam uma coima e ainda ficavam proibidas de comercializar no ano vigente. Deviam ter sempre o cuidado de utilizarem as medidas correctas, segundo os padrões municipais.⁴⁹² Os concelhos pretendiam portanto controlar o uso de medidas falsas que costumavam ser utilizadas pelas mesteirais e comerciantes nas trocas comerciais, com o intuito de evitar quaisquer enganar ao consumidor.

As actividades têxteis eram também levadas a cabo por mulheres. As fiadeiras tinham o hábito de fiar nas ruas. Em muitos casos, o fabrico de tecidos funcionava como um prolongamento das actividades domésticas. Em Castelo Rodrigo e Castelo Melhor, tecer num espaço público como a rua implicava porém o pagamento de cinco soldos de multa.⁴⁹³ A confecção de vestuário estava a cargo dos alfaiates. Possivelmente esta

Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.925, Tít.249, Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.881, Tít.262, Lv.VI; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.52, Tít.153, Lv.II; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.59, Tít.157; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.808, Tít.157; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.157. *Vide*, Antonio C. Floriano, op.cit, p.98; Julio Gerardo Martínez Martínez, op.cit, p.162

⁴⁹⁰“(…) Otrosi la panadera que el pan de trigo non quisier uender sinas somas, ni las somas sin el trigo, pectet I morabeti a los alcaldes.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XLIII, Tít.155. *Vide*, Antonio C. Floriano, op.cit, p.98; Julio Gerardo Martínez Martínez, op.cit, p. 162

⁴⁹¹“(…) Todo tabernero gane el quarto et non mays. Et si mays uendire desta conta, o quebrantare coto de conceio, pectet II morabetis: I al conceio et outro a los alcaldes. Et si negare, saluese com II uizinos. Et por esto aprieten alcaldes et maiordomos. Los carniceros et las panaderas ese mismo coto ayan.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXXVI, Tít.121. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.924, Tít.236, Lv.VI; “FU”, in Rafael Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.46-47; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.43-44, Tít.115, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.880, Tít.240, Lv.VI; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 758, Tít.111; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.804, Tít.115.

⁴⁹²“(…) Toda tavernera que vino vendier, de el medio quarto de vino seis dineros, e tenga medio quarto e quartezna. E si esto non fezier, peche dos maravedís e no venda vino en ese anno. E tenga sus medidas derechas.”, in “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.103, Tít.386, Lv. IV. Cf. “CFA”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCH, Tít.397; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.789, Tít.405; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.142, Tít.406. *Vide*, María Jesús Torquemada, op.cit, 1995, p.452.

⁴⁹³“Qui bora filiar ó metiere en sayal. (...) e moller que fiar en la calle peyte V soldos.”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.915, Tít.158, Lv. IV. Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 170, Tít.170, Lv. IV. *Vide*, Julio Gerardo Martínez Martínez, op.cit, p.163

profissão fosse também desempenhada por mulheres, tal como os homens. Ambos tinham o hábito de fugirem aos preceitos profissionais impostos pelos governos municipais de Cáceres e Usagre. Os seus costumes e foros chegaram a estipular uma tabela dos preços do trabalho dos alfaiates que cada peça de roupa masculina e feminina implicava, consoante o modelo e os materiais usados na confecção. Por exemplo, o corte e a confeção de uma capa de pele devia custar uma terça ou uma saia de cor era confeccionada pelo preço de um soldo. Todos aqueles que aplicassem outros preços eram impedidos de exercerem a profissão durante o ano vigente e ainda eram penalizados com uma coima de dois morabitos.⁴⁹⁴

As atividades mercantes eram também características das mulheres. Muitas delas estavam ligadas exclusivamente ao comércio, tais como, as regateiras e outras vendedoras.

Algumas destas mulheres vendiam as mercadorias obtidas pelos seus maridos, tratando-se normalmente de bens alimentares de primeira necessidade. As esposas dos pescadores e os seus filhos comercializavam os peixes apanhados nos rios.⁴⁹⁵

Em Castelo Rodrigo, Castelo Melhor e Castelo Bom havia também mulheres que vendiam habitualmente «lovielo» nos mercados. Para isso, necessitavam previamente da autorização dos seus maridos; caso contrário eram penalizadas, de acordo com os seus costumes e foros, cabendo aos seus maridos pagarem um morabito aos concelhos.⁴⁹⁶

As regateiras dedicavam-se ao comércio a retalho, funcionando como intermediárias. O seu trabalho era geralmente visto com desconfiança e com um certo

⁴⁹⁴ “(...) Los alfayates cosan a este fuero: capa pelle por una tercia; cappa de color sin penna I sexma; capa de burel com mangas XV dineros. Guarnacha I sexma. Pellico I sexma. Manto con penna I sexma. Calzas de color VIII dineros. Camisa de baron X dineros. Bragas VI dineros. Saya piel I ochaua. Saya de color I solido. Fustan I solido. Camisa de mugier I solido. Camisa et bragas destopa XI dineros. Piel cordera delgada I morabeti. Zamarron X solidos. Penna de coneios sin blancos medio morabeti. Calzas de burel IIII dineros. Qui este coto crebantare, pectet II morabetis alcaldes, et non cosa mays en esse anno.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XCII-XCIII, Tít. 399. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.142 – 143, Tít.408. Vide, Julio Gerardo Martínez Martínez, op.cit, p. 163; Juan Ignacio Ruiz de la Peña, “La condición de la mujer a través de los ordenamientos jurídicos de las Asturias medieval (siglos XII al XIV)”, in *Las mujeres en las ciudades medievales. Actas de las III Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer. Universidad Autónoma de Madrid, 1984, p. 71; Antonio C. Floriano, op.cit, pp.94-95

⁴⁹⁵ “(...) Todo ome qui pescado de rrio matare, ele lo uenda aut uxor sua uel filii sui”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXII, Tít.240. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.92, Tít.246; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 772, Tít.235; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 72, Tít. 237, Lv. III

⁴⁹⁶ “Qui bora filiar ó metiere sayal (...) Toda muller que llouiello uendier en mercado ó baron peyte un morabito. (...)”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.915, Tít.158, Lv. IV. Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.869, Tít.170, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 761, Tít.146.

desprezo da parte das populações. Os revendedores eram encarados como agentes especuladores e responsáveis pela subida dos preços, manipulando as trocas comerciais para obterem lucros facilmente e de forma ilegítima.⁴⁹⁷ Este tipo de comércio não deixava de causar preocupação, sendo, frequentemente alvo de controlo da parte dos governos municipais, porque as regateiras tinham a tendência a monopolizar as mercadorias para depois as venderem mais caras. Por isso, os concelhos estabeleceram medidas que visavam controlar o comércio, com a finalidade de garantirem o abastecimento das populações e de salvaguardarem os consumidores de qualquer tipo de engodo e de estratagema fraudulento. Foi, neste sentido, que as regateiras de Alfaiates chegaram a ser penalizadas com o pagamento de uma pecuniária. Mas, se elas afirmavam que não tinham recursos económicos para pagar a coima, sofriam castigos corporais, sendo fustigadas.⁴⁹⁸

As regateiras costumavam comercializar mercadorias diferentes. O peixe seco era um dos produtos colocados à disposição dos ribacudanos, dando a oportunidade de os compradores poderem pagá-los no período máximo de três dias, segundo as normativas costumeiras.⁴⁹⁹ Os clientes ficavam com a possibilidade de comprarem outros bens que não seriam assim tão correntes nos municípios de Riba - Côa, como o peixe seco, que muitas vezes seria proveniente de outras zonas distantes dos concelhos. Esta forma de pagamento não se destinava às regateiras, mas também a outros profissionais (carniceiros, padeiras, taberneiras e queijeiras). Com esta disposição, os concelhos não só estavam a facilitar a compra de determinados produtos essenciais, mas também a controlar as condições de crédito.

Os pregões falsos nos dias de mercado e nos alfozes, com o fim de aliciar e enganar as pessoas, eram uma realidade preocupante em Alfaiates. Segundo os seus costumes e foros, as transgressoras eram punidas com uma pena pecuniária (um

⁴⁹⁷ In, Juan Ignacio Ruiz de la Peña, op.cit, p.70

⁴⁹⁸ “(...) Toto recapton qui ibi andare aut recatona pectet I morabitinum, et si non habuerit unde lo pecte, fostigarent la mulier, et el baron iaçat Ilos meses en cepo.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.828, Tít.332.

⁴⁹⁹ Esta medida não se encontra nos *corpora* costumeiros de Alfaiates. “(...) Por pan de panadera et uino de tabenera et carne de carnicero et pescado de seco de zagadera, o por keso de quesera, qui dineros ouiere [a dar], delos a tercer dia.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXXVI, Tít.122. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 924, Tít.236, Lv.VI; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 47, Tít.124, “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 758, Tít.112; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.44, Tít.116, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 880, Tít.249, Lv.VI.

morabitino).⁵⁰⁰ Eis mais outra medida de controlo comercial, procurando minimizar as práticas comerciais ilícitas, em prejuízo dos consumidores, como a “publicidade enganosa”.

Os concelhos de Riba – Côa pretendiam acima de tudo vigiar todas as etapas da produção industrial e as actividades mercantis. Neste sentido, os concelhos definiram um conjunto de normas com a finalidade de fazerem chegar os produtos a todos os habitantes com qualidade e em boas condições para consumo. Além disso, a burla era um dos problemas económicos que os concelhos se deparavam. Tornava-se portanto prioritário colmatar qualquer tipo de fraude que prejudicasse os consumidores. Por outro lado, era também necessária a participação das pessoas na resolução deste tipo de casos, incitando-as a denunciar os transgressores.

As mulheres de Riba – Côa tinham a liberdade para trabalhar, exceptuando alguns casos em que as autoridades municipais exigiam a permissão e certos controlos da parte dos seus maridos, sobretudo quando implicava a venda de determinados bens. Estas não deixavam de estar “integradas en la vida económica y participaban activamente en el trabajo y la producción de sus correspondientes lugares.”⁵⁰¹ As ribacudanas acabavam por ter um papel importante no desenvolvimento das actividades económicas locais, trabalhando individualmente ou colaborando com os seus maridos, em especial, na venda dos seus produtos resultantes das fainas agrícolas e piscícolas. Também tinham a iniciativa de estarem à frente de negócios, como as padeiras, as queijeiras, as taberneiras e as alfaiates. Por outro lado, não deixavam de dar continuidade às suas lides domésticas e ainda cuidavam dos seus filhos. Os seus ofícios fora de casa costumavam funcionar como uma espécie de complemento e de ajuda económica para a manutenção das suas famílias.

As actividades laborais das mulheres visavam fundamentalmente o abastecimento e o consumo, sobretudo de bens alimentares e vestuário. O comércio local era também desenvolvido por mulheres, chegando, inclusive a serem intermediárias.

⁵⁰⁰ “(...) et in die de mercado pregonent eum pro falso in alfoz ubi moraueti. Te istud faciant alcaydes et sex, sin autem ad ipsos se tornabit rex, et cadat eis in periurii, et pectet regi C morabitos, et in semper est post mulieres.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.840, Tít.470

⁵⁰¹ Vide, Cristina Segura Graiño, op.cit, p.151.

As mulheres e a finança

As atividades financeiras não eram exclusivas dos homens ribacudanos. As mulheres estavam também acostumadas a realizar empréstimos e créditos. Eram, aliás, alvo de controlo da parte das autoridades concelhias, coibindo-as de contrair dívidas entre si, sobretudo, quando se tratava de mulheres casadas. No caso de serem contraídas dívidas entre mulheres: de valor superior a um morabitino, não podiam responder sozinhas em tribunal, pois eram obrigadas a comparecerem com os seus maridos.⁵⁰² As dívidas deixavam de ser uma responsabilidade individual, mas sim da família⁵⁰³. Os costumes e foros de Riba – Côa procuravam assim limitar a intervenção das mulheres nos assuntos patrimoniais, no que respeita à consumação de dívidas.

Conclusão

Solteiras, casadas, viúvas, barregãs, cavaleiras, esposas de funcionários, dependentes, alcoviteiras, prostitutas, muçulmanas...eram as mulheres das vilas fronteiriças de Riba – Côa. São alguns dos perfis de mulheres que podemos encontrar em Castelo Melhor, Castelo Bom, Castelo Rodrigo, Alfaiates e nos actuais concelhos espanhóis de Cáceres, Coria e Usagre.

Eram mulheres com personalidade jurídica, capazes de enfrentarem processos judiciais. Tal como os homens, estas podiam ser responsabilizadas judicialmente.

Na área do direito penal, as mulheres eram vítimas e autoras de vários delitos como qualquer pessoa. Os costumes e foros mostram uma certa igualdade penal entre homens e mulheres, com a excepção dos casos de adultério. Os delitos cometidos por mulheres eram punidos em função da transgressão e não da condição social. O sexo dos criminosos não era determinante na formulação do sistema penal costumeiro. Ou seja, na aplicação das penas eram tidos outros fatores que em nada tinha a ver com o sexo

⁵⁰² “(...) Todas las mulieres que enprestarent uel accrouieren aliquam causam unas ad alteras, respondeant se usque I morabeti. Et per isto non se paren trás suos uiros.”, in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLI, Tít. 144. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 915, Tít. 158, Lv IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 869, Tít. 170, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.762,Tít.148; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 54, Tít. 146; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 50, Tít. 142, Lv.II. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp.273-274; José Martínez Gijón, op.cit, p.87

⁵⁰³ Cristina Segura Graiño, op.cit, p.92. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp.273-274; José Martínez Gijón, op.cit,p.87

dos autores, mas sim com a natureza e a gravidade do crime, o local, as motivações e a condição social da vítima e do agressor.

As mulheres de Riba – Côa eram donas de património e tinham capacidade para gerirem os seus próprios bens. Também chegavam a participar nos assuntos patrimoniais em conjunto com os seus maridos, chegando a individualizar-se e a terem um papel interventor.

No que toca às questões de direito sucessório, as mulheres, assim como os homens tinham os mesmos direitos a herdar os bens dos seus progenitores e de outros parentes.

A vida laboral encontrava-se também regulamentada. Estas assumiam um papel activo no desenvolvimento da economia dos concelhos ribacudanos, exercendo diversas actividades económicas nos sectores primário, secundário e terciário. Os ofícios relativos à «indústria» e ao comércio foram fundamentalmente alvo de um conjunto de disposições próprias, com a finalidade de controlar e minimizar a prática de determinadas condutas, como a fraude, capazes de fluxo normal das trocas comerciais e os consumidores.

1.4. O critério religioso;

a) Os judeus

A vida local das sociedades de fronteira de Riba – Côa contava também com a presença dos judeus e muçulmanos, forros e escravos. Ambas as comunidades gozavam de um estatuto especial no seio das vilas ribacoanas. Tratava-se de casos excepcionais que conviviam com a maioria cristã. Neste sentido, os concelhos chegaram a afixar normativas específicas que visavam, acima de tudo, regular as relações sociais entre as minorias e as populações cristãs, como iremos ver. Judeus e muçulmanos tinham um papel importante no desenvolvimento das atividades económicas municipais. O povo hebraico tinha uma fácil apetência pelo exercício de determinadas profissões nos setores da indústria, comércio e finança, ao passo que os mouros não deixavam de ter uma postura mais discreta, dedicando-se principalmente aos ofícios domésticos e agrícolas. Pensa-se, que por esse motivo foi mais fácil a integração dos indivíduos muçulmanos no seio da sociedade. Já os hebreus vincavam mais a sua autonomia, pois não haviam passado a vencidos por via dos movimentos da Reconquista.

Os judeus usufruíam de personalidade e de liberdade jurídica, sendo-lhes possível ver respeitados os seus costumes, tradições e práticas religiosas. Apesar de os judeus constituírem um grupo com uma identidade e características próprias, conviviam diariamente com os muçulmanos e a maioria cristã nos concelhos de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Rodrigo, Castelo Melhor, Cáceres, Coria e Usagre. Nestas vilas, a comunidade hebraica tinha um papel activo no quotidiano municipal, participando, sobretudo, nos assuntos judiciais, sociais e nas actividades económicas e financeiras. Foi, no entanto, alvo de controlo e de medidas proibitivas da parte dos concelhos, segundo um pequeno grupo de disposições costumeiras, com a finalidade de limitar e regular a estreita convivência entre cristãos e judeus.

Judeus e a criminalidade

No domínio jurídico, era comum os judeus «terem voz», isto é, defenderem-se a si próprios e terem representantes (advogados) nos pleitos judiciais. Foi, neste sentido, que as vilas ribacudanas, excepto Alfaiates⁵⁰⁴, limitaram o papel interventivo e

⁵⁰⁴ Nos costumes e foros deste concelho não se encontra qualquer normativa que restrinja a participação processual deste grupo minoritário nos juízos.

processual dos judeus no tribunal, proibindo-os de participarem e de apresentarem advogados nas causas judiciais, sob pena do pagamento de um morabitino de coima⁵⁰⁵. Cáceres e Usagre optaram pela aplicação de uma pena mais elevada no valor de quatro morabitanos, que devia ser entregue aos alcaides⁵⁰⁶.

Tanto os judeus como os cristãos podiam ter e servir de testemunhas em juízo, na celebração de contratos usurários e na resolução de outros conflitos que acarretassem o arresto de bens. Os seus testemunhos eram obrigatórios e considerados válidos. Normalmente o número de testemunhas era variável, consoante o tipo de demanda, devendo estar geralmente presentes dois cristãos e um judeu ou vice – versa. Também os hebreus eram obrigados a apresentarem testemunhas para que determinados procedimentos jurídico-financeiros tivessem validade, como, por exemplo, no caso das penhoras realizadas na sequência das dívidas e da incapacidade dos devedores em cumprirem os tratos prestamistas.⁵⁰⁷

Os judeus não estavam impedidos de prestar juramento, segundo os seus preceitos. Este procedimento era aceite e respeitado pelas sociedades fronteiriças, chegando a ser contemplado nos costumes e foros de Cáceres e Usagre⁵⁰⁸. Os indivíduos da comunidade hebraica podiam jurar oralmente ou por escrito consoante o valor das demandas. Ou seja, o juramento era verbal se as demandas não superassem o valor de um morabitino. Se as contendias acarretassem uma quantia superior a um morabitino, os judeus juravam na sinagoga, por escrito («por carta»), com a Torah nos braços. Só, assim os juramentos tinham valor legal.

⁵⁰⁵ “(...) Ningud iudio non tenga uós sua nin allena, e si lo fesier peyte I morabitino.”, in “CFCM”, op.cit, p.924, Tít.239, Lv.VI. Cf. “CFCR”, op.cit, p.880, Tít. 252, Lv.VI. Nas vilas de Castelo Bom e de Coria, o valor da coima era dividido em partes iguais entre os alcaides e o representante. In, “CFCB”, op.cit, p.770, Tít.221; “FCo”, op.cit, Tít. 219, Lv.III. Vide, Pilar León Tello, op.cit, p.285; Marciano de Hervás, “La judería y sinagoga de Coria en la documentación del Archivo Catedralicio: siglos XIV y XV”, in Ibidem, p.94; Niceto Alcalá-Zamora Castillo, op.cit, p.78

⁵⁰⁶ “(...) Sin autem, pectet IIII. morabetis alcaidibus.”, in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, Tít. 220. Cf. “FU”, Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, Tít. 225. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.74.

⁵⁰⁷ “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. LXXII- LXXIII, Tít. 294 e 295; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp. 109-110, Tít. 303 e 304; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.83-84, Tít. 295 e 296; “CFCM”, in PMH, op.cit, p.925, Tít. 242 e 243; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.778, Tít. 294 e 295; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 880, Tít. 255 e 256; “CFA”, in PMH.LC, op.cit, p. 823, Tít. 296 e 297

⁵⁰⁸ “(...) Tod omme que ouieren a iurar a iudio por cual cosa que quier, per su cabeza le faga derecho, bien como el iudio al christiano. Et fasta I morabeti iure el iudio por palaura. Et de morabeti arriba iure por carta dentro ena sinagoga, et teniendo la Tora enos brazos. Et si la Tora non ouieren, tengan el libro de los X. comandamientos. Et si ita non fecerint, por hy cayat.”, in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXII, Tít. 294. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 108, Tít. 303. Vide, Pilar León Tello, op.cit, pp. 286 – 287; José María Monsalvo Antón, *Teoría y evolución de un conflicto social: el antisemitismo en la Corona de Castilla en la Baja Edad Media*, Madrid, Siglo XXI, 1985, pp.138-139.

Em Alfaiates, os hebreus podiam fazer uso de outras garantias processuais, tais como, «meter bestas» e levar a cabo a penhora extra-judicial, para darem início a alguma demanda ou garantirem a execução de outras obrigações resultantes de um delito ou da realização de um contrato. O embargo de bens sem mandato prévio emitido pelas autoridades judiciais, conhecido também por «prenda» privada, dava a oportunidade de os judeus chamarem a atenção do acusado para resolver os seus problemas em juízo, responsabilizando-o. Ou seja, a ideia era fazer com que o réu fosse responsabilizado a aparecer em tribunal para lhe fosse feita justiça. A penhora extra-judicial era um recurso usado com o objectivo de assegurar a citação de outrem para se dar início a um processo jurídico.

Os judeus deviam começar normalmente por embargar algum bem de escassa importância e, de forma simbólica, como por exemplo uma palha ou estaca.⁵⁰⁹ Caso o réu não se dirigisse às autoridades judiciais, os arrestos tinham continuidade. Os embargos seguintes perdiam o teor simbólico, passando o demandante a penhorar outros bens que podiam ser mais importantes para o demandado, chegando a lesá-lo, até que o acusado comparecesse em tribunal. Quando o demandante conseguisse as suas pretensões devia devolver os bens retidos ao réu. A «prenda» extra-judicial exigia a presença de testemunhas que funcionavam, ao mesmo tempo, como garantia e de prova, com a finalidade de assegurarem que não havia excessos e más intenções. Os judeus deviam ir sempre acompanhados com outro judeu e um cristão nas querelas que envolvessem pessoas de condições étnico-religiosas diferentes.

Também os hebreus tinham as suas obrigações judiciais, sobretudo, quando se tratava de pleitos sobre a eventual posse ilícita de penhores. Estavam obrigados a «dar autor»⁵¹⁰ por cada penhor arrestado que os cristãos reconhecessem nas suas mãos.⁵¹¹ Na

⁵⁰⁹ “(...) Et iudei pignorent paleam et staco et petat bestiam cum iudeo de christiano, et christiani similiter ad illos.” In “CFA”, PMH-LC, op.cit, p.793, Tít. 18. Vide José Orlandis, op.cit, op.cit, 1969, p.83; Pablo Martín Prieto, op.cit, p.179.

⁵¹⁰ «Dar autor» consiste em apresentar um fiador ou um indivíduo encarregado de receber e ser responsável judicialmente pelos penhores. Funcionava aqui como uma espécie de garantia e de prova que o demandado deveria trazer consigo para a resolução das contendas. In, Niceto Alcalá-Zamora y Castillo, op.cit, pp.91-92

⁵¹¹ “(...)Todo ome que seu auer conosciere a iudeo firme lo el iudeo con II christãos e I iudeo que lo comprô con sol nascido e nin posto, e si non poder firmar iure el christiano que suyo he e no lo uendio ni lo donô ni lo mandô empennar e tome el auer que demanda. Todo iudeo dê otor por auer que le congnosciere.”, in “CFCR”, PMH – LC, op.cit, p.880, Tít. 256, Lv. VI. Cf. “CFCM”, in PMH – LC, op.cit, p. 925, Tít. 243, Lv. VI; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 778, Tít. 295, “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.84, Tít. 296; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp, 109-110 Tít. 303; “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXIII, Tít. 295. Vide, Pilar León Tello, op.cit, p.289.

vila de Alfaiates, o incumprimento deste regulamento, era penalizado com a entrega do dobro do valor dos bens mais o pagamento de uma coima⁵¹².

Judeus e a criminalidade

Os conflitos, as rixas e os comportamentos de violência eram frequentes nas vilas de Riba - Côa.⁵¹³ Deles não escapavam também os judeus. Aquele que agredisse um hebreu⁵¹⁴, ferindo-o, pagava dois morabitos de coima. Caso a vítima sofresse lesões (feridas superficiais) e mutilações, o agressor era coagido com uma pena pecuniária no valor de 4 morabitos. Em ambas as situações, a questão da prova era fundamental para determinar o desenvolvimento do processo, sendo necessária a presença de testemunhas de ambas as comunidades. Podiam ser dois judeus e um cristão ou vice-versa. Cabia-lhes portanto comprovar as agressões provocadas. A pena prevista nos costumes e foros era análoga aos casos de violência física cometidos contra os moradores,⁵¹⁵ colocando os judeus em pé de igualdade com este grupo de habitantes. Ou seja, as coimas aplicadas aos autores dos crimes de agressão física contra os hebreus e os moradores são inferiores em relação aos valores às penas pecuniárias estipuladas para os actos de violência contra os vizinhos. As multas oscilavam entre os doze e os vinte morabitos em função do tipo de agressão física cometida contra os vizinhos.⁵¹⁶ Apesar disso, os

⁵¹²“CFA”, in PMH-LC, p.823, Tít.297.

⁵¹³ Note-se que na vila de Alfaiates não foi possível, uma vez mais, encontrar alguma normativa costumeira sobre os comportamentos de violência física entre cristãos e judeus.

⁵¹⁴ “(...) Ningun ome que ferir a iudeo peyte II morabitos si llo firmar poder com II iudeos e con I christiano ou com II christianos e I iudeo, e si fecere lioures peyte IIII morabitos si firmar podere, e si non, iure solo e seia creydo.”, in “CFCR”, PMH – LC, op.cit, p. 865, Tít. 138, Lv. III; Cf. “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCII, Tít.395; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.141, Tít. 403; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.104, Tít. 389, Lv. IV; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.911, Tít. 128, Lv.III; “CFCB”, in PMH – LC, op.cit, p.780, Tít.401. Vide, Pilar León Tello, op.cit, p.284; Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 75; Marciano de Hervás, op.cit, 94

⁵¹⁵ “(...) Qvi feriere o mesare a morador que fuere uizino, pectet II morabetis al quereloso; et si ficiet lioures, pectet ei IIII morabetis si ei firmare com III tales quomodo ille est. Et si non potuerit firmare, iuret ei com I morador.”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XVIII, Tít. 41. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.15-16, Tít.42; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.23, Tít.39, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.749, Tít.41; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.905, Tít.77, Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.859, Tít.84, Lv.III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.794, Tít.28.

⁵¹⁶ “(...) Quien firiere o mesare a uezino, pectet XII morabetis si lioures non fiziere; et si lioures fiziere, pectet XX morabetis al quereloso, si ei potuerit firmare. Sin autem, saluet se com III uicinus, et ille Vº, et si potuerit firmare que torno super suum capud, non pectet calupnia; et si lioures fecerit, pectet medietatem calumpnia.”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XVIII, Tít.39. Cf. “FU” in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.15, Tít.40; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.23, Tít.38, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.749, Tít.40; “CFCM”, in PMH-LC,

“corpora” costumeiros demonstram uma diferenciação penal entre as populações cristã e judaica no que toca aos delitos de violência física, que se depreende não tanto pelas questões religiosas, mas sim pelo estatuto concelhio que cada grupo ocupava nos municípios.

Os insultos às pessoas, inclusive aos judeus, visando a sua condição étnico – religiosa, eram outro problema. Os estatutos costumeiros estipularam sanções para todos aqueles que se referissem a outrem em tom ofensivo pejorativo, chamando-o de “judeu”, com o pagamento de cinco morabitanos de multa.⁵¹⁷ Pretendia-se, deste modo, evitar tensões e conflitos entre os habitantes que pudessem fomentar um certo sentimento de desprezo e aversão entre indivíduos de ambas as comunidades, levando à exclusão da população judaica.

Com estas medidas, os governos locais ribacoanos ambicionaram proporcionar uma vivência quotidiana tranquila e pacífica, favorecendo o convívio e as relações entre as diversas gentes, sem esquecer os judeus.

A estreita convivência entre judeus e cristãos levou também as autoridades locais a controlarem as relações carnisais entre indivíduos dos dois grupos, proibindo-as, exceto na vila de Alfaiates, onde não se encontra qualquer normativa deste teor. No caso de um judeu ser surpreendido com alguma cristã pelos alcaides ou por algum outro indivíduo, ambas as partes deviam comparecer numa reunião no concelho para ser aplicada a justiça, embora não se encontre qualquer tipo de referência à pena a aplicar.⁵¹⁸ Este tipo de acusação para ter fundamento necessitava de provas que consistiam no testemunho de dois judeus e um cristão ou vice-versa. As determinações judiciais, neste tipo de casos, deviam ser equitativas para os transgressores.

op.cit, p.905, Tít.76, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.859, Tít.84, Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.794, Tít.27.

⁵¹⁷ “(...) Qvi dixer a outro – cornudo ou fududicul ou gafo ou iudeo ou traydor – ó traydor – ó a moller – puta ou ceguladera ou gafa – peyte V morabitanos si llo poder firmar, sinon iure si Vº, e si nin quesar iurar peyte.” in, “CFCR”, PMH – LC, op.cit, p.865, Tít. 133, Lv.III. Cf. “CFA”, in PMH – LC, op.cit, p.812, Tít.184; “FCo” in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.104, Tít. 183, Lv. II; “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. L, Tít.186; “CFCB”, in PMH – LC, op.cit, p.766, Tít. 188; “CFCM”, in PMH – LC, op.cit, p. p.911, Tít. 123, Lv.III; Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.72, Tít. 189. Vide, Marciano de Hervás, op.cit, p.94; Rafael Serra Ruiz, op.cit, p.84.

⁵¹⁸ “(...) Ningud ome e esso mismo alcaides que tomaren judio com christiana firme lo com II christianos e un iudio ó dos iudios e vn christiano que en los tomarom e preste: toda christiana que tomarem com iudio ó la duxeren sobre concello feyto por prender com el iudio esse iusticia fagan de uno como de outro.” in, “CFCM”, in PMH – LC, op.cit, p.910, Tít. 114, Lv.III. Cf. “CFCR”, in PMH – LC, op.cit, p. 864, Tít. 123, Lv.III; “CFCB”, in PMH – LC, op.cit, p.760, Tít. 134; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 48, Tít. 135, Lv.II; “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XC, Tít. 386; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.138, Tít. 395. Vide, Pilar León Tello, op.cit, pp. 289 – 290; Marciano de Hervás, op.cit, p. 94; Julián Clemente Ramos, op.cit, pp. 74-75; José María Monsalvo Antón, op.cit, p. 142.

Vivência económica e financeira

Os judeus ribacoanos dedicavam-se a várias atividades económicas, embora os costumes e foros chamem apenas a atenção para o papel desta comunidade no desempenho de profissões nas áreas da indústria, comércio e finanças, que lhes eram particularmente familiares. Encontravam-se portanto ligados ao comércio de alimentos essenciais da dieta alimentar, como a carne e o peixe, levando as autoridades locais a promulgarem regulamentos que visavam o controlo da produção, abastecimento e consumo municipal.

Os hebreus, tal como os demais carneiros e vendedores de peixe deviam ter em linha de conta os «marcos» dos concelhos, isto é, os regulamentos “industriais” e “comerciais” afixados pelos mesmos, onde se encontravam determinadas uma série de disposições relativas às características dos produtos, preços, pesos e medidas. Os governos municipais não ficaram por aqui ao definir ainda medidas particulares, dirigidas somente aos profissionais da comunidade judaica, pois era comum estabelecerem relações comerciais e de convivência com cristãos e muçulmanos. Os judeus eram também responsáveis pelo abastecimento de víveres às populações de Riba-Côa, sem que isso constituísse na prática um problema, se bem que, por outro lado, se levantasse a questão socio-religiosa relacionada com a manipulação e contaminação dos alimentos. Qualquer contacto dos judeus com a carne e outros géneros alimentares colocados à disposição de todos era considerado impuro. Neste sentido, os concelhos de Castelo Melhor e Castelo Rodrigo proibiram as vendas de produtos cárnicos levadas a cabo pelos hebreus, sob pena do pagamento de uma coima, no valor de dois morabitanos.⁵¹⁹ Pretendia-se, desta forma, evitar o tratamento dos animais durante o abate e a preparação das carnes para vender, porque corria-se o risco de serem usados os rituais judaicos.⁵²⁰

⁵¹⁹“(…) Ninguna carne que iudeo matar no la venda en a carnicería, sino peyte II morabitanos.”, in “CFCR”, PMH-LC, op.cit, p.882, Tít.270, Lv.VI. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.926, Tít.257, Lv.VI.

⁵²⁰In, Juan Carrasco Pérez, “Sinagoga y mercado. Una aproximación al estudio de las comunidades judías de la Europa Mediterránea en el tránsito de la Edad Media a la Moderna”, in *Actas de la II Semana de Estudios. Nájera, 5 al 9 de agosto de 1991*. Coord. José Ignacio de la Iglesia Duarte, Nº2, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, 1992, pp.72-73, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=554224>, 25 de Julho de 2011; José Hinojosa Montalvo, “Actividades judías en la Valencia del siglo XIV”, in *ELEM*, nº7, Madrid, 1985, p.1552, in *RCC*, <http://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM8585221547A/24667>, 3 de Maio de 2008;

Também era habitual os judeus comercializarem peixe. As vendas deste produto, principalmente, às sextas-feiras e em dias santos constituíam um problema para as populações cristãs que consumiam peixe, em vez de carne, nos dias em que se tornava necessário respeitar as suas vigílias e ritos. Havia, pois, a tendência de os judeus e regateiros monopolizarem e fazerem negócios de peixe entre si, para o revenderem posteriormente a preços mais elevados, gerando assim dificuldades de abastecimento e situações de insatisfação no seio dos ribacoanos. Os governos locais proibiram o comércio de peixe e o uso de intermediários cristãos na aquisição desta mercadoria para os judeus, punindo-os com coimas.⁵²¹ O objetivo desta medida protecionista consistia em colmatar qualquer tipo de especulações e fraudes relacionadas com a subida dos preços nos dias litúrgicos para os cristãos.

Por outro lado, o consumo de peixe pelos judeus era importante para o cumprimento do «Shabat», a guarda do Sábado. O dia de descanso da comunidade hebraica tinha início às sextas-feiras, ao anoitecer, com a celebração de um dos rituais que consistia numa ceia especial em família. Um dos alimentos utilizados na confeção dos pratos da referida ceia era o peixe, que também era servido, como entrada, no dia do «Shabat». O uso deste alimento na comemoração do descanso está relacionado com uma “tradición judaica muy antigua, lo que guarda relación, muy probablemente, com la esperanza mesiánica.”⁵²²

As atividades mercantis dos judeus não se ficavam pelo comércio diário. Participavam nas feiras de Cáceres e Usagre, que se celebravam todos os anos, desde a segunda quinzena do mês de Abril até o dia quinze de Maio.⁵²³ Todos eram bem-vindos,

Idem, “La sociedad y la economía de los judíos en Castilla y la Corona de Aragón durante la Baja Edad Media”, in *Actas de la II Semana de Estudios. Nájera, 5 al 9 de agosto de 1991*. Coord. José de la Iglesia Duarte, N°2, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, 1992, p.95, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=554225>, 6 de Junho de 2009.

⁵²¹ “(...)Ningun iudeo que pescado conprare en uernes peyte I morabitino, e si christiano lo conprare pera iudeo peyte I morabitino, sinon iure con I uizino. (...)”, in “CFCR”, PMH-LC, op.cit, p.880, Tít.252, Lv.VI. Cf. “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXVI, Tít.74; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 66, Tít.218, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.770, Tít.220; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.924, Tít.239, Lv.VI; “FU” in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.28, Tít. 76. Vide, Pilar León Tello, op.cit, p.238; Maria José Ferro Tavares, *Os judeus em Portugal no século XIV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1982, p.142; Alberto García Ulecía, op.cit, p. 218; Antonio C. Floriano, op.cit,141

⁵²² Enrique Cantera Montenegro, “La carne y el pescado en el sistema alimentario judío en la España Medieval”, in ETF. Serie III. HM, vol. 16, Madrid, 2003, p.37, in *E-Spacio*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETF366B37E9-B682-D954-BEFD-7F1F77C2556E&dsID=PDF>, 12 de Fevereiro de 2011

⁵²³ “(...) Mando etiam concilio de Caceres suam feriam, quod abeant I uice in anno XV dias últimos mense aprilis, et XV dias primeros de mayo. Et quicumque uoluerit uenire a distam feriam de Legione, siue Castelle, Aragone, Nauarren, Portugalle siue Christianus, siue iudeus, siue marus, siue inimicus, siue

sem esquecer também os muçulmanos, servos, libertos, inimigos, «atreguados» (indivíduos que usufruíam de tréguas), entre outros. Chegavam também pessoas provenientes dos reinos peninsulares, Castela, Aragão, Navarra e Portugal. Era, neste sentido, que as feiras gozavam de um estatuto jurídico especial, penalizando todos aqueles que molestassem os participantes com uma pena de mil áureos, enquanto as vítimas deviam receber o dobro da coima como indemnização. Os delitos de furto, perseguição, agressão física e homicídio foram alvo de um conjunto de normativas mais rígidas e severas do que aquelas que se aplicavam geralmente no quotidiano judicial. As feiras contavam ainda com o serviço e a vigilância obrigatória e permanente dos Alcaldes, Seis, Notários, Escrivães, Mordomos e Jurados durante o dia e a noite. Estes funcionários estavam encarregados de proteger as populações, mercadores, almocreves, ruanos e transeuntes das feiras e também cobravam as sanções pecuniárias afixadas nos regulamentos costumeiros. O objetivo dos concelhos de Cáceres e Usagre consistia em proporcionar um ambiente pacífico e de bem-estar propício e apelativo ao desenvolvimento do comércio, incentivando as relações e transações mercantis e a afluência de homens de negócios e mercadorias oriundas de outras paragens, que não eram tão comuns nos mercados locais. As feiras faziam assim a ponte com o meio exterior, entre as vilas de Riba-Côa com outras comunidades e gentes.

As atividades financeiras faziam também parte do quotidiano dos membros da comunidade judaica ribacoanas. O crédito e a usura eram práticas aceites, toleradas e legais pelos concelhos, encontrando-se devidamente regulamentadas nos corpora costumeiros. Apesar disso, não deixaram de constituir uma preocupação. Havia, pois, a necessidade de proteger, controlar e evitar qualquer tipo de comportamento abusivo e ilícito da parte dos prestamistas e credores. Muitos deles tinham o hábito de se aproveitarem das fragilidades das pessoas que recorriam ao crédito, enganando-as e cobrando-lhes juros elevados. Caso não conseguissem honrar os contratos de empréstimo, podiam ver-se ainda em outras dificuldades, visto que passariam a acumular dívidas. Os prestamistas acabavam geralmente por sacar partido destas situações, porque se valiam das penhoras como forma de se sentirem recompensados pelos investimentos realizados. Estes chegavam, muitas vezes, a fazer negócio com os bens embargados, vendendo-os a terceiros. Era, mais uma forma, de os credores

serbuus, siue liber, uel qualibet de quibus cumque partibus fuerint, ueniant septem, et atreguatus. (...)", in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XCIV-XCV, Tít.408. Cf. "FU" in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp. 194 - 195, Tít. 392. *Vide*, Pilar León Tello, op.cit, pp.282 – 283; Julián Clemente Ramos, op.cit, pp. 41 – 42 e 74.

recuperarem o dinheiro perdido com os devedores e lucravam ainda com este tipo de negócios que seria bastante vantajoso.

Os judeus realizavam frequentemente empréstimos usurários, sob as fórmulas de «a renuevo»⁵²⁴ ou «aver diere a alquilé». A celebração dos contratos e a cobrança de juros obedecia a limites estipulados pelos concelhos, com o intuito de contrariar qualquer pretensão excessiva dos prestamistas. Os juros não deviam portanto exceder uma oitava por morabitino ou um dinheiro por um soldo a cada seis semanas.⁵²⁵ Ou seja, segundo Julián Clemente Ramos, os judeus deviam fazer empréstimos a uma taxa de juro de “12,5% a seis semanas.”⁵²⁶ Em Alfaiates, o valor dos juros não podia ser superior ao capital emprestado nos empréstimos usurários sobre penhores.⁵²⁷ Os contratos de empréstimo realizados entre hebreus e cristãos implicavam a presença de duas testemunhas cristãs para assegurarem a honestidade e a boa-fé dos mesmos.⁵²⁸

As penhoras eram normalmente utilizadas como garantia, de forma a assegurar o cumprimento dos contratos e o retorno do dinheiro emprestado. Mas, nem sempre eram mecanismos legais. Havia credores que embargavam os bens, de forma arbitrária, para verem as dívidas saldadas de qualquer maneira. No sentido de evitar abusos, quer dos credores, quer dos devedores, as penhoras só se podiam realizar diante de duas testemunhas. Se assim não acontecia, os judeus prestamistas eram coagidos com o

⁵²⁴ Expressão usada nos costumes e foros para fazer referência aos juros definidos nos contratos prestamistas. *Vide*, Guillermo Castán Lanaspá, op.cit, p.81.

⁵²⁵“(…) Todo iudio que auer diere a renuevo, de el morabeti a sex selmanas por I octauo morabeti, et dend arriba a ssu conta. Et de morabeti a iuso el soldo por dinero.”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXXII, Tít. 293. Cf. “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.83, Tít.294; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp. 108-109, Tít.302; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.880, Tít. 253, Lv.VI; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 924, Tít. 241, Lv. VI; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, pp.777-778, Tít.293; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.893, Tít.295. *Vide*, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.75; Pilar León Tello, op.cit, p.287; Marciano de Hervás, op.cit, p.94; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora, S.A.R.L, 1967, p.209;

⁵²⁶ In, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.75.

⁵²⁷“(…) Todo iudeo que auer dier a rrenouo super pennos gane quanto el capdal fuere et non mays, et si mays pidire el iudeo no le prestet.”, in “CFA”, PMH-LC, op.cit, p. 846, Tít.522. *Vide*, Fortunato de Almeida, op.cit, pp.208-209; Joaquim de Assunção Ferreira, op.cit, p.305; Maria José Ferro Tavares, op.cit, p.16

⁵²⁸“(…) Todos iudicios que ouieren iudios et christianos et firmaren II christianos et non firmar el iudio que con los christianos fuere en firma, el iudio pectet la petición doblada al quereloso. Et hy de sobre quien sea fasta u de el auer. Et otrosi si el un christiano et el un iudio firmaren, et el otro christiano non quisiere firmar, aquel pectet la petición doblada al quereloso.” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXXII, Tít.293. Cf. “FU” in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.108-109, Tít.302; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.83, Tít.294; “FA”, in PMH-LC, op.cit, p.823, Tít.295; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.880, Tít.254, Lv.VI; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, pp.777-778, Tít.293; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 924, Tít.241, Lv.VI.

pagamento de um morabitino aos alcaides.⁵²⁹ Estas práticas, do ponto de vista penal, estavam equiparadas aos delitos de furto.

Os governos locais preocuparam-se ainda em proteger determinadas pessoas, como os filhos «emparentados»⁵³⁰ e os dependentes (mancebos), que seriam à partida mais vulneráveis à “astúcia” dos credores em reaver os seus empréstimos. Eram grupos mais fragilizados numa perspectiva económica, pois viviam numa situação de dependência ou careciam de recursos para sobreviverem. Os filhos que se encontrassem, sob a tutela dos seus progenitores, não podiam ser penhorados pelos prestamistas judeus⁵³¹, uma vez que os seus pais ou parentes não se responsabilizavam por eles em questões jurídico-financeiras. Os pertences embargados aos mancebos de Castelo Melhor e Castelo Rodrigo eram considerados bens furtados.⁵³²

Por outro lado, era fácil para os devedores resgatarem os bens penhorados ou entregues como garantia aos credores. Bastava que os indivíduos reconhecessem os seus bens na posse dos judeus. Tinham ainda que prestar juramento, alegando que os tinham vendido, doado, dado ou mandado empenhar.⁵³³ Cumpridos os procedimentos

⁵²⁹ “(...) Todos iudios qui pennos tomaren sin testigo, pectet I morabeti alcaldibus et demangelo por furto.” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXXII, Tít.294. Cf. “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.83, Tít.295; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 109, Tít.303; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.778; Tít.294; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.925, Tít.242, Lv. VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.823, Tít.296; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.880, Tít.255, Lv. VI; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.83-84, Tít.295, Lv.IV. Vide, Pilar León Tello, op.cit, p.289; Joaquim de Assunção Ferreira, op.cit, p.305

⁵³⁰ Por filhos «emparentados» ou de família entenda-se por aqueles que se encontram sob a tutela dos progenitores ou do pai ou da mãe viúvos, independentemente da idade, desde que não tenham sido efectuadas divisões dos bens conjugais. Estes não dispõem quase de personalidade jurídica e de capacidade para possuírem bens. No entanto, segundo os costumes e foros ribacoanos, os pais ou os parentes não eram responsáveis pelos delitos de sangue. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp.302-315; Antonio C. Floriano, op.cit, pp.85-86

⁵³¹“(....) Et nenguno non tome auer de filio enparentado, sinon qui lo tomare pectet X morabetis a los VI et a los alcaides.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXXII, Tít.294. Cf. “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.83-84, Tít.295; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 109, Tít.303; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 880, Tít.255, Lv.VI; “CFA”, in PMH – LC, op.cit, p. 823, Tít.296; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 778, Tít.294; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 925, Tít.242, Lv.VI. Vide, Fortunato de Almeida, op.cit, p.209, Joaquim de Assunção Ferreira, op.cit, p.305

⁵³²“(....) Ningun iudeo que penos tomare de mancebo ou conprare sinon de seu dono dê los de furto.”, in “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.880, Tít.251, Lv.VI. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 924, Tít.238, Lv.VI. Vide, Fortunato de Almeida, op.cit, p.209; Joaquim de Assunção Ferreira, op.cit, p.305

⁵³³ “(...) Tod ome quis u auer conosciere a iudio, firmele el iudio com II christianos que lo compro, et com sol o le empenaron, et de otor. Et si non pudiere firmar, iure el christiano que no lo uendio ni lo dio, ni lo mando enpenar, et que suyo es, et tome el auer que demanda. Todo iudio de otor por auer quel conosciere.”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXIII, Tít. 295. Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.823, Tít.297; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.880, Tít.256, Lv.VI; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.84, Tít.296, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 778, Tít.295; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.109-110, Tít.304; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.925, Tít.243, Lv.VI. Vide, Pilar León Tello, op.cit, p.289; Juan Carrasco Pérez, “Acerca del préstamo judío en Tudela a fines del siglo XIV. Según el Registro del sello de 1383”, in

indicados, os queixosos passavam a possuir novamente os seus bens. Esta prescrição costumeira podia ser usada como um estratagema para os devedores insistentes se livrarem das suas dívidas e compromissos, quebrando as condições de empréstimo. Contudo, os credores hebraicos estavam de certo modo resguardados, devendo, em primeiro lugar apresentar em sua defesa testemunhas cristãs e um «autor» que lhes confirmassem a posse legítima dos bens supostamente adquiridos de maneira fraudulenta e arbitrária. Os prestamistas ficavam portanto obrigados a provar que os penhores tinham sido comprados ou embargados à luz do dia, à vista de toda a gente, sem qualquer tipo de ardil. Só assim não perdiam os bens penhorados, usados como garantia, no incumprimento dos contratos usurários.

A vila de Alfaiates foi ainda mais longe ao regulamentar a venda de penhores. Os bens embargados eram normalmente comercializados, com a finalidade de os credores obterem a diferença do valor dos bens apreendidos para ajudar a liquidar as dívidas.⁵³⁴ Havia também devedores que entregavam ou vendiam parte do seu património aos judeus para fazer face aos empréstimos contraídos. Neste sentido, eram sancionados os indivíduos que fizessem negócio de penhores com os hebreus, sob pena de pagarem uma coima de dez morabitanos aos alcaides.⁵³⁵

Os concelhos de Riba-Côa pretenderam assim evitar qualquer tipo de confrontos e de comportamentos abusivos e fraudulentos que pudessem surgir entre credores e devedores, estabelecendo limites e regulando a realização de contratos e acordos usurários, pois nem sempre era fácil recuperar os bens emprestados, arrecadar os juros implicados e cumprir com os devidos compromissos contratuais.

Em suma, os judeus foram também abrangidos pelas normativas costumeiras de Riba-Côa, com o fim de regular as relações sociais e as vivências quotidianas entre os hebreus e a maioria cristã. Através dos costumes e foros podemos pressupor que os judeus tinham um papel activo nas sociedades ribacoanas, sobretudo, no domínio judicial e económico. Daí que os concelhos de Riba – Côa, se confrontassem com a

Príncipe de Viana, N°s166-167, Pamplona, 1982, p.925, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2326520>, 3 de Maio de 2008

⁵³⁴ In, Guillermo Castán Lanaspa, op.cit, p.73.

⁵³⁵ “(...) Nvllus homo qui hereditatem uendiderit, ó pingnorauit ad iudeo pectet X morabitanos, et los alcaides non apretarent caia les en periuro.”, in “CFA”, PMH-LC, op.cit, p.828, Tít.335

necessidade de impor limites ao papel preponderante e próximo dos judeus em relação aos cristãos.

Os hebreus foram também agentes dinamizadores da economia municipal, nomeadamente, no que toca ao desenvolvimento do comércio e à realização de créditos e de outros contratos prestamistas a juros.

A comunidade judaica era portanto aceite e tolerada nas sociedades fronteiriças de Riba-Côa, gozando, ao mesmo tempo, de uma dupla condição de privilégio, respeito e protecção e de discriminação.

1.4.b) Os muçulmanos;

Tal como os judeus, os muçulmanos constituíam uma comunidade minoritária, distinta, organizada e com características muito particulares, no seio das sociedades fronteiriças de Riba – Côa. Eram um grupo aceite, tolerado e distinto que “se auto – identifica e é identificado pelos outros como tal.”⁵³⁶ Ambos os grupos gozavam de uma “etnicidade própria, que se traduz na identidade religiosa”⁵³⁷, como especifica Maria Filomena Barros, vendo preservados e respeitados os seus costumes, tradições, leis, etc.

As vivências quotidianas da minoria muçulmana das vilas ribacudanas foram regulamentadas, em boa parte, pelos costumes e foros. Nos seus «corpora» podemos encontrar normativas que visavam regulamentar, principalmente, as suas relações com a maioria da população cristã, sem esquecer os escravos mouros. Ao mesmo tempo, as autoridades municipais focaram a atenção em estabelecer um sistema penal próprio que regulasse as transgressões e os conflitos entre os indivíduos de ambas as comunidades. Neste sentido foram ainda estatuídos preceitos processuais que deveriam marcar as condutas judiciais deste grupo minoritário, chamando a atenção para o caso particular dos mouros escravos. Mas, não foi só do ponto de vista judicial que os mouros se viram contemplados com normativas especiais. As suas relações com atividades económicas foram também, de certa forma, alvo de controlo, atendendo, sobretudo, aos aspectos jurídicos dos vínculos laborais entre senhores e escravos, apesar de as informações que os costumes e foros nos apresentam serem parcas. Estas disposições chegaram a incluir

⁵³⁶In, Maria Filomena Lopes de Barros, *Tempos e espaços de mouros. A minoria muçulmana no Reino português (séculos XII a XV)*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora, sob a orientação do Professor Doutor A. H. de Oliveira Marques e co – orientação do Professor Doutor Adel Sidarus, Évora, Universidade de Évora, 2004. Exemplar Policopiado, p. 12.

⁵³⁷ Idem, Ibidem, p. 12.

ainda que, de forma breve, um regime tributário específico, a que os mouros, em especial, os forros, estavam sujeitos a contribuir no seu quotidiano.

Personalidade Jurídica

Nem todos os muçulmanos ribacudanos eram iguais. Nas sociedades de Riba – Côa, podemos encontrar indivíduos diferentes que se diferenciavam juridicamente e dos pontos de vista económico e fiscal. Delas faziam parte os mouros forros e os escravos, embora não nos possamos esquecer da diversidade de muçulmanos escravos que eram assalariados, cujas condições de trabalho variavam consoante as suas atividades económicas. Eram eles, para sermos mais precisos, os mouros de «mercê»⁵³⁸ e «lavoura». Coria e Castelo Bom atestaram ainda nos seus costumes e foros o caso particular dos mouros de «serviço». Entre eles deveria coexistir alguma diferença jurídica marcada talvez pelo estatuto económico e laboral, apesar de as normas costumeiras serem praticamente parcas em detalhes sobre as suas categorias e ofícios.

Em traços gerais, os mouros tinham um estatuto jurídico próprio⁵³⁹, sobretudo, quando se fala de mouros forros, também conhecidos por mouros livres ou de paz. Tratava-se de indivíduos livres, autónomos e com capacidade processual, sendo à partida responsáveis judicialmente pelos seus actos, embora os «corpora» costumeiros sejam omissos sobre as especificidades judiciais nas demandas que os envolviam. Neste sentido, não é, portanto, possível conhecer como os muçulmanos se comportavam em juízo e quais seriam os procedimentos judiciais que deveriam seguir, bem como as penas a que estavam sujeitos. Talvez este silêncio das fontes costumeiras se deva ao facto de os mouros forros se assemelharem, de certo modo, à população cristã.

A maioria dos muçulmanos estava, no entanto, reduzida à escravatura. Os mouros escravos não dispunham de personalidade jurídica, sendo privados de liberdade e de quaisquer direitos, nomeadamente judiciais. Viviam sob a égide dos seus proprietários. Eram, neste sentido, vistos como mercadorias, “bens domésticos”⁵⁴⁰ e

⁵³⁸ Entenda-se por mouro de «mercê» aquele que “cobra por faenas o a destajo”, in Alberto García Ulecía, op.cit, p. 203

⁵³⁹ Serafín de Tapia, “Los mudéjares de la Extremadura castellano – leonesa: notas sobre una memoria dócil (1085 – 1502)”, in *Studia Histórica. História Medieval*, vol. VI, Salamanca, 1989, p.95. Vide, Miguel Ángel Ladero Quesada, “Los mudéjares de Castilla cuarenta años después” in ELEM, N°33, Madrid, 2010, pp. 392 – 393, in RCC, <http://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM1010110383A/21164>, 21 de Maio de 2012

⁵⁴⁰ In, José Mattoso, op.cit, pp. 380 - 381

patrimoniais com um valor pecuniário inerente, sendo valorizados e procurados no mercado. Podiam ser também transaccionados em qualquer espaço de comércio, inclusive, nas «almonedas» (leilões). Os preços dos escravos costumavam variar em função das capacidades de trabalho que podiam oferecer, da disponibilidade financeira e do interesse dos compradores em os adquirir.⁵⁴¹ Ou seja, este tipo de cativos “se adjudica o dona, se compra y se vende, se arrienda, se ve como objeto de propiedad, perteneciente a un dueño, atribuido al mismo y que, llegado el caso, ha de ser restituido a su titular prácticamente como un objeto de derecho patrimonial.”⁵⁴² Exemplo disso eram as viúvas que tinham direito a um escravo mouro ou mora juntamente com outros bens, após à morte dos seus maridos.⁵⁴³

Os sarracenos escravos não tinham qualquer participação judicial, nem sequer em defesa dos bens agro - pecuários dos seus donos. Ou seja, não podiam «prender» (embargar) nenhuma cabeça de gado, quando entrassem nas vinhas e nas terras cerealíferas dos seus proprietários, destruindo-as e causando danos.⁵⁴⁴ O arresto de alguns animais funcionava, aqui, como uma espécie de indemnização, no sentido de recompensar o lesado. O dono das propriedades tinha a necessidade de se sentir

⁵⁴¹ Francisco A. Roca Traver, op.cit p. 172. Vide, Manuel Gómez de Valenzuela, “Eslavos moros en Aragón (SS. XI al XV), in *Argensola. Revista de Ciencias Sociales del Instituto de Estudios Altoaragoneses*, Nº102, Huesca, 1989, p.116, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/busqueda?t=G%C3%B3mez+de+Valenzuela&i=51>, 12 de Abril de 2012; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.76

⁵⁴² In, Alberto García Ulecía, op.cit, p.192. Vide, José Leite Vasconcellos, *Etnografía portuguesa. Tentame de sistematização*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1958, p.342; Francisco A. Roca Traver, op.cit, pp. 171 – 172 e 175; Ana Echevarría Arsuaga, “Eslavos musulmanes en los Hospitales de cautivos de la Orden Militar de Santiago (siglos XII y XIII)”, in *Al-Qantara. Revista de Estudios Árabes*, NºXXVIII, Fasc. 2, Madrid, 2007, p.467 in *Al – Qantara. Revista de Estudios Árabes*, <http://al-qantara.revistas.csic.es/index.php/al-qantara/article/view/45/39>, 16 de Abril de 2012

⁵⁴³ “(...) Mulier que uiduitatem uoluerit tenere, accipiat unam casam de XII cabriadas, et una terra de dos caffizes semnadura, ubicumque uoluerit et una aranzada de uina, ubicumque uoluerit, et una uize e molino aut in azenia acabo de XV dias un día, et una bestia asnar, et una mora o un moro, et un lecho com guenabe et com alfamar, et hun fierto, et un cabezal, et II sauanas, et una caldera, et II bues, et XII oueias, et una porca, et desto todo lo que ouiere prenda (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXVI, Tít.75. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.913, Tít. 141, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.752, Tít.69; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.867, Tít.151, Lv. IV; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.798, Tít. 64; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 28-29, Tít. 77; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.30, Tít. 68, LV. I. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, pp.24-25; Idem, op.cit, pp.52-53

⁵⁴⁴ “(...) Tod omme que fallare puercos, o cabras o ouellas en so restroio, o ouere gauiellas treznas, e en uina uindimada, prenda II carneros o II puercos, et non tome carnero cencerrado, si carneros andudieren enas ouejas, tome II oues et non tome morueco nin de puercos uerraco. Et si lo tomare delo doblado, et de cabras tome II et de cabrones II et non tome otra calopna. Et del prado simili modo sicut del restroxo. (...) Et si moro lo to / mare, el sennor iure por el.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXII, Tít. 104. Cf. “CFA” in PMH-LC, op.cit, p. 801, Tít. 95; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 39 - 40, Tít. 106; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 755, Tít. 94; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.37 - 38, Tít. 97, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 872, Tít. 184, Lv. V; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 917, Tít. 171, Lv. V.

ressarcido pelos estragos, adquirindo assim um “derecho absoluto sobre el objecto prendado, que si antes se exteriorizaba dando muerte al animal, aqui produce como efecto el que pueda disponer de él sin que le quepa una ulterior responsabilidad frente a su dueño.”⁵⁴⁵ Esta prática jurídica estava à partida vedada aos mouros, devido à condição de escravos que ocupavam nas sociedades ribacudanas. Se assim o fizessem, os donos dos cativos ficavam responsáveis pelo arresto das cabeças de gado, devendo jurar pelos seus escravos. Só os proprietários dos escravos ou outros indivíduos, como «messegueiros», «vinhateiros» ou outros encarregados de vigiar as culturas, tinham capacidade para arrestar os animais alheios todas as vezes que invadissem as suas propriedades, danificando-as.

Entre os muçulmanos escravizados, distinguiam-se, como já foi dito anteriormente, os mouros de «lavoura», «mercê» e «serviço». Eram diferentes do ponto de vista jurídico, mais propriamente, no enquadramento penal. Sabe-se apenas que as coimas pelos crimes de homicídio infringidos contra os sarracenos de «mercê» deviam ser à partida superiores que as dos mouros de «lavoura» e de «serviço», ficando ao critério dos alcaides e dos Seis.⁵⁴⁶

Os mouros e a criminalidade

Nem sempre a convivência quotidiana entre os muçulmanos e cristãos era fácil e pacífica. Costumavam ser frequentes os problemas e os conflitos entre os indivíduos ambas as comunidades, constituindo uma preocupação para as autoridades locais das vilas de Riba – Côa. Os costumes e foros espelhavam assim um especial cuidado para

⁵⁴⁵In, José Orlandis Rovira, “La prenda como procedimiento coactivo en nuestro derecho medieval. (Notas para un estudio)”, in AHDE, N°14, Madrid, 1943, p.172. Trata-se de uma penhora extra-judicial, de carácter privado, isto é, sem ser necessária a emissão de um mandato prévio emitido por alguma entidade judicial. Este tipo de procedimento processual obedecia a alguns requisitos. Era obrigatório que as terras estivessem devidamente cercadas e cultivadas. Também não podiam ser penhorados todos os animais que se fossem encontrados. Bastava o arresto de determinado número de animais, exceptuando-se algumas cabeças de gado, como as cabeças de gado maior, com o fim de a reprodução não ser afectada. Depois do arresto, os animais eram levados para os corrais, onde permaneciam retidos por tempo ilimitado, até aos seus donos saldarem os prejuízos provocados ou, em alguns casos, apresentar um fiador, alguma prenda ou outra garantia. *Vide*, Idem, *Ibidem*, pp.163 – 178; Niceto Alcalá – Zamora y Castillo, *op.cit*, p.87.

⁵⁴⁶“(…) Tod ome qui matar moro o mora de lauor, pectet XV morauetis domino suo. Et si fuer de mierce, alcaides et VI lo aprecienlo quanto pectet a so señor (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, *op.cit*, p. XXXVIII, Tít. 131. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, *op.cit*, p. 50, Tít. 133; “CFCB”, in PMH-LC, *op.cit*, p.759, Tít. 120; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, *op.cit*, p. 45, Tít. 121, Lv. II. *Vide*, Alberto García Ulecía, *op.cit*, pp. 202-203; Manuel Gómez de Valenzuela, *op.cit*, p. 118; Francisco Javier Díaz González, *op.cit*, p.291; Julián Clemente Ramos, *op.cit*, p. 76

com os mouros escravos, sendo abrangidos com um conjunto particular de normativas. Estas tinham o objectivo de proteger os cativos de todo o tipo de violência a que estavam costumados a padecer e, por outro lado, não deixavam de salvaguardar os interesses dos seus proprietários que os viam, acima de tudo, como bens. Qualquer delito infringido contra os escravos muçulmanos significava portanto uma ofensa contra os seus donos e também uma série de prejuízos laborais, porque se viam a braços com menos mão – de – obra disponível para trabalhar. Foi, neste sentido, que as autoridades municipais estabeleceram um sistema penal próprio para os delitos que envolvessem os escravos. Normalmente eram sancionados com penas pecuniárias que deviam ser entregues aos proprietários dos escravos, funcionando, assim, como uma espécie de indemnizações.

As agressões físicas eram punidas com o pagamento de dois morabitanos, ao passo que as mutilações eram penalizadas com uma pena superior, no valor de quatro morabitanos.⁵⁴⁷ «Messar», isto é, puxar os cabelos ou as barbas aos escravos mouros, humilhando-os diante dos seus senhores, implicava igualmente uma multa de dois morabitanos.⁵⁴⁸ As perseguições aos sarracenos escravos, sobretudo, com o fim de desonrar os seus donos estavam também sujeitas a multas. Nestes casos, o autor do crime era obrigado a jurar individualmente, alegando que tinha a intenção de ir atrás das vítimas para as molestar, sem ofender os seus proprietários.⁵⁴⁹

⁵⁴⁷“(…) Tod ome qui firiere moro ageno o mora, o messare, pectet II morabetis domino suo. Et si liuores fezier, pectet III morabetis domino suo, et si non, iure siue V de uezinos, si firmare non ge lo pudieren.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVII. Cf. “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.910, Tít.118; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.49; Tít.128; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.910, Tít.118, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.864, Tít. 127, Lv. III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 45, Tít. 120, Lv. II; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 804, Tít.119. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp.199-201; Francisco Javier Díaz González, op.cit, p.293; Maria Filomena Barros, op.cit, p.24; Saúl Antonio Gomes, “Grupos Étnico – Religiosos e Estrangeiros”, *Nova História de Portugal. Portugal em definição de fronteiras. (1096 – 1325). Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, 1ª edição, vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 326

⁵⁴⁸“(…) Tod ome qui firiere moro ageno o mora, o messare, pectet II morabetis domino suo. Te si liuores fezier, pectet III morabetis domino suo, et si non, iure siue V de uezinos, si firmare non ge lo pudieren.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVII, Tít. 126. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.49, Tít.128; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 804, Tít. 119; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít. 118; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.45, Tít.120, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.864, Tít.127, Lv.III; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.910, Tít.118, Lv. III. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp.202 – 203; Francisco Javier Díaz González, op.cit, p.291

⁵⁴⁹“(…) Qvi percusserit moro o mora alienam, iuret solus quod non percussit ei per desorna de so senor; et si non iurauerit uel de plazo ceciderit. Pectet colonia duplata domino suo. /”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít.130. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp. 49 - 50, Tít. 132, “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 804, Tít. 119; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít. 119; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít.118; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.804, Tít.119. Vide, Alberto García Ulecía, op.cit, pp. 202 – 203; Ana Echevarría, op.cit, p. 23

Os escravos mouros eram também vítimas de homicídio. Este delito contra a vida dos cativos era penalizado com multas, cujos valores variavam consoante a categoria laboral e fiscal das vítimas, segundo os costumes e foros de Cáceres, Coria, Usagre e Castelo Bom. Se estas fossem mouros escravos de «lavor» (lavoura) e de «serviço», destinados geralmente para os trabalhos agrícolas e domésticos, previam-se sanções de quinze morabitanos. No caso de as vítimas de serem mouros de «mercê», a quantia da pena ficava ao critério dos alcaides e dos seis.⁵⁵⁰

Os mouros escravos eram também autores de delitos. Estes costumavam agredir os cristãos, causando-lhes feridas e, em muitos casos, chegavam a persegui-los. Os amos eram responsáveis pelos seus crimes, sendo obrigados a pagarem as multas em função da categoria municipal das vítimas, fossem elas vizinhas ou moradoras,⁵⁵¹ uma vez que dispunham de jurisdição sobre a sua mão-de-obra escrava. Pressupõem-se que estas fossem certamente mais elevadas para os vizinhos do que para os moradores. Já em Alfaiates foram sancionadas as perseguições de forma semelhante que os delitos de violência física, embora não nos permitam conhecer os valores das coimas a ser entregues às vítimas.⁵⁵²

Os mouros, a guerra e o cativo

Os escravos muçulmanos nem sempre eram adquiridos, através de doações, heranças ou transacções comerciais. A guerra era uma outra forma de vida das

⁵⁵⁰ “(...) Tod ome qui matar moro o mora de lauor, pectet XV morauetis domino suo. Et si fuer de mierce, alcaides et VI lo aprecio lo quanto pectet a so senior, si ei potuerint firmare. Si autem, saluese si V.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít. 131. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 50, Tít. 133; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.759, Tít. 120; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 45, Tít. 121, Lv. II. *Vide*, Alberto García Ulecía, op.cit, pp. 202-203; Manuel Gómez de Valenzuela, op.cit, p. 118; Francisco Javier Díaz González, op.cit, p.291; Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 76; Ana Echevarría, op.cit, p.23; Saúl Antonio Gomes, op.cit, p. 326

⁵⁵¹ Agressões físicas contra cristãos: “(...) Todo moro que firier xristiano o xristiana, so sennor pectet la calonna al uezino, et a morador como a morador.”, in “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 49, Tít.130. Cf “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. 49, Tít. 130. Cf. “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít. 128; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 46, Tít. 123, Lv. II; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp. 910 – 911, Tít. 119, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 864, Tít. 128, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít. 122; “CFA”, in PMH-LC, op.cit., p. 804, Tít. 119. *Vide*, Alberto García Ulecía, op.cit, p. 202; Manuel Gómez de Valenzuela, op.cit, pp.118 – 119; Francisco Javier Díaz González, op.cit, p.293; Maria Filomena Barros, op.cit, p.24; Ana Echevarría, op.cit, p. 467

⁵⁵² “(...) Toto mauro uel maura qui percusserit christianum aut christianam suo senior pectet la calumpnia ad uicinum sicuti de moradores : qui habuerit ad iurare uel firmare firmet cum uicinos al uicinum, et cum moradores al morador.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 804, Tít. 119 *Vide*, Alberto García Ulecía, op.cit, p. 202.

populações ribacudanas para a obtenção de bens, riquezas e prisioneiros. Estes eram obtidos principalmente nas expedições militares, como, «azarias», «fossados» e «apelidos» organizadas às terras islâmicas. Todas estas vivências militares vinham a intensificar o receio das comunidades cristãs e muçulmanas de fronteira, que viviam sob a constante ameaça de verem os seus conterrâneos sujeitos ao cativoiro.

Os mouros escravos e os demais cativos faziam parte dos botins e dos rendimentos dos participantes. A cada escravo devia ser-lhe atribuído um proprietário. Os cavaleiros e os peões que fossem em «fossado» ou «azaria» e fizessem cativos deviam receber de recompensa o melhor mouro ou mouro ou a melhor besta muar ou cavalar, de acordo com as decisões dos seus companheiros de expedição, mais conhecidos por «parentes» ou «companheiros de pão».⁵⁵³ A posse destes cativos mouros ou cristãos estava, no entanto, sujeita ao pagamento do tributo da quinta ao rei, independentemente dos valores que os escravos pudessem auferir em caso de resgate. Só em Alfaiates é que não foi possível encontrar referências sobre este imposto associado às riquezas humanas nos seus regulamentos.⁵⁵⁴

Antes de se proceder à distribuição do botim, tinha-se em conta de que havia prisioneiros mouros que podiam ser úteis para o resgate de cativos cristãos, capturados também nas incursões muçulmanas a terras cristãs. Os participantes, chamados também de «parentes», seleccionavam os cativos muçulmanos para as trocas com os seus conterrâneos cristãos, depois da repartição dos despojos.

O cativoiro costumava ser uma fase transitória e temporária até que se fizessem as permutas. Tudo dependia dos «alfaqueques».⁵⁵⁵ Estes estavam encarregados das

⁵⁵³“(…) Cauallero o peon que catiuare d’azeria o de fonsado, denle el mejor moro o mora, o la mejor bestia mular o cauallar qual se escogieren sus parientes, o sus companeros de pan. Et los de Caceres o de su termino que se acertaren en aquel fonsado o en aquella azeria, de la su parte lo den esto.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LVII, Tít. 176. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud y Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 66, Tít. 178; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp. 936 – 937, Tít. 351, Lv. VIII; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, o. 57 - 58, Tít. 173, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 893, Tít. 364, Lv. VIII; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 765, Tít. 178; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 811, Tít. 181. Vide, “Francisco Javier Díaz González, op.cit, p.286.

⁵⁵⁴“Qui ganare preso. Tod omme de Caceres que preso ganare moro o christiano, prestely ende a quinta que de al Rey, siquier uala mucho, siquier poco.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XC, Tít. 387. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud y Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 138, Tít. 396; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 49, Tít. 137, Lv. II; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 934, Tít. 331, Lv. VIII; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.761, Tít. 136; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.891, Tít. 345, Lv. VIII. Vide, María Dolores García Oliva, op.cit, p. 297.

⁵⁵⁵ Eram “indivíduos especializados na troca e comércio de escravos e cativos”. In José Mattoso, op.cit, p.429. Vide, François Soyer, “El comercio de los esclavos musulmanes en el Portugal medieval: rutas y papel económico.”, in *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Hª Medieval*, vol. 23, Madrid, 2010, p.268, in *E - Espacio Uned*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerieIII-2010-23-2120&dsID=Documento.pdf>, 30 de Março de 2012; Francisco de Asís Veas Arteseros e Juan Francisco

negociações com os cativos, garantindo assim, o maior número de cristãos livres para os trazerem de regresso às suas terras. Estes intercâmbios deviam ser também acompanhados pelos alcaides do rei e o concelho.⁵⁵⁶

Nem sempre as permutas eram fáceis, devendo ter-se ainda em linha de conta outros procedimentos. Os escravos muçulmanos que já se encontrassem nas vilas de Riba – Côa podiam ser objeto de troca. Bastava serem disponibilizados pelos seus donos para intercâmbio em território muçulmano pelos «alfaques», procedendo-se da seguinte forma: aquele que tivesse comprado previamente um escravo, era indemnizado, recebendo o valor do bem semimóvel obtido «en almoneda» (em leilão), antes de se proceder ao resgate.⁵⁵⁷ Devia ser um dos recursos utilizados para facilitar as operações de libertação de prisioneiros, usando a troca de pessoas quando nem sempre era fácil reunir o dinheiro necessário para o resgate.⁵⁵⁸

As negociações nem sempre ocorriam da melhor forma. A entrega dos cativos cristãos podia suscitar alguns problemas, dando-se a possibilidade de morrerem em terras mouras. Nestas circunstâncias não se deveria levar a cabo a qualquer tipo de transação, devolvendo os mouros escravos aos seus respectivos donos. As devoluções

Jiménez Alcázar, “Notas sobre el rescate de cautivos en la frontera de Granada”, in *Actas del Congreso la Frontera Oriental Nazarí como sujeto histórico (S. XIII – XVI), 22 a 24 de noviembre de 1994*. Coord. Pedro Segura Artero, Almería, Instituto de Estudios Almerienses, 1997, p. 230 in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=4977>, 5 de Julho de 2012

Os «alfaques», para se deslocarem a território muçulmano, com o fim de negociar e trocar os cativos mouros e cristãos, deviam receber o dízimo dos prisioneiros e um morabitino de «panadgo» (direito que se cobrava para a alimentação dos cativos). Estes tinham ainda direito a receber um morabitino do referido «panadgo», para a sua própria alimentação durante as suas deslocações, por cada prisioneiro resgatado. In, “(...) Todo alfaquec que entrare a terra de moros a sacar catiuos, tome del christiano et del moro el diezmo. Et tome I morabeti de panadgo Et catiuo que salier cabeza por cabeza, tome el alfaquec I morabeti et su panadgo.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCIII, Tít. 400; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.789, Tít. 404; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 105, Tít. 394, Lv. IV; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 409, Tít.409.

⁵⁵⁶ “(...) Et tali sit taamiento ante alcaldes de Rey et alphaquec et per conceio.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít. 132. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 50-51, Tít. 134; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 46, Tít. 125, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.759, Tít. 123; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 932, Tít. 314, Lv. VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 889, Tít. 328, Lv. VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 804, Tít. 119. Vide, Saúl Antonio Gomes, op.cit, p. 327

⁵⁵⁷ “Moro de fonsado (...) Et al qui lo conpro denle tanto et medio ante que taie. Ome de Caceres o de so termino que catiuare, e otro uizino de Caceres por el ioguere denle leno et medio de quantol costare en almoneda, et denlo a sos parientes. Et si no lo quisiere dar, meta II bestias uiuas en casa del quereloso. Et si los alcaldes las soltaren, cayales en periurio, et no les preste.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít. 132. Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 889, Tít. 328, Lv. VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 932, Tít. 314, Lv. VIII; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 50, Tít. 134; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 46, Tít. 125, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít. 123. Note-se que esta normativa não se encontra nos Costumes e Foros de Alfaiates.

⁵⁵⁸ Vide, Francisco de Asís Veas Arteseros e Juan Francisco Jiménez Alcázar, op.cit, p. 231

costumavam acarretar dificuldades, porque nem todos os proprietários os aceitavam de volta. Para isso, negavam que os escravos fossem seus, jurando com cinco conjuradores.⁵⁵⁹

Os sarracenos presos só conseguiam alcançar a liberdade depois do resgate ser pago. Estes tinham portanto inerente um valor que não devia ultrapassar os cem morabitanos. O preço mínimo que se podia alcançar era de trinta morabitanos, de acordo com os preços estipulados nos costumes e foros.⁵⁶⁰

Os mouros com ouro, sinais (cunhos), de peso e os forros não podiam ser esquecidos nos trabalhos de resgate. Tinham os mesmos direitos a serem resgatados como qualquer cristão, sob pena de pena de o «alfaqueque» ser multado, segundo as normativas costumeiras de Castelo Melhor e Castelo Rodrigo.⁵⁶¹

Efetuados os resgates, os «alfaqueques» de Coria, Castelo Rodrigo, Castelo Bom e Castelo Melhor tinham também o direito de receber uma espécie de comissão em numerário por cada cativo que conseguissem negociar com os muçulmanos, restituindo-lhe a liberdade e, trazendo-o de regresso às suas terras. Pelo intercâmbio de prisioneiros no valor de vinte morabitanos, estes ganhavam meio morabitino. Se os cativos auferissem um valor superior a vinte morabitanos, recebiam apenas um morabitino.⁵⁶²

A fuga dos escravos era um dos recursos mais utilizados em busca da liberdade, constituindo, ao mesmo tempo, um problema para os seus proprietários que se viam confrontados regularmente com a perda dos seus bens humanos. Inerente a esta realidade estava a posse ilícita dos cativos por outros donos que os chegassem a

⁵⁵⁹ “Qui maurum alienum inuenerit. (...) Et si el catiuo christiano alá morierit tornet el moro a suo senor so uoluerit eum recipere. Et si suo parente saccare et magis auer dederit ailli dê lo ad drieno (sic) de moro, et si negaret sibi Vº iuret.” in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 804, Tít. 119

⁵⁶⁰ “Moro de fonsado. Qui aduxier moro o mora de fonsado o dazaria, et catiuo christiano iacuerit pro illo, ante que taie, denle XXX morabetis por el; et depues que taiare de tanto quanto taiare fasta C morabetis, et si de ciento morabetis arriba taio, non dent illi mas de C. Et tali sit taiaimiento ante alcaldes de Rey et alphaquec et per conceio. Et al qui lo conpro denle tanto et medio ante que taie. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít. 132. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 50-51, Tít.134; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 46, Tít.125, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.759, Tít.123; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. “Tít.314, Lv. VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.889, Tít. 328, Lv. VIII. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.76; Francisco Javier Díaz González, op.cit, p.288

⁵⁶¹ “(...) Alfaqueque tome el catiuo que exire fasta en XX morabitanos medio e de XX arriba I morabitino e non menos. Todos los que horo e de cuño e de peso foren todos entren, sinon peyte I morabitino”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 936, Tít. 349, Lv. VIII. Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 893, Tít. 363, Lv. VIII

⁵⁶² “(...) Alfaqueque tome el catiuo que exire fasta en XX morabitanos medio e de XX arriba I morabitino e non menos. Todos los que horo e de cuño e de peso foren todos entren, sinon peyte I morabitino”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 936, Tít. 349, Lv. VIII. Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 893, Tít. 363, Lv. VIII; “FCo”, in José Fernández y Maldonado del Torco, op.cit, p. 104, Tít.392, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.789, Tít. 402;

encontrar nos concelhos, gerando desavenças pela propriedade dos referidos bens. Normalmente as vilas fronteiriças viam-se a braços com este tipo de problema, devido ao facto de serem as mais propensas para “evasión por la razón de la cercanía a las zonas de libertad.”⁵⁶³ Daí, as autoridades locais ribacudanas chegarem a determinar que só se podia ficar com os cativos sem dono.⁵⁶⁴ Por outro lado, foram afixadas nos costumes e foros uma série de para todos aqueles que os achassem, com o fim de os incentivar a entregá-los aos seus respectivos proprietários e de os ressarcir pela perda das novas aquisições, evitando, desta forma, eventuais querelas pelos escravos.

Normalmente as recompensas eram pecuniárias, cujas quantias variavam consoante o local e a distância em relação aos concelhos, onde os cativos fossem encontrados. Ou seja, segundo os preceitos de Cáceres, quem achasse escravos em fuga entre a Serra de São Pedro e o concelho, recebia um morabitino. Se os mouros fujões fossem porém encontrados nas zonas além serra, isto é, a sul da serra de São Pedro dava-se 2 morabitanos de retribuição.⁵⁶⁵ Temos ainda outro exemplo: o caso de Coria. Este concelho foi mais longe ao definir uma lista mais detalhada dos lugares, onde pudessem ser encontrados escravos fugitivos. Aqui, as recompensas variavam também de acordo com a distância dos lugares, onde fossem descobertos os referidos escravos. Procedia-se, deste modo, à entrega de uma «ochava» do maravedi a todos aqueles que se deparassem com escravos mouros alheios nas áreas entre Coria e Valdevacas e o povoado de Arroyo del Encín, povoados localizados nas zonas limítrofes de Coria. Para as vilas de Plasencia, Granada (actual Granadilla) e para as zonas que compreendessem os territórios até aos rios Eljas e Tejo, a recompensa era de meio maravedi. Por fim,

⁵⁶³In, Francisco de Asís Veas Arteseros e Juan Francisco Jiménez Alcázar, op.cit, p. 235.

⁵⁶⁴“(....) Et si el señor lo exiere, et el moro fuere fallado desde la sierra de Sancto Pedro aca, denle I morabeti en fallalgo. Et si la sierra allende II morabetis. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXV, Tít. 253. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp. 96-97, Tít. 259. Vide, Saúl Antonio Gomes, op.cit, p. 327

⁵⁶⁵“(....) Et si el señor lo exiere, et el moro fuere fallado desde la sierra de Sancto Pedro aca, denle I morabeti en fallalgo. Et si la sierra allende II morabetis. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXV, Tít. 253. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp. 96-97, Tít. 259. Em Alfaiates, usava-se também a nomenclatura «aquém serra e além serra» para definir os valores das recompensas a conceder a aqueles que achassem os mouros fugitivos ou os animais perdido. In “(....) Nullus homo qui pediderit cauallu alent la sierra det in aflago I morabatinum, et si asno I quarta, et si boue aut bacca quarta, et de L^a oues tres, et de L^a porcos similiter, et asno decima, et per boue sexma et per bacca.” In “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.819, Tít. 253. Vide, Saúl Antonio Gomes, op.cit, p. 327

devia-se pagar um maravedi aos indivíduos que achessem os escravos fujões em zonas mais distantes da vila de Coria das que foram anteriormente mencionadas.⁵⁶⁶

Por outro lado, as fugas podiam pressupor outros problemas. Os ex cativos podiam se sublevar facilmente contra os seus antigos donos ou outros proprietários e os concelhos de fronteira.

Os mouros e o quotidiano municipal

No dia – a – dia das vilas de Riba – Côa, os muçulmanos ocupavam um papel de destaque nas actividades económicas. Trabalhavam em vários ofícios, apesar de os costumes e foros serem escassos em informações sobre as suas actividades laborais. Muitos deles, principalmente os escravos, trabalhavam nas actividades agro – pecuárias e industriais. Eram os chamados mouros de «lavoura». Estes cuidavam das terras e tratavam dos rebanhos dos seus senhores, recebendo, em troca, um salário. Estavam também encarregados de vigiar as propriedades agrícolas, sobretudo, cerealíferas e vinícolas, chegando a penhorar cabeças de gado, com o fim de recompensar os donos das propriedades pelos estragos causados pelos animais.⁵⁶⁷ Os que se dedicassem às actividades artesanais trabalhavam juntamente com os seus mesteirais nas suas oficinas.

Os trabalhos domésticos eram outras actividades que costumavam estar reservadas aos mouros escravos. Podiam ser desempenhadas pelos tais mouros de «serviço», mencionados exclusivamente nas normativas costumeiras de Castelo Bom e Coria. Era também bem provável que os seus ofícios não se restringissem aos trabalhos domésticos, devendo estar aptos para quaisquer outros serviços.

⁵⁶⁶ “(...) Quin moro ageno hallar en nuestros términos: desde los visos de las Xamaragas de Allende el rio aca, e como vien per las Xamaragas de Algodor , e dende para la cabeça de la Xara, e como ixe a Valdevacas, e dende por el lonbo derechamente Alfarajeme como ixe al enzin do cae en el rio, den a el en servicio medio maravedí; e dende allende den a el en servicio un maravedí.”, in “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 45, Tít.119. Cf. “CFCB”, in PMH – LC, op.cit, p. 759, Tít.117; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 889, Tít. 329, Lv. VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp. 932 - 933, Tít. 315, Lv. VIII

⁵⁶⁷ “(...) Tod omme que fallare puercos, o cabras o ouellas en so restroio, o ouere gauiellas treznasles, e en uina uindimada, prenda II carneros o II puercos, et non tome carnero cencerrado, si carneros andudieren enas ouejas, tome II oues et non tome morueco nin de puercos uerraco. Et si lo tomare delo doblado, et de cabras tome II et de cabrones II et non tome otra calopna. Et del prado simili modo sicut del restroxo. (...) Et si moro lo to / mare, el sennor iure por el.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXII, Tít. 104. Cf. “CFA” in PMH-LC, op.cit, p. 801, Tít. 95; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp. 39 - 40, Tít. 106; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 755, Tít. 94; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp. 37 - 38, Tít. 97, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 872, Tít. 184, Lv. V; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 917, Tít. 171, Lv. V. Vide, José Orlandis Rovira, op.cit, pp.163 – 178; Niceto Alcalá – Zamora y Castillo, op.cit, p. 87.

Os mouros de «mercê» eram outro tipo de escravos. Ocupavam talvez uma categoria superior aos muçulmanos de «lavoura» e de «serviço», como se pode pressupor, através dos valores das coimas que os seus donos recebiam, se fossem vítimas de homicídio.⁵⁶⁸ Não há porém um consenso sobre o seu estatuto e as suas funções laborais no conjunto dos muçulmanos reduzidos à escravatura. Estes eram provavelmente os escravos que trabalhavam “por faenas o a destajo”⁵⁶⁹, recebendo assim uma remuneração diária pelas suas actividades, se bem que as normativas costumeiras sejam, uma vez mais, omissas sobre as suas obrigações.

O comércio era outra actividade praticada pelos muçulmanos, tornando-se “piezas fundamentales del abastecimiento de los núcleos urbanos.”⁵⁷⁰ Estes participavam nas feiras anuais de Cáceres e Usagre, que se realizavam no início da segunda quinzena do mês Abril, prolongando-se até ao dia quinze de Maio. Eram tão bem-vindos, como os cristãos, judeus, libertos (indivíduos alforriados), servos, inimigos e os «atreguados». Todos podiam ser provenientes da região, bem como dos reinos de Castela, Portugal, Aragão e Navarra.⁵⁷¹ Aqui, os mouros podiam fazer negócios, conviver e relacionarem-se à vontade, com a maior segurança. Para isso, as autoridades locais de Cáceres e Usagre tiveram o especial cuidado de criar um conjunto de medidas, que visavam, fundamentalmente, a segurança e a vigilância das mercadorias e de todos os participantes e transeuntes. As feiras eram lugares de abastecimento e de aglomerados de pessoas provenientes de todas as partes, que estavam vigiados, de dia e noite, pelos Alcaldes, Seis, Notários, Escrivães, Mordomos e Jurados. Estes funcionários tinham a obrigação de fazer a ronda, proteger todos aqueles que acudissem às feiras e de cobrar as coimas afixadas nos costumes e foros para os delitos que pudessem ocorrer. Cáceres e Usagre pretendiam, acima de tudo, assegurar a paz e a

⁵⁶⁸ Sabe-se apenas que as coimas pelos crimes de homicídio infringidos contra os sarracenos deviam ser à partida superiores que as dos mouros de «lavoura» e de «serviço», ficando ao critério dos alcaldes e dos Seis

⁵⁶⁹ Alberto García Ulecía, op.cit, p. 203. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p. 76; Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.217

⁵⁷⁰ Serafín de Tapia, op.cit, p. 114

⁵⁷¹ “(...) Mando etiam concilio de Caceres suam feriam, quod abeant I uice in anno XV dias últimos mense aprilis, et XV dias primeros de mayo. Et quicumque uoluerit uenire a distam feriam de Legione, siue Castelle, Aragone, Nauarren, Portugalle siue Christianus, siue iudeus, siue marus, siue inimicus, siue serbuus, siue liber, uel qualibet de quibus cumque partibus fuerint, ueniant septem, et atreguatus. (...)”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XCIV-XCV, Tít.408. Cf. “FU” in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp. 194 - 195, Tít. 392. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, pp. 41 - 42 e 74; GUAL, José Miguel, “Bases para el estudio de las ferias murcianas en la Edad Media.”, in MMM, vol. IX, Murcia, 1982, p.15, in *Edit.um. EUM*, <http://revistas.um.es/index.php/mimemur/article/view/5821/5671>, 24 de Maio de 2012

ordem favoráveis para o desenvolvimento do comércio e a afluência e o intercâmbio de mercadores, mercadorias e de outros bens, vindos, sobretudo, oriundos de outras paragens, fundamentais para o abastecimento dos núcleos urbanos.

As deslocações diárias dos mouros forros implicavam o pagamento de tributos. A vila de Castelo Bom incluiu estes muçulmanos na listagem de pessoas, bens e mercadorias sujeitas ao pagamento de portagens, sem esquecer os mortos que fossem levados de uma localidade para outra. Os sarracenos deviam portanto pagar quinze soldos de portagem que devia ser posteriormente encaminhados para os cofres do rei.⁵⁷²

Os mouros livres de Cáceres, Usagre e Castelo Bom deviam ainda pagar outros impostos, gozando assim de um regime tributário especial. Quando necessitassem de pernoitar, procurando algum sítio para se hospedarem, tinham que pagar um morabitino na porta da estalagem. Os hóspedes saíam também beneficiados todas as vezes que as estalagens recebiam clientes sarracenos, ficando com a terça parte do referido tributo.⁵⁷³

Apesar de estes muçulmanos poderem conquistar a liberdade, não quebravam totalmente os seus vínculos com os seus proprietários. Eram, neste sentido, obrigados a dar o dízimo aos seus antigos donos.⁵⁷⁴ Não deixava portanto de existir uma dependência fiscal entre os muçulmanos libertos e os seus antigos donos, com o fim de os compensar pela perda dos bens humanos.

Conclusão

Os mouros, tal como os judeus foram uma minoria aceite e tolerada no seio das sociedades de fronteira de Riba-Côa, apesar de terem sido outrora, maioria dominante. Tinham um estatuto jurídico e um regime fiscal particular, diferente da população cristã. Havia, no entanto, uma exceção. Os mouros escravos, desprovidos de capacidade jurídica, eram vistos como “coisas”. Viviam assim, sob a égide dos seus

⁵⁷² “Estos son os direitos que ElRey há em Castel boo. Primeiramente portagem que se tira por esta guisa: (...) todo mouro que say de catiuo paga XV soldos de portagem may a dizima ao senhor da terra, e desto ha dauar o ospede onde pousar a terça parte pollo recadar (...)”, in “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 790, Tít. 410. Vide, Ana Echevarría Arsuaga, op.cit, p. 477.

⁵⁷³ “(...)Tod moro que salier de catiuo, de el diezmo al señor que touier la honor.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXIX, Tít. 381. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 136, Tít. 390; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 106, Tít. 400, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 790, Tít. 409.

⁵⁷⁴ “(...) Et a la puerta I morabeti, et de tod esto tome ospe [s] el tercio, et hoc casa possare.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXIX, Tít. 381. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 136, Tít. 390; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 106, Tít. 400, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 790, Tít. 409.

proprietários, sendo os responsáveis pelos seus actos. Não obstante, os costumes e foros ribacudanos apresentaram um conjunto de medidas que visam a protecção desta minoria, definindo um sistema penal próprio contra todos aqueles que os agredissem e os matassem, penalizando-os com penas monetárias.

As normativas costumeiras de Riba - Côa espelham uma certa ideia de tolerância e de paz entre as minorias e os cristãos. Apesar disso, não deixa de ser coexistente uma certa segregação entre ambos os grupos, marcada por uma discriminação, essencialmente, jurídica.

1.4. - O critério económico;

➤ Os pobres

Os pobres constituíam uma preocupação para as autoridades municipais de Riba-Côa. Encontravam-se contemplados nos costumes e foros. Apesar das escassas informações, estava subjacente a necessidade de controlar as esmolas que os pobres auferiam, pois estas não podiam exceder um morabitino diário.⁵⁷⁵ Estamos, portanto, diante de uma normativa que visava incentivar os pobres a buscar as suas próprias fontes de rendimento, ligando-os ao mercado de trabalho e, por outro, controlar os falsos pobres, que faziam da mendicância e vagabundagem uma opção de vida, que se encontrava associada a desacatos, ao crime e à prática de atividades pouco convencionais no limiar da ilegalidade. A ociosidade e a falta de ocupação eram portanto mal vistas na sociedade ribacoana. A ideia era com que as pessoas tivessem um caminho, um papel e uma ocupação no seio dos concelhos, à margem da marginalidade.

No entanto, esta normativa mostra o cuidado dos concelhos em não retirar as possibilidades de sobrevivência dos pobres e das pessoas mais desfavorecidas haviam caído em desgraça num dado momento das suas vidas, afixando um “plafom”, um teto máximo para a atribuição das esmolas, no sentido de lhes garantir o sustento. Estamos, portanto, diante de um mecanismo de solidariedade social estipulado pelos concelhos, com o fim de garantir a paz no seio das populações ribacoanas.

Os pobres ocupavam uma posição inferior na sociedade ribacoana, carecendo de personalidade jurídica. Apesar disso, estes não deixavam de estar protegidos pelas autoridades municipais, uma vez que tinham direito a advogados ou a quem os represente em caso de alguma necessidade ou de algum conflito judicial, mostrando assim uma preocupação pela justiça social. O objetivo era colocar a justiça ao serviço de todos, ajudando, inclusive as pessoas de baixos recursos económicos a ser ouvidas e a reclamar a reparação da justiça. Nos concelhos de Riba-Côa subsistia assim a necessidade de proteger os mais fracos e desfavorecidos socialmente.

⁵⁷⁵ “(...) Tod ome qui pidier en conceio non le den mays de I morabeti, et qui su uoz touier o mas le mandare, pectet IIII morabetis al conceio.” in FC”, in Pedro Lumberras Valiente, op.cit, p. XLV, Tít.166. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.63, Tít.168;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.55, Tít.164, Lv.II;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.764, Tít.[168];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.935,Tít.[335], Lv.VIII;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.892, Tít.[349], Lv.VIII;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.813, Tít.[197].

2. A economia da região

As atividades económicas eram fundamentais para o desenvolvimento dos núcleos urbanos de Riba-Côa, garantindo assim a sobrevivência das populações. Daí, a importância dos costumes e foros em regulamentar todos os ofícios e atividades ligados aos setores primário, secundário e terciário. Os trabalhos agrícolas e pecuários faziam parte do quotidiano laboral dos ribacoanos, ganhando destaque na sua economia, se bem que estejamos diante de sociedades com vocação ganadeira.⁵⁷⁶ Muitos dos ribacoanos detinham propriedades agrícolas, tais como as vinhas, linhais, campos de cereais e hortas. Possuíam ainda cabeças de gado em número suficiente para poderem participar em transumância, formando geralmente parcerias. A ganadaria estante e local era outra das vertentes praticadas. Havia donos de gado bovino, porcino e ovino que se limitavam a apascentar os animais nas terras limítrofes aos concelhos, nos «extremos». Terras estas, que se encontravam devidamente protegidas, pois eram de elevada importância para a criação e pastagem de gado. Havia a clara necessidade de as preservar para usufruto dos interesses pecuários das próprias populações, através da imposição de limites e condicionantes aos gados oriundos de outras paragens que passavam pelas terras ribacoanas também à procura de sítios, onde pudessem obter alimento. Normalmente este facto colidia com as intenções de expansão e desenvolvimento da pecuária dos proprietários de gado ribacoanos, gerando conflitos cuja mediação cabia às autoridades locais.

A exploração ganadeira ganhou assim um papel de excelência nas sociedades ribacudanas, constituindo uma verdadeira preocupação para as autoridades municipais, sobretudo dos concelhos de Cáceres e Usagre, que tiveram um cuidado especial em fixar um corpus costumeiro específico sobre a organização pecuária. Estes códigos chegaram ao ponto de determinar uma estrutura administrativa, jurídica e de segurança de carácter local, sobretudo, nos assuntos relativos ao gado transumante. Procedeu-se então à nomeação de cargos próprios que visavam a gestão e a organização municipal da atividade pecuária e exigiu-se a presença dos cavaleiros de rafala nas deslocações dos gados, de longa distância.

⁵⁷⁶ Julián Clemente Ramos, e Juan Luís de la Montaña Conchiña, “Repoblación y ocupación del espacio en Extremadura (1142-C.1350)”, in *Actas de las I Jornadas de Historia Medieval de Extremadura*, Cáceres, Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones, 2000, p. 23.

Todas estas atividades eram complementadas pelas explorações piscícolas, cinegéticas, silvícolas, florestais e subterrâneas. Eram importantes para a obtenção de géneros alimentares e matérias-primas para fins domésticos e ainda serviam de suporte para o desenvolvimento das indústrias e mesteres, fortemente ligadas ao setor comercial. Os recursos naturais, como a água, o ferro e o carvão ganharam uma importância especial. Eram usados como combustível e fontes de energia para mover os moinhos, noras, azenhas, acender os fornos e para a manutenção das pesqueiras.

O comércio era uma outra fonte de rendimentos essencial para garantir o abastecimento dos municípios e impulsionar as trocas comerciais, através dos mercados, açougues e das feiras de Cáceres e Usagre, propiciando a chegada de produtos e de mercadores provenientes de outras paragens, ao mesmo tempo que atraía novos investimentos, importantes para o desenvolvimento dos núcleos urbanos fronteiriços de Riba-Côa. Por outro lado, a atividade mercantil estava de certa forma protegida, obedecendo a critérios protecionistas determinados pelas próprias autoridades municipais, com o fim de proteger e de limitar o acesso e o consumo de determinadas mercadorias e recursos, como o ferro e géneros alimentares, considerados substanciais para o desenvolvimento dos outros pilares das economias locais e, acima de tudo, para o uso diário das pessoas. Também era importante garantir que os ribacoanos acessem aos produtos em boas condições a preços acessíveis, principalmente, os bens de primeira necessidade para o dia-a-dia, sem correrem o risco de serem enganados. A fraude era uma prática recorrente nas manufaturas e nas transações comerciais. Este facto levou os concelhos a adotar um conjunto de medidas que visavam a vigilância dos processos de fabricação até à colocação dos produtos no mercado, dos pesos e medidas, dos preços e dos tributos. Tudo isto em benefício dos consumidores. As receitas municipais saíam igualmente favorecidas, através da cobrança de multas e sanções que cada infração comportava. As penas pecuniárias constituíam assim uma verdadeira fonte de riqueza para os concelhos.

Posto isto, importa aqui conhecer em pormenor as estruturas socioeconómicas que sustentavam as sociedades de fronteira de Riba-Côa, a partir dos seus costumes e foros. Através destes regulamentos, podemos compreender a organização e a gestão do espaço e da paisagem, salientando as potencialidades e os recursos naturais que ofereciam às populações e, de que forma, estas tiravam partido de tais recursos no dia-a-dia. Ou seja, a ideia é conhecer as relações entre os ribacoanos e o meio natural, mediante estas fontes de direito local, que visam claramente uma vertente ecológica.

Os concelhos protegeram, controlaram, incentivaram e impulsionaram o desenvolvimento das economias fronteiriças e ainda se mostraram preocupados em preservar o meio natural e os seus recursos, fundamentais para a sustentabilidade e o abastecimento dos núcleos urbanos, para que nada lhes faltasse, mediante um conjunto de medidas de defesa e proteção. Os regulamentos costumeiros são um exemplo disso.

Estes «corpora» costumeiros, aliados a um interesse ecológico, foram ainda mais longe, expressando um conjunto de regulamentos, com o fim de minimizar e resolver os problemas ligados às questões de higiene, segurança e salubridade das vilas, importantes para o desenvolvimento económico e para o bem-estar das populações.

Setor Primário

Explorações agrárias, paisagem e o meio natural

As atividades primárias ocuparam um papel de destaque na vida económica dos concelhos de Riba-Côa. Os seus habitantes sacaram facilmente proveito dos espaços agrícolas, montes, pastos e florestas dos seus termos. Ricos em recursos naturais, matérias-primas e géneros alimentares, os ribacoanos aproveitaram todas estas potencialidades fundamentalmente no desenvolvimento da indústria, comércio e para o abastecimento e consumo caseiro. Vejamos, então, de que forma. A água constituiu uma das principais fontes de energia. Era empregue como força motriz para movimentar os moinhos, azenhas e noras, tão importantes para a indústria da transformação e têxtil, no fabrico de panos. Também as águas dos rios, fontes, nascentes e poços foram utilizados em sistemas de regadio para facilitar a rega das plantações agrícolas. Além disso, nos cursos fluviais foram construídas as pesqueiras, estruturas fechadas, onde os habitantes de Riba-Côa podiam criar peixes e pescar livremente. Já a madeira, a lenha, o carvão vegetal eram outras matérias-primas procuradas nos bosques. Eram usadas, principalmente, como combustíveis nas fráguas e fornos; no aquecimento das pessoas e no fabrico de materiais para a construção civil. Os recursos minerais, como, por exemplo o ferro foram utilizados nas ferrarias. Delas dependia o fabrico de armamento, ferraduras para os animais, utensílios agrícolas e de objetos para as casas, indispensáveis no dia-a-dia dos ribacoanos.

O aproveitamento do meio natural, dos seus recursos florestais e agropecuários nem sempre era feito da melhor maneira. Eram normalmente explorados de forma intensiva e desenfreada pelas populações, em especial, por determinados profissionais,

tais como os madeireiros, carvoeiros, pastores e caçadores, sem muitas vezes terem em atenção às propriedades agrícolas, culturas e aos bosques. A pastagem excessiva dos gados, a expansão e criação de novos espaços agrícolas e de pasto para os animais apascentarem, as queimadas, o corte desmedido das árvores e a devastação paulatina dos montes e das florestas foram motivos de conflitos, constituindo uma verdadeira preocupação para as autoridades concelhias. Neste sentido, chegaram a preconizar um conjunto de medidas de salvaguarda e proteção dos espaços agropecuários e das florestas, com o objetivo de garantir uma gestão racional e equilibrada dos recursos ambientais. Por outro lado, os concelhos tiveram ainda o cuidado de organizar e controlar todas as formas de produção agrária e as atividades económicas primárias, sem esquecer a preservação e a proteção dos espaços agrícolas e comunais.

Agricultura: paisagem agrária, propriedades e culturas

A agricultura foi uma das principais atividades económicas dos concelhos de Riba-Côa. Os campos de cereais, vinhas, linhais, hortas, alcáceres, exidos, prados e devesas compunham a paisagem rural ribacoana. É, porém difícil determinar a organização do espaço, de forma detalhada e exaustiva, através dos costumes e foros, uma vez que são escassas as informações e, muitas delas são indiretas, possibilitando-nos, mesmo assim, o levantamento de conjecturas, apesar dos entraves que esta temática levanta. A isto acrescentam-se as limitações das fontes costumeiras em traçar uma organização concreta do espaço ribacoano, se bem que, por outro lado, nos dão indicações pormenorizadas sobre a defesa e a proteção das herdades agrícolas, salientando, os danos provocados por animais e pessoas.

Sabe-se, no entanto, que num primeiro momento, após a Reconquista dos concelhos de Riba-Côa, em especial de Cáceres e Usagre, procedeu-se à repartição e entrega de terras aos militares que participaram nas expedições e aos novos povoadores para organizarem as suas vidas. Estas divisões eram feitas normalmente pelos «quadrelários»,⁵⁷⁷ logo depois da reconquista e, mais tarde, pelos «sexmeiros» e

⁵⁷⁷ “(...) Toda here[d]at de quadriella que non fue partida, non se pare tras anno aquellos de su quadriela.” In “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXIX, Tít.89. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.33-34, Tít.91. Vide, Antonio C. Floriano, “Cáceres ante la historia: el problema medieval de la propiedad de la tierra.” In REE, Nº1-2, Badajoz, 1949, in DB, http://www.dip-badajoz.es/cultura/ceex/reex_digital/reex_V/1949/T.%20V%20n%201-2%201949%20marzo-jun/RV10057.pdf, 7 de Abril de 2012; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.18; J.

«vinteiros»,⁵⁷⁸ outros povoadores que chegaram às vilas, segundo as indicações dos costumes e foros de Cáceres e Usagre, pois a afluência de pessoas não teria sido suficiente, ficando muitas terras livres para serem ocupadas. Os habitantes de Riba-Côa, melhor dizendo, os vizinhos das vilas e das aldeias de Cáceres e Usagre tinham direito à propriedade, isto é, às casas, herdades, hortas, moinhos, «alcáceres» e a outros bens resultantes das divisões realizadas pelos dos «sexmeiros» aos Domingos, a mando do concelho.⁵⁷⁹

Esta política inicial de repartição e doação de terras enquadrava-se num cenário de necessidade de atrair e fixar os novos habitantes nos municípios recém-conquistados, com o fim de pacificar e dinamizar as zonas de fronteira, perigosas, instáveis e inseguras. O risco e o medo de investidas muçulmanas e de outros ataques não teriam deixado de pairar nas populações ribacoanas. Todo este processo de partilha de terras teria durado, mais ou menos, em média, entre vinte e cinco e trinta anos, após à reconquista definitiva de Cáceres, partindo, claro está, das premissas de Floriano Cumbreño para o caso cacerenho, no seu trabalho sobre a questão da propriedade na referida vila.⁵⁸⁰

Durante esta etapa, segundo o mencionado autor, “quedó plenamente constituida la totalidad del vecindario; después ya no se vuelve a hablar de ellas, ni aun de pobladores, sino de vecinos.”⁵⁸¹ A par desta iniciativa, coexistiram outras medidas para aliciar ainda mais povoadores, que consistiam na outorga de privilégios fiscais e militares. Ou seja, os novos residentes ficavam isentos do pagamento de impostos e obrigações militares, como participar no fossado, durante um ano.⁵⁸²

Gautier Dalché, “Formes et organisation de la vie rurale dans le Fuero de Cuenca.” In AEM, N°12, Madrid, 1982, p.152; M^a Dolores García Oliva, op.cit, p.36

⁵⁷⁸ “(...) Quando conceio quisier partir por conceio en domingo manden a los sexmeros que parten lo que lys mandaren de tal hogar a tal hogar et tomen bonos omes de conceio et eguen los sexmos. Et puesque fueren eguados o se acordaren la mayor partida de los sexmeros que fagan aquello uala. Et echen sortes et conoscan los sexmeros cada uno su sexmo et fagalo uintenias. (...) Et non reciba heredero d’otro sexmo nin de otra uintena, sin non fuere poblador. (...)” In “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CXI, Tít.496. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.147-148, Tít.423. Vide, Antonio C. Floriano, op.cit, p.8; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.18.

⁵⁷⁹ “De sus casas. Mando et concedo a cada uizino de Caceres, sus casas, heredades, ortos, molinos, alcaceres et todas sus particiones que fueren fechas por sus se[x]meros et por mandado de conceio en domingo fecho, et presten. Otrosi las particiones que una uez fueren fechas tam de uilla quam de aldeas, presten, et non sean mayns rebueltas. Et qui la quisier reboller pectet mil morabetis al conceio et non preste.” In “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CX, Tít.493. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.146-147, Tít.420.

⁵⁸⁰ Vide, Antonio C. Floriano, op.cit, p.9; M^a Dolores García Oliva, op.cit, p.54.

⁵⁸¹ In, Antonio C. Floriano, op.cit, p.9

⁵⁸² “De non dar portatici. Et foro dio el rei et otorgo a los uizinos de Caceres que en todo so regno non dent portatici, nec respondeant in toto suo regno pro nulla res, dent fiadores ut appareant a derecho en Caceres. Et franqueo el Rey a uezinos de Caceres sus hereditates et suos homines que ouieren en otras

A divisão das terras nem sempre foi pacífica, obrigando as autoridades locais a deliberar sobre estes assuntos. A posse das novas parcelas costumou gerar alguns problemas, porque havia a tendência a usurpar os terrenos alheios, independentemente de se tratar de alguma área agrícola ou não. A presúria foi motivo de discórdia entre os ribacoanos. Disso é prova as queixas, mencionadas nas normativas costumeiras. Os demandados ficavam assim na obrigação de demonstrar que as suas terras eram cultivadas há mais de um ano.⁵⁸³ Deste modo, conseguiam comprovar que os seus campos agrícolas lhes pertenciam e mais ninguém os podia ocupar em benefício próprio. O direito à propriedade ficava portanto inalterado, passando a ser de pleno domínio. Davam-se, desta forma, os devidos direitos e garantias aos novos proprietários para poderem disfrutar das suas parcelas como entendessem, inclusive vender, comprar, trocar, doar outras parcelas de terras.⁵⁸⁴

Mais tarde, numa segunda fase, partindo da hipótese que o processo de repovoamento já estaria em fase de consolidação, o acesso à propriedade fazia-se principalmente, através da compra de terras.⁵⁸⁵ A concessão dos terrenos deixou de fazer sentido, uma vez que, citando novamente o caso de Cáceres, esta vila já estaria

partes que non pechen nec fagan fazendera ni den en pecho ni en pedido. Et acotalos, que negun omme que en sus heredades o en sus omnes metier mano, o en esto que les mando el Rey, que pectent mille morabetinos et sit forfectosis, et ad quereloso danpnum duplicatum.” FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XI, Tít.6. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.4, Tít.7; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.899-990 Tít.[24], Lv. II; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.15, Tít.5, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.745, Tít.[5].

–“(…) Primo iuntero nin poblador, non pectet fasta I anno ni uaya en fonsado.” In “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXX, Tít.279. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.105, Tít.287; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.52, Tít.280, Lv.IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.776, Tít.[279]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.822, Tít.[280].

⁵⁸³ “(…) Tod omme a quien demandaren heredit, et podier el firmar que mays abet de anno et dia que la tiene com labor quel pertenesce, non responda por ella, et si alter dixerit: ante d’anno demandaui hereditatem istam firmet ei quod ante d’anno demandaui illam, et respondeat illi pro ea.” In “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXIX, Tít.92. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.34-35, Tít.94; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.916, Tít.164, Lv.V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.871, Tít.176, Lv.V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.34, Tít.84, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.754, Tít.[83]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.799, Tít.[75]. Vide, Carlos López Rodríguez, “La organización del espacio rural en los fueros de la Extremadura castellana.” In, ELEM, N°12, Madrid, 1989, p.68, in PRCC, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM8989110063A.PDF>, 3 de Maio de 2008; J. Gautier Dalché, op.cit, p.153.

⁵⁸⁴ “De partiias. Depues que conoscer el uizino su racion de heredad, uenda qui quisiere et compre et preste. Et si uendiere lo que non ouiere conocido, nin preste al qui uendiere ni al qui conprare, mas denlo ad pobladores.” In “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CXI, Tít.494. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.147, Tít.421. Vide, J. Gautier Dalché, op.cit, p.154.

⁵⁸⁵ “(…) Todos los pobladores que ante de particion de las tierras uinieren, denlis raciones. Et a los que depues uinieren no les den d’aquello partido et compren si quisieren.” “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXIV, Tít.247. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.147, Tít.422.

praticamente povoada entre 1250 e 1260, no reinado de Afonso X, segundo Floriano Cumbreño.⁵⁸⁶

As propriedades tinham várias dimensões, embora as normativas costumeiras sejam parcas em detalhes. Sabemos que deveria existir algum cuidado em distribuir terras com extensões semelhantes e de forma equitativa, como acontecia com as terras «germanas» ou geminadas.⁵⁸⁷ Eram medidas e repartidas possivelmente pelos «quadrelários» para que fossem todas iguais.⁵⁸⁸ Era bem provável que as terras «germanas» e a sua forma de distribuição remontassem à primeira fase de ocupação territorial logo após à reconquista da zona de fronteira ribacoana, partindo do princípio que seria o momento mais propício para a constituição de prédios de raiz com características muito semelhantes, sobretudo, no que respeita às dimensões. Não obstante, nem todas as terras seriam iguais. As terras «germanas» coexistiriam com outras unidades agrárias com áreas diferentes, de acordo com Julián Clemente Ramos.⁵⁸⁹ As propriedades das viúvas eram um exemplo. Estas mulheres eram normalmente donas de uma «aranzada»⁵⁹⁰ de vinha e dois «cafizes»⁵⁹¹ de terra para poderem semear cereais.⁵⁹² A questão da distribuição e organização do espaço rural não era portanto homogénea como acabamos de ver.

⁵⁸⁶ Vide, Antonio C. Floriano, op.cit, p.10.

⁵⁸⁷ Tratavam-se de “predios que debían estar siempre juntos, bajo el dominio de un mismo dueño, fueran o no colindantes, y que en Cáceres son origen de las tierras amayorazgadas.” In, Antonio C. Floriano, op.cit, p.11.

⁵⁸⁸ “(...) Et las terras que germanas deben ser, midanlas et eguenlas, et non se paren tras anno.” In FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXIX, Tít.89. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.33-34, Tít.91. Vide, Julián Clemente Ramos, “La organización del espacio en el Fuero de Cáceres.” In, *Norba*. RH, N°7, Cáceres, 1986, p.195, in, *Dialnet*, http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaartiuclos?tipo_busqueda=ANUALIDAD&revista_busqueda=1683&clave_busqueda=1986, 24 de Fevereiro de 2010

-“(…) Las terras que germanas debent esse, midanlas et equent illas prout debent esse, et non se paren tras anno (...)” In FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXIII, Tít.108. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.41, Tít.110; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.916, Tít.[168], Lv. V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.871, Tít. 181, Lv.V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.38-39, Tít.101, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.756, Tít.[98]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.802, Tít.[101]

⁵⁸⁹ Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.19

⁵⁹⁰ Segundo Julián Clemente Ramos, a «aranzada» correspondia a “cuatrocientos estatales cuadrados-esta vendría a ser de uno a seis.” In, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.53.

⁵⁹¹ Segundo Clemente Ramos, o cafiz era equivalente a “doce fanegas y 144 celemines.” In, Julián Clemente Ramos, *La economía campesina en la Corona de Castilla (1000-1300)*, Barcelona, Crítica, 2003, pp.19-20. Ou seja, para este caso, o terreno para lavar devia ter 24 fanegas e 288 celemines.

⁵⁹² “(...) Mulier que uiduitatem uoluerit tenere, accipiat (...) una terra de dos caffizes semnadura, ubicunque uoluerit et una aranzada de uina (...)” In FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXVI, Tít.75. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, Pp.28-29, Tít.77; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.911, Tít.[141], Lv. IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.867, Tít. 151, Lv.IV; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.30, Tít.68, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.752, Tít.[69]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.798, Tít.[64]

Próximo dos núcleos urbanos e das aldeias localizavam-se uma boa parte das vinhas, hortas e prados,⁵⁹³ levantando-nos a hipótese de que a “organización del espacio agrario podía seguir, más o menos fielmente, un esquema de anillos concéntricos”⁵⁹⁴ à volta dos espaços habitados. Geralmente eram propriedades coutadas, bem delimitadas e vedadas, mesmo quando se tratava dos pagus, como forma de proteção e segurança das lavouras e das terras, visto que se situavam perto de casas, carreiras (caminhos), fontes, devesas, exidos e de outras zonas de trânsito de pessoas e animais, tornando-as mais expostas a quaisquer atos de destruição.⁵⁹⁵ Estas terras deviam obedecer a determinadas características que se encontravam definidas nos regulamentos costumeiros. Ou seja, para o caso dos prados, alcáceres e hortas cerca de cursos de água, as vedações deviam ter cinco palmos de altura e três de largura.⁵⁹⁶ Já, as vinhas para serem coutadas, isto é, cercadas deviam ter vinte estadais de superfície e estarem vedadas, se estivessem a menos de “20 estadales de la distancia de la última casa del núcleo de habitación.”⁵⁹⁷

Nem todas as propriedades agrícolas eram coutadas. Havia também cultivos, como as vinhas e os prados, que estavam organizados em «pagos» (parcelas de terra de

⁵⁹³ “(...) Prado o uina, o uerto si fuere redrado XX stadales de la postremera casa de la uilla o de aldea unde es, aya coto; et si no non, si non ouiere, parede V palmos en alto sobre terra, et tres en ancho en redor.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXII, Tít.103. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.38-39, Tít.105; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898, Tít.[61], Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.851, Tít.[18], Lv.I; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.37, Tít.61, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.755, Tít.[93].

⁵⁹⁴ In, M^a Dolores García Oliva, op.cit, p.74

⁵⁹⁵ “(...) Prado amoionado, quarta usque ad VI arenzadas habeat foro, et eo quod minus fuerit, aut plus non habeat foro, excepto si fuerit in pago de alios prados, aut de uineas, et isto in uilla et en aldea.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXIIIIV, Tít.113. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.42, Tít.115; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.39, Tít.106, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.756, Tít.[102]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.802, Tít.[106]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.928, Tít.[173], Lv.V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.872, Tít.[186], Lv. V. Vide, João Fontes, “Entre o mar e a serra: uma terra de vinhas e figueiras”, in *A vinha e o vinho no Algarve. O renascer de uma velha tradição*. Coord. João Pedro Bernardes e Luís Filipe Oliveira, [s.l], CCDRA, 2006, p.40; Julián Clemente Ramos, “Propiedad, producción y paisaje agrarios en Pozuelo a finales de la Edad Media”, in AEM, N^o34, Fasc.1, Madrid, 2004, pp.269-270, in AEM. CSIC, <http://estudiosmedievales.revistas.csic.es/index.php/estudiosmedievales/issue/view/12>, 12 de Julho de 2012

“(…) Todo prado a ffuero assi deue seer moionado. A cabo de VIII passadas, V zespedes uno[s] super otros.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXIV, Tít.248. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.95, Tít.254; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898, Tít.[16], Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.885, Tít.[18], Lv.I. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.194; Mário Viana, *Os vinhedos de Santarém*, Cascais, Patrimónia Histórica, 1998, p.43; M^a Dolores García Oliva, op.cit, p.74

⁵⁹⁶ Et si el prado fuere cabo defesa de conceio, o cerca d'exido, o cerca carrera tan de uilla quam de aldea, encierro de V palmos en alto et III en ancho. Et los alcazares et los ortos de las fonteras / similiter. Sin autem, non habeant calumnias.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXIV, Tít.248. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.95, Tít.254; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898, Tít.[16], Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.885, Tít.[18], Lv.I. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.194

⁵⁹⁷ In, M^a Dolores García Oliva, op.cit, p.79. Vide, Antonio C. Floriano, op.cit, p.110

pequena dimensão), tendendo a concentrá-los, mais ou menos, na mesma zona, próximo uns dos outros, criando, desde já, áreas especializadas em determinadas plantações. Nada sabemos, se os pagos obedeciam também a critérios de propriedade semelhantes aos dos coutos, como nos casos anteriores, para ser facilmente garantida a protecção das terras de possíveis infrações. Os costumes e foros são contudo parcos em detalhes sobre esta forma de organização rural do espaço, se bem que fosse bastante provável que os pagos se encontrassem valados.

Sobre as hortas e os linhais, ignoramos se estariam também organizados desta forma. Algumas destas unidades de produção estavam valadas, sobretudo, se situavam perto das vilas e aldeias, como vimos anteriormente. Localizar-se-iam também perto dos cursos de água para serem facilmente regadas, levantando alguns problemas, quando as culturas do linho e hortícolas ficavam perto dos moinhos e azenhas. Estas estruturas hidráulicas tinham a tendência a monopolizar a água que era necessária para o desenvolvimento das plantações de linho.⁵⁹⁸ Julián Clemente Ramos parte do princípio que a maioria destas propriedades se encontravam-se próximas umas das outras. Possivelmente, não se “repartirían irregularmente por todo el espacio agrario.”⁵⁹⁹ Nas hortas, vinhas, searas e prados coutados deviam-se também plantar as árvores de fruto, tais como as macieiras e pereiras, segundo as normativas de Coria, pois são as únicas que nos permitem conhecer com algum detalhe as espécies arbóreas.⁶⁰⁰

Os campos abertos eram outra realidade. Os mais comuns eram as terras cerealíferas, alcáceres, barbeitos e exidos. Não obstante, os costumes e foros não indicam que fossem fechados, mas segundo Julián Clemente Ramos, nos seus estudos sobre Cáceres, levanta a hipótese de que podiam ser também propriedades devidamente vedadas, especialmente, aquelas que se situavam perto de zonas onde o gado passasse com frequência, com o intuito de salvaguardar a produção.⁶⁰¹ O trigo, centeio e cevada eram os cereais mais frequentes. Constituíam a base da alimentação humana, se bem

⁵⁹⁸ “(...) Los molinos ni las acenas non tolgan aguas ad ortos neque ad linares.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIV, Tít.159. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.60, Tít.161; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.53, Tít.157, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.[161]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 808, Tít.[155]. Vide, Antonio C. Floriano, op.cit, p.13; Manuel Riu, op.cit, p.174; Tomás Puñal Fernández, “La producción y el comercio de vino en el Madrid medieval.” In, ELEM, vol.17, Madrid, 1994, p.193 in PRCC, <http://www.ucm.es/BUCEM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM9494110185A.PDF>, 3 de Maio de 2008, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.22; M^a Dolores García Oliva, op.cit, pp.78-79.

⁵⁹⁹ In, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.22.

⁶⁰⁰ “(...) Q<u>in heredad agena entrar e arrancar mançano o peral o outro arvol. Dela doblada con seis maravedis al querelloso.” In, “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.33, Tít.78, Lv.I. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, pp.273-274.

⁶⁰¹ Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.195.

que a cevada estava destinada para consumo dos animais. Os alcáceres⁶⁰² eram outro tipo de unidades agrárias que se encontrava associada aos campos de cereais, tendendo a se localizar próximo de zonas com bastante água ou afastados das povoações. Os alcáceres eram geralmente utilizados para forragens, onde os gados podiam apascentar. Estas terras encontravam-se ainda devidamente protegidas, desde que fossem cercadas, como já nos referimos anteriormente.

Tal como as messes e as hortas, algumas vinhas eram cultivadas em espaços abertos, fora dos pagos e coutos.⁶⁰³ Estamos, de facto, diante de uma concentração de culturas diferentes, vinculadas a um sistema de policultura. Estas propriedades encontravam-se mais vulneráveis aos incidentes causados pelos animais e por todos aqueles que deixassem rastros de devastação nas terras agrícolas alheias. As cercas seriam portanto pouco frequentes, apesar da existência de terras coutadas, que deviam ser obrigatoriamente fechadas. As vedações deviam conservar-se em bom estado. A destruição das mesmas e das propriedades cercadas por mão própria ou pelo gado acarretava um conjunto de sanções, desde o pagamento de coimas e a reconstrução das sebes.⁶⁰⁴ A situação devia-se repetir para os campos de linho.⁶⁰⁵

Além disso, Cáceres, Usagre e Alfaiates tinham funcionários municipais especializados na vigilância das searas e das vinhas. Eram os messegueiros e os vinhadeiros. Estavam assim incumbidos de zelar pela proteção destas lavouras, penalizando os infratores.⁶⁰⁶

⁶⁰² Entenda-se por «alcácer» a «acepción de cebadal verde, destinado a forraje», segundo Antonio C. Floriano. In, Antonio C. Floriano, op.cit, p.11

⁶⁰³ Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, o.272.

⁶⁰⁴“(…) Tod omme que com su ganado o com sus bestias o com su cuerpo quebrantare ualladar o linde agena, pectet II morabetis donno lumas o de balladar. Et faga el ualladar si potuerint ei firmare. Sin autem saluese si III.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXIII, Tít.244. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.94, Tít.250; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.929, Tít.[288], Lv.VII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.886, Tít.[302], Lv.VII; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.94, Tít.243, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.772, Tít.[241]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.818, Tít.348.

⁶⁰⁵ “De lino. Qui danno fecerit in lino, por la entrada pectet I sueldo, et quando danno ficier aprecio lo quasi sano, et pectet alio tanto. (...)”. In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXIII, Tít.109. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.41, Tít.111; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.899, Tít.[29], Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.951, Tít.[22], Lv.I; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.39, Tít.102, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.765, Tít.[99]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.802, Tít.[102].

⁶⁰⁶In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCIV, Tít.407. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.145, Tít.416; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.801, Tít.[94]. Vide, Carmen Argente del Castillo Ocaña, “La política frumentaria de los concejos andaluces (siglos XV-XVI)” in, AEM, Nº31, Fasc. 2, Madrid, 2001, pp.705-706, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=28637>, 30 de Dezembro de 2012.

Neste sentido, houve ainda o cuidado da parte das autoridades municipais de proteger e defender as propriedades agrárias, através de um conjunto de disposições costumeiras que penalizavam os danos causados por animais, fogos e os atos de destruição levados a cabo pelas pessoas contra as culturas, com o objetivo de minimizar os conflitos e as queixas que seriam regulares, muitas vezes, entre agricultores e ganadeiros. Era comum o gado entrar nas lavouras alheias, comendo e danificando as culturas, principalmente as vinhas, prados e messes. Os donos das propriedades podiam «prender», isto, é embargar alguns animais, com o fim de serem indemnizados pelos prejuízos causados, no sentido de serem recompensados economicamente,⁶⁰⁷ se bem que num primeiro momento, em Usagre, havia o costume de matar algumas reses.⁶⁰⁸ A presença de cabeças de gado e aves nos campos de cereais e nas eiras implicava também o pagamento de penas pecuniárias, que variavam consoante o tipo de animal.⁶⁰⁹ Por outro lado, em Cáceres e Usagre podia dar-se a possibilidade de o réu indemnizar o dono de algum campo de cereais, dando-lhe uma nova propriedade.⁶¹⁰

De maneira semelhante eram sancionados os estragos causados nas culturas pelas pessoas, invadindo, destruindo e, furtando os frutos das hortas e das árvores.⁶¹¹ Também

⁶⁰⁷ “(...) Tod omme que fallare puercos, o cabras o ouellas en so restroio, o ouere gauiellas treznales, o en uina uindimiada, prenda II carneros o II puercos (...)” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXII, Tít.104. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.39-40, Tít.106; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.917, Tít.[171], Lv.V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.872, Tít.[184], Lv.V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.37-38, Tít.97, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.755, Tít.[94]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.801, Tít.[95]. Vide, João Fontes, op.cit, p.40

⁶⁰⁸ “(...) Qui danno en uinna feziere, por cada uide que fuer pascida pectet V soldos et dende arriba fasta X morabetis sea calonna de pcedura de uinneia; et qui hi tomare porcos, o oueias, o cabras, o outro ganado excepto cabeza mayor mate de illos dos si uoluerit, et non tome outra calupnia.” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.XXX-XXXI, Tít.98. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.36-37, Tít.100; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.36, Tít.90, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, pp.754-755, Tít. [88]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.800, Tít.[81].

⁶⁰⁹ “(...) Qui danno fecerit in messe, per cabeza mayor pectet I octaua, et per porco et per V oues o cabras I octaua. Et per V ansare I octaua, et porco de muralda I octaua. Et de qual fructum comederit, de tali pectet, et qui comederit era de nocte, per cabeza maior et por porco pectet I octaua, et por oues / et por cabras aut ansares por VI octaua. Et ganado que andare a pastor et danno fizier en era de dia non pectet, et el que non andudier con pastor, pectet ut supra dictum est.” FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXII, Tít.107. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.40-41, Tít.109; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.917, Tít.[172], Lv.V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.872, Tít.[185], Lv.V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.38, Tít.100, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.756, Tít.[97]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 830, Tít.[100].

⁶¹⁰ “(...) Todo ome que danno fiziere com so ganado en pan ageno, et manifesto fuere o uencido por ello, delo o nuevo suo contentori. Et de qual dannare, tal le lo de.” In, FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCIII, Tít.403. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.412-413, Tít.412.

⁶¹¹ “(...) Tod ome qui fructum alienum acceperit, si putuerit ei firmare, pectet II morabetis al quereloso. Sin autem iure cun I uizino et el otro manquadra. Qui pascier frucho que ad ortum pertinet aut cogombral, pro unaquamque uidera o radice, III dineros al quereloso.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.

era punido talhar os ramos e arrancar as cascas das árvores alheias.⁶¹² As azinheiras e sobreiros eram outras espécies que não escapavam aos cortes desenfreados da parte das populações locais e dos estranhos que passavam pelos concelhos. Os seus ramos e as bolotas costumavam ser usados na alimentação do gado porcino e na obtenção de lenha para usos domésticos e industriais.⁶¹³

Os incêndios constituíam um problema, fossem eles com intenção criminosa⁶¹⁴ ou por incidente resultante das ações de arroteamento ou queimadas realizadas nos meses mais quentes, entre Maio e Novembro.⁶¹⁵ Para estes casos, eram exigidas coimas avultadas, na ordem dos dez morabitanos, com a exceção dos fogos nas messes, «gabelas», e «tresnais»,⁶¹⁶ que implicavam uma sanção pecuniária bem mais suave, no

XXXII, Tít.105. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.40, Tít.107; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898, Tít.[17], Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.851, Tít.[19], Lv.I; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.38, Tít.98, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.755, Tít.[95]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.801, Tít.[98].

⁶¹² “(...) Tod ome que (...) rancare outro arbol qualquiere que fructo leuare, o lo taiare o fferol metiere, pectet V morabetis / al duenno de la heredad por cada arbol; et si taiare ramo de uinna o de arbol, pectet I morabeti quereloso (...) e quien descortezar en redor, fasta medio, pectet II morabetis, et si mas o menos a su conta.” “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXI, Tít.101. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.37-38, Tít.103.

⁶¹³ “(...) Todo omme que taiare enzina o alcornoque o rama o tueros, pectet V morabetinos, la metad a montarazes et la meetad al Conceio. (...) Et si pora puercos taiaren prendanle V porcos. Et si dize non fize esto iuren II montarazes por la iura qui fizieron a Conceio que cortando los tomaron et peche.” “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. X, Tít.1. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.1-2, Tít.1; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.13-14; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.745, Tít.[1].

⁶¹⁴ “(...) Qui prado, o uina, o orto, aut pan ageno (...) quemare, de el dapno a suos dopnos, et pectet X morabetis, los medios alcaldes et medios a los querelosos si potuerit firmare. Sin autem, iure con IIII et el quinto et alius manquadra. (...)” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XXXII-XXXIII, Tít.106. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.40, Tít.108; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898, Tít.[18], Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.851, Tít.[293], Lv.I; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.38, Tít.99, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.756, Tít.[96]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.802, Tít.[99].

“(...) Tod omme que restroxo ageno quemare, pectet III morabetis a so donno si firmagelo pudiere. Sin autem, iuret si tercio. Et sy hy quemare treznas o gaulellas, o miesse, pectet XL morabetis, medios quereloso, et medios concilio, et tod el danno a donno messis si potuerint ei firmare. Sin autem, saluese con XII uizinos a ffuero.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIV, Tít.160. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.61, Tít.162; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.912, Tít.[131], Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.866, Tít.[141], Lv.IV; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.54, Tít.158, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.[162].

⁶¹⁵ “(...) Todo omme que quemare en termino de Caceres monte, o canpo/ desde mayo fasta Sancti Martini, et danno alguno hi uiniere, pectet X morabitanos et assus donnos el dano duplatum. Si lo pudieren firmar, asi como es (...) Et si non ouiere de pechar, atenlo de piees et de manibus et echenlo en el fuego. Sin autem, saluese con IIII et ille quinto. Et por esto non dent manquadra. E destas calopnas tome conceio la meetad, et los montarazes.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. X, Tít.2. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.2-3, Tít.3; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.899-900, Tít.[24], Lv.II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít.[5], Lv.I; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.14, Tít.2, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.745, Tít.[2].

⁶¹⁶ Entenda-se por «tresnais», o conjunto de “haces de mies ordenados en forma triangular, para que despidan el agua en la misma haza del dueño, hasta que se lleven a la era, poniendo cinco haces en pié,

valor de quatro morabitanos. Os acusados eram ainda castigados de forma severa, podendo ser atirados para as chamas, com as mãos e os pés atados, caso não dispusessem de recursos financeiros para pagarem as multas.

As vinhas eram alvo de uma atenção especial. Eram vigiadas pelos vinhadeiros,⁶¹⁷ funcionários contratados normalmente pelos proprietários das vinhas, com o fim de zelarem pela manutenção e preservação das plantações vinícolas, principalmente, nos meses que antecediam às vindimas. Os cuidados das vinhas eram contínuos ao longo do ano, desde a cava até ao amadurecimento da uva. São exemplo, as medidas de protecção dos ramos,⁶¹⁸ cepas das videiras e dos enxertos com um ano ou mais.⁶¹⁹ Era, de facto, habitual arrancar os troncos das vinhas e danificar os enxertos, colocando em causa o desenvolvimento normal da produção vinícola. Esta realidade dava lugar à aplicação de multas.

Nos meses de Verão, Julho e Agosto, as atenções com as vinhas deviam ser redobradas, uma vez que as uvas amadureciam ao sol, tornando-as mais apetecíveis para furtos que ocorriam quer de dia, quer de noite. As sanções oscilavam também entre o pagamento de coimas e a pena de morte.⁶²⁰ Além disso, os incidentes levados a cabo

cuatro encima y así en disminución. Es lo que en nuestra terminología rural se llaman las hacinas.” In, Antonio C. Floriano, op.cit, p.111.

⁶¹⁷ Tinham funções semelhantes às dos messegueros, responsáveis pela vigilância dos campos de cereais. Vide, Tomás Puñal Fernández, op.cit, p.192; Ana María Borrero Fernández, “Vid, viñedos y vino en Sefarad: cultivo, elaboración y comercio de un vino diferenciador.” In ETF. Serie III. HM, vol.20, Madrid, 2007, p.210, in *E-Spacio* Uned, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:20806&dsID=Documento.pdf>, 25 de Agosto de 2010

⁶¹⁸ “(...) Qui pascier fructo que ad ortum pertinet aut cogombrat, pro unaquamque uidera o radice, III dineros al quereloso.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXII, Tít.105. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.40, Tít.107; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898, Tít.[17], Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.851, Tít.[19], Lv.II; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.38, Tít.98, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.755, Tít.[95]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 801, Tít.[98]

⁶¹⁹ “De taiar uina. Tod ome que cepa de uina rancare otro arbol qualquiere que fructo leuare, o lo taiare o fferiol metiere (...) et si taiare ramo de uinna o de aruol, pectet I morabeti quereloso, e por exierto de un anno pectet I morabeti et dent arriba V morabetis (...)” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXI, Tít.101. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.37-38, Tít.103; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.36, Tít.93, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.755, Tít.[91].

⁶²⁰ “(...) Qui colligerit huas en uineas alienas de dia, o pasciere a sabiendas, pectet V morabetis. Et entre los V morabetis e la calopna de ca una uide, qual quisiere tal come el quereloso. Et quien de noche furtare uuas, o otra cosa qualquier, enforquenlo. Et si tomar non no pudierem et rancado fuere por ello, pectet la calonpna duplada querimoniosus.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXI, Tít.99. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.37, Tít.101; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898, Tít.[13], Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít.[15], Lv.I; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.35, Tít.91, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.780, Tít.[315]. Vide, Luis Duarte, “O vinho em Portugal na Baixa Idade Média (produção, distribuição e consumo: notas para uma síntese)”, in *Os vinhos licorosos e a história. Seminário internacional. 19 a 24 de Abril de 1998*, Funchal, CEHA, 1998, p.209.

pelas pessoas, a passagem e entrada de gado nas vinhas constituíam um problema para os produtores de vinho, que viam as suas culturas devastadas com frequência. Deste modo, os gados, tais como cabras, ovelhas e porcos, estavam proibidos de entrar nas vinhas; caso contrário, podiam ser mortos, pelo menos um par de animais.⁶²¹ Os cães tinham também o hábito de entrar nas vinhas, estivessem ou não presos. As penas para estes casos podiam ser monetárias, em géneros (vinho) ou mesmo consistirem na entrega do animal ao dono das culturas.⁶²² Os fogos eram outros inimigos das vinhas, encontrando-se igualmente regulamentados nos ordenamentos costumeiros. Eram penalizados severamente como nos referimos anteriormente, como se tratassem de delitos de homicídio.⁶²³

O cultivo da terra e os trabalhos agrícolas eram contínuos ao longo do ano, em especial, quando se tratava das vinhas. Não obstante, não sabemos com detalhe como seriam cultivadas as terras e as técnicas empregues, pois as fontes costumeiras são escassas nestas indicações. Posto isto, as vinhas exigiam trabalhos e cuidados árduos e permanentes que ocupavam um ano inteiro. Cavava-se, escavava-se, podava-se, binava-se e vindimava-se anualmente.⁶²⁴ As vindimas costumavam realizar-se durante os meses de Setembro e Outubro. Vindimar as vinhas dos pagos de Cáceres e Usagre, antes da

–“(…) Tod ome que uuas furtare de noche o qual cosa se quiere, si uerdad fallaren alcalde et iurados et uozeros, enforquenlo.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXVII, Tít.311. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.116-117, Tít.348;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.908, Tít.[106], Lv.III;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.862, Tít.[115], Lv.III;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.89, Tít.316, Lv.IV;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.800, Tít.[84]. *Vide*, Antonio C. Floriano, op.cit, p.14

⁶²¹ “Danno de uinea. (...) et qui/ hi tomare porcos, o oueias, o cabras, o outro ganado excepto cabeza mayor mate de illos dos si uoluerit, et non tome outra calupnia.” In “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XXX-XXXI, Tít.98. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.36-37, Tít.100;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.36, Tít.90, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, pp.754-755, Tít. [88];“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.800, Tít.[81]. *Vide*, Ana Rivera Medina, op.cit, p.210; Antonio C. Floriano, op.cit, p.14; Luís Duarte, op.cit, pp.208-209.

⁶²² “(...) Qui can ouiere en uilla o en aldea, o ouiere uinnas, et a las uinnas fuere el can, et el dueno de la uina lo uire dentro et lo non pudiere prender, pectet el dueno del can V solidos; si non metagelo en manos al duenno de la uinna. (...) Et si el can [non] touiere garauato de V palmos en alto, et I en coruo, pectet el duenno del can una colodra de uino, o sei lo testiguare con II omnes sin garauato.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXIX, Tít.277. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.104, Tít.285;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.80, Tít.277, Lv.IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.776, Tít.[276];“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.800, Tít.[83]. *Vide*, Antonio C. Floriano, op.cit, p.14

⁶²³ “(...) Tod ome que uina agena taiare a ssapiendas o kemare, o almunia, o casa, tal iudizio aya como por morte de omme.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLVI, Tít.169. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.64, Tít.171;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.764, Tít.[171];“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.800, Tít.[82].

⁶²⁴ “A qui remanserit filio. (...) Et si tomare uina, cauela et escauela, podela et binela cad’anno.” In “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XXXVIII-XXIX, Tít.88. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.33, Tít.90. *Vide*, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.29; Tomás Puñal Fernández, op.cit, pp.189-191; Mário Viana, op.cit, pp.106-109; M^a Dolores García Oliva, op.cit, p.142; Luís Duarte, op.cit, pp.207-208.

feira de São Cipriano (dia 26 de Setembro), originava o pagamento de uma pena pecuniária. Abria-se porém uma excepção para a apanha das uvas nas vinhas situadas fora dos termos.⁶²⁵ Em Alfaiates, a situação era semelhante, proibindo-se as vindimas que ocorressem antes do dia de São Miguel (29 de Setembro).⁶²⁶ Este facto estava relacionado com as intenções dos produtores de vinho de anteciparem as vindimas relativamente ao dia estabelecido pelos concelhos, com o objetivo de colocar os vinhos no “mercado y aprovechar la alta demanda.”⁶²⁷ Isto trazia implicações na qualidade e na conservação dos vinhos. Daí, haver punições para todos aqueles que colhessem e produzissem vinhos a partir dos «agrazes».⁶²⁸ A produção de vinho verde era portanto uma prática comum entre os ribacudanos.

Os arados, azadas, açadões, segures, escopros e as relhas eram os instrumentos agrícolas mais comuns para lavrar as terras. Eram fabricados em madeira e ferro, devendo estar disponíveis nas ferrarias em quantidades suficientes para serem adquiridos, em especial, as relhas que não deveriam faltar no mercado.⁶²⁹ Os trabalhos manuais eram complementados pelo uso de animais, como os bois, burros, mulas, cavalos e outras bestas⁶³⁰, arando e, ajudando a estrumar os campos. Os excrementos das pombas eram também usados como adubo. A par destas práticas, as cinzas

⁶²⁵ “(...) Qui uindemiare uina de pago ante festum Sancti Cipriani, pectet X morabetis, los midios alcaldes et medios al conceio, sacado el termino que el conceio pusiere (...)” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXIX, Tít.277. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.37, Tít.102; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898, Tít.[15], Lv.I; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.36, Tít.92, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.755, Tít.[90]. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.30.

⁶²⁶ “(...) Qui uindimiare uinea ante festum sancti michaelis pectet IIIor morabitanos excepto de termino ad alá quomodo est scriptum si potuerit firmare, sin autem iuret cum IIIor et ille quintus. Et cui inuenerint uuas aut agrazes pectet I morabitanum.” In, “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.800, Tít. [86].

⁶²⁷ In, Ana Rivera Medina, op.cit, p.210

⁶²⁸ Entenda-se por «agrazes», o “racimo de uva que aún no madura o también el zumo que se saca de la uva no madura. También puede decirse en agraz, es decir aquello que se produce antes de sazón y tiempo” *Cid.apud*, Ana Rivera Medina, op.cit, p.209

“(...) et a quien fallaren uuas o agrazes, si recabdo non diere onde las ouo, pectet I morabeti al quereloso, et si dixerit: conparelos, de otor. Et si otor non diere, pectet sicut dictum est, et aquel otor que otorgare, de recapdo, onde las ouo. Sin autem, pectet I morabeti quereloso.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXI, Tít.100. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.37, Tít.102; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898, Tít.[15], Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.851, Tít.[17], Lv.I; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.36, Tít.92, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.755, Tít.[90].

⁶²⁹ Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.29

⁶³⁰ “(...) Qui boues eiecerit de erro ubi erant uel saccauerint la criauiilla aut disturbauerint quod non arent, si potuerit ei firmare, pectet VI morabitanos, sin autem iuret cum uno uicino.” In, CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.798, Tít.[69]; “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXVIII, Tít.85; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.32, Tít.87; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.916, Tít.[161], Lv. V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.871, Tít. [173], Lv.V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.33, Tít.79, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.753, Tít.[78]. Vide, M^a Dolores García Oliva, op.cit, pp.141-142; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.28

resultantes das queimadas e da combustão dos rastolhos de cereais, tão apreciados pelo gado, eram uma outra opção para fertilizar os solos.⁶³¹

O uso da água era fundamental para os cultivos, através dos sistemas de regadio. Os poços e as fontes eram utilizados para garantir a rega, desde que os donos das terras das vilas e aldeias e os seus dependentes tivessem o cuidado de usarem as águas de forma equitativa e racional durante o número de dias que lhes estavam destinados.⁶³² A ideia era que as águas das nascentes fossem distribuídas por todos os proprietários. No entanto, havia aqueles que cavavam ainda poços nas suas próprias herdades, sem ter a necessidade de a dividir com os demais agricultores.⁶³³

As águas dos moinhos, azenhas e noras permitiram também a rega das lavouras, sobretudo, os linhais, que necessitavam de água em abundância. Eram assim frequentes os conflitos entre os produtores de linho e os proprietários dos moinhos e azenhas, por causa do usufruto das águas. Deste problema, queixavam-se também os donos das hortas. Neste sentido, as autoridades locais viram-se obrigadas a intervir, como acabamos de mencionar anteriormente.

Das atividades agrícolas dependia também um conjunto de dependentes assalariados, mais ou menos especializados em determinado tipo de culturas, como acontecia com os hortelãos e os jugueiros. Normalmente faziam-se acompanhar de ajudantes, sobretudo, nos momentos em que os trabalhos agrários eram mais intensos. Em Alfaiates, os donos das herdades costumavam contratar mais colaços na época da trilha dos cereais, nos meses de verão para auxiliar os jugueiros. Em traços gerais, eram trabalhadores contratados anualmente, recebendo em troca um salário em dinheiro ou em géneros, juntamente com outras regalias, como veremos mais adiante.

⁶³¹In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXI, Tít.160. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.61, Tít.162; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.916, Tít. [161], Lv.V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.866, Tít.[141], Lv.III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.54, Tít.158, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.[162]. *Vide* M^a Dolores García Oliva, op.cit, p.142

⁶³² *Vide*, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XLIII-XLIV, Tít.157. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.60, Tít.160; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.925-926, Tít. [252], Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.881, Tít. [265], Lv.VI; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.53, Tít.156, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít. [159]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp.808-809, Tít.[160]. *Vide*, J. Gautier Dalché, op.cit, pp.158-159.

⁶³³*Vide*, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIV, Tít.158. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.59, Tít.158; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.928, Tít. [250], Lv.VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.881, Tít.[263], Lv.VI; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.52-53, Tít.154, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.[158]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.808, Tít.[158]. *Vide*, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.28.

Pecuária: animais, exploração estante e transumante

Apesar da importância das atividades agrícolas, as sociedades de Riba-Côa tinham uma vocação especialmente ganadeira. Dedicavam-se à ganadaria doméstica ou estante e à transumância. Os costumes e foros são uma prova disso ao reunirem um conjunto de disposições relativas à organização e gestão pecuária, contemplando ambas as modalidades.

A produção estante era local, restringindo-se apenas aos concelhos e aos seus respetivos termos. A criação de gado suíno, bovino, caprino e ovino implicava deslocções curtas, saindo de manhã para as pastagens, nos prados, devesas e montes, e só regressava à noite para aos seus estábulos.⁶³⁴ Ou seja, movimentavam-se normalmente próximo das aldeias e nos próprios termos, entre os concelhos. Entre as aldeias só podiam apascentar rebanhos que não excedessem as cem ovelhas e as cinquenta vacas, nos concelhos de Cáceres, Castelo Bom e Usagre.⁶³⁵ Já, em Alfaiates, as cabeças de gado bovino não podiam ser mais de quarenta.⁶³⁶

A exploração de gado equino era outro tipo de investimento apreciado pelos ribacoanos. Os cavalos e as éguas criavam-se também nas zonas de pastos reservadas pelos concelhos. A criação de equinos requeria certos cuidados, embora não costumassem ser levados em conta. As éguas não podiam ser fecundadas por cavalos alheios que apascentassem nos prados «moionados», isto é, delimitados e cercados.⁶³⁷

O gado era levado para os montes, pastos e devesas municipais e particulares, onde aí permanecia a pastar. Normalmente eram terrenos protegidos para uso exclusivo das

⁶³⁴Vide, Luís Miguel Villar García, *La Extremadura Castellano-Leonesa. Guerreros, clérigos y campesinos (711-1252)*, León, Junta de Castilla y León. Consejería de Educación y Cultura, 1986, p.380.

⁶³⁵“(…) Oueias que pascieren entr’aldeas, anden C en uno et L uaccas et non mays. Et si mas hi andaren, pectet / I morabeti al castiello cada die dominico.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXIV, Tít.247. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.57, Tít.153; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.52, Tít.150, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.762, Tít.[154]. Vide, José Hinojosa Montalvo, “Aproximación a la ganadería alicantina en la Edad Media.”, in AUA. HM, N°9, Alicante, 1992-1993, p.170, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=90595>, 24 de Junho de 2012

⁶³⁶“(…) et de XL^a uaccas et non magis, et si magis ibi andarent pectet I morabatinum ad castello cada die dominico.” In, “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.807, Tít.146.

⁶³⁷“(…) Tod ome que egua ouiere, no la eche a oio de caualllo que en prado moionado a ffuero pasciere, excepto en almofalla o en aceria, et si la echare pectet I morabeti domino hequi.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXII, Tít.339. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.124, Tít.348; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.928, Tít.[279], Lv.VII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.885, Tít.[293], Lv.VII; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.94, Tít.341, Lv.IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.783, Tít.[346]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 830, Tít.355. Vide, José Hinojosa Montalvo, op.cit, p.173; Manuel Riu, “Agricultura y ganadería en el Fuero de Cuenca.”, in AEM, N°12, Madrid, 1982, p.176;

cabeças de gado dos concelhos e dos seus habitantes. Mas, nem sempre era assim. Era comum as devesas, propriedades coutadas e cercadas,⁶³⁸ receberem indevidamente varas de porcos e rebanhos de fora para apascentar, causando alguns conflitos pelos pastos. Daí, as autoridades municipais condicionarem o acesso a todo o tipo de gado, sem esquecer os suínos. Bastava portanto o consentimento prévio dos concelhos para os animais entrarem nas devesas; caso contrário, eram exigidas sanções que consistiam no pagamento de coimas ou na retenção de alguns espécimes.⁶³⁹

Havia ainda outros problemas que se depreendiam do uso das devesas, pois era habitual aglomerarem-se vários animais de raças e proprietários diferentes. Tornou-se assim necessário determinar que, quando as devesas estivessem ocupadas com ovelhas, cabras, vacas, bois, gansos e éguas, não era permitida a entrada de outras reses, a não ser os cavalos, asnos, mulas e mulos de sela.⁶⁴⁰ Deste modo, ficava mais fácil controlar o pagamento de tributos, como o montado,⁶⁴¹ e de sanções aos responsáveis pelas cabeças de gado, sem excluir ninguém, devido a eventuais confusões, resultantes da mistura de diversos animais. Por outro lado, reservavam-se, acima de tudo, as pastagens em boas condições para a alimentação do gado concelhio, protegendo a produção local,

⁶³⁸ *Vide*, Maria Asenjo González, “Las tierras de baldío en el concejo de Soria, a fines de la Edad Media.”, in AEM, N°20, Madrid, 1990, pp.396-397.

⁶³⁹ “(...) Tod ome que uire porcos ena defesa de conceio, prenda de cada uno I quinta de morabeti, medio para ssi et medio al conceio. Et si montarazes o alcaldes prisieren esto, tomen media calonna ellos et la media conceio.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXIV, Tít.247. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.94, Tít.253; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.897, Tít.[6], Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít.[8], Lv.I; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.74, Tít.247, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.773, Tít.[245]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp.800-801, Tít.[89] e p.819, Tít.[251]. *Vide*, Concepción Mendo Carmona, “Dehesas y ejidos en la villa y tierra de Madrid a fines del siglo XV”, in AEM, N°20, Madrid, 1990, p.365; Manuel Riu, op.cit, p.176; Reyna Pastor de Togneri, op.cit, p.57; Maria José Trindade, op.cit, p.37.

⁶⁴⁰ “(...) Et qui ganado hy metiere a sapiendas, pectet I morabeti dictum est. Et si dixerit: «no lo meti ad sapiendas», iure que no lo metio assapiendas, et pectet la quinta de morabeti. Et quando la derronpier el conceio, non entre hy si non caualllo, o mulo, o mula hy asno.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXIV, Tít.247. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.94, Tít.253; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.897, Tít.[6], Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít.[8], Lv.I; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.74, Tít.247, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.773, Tít.[245]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp.800-801, Tít.[89] e p.819, Tít.[251]. *Vide*, Concepción Mendo Carmona, op.cit, p.363; José Hinojosa Montalvo, op.cit, p.167; Carlos López Rodríguez, op.cit, p.85.

⁶⁴¹ Trata-se, num segundo momento de um tributo que recaía “sobre o gado transumante, que consiste na paga de um certo número de cabeças de cada rebanho que paste em determinado terreno e é proporcional ao número de rezes”, com o fim de compensar os estragos causados pelos animais e a erva consumida nas devesas, montes e pastos utilizados. In, Maria José Trindade, op.cit, p.34. No entanto, o montado não começou por ser um imposto municipal, mas sim uma multa que funcionava como uma espécie de recompensa, mais no sentido de indemnização pelas perdas efetuadas nos municípios pela entrada de rebanhos provenientes de fora. *Vide*, Carlos López Rodríguez, op.cit, p.89.

sem esquecer os animais usados na guerra, agricultura e no transporte de mercadorias. Estes gozavam assim de zonas exclusivas para poderem comer e descansar.

Pastar nos exidos das aldeias de Alfaiates era igualmente um problema, que implicava coimas.⁶⁴² Este facto mostra que os exidos se encontravam também protegidos pelo concelho, apesar de se tratar de um tipo de propriedade apta para o pastoreio, porque não era hábito lavrá-los e “guardaban un grado de humedad aceptable para mantener fresca la hierba.”⁶⁴³

A transumância era uma atividade pecuária com características diferentes. Tratava-se de uma prática organizada que consistia na deslocação de longa distância de cabanas de gado, especialmente ovino e bovino, em direção ao sul, à procura de novas pastagens durante o Inverno. Chegado o Verão, os rebanhos abandonavam as planícies de regresso aos concelhos, nas terras altas. Durante o percurso utilizavam as canadas, caminhos próprios para o gado, passando pelos concelhos e termos de Riba-Côa e por outros municípios, até se fixarem em algum local ótimo para se alimentarem. As cabanas deixavam, muitas vezes, rastros de destruição nas lavouras e ainda se serviam dos pastos dos concelhos destinados à produção interna de gado, dando lugar a motivos de disputas pelo usufruto das pastagens.

A transumância implicava uma estrutura hierarquizada, com pastores profissionais e especializados na apascentação de determinado tipo de gado. Temos o exemplo do rabadão, encarregado de dirigir os rebanhos, bovino ou ovino, porqueiros, vaqueiros, ovelheiros, mancebos, que não só eram os auxiliares dos pastores de estatuto superior, mas também, eram os responsáveis pela venda do gado. As suas funções não ficavam muitas vezes por aqui. Tosquiavam as ovelhas duas vezes por ano, ordenhavam o gado⁶⁴⁴ e ainda havia aqueles que se aventuravam na elaboração de queijos,⁶⁴⁵ Já, os

⁶⁴² “(...) Nullos homines qui fuerint pascere exido de aldea aliena ad sapiendas, con oues, aut con porcos, aut bacas, aut alios ganados pectet III morabitos si firmare potuerit, sin autem iuret con IIIIor, et si ibi toment II carneros, aut duos porcos, non toment altera calumpnia.” In, “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 843, Tít.494.

⁶⁴³ In, Concepción Mendo Carmona, op.cit, p.362.

⁶⁴⁴ “(...) Toto homine qui ganado alieno ordinare sone grado de suo domino pectet IIII morabitos si firmare potuerit, sin autem iuret cum IIII et ille el V que non ordinou sine gradu de suo dompno del ganado.” In, “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.807, Tít. [143]. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.930, Tít.294, Lv. VII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.886, Tít.308, Lv.VII

⁶⁴⁵ “(...) del dia que compezaren a fazer queso, de en soldar de cabanero, et en annaffaga, et en auarcas et en sal et quao; et reciba esquilmo a conta” In , “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLI, Tít.145. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.54-55, Tít.147; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.884, Tít.284, Lv. VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.884, Tít.284, Lv.VII; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.50, Tít.144, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.

pastores de Cáceres e Usagre tinham que construir as cercas com os «moiones»⁶⁴⁶ para delimitar o espaço, onde as reses deviam apascentar.⁶⁴⁷ Ou seja, faziam uma espécie de devesas, nos pastos de transumância.

Todos estes profissionais eram remunerados anualmente em dinheiro e géneros (sal e abarcas), pelos proprietários das cabeças de gado, quando regressassem aos concelhos, no mês de Junho, normalmente, no dia vinte e quatro, dia de São João, data que marcava o fim dos seus contratos com os proprietários de gado.⁶⁴⁸ Os seus contratos eram anuais, correspondendo a um “ciclo de trashumancia completo.”⁶⁴⁹

Esta atividade requeria o acompanhamento de cavaleiros de rafala, capazes de assegurar a segurança dos participantes e das cabeças de gado durante as travessias e as suas estadias nas planícies de eventuais perigos e assaltos. O gado era um botim bastante apetecível e rentável nos ataques inimigos. O desenvolvimento da pecuária, sobretudo da transumância em Cáceres e Usagre, implicou também uma estrutura administrativa peculiar, composta por um conjunto de funcionários, como os alcaides, vozeiros e jurados de rafala, capacitados do ponto de vista jurídico, para resolverem os conflitos e as demandas que pudessem surgir. As suas funções eram ainda mais alargadas, chegando a organizar as deslocações do gado, logo antes de sair dos concelhos. Tratava-se portanto de uma “organización autónoma de la ganadería, en cierta medida paralela, no conlleva contradicción alguna a la organización municipal.”⁶⁵⁰ No entanto, Maria José Trindade apresenta uma abordagem diferente destes cargos, considerando-os funcionários de “associações regionais de pastores”⁶⁵¹ e não como indivíduos com magistraturas próprias somente respeitantes à organização transumante.

⁶⁴⁶ Entenda-se por «moiones» os sinais ou as marcas usadas para dividir uma “heredad o término de outro.” In, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.218.

⁶⁴⁷ “(...) Todo pastor qui si mandado de so señor trociere moion et alguna cosa perdiere, duplelo todo a sso sennor. “ In “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVI, Tít.411. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.153-154, Tít.433.

⁶⁴⁸ “(...) Tod omme que ganado echar a pastor per sanctii Iohannis, et depues ge lo quisier toller fueran per catuazon o por enemiztad, deli soldar al pastor (...)” In “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLII, Tít.148. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.56, Tít.150; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.51, Tít.147, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.762, Tít.[151]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.807, Tít.[141]. Vide, Maria José Trindade, op.cit, p.35; Tomás Puñal Fernández, “La ganadería lanar en Madrid y su tierra durante la Edad Media.” In, ETF. Serie III. HM, vol. 11, Madrid, 1998, p.375, *E-spacio*. UNED, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETF1CA0F818-F0FF-5AC3-8C4D-71D38ADBCEFA&dsID=Documento.pdf>, 13 de Dezembro de 2012; Julius Klein, op.cit, p.22. Note-se que esta disposição não se encontra presente nos costumes e foros de Castelo Rodrigo e Castelo Melhor.

⁶⁴⁹ In, Carlos López Rodríguez, op.cit, p.83.

⁶⁵⁰ Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.24.

⁶⁵¹ In, M^a José Trindade, op.cit, p.56.

Na transumância não só participavam os grandes proprietários de cabeças de gado como os cavaleiros e camponeses abastados. Estes formavam as suas próprias cabanas. Também se juntavam os donos de pequenos rebanhos, como, por exemplo, os pastores. Para isso, bastava formarem parcerias, juntando as suas cabeças de gado. Em Cáceres e Usagre, os cavaleiros podiam ser parceiros como os demais criadores de gado.⁶⁵²

As parcerias funcionavam como uma espécie de sociedades de ganadeiros. Estas eram normalmente constituídas até às Calendas de Julho.⁶⁵³ As vilas de Cáceres e Usagre, num segundo momento, nos seus regulamentos especiais sobre o gado, determinaram de forma mais explícita, que o prazo limite para a formação das parcerias era até o dia de São João.⁶⁵⁴ Duravam um ano, até ao retorno do gado aos respetivos concelhos.⁶⁵⁵ Cada parceria, formada em Cáceres e Usagre, podia ter entre as cinquenta e as duas mil ovelhas e entre as dez e as quatrocentas vacas.⁶⁵⁶ As cabanas do gado deviam ser acompanhadas pelo menos por um cavaleiro de rafala, contratado e pago pelos participantes.⁶⁵⁷

Depois das cabeças de gado bovino, suíno e ovino estarem todas reunidas e organizadas em cabanas, marcavam-se os animais com o ferro ou colocava-se-lhes um

⁶⁵² “Todo cauallero que aparzero fuere con uezino de Caceres, a nuestro fuero sea.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. C, Tít.433. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.162, Tít.456. *Vide*, Tomás Puñal Fernández, op.cit, pp.359-360.

⁶⁵³ “(...) Tod ome qui ganado ouiere et aparceria quisier facer, fagala fasta las calendas de Iulio.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLII, Tít.152. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.58, Tít. 154; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.911, Tít.[276], Lv.VII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.884, Tít.[290], Lv.VII; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.52 Tít.151, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.762, Tít.[155]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 807, Títs. 146. *Vide*, M^a José Lagos Trindade, op.cit, p.50

⁶⁵⁴ “(...) Aparceria de sancti Ioanis a sancti Iohannis sea, et qui derramare ante del plazo, pectet L morabetis a los otros aparceros.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVII, Tít.415. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.155, Tít.437.

⁶⁵⁵ “Aparceria de cabana. Tod ome qui parceria fizier por mantener cabanna, teneat usque un ano (...)” In “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXIV, Tít.250. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.96, Tít.256; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.929-930, Tít.[289], Lv. VII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.886, Tít.[303], Lv.VII; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.74, Tít.248, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.773, Tít.[246]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.819, Tít.252.

⁶⁵⁶ “(...) Tod ome que ouiere de L oueias a suso, fagasse aparzero com otros fasta II mille ouves, et den I cauallero. Otrosi, qui ouiere de X uaccas a ssuso, fagas aparzero com otros fasta IIII centas uaccas, et den I caualero. Et por II centas eguas den I cauallero.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. C, Tít.433. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.162, Tít.456.

⁶⁵⁷ “De enuiar cauallero. De cada I cabana uaya I cauallero a la rafala assi como es fuero.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCVIII, Tít.420. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.158-159, Tít.445. *Vide*, M^a José Trindade, op.cit, p.47.

“Soldada de cauallero. Tod cauallero que caualleria touiere, prenda por cada I mes en soldada VI morabetis.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CIV, Tít.457. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.168, Tít.479.

brinco nas orelhas com o sinal dos proprietários.⁶⁵⁸ Isto era importante para se reconhecer e saber a quem pertenciam as cabeças de gado, quando estivessem todas misturadas. Nas cabanas iam também os carneiros «cencerrados» e os «moruecos», os machos reprodutores, servindo de guias aos outros animais. Estas cabeças de gado gozavam de um estatuto fiscal e jurídico particular, por não podiam ser embargadas pelas vítimas, nos casos de destruição das propriedades agrícolas alheias. Dava-se assim prioridade aos outros animais que compusessem os rebanhos.⁶⁵⁹

Os cães costumavam também acompanhar as cabanas de gado. Alanos e podengos conduziam e protegiam os rebanhos, juntamente com os pastores dependentes e os rabadões. Daí, os cães serem contemplados pelas normativas costumeiras, protegendo-os de eventuais danos e lesões que lhes fossem causadas, através de um conjunto de medidas penais.⁶⁶⁰

Durante a transumância, organizavam-se os «outeiros», mais conhecidos por mestas. Eram assembleias de pastores e cavaleiros para tomarem decisões sobre as cabanas dos gados; separar e distinguir os animais sem dono ou perdidos que se misturassem com os rebanhos. Ocorriam pelo menos três vezes ao longo do ano. Ou seja, segundo as normativas de Cáceres e Usagre, as reuniões eram organizadas no dia de São Martinho, no domingo das oitavas de Natal e no dia um de Abril.⁶⁶¹

⁶⁵⁸ “(...) Todo pastor que ouellas uellar dê sinal de oreja e de fierro en las pellejas (...)” In, CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.928, Tít.[271], Lv VII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.884, Tít.[285], Lv.VII.

⁶⁵⁹ “(...) Tod omme que fallare puercos, o cabras o ouellas en so restroio, o ouere gaiuellas treznasles, o em uina uindimada, prenda II carneros o II puercos, et non tome carnero cencerrado, si carneros non andudieren enas ouejas, tome II oues et non tome morueco non de puercos uerraco.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXII, Tít.104. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.39-49, Tít.106; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.917, Tít.171, Lv.V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.872, Tít.[184], Lv.V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.37-38, Tít.97, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.755, Tít.94; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 801, Tít.95. Vide, M^a José Trindade, op.cit, p.48.

⁶⁶⁰ “(...) Qui matare galgo, o carauo, o can rostro, por el galgo pectet II morabetis domino suo, e por el carau I morabeti domino suo, et por can rostro I morabeti domino suo. E por podenco o por alano, pectet II morabetis domino suo, si a tuerto lo matare. Te si pudier prouar que amparandose del can, lo mato, et de cara lo firio, non pectet calona. Sin autem pectet. (...)” In, FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXX, Tít.278. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.104-105, Tít. 286; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.931, Tít.[309], Lv.V III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.888, Tít.[323], Lv.VIII; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.80, Tít.278, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.776, Tít.[277]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.821, Tít.277. Vide, Manuel Riu, op.cit, pp.178-179.

⁶⁶¹ “(...) Todos los pastores que andudieren en termino de Caceres, todos, uengan a otero en el dia de san Martin et el domingo de las ochauas de Nathal et e otro el primer dia de Abril. Pastor que hy non uiniere, pectet X carneros pastoribus (...)” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. CIX-CX, Tít.489. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.177, Tít.510. Vide, Antonio C. Floriano, op.cit, p.123; Tomás Puñal Fernández, op.cit, p.349; José Rodríguez Molina, “La ciudad de Jaén. Centro agroganadero, comercial e industrial (siglos XV-XVI)” In ELEM, vol. 10, Madrid, 1987, pp.294-295, in PRCC,

O desenvolvimento da ganadaria transumante, assim como da criação estante de gado costumou gerar alguns problemas, visto que os objetivos dos criadores de gado costumavam colidir com os interesses dos proprietários agrícolas que gostariam de expandir as suas explorações. Neste sentido, levantava-se ainda o problema relativo ao usufruto das terras, montes, pastos e devesas particulares, comunais e municipais, porque era frequente as cabanas de gado forâneo passarem e permanecerem nos termos ribacoanos, sobretudo, em transumância. Ocupavam os espaços reservados ao gado dos concelhos⁶⁶², gerando algumas disputas. Dadas estas situações, era necessária a autorização prévia dos concelhos para se proceder à entrada do gado de fora. Além disso, exigia-se o pagamento de montado⁶⁶³, entregando algumas cabeças de gado aos montanheiros e ao concelho, com o intuito de compensar os municípios pela “hierba que el ganado consumia y las moléstias que ocasionaba.”⁶⁶⁴ Este tributo era cobrado em Cáceres e Usagre, a cada oito dias, para que os rebanhos pastassem, até que se fossem embora.⁶⁶⁵ Não obstante, abria-se uma exceção para os vizinhos de Riba-Côa. Só os seus rebanhos podiam andar livremente nas pastagens dos concelhos, sem pagarem montado.

Os conflitos com o gado e os proprietários agrícolas não ficaram por aqui. Estes habituaram-se a ver as suas terras devastadas e destruídas com a passagem dos gados. Os animais tinham o costume de arruinar as culturas que serviam, muitas vezes, de manjar como acontecia com os campos de cereais, vinhas, hortas e as árvores de fruto. Mediante estas circunstâncias, procurou-se preservar as herdades agrícolas, uma vez que eram consideradas propriedades privadas, penalizando os donos ou os dependentes encarregados de cuidar o gado com coimas e, embargando-lhes algumas cabeças de

<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM8787110285A.PDF>, 15 de Julho de 2007; Carlos López Rodríguez, op.cit, p.92.

⁶⁶² Vide, Maria José Trindade, op.cit, 1981, p.34.

⁶⁶³ Trata-se de um tributo que recaía “sobre o gado transumante, que consiste na paga de um certo número de cabeças de cada rebanho que paste em determinado terreno e é proporcional ao número de rezes.” In, Maria José Trindade, op.cit, p.34. Vide, Tomás Puñal Fernández, op.cit, p.354.

⁶⁶⁴ In, Tomás Puñal Fernández, op.cit, p.354.

⁶⁶⁵ “(...) Et acotamus istos términos que nulla cabanna de ganado, que intrare in istos términos sine mandato de Concilio, que uizino non fuere, tomenle de la cabana de las uacas II uacas. Et de la cabana de las oueias, prendan X carneros. Et de porcos V et esto prendan por montadgo cada ocho dias, hasta que hiscan de termino; la mitad al Conceio, et la /outra meetad a los montarazes.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. X, Tit. 1. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp1-2, Tit.2; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.897, Tit.2, Lv. I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.849, Tit.1; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.14, Tit.1; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.745, Tit.1; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp.800-801, Tit.[89]. Vide, Tomás Puñal Fernández, op.cit, pp.353-354; Reyna Pastor, op.cit, p.64

gado, com o fim de compensar os lesados.⁶⁶⁶ As indemnizações eram uma outra alternativa prevista nos costumes e foros de Cáceres e Usagre.⁶⁶⁷ As autoridades locais não se esqueceram também dos danos que as cabanas «afumadas», isto é, locais faziam nas lavouras. Daí, proibir-se a entrada de rebanhos de ovelhas e vacas e varas de porcos entre as lavouras e as áreas coutadas - reservadas normalmente para pasto e cultivos -, definidas pelos concelhos, desde o dia de São Miguel até ao dia da Páscoa.⁶⁶⁸ Com esta medida, tratou-se de preservar as culturas, sobretudo, as sementeiras e os frutos para que pudessem crescer e desenvolver-se. Deste modo, as plantações não se perdiam.

Apicultura: exploração e proteção

A apicultura era uma atividade importante para os ribacoanos. Através da exploração das colmeias, estes conseguiram obter o mel e a cera, produtos usados diariamente na alimentação e no fabrico de velas para a iluminação.⁶⁶⁹ Também o comércio destas mercadorias para fora das vilas era objeto de contestação das partes das autoridades, sobretudo, quando se tratava de negócios com os muçulmanos. Foram neste sentido, objeto de medidas comerciais protecionistas.

Normalmente a criação de abelhas complementava outros ofícios levados a cabo pelos habitantes de Riba-Côa. Era comum que a apicultura se desenvolvesse em

⁶⁶⁶ “(...) Tod omme que fallare puercos, o cabras o ouellas en so restroio, o ouere gauiellas treznales, o en uina uindimada, prenda II carneros o II puercos (...)” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXII, Tít. 104. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.39-49, Tít.106; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.917, Tít.171, Lv.V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.872, Tít.[184], Lv.V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.37-38, Tít.97, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.755, Tít.94; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 801, Tít.95.

Vide, “Qui dano fecerit in messe. (...) Et de qual fructum comederit, de tali pectet, et qui comederit era de noche, per cabeza maior et por porco pectet I octaua, et por oues /et por cabras aut ansare por VI octaua.” In, “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXIII, Tít.107. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.40-41, Tít. 109; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.911, Tít.172, Lv.V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.872, Tít.185, Lv.V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.38, Tít.100, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.756, Tít. [97]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.802, Tít.[100]. *Vide*, Tomás Puñal Fernández, op.cit, p.337; José Hinojosa Montalvo, op.cit, p.170; María Ángeles Sánchez Rubio, “Estructura socio-económica de la ciudad de Trujillo a través de sus Ordenanzas Municipales (siglo XV)”, in ELEM, N°6, Madrid, 1985, p.437

⁶⁶⁷ “De danno manifesto. Todo ome que danno fiziere con so ganado en pan ageno, et manifesto fuere o uencido por ello, delo o nueuo suo contentori. Et de qual pan dannare, tal le lo de.” Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCIII, Tít.403. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp. 143-144, Tít.412.

⁶⁶⁸ “Desde el dia de san Migaél fasta dia de pasqua, non entren cabanas de oues, nec de baccas, nec de puercos affumadas entre nuestras labores, et de los moiones a adentro que el conceio puso, non entren.” In, FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCIV, Tít.406. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.144-145, Tít.415. *Vide*, José Hinojosa Montalvo, op.cit, p.169; José Rodríguez Molina, op.cit, p.293.

⁶⁶⁹ *Vide*, Armando de Castro, op.cit, pp.209-300

espaços, de certa forma, afastados dos concelhos e das áreas agrícolas. Os montes, bosques e os espaços comunais costumavam ser os locais de eleição. Neles e também nas proximidades das vilas se localizavam as malhadas, corrais ou espaços próprios, fechados e bem delimitados, onde se juntavam várias colmeias, que pertenciam geralmente a diferentes proprietários.⁶⁷⁰ Ou seja, eram uma espécie de coutos vigiados por um colmeeiro.

A exploração das colmeias devia assim obedecer a certas regras, uma vez que eram frequentes os atritos entre os senhores agrícolas, os donos de cabeças de gado e os apicultores, por causa da localização dos cortiços. Ligado a este problema, estavam também aqueles que introduziam as suas colmeias nas terras de outras pessoas. Os apicultores de Cáceres e Usagre deviam ter em atenção à colocação das colmeias nas terras alheias e nos espaços envolventes, principalmente, onde já existissem outros enxames ou outras explorações. Para isso, era importante localizarem os novos habitats das abelhas afastados das propriedades, colocando-as a uma distância mínima de um lanço de pedra à volta.⁶⁷¹ Quanto às colmeias que ficassem nas terras de outrem, os seus donos eram sancionados com penas pecuniárias.⁶⁷² Neste sentido, deviam-se também respeitar os espaços entre as malhadas; situação que nem sempre aconteceria, sobretudo quando os apicultores não se colocavam de acordo para garantir a vigilância das colmeias com o fim de não serem furtadas ou sofrerem algum tipo de danos. Os costumes e foros esclareceram então que os interessados em tratar das colmeias podiam retirá-las das propriedades para outros sítios, na presença de testemunhas, considerando novamente a distância de um lanço de pedra.⁶⁷³ A contratação de um colmeeiro era uma opção para os apicultores. Desta forma, acautelavam a guarda das suas colmeias.

⁶⁷⁰ Vide, María Antonia Carmona Ruiz, “La apicultura sevillana a fines de la Edad Media”, in AEM, Nº30, Fasc. 1, Madrid, 2000, p.393. Vide, Idem, “La apicultura sevillana a fines de la Edad Media.”, in REEAP, Nº185, Madrid, 1999, p.137, in Dialnet, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=201125>, 11 de Janeiro de 2013

⁶⁷¹ “(...) Tod omme que colmenas ouiere et a primas poblare/corral con sus colmenas, nenguno non sea osado de meterly hy otras colmenas, si non fuere por su amor, fasta una piedra echadura ha derredor.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CXIII, Tít. 501. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.150-151, Tít. 428

⁶⁷² “(...) si le las hy metieren por fuerza, por quantas noches hy trasnocharen, tantos III morabetis pectet al quereloso fasta que las saque.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CXIII, Tít. 501. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.150-151, Tít. 428

⁶⁷³ “(...) si por auentura companneros fueren en una maida et los unos quisieren guardalas et los otros non, el qui las non quisier uelar o dar soldada por uelaras, saquenlas los otros conpanneros fasta una piedracha echadura aparte de las otras et sin calona, depues que testigos le fizieren.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CXIII, Tít. 501. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.150-151, Tít. 428

A apicultura era uma forma de rendimento protegida e incentivada pelos concelhos. Nem sempre os terrenos alheios eram respeitados, assim como as colmeias. Os ataques aos enxames eram uma realidade comum que colocava também em risco a produção de mel e de cera. As autoridades locais tiveram assim o cuidado de legislar as destruições das colmeias e das propriedades agrícolas, penalizando os autores destes delitos com penas monetárias.⁶⁷⁴

Os incêndios eram outra ameaça que as colmeias sofriam. Era costume utilizar o fogo para fazer queimadas e destruir as terras baldias, com fins agrícolas. Nestes casos, os costumes e foros afixaram igualmente o pagamento de coimas e indemnizações às vítimas.⁶⁷⁵

A posse das abelhas costumava também ser motivo de disputas entre os apicultores, dado que havia o problema de as abelhas mãe terem a tendência a constituir novos enxames. Este facto estava também ligado à introdução de novas colmeias próximas dos locais, onde já existiam outras colmeias, principalmente quando a distância limite entre as propriedades não era respeitada. A formação de um novo enxame podia atrair facilmente abelhas de outros apicultores. Por isso, os costumes e foros determinaram que as novas abelhas pertenciam ao novo proprietário.⁶⁷⁶

Os concelhos de Cáceres e Usagre fomentaram o desenvolvimento deste tipo de explorações, através da concessão de benefícios fiscais aos apicultores. Estes estavam isentos de fazendeira e de outros tributos.⁶⁷⁷ Os costumes e foros ribacoanos foram

⁶⁷⁴ “(...) Qui derrompiere casa de uizino, tam in uilla quam en aldea, con armas, o corral, o molino, o azenna, o colmenar, o cabanna afumada, pectet L morabetis al quereloso si ei firmare potuerint (...)” in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLV, Tít. 163. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 63, Tít. 169 e pp.63-64, Tít.170; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.911, Tít. 120 e 121, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.864, Tít. 129 e 130, Lv.III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.55, Tít.166, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.764, Tít. 170; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 810, Tít. 173 e p. 810, Tít. 174

⁶⁷⁵ “(...) Qui prado, o uina, o orto, aut pan ageno, aut colmenar, o azena, o molino quemare, de el dapno a suos dopnos, et pectet X morabetis, los medios alcaldes et medios a los querelosos si potuerint firmare. (...)”, in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XXXII-XXXIII, Tít. 106. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 40, Tít. 108; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 898, Tít.18, Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.851, Tít. 20, Lv. I; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 38, Tít. 99, Lv. II; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 846, Tít. 528. Vide, María Antonia Carmona Ruiz, op.cit, p.401; María Antonia Carmona Ruiz, op.cit, pp.144-145

⁶⁷⁶ “(...) Toda exambre que exiere de un corral et fuere a outro et se boluiere com otras ayanlas por medio. Et si com otras non se boluieren, tome las so donno sin calona o quiere que las falle.”, in in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CXIII, Tít. 501. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.150-151, Tít.428. Vide, María Antonia Carmona Ruiz, op.cit, p. 143

⁶⁷⁷ “(...) Todo ome que molinero fuere a ffuero, o ortelano, o pastor, o iuguero, o colmenero, o uassallo aieno, sea excusado de pecho et de fazendera.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIII, Tít. 154. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.58, Tít.156.

ainda mais longe em isentar os colmeeiros que tivessem mais de sessenta colmeias em Alfaiates e quarenta colmeias, em Cáceres e Usagre.⁶⁷⁸

Atividade Cinegética: fauna, exploração, proteção e regulamentação

A caça era outra atividade económica bastante apreciada pelos ribacoanos, independentemente da categoria social dos indivíduos, funcionando, uma vez mais, como uma prática complementar à agricultura e à pecuária. Por outro lado, havia ainda quem se dedicasse a esta atividade, transformando-a na sua única fonte de rendimentos. Estamos a falar dos caçadores profissionais, especializados, sobretudo na captura de determinados animais, como os coelheiros, para consumo próprio e para os venderem posteriormente aos carneiros e aos mestrais ligados ao setor têxtil.

Nos montes, bosques e nos espaços agrícolas, as gentes de Riba-Côa e as pessoas de outras paragens caçavam coelhos, lebres, caçapos, pombas, aves silvestres, tais como as perdizes e aves de rapina. A caça grossa, como os veados, não era esquecida. Normalmente este tipo de caçaria era do interesse dos cavaleiros e de alguns peões, sobretudo quando estavam nas expedições militares. Os montanheiros eram outros potenciais caçadores de veados e de outros animais selvagens como acontecia em Castelo Melhor e Castelo Rodrigo.⁶⁷⁹ Não obstante, nem toda a gente podia caçar nos termos de Cáceres e Usagre e, além disso, a apanha de determinadas espécies estava condicionada às gentes de fora, privilegiando e valorizando assim a fauna dos concelhos para o usufruto e em benefício dos interesses dos ribacoanos. Os costumes e foros de Cáceres e Usagre foram claros ao proibir os estranhos de caçarem nos territórios dos termos municipais, especialmente aves de rapina, fossem elas jovens ou velhas. Os danos e o abate de açores, falcões ou gaviões implicavam penas monetárias, se os caçadores fossem surpreendidos por algum habitante dos concelhos.⁶⁸⁰ Estas aves eram

⁶⁷⁸ “(...) Tod ome qui colmenero quisiere sacar de XL colmenas / a arriba lo saquen, et sea excusado. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LVIII, Tít. 221. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.85-86, Tít.226; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.921, Tít.207, Lv.V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.876, Tít.220, Lv.V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.68, Tít.220, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.770, Tít.221; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.817, Tít. 231. Vide, José Vicente Matellanes Merchán, op.cit, 2001, p.353.

⁶⁷⁹ “Todo pescador de castiel mellor que pecado matar, ó otro montanero que carne matar de monte y la uenda en mercado, sinon peyte II morabitanos.” In, “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.926, Tít.256, Lv. VI. Vide “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.882, Tít.269, Lv.VI.

⁶⁸⁰ “Qui in uenerit estraneo uizino in nostro termino. Todo omme qui fallare uezino estrano en nuestro termino tomando azores, o falcones, o gauilanes, prendalo, / et trayat eum cautum, donec pectet III morabetinos, los medios qui in uenerit eum et los medios a los alcaldes. Otrosi qui tomar azor, o falcon,

bastante apreciadas e valorizadas. Daí, a proteção destes animais implicar castigos severos, do ponto de vista financeiro. Os coelheiros provenientes de outras paragens que chegassem a Coria e a Castelo Bom eram outro caso semelhante, se bem que nestes concelhos fossem obrigados a dar duas peles por cada coelheira (armadilha) armada nos territórios municipais.⁶⁸¹

Havia também indivíduos que faziam da caça uma atividade contínua ao longo do ano, caçando em qualquer época do ano, sem terem em linha de conta as épocas de caça, com o fim de as espécies se poderem reproduzir e crescer livremente. Isto é, o respeito pelos ciclos reprodutivos dos animais era importante para o equilíbrio e renovação da fauna. Este facto constituiu um problema para os poderes locais que se viram obrigados a estabelecer nos regulamentos costumeiros o respeito por estes períodos de interrupção da caça, proibindo as pessoas de capturarem animais, sob pena do pagamento de multas. Isto devia acontecer aos coelheiros de Alfaiates que perseguissem ou matassem os coelhos entre a Páscoa da Ressurreição e a festa de São Miguel. A caça de caçapos estava também interdita ao longo do ano, com o fim de dar tempo para os coelhos pequeninos poderem crescer e se reproduzirem.⁶⁸² Pretendia-se portanto aceitar os ciclos de reprodução das espécies, preservar a fauna e, acima de tudo, fazer uma gestão equilibrada e sustentada dos recursos naturais para evitar a escassez destes bens, tão importantes para o quotidiano das populações.

Os caçadores empregavam várias artes de caça. As armadilhas mais frequentes eram as lousas, “trampas consistentes en piedras llanas basculantes y una pequeña fosa”,⁶⁸³ sendo utilizadas para apanhar animais menores, principalmente, os coelhos. O

ho gaulan uieio, pectet IIII morabetinos, los medios a los alcaldes et los medios ad conceio. Et tomengelo los Alcaldes et denle de mano, et si non sint periratis.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XI, Tít.5. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.3-4, Tít.6. Vide, Miguel Ángel Ladero Quesada, “La caza en la legislación municipal castellana. Siglos XIII a XVIII”, in ELEM, vol. I, Madrid, 1980, p.204 e 209 in PRCC, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM8080110193A.PDF>, 15 de Julho de 2007; María del Carmen Carlé, “El bosque en la Edad Media (Asturias-León-Castilla)”, in CHE, N°59-60, Buenos Aires, 1976, p.340

⁶⁸¹ “(...) Todo conejero que venier de otra parte, de cada collera de dos pieles.”In, “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.68, Tít.220, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.790, Tít.409

⁶⁸² “(...) Coneiero qui ad coneioss andauerit aut mactare de pascha de resurrectione usque ad festum sancti michaelis pectet IIII morabitinos medios ad qui falaret et medios ad castello, neque mactet gazapo omni tempore.”In “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 809, Tít. 166 Vide, Julián Clemente Ramos, “La evolución del medio natural en Extremadura (c. 11142-c.1525)”, in El medio natural en la España medieval. Actas del I Congreso sobre ecohistoria e historia medieval. Ed. Julián Clemente Ramos, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2001, p.47; José Vicente Matellanes Merchán, op.cit, p. 341; Armando Castro, op.cit, p.150.

⁶⁸³ In, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.34.

uso desta técnica dava, muitas vezes, lugar a conflitos, ligados à posse das lousas espalhadas nos termos dos municípios e dos animais que ficavam lá presos. Deste modo, as vilas de Cáceres, Usagre e Alfaiates impuseram medidas que determinassem o respeito pelas armadilhas e a propriedade dos bichos apanhados. Assim, as lousas que fossem colocadas nas herdades privadas, nos termos municipais, mas fora das devesas dos concelhos, pertenciam aos seus proprietários.⁶⁸⁴ Não obstante, Alfaiates foi ainda mais longe ao prever multas para os indivíduos que destruíssem as lousas, bem como as outras armadilhas («linas»⁶⁸⁵, cordas, «paradas» e «bestíguolos»), usadas também na captura de coelhos, animais de pequeno porte e veados.⁶⁸⁶

Os furtos das presas nas armadilhas alheias eram outro problema. Cáceres e Usagre impuseram multas a todos aqueles que tirassem os coelhos das lousas de outrem.⁶⁸⁷ O mesmo caso se repetia quando os veados desapareciam dos madeiros usados também como armadilhas.⁶⁸⁸

A localização das armadilhas encontrava-se também regulamentada. Era preciso ter cuidado ao colocar os ardis, como as «linas» e as «paranzas», para não prejudicar a passagem de pessoas e de outros animais pelos campos e terras de lavradio. Estas não podiam ser colocadas próximo das lousas. Ou seja, devia-se respeitar um espaço livre à volta das lousas.⁶⁸⁹

⁶⁸⁴ “Das losas. Tod ome losas ouiere en termino de Caceres fueras de la defesa de conceio, ayala[s] por eredad.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CXII, Tít.500. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.150, Tít.427. Vide, Miguel Ángel Ladero Quesada, op.cit, p. 207; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.34.

⁶⁸⁵ As «linas» eram armadilhas que consistiam em “lazos de alambre para los conejos y de cerda para las pécides.” In, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.34

⁶⁸⁶ “(...) Nullus homo qui disparare aut crebantare aut disturbare parada aut losa de conegero, aut suas cordas crebantare aut tomare suo bestigulo quale uoluerit pectet IIIor morabitos si potuerit firmaret iuret sibi Vº, et si non iurauerit pectet ille auer duplado, et similiter de todo uenado pectet ille aut alieno.”, In, “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 843, Tít. 489. Vide, María del Carmen Carlé, op.cit, p.341

⁶⁸⁷ “(...) Tod, omme, que sacare coneio de losa agena, pectet IIII morabetis al quereloso et el coneio doblado, si potuerint ei firmare; sin autem saluestse, sicut forum est. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CXII, Tít.500. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.150, Tít.427. Vide, Miguel Ángel Ladero Quesada, op.cit, p. 207; Manuel Riu, op.cit, p.180.

⁶⁸⁸ “Qui matare uenado. (...) Et si lo sacar de madero, delo duplado con IIII morabetis al quereloso, si el potuerint firmare. Sin autem, saluese qual fuere la peticion, et iure el dueno del uenado, con I uizino que el iua en pos el, e suyo era el madero. Et si non quisier / iurar, non tome uenado, nin calonna.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXX, Tít. 328. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.121-122, Tít.337; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.775, Tít.267, Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.883, Tít.281, Lv.VI; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.92-93, Tít.335, Lv.IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.782, Tít.334; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp.828-829, Tít.341. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.34.

⁶⁸⁹ “(...) Todaa losa aya coto arredor de si que nol paren lina ni outra paranza, fasta un estadal aderredor de la losa a todas partes. (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CXII, Tít.500. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.150, Tít.427

Outras técnicas cinegéticas costumavam ser também utilizadas. Os falcões, açores, gaviões e os cães eram preciosas ajudas para os caçadores, sobretudo, para os mais abastados, que faziam desta atividade não só uma necessidade alimentar e económica, mas também um entretenimento e uma prática “desportivas” e paramilitar para se poderem exercitar e ganhar mais destreza. Daí, a protecção das aves de rapina, dos podengos, galgos e alanos ser uma preocupação que se encontra refletida nos regulamentos locais, através de medidas e sanções que os ribacoanos, inclusive as pessoas de fora dos concelhos deviam cumprir.⁶⁹⁰ A falcoaria era portanto outra atividade apreciada também pelas gentes de Riba-Côa. Usavam estas aves para perseguirem as presas, apanhando-as desde o ar e nos solos.

A caça grossa (veados, javalis e ursos) obedecia ainda a outras regras, que consistiam em determinar a divisão dos animais pelos caçadores. Em Alfaiates, aquele que capturasse algum veado tinha o direito a receber uma perna⁶⁹¹, ao passo que em Cáceres e Usagre ficava com uma quarta parte da carne do animal.⁶⁹² Durante as campanhas militares, o guerreiro que apanhasse o referido bicho era premiado com o couro, mas era obrigado a dividir a carne com os seus companheiros.⁶⁹³ Os cavaleiros e talvez alguns peões aproveitavam esta atividade como mais um treino para se exercitarem e, claro, também para reforçar a alimentação das companhias.

A caçaria nem sempre era praticada durante o dia. Muitos caçadores escolhiam a noite. Era um momento propício para furtarem as presas, desarmarem as armadilhas,

⁶⁹⁰ “(...) Qui matare galgo, o carauo, o can rostro, por el galgo pectet II morabetis domino suo, e por el carau I morabeti domino suo, et por can rostro I morabeti domino suo. E por podenco o por alano, pectet II morabetis domino suo, si a tuerto lo matare. (...) Et si galgo quebrantare pierna al tanto, pectet como si lo matasse. Sin autem, saluese con uno uicino.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXX, Tít. 278. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.104-105, Tít.286; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.931, Tít.309, Lv.VIII; “CFRCR”, in PMH-LC, op.cit, p.888, Tít.323, Lv. VIII; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.80, Tít.278, Lv.IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.776, Tít.277; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.821, Tít.277. Vide, Miguel Ladero Quesada, op.cit, p.206; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.34; María del Carmen Carlé, op.cit, p.340; Manuel Riu, op.cit, pp.180; Armando Castro, op.cit, p.155

⁶⁹¹ “(...) Nvllus homo qui matare uenado alieno de sauso tome la perna (...)” In “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.828, Tít.341; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.92-93, Tít. 335, Lv.IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.782, Tít.334; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.775, Tít. 267, Lv.VI; “CFRCR”, in PMH-LC, op.cit, p.883, Tít.281, Lv.VI.

⁶⁹² “(...) Tod ome qui matare uenado ageno de sauoso, tome del I quarto de la carne.” In FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXX, Tít. 328. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.121, Tít.337.

⁶⁹³ “(...) Nullus homines qui fuerint in conpania, et aliquid uenado mataren, ille qui lo mataren tome el corio et partan la carne.” In, “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 836, Tít.341

como acontecia com facilidade em Cáceres e Usagre,⁶⁹⁴ e usarem ardis que pudessem ser nocivos para os animais mais pequenos e para as pessoas.

Cetraria: exploração, proteção e regulamentação

A criação de aves rapinas era uma atividade que se encontrava ligada à caça. Havia ribacoanos e pessoas de fora que partilhavam o interesse por estas aves. Eram úteis para a apanha de animais, auxiliando os caçadores nas suas tarefas. Os gaviões, açores e falcões chegavam a constituir problemas, por causa dos forasteiros que os capturavam nos termos das vilas de Riba-Côa. Assim, os seus «corpora» costumeiros preconizaram a defesa destas aves, penalizando os indivíduos que as capturassem com penas monetárias e com a privação da liberdade, como referimos anteriormente.⁶⁹⁵

Columbofilia: exploração, proteção e regulamentação

As populações de Riba-Côa dedicavam-se também à criação de pombas domésticas ou silvestres. A exploração destas aves costumava ser feita em casa ou em locais próprios, os pombais. Em Alfaiates, a construção destas infraestruturas nas herdades privadas nem sempre era pacífica, porque se levantava o problema do usufruto das mesmas pelos demais proprietários de terras. Apesar de serem bens privados, não implicava, segundo os regulamentos costumeiros, que fossem bens comunais, acessíveis e passíveis de serem rentabilizados por todos os vizinhos. Ou seja, os seus donos podiam geri-los como entendessem sem os partilharem com outrem. Os pombais eram construídos nas propriedades, afastados das casas, a uma distância de um raio de três passadas. O mesmo deveria acontecer com os pombais localizados nas aldeias.⁶⁹⁶

⁶⁹⁴ “(...) Tod omme que desarmare o cogiere lina o cepiello de coneio por cada noche pectet I conecho e por de dia perdiz al quereloso, si potuerit ei firmare. Sin non saluese sicut fuerit la petition.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CXII, Tít. 500. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.150, Tít.427

⁶⁹⁵ “(...)Todo omme qui fallare uezino estrano en nuestro termino tomando azores, o falcones, o gauilanes, prendalo, / et trayat eum cautum, donec pectet IIII morabetinos, los medios qui in uenerit eum et los medios a los alcaldes. Otrosi qui tomar azor, o falcon, ho gauilan uieio, pectet IIII morabetinos, los medios a los alcaldes et los medios ad conceio. Et tomengelo los Alcaldes et denle de mano, et si non sint periratis.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XI, Tít.5. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.3-4, Tít.6. Vide, Miguel Ángel Ladero Quesada, “La caza en la legislación municipal castellana. Siglos XIII a XVIII”, in ELEM, p.204 e 209; María del Carmen Carlé, op.cit, p.340

⁶⁹⁶ “(...) Et ad palomar similiter de tres passadas ad toto redor qui habuerit ad facere casa in aldea iuxta illam.” In “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 809, Tít. 160

Esta atividade era apreciada para fins agrários, porque o “excremento, la palomina, fue uno de los mas importantes fertilizantes utilizados en la Edad Media.”⁶⁹⁷ Também eram usadas para consumo doméstico. A caça chegou a constituir um problema para os governos municipais. Estes apostaram na defesa e na produção destes animais. A proteção das pombas passou por salvaguardar os seus espaços de criação e pela aplicação de medidas que visavam penalizar todos aqueles que lhes fizessem mal, matando-as, principalmente. Esta prática cinegética implicou, uma vez mais, o pagamento de uma coima.⁶⁹⁸

Avicultura: exploração, proteção e regulamentação

Os patos, gansos e outras aves domésticas preenchiam a dieta alimentar das populações das vilas de Riba-Côa. Eram criados em casa ou em explorações aviárias. Toda esta atividade encontrava-se assim defendida e protegida pelos concelhos, visto que eram frequentes os danos causados a estes animais, prejudicando os seus donos. Os ataques, assim como a morte das aves, eram sancionados com o pagamento de coimas, na ideia de minimizar este tipo de situações.⁶⁹⁹

Por outro lado, a permanência de galinhas ou de outras aves nas terras agrícolas alheias, sobretudo, nas hortas, foi motivo para discórdias entre os donos dos animais e os das propriedades, porque estes bichos espicaçavam as culturas e os seus frutos, destruindo-os. Nestes casos, os proprietários viam-se obrigados a indemnizar os indivíduos prejudicados, recompensando-os com a quinta parte da oitava de cereais.⁷⁰⁰

⁶⁹⁷ In José Vicente Matellanes Merchán, op.cit, p. 348. Vide, Miguel Ángel Ladero Quesada, op.cit, p.203; José Hinojosa Montalvo, op.cit, p.163.

⁶⁹⁸ “(...) Toda aue que domada, o palomba de palonbar o de casa, o gallina, o ansare, o outra que, qui la matare pro unaquaque pectet I morabeti domino suo si ei firmare potuerint.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLII, Tít. 150. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.67, Tít.152; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.931, Tít.309, Lv.VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.888, Tít.323, Lv. VIII; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.51-52, Tít.149, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 762, Tít.153; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.807, Tít.147, p.807, Tít.148 e p.837, Tít.431

⁶⁹⁹ “(...) Toda que domada, o palomba de palombar o de casa, o gallina, o ansare, o outra que, qui la matare pro unaquaque pectet I morabeti domino suo si ei firmare potuerint. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLII, Tít. 150. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.67, Tít.152; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.931, Tít. 309, Lv. VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.888, Tít.323, Lv. VIII; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.51-52, Tít.149, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 762, Tít.153; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.807, Tít.147. Vide, José Vicente Matellanes Merchán, op.cit, p.348

⁷⁰⁰ “(...) Per todo o ganado dize esto, sicut dicit in alio loco que debet unusquisque pectare, et per gallinas que fecerint danno in orto aut in alio labore, pectet domino suo, por V ochaua de pan. Et si minus fuerint uel plus, a sua conta.”, in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLII, Tít. 150. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.129, Tít.368; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit,

Atividade Piscícola: exploração, proteção e regulamentação

Os habitantes de Riba-Côa dedicavam-se também à pesca. Raramente o faziam de forma exclusiva, porque esta atividade costumava ser também levada a cabo para auferir outros rendimentos, através da venda dos peixes.⁷⁰¹ Os costumes e foros são porém poucos em informações sobre pescadores especializados neste ofício. Apesar disso, era bem possível que se encontrassem indivíduos que fizessem da pesca a sua única profissão.

Os concelhos ribacudanos incentivaram o desenvolvimento desta atividade, permitindo aos pescadores de fora pescarem nos seus termos. No entanto, estavam proibidos de levar os peixes acabados de pescar para outras paragens. Deste modo, estavam a prejudicar o abastecimento e o consumo de peixe, tão importante para as populações, punindo-os com coimas.⁷⁰²

Os rios e as pesqueiras eram os locais de eleição para a pesca. Os ribacoanos apostaram assim na construção de pesqueiras que se localizavam geralmente junto aos moinhos. Desta maneira, aproveitavam as águas dos rios não só como força motriz capaz de movimentar os moinhos, azenhas e noras, mas também para pescar mais quantidade de peixes.⁷⁰³ Eram presas que se encontravam protegidas pelos concelhos. Para isso, bastava terem as seguintes medidas: vinte estadais acima dos moinhos e dois estadais abaixo dos mesmos, como aconteciam, por exemplo, em Cáceres e Usagre.⁷⁰⁴ Funcionavam como uma espécie de coutos, onde só se podia pescar com

p.929, Tít.282, Lv. VII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.885, Tít.296, Lv. VII; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.96, Tít.335, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.785, Tít.368; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 832, Tít.377. Vide, Manuel Riu, op.cit, p.176.

⁷⁰¹“(…)Tod ome qui pescado de rrio matare, ele lo uenda aut uxor sua uel filii sui.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXII, Tít. 240. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.92, Tít.246; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.72, Tít.237, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.772, Tít.235.

⁷⁰²“(…) Todo pescador que non fuere nuestro uizino et en nuestro termino pescare si ad otra parte lo leuare, quilelo fallare tomelelo sin calopna, et pectet V morabetinos medietatem qui enum in uenerit et medietatem Concilii sin autem, adducat eum captum usque dum pectet.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XI, Tít. 4. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.3, Tít.5; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.924, Tít.234, Lv. VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.879, Tít.247, Lv. VI; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.15, Tít.4, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.745, Tít.4.. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.43.

⁷⁰³ José Manuel López Villalba, “Política local y abastecimiento urbano: el pescado en Guadalajara en la Baja Edad Media”, in *Studia Histórica. História Medieval*, Nº25, Salamanca, 2007, pp.226-227. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.43

⁷⁰⁴“(…) Et las pesqueras sena defesadas de suso XX estadales, et de iuso II.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIV, Tít. 159. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.60-61, Tít.161; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.53,

anzóis e buitrões, pois não eram técnicas prejudiciais. O uso destas técnicas de pesca estava porém proibido nos rios. Para contrariar esta tendência, os governos locais fizeram constar nos regulamentos costumeiros o pagamento de multas a aplicar a todos aqueles que se aventurassem a usar outras técnicas para a apanha de peixe nas referidas estruturas.⁷⁰⁵ Além disso, as pesqueiras podiam ser particulares e geridas por parceiros, formando sociedades. Muitos deles tinham também participação nos moinhos e azenhas. Em Alfaiates, estavam incumbidos de trabalhar também nas pesqueiras, sob pena de perderem o direito às maquilas, a vez para moerem os cereais e ainda pagavam uma coima.⁷⁰⁶

Silvicultura: recursos, energia, exploração, proteção e regulamentação

Os bosques, soutos e montes eram terras comunais dos concelhos, que ofereciam um leque de potencialidades e recursos imprescindíveis para o dia-a-dia dos ribacoanos. Neles obtinham madeira, lenha, carvão, frutos, alimentos e animais para a caça e pesca, atividades essenciais para o abastecimento e consumo local. Além disso, a água dos rios e nascentes era utilizada nos sistemas de regadio, pesqueiras e como energia hidráulica para mover os moinhos e azenhas na moagem dos cereais. Para além da atividade recolectora, os habitantes de Riba-Côa aproveitaram os montes para a criação de gado, através das devesas coletivas e particulares nos termos municipais, oferecendo condições para os animais pastarem. A apicultura foi outro ofício que se desenvolveu nas florestas e montes, uma vez que se tratava de locais propícios para a exploração das abelhas e, porque se encontravam, de certa forma afastados dos meios urbanos, das propriedades agropecuárias, apesar de os incómodos causados por estes animais serem comuns. Daí, a necessidade de ter o cuidado de colocar as colmeias em afastadas das

Tít.157, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.161 e p.789, Tít.399; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.808, Tít.156; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.889-890, Tít.24, Lv.II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.881, Tít.264, Lv. VI. *Vide*, José Matellanes Merchán, op.cit, p.349; J. Gautier Dalché, op.cit, p.163; Armando Castro, op.cit, p.98.

⁷⁰⁵“(…) Et de hi pescare, fuera end con anzuelo, o con butron, pectet III morabetis a so donno. Si non, iure con I uizino.”In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIV, Tít. 159. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.60-61, Tít.161; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.53, Tít.157, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.161 e p.789, Tít.399; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.808, Tít.156; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.889-890, Tít.24, Lv.II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.881, Tít.264, Lv. VI. *Vide*, José Matellanes Merchán, op.cit, p.349

⁷⁰⁶“(…) Toto aparzero de açenia aut de molino qui non uoluerit laborare aut pesquera aut in labore quomodo pertinet perdat las maquilas et pectet I morabitinum et sua uice usque se integrent de quanto ibi miserint suos aparceros. (...)”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.808, Tít.154.

peças e dos animais, nas malhadas, sob a vigilância dos colmeieiros e de dependentes contratados para a produção apicultora.

A procura desenfreada de matérias-primas e a necessidade de as populações ribacoanas de ganharem novos terrenos agrícolas e de pastagem, através de arroteamentos dos bosques, constituíram vários problemas para os concelhos. O crescimento da atividade pecuária e os múltiplos interesses ganadeiros, derivados da formação de várias cabanas para a transumância⁷⁰⁷, agravaram ainda mais esta situação, visto que a necessidade de desbravar terrenos florestais era indispensável para a formação de novos pastos, de preferência protegidos, como as devesas, para os animais dos concelhos. Com estes problemas, as autoridades locais viram-se a braços com a necessidade de estabelecerem normativas que visavam, acima de tudo, a protecção e a defesa dos espaços naturais dos seus termos, tão importantes para o bem-estar das populações e para o desenvolvimento da indústria e comércio. A ideia era garantir uma exploração sustentável e equilibrada dos recursos florestais.

Os incêndios foram uma das técnicas empregues para limpar terrenos e para fertilizar os espaços de cultivo com as cinzas. Tornavam-se porém perigosos para as comunidades ribacoanas, sobretudo, em determinadas épocas do ano, entre o mês de Maio e o dia de São Martinho. Os incidentes ocasionados, devido às queimadas nos meses de mais calor, nos termos dos núcleos urbanos, seriam frequentes. Foram, neste sentido, alvo de controlo por parte dos concelhos que os penalizaram severamente. Os responsáveis dos fogos postos estavam sujeitos a coimas elevadas, no valor de dez morabitos. Só em Cáceres e Usagre é que sofriam penas físicas, atirando-os para as chamas, com os pés e as mãos atadas, caso não tivessem capacidade financeira para pagarem a pena,⁷⁰⁸ ao passo que, nas restantes vilas, os seus costumes e foros são

⁷⁰⁷ Vide, J. M. Sierra Vigil, "Bases de partida para estudios sobre los montes españoles en la Edad Media: problemas a resolver, periodización cronológica.", in CSECF. «*Actas de la II Reunión sobre Historia Forestal*», N°16, Madrid, 2003, p.253, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2978210>, 13 de Dezembro de 2012.

⁷⁰⁸ "(...) Todo omme que quemare en termino de Caceres monte, o canpo/ desde mayo fasta Sancti Martini, et danno alguno hi uiniere, pectet X morabetinos et assus donnos el dano duplatum. Si lo pudieren firmar, asi como es superscripto. Et si non ouiere de pechar, atenlo de piees et de manibus et echenlo en el fuego. Sin autem, saluese con IIII et ille quinto. Et por esto non dent manquadra. E destas calopnas tome conceio la meetad, et los montarezes la meetad.", in "FC", in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. X, Tít. 2. Cf "FU", in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.2-3, Tít.3; "FCo", in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.14, Tít.2, Lv. II; "CFCB", in PMH-LC, op.cit, p.745, Tít.2; "CFCM", in PMH-LC, op.cit, p.88-889, Tít.24, Lv. II; "CFCR", in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít.5, Lv. I. Vide, Julio Gerardo Martínez Martínez, op.cit, p. 67 e pp.70-71; M^a de los Llanos Martínez Carrillo, "Explotación y protección del medio vegetal en la Baja Edad Media Murciana.", MMM, vol. XXI-XXII, Murcia, 1997-1998, p.74, in *Edit.um. EUM*, <http://revistas.um.es/mimemur/article/view/7921>, 20 de Dezembro de 2012; María del Carmen Carlé,

omissos ao destino das sanções sem ser feita qualquer menção ao papel dos montanheiros como arrecadadores de coimas resultantes de infrações contra o entorno natural. Também a queima das árvores foi uma forma de as pessoas conseguirem facilmente lenha seca.

Os fogos foram uma das formas de destruir e reduzir a pouco-e-pouco a massa arbórea dos bosques. Embora, nem todos os incêndios tivessem mão criminosa, em muitos casos, ganhavam proporções consideráveis, extravasando os limites dos espaços rurais pensados pelas pessoas para as queimadas, porque se tratava de uma técnica agrícola de limpeza da terra, localizada e controlada pela ação humana, para garantir a melhor conservação dos espaços agrícolas escolhidos. Por outro lado, fossem os fogos provocados com maldade ou com objetivos agropecuários, deixavam marcas de destruição nas florestas, causando estragos para as comunidades que se viam paulatinamente desprovidas dos seus recursos e ameaçadas com o perigo de incêndio, colocando-as em risco.

As quercíneas - sobreiros, azinheiras, robles, carvalhos -, pinheiros e castanheiros compunham a paisagem natural de Riba-Côa.⁷⁰⁹ Ricas em matérias-primas, estas espécies eram bastante cobiçadas por madeireiros, lenhadores, carvoeiros e mesteirais que tiravam o máximo partido das árvores, cortando-as e, queimando-as sem olhar a limites e sem se preocuparem com a sustentabilidade dos recursos naturais dos entornos rurais dos concelhos de Riba-Côa. A madeira, a lenha e o carvão eram recursos bastante procurados pelas populações para colmatar as necessidades de aquecimento e combustível para os fornos e fráguas, assegurando o desenvolvimento das indústrias. Também, os mesteirais do setor têxtil que se dedicavam aos curtumes costumavam servir-se das cascas das árvores, em especial, do carvalho, como matéria-prima no tratamento dos couros.⁷¹⁰

op.cit, pp.326-328; Adrián Arcas Pozo, op.cit, pp.230-231; José Matellanes Merchán, op.cit, pp.352-353; J. M. Sierra Vigil, op.cit, p.250; Carlos López Rodríguez, op.cit, p.66.

⁷⁰⁹In, Julián Clemente Ramos e Juan Luís de la Montaña Conchiña, op.cit, p.17. Vide, Julián Clemente Ramos e Juan Luís de la Montaña Conchiña, “La Extremadura cristiana (1142-1230). Ocupación del espacio y transformaciones socioeconómicas.”, in HID, N°21, Sevilha, 1994, pp.106-107, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=58310>, 25 de Agosto de 2011; Julián Clemente Ramos, “El medio natural en la vertiente meridional del Tajo extremeño en la Baja Edad Media.”, in AEM, N°30, Fasc. 1, Madrid, 2001, p.321.

⁷¹⁰As cascas das árvores, tais como o carvalho, eram usadas da seguinte forma: tiravam-se “no principio da Primavera, quando a seiva começava a percorrer a plana e se deixava por terra, durante bastante tempo, a secar. Era depois pulverizada e passada pelo crivo, ficando então pronta a ser utilizada.”In *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, 1ªedição, Lisboa, UNL. FSCH, 1989, p.263. Vide, Concepción Mendo Carmona, “La industria del cuero en la Villa y tierra de Madrid a finales de la Edad Media.”, in ETF. Serie III, Hª Medieval, vol.3, Madrid, 1990, p.182, in *E-Spacio Uned*, <http://e->

Os profissionais ligados ao fabrico de utensílios agrícolas e alfaia requeriam o uso de madeiras e lenha grossa, especialmente dos sobreiros e azinheiras. Assim como o setor da construção civil e da carpintaria. Estas foram as únicas exceções que os concelhos de Cáceres e Usagre abriram para o corte dos ramos, «tueros», troncos das árvores e lenha grossa, sobretudo dos sobreiros e azinheiras. Estes eram, portanto, os únicos motivos que autorizavam para sacar proveito destas árvores. No entanto, puniam-se com penas monetárias a todos aqueles que cortassem os referidos espécimes para outros fins. Em Cáceres e Usagre, as multas eram posteriormente divididas entre o concelho e os «montarazes» (montanheiros), encarregados de vigiar os montes e os bosques.⁷¹¹

Os ramos das árvores, azinheiras e sobreiros serviam também de alimento para os gados que andavam nos montes, bem como as bolotas. Estes frutos eram a base da alimentação dos animais, principalmente das varas de porcos que permaneciam nos montados e devesas. Por isso, se castigavam também os indivíduos que cortassem as ditas árvores para dar de comer aos suínos, com a retenção de cinco animais, como acontecia nas terras de Riba-Côa.⁷¹² Também as bolotas eram usadas para consumo dos seres humanos, que “obtenían una especie de harina de esos frutos.”⁷¹³

A preservação dos sobreiros e azinheiras requeria os seus cuidados e os devidos tratamentos, que nem sempre eram respeitados, visto que era habitual limpar estas árvores com varas. Esta técnica era inadequada, porque destruía as árvores, prejudicando os ramos e, impedindo que os frutos se desenvolvessem normalmente. A ideia era apostar na preservação das espécies para que continuassem a dar frutos todos

spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETF859480DA-15D9-2FDE-F0BE-F027B39BE50B&dsID=Documento.pdf, 30 de Dezembro de 2012

⁷¹¹ “Todo omme que taiare enzina o alcornoque o rama o tueros, pectet V morabitos, la metad a montarazes et la meetad al Conceio. Si non fuere pora casas o pora aradros o pora cosa que a labor pertenesca.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. X, Tít. 1. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.1-2, Tít.2. Vide, José Matellanes Merchán, op.cit, p.353; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.331; Gilberto Coralejo Moiteiro, “Paisagens históricas: a flora e a fauna na toponímia meridional beirã de Quinhentos.”, in *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas. Actas das Primeiras Jornadas*. Coord. Iria Gonçalves, Lisboa, CEH.UNL, 2005, pp.33-35; Iria Gonçalves, op.cit, p.263

⁷¹² “(...) Et si pora puerco taiaren prendanle V porcos. Et si dize non fize esto iuren II montarazes por la iura qui fizieron a Conceio que cortando los tomaron et peche.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. X, Tít. 1. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.1-2, Tít.2; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.13-14; Tít.1, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.7452, Tít.1. Vide, M^a de los Llanos Martínez Carrillo, op.cit, p.79; Adrián Arcas Pozo, op.cit, pp.224-225 e 232; José Rodríguez Molina, op.cit, p.290; Gilberto Coralejo Moiteiro, op.cit, p.35; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.340.

⁷¹³ In, María del Carmen Carlé, op.cit, p.342. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.340

os anos.⁷¹⁴ Neste sentido, os concelhos de Castelo Melhor e Castelo Rodrigo impuseram o pagamento de uma coima, no valor de um morabitino.⁷¹⁵ Os costumes e foros das restantes vilas são silenciosos nestes casos.

Os pinheiros e carvalhos eram outras espécies que foram alvo de atenção da parte das autoridades locais. Alfaiates foi a única vila que apostou na preservação destas árvores, através da fixação de medidas rígidas, que visavam no corte e na poda das mesmas, com o fim se “asegurar su continuidad y regeneración.”⁷¹⁶ Era portanto proibido cortar robles municipais, sem ser plantada outra árvore da referida espécie, sob pena do pagamento de um morabitino de coima. Excetuavam-se porém os carvalhos que pertencessem a particulares.⁷¹⁷ O concelho de Alfaiates foi ainda mais severo ao condenar à morte, todos aqueles que talhassem os pinheiros. Já, tirar a casca aos pinheiros ou aos pimpolhos implicava uma pena pecuniária. Esta normativa era semelhante para outras árvores e arbustos que fossem cortados, como, por exemplo os «mostajos» e as urzes que ficavam ser as cascas e os ramos.⁷¹⁸ Estas espécies eram procuradas pelos ribacoanos para fazer carvão de pinheiros verdes ou secos, depois de serem queimados.⁷¹⁹ A madeira de pinho era excelente para a construção, bem como a de «mostajo».⁷²⁰

Recursos Subterrâneos: proteção e exploração

Os recursos minerais, como o ferro, o ouro e a prata eram fundamentais para o desenvolvimento das indústrias e do comércio de Riba-Côa. Poucas são as informações que os regulamentos que os «corpora» costumeiros ribacoanos nos deixaram. Nada se sabe, a partir dos regulamentos costumeiros sobre a extração e a exploração destes minérios em Riba-Côa, principalmente do ferro. Apesar disso, o Foral de Cáceres é explícito ao determinar que a exploração e a gestão das minas de prata e ferro eram da

⁷¹⁴ In, Adrián Arcaz Pozo, op.cit, pp.233-234.

⁷¹⁵ “(...) Todo ome que sacudir ancina ó alcornoque com uara peyte I morabitino.”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.897, Tít.4, Lv. I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít.6, Lv. I. Vide, José Matellanes Merchán, op.cit, p.353

⁷¹⁶ In Adrián Arcaz Pozo, op.cit, p.232

⁷¹⁷ “(...) Toto homine qui robe cortar et no la laborare pectet Iº morabitino excepto in sua heredade.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.832, Tít.382

⁷¹⁸ “(...) Qui pino descortezare aut pinpolo taiare pectet IIII morabitos medios ad qui lo falaret et medios al castello: simili modo de mostaio et de beço, excepto per ad arcas, aut pectet aut iuret cum uno uiçino.” In “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.810, Tít.167

⁷¹⁹ Vide, Mª de los Llanos Martínez Carrillo, op.cit, p. 77; J. M. Sierra Vigil, op.cit, pp.250-251.

⁷²⁰ Vide, Mª de los Llanos Martínez Carrillo, op.cit, p. 76.

responsabilidade do próprio município, privilégio outorgado pelo rei D. Fernando à vila.⁷²¹

O ferro era uma matéria-prima imprescindível para a economia ribacoana. Daí, Castelo Melhor e Castelo Rodrigo investirem na proteção dos seus recursos minerais, ao proibirem a saída e a venda de ferro para fora dos concelhos;⁷²² prática que seria decorrente nestas vilas. Tudo isto, porque os concelhos viviam geralmente numa situação de uma certa carência de minério e as explorações vigentes no reino não eram suficientes para colmatar a escassez.

Ferreiros e ferradores eram os mesteiros que mais necessitavam deste minério para poderem desenvolver as suas atividades nas ferrarias.⁷²³ Deles dependia o fabrico de instrumentos agrícolas, ferraduras, pregos, cravos, entre outros objetos essenciais para o dia-a-dia das populações. Em Alfaiates, trabalhava-se também o ferro nas forjas, transformando, em primeiro lugar, o minério em barras para ser utilizado posteriormente na criação de novos produtos. As barras de ferro eram marteladas nas bigornas e, enquanto isso, eram aquecidas nos fornos para facilitar a moldagem da matéria-prima. Durante este processo, usava-se a água para arrefecer o ferro, dando assim forma às peças. Era bem possível que as forjas e as ferrarias funcionassem como uma espécie de fundições do metal, segundo a perspetiva de Rolf Sprandel,⁷²⁴ onde era comum empregar a energia hidráulica e o carvão no “proceso de producción siderúrgica.”⁷²⁵

⁷²¹ “(...) Et dedit istam uillam Caceres populoribus franqueadam cum totis suis terminis, riuus, et fontibus, montibus, pascuis, uillis, castris, uenis argenteis, et ferreis cum quolibet metallorum genere que in suo termino potuerint inuenire, (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbresas Valiente, op.cit, p. III. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.182. Vide, Rolf Sprandel, “Notas sobre la producción de hierro en la Península Ibérica durante la Edad Media.”, in AEM, Nº13, Madrid, 1983, p.354-356.

⁷²² “(...) Qvi leuar fiero de castiel mellor quien no achar tome lo sin calonia, e qui lo uedare torne el precio al ome de fura parte e peyte IIII morabitanos.”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.925, Tít.247, Lv. VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.881, Tít.260, Lv.VI. Vide, Armando Castro, op.cit, p.881; Isabel Cardoso, *Uma fronteira entre mercados. A Norte do Douro na Idade Média*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Universidade Portucalense – Infante D. Henrique, Porto, 2000. Exemplar Policopiado, pp.254-255

⁷²³ Luís Miguel Duarte, “A actividade mineira em Portugal durante a Idade Média”, in RFL. História, vol. XII, II Série, Porto, 1995, p.103.

⁷²⁴ Vide, Rolf Sprandel, op.cit, p.357; Marta Sancho, “El hierro en la Edad Media: desarrollo social y tecnología productiva”, in AEM, Nº41, Fasc.2, Madrid, 2011, p.657, in AEM. CSIC, <http://estudiosmedievales.revistas.csic.es/index.php/estudiosmedievales/issue/view/22/showToc>, 23 de Dezembro de 2012; Luís Miguel Duarte, op.cit, p.104; Luis Miguel Díez de Salazar, “La industria del hierro en Guipúzcoa (siglos XIII-XVI). (Aportación al estudio de la industria urbana).”, in ELEM, vol.6, Madrid, 1985, pp.252-253, PRCC, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM8585120251A.PDF>, 3 de Maio de 2008.

⁷²⁵ Vide, Marta Sancho, op.cit, p.645

No entanto, não há indicações sobre a localização das fráguas, nas fontes costumeiras, mas segundo os costumes e foros de Alfaiates pode-se pressupor que as forjas e os fornos se deveriam situar fora da vila ou em locais afastados das residências e de outras estruturas, como as bodegas, onde não pudessem prejudicar os espaços reservados ao fabrico e armazenamento do vinho.⁷²⁶

O ouro era outro metal procurado pelos ribacoanos, entre os quais, os ourives, que necessitavam de licenciamento para poderem exercer as suas profissões nos concelhos. Havia ainda outras formas de encontrar ouro. Os recursos fluviais foram uma alternativa. Coria constituiu um exemplo, uma vez que era frequente as pessoas buscarem este metal nobre no rio e nas suas margens, nos termos da vila, sem autorização prévia do concelho, gerando alguns incómodos com as autoridades municipais, uma vez que se tratava de uma iniciativa que requeria uma autorização da parte dos interessados.⁷²⁷ Por outro lado, segundo Maldonado del Torco, esta questão levanta-nos um problema de comunicação e interpretação da referida normativa, porque, através do cotejo com as normas dos demais «corpora» costumeiros, tais como Castelo Bom, podemos encontrar uma rubrica semelhante, mas que nos remete para uma proibição do exercício da atividade dos ourives, assim como os ferreiros e os caleiros que exerciam sem licença prévia emitida pelos concelhos. No entanto, seria também provável que os rios fossem locais usados para a procura de minérios valiosos, de forma independente, sem contar com aprovação concelhia, tendo em contra da política de controlo das atividades económicas que os concelhos exerciam, mesmo quando se tratava das explorações das riquezas do subsolo.⁷²⁸

Recursos Hídricos: exploração, proteção e regulamentação

Os recursos hídricos foram também aproveitados pelas populações ribacoanas na agricultura, graças a sistemas de regadio, na pesca para encher as pesqueiras e, por fim, na indústria como energia, capaz de movimentar os moinhos, azenhas e noras e na siderurgia, a par do carvão. Investiu-se também na construção de outras estruturas

⁷²⁶ “(...) Toto omine qui forno ó fragua de nueuo faga lo en tal logar que non faga mal a bodega.”In, “CFA”, op.cit, p.808, Tít. [159].

⁷²⁷ “(...) Todo ome que sacare oro de rio en termino de Coria sin mandado del conçejo, si ge lo podier firmar; si no, salvese com quatro e elle quinto, e por esto non den manquadra.”, in “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.14; Tít.3, Lv. I. Idem, Ibidem, p.352.

⁷²⁸ Vide, Rolf Sprandel, op.cit, p.352

hidráulicas, como os poços e fontes, para se tirar mais partido das águas para a rega das culturas.

Não obstante, a utilização dos recursos hídricos nem sempre foi pacífica, levantando-se o problema do controlo das águas para colmatar as necessidades das pessoas, sobretudo, dos proprietários de terras agrícolas e do setor da indústria da transformação. O usufruto e controlo das águas eram frequentemente motivo de conflitos, porque não eram respeitadas as necessidades agrícolas e industriais de outrem. Diante destes problemas, as autoridades municipais tiveram o especial cuidado de regulamentar o uso dos recursos hídricos, de forma equitativa e justa, sem criar desigualdades entre os interessados, principalmente, quando se tratava das águas provenientes das fontes «perenais», tão apreciadas na agricultura. Os costumes e foros das vilas de Riba-Côa são portanto concernentes em determinar que as águas das referidas fontes, nascidas em «quadrielas» deviam ser divididas pelas herdades mais próximas, desde que a finalidade fosse a rega dos cultivos. Todos os donos de terras agrícolas tinham então direito ao usufruto das águas durante dois dias. Deste modo, havia uma ordem para a utilização das águas. Ou seja, o uso das águas fazia-se em função da ordem da localização das herdades para que todos tivessem o direito sobre elas. Os indivíduos que tivessem as suas propriedades mais próximas eram os primeiros a beneficiar da rega para as suas culturas e assim, sucessivamente.⁷²⁹

Associada à distribuição das águas, havia ainda outros problemas, uma vez que era comum alguns proprietários se aproveitarem das fontes para furtar e desviar as águas nos dias que não lhes correspondiam usá-las, sendo os únicos beneficiados. Para isto, havia normativas que sancionavam estas condutas, penalizando os responsáveis

⁷²⁹ “(...) Toda fonte que nasce entre quadrielas, et fuer de rregar, como partieren la heredad, partam el agua. Et cada quien como ouieren heredit, assi torne el agua, et en qual heredit nasciere aquellos tomen primero el agua, et sic per ordinem, et dos dias ande fueras et el quarto torne a la heredad o nasce. (...)” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIII, Tít. 157. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.59-60, Tít.159; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.155, Tít.53, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.159; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.926, Tít.[252], Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít.[265], Lv. VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp.808-809, Tít.160. Vide, Jorge Ortuño Molina, “Recursos hídricos y política de aguas en el sureste de la Península Ibérica durante la Baja Edad Media.”, in MMM, vol. XXXIX-XXX, Murcia, 2005-2006, pp.134-135 in *Edit.um. EUM*, <http://revistas.um.es/mimemur/article/view/8161>, 12 de Dezembro de 2012; Fco. Goicolea Julián, op.cit, pp.252-253; Carlos López Rodríguez, “La organización del espacio rural en los fueros de la Extremadura castellana.” In ELEM, vol.12, Madrid, 1989, p.77, in PRCC, <http://www.ucm.es/BUCEM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM89891100063.PDF>, 3 de Maio de 2008

com coimas e ainda eram obrigados a fornecer o dobro da quantidade da água utilizada aos lesados.⁷³⁰

As fontes eram estruturas hidráulicas construídas para satisfazer as necessidades de irrigação das vilas e das aldeias. Obedeciam a determinadas regras de construção. Era obrigatório que as fontes «perenais» não excedessem as três braçadas de largura por cada carreira à volta do respetivo sistema.⁷³¹ Além disso, eram obras que seriam coletivas, devendo contar com a participação de todos os interessados, pois aqueles que não procurassem águas nos solos, cavando as margens dos rios ou mondando as fontes, não tinham direito a elas.⁷³²

Tal como as fontes, os poços eram outras alternativas que os ribacoanos costumavam ter. Havia aqueles que cavavam poços nas suas herdades. Normalmente suscitavam disputas, porque não tinham o hábito de partilhar as suas águas com os demais proprietários agrícolas. Neste sentido, os concelhos consideraram que os poços eram propriedade privada, cujo uso dependia de cada um.⁷³³

A preservação dos recursos hídricos foi também alvo de atenção e de cuidados especiais da parte dos governos locais. Um dos assuntos que mais preocupava consistia na higiene e na conservação das águas, que deviam ser límpidas e estar em boas condições para que todos as pudessem usufruir. Havia portanto nos costumes e foros uma inerente preocupação ecológica e pela preservação dos recursos aquíferos. Por isso,

⁷³⁰“(…) Et qui la furtar o la destorbar en el día ageno, pectet II morabetis al quereloso et duple el agua, si firmare potuerit. Sin autem, iuret alius cum I uicino, et alter non de manquadra. Te si non iurare, o de plazo cayere, pectet la calopna superscripta quereloso.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XLII-XLIV, Tít. 157. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.59-60, Tít.159;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.53, Tít.155, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.159;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.926, Tít.[252], Lv.VI;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít.[265], Lv.VI;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp.808-809, Tít.160.

⁷³¹“(…) Toda fuente perenal que arroyo echare en qualicumque hereditate, sit de III brazadas per carreras en ancho a todo redor de la fuente, et sierre so labor como es fuero, si outra agua non ouierem que abonde Et desto sea aquellos que ena aldea moraren tambien como ena uilla.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIV, Tít. 158. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.60, Tít.160;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.53, Tít.156, Lv. II;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.160;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.926, Tít.[252], Lv.VI;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít.[265], Lv. VI;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp.808-809, Tít.160.

⁷³²“(…) Et aquellos que non uinieren al cauze cauar, o a la fuente mondar, o algua tornar, non habeat ibi partem.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIII, Tít. 157. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.59-60, Tít.159;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.53, Tít.155, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.159; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.926, Tít.[252], Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít.[265], Lv.VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp.808-809, Tít.160.

⁷³³“(…) Et qui pozo cauar en su heredad non det agua a ninguno por fuero.” In, “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIV, Tít. 158. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.60, Tít.160;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.53, Tít.156, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.160;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp.808-809, Tít.160.

contaminar e envenenar os rios, colocando em risco o bem-estar das populações e o desenvolvimento normal das manufaturas, implicava o pagamento de uma sanção pecuniária.⁷³⁴ Os danos não só atingiam as pessoas, mas também contribuíam para a morte massiva dos peixes e para o envenenamento dos animais que aí bebessem.⁷³⁵

As normativas locais não ficaram por aqui. As águas residuais e das chuvas eram outro problema, colocando em causa a saúde pública e a limpeza urbana. Havia a necessidade de preservar as canalizações para que as águas pudessem ser escoadas da melhor maneira das goteiras, das ruas e dos corrais, cuja responsabilidade dependia dos alcaides e dos homens bons. Estes tinham a preocupação de manter o curso destas águas, evitando desvios que fossem desviadas para poderem ser escoadas com mais facilidade.⁷³⁶

Por outro lado, as medidas de higiene e salubridade das águas se faziam sentir ainda com mais veemência em Cáceres e Usagre, contemplando as fontes municipais. Estas costumavam ser usadas para a lavagem de roupa e para outros trabalhos domésticos, sujando as águas. Dada esta situação, as vilas mencionadas puniram monetariamente as mulheres que lavassem nas fontes.⁷³⁷

Os recursos hídricos não só foram utilizados para fins domésticos e agrícolas. A indústria foi outro setor que não prescindiu da energia hidráulica como força motriz, capaz de mover os moinhos e as azenhas na transformação dos cereais, na siderurgia e na manufatura têxtil, como veremos adiante.

⁷³⁴ “(...) Qui rio eruolauerit, pectet III morabetis, et qui inuenerit eum, accipiat los medios et el castiello los medios.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLV, Tít. 164. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.62, Tít.166; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.54, Tít.162, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.764, Tít.166; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.926, Tít.[253], Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.882, Tít.[266], Lv.VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.809, Tít.[165]. Vide, Julio Martínez Martínez, op.cit, pp.76-77; José López Villana, op.cit, p.227

⁷³⁵ Vide, José López Villana, op.cit, p.227

⁷³⁶ “(...) Todas aguas de las goteras et de las calles et de los corrales, por o mandaren alcaides et bonos omes, per hy uayan derechamientre.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LVIII, Tít. 215. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.84, Tít.219; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.66, Tít.212, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.769, Tít.214; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.921, Tít.204, Lv.V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.883, Tít.[280], Lv.VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.816, Tít.[223]. Vide, Julio Martínez Martínez, op.cit, pp.83-84

⁷³⁷ “(...) Toda mulier que lauare ena fonte de Caceres, de los moiones que pusieren alcaides et mayordomos adentro, pectet I morabeti la meatad aquel que la tomare, et la meatad a conceio. Et si esto non apartaren alcaides et mayordomos, sit illis in periurio.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXLV, Tít.249. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.95-96, Tít.255. Vide, Julio Martínez Martínez, op.cit, p.87; José Rodríguez Molina, op.cit, p.297.

Setor Secundário

Indústria: mesteres, mesterais e atividades e regulamentos

As atividades industriais tiveram também um papel fundamental para o desenvolvimento da economia local dos núcleos urbanos de Riba-Côa. Tratava-se de um setor diversificado e especializado, capaz de responder às necessidades básicas dos ribacoanos, proporcionando-lhes um conjunto de bens.⁷³⁸ Nas vilas, encontramos uma variedade de mesteres ligados, sobretudo, à indústria da transformação, alimentação, construção civil, têxtil, entre outras profissões. Todas as atividades e os seus profissionais encontravam-se regulamentados nos costumes e foros, chegando ao ponto, de existirem normativas específicas para cada setor industrial. Ou seja, cada mestreal ganha uma “entidad, reconociéndosele un valor y utilidad para la comunidad.”⁷³⁹ Tudo isto, com o objetivo de controlar principalmente a produção, o comércio e o abastecimento das populações, proporcionando-lhes produtos de boa qualidade em função dos preços estabelecidos nos «coutos», isto é, os padrões “industriais e “comerciais” municipais. Além do mais, os todos os produtos fabricados com defeito ou deficiência deviam ser devolvidos pelos consumidores para serem reparados ou feitos novamente, sem quaisquer encargos. Os artesãos ficavam obrigados a pagar uma multa aos clientes prejudicados.⁷⁴⁰ Era, acima de tudo, importante que as pessoas tivessem consciência da qualidade dos bens que adquiriam, sendo estimuladas a protestar e a exigir uma produção e um comércio com qualidade e justo.

O setor da transformação estava também regulado pelas autoridades locais, sobretudo, no que diz respeito à construção e gestão de infraestruturas, tais como, os moinhos, azenhas e noras. Estes localizavam-se geralmente próximos dos cursos água, tirando assim o máximo partido desta fonte de energia para os movimentar. Deste modo, possibilitaram a moagem de cereais, transformando-os em farinha, ingrediente essencial para o fabrico do pão. Este trabalho dependia normalmente de investimentos particulares, se bem que os moinhos e as azenhas podiam pertencer também aos

⁷³⁸ Vide, María Ángeles Sánchez Rubio, op.cit, p.440.

⁷³⁹ In, José Damián González Arce, op.cit, p.88.

⁷⁴⁰ “(...) Todos los menestrales que lavor agena labraren e la mal hizieren, haganla otra vez sin preçio; sinon, peche un maravedi al sennor del lavor, o jure que no sabe mejor lavor fazer.” In “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.45, Tít.160, Lv.II. Cf “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLV, Tít.162; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.62, Tít.164; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.164; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.926, Tít.254, Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.882, Tít.[267], Lv. VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.809, Tít.[163]. Vide, Armando Castro, op.cit, p.36.

concelhos. Sabemos que os interessados podiam construir novos moinhos, na condição de não prejudicar e afetar o funcionamento dos já existentes e do espaço envolvente.⁷⁴¹ A tendência seria portanto concentrar vários edifícios na mesma zona, dando a possibilidade de os proprietários escolherem o local mais indicado para poderem explorar os seus engenhos hidráulicos.

Por outro lado, a contrução de mais que um moinho nas terras sem cultivar podia gerar alguns problemas, visto que este facto implicava a partilha das águas entre as várias estruturas e os potenciais campos agrícolas, ao mesmo tempo que, os terrenos deixavam de ser apelativos à prática de determinadas culturas como as hortícolas e os linhais. Este tipo de plantações, principalmente o cultivo do linho, requeriam cuidados permanentes e água em abundância, colocando assim em causa o funcionamento dos sistemas de regadio. Diante de eventuais conflitos, os donos destes edifícios ficavam responsáveis por todos os danos provocados nos terrenos ermos.⁷⁴² Também, os concelhos tiveram a precaução em proibir o uso desenfreado das águas destinadas à agricultura.⁷⁴³ As medidas não ficaram por aqui. Os proprietários dos moinhos de Alfaiates eram obrigados a pagar coimas aos donos das hortas que fossem lesados.⁷⁴⁴

Os engenhos hidráulicos eram facilmente alvo de danos e tentativas de destruição e, em muitos casos, eram invadidos por terceiros que aí permaneciam, violando assim a propriedade alheia. Daí, os moinhos serem preservados e protegidos, prevendo-se um conjunto de sanções pecuniárias.⁷⁴⁵

⁷⁴¹ “(...) Tod ome que molinos feziere en uirgen, de guisa lo faga que non enpeeza a molino uieio de iuso nin de suso.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIV, Tít.159. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.60-61, Tít.161. Vide, Santiago Aguadé Nieto, “Molino hidráulico y sociedad en Cuenca durante la Edad Media (1177-1300)”, in AEM, N°12, Madrid, 1982, p.260; Pablo Martín Prieto, “Aportación al estudio del molino hidráulico en las Castilla Medieval: los molinos del Monasterio de Santa Clara de Alcocer.” in, HREH, vol. LXVI, N°224, Madrid, 2006, p.843, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2207103>, 18 de Março de 2013.

⁷⁴² “(...) Et si II molinos fueren fechos en uirgen, el que a primas fue fecho, aula, et a primas milio. Et si danno recibier por el, tam nouo molino quam uetero, pectet la calopna super scripta, et derribelo.” “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIV, Tít.159. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.60-61, Tít.161. Vide, Santiago Aguadé Nieto, op.cit, p.260.

⁷⁴³ “(...) Los molinos ni las acenas non tolgan aguas ad ortos neque ad linaires.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIV, Tít.159. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.60-61, Tít.161; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.53, Tít.157, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.161; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.808, Tít.[155]. Vide, Julio Gerardo Martínez Martínez, op.cit, p.161

⁷⁴⁴ “(...) Toto molino qui aqua tollire ad ortos pectet I morabitinum domnus de molino ad dampum (sic) de orto.” In “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.808, Tít.[153].

⁷⁴⁵ “(...) Qui derrompiere (...) molino, o azenna (...) pectet L morabetis al quereloso si ei firmare potuerint, et istas firmas recudan a repto o iura de sibi V qual quisier el quereloso.” In, “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLV, Tít.167. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.63, Tít.169; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.55, Tít.166,

A exploração dos moinhos e azenhas nem sempre dependia dos seus proprietários. Normalmente estava a cargo dos moleiros e azenheiros. Eram trabalhadores assalariados que estavam encarregados do bom funcionamento destas infraestruturas para moagem dos cereais.⁷⁴⁶ O recurso a parcerias, isto é, a sociedades era uma outra forma de gerir os moinhos e as azenhas, dando a oportunidade a que todos pudessem lucrar com a realização da farinha. Os parceiros de Cáceres e Usagre estavam assim autorizados a reunirem-se nos espaços de reunião dos concelhos como os «cabidos».⁷⁴⁷ Sabemos também que, em Riba-Côa, as viúvas podiam usar, uma vez a cada quinze dias, os moinhos e azenhas para moerem os seus cereais.⁷⁴⁸

Os moinhos e azenhas moíam em duas épocas do ano: o período estival, entre a festa de São João e o dia de São Miguel, que correspondia ao momento da colheita dos cereais, e a temporada de inverno, que ia do dia 29 de Setembro até ao mês de Junho.⁷⁴⁹ Durante o de verão, entregavam-se doze maquinas, ao passo que nos restantes meses, pagavam-se dezasseis. As maquinas⁷⁵⁰ eram entregues ao «maquilão». Este procedimento era feito, ao mesmo tempo, em todos os engenhos. No entanto, a cobrança e a medição das maquinas costumava suscitar alguns problemas, por causa dos maquilões. Alguns tinham o costume de ficar com as referidas maquinas, correspondentes aos responsáveis dos moinhos. Isto não ficava por aqui. Tanto os

Lv.II;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.764, Tít.170;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.911,Tít.120, Lv.III;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.864, Tít.[129], Lv.III;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.81, Tít.[173].

⁷⁴⁶ Vide, Jorge Oruño Molina, op.cit, p.149

⁷⁴⁷ “(...) Todos omes que aparceria ouieren en molinos o en azenas o en aldeas, fagan so cabildo o se quisieren.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LIV, Tít.203. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.79, Tít.207;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.63, Tít.198, Lv. III;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.768, Tít.203;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.927,Tít.265, Lv.VI;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.883, Tít.[278], Lv.VI;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.814, Tít.[203]. Vide, Julio Gerardo Martínez Martínez, op.cit, p.161

⁷⁴⁸ “(...) Mulier que uiduitatem uoluerit tenere (...) molino aut in azenia acabo de XV dias un dia (...)” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXVI, Tít.75. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.28-29, Tít.77;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.30, Tít.68, Lv. I;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.752, Tít.69;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.913,Tít.141, Lv.IV;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.867, Tít.[151], Lv.IV;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.798, Tít.[64]. Vide, M^a Val Valdivieso, “Los espacios del trabajo femenino en la Castilla del siglo XV”, in Stud. Hist. H^amediev, N^o26, Salamanca, 2008, p.79.

⁷⁴⁹ “(...) Las azenas et los molinos muelan desde sancti Iohannis fasta sancti Michaelis a XII et desde sancti Micaelis fasta sancti Ioannes mo/lan a XVI.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIV, Tít.159. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.60-61, Tít.161;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.53, Tít.157, Lv. II;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.161;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.927,Tít.265, Lv.VI;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.883, Tít.[278], Lv.VI;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.808, Tít.[154]. Vide, Santiago Aguadé Nieto, op.cit, p.275; Jorge Ortuño Molina, op.cit, p.149; Pablo Martín Prieto, op.cit, p.846

⁷⁵⁰ Entenda-se por maquina como uma medida de capacidade “correspondente à parte do cereal levado a moer que constituía o seu pagamento.” In, Mário Viana, “A metrologia nas posturas municipais dos Açores (séculos XVI-XVIII)”, in *Posturas Municipais Portuguesas (séculos XIV-XVIII)*, Ponta Delgada, CEGF e CIHCS, 2012, p.184.

maquilões, como os donos das azenhas e moinhos tinham o hábito de ficar com as «alfadias» e ainda era comum impedirem o funcionamento normal dos engenhos a que estavam ligados,⁷⁵¹ embora os regulamentos costumeiros não sejam explícitos em detalhes sobre o tipo de atitudes danosas.

Os fornos eram objeto de controlo da parte das autoridades locais, principalmente os que eram usados para cozer pão, com o objetivo de garantir o abastecimento e a boa qualidade do fabrico deste produto, básico na alimentação dos ribacoanos. Estas infraestruturas eram normalmente empreendimentos municipais que costumavam ser arrendadas a terceiros, mais conhecidos por forneiros. Os fornos de pão tinham capacidade para cozer pelo menos trinta pães ao mesmo tempo. Qualquer um podia levar os seus pães para cozer, devendo respeitar a sua vez; norma que nem sempre era tida em conta, gerando alguns assim conflitos entre os utentes. Daí, as autoridades concelhias estabelecerem regras de bom funcionamento e convivência associadas a um conjunto de penalizações para todos aqueles que não as cumprissem.⁷⁵²

Nem todos os fornos se destinavam ao fabrico de pão. Havia outros ofícios, como a construção civil e o setor da mineração, que dependiam destas estruturas para transformar as matérias-primas e confeccionar os produtos e utensílios, indispensáveis para o dia-a-dia dos ribacoanos. São exemplo, as ferraduras, instrumentos agrícolas, telhas, tijolos e os utensílios de barro para uso doméstico.

A construção dos fornos e fráguas costumava acarretar alguns problemas, sobretudo, quando se localizavam próximo de outras infraestruturas como as adegas. Também era comum que estas atividades incomodassem os habitantes que vivessem cerca delas, pois eram consideradas indústrias poluentes e, além disso, acarretavam

⁷⁵¹ “(...) Et el maquilon que uezes taiare, si gelo pudieren firmar, pectet III morabetis, medios al quereloso, et los medios a los alcaldes. Sin autem, saluese cum I uizino, et molan a uez, et non tomen alfadias o uedare uez, pectet III morabetis sicut dictum est. (...)” In, “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XLII-XLIII, Tít.153. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.58, Tít.155; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.52, Tít.152, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, pp.762-763, Tít.156; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.925, Tít.24, Lv.VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.881, Tít.[261], Lv.VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.808, Tít.[150].

⁷⁵² “(...) Los fornos cuegan ad XXX et non menos. Et si a menos cuxier, pectet III morabetis, los medios al quereloso, et los medios a los alcaldes, si ei firmare potuerint. Sin autem, iuret cum I uicino et cuegan a uez, et si el pan bien non cuxiere pectet I morabeti a domino panis. Et si negare, firmelo com III mulieres, et pectet I morabeti a domino panis. Et faciat forno qui facere uoluerit. Et qui uice uedar, pectet I morabeti, medios alcaldes, et medio al quereloso, si ei firmaren. Sin autem, iuret cum uicino.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIII, Tít.156. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.59, Tít.158; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.52, Tít.154, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.158; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, Pp.925-926, Tít.250, Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.881, Tít.[263], Lv.VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.808, Tít.[158].

geralmente outros inconvenientes e receios às populações. Alfaiates não foi negligente a estas situações, alertando para que estas indústrias não fossem construídas em locais, onde pudessem molestar as populações e o exercício de outras atividades como a produção e armazenamento de vinho.⁷⁵³

Nos núcleos urbanos de Riba-Côa aglutinavam-se vários mestres e profissionais especializados que se encontravam principalmente vinculados aos setores da alimentação, metalurgia, construção civil e têxtil. Eram os ferreiros, ferradores, ourives, caleiros, carpinteiros, padeiras, carniceros, taberneiros, peleiros, curtidores, tecedores, fiandeiras, cardadores, sapateiros, alfaiates e oleiros. Todos eles estavam sujeitos ao controlo das autoridades municipais, através de um conjunto de normativas sobre as características das matérias-primas e dos produtos e a fixação de preços, medidas e os pesos usados nos concelhos, com o intuito de garantir o bom funcionamento das atividades industriais e o abastecimento das populações. Pretendia-se assim assegurar a produção de bens de qualidade, sem defeitos e aptos para consumo, obrigando os mestres a fazê-los de novo ou a repará-los, como acontecia com as padeiras. Estas costumavam vender pão cru, impróprio para consumo. Nestes casos, os compradores eram obrigados a devolver os pães previamente cortados para ser testada a qualidade, ficando as padeiras obrigadas a recebê-los de volta e ainda eram multadas.⁷⁵⁴

Os ferradores eram outro caso semelhante, pois nem sempre fabricavam ferraduras em condições que durassem muito tempo colocadas nos cascos dos animais. Havia casos em que se partiam ou caíam antes de findar o prazo da “garantia” de nove dias, ficando os ferradores obrigados a reparar os estragos gratuitamente. A isto acrescia o problema dos ferreiros fabricarem também ferraduras, gerando alguma controvérsia e disputas entre ambos os grupos profissionais. Os ferradores não deixavam porém de alegar que as ferraduras realizadas pelos ferreiros costumavam ter defeitos de fabrico e

⁷⁵³ “(...) Toto homine qui forno ó frauga de nueuo faga lo en tal logar que non faga mal a bodega.” In “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.808, Tít.[159]. *Vide*, María Jesús Torquemada, op.cit, p.460.

“(...) Todo omne que forno ó fragua fezier de nouo, en tal lugar lo fagar que non faza mal ad suo uizino.” In, “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.847, Tít.[530].

⁷⁵⁴ “(...) Tota panadera que pan crudo uendiere, quebrantando, o qual gelo tornares el que lo compro, tal lo tome. Et si lo non quisiere tomar, fagal testigos et pectet I morabeti, /medios al quereloso et medios a los alcaldes.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIII, Tít.155. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.59, Tít.157; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.52, Tít.153, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.[157]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.925, Tít.[249], Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.881, Tít.[262], Lv.VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.808, Tít.[157]. *Vide*, Julio Gerardo Martínez Martínez, op.cit, p.162

além disso, eram feitas com pregos de má qualidade. Desta forma, os ferradores abriram brechas para enfrentar a concorrência praticada pelos ferreiros.⁷⁵⁵

No setor da construção civil, os telheiros eram outros profissionais que não costumavam ter em atenção à qualidade dos seus produtos. Era comum as telhas e os tijolos se deteriorarem com a água, antes de um prazo de um ano, colocando em risco as construções e as pessoas que se serviam delas.⁷⁵⁶

Os clientes tinham o direito de procurar outros mesterais da concorrência para poderem fazer as suas encomendas.⁷⁵⁷ Desta forma, os concelhos procuraram combater a fraude que era uma prática decorrente de qualquer mestreal e comerciante no seu dia-a-dia, penalizando-os com o pagamento de coimas e, proibindo-os de exercer as suas profissões durante o ano em curso. Por outro lado, as pessoas eram incentivadas a reclamarem e a denunciarem estes casos quando se sentissem prejudicadas. As populações podiam, desta forma, ter acesso aos produtos com qualidade e em boas condições para consumo.

Além disso, os mesterais, tais como, ourives, caleiros e ferreiros, eram obrigados a cumprir outros requisitos. Ter licença emitida pelos concelhos era fundamental para exercerem os seus ofícios, nos termos das vilas, embora nem sempre a solicitassem.⁷⁵⁸ Estas autorizações deviam-se ao facto de se tratar de indústrias que

⁷⁵⁵ “(...) La ferradura que ante de VIII dias crebaret aut cadiderit, ferret illa altera uice sine precio. Sin autem, pectet I morabeti, et los ferreros que fecieren ferraduras, faciant tales como las calannas de conceio. (...) Los ferradores que las ferraduras pecharen por malas, aut per malos clauos, los ferreros que las ouieren factas, duplanlas a los ferradores. (...) Otrosi pectet el morabeti super scripto domino bestie si ante de VIII dias crebare o cayere la ferradura.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXV, Tít.118. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.45-46, Tít.120; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.52, Tít.119, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.757, Tít.[107]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.925, Tít.[246], Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.881, Tít.[259], Lv.VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.803, Tít.[112]. Vide, Julio Martínez, op.cit, pp.159-160.

⁷⁵⁶ “(...) Todo teiero que teia aut adrielo uendiere et por agua se danare ante di anno, camielo, et so noluerit, pectet IIII morabetis a comprador, et camie la teia et el ladriello, et non habeat ferias.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXVI, Tít.368. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.131-132, Tít.377; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.98, Tít.366, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.786, Tít.[377]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.926-927, Tít.[261], Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.882, Tít.[274], Lv.VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.833, Tít.[390].

⁷⁵⁷ “(...) Todo menestral que labor agena labrar et la mal feziere, pectet I morabeti a al donno. Et coia otro al donno de la lauor sobrel que la labre, et por esto non aya feria ni soltura.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLV, Tít.162. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.62, Tít.406; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.54, Tít.160, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.[164]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.926, Tít.[254], Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.882, Tít.[267], Lv.VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.809, Tít.[163].

⁷⁵⁸ “(...) Aurificos o ferreros o caleros, o de qual mester qualquier, que labraren en termino de Caceres sine mandato de Concilii, pectet X morabetinos Concilio si potuerint ei firmare. Sin autem, saluese con IIII et el quinto. Et elle manquadra.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. X, Tít.3. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.3, Tít.4; “CFCM”, in PMH-LC,

podiam ser perigosas para as populações, trazendo-lhes riscos e incómodos. O desenvolvimento destas manufaturas dependia dos fornos de transformação para funcionarem, devendo assim ser instaladas, de preferência, nos arredores das vilas.⁷⁵⁹ Estes ofícios deixavam ainda rastros de sujidade, facilitando a acumulação de resíduos, nas áreas envolventes e nas ruas dos concelhos, colocando em causa a higiene e a salubridade dos ribacoanos. Isto tudo, porque as atividades industriais não só se concentravam nas oficinas, no interior das casas dos artesãos, ocupando também as ruas e os espaços públicos circundantes às suas habitações. Os mesteirais desempenhavam os seus trabalhos e colocavam à venda os seus artigos à volta das suas casas e nas ruas, perturbando a circulação de transeuntes e mercadorias. Neste sentido, Castelo Melhor e Castelo Rodrigo proibiram as fiandeiras de fiar nas ruas.⁷⁶⁰

Por outro lado, foi mais uma forma encontrada pelos municípios para controlarem com mais facilidade os mesteres e os seus profissionais, ficando assim mais fácil inspecionar as matérias-primas, o fabrico, as vendas e os preços dos produtos finais; multar e cobrar tributos. No entanto, os esforços das autoridades locais nem sempre se fizeram sentir, uma vez que os mesteirais tinham o hábito de não seguir os «marcos» dos concelhos. Fugir aos preços afixados era uma realidade decorrente, pois havia mesteirais que exigiam mais dinheiro pelos seus trabalhos, como sucedia com os sapateiros. Muitos deles cobravam mais de quatro morabitanos por colocar solas nos sapatos.⁷⁶¹ Também era habitual, alguns profissionais aproveitarem as solas gastas para as colocar nos sapatos, voltando-as ao contrário, como se fossem novas. Desta forma, lucravam e enganavam os clientes como se tivessem feito um arranjo, sem utilizar materiais novos.⁷⁶² Já, os tecedores de Cáceres e Usagre não se podiam esquecer que

op.cit, p.924,Tít.233, Lv.VI;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.879, Tít.[246], Lv.VI. *Vide*, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.35; Antonio. Floriano, op.cit, p.95

⁷⁵⁹ *Vide*, Luís Díez de Salazar, op.cit, p.275.

⁷⁶⁰ “(...) moller que fiar en la calle peyte V soldos.” In “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.915, Tít.[158], Lv. IV. Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.170, Tít.[170], Lv. IV. *Vide*, Julio Martínez Martínez, op.cit, p.163; Lorena Fernández González, “La vida en las ruas medievales de las cuatro villas de la Costa.” In, AHMEA, Nº1, Santander, 2006, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2264099>, 30 de Setembro de 2012.

⁷⁶¹ “(...) Los zapateros, por solar denles IIII dineros, et qui mas diere o mas tomare, unusquisque pectet singulos morabetis, medios al conceio, et medios alcaldes si eis firmaren. Sin autem, saluense com singulos uicinos.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XXXVI-XXXVII, Tít.123. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.47, Tít.125;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.66, Tít.117, Lv. II;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.758, Tít.113;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.927,Tít.264, Lv.VI;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.882, Tít.[277], Lv.VI;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.804, Tít.[117]. *Vide*, Antonio C. Floriano, op.cit, p.96;Armando Castro, op.cit, p.39; Julio Martínez, op.cit, p.158

⁷⁶² “(...) Et los zapateros que cantearen las suelas, pectent singulos morabetis al conceio.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LIV, Tít.201. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo

tecer saiais e estopas custava dois dinheiros.⁷⁶³ Destes tecidos, dependia o trabalho dos alfaiates que nem sempre seguiam as normas que lhes estavam dedicadas. Estes confeccionavam roupas, masculinas e femininas de burel, fustão e peles de cordeiro e coelho, em função das características dos modelos e dos preços definidos pelos concelhos.⁷⁶⁴ As atividades dos mesteirais não se limitavam portanto à manufatura dos produtos, colocando-os também à venda no mercado, nos seus próprios ateliers e nas estruturas municipais reservadas ao comércio.

Setor Terciário

Comércio, negócios, tributos e outros regulamentos

Os mesteirais, mercadores, regateiros, «requieiros» (almocreves), ruanos e outros vendedores comercializavam os seus produtos nos seus espaços de produção e de comércio, tais como, as oficinas, açougues, mercados e feiras. As ruas das vilas e as próprias casas eram outros lugares de eleição para se fazerem transações mercantis. Já, os «alfolis» (armazéns) constituíam uma outra alternativa comercial. Aqui, as vendas eram livres.⁷⁶⁵

Todos estes locais de comércio estavam controlados pelas autoridades concelhias, através dos seus costumes e foros, apresentando também outras normas sobre as mercadorias que eram colocadas ao dispor das populações de Riba-Côa. Os regulamentos não ficavam por aqui, contemplando ainda os tributos, pesos e medidas e

Bonilla y San Martin, op.cit, p.78-79, Tít.205;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.62, Tít 196, Lv. III;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.768, Tít.201;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.927 Tít.263, Lv.VI;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.882, Tít.[276], Lv.VI. *Vide*, Concepción Mendo Carmona, op.cit, p.189.

⁷⁶³ “(...) Los tecedores de Caceres texcan la uara del sayal a II dineros. Et del estopazo II dineros.” In, “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCIII, Tít.405. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.144, Tít.414.

⁷⁶⁴ “(...) Los alfayates cosan a este fuero: capa pielle por una tercia; cappa de color sin penna I sexma; capa de burel com mangas XV dineros. Garnacha I sexma. Pellico I sexma. Manto com penna I sexma. Calzas de color VIII dineros. Camisa de baron X dineros. Bragas VI dineros. Saya piel I ochaua. Saya de color I solido. Fustan I solido. Camisa de mugier I solido. Camisas et bragas destopa XI dineros. Piel cordera delgada I morabeti. Zamorron X solidos. Penna de coneios sin blancos medio morabeti. Calzas de burel IIII dineros. Qui este coto crebantare, pectet II morabetis alcaldes, et non cosa mays en esse anno.” In, “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XCII-XCIII, Tít.399. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.142-143, Tít.408. *Vide*, Antonio C. Floriano, op.cit, pp.94-95; Julio Martínez, op.cit, p.163

⁷⁶⁵ “(...) Qui alfoli ouiere enna uilla, uenda o se quisiere, mas qui conprare, non tome mays de I morabeti al dia.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXIX, Tít.324. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.120, Tít.333;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.92, Tít.331, Lv. IV;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.782, Tít.[330];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.919,Tít.[191], Lv.V;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.874, Tít.[204], Lv.V;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.827, Tít.[329].

os profissionais que podiam vender. A ideia era, acima de tudo, garantir o abastecimento dos núcleos urbanos para que nada faltasse aos ribacoanos, tornando-se numa das prioridades dos concelhos. Os consumidores deviam sentir-se satisfeitos com os bens que chegavam ao mercado, adquirindo-os em boas condições, com bons preços e bem pesados e medidos. A qualidade era um fator importante a ter em linha de conta. Por outro lado, havia ainda a questão da segurança; tão necessária para a manutenção da “paz de mercado”⁷⁶⁶. Os locais de comércio, como qualquer espaço público, facilitavam o convívio, trocas e negócios, ao mesmo tempo, que propiciavam rixas e conflitos. Neste sentido, as autoridades concelhias apostaram num conjunto de medidas que consistiram, sobretudo, na aplicação de coimas aos delinquentes.⁷⁶⁷

Os açougues e mercados eram espaços públicos, onde se reuniam mesteirais e comerciantes para venderem as suas mercadorias. Vendiam, por exemplo, alimentos, bens manufaturados, matérias-primas, materiais de construção, utensílios agrícolas e objetos de uso doméstico. Também afluíam produtos provenientes dos alfozes das vilas e de fora dos concelhos. Todas as vendas, sobretudo de determinados produtos só se podiam realizar em locais próprios, como os mercados.⁷⁶⁸ Ou seja, era obrigatório comercializar géneros alimentares essenciais na dieta de qualquer ribacoano, roupas, madeiras, entre outras coisas. Proibiam-se assim o comércio de produtos em casas particulares e nas ruas das aldeias e das vilas.⁷⁶⁹

⁷⁶⁶ Consiste num estatuto jurídico de comércio que visa a “existencia de una peculiar del mercado, de una reglamentación que supone determinadas autoridades y funcionarios y ciertas obligaciones por parte de los que acuden al mercado.” In Luís García Valdeavellano, AHDE, Tomo VIII, Madrid, 1931, pp.295-296.

⁷⁶⁷ “(...) Todas las calonnas de conceio pectanlas en oro o en dineros. Estas son las calonnas: Qui boluiere mercado III morabetis. Azogue III morabetis. (...)” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LIII, Tít.197. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.76-77, Tít.201; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.61, Tít.192, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.767, Tít.[197]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.931, Tít.[310], Lv.VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.888, Tít.[324], Lv.VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.813, Tít.[197]. Vide, Luís García Valdeavellano, op.cit, p.257

⁷⁶⁸ Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.38; Luís García de Valdeavellano, op.cit, p.327; M^a Jesús Torquemada, op.cit, p.461.

⁷⁶⁹ “(...) Tod omme que pan uendiere enas aldeas, pectet III morabetis a los alcaldes si uerdad fallaren de bonos omes, o iure con III uicinos. Otrosi, todo pan que uiniere de aldeas o de otra parte, et non lo uendieren en mercado, pecte [III] morabetis alcaldes et in cuius domo lo uendieren, pectet III morabetis alcaidibus.” In FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXIX, Tít.322. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.119-120, Tít.331; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.91, Tít.329, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.772, Tít.[236]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.917, Tít.[175], Lv.V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.872, Tít.[188], Lv.V; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.827, Tít.[326]. Vide, Luis G. Valdeavellano, op.cit, p.329.

A carne, o peixe e o pão só podiam ser vendidos nos mercados, até ao por do sol.⁷⁷⁰ Abria-se porém uma exceção para o vinho que podia ser vendido em qualquer sítio, mesmo nas casas particulares. Isto tudo para contrariar a tendência de vender bens de primeira necessidade em ambientes privados, propícios a práticas fraudulentas, pois escapavam com mais facilidade aos olhares das autoridades locais. O objetivo principal era controlar as características e qualidade dos produtos, os preços, as medidas e os pesos usados nos concelhos. Daí, ser também importante concentrar todos os comerciantes em espaços reservados ao comércio como acontecia com os mercados e os açougues. Alfaiates foi ainda mais longe ao legislar, com mais minúcia, sobre os açougues, sobretudo, no que respeita aos produtos e a forma como deviam ser transacionados. Era portanto obrigatório colocar as mercadorias à venda em cima das mesas à vista de todos. Durante a noite, as mesas eram recolhidas, embora fosse proibido guardá-las fora do telhado ou levá-las para casa. O comércio de lenha não era permitido no açougue, salvo no mês de Junho, nos dias de São João e São Pedro.⁷⁷¹

As mercadorias colocadas à venda deviam ser de boa qualidade e sem defeitos de fabrico. No entanto, isto nem sempre acontecia. Era vulgar os mesteirais e comerciantes colocarem à disposição das pessoas produtos em más condições, geralmente a preços elevados como se tratassem de mercadorias sem defeitos. Os carnicheiros são um exemplo disso. Estes tinham o costume de comercializarem carne fedorenta, inchada, em estado de decomposição, imprópria para consumo juntamente com as frescas, colocando em risco a saúde e a higiene pública, como acontecia em Cáceres e Usagre. Vendiam um pouco de tudo, desde carneiros, ovelhas, cordeiros, cabritos, coelhos, lebres e aves de caça. Os preços das carnes estavam devidamente tabelados pelos concelhos, se bem que nem sempre eram seguidos à risca.⁷⁷² Os carnicheiros judeus de

⁷⁷⁰ “(...) non sit ausus uendare pisces in domo sua, neque carnes, nec pane cocto, nec ullam rem, neque uono. Sino in mercato; sicut mandauit Dominus rex, usque ad sol occasum. Et qui inde aliud fecerit, pectet I morabeti alcaldibus.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. LXII-LXIII, Tít.241. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.92-93, Tít.247; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.72, Tít.238, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.758, Tít.8110; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.931, Tít.[310], Lv.VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.880, Tít.[250], Lv.VI. Vide, Iria Gonçalves, “Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa-séculos XIV-XV)”, in A RUAC, Nº1, Ponta Delgada, 1995, pp.33-34, in RUAC, https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/501/1/IriaGoncalves_p29-48.pdf, 30 de Outubro de 2012; Luis G. Valdeavellano, op.cit, p.331

⁷⁷¹ “(...) Nullus homo non uendat lenia in el azougue, sed in sancto petro et ad iohannis, et ille qui la uendire in l’azougue pectet I morabtinum.” in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.835, Tít.[415].

⁷⁷² “(...) Todo carnicero que carne fedionda uendiere, o carne inchare, o coto d conceio crebantare, pectet II morabetis a los alcaldes, et non uenda carne en esse anno (...) Todo carnicero que carne uendiere / de el tercio del carnero por VIII dineros: el tercio de la oueia por VIII dineros; el quarto del cordero meior VIII dineros. El quarto del cabrito VII dineros. El par de las perdizes VI dineros. La carne del coneio III

Castelo Melhor foram também alvo de restrições. Estes estavam proibidos de vender carne morta na carniçaria, apesar de ser comum receberem clientes cristãos.⁷⁷³

O comércio do vinho era um outro problema para os concelhos ribacoanos. Era normal apregoar a venda deste produto, com “publicidade enganosa”, enganando os clientes com o uso de medidas falsas, como acontecia em Alfaiates.⁷⁷⁴ Nem sempre se colocava à venda vinho de boa qualidade. Este era facilmente adulterado, visto que havia o costume de misturar vinho com outro de má qualidade, falsificando-o em prejuízo dos consumidores. Alfaiates não foi negligente a este tipo de situações, sancionando os infratores.⁷⁷⁵ Na área da construção civil, os carpinteiros eram outro caso semelhante, pois tinham o hábito de venderem tábuas e madeiras com nós e outras imperfeições.⁷⁷⁶ As vendas fraudulentas não ficavam por aqui. Eram transversais a qualquer setor de produção e comércio, explorando as necessidades das populações.

Os mercadores, almocreves e «ruanos» chegavam às vilas ribacoanas carregados com uma série de produtos. Nelas vendiam alimentos (vinho, pão, carne, peixe, azeite, sal, castanhas, nozes, alhos, mel e manteiga), animais, cera, panos de cor, linho, couros,

dineros. La lebre VI dineros. Et toda esta compra exca a mercado. El par de las palommas V dineros. Et si coto crebantare, pectet II morabetis a los alcaldes.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCII, Tít.395. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.141, Tít. 404-405; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.103, Tít.385, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.789, Tít.[397]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.925, Tít.[244], Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.880, Tít.[257], Lv.VI. Sobre os preços das carnes, não se encontra nenhuma normativa sobre esta temática nos costumes e foros de Castelo Melhor, Alfaiates e Castelo Rodrigo. Vide, Fco. Goicolea Fernández, op.cit, pp.272-273; José Hinojosa Montalvo, “Poder municipal y abastecimiento de carne en la gobernación de Orihuela a fines de la Edad Media.” In MMM, vol. XXI-XXII, Murcia, 1997-1998, pp.161-162, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=52955>, 30 de Dezembro de 2012; Santiago Aguadé Nieto e María Dolores Cabañas, “Comercialización y sociedad urbana en la Castilla medieval. La comercialización de la carne en Cuenca (1177-1500)”, in AEM, N°14, Madrid, 1984, pp.490-491; M^a Luisa Bueno Domínguez, “Contactos con la vida material en Zamora. Siglos XII-XV”, in ETF. Serie II, HM, N°18, Madrid, 2005, p.52, in *E-Spacio Uned*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETF43772BD6-0E92-A2F8-7C0B-FAED390306EA&dsID=Documento.pdf>, 9 de Setembro de 2011; Julio Martínez, op.cit, p.158

⁷⁷³“(…) Ninguna carne que iudeo matar no la venda en a carnicería, sino peyte II morabitanos.”, in “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.882, Tít.[270], Lv. VI. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.926, Tít.[257], Lv. VI. Vide, Enrique Cantera Montenegro, op.cit, pp.42-43.

⁷⁷⁴“(…) Nullus homo qui pregonar, quomodo elo pregnare no lo monte magis, et si magis le dederit aut medida tenerit falsa pectet I morabitanum.” In “CFA”, op.cit, p.836, Tít.[417].

Esta vila foi ainda mais longe ao censurar todos os pregões falsos no mercado e nos alfozes. “(…) et in die de mercado pregonent eum pro falso in alfoz ubi moraueti. Et istud faciant alcaides et sex, sin autem ad ipsos se tornabit rex, et cadat eis in periurii, et pectet regi C morabitanos, et in semper est post mulieres.” In “CFA”, op.cit, p.840, Tít.[470].

⁷⁷⁵“(…) Toto homine qui uino bono uendire et alio malo miserit in medio per uendere pectet I morabitanum.” in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.839, Tít.[839].

⁷⁷⁶“(…) Tod carpentero qui maderao ripia aduxiere a mercado com aluura, pectet I morabeti al conceio.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCII, Tít.395. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.52, Tít.140; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.47, Tít.131, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.760, Tít.[129]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.927, Tít.262, Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.882, Tít.[275], Lv.VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.805, Tít.[126].

saiais e grã para a indústria tintureira. Quando vendiam, tinham o hábito de medir mal⁷⁷⁷ e de usar medidas e pesos “estrangeiros”,⁷⁷⁸ de outras localidades, com o intuito de enganar os clientes nas quantidades pretendidas. Aqueles que fossem apanhados em falso pagavam uma multa aos «ochaveros», funcionários municipais encarregados de regular e controlar os pesos e medidas dos concelhos. Em Castelo Rodrigo e Castelo Melhor, a posse de medidas falsas nas trocas comerciais encontrava-se igualmente regulamentada.⁷⁷⁹

No entanto, alguns «ochaveiros» eram coniventes com estas fraudes, pois nem sempre cumpriam com as suas obrigações, consentido e, estimulando o uso de medidas incorretas, falsificadas ou estrangeiras, como acontecia em Alfaiates. Também era comum os agentes comerciais se servirem de outros utensílios e recursos para medir as quantidades das mercadorias, como mantos e capas. Outro truque, bastante comum entre os vendedores, consistia em introduzir as mãos dentro dos sacos para enganar os clientes no peso e nas quantidades das mercadorias pretendidas. Ou seja, os «ochaveiros» faziam vista grossa a todas estas práticas, possivelmente a troco de benefícios ou da cobrança de algum direito. Estes encontraram assim uma forma fácil de se enriquecerem à custa dos interesses e da astúcia dos negociantes e da debilidade e confiança dos consumidores.⁷⁸⁰ A ganância destes oficiais contava ainda com o auxílio de cúmplices, com o fim de os ajudar a manipular as medidas dos concelhos. Caso fossem apanhados nestes esquemas fraudulentos, as partes envolvidas eram severamente

⁷⁷⁷ “(...) Toto homine qui ad escuso medire pectet I morabitinum et las cuchares duppladas, et si negaret iure cum uno uicino: et isto sit a los martes totos, et isto si ellos alcaydes no lo apretarem sint periurus. Et qui sacarem elas octauas de los morabitanos a los plazos al concilio.” In, “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.824, Tít.[301]. Cf. “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XCI, Tít.393; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.140, Tít.401; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.788, Tít.[396]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.935-936, Tít.[343], Lv.VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.892, Tít.[357], Lv.VIII.

⁷⁷⁸ “(...) Totos los que sacarent elas octauas tragam XII octauas al martes et IIIes medias: et estraieras non andant ibi, et si ibi andarent fostiguent la ellos alcaydes, et si non, sint periurados. (...)” in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.824, Tít.[300].

⁷⁷⁹ “Medida falsa. Todo ome sobre que acharem los alcaldes medida falsa ó quebrantarem coto de alcaldes peyte III morabitanos si llo podieren firmar, sinos iure si Vº. (...)”]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.912, Tít.[130], Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, pp.865-866, Tít.[140], Lv.III.

⁷⁸⁰ “Como paguen recueros colodrigo. (...) Tod omme que a escuso midiere, pectet I morabeti a aquel que touiere las medidas, et de las cu/charas dupladas, si ei potuerit firmare. Sin autem, saluese por su cabeza. Et el ochauero que fallaren en falseria, pectet [II] morabetis al conceio et exca por aleuoso.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCI, Tít.393. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.140, Tít.401; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.103, Tít.384, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.788, Tít.[396]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.935-936, Tít.[343], Lv.VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.892, Tít.[367], Lv.VIII.

castigadas, implicando a expulsão dos «ochaveiros» do concelho e o pagamento de coimas.⁷⁸¹

Os regateiros eram um caso particular. Dedicavam-se exclusivamente ao comércio a retalho de vários produtos, tais como galinhas, peixe e lenha⁷⁸², funcionando como intermediários. Estes revendedores estavam mal vistos, uma vez que tinham o hábito de enganar os consumidores nos seus negócios e a tendência a monopolizar as mercadorias para depois as venderem a preços mais elevados. Era o que acontecia com o peixe adquirido pelos regateiros para depois os revenderem, especulando o preço deste produto, consoante a demanda. As autoridades locais não fizeram vista grossa a este tipo de negócios, punindo duplamente os regateiros e a todos aqueles que lhes fornecessem peixe.⁷⁸³ O consumo de peixe nos dias festivos e litúrgicos era um problema. Era um alimento solicitado quer por cristãos nos dias de jejum, quer por judeus para a celebração do «Shabat», que se iniciava ao fim do dia de sexta-feira. Os regateiros, vendedores e judeus aproveitavam estas oportunidades para comprar, açambarcar e revender os peixes, contribuindo para o seu encarecimento.⁷⁸⁴ Diante disto, levantava-se a questão socio-religiosa relacionada com o contato e a manipulação dos alimentos por pessoas judias ou cristãs. Os concelhos demonstraram a preocupação em

⁷⁸¹ “(...) et el qui tendire octauero sedendo nullo manto nec capa nec strayo aut falarent in falseria pectet X morabitos alcaides, et exeat per aleyuoso el octauero.” In “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.824, Tít.[300].

⁷⁸² “(...) Et si recaton, tam de gallinas quam de legna, como desto que es sobrescripto, quam de alia causam que ibi andaret pectet II morabetis, medios al conceio, et medios a los alcaldes. Sin autem, saluetse cum uno uicino. Et si los alcaldes et los mayordomos non lo tomaren, sean periurios.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVI, Tít.120. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.46, Tít.122; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.43, Tít.114, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.758, Tít.[110]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.924, Tít.[235], Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.879, Tít.[248], Lv.VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.803, Tít.[114].

⁷⁸³ “De non recatonear pescado. Tod ome qui pescado comprar pora recatonear, pectet II morabetis a los alcaldes. Et qui gelo uendiere, unusquisque pectet II morabetis. Sin autem saluese con II uizinos non sit ausus uendare pisces in domo sua(...) Sino mercato; sicut mandauit Dominus rex, usque ad sol occasum. (...)” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. LXII-LXIII, Tít.241. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.92-93, Tít.247; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.72, Tít.238, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.772, Tít.[236]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.921, Tít.[237], Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.880, Tít.[250], Lv.VI. Vide, José López Villalba, op.cit, p.243.

⁷⁸⁴ “(...) Nullus iudeus qui pescado comprar en uienes pectet I morabeti a los alcaldes, et si el christiano lo comprar por al iudio pectet I morabeti alcaldibus. Sin autem, iuret con un uizino.” FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXVI, Tít.74. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.28, Tít.76; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.924, Tít.[239], Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.880, Tít.[252], Lv.VI. Vide, José Luis Escribano Abad, “La regulación del mercado alimentario: el caso de la Guadalajara bajomedieval.”, in ETF. Serie III. HM, N°21, Madrid, 2008, p.129, *E-Spacio Uned*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerieIII2008n21-10510&dsID=Documento.pdf>, 21de Julho de 2011; Fco. Goicolea Julián, op.cit, pp.274-275; Enrique Cantera Montenegro, op.cit, p.43; José López Villalba, op.cit, p.243.

estabelecer normas que restringissem as relações comerciais e sociais entre ambos os grupos. Daí, serem vedadas as vendas de peixe pelos judeus.

Os intermediários eram portanto encarados como agentes especuladores e responsáveis pela subida dos preços, manipulando as trocas comerciais para obterem lucros facilmente e de forma ilegítima, em prejuízo dos consumidores. Por todas estas razões, estes comerciantes se encontravam sob constante vigilância. Na vila de Alfaiates, as regateiras eram sancionadas com o pagamento de uma coima e, se não tivessem capacidade económica para a pagar, eram «fustigadas» (castigadas fisicamente), ao passo que os homens eram presos no cepo durante dois meses.⁷⁸⁵ Por outro lado, os regateiros não deixavam de ter uma faceta importante como ser agentes reguladores do mercado, mantendo o equilíbrio entre a oferta e a procura.⁷⁸⁶

Nem todos os vendedores eram profissionais. Nas vilas de Riba-Côa, havia outros comerciantes, como os pescadores e caçadores, que se dedicavam a vender os animais capturados. O comércio de peixe e caça (coelhos, lebres e perdizes) era incentivado pelos concelhos. Neste sentido, os indivíduos oriundos de outras zonas estavam autorizados a transacionar estes produtos.⁷⁸⁷ Não obstante, eram penalizados, se levassem os peixes pescados nas águas ribacoanas para fora dos concelhos.⁷⁸⁸ As mulheres e os filhos dos pescadores participavam também nas vendas, ajudando os seus maridos nas suas tarefas.⁷⁸⁹ O comércio de pão nas vilas e aldeias fazia-se da mesma

⁷⁸⁵ “(...) Toto recapton qui ibi andare aut recatona pectet I morabitinum, et si non habuerit unde lo pecte, fostigarent la mulier, et el baron iaçat Ilos meses no cepo.” In, “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.828, Tít.[332].

⁷⁸⁶ Vide, Juan A. Bonachía Hernando, “Abastecimiento urbano, mercado local y control municipal: la provisión y comercialización de la carne en Burgos (siglos XV)”, in ETF. Serie III. HM, nº5, Madrid, 1992, pp.140-141, in *E-Spacio Uned*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFFB773A7E-2555-6065-07F7-17991CC80854&dsID=Documento.pdf>, 6 de Abril de 2013; Iria Gonçalves, op.cit, p.36

⁷⁸⁷ “(...) Tod ome que aduxiere pecado reziente, ille lo uenda. Et otrosi liebres, et coneios, et perdizes. Et si ad otra uilla lo leuare, qui lo fallare tomelelo sin calopna. (...)” in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXXVI, Tít.120. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.46, Tít.122; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.43, Tít.114, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.758, Tít.[110]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.924, Tít.[235], Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.879, Tít.[248], Lv.VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.803, Tít.[114].

⁷⁸⁸ “(...) Todo pescador que non fuere nuestro uizino et en nuestro termino pescare si ad otra parte lo leuare, quilelo fallare tomelelo sin calopna, et pectet V morabetinos (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XI, Tít.4. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.3, Tít.5; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.4, Tít.15, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.745, Tít.[4]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.924, Tít.[235], Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.879, Tít.[247], Lv.VI;

⁷⁸⁹ “(...) Todo ome qui pescado de rrio matare, ele lo uenda aut uxor sua uel filii sui.” In FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXII, Tít.240. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.92, Tít.246; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.72, Tít.237, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.772, Tít.[235].

forma.⁷⁹⁰ As ruas e os espaços públicos costumavam ser os locais de eleição destes vendedores. Calcorreavam as povoações com as suas mercadorias, fazendo-as chegar a todos os habitantes.

Mercadores, almocreves, vendedores, transeuntes e pessoas provenientes de outras paragens comercializavam e estabeleciam contatos nas vilas de Riba-Côa. Os concelhos preocuparam-se em atrair novos investimentos, mercadorias e comerciantes. Os mercados, especialmente, os especializados no comércio de panos e os ruanos gozavam de alguns privilégios. Para eles era mais fácil fazer créditos, sem serem pressionados com o pagamento de coimas, caso não cumprissem os prazos, e ainda, as suas mercadorias não corriam o risco de ser embargadas. No entanto, proibia-se afincadamente a penhora dos panos de cor em bruto transportados pelos ruanos, em terras ribacoanas.⁷⁹¹

As feiras eram um acontecimento anual que durava um mês, nas vilas de Cáceres e Usagre. Tinham início no dia quinze do mês de Abril e terminavam no fim da segunda quinzena de Maio. Toda a população era bem-vinda, sem esquecer os judeus, muçulmanos, inimigos, servos, «libertos» e os «atreguados» (indivíduos com tréguas). Durante estes dias, Cáceres e Usagre recebiam também gentes de fora dos reinos de Castela, Aragão, Navarra e Portugal. As feiras eram locais de encontro de pessoas e transeuntes e, acima de tudo, uma excelente oportunidade de negócio, onde todos os interessados podiam transacionar as suas mercadorias, estabelecer contatos e criar novas oportunidades de comércio e investimento. Estes eventos facilitavam assim as relações mercantis entre os ribacoanos com outras gentes, garantindo o abastecimento dos centros urbanos, especialmente, com produtos vindos de fora que não seriam assim tão frequentes por estas terras. Além disso, os núcleos urbanos de fronteira viram, através

⁷⁹⁰“(…) Tod omme que pan uendiere enas aldeas, pectet III morabetis a los alcaldes si uerdad fallaren de bonos omes, o iure con III uicinos. Otrosi, todo pan que uiniere de aldeas o de otra parte, et non lo uendieren en mercado, pecte [II] morabetis alcaldes et in cuius domo lo uendieren, pectet III morabetis alcaldibus.” In FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXIX, Tít.322. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.119-120, Tít.331;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.91, Tít.329, Lv. III;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.772, Tít.[236];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.917,Tít.[175], Lv.V;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.872, Tít.[188], Lv.V;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.827, Tít.[326].

⁷⁹¹“(…) Todos mercados de traperia, si acrouieren por alguna cosa prenden todo tienpo. Et otrosi ellos respondan omni tempore por lo que ouieren a dar sin calopna, et non perdan su prenda. A rruano que touier a dar sin calopna de color, non le prende nadi trapo de color por taiar.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XLI, Tít.141. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.53, Tít.143;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.110, Tít.137;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.760, Tít.[132];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.930,Tít.[301], Lv.VII;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.887, Tít.[315], Lv.VII;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.805, Tít.[129]. Vide, Luís G. Valdeavellano, op.cit, p.313.

das feiras, a possibilidade de atrair habitantes e novos empreendimentos económicos, importantes para o desenvolvimento das referidas vilas.

Neste sentido, os concelhos de Cáceres e Usagre apostaram em criar um ambiente pacífico e propício ao desenvolvimento das atividades comerciais. Estabeleceram assim condições de segurança para que todos pudessem fazer os seus negócios e conviver em paz. Vejamos então de que forma. As feiras tinham um estatuto jurídico especial. Isto implicava um conjunto de normativas penais, com o fim de minimizar a criminalidade e os desacatos que pudessem ocorrer durante os dias de feira. Todos aqueles que molestassem os participantes eram penalizados com penas pecuniárias, no valor de mil áureos, ao passo que as vítimas deviam receber o dobro da coima. Os castigos físicos e permanecer no cepo eram outras medidas que se podiam aplicar, nos casos de agressão física, homicídio, perseguição e furto. As sanções aos delitos e infrações cometidas nas feiras eram mais elevadas e severas do que aquelas que se aplicavam aos crimes perpetrados no dia-a-dia. Além disso, estes eventos contavam ainda com uma vigilância especial, obrigatória e permanente, de dia e noite, da parte dos alcaides, seis, notários, escrivães, mordomos e jurados. Estes tinham as funções de proteger as pessoas e cobrar as coimas previstas nos regulamentos costumeiros.⁷⁹²

Os locais de comércio costumavam obedecer a regras, embora nem sempre fossem acatadas por todos. Os costumes e foros não só definiram as mercadorias, os preços e tributos que as vendas acarretavam. Ou seja, era ponto assente que os «marcos» dos concelhos deviam ser, acima de tudo, respeitados. Normalmente eram complementados por outras normativas que visavam regular os preços de alguns produtos, principalmente, em determinadas épocas do ano como, o caso do mosto. O preço desta bebida não devia sofrer variações antes do dia de São Miguel e durante os

⁷⁹² “(...) Mando etiam concilio de Caceres suam feriam, quod abeant I uice in anno XV dias últimos mense aprilis, et XV dias primeros de mayo. Et quicumque uoluerit uenire ad istam feriam de Legione, siue Castelle, Aragone, Nauarren, Portugalle siue Christianus, siue iudeus, siue marus, siue inimicus, siue serbuus, siue liber, uel qualibet de quibus cumque partibus fuerint, ueniant septem, et atreguatus. Et qui ad istam feriam uenierit, et aliquis eum contrariauerit (sic), pectet M haureos, medietatem Regi, et medietatem concilio, et quereloso dannum duplatum. Et todos los alcaides, et los VI et Notarios com illos que escriuan todas sus calonas, et guarden, te ronden la feria de dia et de nocte. Et si quempiam uiderit extrare cutello, uel arman uedatan, et percusserit, pectet X morabetis. Et si fecerit liuores, pectet C morabetis, et corten ei manum. (...) mortus fuerit, enforquenlo et perdat ei quantum habuerit, si extraneus fuerit, et si uicino ad forum. (...) Et los alcaides de conceio, et iuratis, et sex, et Notarius, et Mayordomos anden por la ferie, II a dos, et si aliquis fecerit, quod si debet facere, en el cepo iaciendo, pectet las calonas, et colligant eas Maiordomus, et dent terciam partem querenti et terciam concilio, et terciam alcaides, et VI, et Escriuano, et Mayordomo o que guardant feriam. (...) Todo latrone que furtare en la feria, enforquelo [ilegible] si eum in uenirent.” In, FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XCIV-XCV, Tít.408. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.194-195, Tít.392. Vide, Isabel Cardoso, op.cit. p.329.

quinze dias seguintes.⁷⁹³ A situação era análoga para o pão e os tecidos (saiais).⁷⁹⁴ Era fundamental afixar e manter o equilíbrio dos preços das mercadorias, com o objetivo de assegurar o abastecimento adequado das populações para que todos pudessem adquirir, pelo menos, os bens essenciais para o dia-a-dia. Taxar “los precios es una garantía de paz social”,⁷⁹⁵ nas palavras de Bonachia Hernando. Por outro lado, as tabelas dos preços já deixavam uma margem de lucro que compensasse o trabalho e os investimentos dos mesteiros e comerciantes, sem descuidar o bem-estar dos consumidores.

Além dos preços, pesos e medidas, os tributos encontravam-se devidamente estipulados nos regulamentos costumeiros. Neles encontravam-se, por exemplo, as listas de portagens a cobrar pelos porteiros.⁷⁹⁶ Estas especificavam os produtos de fora que eram alvo de tributação, consoante a quantidade, o tipo de mercadoria, o transporte utilizado e as cargas levadas no dorso dos animais, como acontecia em Castelo Melhor, Castelo Rodrigo e Castelo Bom.⁷⁹⁷ Em Coria, as taxas a aplicar eram as mesmas para

⁷⁹³ “(...) Tod ome qui morabetis diere por mosto ante de Sancti Micael quanto dieren XV dias depues de Santi Michael a morabeti, tantol y deso depdor.” In, FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXI, Tít.289. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.107, Tít.298;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.82, Tít.290, Lv. IV;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.777, Tít.[289];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898,Tít.81], Lv.I;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít.[12], Lv.I;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.823, Tít.[291].

⁷⁹⁴ “(...) Tod ome que morabetis diere por pan, o dineros, nol den mays de quanto andare feita sancta Maria d’Agosto, desde sancto Iohane.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXI, Tít.287. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.107, Tít.296;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.66, Tít.288, Lv. IV;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.777, Tít.[287];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898,Tít.[9], Lv.I;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít.[11], Lv.I;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp.822-823, Tít.[289].

-“(...) Tod ome qui morabetis diere por sayales uaya a mercado, et quanto hi dieren a morabeti, tanto den a ssu debdor.” In, FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXI, Tít.288. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.107, Tít.297;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.82, Tít.289, Lv. IV;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.777, Tít.[288];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898,Tít.[11], Lv.I;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít.[13], Lv.VI;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.823, Tít.[290].

⁷⁹⁵ In, Juan Bonachia Hernando, op.cit, p.140. Vide, José Escribano Abad, op.cit, p.114.

⁷⁹⁶ “(...) Los porteros accipiant el portadigo (...) et sint (sic) non dederint eum, accipiant pignora per dupplo et per copdal (sic)” In, In “CFA”, op.cit, p.826, Tít.[311]. Cf.“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.936,Tít.[346], Lv.VIII.

⁷⁹⁷ “Estos son dereytos de portasgo (...) de carga de pano de color I morabitino, de çera I morabitino, de grana I morabitino, de conellis I morabitino, de pijotas de bestia caualar Iªtercia: de asno Iªquarta, de todo pescado esso mismo. Carga de sal de besia caualar I soldo, de asno VI dineros: e castanas e de nueçes e de allos asy como de sal: decarga de pannos de lino de bestia mayor medio morabitino , e de asno Iª quart: e de cueros que non son cortidos, de bestia mayor Iªtercia, e de asno Iªquarta. Tota cousa que peon traya en manos que carga non sea III dineros. E de carga de azeyte de bestia cauallar Iªtercia, e de asno Iªquarta: de corderinas e de cabritas la carga de bestia mayor Iªtercia e de asno Iªquarta. Carga de sayam de bestia mayor Iªtercia, e de asno Iªquarta: de boy e de uaca ó de asno VI dinheiros: de cauallo Iªdezima de morabitino, e de iegua esso mismo, e de mulo ó de mula Iªdesima de morabitino: de porcos e de ouellas e de cabras III dinheiros: de corderos e de cabritos e de leytones I dinheiro.” In, “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.936,Tít.[344], Lv.VIII. Cf “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.849, Tít.[1], Lv;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.790, Tít.[410].Vide, A. Oliveira Marques, op.cit, p.123.

qualquer produto, proveniente de qualquer parte, com a excepção de Plasencia.⁷⁹⁸ No entanto, havia uma tributação portageira especial para as recuas portuguesas trouxessem azeite, peixe e tecidos a Castelo Bom e Coria.⁷⁹⁹ As portagens eram uma das principais fontes de rendimento fiscal régio que incidia, sobretudo, na circulação de produtos. Não obstante, os habitantes de Riba-Côa estavam isentos de portagens, podendo circular pelo reino com as suas mercadorias, sem estarem sujeitos ao pagamento deste imposto à entrada dos centros urbanos.⁸⁰⁰ O mesmo deveria acontecer com os requeiros que chegassem a Castelo Rodrigo carregados de cereais ou vinho.⁸⁰¹ Era um dos privilégios régios concedidos às populações ribacoanas, com o fim de estimular o desenvolvimento destas vilas de fronteira. Estamos diante de uma das medidas para atrair povoadores e investimentos económicos, com o intuito de desenvolver as trocas comerciais locais e regionais. O que importava, acima de tudo, era incentivar o repovoamento destas comunidades.

Havia, no entanto, outros impostos, como a corretagem,⁸⁰² que estavam ligados às atividades mercantis. Corretores controlavam e intermediavam as transacções comerciais, internas ou externas, principalmente, quando se tratava de negócios que envolvessem produtos têxteis.⁸⁰³

Os concelhos de Riba-Côa pretenderam assim estimular e desenvolver o comércio e os mesteres, atraindo novos investimentos, sem esquecer de valorizar a produção e os

⁷⁹⁸ “(...) Toda carga que venier de otra parte, fueras de Plazencia, de (...) ansi como sobredicho es.” In, FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.105, Tít.397, Lv. IV. Cf “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.790, Tít.[408]

⁷⁹⁹ “(...) Toda recua que venier de Portugal con azeite o con trapos, ho con pescado, toda carrega de bestia mayor, de una quarta de maravedi, si aquí venier; e de bestia menor, un ochavo; e si pasar, de un ochavo.” In, FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.105, Tít.396, Lv. IV. Cf “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.790, Tít.[407]

⁸⁰⁰ “(...) Et foro dio el rei et otorgo a los uizinos de Caceres que en todo so regno non dent portatici (...)” In, FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XI, Tít.6. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.4, Tít.7; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.66, Tít.5, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.745, Tít.[5]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.899, Tít.[24], Lv.II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.849, Tít.[1], Lv.I. Vide, Enrique Cantera Montenegro, “Franquicias regias a ciudades y villas riojanas en el marco de la política repobladora de Alfonso X”, in *Berceo*, N°s 114-115, Logroño, 1988, p.112, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=61732>, 17 de Abril de 2013

⁸⁰¹ “(...) En castel Rodrigo ningun requero que pan e uino hy aduxer non dê portadgo.” In, CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.892, Tít.[357].

⁸⁰² Tratava-se de um tributo que recaia quer no comprador, quer no vendedor. Todos os mercadores do reino ou estrangeiros, em «estante» ou em trânsito, eram obrigados a efetuar transacções diante de um corretor.

⁸⁰³ “(...) El corredor de la ropa non tome mas del moraueti de II dineros, et de XVIII dineros uno.” In, FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LVI, Tít.206. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.81-82, Tít.210; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.66, Tít.203, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.768, Tít.[208]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.927, Tít.[266], Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.883, Tít.[279], Lv.VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.815, Tít.[210]. Vide, Fco. Goicolea Julián, op.cit, p.281.

excedentes locais. A circulação de mercadorias dentro e fora dos concelhos dependia porém de legislação especial que expressa claramente uma política intervencionista e protecionista municipal, sobretudo, no que toca à saída de determinados produtos, como vinho, peles e ferro, indispensáveis para o desenvolvimento das atividades industriais e o quotidiano dos ribacoanos. Neste sentido, Alfaiates, Castelo Melhor e Castelo Rodrigo proibiram as vendas das referidas mercadorias e matérias-primas para o exterior.⁸⁰⁴ Havia, aqui, a clara necessidade de zelar pela defesa e valorização da produção e dos recursos endógenos que podiam fazer falta às populações de Riba-Côa, de forma a colmatar eventuais faltas de aprovisionamento e carências, dando azo à subida dos preços.⁸⁰⁵

As importações de determinadas mercadorias eram bem-vindas, embora estivessem condicionadas a determinadas épocas do ano, como acontecia com o vinho. A entrada de vinho de fora era permitida em Alfaiates, até ao dia de São João. As vendas eram livres. Não obstante, as compras de vinho realizadas aos vizinhos de Alfaiates possivelmente para revender ou levar o vinho para fora do concelho, eram punidas com uma pena pecuniária.⁸⁰⁶

O comércio para o exterior era habitual nas vilas de Riba-Côa, embora nem sempre fosse bem visto, quando se tratava de negociar certos bens e víveres, como, por exemplo, cereais, mel, manteiga, queijo, armas e cavalos, em terras muçulmanas, sob pena de os infratores perderem as suas mercadorias; caso fossem apanhados.⁸⁰⁷ Transacionar determinados bens com parceiros mouros estava proibido,

⁸⁰⁴ “(...) Toto homine qui pelles de coneios leuar de uilla a uender pectet X morabitanos.” In “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.839, Tít.[449]

-“(...) Qvi leuar fiero de castiel mellor quien no achar tome lo sin calonia, e qui lo uedare torne el precio al ome de fuera parte e peyte IIII morabitanos.” In, “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.925, Tít.[247], Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.881, Tít.[260], Lv.VI.

⁸⁰⁵ Vide, Juan Bonachía Hernando, op.cit, pp.104-105; Fco Goicolea Julián, op.cit, p.283.

⁸⁰⁶ “(...) Toto homine qui adduxerit uino de foras usque ad sancto iohanne, ille lo uendat per sua mano, et si alios homines lo compararent de nostros uicinos pera uender pectet X morabitanos.” CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.834, Tít.[396]. Vide, Juan Bonachía Hernando, op.cit, p.105

⁸⁰⁷ “(...) Tod ome qui pan leuare a terra de moros, o miel, o queso, o manteca, o armas, o caualllo, qui lo fallare prendali quanto troxiere sin calonna et suyo sea. Et aduga el cuerpo a los alcaldes que fagan del iusticia, et pierdan tod el otro auer que ouiere. Et prendan los alcaldes la meatad et el conceio la meatad por el castiello. Et si dixerit que non lo pudio prender, saluese con IIII, sibi V.” In, “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXII, Tít.237. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.91, Tít.243; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.71, Tít.234, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.771, Tít.[232]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.938, Tít.[363], Lv.IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.895, Tít.[377], Lv.VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp.819-820, Tít.[257]

-“(...) Toto homine qui pan leuare ad terra de moros ille qui falare prende lo sin calumpnia, et adducat el corpo a los alcaldes, et fatiant de illo iusticia: et si dixerit – non lo pode prender – iuret cum IIII uicinos

porque “escapa às taxas alfandegárias, porque é feito para terra de inimigos; porque, de entre estes, escolhe para parceiros comerciais os piores, os “infieis”.⁸⁰⁸

quod non potuit habere nec prendere et tunc totum quem li tolerint.” In, CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.818, Tít.[243]

⁸⁰⁸In, Luís Miguel Duarte, “O comércio proibido.”, in Estudos em Homenagem a João Francisco Marques. Coord. Luís A. Oliveira, Jorge Martins e Amélia Apolónia, vol. I, Porto, FLUP, 2001, p.421.

3. A administração urbana

Os costumes e foros de Riba-Côa espelham uma nítida preocupação pelas populações das vilas ribacoanas, regulamentando os seus modos de vida e a sua participação na vida administrativa e municipal. Vizinhos, moradores, aldeões, muçulmanos, judeus e gentes de fora habitavam, conviviam e afluíam às terras de Riba-Côa. Muitos deles, oriundos de outras paragens, chegaram atraídos pelas novas condições e benesses que as vilas ribacoanas ofereciam logo após a outorga e aceitação das cartas de povoamento e dos seus costumes e foros pelos monarcas e pelo Mestre da Ordem de Santiago, Pero Pelaio, para o caso da vila de Usagre.

Nada se sabe sobre os novos habitantes e as suas origens. Os regulamentos costumeiros são parcos neste tipo de detalhes, limitando-se, apenas a chamá-los de povoadores e a dar-nos indicações dos bens de raiz (terras), privilégios e benefícios a que teriam direito, se ficassem a residir nas terras recém-conquistadas de Riba-Côa. É a ligação às terras, às propriedades, “en pleno dominio y transmisibles por herencia”⁸⁰⁹, segundo Antonio Cumbreño, que lhes confere a condição de povoadores, do ponto de vista jurídico. Não obstante, só os costumes e foros de Cáceres e Usagre nos dão a conhecer, de certo modo, os mecanismos usados na distribuição das parcelas de terras e como este processo era feito. Por isso, tomamos, como exemplo estes dois casos, partindo do pressuposto que nas restantes vilas e termos, o processo de repovoamento, atração e fixação de novas gentes fosse semelhante.

Os repovoadores tiveram, numa primeira fase, a oportunidade de se assentarem nas vilas ribacoanas, graças a um sistema de divisões de terras efetuadas pelos quadrilários⁸¹⁰, com o objetivo de recompensar os militares e todos aqueles que participaram na reconquista de novos territórios e de estabelecer as primeiras gentes que aqui chegassem. Em Cáceres e Usagre, este processo de distribuição e organização do território encontra-se regulamentado, com algum detalhe, nos seus *corpora* costumeiros.⁸¹¹ Os novos povoadores tinham assim acesso às denominadas herdades de «quadriela» para se assentarem e organizarem as suas vidas. Estas propriedades privadas eram previamente medidas de forma equitativa, com o fim de serem iguais

⁸⁰⁹ Antonio C. Floriano, op.cit, p.43.

⁸¹⁰ Indivíduos encarregados de dividir as terras, após Reconquista entre os guerreiros que participaram nas expedições militares.

⁸¹¹“(…) Todos los pobladores que ante de particion de las tierras uinieren, denlis raciones.” In “FC”, op.cit, p.CXI, Tít. 495. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.147, Tít.422. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.18, Alicia Matas Cascos, op.cit, pp.41-42

para todos. Eram, além disso, distribuídas por sorteio. Os seus proprietários ganharam, deste modo, o direito de vender, transmitir, herdar, embargar ou doar as suas propriedades somente a habitantes (vizinhos) dos mesmos concelhos.⁸¹² Pretendia-se, desta forma, controlar a entrada e o acesso à terra a indivíduos estranhos, senhores particulares e a ordens militares ou religiosas, evitando qualquer tipo de intrusão, monopolização ou afirmação de poder nos concelhos realengos de Cáceres, Coria, Alfaiates, Castelo Rodrigo, Castelo Melhor e Castelo Bom.⁸¹³ Contudo, a realidade de Usagre era bem diferente. Estamos a falar de um caso particular, porque este concelho pertencia à Ordem Militar de Santiago. A organização territorial levada a cabo por senhorios militares baseava-se num modelo diferente, assente na divisão do espaço em encomendas, contendo a clara autonomia dos seus domínios. Desta forma, impedia-se o surgimento de “núcleos de población importantes por su tamaño e influencia, y en cambio, introduce una competencia entre ellos que se traduce en una mayor autonomía y homogeneidad.”⁸¹⁴, segundo Ángel Bernal. Não obstante, um sistema de reorganização do espaço e de repovoamento diferente não impediu que um mestre de uma ordem militar solicitasse e aceitasse os costumes e foros de um concelho realengo, como Cáceres, aplicando-o a um concelho, que se encontrava baixo a sua alçada. A introdução e a adoção de um corpus normativo eram portanto transversal às diferentes jurisdições territoriais, inclusive no caso peculiar do senhorio santiaguista na Extremadura espanhola.⁸¹⁵

No entanto, num segundo momento, a responsabilidade das repartições da propriedade e da organização do espaço coube aos concelhos, através de um conjunto de funcionários municipais, mais conhecidos por sexmeiros e vinteiros, com a ajuda e vigilância dos homens bons. As partições eram geralmente feitas por sorteio, aos Domingos. Os concelhos, os termos e as aldeias eram divididos em sexmos, que por sua

⁸¹² “(...) Depues que conoscier el uizino su racion de heredad, uenda qui quisiere et compre et preste. Et si uendiere lo que non ouiere conocido, nin preste al qui uendiere ni al qui comprare, mas denlo ad pobladores.” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.CXI, Tít.494, “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.147, Tít.421. Vide, Alicia Matas Cascos op.cit, p.42.

⁸¹³ De acordo com Ángel Bernal, os concelhos realengos dispõem de uma organização e de uma condição jurisdicional próprio, porque estes deram “la posibilidad para el desarrollo de un gran núcleo vertebrador y ordenador del territorio, y una satelización y anonimato de los demás, con unas diferencias determinantes en su estructura urbana, su peso demográfico y los roles a desempeñar.”, in Ángel Bernal Estévez, “La repoblación del espacio extremeño en la Edad Media: el poblamiento y la repoblación.”, in RRE, Vol. LI, Nº3, Mérida, 1995, p.632

⁸¹⁴ In, Ángel Bernal Estévez, op.cit, p.632.

⁸¹⁵ Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.548.

vez, eram organizadas as vintenas.⁸¹⁶ As refeições foram mais uma divisão administrativa e municipal, à parte dos sexmos e das vintenas. Todo este processo de atrair novos habitantes para vilas de fronteira perdeu paulatinamente a conotação militar, fazendo recair nos próprios concelhos o dever civil e administrativo de se auto-organizarem e de criarem condições para se desenvolverem. Estamos, portanto, diante de uma segunda fase de atração e assentamento de povoadores, incentivada também pelo poder régio, principalmente, pelo monarca D. Fernando III, com o objetivo de dinamizar os espaços fronteiriços que continuavam a sofrer de uma falta de habitantes.

Passada a fase de distribuição de terras (rações) aos novos povoadores e das primeiras formas de organização concelhia, aqueles que estivessem interessados em se estabelecer nas vilas ribacoanas, principalmente, de Cáceres e Usagre, eram obrigados adquirir as suas propriedades, casas e outros bens, devendo-as manter igualmente habitadas para poderem usufruir do estatuto municipal de vizinhos, assim como as pessoas que chegaram anteriormente aos centros urbanos de Cáceres e Usagre, nas campanhas de repartição de herdades para garantir o repovoamento, a paz e a estabilidade das zonas fronteiriças.⁸¹⁷

A concessão de terras não foi o único benefício utilizado para atrair novas gentes às vilas de Riba-Côa. Foram atribuídas outras facilidades, sobretudo, de natureza fiscal e militar, permitindo aos novos habitantes a possibilidade de ficarem isentos do pagamento de tributos e de obrigações militares, tais como, o fossado, logo, no primeiro ano.⁸¹⁸ Além disso, todos os centros urbanos ribacoanos gozaram de outros privilégios

⁸¹⁶“(…) Quando conceio quisier partir por conceio en domingo manden a los sexmeros que parten lo que lys mandaren de tal logar et tomen bonos omes de conceio et eguen los sexmos. Et pues que fueren eguados o se acordaren la mayor partida de los sexmeros que fagan aquello uala. Et echen sortes et conoscan los sexmeros cada uno su sexmo et fagalo uintenas. Et sexmero et uintenero herede et reciba todos los que heredo enas otras particiones. Et non reciba heredero d’otro sexmo nin de otra uintena, si non fuere poblador. (...) Todos los quinones que uazios fallaren, denlos a pobladores o los metan en pro de conceio. (...)”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.CXI, Tít.496, “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.p.147-148, Tít.423.

Cf “Mando et concedo a cada uizino de Caceres, sus casas, heredades, ortos, molinos, alcaceres et todas sus particiones que fueren fechas por sus se[x]meros et por mandado de conceio en domingo fecho, et presten. (...)”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.CX, Tít.493; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.146-147, Tít.420. Vide, Alicia Matas Cascos, op.cit, pp.44-45.

⁸¹⁷ “Todos los pobladores que ante de particion de las tierras uinieren, denlis raciones. Et a los que depues uinieren no les den d’aquello partido et compren si quisieren.”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.CXI, Tít.495; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.147, Tít.422.

⁸¹⁸ “(...) Primo iuntero nin poblador, non pectet fasta I anno ni uaya en fonsado.”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXX, Tít.279. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.105, Tít.287; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.80, Tít.280, Lv.IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.776, Tít.[280]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.822, Tít.[280]. Vide,

régios, como a dispensa da entrega de portagem e fazendeira. Os seus habitantes tinham ainda condições jurídicas especiais, podendo usufruir de fiadores como garantia judicial em tribunal, em qualquer demanda que ocorresse no reino. As suas propriedades foram também alvo de uma protecção jurídica especial.⁸¹⁹

Habitantes de Riba-Côa: caraterísticas populacionais

Nem todos os ribacoanos gozavam da mesma condição municipal, jurídica e social. A população de Riba-Côa era composta por grupos bastante diversificados entre si. Eram, na sua maioria, homens-livres. Nos concelhos viviam vizinhos, moradores, aldeões, estrangeiros, atreguados, judeus, mouros forros e escravos.

A maior parte dos habitantes era considerada vizinha. Era uma das caraterísticas intrínsecas aos povoadores, devendo somente permanecer nas suas parcelas de terra e nas suas casas durante um ano, mantendo-as habitadas com as suas esposas, os seus homens e os seus dependentes, como acabamos de referir. Estes requisitos estendiam-se também os aldeões que vivessem nas aldeias dos concelhos, embora fossem obrigados a manter as suas casas ocupadas nas vilas.⁸²⁰ Para usufruírem também desta condição municipal bastava serem detentores de determinados rendimentos e estarem registados nos padrões concelhios, nas colações das vilas, onde se encontravam inscritas todas as pessoas capazes de exercerem funções militares, como ir em fossado ou acudir ao apelo, e de cumprirem com as suas obrigações fiscais inerentes ao *status* de

José Lacarra de Miguel, “Acerca de la atracción de pobladores en las ciudades fronterizas de la España cristiana (siglos XI-XIII)”, in ELEM, N°2, Madrid, 1982, pp.485-498, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=121953>, 15 de Abril de 2013

⁸¹⁹“(…) Et foro dio el rei et otorgo a los uizinos de Caceres que en todo so regno non dent portatici, nec respondeant in toto suo regno pro nulla res, dent fiadores ut appareant a derecho en Caceres. Et franqueo el Rey a uezinos de Caceres suas hereditates et suos homines que ouieren en otras partes que non pechen nec fagan fazendera ni den pecho nin en pedido. Et acotalos, que negun omme que en sus heredades o en sus omnes metier mano, o en esto que les mando el Rey, que pectent mille morabitanos et sit forfectosus, et ad quereloso danpnum duplicatum.”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XI, Tít.6. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.4, Tít.7; FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.15, Tít.50, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.745, Tít.[5]; CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.899Tít.[24], Lv.II; “CFCR” in PMH-LC, op.cit, p.849, Tít.[1], Lv.I.

⁸²⁰“Tod aldeano que casa ouier ena uilla sea uizino si la touier poblada com sos omes.” In, FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXX, Tít.27. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.12-13, Tít.32; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.21, Tít.30, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.748, Tít.[32]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.902Tít.[47], Lv.II; “CFCR” in PMH-LC, op.cit, p.855, Tít.[51], Lv.II; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.793, Tít.[21]. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.43; Manuel Álvarez-Valdés, *La extranjería en la Historia del Derecho Español*, Oviedo, Univ. de Oviedo. Servicio de Publicaciones, 1992, p.217; Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.36-37.

vizinho.⁸²¹ Contudo, estavam isentos destes deveres e encargos durante um ano. Era um dos privilégios que foi concedido aos novos povoadores para os atrair para as vilas de Riba-Côa. Ser-se vizinho não só era um direito, era, por outro lado, um dever.

A categoria de vizinho dava a possibilidade de as pessoas que a possuíssem de aceder ao governo municipal, participando no concelho e nas demais assembleias e, além disso, podiam desempenhar cargos públicos de natureza civil ou judicial, podendo eleger e ser eleitos pelos seus congéneres. Ou seja, os vizinhos podiam participar, determinar, deliberar e intervir nos assuntos e nos problemas que afetassem os concelhos. Ter a condição de vizinho dava, sobretudo, a possibilidade de ter uma participação “cívica” e ainda garantia o usufruto de bens municipais, como, por exemplo, os montes, os exidos, as devesas, os rios, dentro dos padrões concelhios e dos seus regulamentos.

O estatuto de vizinho determinava, por outro lado, uma condição sociojurídica particular no seio da população ribacoana. Os indivíduos com esta condição podiam ser fiéis⁸²², jurar, servir de testemunhas e de garantias judiciais e de apresentar outras em provas no decorrer dos pleitos em tribunal. Além disso, ser-se vizinho era um privilégio do ponto de vista penal, como se pode observar, a partir das penas e sanções pecuniárias contempladas nos corpora costumeiros a propósito de delitos contra a integridade física (agressões físicas, violações, por exemplo)⁸²³ e a propriedade privada.⁸²⁴ Quer isto dizer,

⁸²¹ “(...) Nullus homo que non fuerit escripto en carta de collation et encomendado al fuero. Et que faga todas sus derechuras, non sea uizino nec abeat parte en portiello, nin firme, nin iure sobre otro.” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXVIII, Tít.379. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.135, Tít.388; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.101, Tít.378, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.788, Tít.[390]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.919Tít.[190], Lv.V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.874, Tít.[203], Lv.V. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.43; José Duarte Nogueira, “A organização municipal da Extremadura leonesa nos sécs. XII e XIII”, in RFDUC, vol.XXV, Coimbra, 1984, p.273; Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.267-268; Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.36-37.

⁸²² “(...) Todo omme a quien demonstraren fiel et el fiel dixere: «fiel so», et non quisier hyr ant alcalde, pectet ei I moraueti, et el fiel sea de los scriptos del padron (...)”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XII, Tít9. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.5, Tít.10; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.900, Tít.[25]; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.852, Tít.[26], Lv.II; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.15-16, Tít.8, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.746, Tít.[8]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.794, Tít.[24].

⁸²³ “(...) Quien firiere o messare a uezino, pectet XII morabetis si liuores non fiziere, et si liuores fiziere, pectet XX morabetis al quereloso (...)”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XVIII, Tít.39. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.15, Tít.40; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.905, Tít.[76]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.23, Tít.38, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.750, Tít. [46]; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 859, Tít. [84], Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.794, Tít. [27].

–“(…) Qvi feriere o mesare a morador que non fuere uizino, pectet II morabetis al quereloso; et si ficiere liuores, pectet ei IIII morabetis (...)”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXX, Tít.41. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.15-16, Tít.42; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.905, Tít.[77]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.23, Tít.39,

que as punições eram mais severas quando se tratava de vítimas com o estatuto de vizinhas. Os agressores estavam assim obrigados a pagar coimas mais elevadas aos vizinhos do que aos moradores. A condição de morador em Riba-Côa fica aqui bem explícita de que era inferior à de vizinho, vivendo numa situação económica, social, municipal e jurídica diferente.

Contrariamente, nada disto impedia os moradores de habitar nos concelhos, apesar de não estarem inscritos nos padrões municipais e de não possuírem bens de raiz. No entanto, não deixavam de ser considerados homens livres, sem qualquer vínculo de dependência.

Os aldeões eram outros habitantes de Riba-Côa. Viviam nas aldeias que se localizavam nos termos dos concelhos ribacoanos. Não obstante, eram obrigados a ter casas habitadas nas vilas, com os seus homens para serem vizinhos. Isto não impedia que os aldeões tivessem de uma condição jurídica-penal inferior aos seus congéneres dos centros urbanos. Este facto é notório ao analisar as penas atribuídas a aqueles que descavalgassem à força um cavaleiro das vilas ou das aldeias⁸²⁵ e também, quando se

Lv.I;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.750, Tít.[46]; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.859, Tít.[85], Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.794, Tít.[28].*Vide*, Alberto García Ulecía, op.cit, pp.60-62; Alicia Matas Cascos, op.cit, p.53.

-(...) Et qui aforciare otra mulier que fuere uicina, pectet CCC aureos al quereloso, si ei firmare potuerint, et exeat inimicus. Sin autem, lidie o saluese con XII uicinos (...) Todo ome que aforciar morador, pectet illam XX morabetis si ei firmare potuerint. Sin autem, saluese com VI.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXI, Tít.53. Cf. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 906, Tít.86, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 750, Tít.52; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.19-50, Tít.54; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 860, Tít. 95, Lv. III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 26, Tít.51, Lv. I; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp. 796-797, Tít.53

⁸²⁴“(…) Qui derrompiere casa de uizino, tam in de uilla quam en aldea, com armas, o corral, o molino, o azenna, o colmenar, o cabanna afumada, pectet L morabetis al quereloso (...)”in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLV, Tít.167. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.63, Tít.169; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.911 Tít.[120];“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.55, Tít.165, Lv.II;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.764, Tít.[170].

-(...) Qui disrumperit casa aut corral de morador con armas, o azena, o molino, o colmenar, o cabana, pectet la meatad de la calopna (...)”in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XVIII, Tít.169. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.63-64, Tít.170;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.55, Tít.165, Lv.II;“CFCM” in PMH-LC, op.cit, p.911Tít.[121], Lv.V; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.810, Tít.[173].

⁸²⁵“(....) Qui descualgare, que cauallero sobiere, pectet ei X morabetis (...) Qui aldeano descualgare, pectet ei II morabetis, et si ambos fueren aldeanos, tengale estribera, et pectet ei II morabetis (...)”, In, FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XX, Tít.51. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.18-19, Tít. 52; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 25, Tít. 49, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 750, Tít. [50]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.906, Tít. [80], Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 859, Tít. [93], Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 795, Tít. [36]. *Vide*, Alberto García Ulecía, op.cit, p.77; Manuel Álvarez-Valdés, op.cit, p.212.

tratava de delitos de invasão da propriedade privada, em Coria e Castelo Bom.⁸²⁶ Os ordenamentos costumeiros deixam bem claro que as sanções eram bem mais elevadas quando as vítimas eram vizinhas das vilas do que das aldeias. No entanto, as diferenças processuais entre aldeãos e os habitantes dos espaços urbanos eram também evidentes. Os indivíduos residentes nas aldeias que quisessem demandar ou emprazar deviam-se deslocar às colações das suas respetivas cidades, dentro dos prazos afixados em tribunal com as garantias e as provas necessárias para o recorrer normal dos trabalhos judiciais.⁸²⁷

Entre os habitantes dos concelhos de Riba-Côa, estavam os muçulmanos e judeus. Estes grupos minoritários conviviam com o resto da população, distinguindo-se da maioria cristã, devido a fatores étnico-religiosos. Chegavam, inclusive, a usufruir de um estatuto jurídico particular, cujas diferenças se faziam notar entre ambos os grupos. Os judeus foram sempre homens livres, ao passo que os mouros deixaram de ser a maioria para ser uma minoria, reduzida, em parte, à escravatura. Apesar disso, não deixavam de ser aceites e tolerados no seio das sociedades ribacoanas. Não eram também considerados vizinhos. Os judeus e os mouros forros encontravam porém protegidos pelos próprios concelhos, independentemente da adoção de algumas normativas costumeiras de carácter segregador. Estas visavam, acima de tudo, estatuir padrões de conduta que regulassem as estreitas relações entre cristãos e as minorias, principalmente, os judeus, promovendo, ao mesmo tempo, comportamentos de intolerância e discriminatórios, do ponto de vista sociojurídico. O objetivo seria limitar a participação e a intervenção da comunidade judaica em tribunal e na sociedade, reduzindo-lhes direitos, sobretudo, quando se tratava de disputas que envolvessem também os cristãos. Mas, nem sempre os resultados seriam à partida os esperados, pois não seria comum a promulgação de determinadas normas, com o fim de limitar e regular determinadas práticas comportamentais, como a usura, reforçando ainda mais os

⁸²⁶“(....) Qui derronprier casa o corral de aldeano, o açenna, o molino, o colmenar, o cabanna, peche V maravedis a su duenno (...), in “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.55, Tít. 166, LV.II. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.911,Tít.[121].

⁸²⁷“(....) Uezino de la uilla que rancura ouiere d’aldeano parele fiel com un uizino aldeano, ut ueniat ad suam portam al tercero dia de sol a sol et si non uenerit pectet I moraueti suo contemtori. Ei alio die ante de los plazos, meta su bestia, et baraie sobrela, et si non quisiere baraiar, meta sus bestias al fuero (...) Et quando uiniere a la uilla, de casa con penos suo debitori; et si el de la uilla, inuenerit ad aldeano enna uilla, demostr[e] ei plazo con un fiel pora otro dia exida de missa matinal a collation conombrada. (...) Et si el aldeano uinier al plazo, et non uinier el de la uilla, pectet ei medio moraueti si fuer uizino, et si morador fuere, la meatad. Et si el de la uilla uinier, et el aldeano non, pectet ei I moraueti suo contentori.”, In, “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XVII, Tít.32. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.13, Tít.33;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.21-22, Tít.31, Lv.I;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.748, Tít.[33]

laços existentes entre ambos os grupos. Os costumes e foros locais não impediram, no entanto, que as minorias tivessem os seus próprios direitos, costumes e tradições, devendo ser respeitadas. Já os mouros escravos careciam de personalidade jurídica. Apesar disso, estes não deixavam de ser protegidos, mas, como simples bens ou mercadorias. Os concelhos demonstravam claramente, através dos seus ordenamentos, uma proteção e uma defesa dos interesses dos donos de cativos, caso houvesse alguns problemas com os eles.

Os estranhos ou estrangeiros coexistiam também entre a população ribacoana. Encontravam temporariamente “bajo la jurisdicción del concejo.”⁸²⁸ Não eram considerados vizinhos, ficando numa situação inferior face aos habitantes das vilas e termos. Eram, desta forma, excluídos de um conjunto de regalias e benefícios inerentes ao referido estatuto municipal. Um dos entraves que os forasteiros tinham nos concelhos era o usufruto dos bens comunais, como acontecia com os rios e os bosques, embora fosse comum explorarem os recursos endógenos.⁸²⁹ Não eram as normativas costumeiras que os impedia permanecer e sacar partido daquilo que os concelhos tinham para oferecer.

Eles eram mercadores, almocreves, ruanos, sem esquecer os demais forasteiros que afluíam às vilas de Riba-Côa. Uns estavam de passagem, outros chegavam a estabelecer-se temporariamente para fazer negócio e ampliarem os seus contatos com as gentes ribacoanas. Os mercados e as feiras de Cáceres e Usagre eram oportunidades bastante convidativas para a chegada de várias pessoas, comerciantes e mercadores oriundos de outros centros urbanos. Aqui, eles estavam protegidos, pois se encontravam, sob a tutela e responsabilidade dos próprios concelhos, especialmente, nos dias dedicados às feiras. Para o efeito, em Cáceres e Usagre, disponibilizava-se um conjunto de funcionários, encarregados de vigiar e proteger todos os participantes e transeuntes que chegavam às feiras anuais, com o objetivo de garantir a máxima segurança das “personas, instituciones, lugares y ocasiones.”⁸³⁰ A manutenção da paz de mercado era uma das preocupações e responsabilidades dos concelhos.

⁸²⁸ In, M^a Trinidad Gacto Fernández, op.cit, p.195.

⁸²⁹“(…) Todo pescador que non fuere nuestro uizino et en nuestro termino pescare si ad otra parte lo leuare, quilelo fallare tomelelo sin calopna, et pectet V morabetinos (...)”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XI, Tít.4. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.3, Tít.5; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.924, Tít.234, Lv. VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.879, Tít.247, Lv. VI; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.15, Tít.4, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.745, Tít.4. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.268; Manuel Álvarez-Valdés, op.cit, p.243.

⁸³⁰In, Luís G. de Valdeavellano, op.cit, p.297.

Os mercadores e os comerciantes ambulantes de fora eram estrangeiros privilegiados, gozando de algumas regalias de índole económica, tal como os naturais das vilas. Neste sentido, encontravam-se também, exceccionalmente, protegidos pelos municípios, como deveria acontecer, nas feiras.⁸³¹ No dia-a-dia, os negócios de pão e vinho dos «requeiros» (almocreves) estavam salvaguardados pelas autoridades municipais, caso os vizinhos ribacoanos ou de fora dos concelhos não lhes pagassem no próprio dia. Sendo assim, os alcaides estavam encarregados de lhes devolver as mercadorias.⁸³² Os ruanos e os mercadores especializados, sobretudo, no comércio de panos, beneficiavam também de alguns privilégios. Ninguém podia penhorá-los. Deste modo, as suas mercadorias estavam acauteladas por onde passassem em Riba-Côa.⁸³³

Não obstante, todos os comerciantes de fora não podiam de deixar de cumprir com os seus encargos fiscais.⁸³⁴ Os «requeiros» eram obrigados a pagar as taxas municipais, impostas logo à entrada ou à saída das vilas.⁸³⁵ Em contrapartida, os mercadores que chegassem a Coria e a Castelo Bom tinham que pagar um maravedi de quatro dinheiros, se fizessem negócio.⁸³⁶

A estadia dos forasteiros nem sempre era pacífica. Suscitavam, por vezes, sentimentos de desconfiança. Facilmente, qualquer suspeita ou comportamento estranho

⁸³¹ Vide, Manuel Álvarez-Valdés, op.cit, p.146; M^a Trinidad Gacto, op.cit, pp.196-197.

⁸³² “(...) Todo requero que pan et uino uendier en Caceres, in ipso die sea pagado ssi el uizino de la uilla como el de fuera. Et si esto non quisieren fazer, los alcaides lo uayan entrega, et si non, sean periuratis.”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCI, Tít.394. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.140, Tít.402; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.103, Tít.384; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.788, Tít.[396]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.935-936, Tít.[343], Lv.VII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.892, Tít.[357], Lv.VIII.

⁸³³ “(...) Todos mercadores de traperia, so acrouieren por alguna cosa prenden todo tienpo. Et otrosi ellos respondan a omni tempore por lo que ouieren a dar sin calopna, et non perdan su prenda. A rruano que touier panno de color, non le prende nadi trapo de color por taiar.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XL, Tít.141. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.53, Tít.143; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.110, Tít.137; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.760, Tít.[132]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.930, Tít.[301], Lv.VII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.887, Tít.[315], Lv.VII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.805, Tít.[129]. Vide, Luis G. Valdeavellano, op.cit, p.313.

⁸³⁴ Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.285.

⁸³⁵ “(...) Todo requero de fuera parte que uendiere uino en Caceres de I medida, de una quartezna en colodrago. Et de la medida de la miel media quartezna. Et de la medida de azeyte una paniella, et de la manteca de I medida mediana. De la ochaua del pan, I cuchar, a rrazon de XVII cucharas ena ochaua. Et de sal similiter sicut del pan. Et de la medida de la cera III dineros. Et de la grana, cada morabeti II dineros. Es d’esto todo de omnes de fuera parte lo tomen. (...)”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCI, Tít.393. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.140, Tít.402; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.103, Tít.384; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.788, Tít.[396]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.935-936, Tít.[343], Lv.VII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.892, Tít.[357], Lv.VIII. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.177; Luis G. Valdeavellano, op.cit, p.336.

⁸³⁶ “(...) Todo merchan que venier de outra parte a mercar e vendier, de un maravedi de quatro dineros.” In “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.105, Tít.398. Cf. ; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.790, Tít.[409]. Vide, Manuel Álvarez-Valdés, op.cit, p.243.

recaía sobre eles. Qualquer indivíduo que andasse de noite nas ruas das vilas fora de horas era considerado logo suspeito, um perigo para as populações, associando-o aos estranhos. E, ainda era apelidado de ladrão, se não provasse ter boas intenções.⁸³⁷

Muitos dos estranhos que chegavam às vilas procuravam as estalagens para pernoitarem. Eram espaços de convívio propícios a desacatos, rixas e a atitudes de violência levada também a cabo pelos forasteiros. Estes costumavam andar armados com cutelos, nas vilas e nos seus arrabaldes, tornando-se numa ameaça para os transeuntes. Daí, as autoridades locais terem decretado a proibição de levar armas brancas nas ruas e nas hospedarias. Os donos destes estabelecimentos deviam ter assim um papel importante no controlo dos seus fregueses e dos seus bens.⁸³⁸

Organização municipal: assembleias, funcionários e magistraturas

A organização dos centros urbanos e das suas populações dependia, acima de tudo, dos concelhos e de um conjunto de funcionários e oficiais capazes de fazer frente aos assuntos e aos problemas com que estas comunidades se deparavam diariamente. Os municípios de Riba-Côa gozavam de uma grande autonomia, em todos os aspetos, pois, segundo Julián Clemente Ramos, “Los campos de decisión concejil son numerosos, lo que contrasta con las pocas atribuciones que se reserva el monarca”.⁸³⁹ Contrariamente, aos concelhos realengos, Usagre constituía um caso particular, pois dependia de uma ordem militar. Os municípios não tinham um papel tão preponderante, uma vez que dependiam de uma reorganização territorial diferente assente em encomendas.⁸⁴⁰ Este facto não impediu, contudo, de Usagre constituir uma realidade peculiar ao adotar,

⁸³⁷“(…) Tod ome qui de noche andar por uilla, postea quod cinbalum cesauerit, et non dixerit unde ueniat, aut quo uadit, et per bonos homines non prouauerint pro bono, faciant ei quasi ad latrinem.” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXII, Tít.239. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.92, Tít.245; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.72,Tít.236;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.772,Tít.[234];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.939,Tít.[370], Lv.VII;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.896, Tít.[384], Lv.VIII.

⁸³⁸“(…) Tod ome qui cuchiello traxerit in uilla aud in calle, aud in rualde, et alcaldes inuenerint eum cum eo, pectet II morabetis a los alcaldes. Et in domum ubi ospicium habuerint, dicat illi oспes suos ut laxet cutellu. (...) Tod ome qui lo troxier en ascondido pectet la calonna doblada. Te tod ome que fuera de uilla quisier yr, tomelo en su mano, et de fora de la uilla metalo en la cinta.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXII, Tít.238. Cf. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.92, Tít.244;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.71,Tít.235, Lv.III;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, pp.771-772,Tít.[233];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.938,Tít.[369], Lv.VII;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.895, Tít.[383], Lv.VIII.

⁸³⁹In, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.83; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.543; Marcelino Cardalliaguet Quirant, “La repoblación del territorio extremeño en la Edad Media. (Análisis de los factores políticos y jurisdiccionales)”, in A. RSEC, N°37, Cáceres, 1996, p.35.

⁸⁴⁰Vide, Ángel Bernal Estévez, op.cit, p.632.

praticamente na íntegra um corpus costumeiro, aplicado em concelhos régios, abrindo-se, aqui, claramente uma excepção. Resta levantar a hipótese se as referidas normativas realengas cacerenhas, comuns também aos demais regulamentos ribacoanos, se aplicavam, na prática, parcialmente ou totalmente, na vila de Usagre.⁸⁴¹

O concelho, isto é, a assembleia municipal era o principal órgão de soberania dos ribacoanos das vilas e das aldeias. Era, aqui, onde todos os habitantes, desde que fossem vizinhos, se reuniam para deliberarem sobre a gestão, problemas e necessidades das vilas e dos seus termos e das populações. Possivelmente houvesse momentos em que os moradores pudessem ser chamados a comparecer nas assembleias concelhias, tal como os vizinhos. Não se sabe porém em que circunstâncias. Nada se sabe também como funcionariam as reuniões. Os ordenamentos costumeiros são, mais uma vez, parcos em informações. Sabemos que as quintas-feiras e os domingos eram dias de trabalho. Era nestes dias da semana, que o concelho recebia as coimas que lhe correspondia, através dos mordomos.⁸⁴²

Sobre o concelho recaía a responsabilidade de aplicar a justiça,⁸⁴³ analisar demandas, aceitar a «salva-fé»,⁸⁴⁴ pactos e juramentos,⁸⁴⁵ emitir penhoras,⁸⁴⁶ avaliar as

⁸⁴¹ Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, pp.552-553.

⁸⁴² “(...) Et los andadores acoten per mando de los uoçeros et leguen las calonas de conceio die dominico, o die de ioues. Et todas las calonnas de conceio per exquisa bona et derecha las coian. (...)”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LI, Tít.190. Cf. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.73-74, Tít.193;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.933,Tít.[316], Lv.VIII;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, pp.889-890, Tít.[330], Lv.VIII. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.85

–“(...) Manda que fecerit concilio in die dominico, prestet, et sin non / non prestet, et istum concilium sit factum post missam.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXIX, Tít.383. Cf. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.137, Tít.392;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.102,Tít.381, Lv.IV;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.788,Tít.[393];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.935,Tít.[336], Lv.VIII;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.892, Tít.[350], Lv.VIII.

⁸⁴³ “(...) Toda christiana que tomaren con iudeo o la aduxerint super consilium factum per prender con iudeo, ipsa iusticia faciant de uno quam de altero.”in“FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XC, Tít.386. Cf. “CFCM”, in PMH – LC, op.cit, p.910, Tít. 114, Lv.III. Cf. “CFCR”, in PMH – LC, op.cit, p. 864, Tít. 123, Lv.III; “CFCB”, in PMH – LC, op.cit, p.760, Tít. 134; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 48, Tít. 135, Lv.II; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.138, Tít. 395.

⁸⁴⁴ “(...)Tod ome que salua demandare a otro ante IV alcaldes, dele salua fe, o por corral, o per capitulum, o per concilio.” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXI, Tít.55. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.20, Tít.56;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.26,Tít.53, Lv.I;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.751,Tít.[54];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.906,Tít.[88], Lv.III;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.860,Tít.[96], Lv.III..

⁸⁴⁵ “(...) Totos homines qui pactum aut iuramentum fecerint super concilio, pectet X concilio (...)”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXVI, Tít.367. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.131, Tít.376;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.784,Tít.[358]; CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.786,Tít.[377].

provas apresentadas no decurso dos processos judiciais⁸⁴⁷ e presenciar os duelos judiciais, conferindo-lhes validade judicial,⁸⁴⁸ etc.

Nem todas as funções eram judiciais. Os concelhos controlavam ainda toda a economia local, como se tratassem de grémios. Concediam licenças ou autorizações para que certos mesteiros se pudessem fixar e desenvolver as suas atividades nos concelhos.⁸⁴⁹ Também regulavam a produção, as características dos produtos, as vendas, os preços, as medidas e os pesos usados nos municípios. Ditavam, inclusive os «marcos» concelhios. Ou seja, os regulamentos industriais e comerciais.⁸⁵⁰ O objetivo final era, acima de tudo, garantir o abastecimento das populações para que nada lhes faltasse e em boas condições para consumo.

A gestão dos bens coletivos, como os pastos, rios e bosques, dependia também dos concelhos. Eles emitiam as autorizações necessárias para o usufruto dos recursos locais. Mas, em troca, costumavam cobrar tributos, tais como o montado, ou então, exigiam o pagamento de coimas.⁸⁵¹ Além disso, este organismo intervinha na

⁸⁴⁶“(…) Qui prenda[r] sin mandamiento de conceio o de alcaldes, et si los VI fallaren uerdad que por iudizio outro auer prisieron, excan por aleuosos et pectent XX morabetis al conceio poral castiello.”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXVII, Tít.264. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.100-101, Tít.271; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.77, Tít.265, Lv.III; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.904, Tít.[69], Lv.II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.857, Tít.[75], Lv.II.

⁸⁴⁷ Veja-se o seguinte exemplo: “(…) Qui firiere o messare a uezino, qual ferida el diere, tal espere en conceio, si liuores non fiziere.” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XVIII, Tít.40. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.15, Tít.41; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.749, Tít.[40].

⁸⁴⁸“(…) Pro morte de homine, aut pro lision, aut pro mulier forciada, desfie en conceio tres domingos com II alcaldes.” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXI, Tít.54. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.20, Tít.55; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.26, Tít.52, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.750, Tít.[53]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.906, Tít.[86], Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.860, Tít.[95], Lv.III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.795, Tít.[39].

⁸⁴⁹“(…) Aurifices o ferreros o caleros, o de qual mester qualquier, que labraren em termino de Caceres sine mandato de Concilii, pectet X morabetinos Concilio (...)”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. X, Tít.3. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.3, Tít.4; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.924, Tít.233, Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.879, Tít.[246], Lv.VI *Vide*, Julián Clemente, op.cit, p.85.

⁸⁵⁰*Vide*, José Damián González Alce, op.cit, p.83

⁸⁵¹“(…) Et acotamos istos terminos que nulla cabanna de ganado, que intrare in istos terminos sine mandato de Concilio, que uizino non fuere, tomenle de la cabana de las uacas (...) Et de porcoss V et esto prendan por montadgo cada ocho dias, fasta que hiscan de termino.” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. X, Tít.1. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.1-2, Tít.2; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.13-14, Tít.1; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.745, Tít.[1]. *Vide*, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.85; Julián Clemente Ramos, op.cit, p.543; Alicia Matas Cascos, op.cit, p.158.

organização do espaço municipal. Durante a etapa de repovoamento das vilas e dos seus territórios, a distribuição dos sexmos era feita pelos próprios concelhos.⁸⁵²

A par dos concelhos, havia outras assembleias municipais, de pequena dimensão, que também zelavam pelos interesses dos municípios. Eram os cabidos («cabildo») ou corrais, os sessenta⁸⁵³ e os vinte e quatro.⁸⁵⁴ Eram assembleias, onde se reuniam os vários funcionários municipais, apesar de os costumes e foros não especificarem quais. Pouco se sabe sobre o funcionamento destas reuniões, sendo difícil caracterizá-las e entrar em detalhes. A aplicação da justiça era uma das principais funções do coletivo de magistrados que compunha o cabido.⁸⁵⁵ Os sessenta e os vinte e quatro eram um caso particular de alguns concelhos ribacoanos. Os primeiros faziam somente parte da estrutura administrativa de Alfaiates, Castelo Bom e Coria. Já os vinte e quatro eram um órgão exclusivo de Castelo Bom e Coria.⁸⁵⁶

Os funcionários municipais tinham um papel importante da organização dos concelhos. Podiam ser de nomeação régia ou local. Os representantes do rei e do mestre da ordem de Santiago, na vila e no termo de Usagre, eram os alcaides e os porteiros. Pouco sabemos sobre as suas funções e atribuições nos concelhos de Riba-Côa. Os alcaides do rei ou do mestre seriam à partida mais do que um indivíduo, funcionando

⁸⁵² “(...) Quando conceio quisier partir por conceio en domingo manden a los sexmeros que parten lo que lys mandaren de tal a tal lugar (...)”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CXI, Tít.496. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.147-148, Tít.423. Vide, Julián Clemente, op.cit, p.85

⁸⁵³ A assembleia dos sessenta só aparecer mencionada nos regulamentos costumeiros de Alfaiates e Castelo Bom. Possivelmente fosse composta por jurados. Duarte Nogueira questiona a origem e a composição deste concelho, relacionando com os “sesmos, em número de dez por cada, aproximando-se assim dos setenta de Salamanca.” In, José Duarte Nogueira, op.cit, p.284. Os sessenta colaboravam com os mordomos e com outros funcionários. Fiscalizavam o bom funcionamento municipal. Não podiam contudo entrar em almoneda, se bem que fosse comum participarem nos referidos leilões. Vide “(...) De los LXª non intrent nullus in amoneda: si ibi intrare pectet X morabitos.” in “CFB”, in PMH-LC, op.cit, p.785, Tít.365. Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.835, Tít.[375].

⁸⁵⁴ Os vinte e quatro funcionariam de forma semelhante aos seis. Trabalham em conjunto com o concelho e os alcaides, no controlo dos mesteirais e agentes comerciais. Vide, “(...) Et totos los homines qui posuerint concilio et alcaldus et los XXIII per guardar, tam de peliteria tam de ferradores quam de tauerneras quam de quanto fuerit a guardar, et no lo enderezaren exeant por aleuosos et pectent IIIIor IIII morabitos a concilio. Et los XXIII ueden a todos los aportelados la nemiga que fecerint cum concilio.” In “CFB”, in PMH-LC, op.cit, p.767, Tít.199; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.62, Tít.194. Vide, J. Duarte Nogueira, op.cit, p.285.

⁸⁵⁵ “(...) Tod ome que ouiere iudizio de corral, metan singulos ouzeros et non mays (...)” in FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVI, Tít.119. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.46, Tít.121; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.803, Tít.[113].

“- (...) Tod ome que per so iudicio a los sex se alzare, et los alcaides lo demandaren, sean periudaros, et por esto non meta bestia. Et esto per iudizio de corral.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXVII, Tít.265. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.101, Tít.273. Vide, J. Duarte Nogueira, op.cit, p.279.

⁸⁵⁶ Vide, J. Duarte Nogueira, op.cit, pp.283-286

como um colégio. Eram nomeados anualmente,⁸⁵⁷ bem como os alcaides municipais. Ambos funcionários tinham direitos e privilégios fiscais semelhantes.⁸⁵⁸ O rei ou o mestre tinham outros funcionários nos concelhos. Os porteiros viram os seus ofícios limitados por ordem dos concelhos, pois estavam proibidos de entrar nas casas e herdades dos vizinhos de Cáceres e Usagre para os penhorar.⁸⁵⁹ O juiz não deixava de ser um cargo importante, se bem que não ocupava um estatuto de superioridade face aos outros “aportellados como los sex o los alcaides.”⁸⁶⁰ Cada vila tinha o seu magistrado. Eram eleitos anualmente. Colaboravam com os demais funcionários locais. Exerciam também funções militares⁸⁶¹, judiciais e fiscais, participando na recolha de tributos e de coimas aplicadas a delitos de sangue. Estas deviam ser posteriormente entregues ao rei.⁸⁶²

⁸⁵⁷“(…) Alcaides del Rey entren cad’anno con alcaides de conceio.” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXX, Tít.332. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.123, Tít.341 (Em Usagre, os alcaides eram do Mestre da Ordem de Santiago); “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.829, Tít.[346]. Vide, J. Duarte Nogueira, op.cit, pp.308-309, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.47

⁸⁵⁸“(…) Los alcaides del Rey ni los de conceio, nin VI, nin escrivano, non den quinta.” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXIV, Tít.356. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.128, Tít.365; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.96, Tít.352, Lv.IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.785, Tít.[365]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.933, Tít.[320], Lv.VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.832, Tít.[375]. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.47.

⁸⁵⁹“(…) Por nenguna cosa non de el conceio entrada a portero de Rey en casas ni en heredades de uizino de Caceres, mas de fiadores que faga quanto mandare el Rey, et fique eno suyo.” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CXI, Tít.497. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.148, Tít.424. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, pp.112-113.

⁸⁶⁰ In, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.90

⁸⁶¹“(…) Los alcaides et el iuez et el escriuan, quando fueren en almofalla, lieuen tres escusados los que fueren en almofalla.” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLVI, Tít.174. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.65, Tít.176; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.786, Tít.[176]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.934, Tít.[324], Lv.VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.891, Tít.[338], Lv.VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.811, Tít.[179].

Vide, J. Duarte Nogueira, op.cit, p.307; Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.46-47

⁸⁶²“(…) Tod ome que caualgare de Caceres o de so termino, et ganancia trouxieren, de la quinta en Caceres, et si en outra uilla cabezearan talegas et hy aportaren, den la media quinta hy, et la media en Caceres. Et d’alli trayan carta seelada del conceio et del iuez o ouieren dada.” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIX, Tít.179. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.70, Tít.18. Vide, J. Duarte Nogueira, op.cit, pp.307-308; Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.46-47

-“(…) Et la quinta que ena uilla o fuere a dar, los alcaides et los adalides respondan por ella al iuez. Et primero erechen et depues quinten. Et non tomen quinta si non de auer moriscos.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLIX, Tít.179. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.69, Tít.180; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.58, Tít.155, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.765, Tít.[180]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.937, Tít.[353], Lv.VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.894, Tít.[367], Lv.VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp.811-812, Tít.[183].

-“(…) Estos on los derechos que deue auer el Rey en Caceres. (...) E los adalides prenden su redroquinta, et el iuez su sietmo, et se señor lo al. Et por muerte de ome, et por mulier forciada, et por lision que aya mienbro perdido, tome el señor IIII morabetis et tercia, et III meaias. Et tod esto recabde el iuez por el señor et tome ende el VII. Et si esto non recabdar, ele lo pectet.” In “FC” in Pedro Lumbreras

O castelo nos concelhos de Riba-Côa constituía uma realidade pouco precisa, de “carácter ambiguo.”⁸⁶³ Nada indica sobre quem faria parte do castelo e como este estava organizado. As normativas locais são, mais uma vez, escassas em pormenores sobre o seu funcionamento. Possivelmente representasse os interesses régios, através de um delegado. Esta instituição aparece de forma subsidiária e com funções limitadas, circunscritas à recolha de coima e de bens, resultantes de processos de penhora. Normalmente, os referidos bens eram entregues ao castelo, através do concelho ou de outros funcionários municipais, como os alcaides.⁸⁶⁴ Este facto estava relacionado com a elevada autonomia e liberdade destes concelhos de fronteira, devido às amplas concessões e benefícios outorgados pelo rei para garantir o repovoamento e o desenvolvimento da região ribacoana. Daí que, entre o “concejo y el rey no debe interponerse ninguna autoridad intermedia.”⁸⁶⁵ Ou seja, os concelhos, como o Cáceres, e os seus habitantes só deviam obedecer ao rei.⁸⁶⁶

Nos concelhos ribacoanos, um leque de funcionários locais garantia a aplicação da justiça, com o fim de manter a paz, combater a criminalidade e de resolver os problemas e as querelas que surgissem entre os seus habitantes e, em alguns casos, com os estrangeiros ou pessoas de outros municípios. A par dos representantes régios da justiça, os juízes, os alcaides do concelho, os colégios dos seis, os junteiros⁸⁶⁷, os

Valiente, op.cit, pp.LXXXVIII-LXXXIX, Tít.380. Cf.“FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.135-136, Tít.389.

-“(…) et iuez, et escriuan, et montarazes, et mayordomos anden per los sexmos et per sus derechos. Et alcaides et montarazes que cauallos non ouieren, non prenda ninguno suo iudicio, ni les respondan por nenguna calopna, ni al iuez.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LI, Tít.190. Cf.“FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.73-74, Tít.193.

⁸⁶³ In, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.110.

⁸⁶⁴ “(…) Todas las calopnas que son dichas et por dezir que en este fuero iazen pora los querelosos ayanlas. Et todas las otras sean pora concejo et por al castiello assi como son scriptas.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXI, Tít.233. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.90,Tít.238;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.70-71,Tít.232;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.771,Tít.[230];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.904,Tít.[72], Lv.II;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.857, Tít.[79], Lv.III;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.847, Tít.[540].

⁸⁶⁵ In, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.110

⁸⁶⁶ “(…) Non obedesca concejo de Caceres a otri si non al cuerpo mismo del Rey. Et del Rey aiuso non aya otri poder sobre la uilla, et sobre sos uezinos, si non los aportellados de concejo, cada uno en su portiello, assi como iaz en este fuero.”In FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CX, Tít.491. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.145-146, Tít.417.

⁸⁶⁷ Os junteiros eram os responsáveis pelas juntas (assembleias judiciais). Estas podiam também ser formadas por representantes de outros concelhos. Os junteiros tinham funções semelhantes aos alcaides de irmandade. Tratavam igualmente das querelas entre os ribacoanos e os indivíduos de fora e emitiam mandatos de penhora. Colaboravam ainda nas alcaides de germanitate. Vide, “(…) Los iunteros tengan las iuntas et las alcaidia / de las ermandades.” In FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXIX, Tít.326. Cf.“FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.101, Tít.272; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.77-78,Tít.266, Lv.III;“CFCB”, in PMH-LC,

alcaldes de «germanitate»,⁸⁶⁸ os vozeiros e os mordomos estavam encarregados de analisar demandas, proceder à instrução criminal, reunir e examinar as provas, redigir dos diplomas de «salva-fé»,⁸⁶⁹ julgar e emitir sentenças. As funções judiciais recaíam num amplo grupo de funcionários, individualmente ou em coletivo. Não obstante, os alcaldes assumiam um papel de destaque no domínio judicial.⁸⁷⁰ Cumpriam com as suas tarefas semanalmente, excepto às quintas-feiras e aos domingos. Também antes das missas e depois das vésperas não podiam proceder a nenhum ato jurídico.⁸⁷¹

op.cit, p.775,Tít.[264];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.931,Tít.[304], Lv.VIII;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.888, Tít.[318], Lv.VIII.

-“(…) Tod ome que sin mandado de conceio prendare o de los iunteros et iudizio non quisiere facer, et per el prendaren en otra parte las bestias yaziendo saque la prenda.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXVII, Tít.263. Cf.“FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.100-101,Tít.271;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.77,Tít.265, Lv.III;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.775,Tít.[263]. *Vide*, José Duarte Nogueira, op.cit, pp.296-297

⁸⁶⁸ Os alcaldes de «germanitate» ou de irmandade eram um tipo de alcaldes, mas com funções específicas. Estavam associados aos junteiros. A alcaldaria de germanitate e a juntaria eram ocupadas pelos mesmos funcionários. Ou seja, era composta por junteiros. Tinham funções judiciais, devendo aplicar a justiça em demandas que envolvessem vizinhos das vilas e estrangeiros. Além disso, autorizavam as viúvas para se casarem antes do prazo de um ano de luto. *Vide*, “(…) Tod ome d’outra uilla que uiniere a nuestro uizino heredad, por nuestro foro le responda. Acotar a ermandad et iudgar a uezindad. Et negun uizino non tenga uoz de ome de fuera contra so uezino, si non pectet II morabetis, I al quereloso et alcaldes de germanitate o/tro.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXVIII, Tít.316. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.118, Tít.324;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.842, Tít.[486].

-“(…) Mugier que ante d’anno tomar marido, pectet morabetis a los alcaldes de germanitate.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXVII, Tít.81. Cf. . “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.914, Tít.146, Lv.IV; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.30-31, Tít.83; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.31-32, Tít.75, Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.868, Tít.157, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.753, Tít.75. *Vide*, Julián Clemente Ramos, op.cit, pp.96-97; José Duarte Nogueira, op.cit, pp.297-298; Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.48

⁸⁶⁹ “(…) Et los alcaldes escriuan la salua fe, que si oppus fuerit, que las puedan mostrare. Et si la salua fide non escriuieren los alcaldes, et postea danno ibi uenerit, si eis firmaren los alcaldes lo pecten al quereloso.”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXI, Tít.55. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.20, Tít.56; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.26,Tít.53, Lv.I;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.751,Tít.[544];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.906,Tít.[87], Lv.III;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.860, Tít.[96], Lv.III.

⁸⁷⁰ “(…) Los alcaldes d’aquel dia que entraren fata I anno iudguen et si, demas iudgaren, non preste suo iu/dicio. Et los alcaldes, aquilo que iudgaren, esso otorguen. Et iudguen Derecho et otorguen Derecho, et tomen sus calonnas assi como son escriptas en esta carta.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LI, Tít.190. Cf.“FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.73-74, Tít.193;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.63,Tít.199, Lv.III;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.768,Tít.[204];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.933,Tít.[316], Lv.VIII;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, pp.889, Tít.[383], Lv.VIII. *Vide*, Antonio C. Floriano, op.cit, p.61.

⁸⁷¹“(…) Los alcaldes non iulguen en dia de dominico, nec die de iouies, ni enos otros dias supra scriptos ni antes de missa, ni de pus uesteras. Et si iulgare, non preste suo iudicio et sea periurio; si nin fuere por rraigar.” In FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.LXIII-LXIV, Tít.246. Cf.“FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.94, Tít.252; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.74,Tít.246, Lv.III;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.773,Tít.[244].*Vide*, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.93

No decorrer dos processos, podiam ser chamados a intervir outros alcaides, na categoria de árbitros. Eram designados de alcaides juradores ou de convenidores.⁸⁷² Já os vozeiros, apesar de terem funções judiciais semelhantes, atuavam como “mandatários das partes, em penhoras e julgamentos acima de valores mínimos.”⁸⁷³

As tarefas dos alcaides iam para além das judiciais. Desempenhavam um papel “social” como uma espécie de conselheiros matrimoniais, forçando os cônjuges separados a se reconciliarem.⁸⁷⁴ Ou seja, era como se fossem “assistentes sociais”.

As atividades militares faziam também parte das funções dos alcaides. Participavam nas várias expedições organizadas pelos concelhos.⁸⁷⁵ Dos alcaides dependia a avaliação e a entrega dos botins e das indenizações de guerra aos guerreiros, trabalhando, em conjunto, com os adaís e os atalaeiros, aportelados incumbidos dos ofícios militares.⁸⁷⁶

Os seis (sex) tinham um papel de destaque nos municípios de Riba-Côa. Eram uma espécie de colégio de alcaides, apesar de desconhecermos o número de elementos. Estes tinham reuniões periódicas às sextas-feiras.⁸⁷⁷ Colaboravam com os concelhos, os

⁸⁷² “Todos aquellos que iudizio ouieren, fagan III uezinos alcaides et convenidores, et iudguen so iudizio, et preste tanto como un alcalde iurado. (...)” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LVI, Tít.209.Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.82, Tít.213; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.65,Tít.205, Lv.III;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.769,Tít.[209];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.904,Tít.[71], Lv.II;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.857, Tít.[78], Lv.III;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.815, Tít.[215].

⁸⁷³ In J. A Duarte Nogueira, op.cit, p.301. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.97

⁸⁷⁴ “(...) Tod omme que su mulier de benedictiones o de iuras lexare, o ella a el, uaya al obispo o [a] qui touiere sus uezes, et el obispo mande a los alcaides que lo aprieten que torne le baron a la mugier, o a la mugier al marido.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXI, Tít.286. Cf.“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.752, Tít.65; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.867, Tít.146, Lv. IV; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.913, Tít.136, Lv. IV; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.29, Tít.64, Lv. I; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.26-27, Tít.72.

⁸⁷⁵ “Los alcaides (...) quando fueren en almofalla, lieuen tres escusados los que fueren en almofalla.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLVI, Tít.174. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.65, Tít.176; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.56, Tít. 171, Lv. II;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.765, Tít.[176];“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 811, Tít. [179].

⁸⁷⁶ “(...) De fonsado o d’aceria de X cauallerias a arriba den una racion a Dios y outra a catiuos, et [ad] alcaides et atalaeiros de C cauallerias e dent arriba senos boes, o IIII morabetis.” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLVII, Tít.176. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.66-67, Tít.178;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, Pp.57-58, Tít.173, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.765, Tít. [178];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.936, Tít. [350], Lv.VIII;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 893, Tít. [364], Lv. VIII;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.811, Tít. [181].

⁸⁷⁷ “(...) Los VI ayan corral cada uienes, et el que hy non uiniere, pectet I morabeti a sos companeros, si non se les espediere.”, in FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXIV, Tít.354.Cf.“FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.128, Tít.363; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 25, Tít.350, Lv.IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.785, Tít. [363];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.904, Tít. [67], Lv.II;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.857, Tít. [72], Lv. III.

alcaldes e com demais funcionários nas questões judiciais e de vigilância das vilas, zelando pelos bons costumes e, fazendo cumprir os ordenamentos costumeiros,⁸⁷⁸ sem esquecer as feiras. Aplicavam também a justiça, embora não fossem de primeira instância judicial e ainda analisaram pedidos de recurso das sentenças, tal como os alcaldes.⁸⁷⁹ Ou seja, qualquer um podia recorrer aos seis, por causa dos julgamentos emitidos pelos alcaldes. Nestes assuntos judiciais, os seis funcionavam como uma espécie de instância superior a quem se podia apelar, exercendo, desta forma, um certo poder sob os alcaldes.⁸⁸⁰ Também estavam incumbidos de receber parte das coimas, cujos montantes estavam estipulados nos costumes e foros.⁸⁸¹

Geralmente, os funcionários locais com tarefas judiciais estavam habilitados a receber as coimas e os seus direitos afixados pelos *corpora* costumeiros. Costumavam ser recolhidos pelos andadores – mensageiros dos alcaldes ou do juiz⁸⁸² -, vozeiros e mordomos. Estes últimos estavam ligados às finanças municipais. Recadavam as

⁸⁷⁸ “(...) Et todos los omes que pusieren en conceio, e los alcaldes, et los sex por guardar la uilla, tambien de pelliteria, tambien de ferradores, quam de tauernerias, tam de quanto fuere d’aguardar, te no lo enderazen, excan por aleuosos, et pectent IIII quatro morabetis al conceio.” FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LIV, Tít.199.Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.77-78, Tít.203;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 62, Tít. 194, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.767, Tít. [199];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.937, Tít. [358], Lv.VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 894, Tít. [372], Lv. VIII.

⁸⁷⁹“(…) Tod ome que per so iudizio a los sex se alzare, et los alcaldes lo demandaren, sean periudaros, et por esto non meta bestia. Et esto per iudizio de corra.”, in FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXVII, Tít.265. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.101, Tít.273. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.92

⁸⁸⁰ Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.92

⁸⁸¹ Veja-se o seguinte exemplo: “(...) Tod ome que rompier casa o touieren cepo de conceio, pectet L morabetis, los medios a los alcaldes et a VI, et los medios al conceio.(...)”in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXIX, Tít.325.Cf.“FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.120-121, Tít.334;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.92, Tít.332, Lv.IV;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.782 Tít.[331];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.908-909,Tít.[108], Lv.III;“CFCR”in PMH-LC, op.cit, p.862,Tít.[117], Lv.III.

⁸⁸² Eram considerados funcionários menores, pois atuavam, sob as ordens de outros aportelados, tais como os alcaldes ou os juízes e o concelho. Apesar de serem os encarregados de mandar executar e transmitir as ordens ou as mensagens decretadas pelos aportelados anteriores, acabados de mencionar, os andadores tinham que executar as penas físicas aos condenados, recadar multas em nome dos vozeiros, entre outras funções. Vide, “(...) Tod ome que feriere a uizino con cuchiello, o con porra, o con pedra, o con tarangulo, o com cosa que feridas faga de muerte, en el cepo iaiziendo, pectet la calomma / al quereioso. Et [si] non ouier onde pechar (...) cortenle la mano los andadores. Et si el otro murier, enforquenlo.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXV, Tít.73. Cf.“FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.28, Tít.75;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.30, Tít.67, Lv.I;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.752, Tít.[68];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.909;Tít.[100], Lv.III;“CFCR”in PMH-LC, op.cit, p.861,Tít.[109], Lv.III.

“(…) El andador, quando fuere en mandado de conceio, en aldea, ubi fuerit dent ei III dineros en conducto (...)”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXV, Tít.305. Cf.“FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.114, Tít.314;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.88, Tít.309, Lv.IV;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.780, Tít.[308];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.934Tít.[326], Lv.VIII;“CFCR”in PMH-LC, op.cit, p.891,Tít.[340], Lv.VIII. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.103-104; José González Serrano, op.cit, p.247; Antonio C. Floriano, op.cit, p.63

coimas que correspondiam ao concelho, devendo, além disso, deviam prestar contas desta fonte municipal de rendimentos aos seis e aos homens bons.⁸⁸³ Os vozeiros tinham outro tipo de funções. Eram uma espécie de advogados nos pleitos judiciais.⁸⁸⁴ Qualquer um podia recorrer a eles para o representar e o defender em alguma demanda. Ainda davam conta dos juramentos levados a cabo em tribunal.⁸⁸⁵

Os jurados eram outros funcionários concelhios. Trabalhavam com os vozeiros e os alcaides para a manutenção da paz e da ordem pública, apercebendo-se dos comportamentos e dos modos de vida dos ribacoanos. Exerciam funções de policiamento, incluindo os dias de feira.⁸⁸⁶ Cabia ainda aos jurados aplicar as sentenças, os castigos corporais aos delinquentes nos casos de furto noturnos.⁸⁸⁷

A administração das vilas, dos alfozes e das aldeias dependia geralmente do escrivão do concelho. Este estava também encarregado de secretariar e de dar apoio a outros aportelados (funcionários e magistrados). Deveriam redigir documentos, apesar de não se encontrar referências nos costumes e foros. As suas funções eram mais alargadas, estando-lhe reservada a aplicação da justiça e a interpretação dos ordenamentos costumeiros.⁸⁸⁸ Os notários aparecem-nos nos costumes e foros de

⁸⁸³“(…) Los mayordomos de conceio den conta de las calonnas a los sex i a los bonos omes del conceio, quando conta les demandarem.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LII, Tít.191. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.74-75, Tít.194; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.70, Tít.232, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.771, Tít.[230]. Vide, José González Serrano, op.cit, p.246; Julián Clemente Ramos, op.cit, pp.98-99; José Duarte Nogueira, op.cit, pp.303-304; Antonio C. Floriano, op.cit, p.62

⁸⁸⁴Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.97; José Duarte Nogueira, op.cit, p.301; Antonio C. Floriano, op.cit, p.63

⁸⁸⁵Vide, “(…) Tod ome que se a uozero lamare, non le uide el alcalde uozero. Et si io uedare sea periurio, et non meta bestia. Tod ome que se a uozero allamare, de uozero otro dia exida de missa matinal a la collation o li mandare el alcalde, et qui non uiniere a dar uozero, meta su bestia. (...)”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LII, Tít.194. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.75-76, Tít.198; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.80, Tít.299, Lv.IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.776, Tít.[278]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.903, Tít.[53], Lv.II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.855, Tít.[58], Lv.II; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.822, Tít.[279]. Vide, José Duarte Nogueira, op.cit, pp.301-302; Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.53.

⁸⁸⁶“(…) Uozeros et alcaides et iurati andem por las calles et raiguen los omes et iudeant unusquisque que uita uiuet. (...) Et si se non raygarem los de la aldea lo pectent el dano que hy fuere fecho por ladrones et por malos omes.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXVII, Tít.313. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.117, Tít.322; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.90, Tít.319, Lv.IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.781, Tít.[318]. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, pp.100-101; Antonio C. Floriano, op.cit, p.62

⁸⁸⁷“(…) Tod ome que uuas furtare de noche o qual cosa se uiere, si uerdad fallaren alcalde et iurados et uozeros, enforquenlo.” FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXXVII, Tít.311. Cf FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.116-117, Tít.320; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.908, Tít.[106], Lv.III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.89, Tít.316, Lv.IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.780, Tít.[315]; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.862, Tít.[115], Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.88, Tít.[84]. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.101

⁸⁸⁸“(…) Si por aventura alguno s’alzare a otro Escriuano del Escriuano de conceio, porque cueda que nol iudga derecho, alcese, et trayan otro que lea carta. (...)” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.

Cáceres e Usagre. Estes tinham deveres análogos aos escrivães, se bem que só temos conhecimento deles como “polícias” nas feiras.

Os «messegueros», vinhateiros e montarazes (montanheiros) funcionavam como uma espécie de polícias municipais. Os primeiros deviam guardar as propriedades agrícolas (terras cerealíferas e as vinhas⁸⁸⁹), ao passo que os montanheiros vigiavam os bens comunais dos concelhos, como os bosques, os rios e as devesas.⁸⁹⁰ Ou seja, tinham basicamente funções económicas e de vigilância, com o fim de preservar os trabalhos agrícolas e os recursos locais. Os montarazes recebiam ainda as coimas e parte do montado, quando as cabeças de gado de fora dos concelhos entrassem e usufruíssem dos espaços reservados públicos reservados ao pasto.⁸⁹¹

As funções de policiamento eram também da competência de outros funcionários que normalmente estavam encarregados da justiça e da administração dos concelhos. Numa situação especial, como as feiras, que requeria cuidados redobrados, os alcaides, notários, escrivães, mordomos eram deslocados das atribuições para vigiarem, controlarem e garantirem a segurança de todos os participantes e dos seus bens e mercadorias. Era primordial criar um clima de paz propício e apelativo ao

CXII, Tít.498. Cf.“FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.149, Tít.425.Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.99; Luis G. de Valdeavellano, op.cit, p.546; José González, op.cit, pp.245-246; José Duarte Nogueira, op.cit, pp.300-301;Antonio C. Floriano, op.cit, pp.62-63

⁸⁸⁹ “(...) Los messegueros que los panes ouieren de guardar, si non iuraren de guardar, si non iuraren por conceio, nadi non lis responda nin les pectet calonna. Et denli en soldada, de cada iugo de boys, senas medias ochauas de trigo. Et el messeguero por el ganado que tomare dan no faziendo, iure con un uizino et coia la calonna, et dela al sennor del pan, et tome ende el diezmo. Et si danno si fiziere ennos panes et non ge lo fiziere saber al senor del pan fasta tercer dia, el messeguero lo pectet. E el uinadero, ese mismo foro aya, que si non iurare por conceio, nol responsa nadi.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCIV, Tít.407. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.145, Tít.416;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.801, Tít.[94]. Vide, Magdalena Rodríguez Gil, “Notas para el régimen jurídico del vino a través de la historia. El vino de Valdepeñas.”, in RFDUC, N°81, Madrid, 1993, p.329; Luis G. de Valdeavellano, op.cit, p.546

⁸⁹⁰ Veja-se o seguinte exemplo: “(...) Todo omme que taiare enzina o alcornoque o rama o tueros, pectet V morabitanos, la meatad a montarazes et la meatad al Conceio. (...)” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. X, Tít.1. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.1-2, Tít.1;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.13-14;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.745, Tít.[1].Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.100; Luis G. de Valdeavellano, op.cit, p.546; José González, op.cit, p.250.

⁸⁹¹ “(...) Et acotamus istos terminos que nulla cabanna de ganado, que intrare in istos terminos sine mandato de Concilio, que uizino non fuere, tomenle de la cabana de las uacas II uacas. Et de la cabanna de las oueias, prendan X carneros. Et de porcos V et esto prendan por montadgo cada ocho dias. Fasta que hiscan de termino; la meatad al Conceio, et la otra meatad a los montarazes.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. X, Tít.1. Cf.“FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.1-2,Tít.2; FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.13, Tít.1;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.745, Tít.[1].Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.100; Antonio C Floriano, op.cit, p.63

desenvolvimento económico dos centros urbanos, atraindo, deste modo, novos investimentos, pessoas e produtos.

O corredor era outro funcionário que intervinha também na prática comercial. Funcionava como um intermediário em “convenios y transacciones.”⁸⁹² No entanto, os costumes e foros são parcos em detalhes sobre esta profissão, limitando-se, apenas a definir os seus salários.⁸⁹³ Recebiam normalmente uma determinada quantia por cada negócio efetuado, embora os regulamentos costumeiros não lhes façam qualquer menção.

O controlo das transacções mercantis era também da responsabilidade dos oitaveiros. Supervisionam as medidas e os pesos estabelecidos pelos próprios concelhos, evitando falsificações e, proibindo a entrada de qualquer mecanismo de medição e precisão estrangeiro.⁸⁹⁴ As suas atividades iam ainda mais longe ao controlar as fraudes que pudessem ocorrer nas compras e vendas, enganado os consumidores.

Os porteiros eram aportelados que se encontravam ligados à recolha de tributos ligados à atividade comercial. Recebiam as portagens, imposto que recaía na entrada ou saída de mercadorias.⁸⁹⁵ Faziam-no normalmente nas portas dos concelhos ou dos termos.

Os almoedeiros eram também funcionários locais, responsáveis pela gestão das «almonedas» (leilões). Subastavam mercadorias, os bens embargados aos devedores para se pagar aos credores⁸⁹⁶ e dos órfãos. Os escravos muçulmanos eram também leiloados por eles.

⁸⁹² In, Alberto García Ulecía, “Delimitación conceptual del oficio de corredor en el Derecho Histórico.”, in AHDE, VOL. LXVI, Madrid, 1996, p.181.

⁸⁹³ O salário corresponde a um corretor especializado em tecidos e roupas. *Vide* “(...) El corredor de la ropa non tome mas del moraueti de II dineros, et de XVIII dineros uno.” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LVI, Tít.206. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.81-82, Tít.210; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.66, Tít.203, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.768, Tít.[208]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.927, Tít.[266], Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.883, Tít.[279], Lv.VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.815, Tít.[210]. *Vide*, José González, op.cit, p.250; José Duarte Nogueira, op.cit, p.305

⁸⁹⁴ “(...) Tod ome que a escuso mediere, pectet I morabeti a aquel que touiere las medidas, et de las cucharas dupladas, si ei potuerit firmare. (...) Et el ochauero que fallaren, pectet II morabetis al conceio et exca por aleuoso.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCI, Tít.393. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.140, Tít.401; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.788, Tít.[396]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.935-936, Tít.[343], Lv.VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.892, Tít.[357], Lv.VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.824, Tít.[301]. *Vide*, José Duarte Nogueira, op.cit, p.305-306.

⁸⁹⁵ “(...) Los porteros tomen e prendan el portasgo (...)”, in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.936, Tít.[346]. Cf. “CFA”, op.cit, p.826, Tít.[311]. *Vide*, José Duarte Nogueira, op.cit, p.306

⁸⁹⁶ “(...) Todo almonedero que prendare ena calle. Et II de calle quisieren iurar por los pennos, denlos a aquellos por iuraren (...)”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXIV, Tít.357. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.129, Tít.356; “FCo”, in José

Fora das atividades económicas, podemos encontrar outras formas de policiamento. Os banhadores constituíam um exemplo. Estes estavam encarregados de gerir os banhos públicos e de fazer cumprir os regulamentos das referidas infraestruturas públicas.⁸⁹⁷

Havia ainda funcionários que tinham uma missão social. Eles eram os alfaqueques. Estes estavam incumbidos de resgatar e negociar os cativos cristãos, trocando-os por escravos muçulmanos.⁸⁹⁸

A par da organização administrativa e judicial dos concelhos, coexistia, particularmente em Cáceres, Usagre e Alfaiates uma estrutura paralela de funcionários, especializados na organização ganadeira. Eles eram os alcaldes de rafala,⁸⁹⁹ os jurados do gado ou de rafala⁹⁰⁰ e os vozeiros de rafala.⁹⁰¹ Ocupavam-se da transumância e ainda

Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.96, Tít.353, Lv.IV;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.785, Tít.[366]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.832, Tít.[375].

⁸⁹⁷ “(...) Et si el banador omes metier en uanno de las mugieres, pectet I morabeti al conceio. Otrosi peche si mulieres metier en bano en de los barones. (...) Iste / es precium de balneo, cada omme et cada mulier singulos denarios, et qui penos echare en bano fasta noue dias non se amortiguen, et dent adelant mortiguense, et el banador non sea escusado de nenguna fazendera. Qui suo precio leuare por forcia, pectet I morabeti, el medio al conceio et el medio al banador. (...)”in“FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVII, Tít.125. Cf CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 875, Títs. 215 e 216, Lv. V; “Fu”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 48, Tít.127;”CFCB”, in PMH-LC, op.cit, pp. 758-759, Títs.114 e 155; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.920, Tis.202 e 203, Lv.V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 44-45, Tít.118, Lv. II; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 804, Tít.118.

⁸⁹⁸ “(...) Todo alfaquec que entrare a terra de moros a sacar catiuos, tome del christiano et del moro I diezmo. Et tome I morabeti de panadgo. Et catiuo que salier cabeza, tome el alfaquec I morabeti et su panadgo.”in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XCIII, Tít.400. Cf “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.789, Tít. 404; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 105, Tít. 394, Lv. IV; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 409, Tít.409.

⁸⁹⁹ Estes aplicavam a justiça nos assuntos relativos à transumância. As suas deliberações e sentenças eram válidas durante as deslocações dos gados e nas vilas. Vide, “(...) Iudizio que alcaldes iudgaren en rafala, preste so iudizio todo tiempo fuera siquier dentro ena uilla.” In FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.CVIII, Tít.478. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.174, Tít.499

⁹⁰⁰ As suas funções são semelhantes aos demais colegas de rafala. Entre elas, estava a superintendência dos rebanhos que entravam nos concelhos e contribuía na organização da transumância e na aplicação da justiça durante a referida atividade. Vide, “(...) Iuyzio de alcaldes que iudgaren, preste su iudizio mientras fueren en caualleria, et depues que en pobrado fueren, iurados de ganado lo iudgen.” In FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CV, Tít.459. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.168-169, Tít.481

“-“(...) Nengun iurado nin enuie cauallero a correr si non fuere aparcero en ganado, et si otro cauallero enuiare, pectet V morabetis, medio a iurados medio a dominos ganati.” In FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CII, Tít.445. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.165, Tít.[468]. Vide, José Duarte Nogueira, op.cit, p.302

⁹⁰¹ Os vozeiros tinham responsabilidades análogas aos jurados de rafala. Chegavam a substituí-los nas expedições militares associadas à transumância e colaboravam na gestão desta atividade na procura dos pastos de inverno. Vide, “(...) Nengun ome sea recibido por uozeros e neguna voz si non fuere aparcero en ganado o non fuere uizino.” In FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CVII, Tít.472. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.172-173, Tít.494

“-“(...) Todo cauallero que en apellido non fuere, pectet V carneros militibus. Otrosi cauallero que se ueniene sin mandado de alcaldes o de uozeros, pectet V carneros militibus quantas noches trasnochare.” In

tinham a cargo a aplicação da justiça, quando se tratava de crimes, infrações e conflitos ligados a esta atividade ganadeira.⁹⁰² Os seus trabalhos não ficavam por aqui. Organizavam as parcerias (sociedades de ganadeiros), vigiavam e protegiam os rebanhos que partissem em transumância e organizavam as expedições militares de «rafala», em conjunto com os cavaleiros de rafala, com o fim de proteger os pastores e as cabeças de gado que se deslocavam para o sul em busca de novas pastagens.

Nos concelhos de Riba-Côa encontravam-se alguns funcionários que detinham funções com características próprias, podendo, em alguns casos, estar ao serviço de mais do que uma entidade ou instituição. Os mamposteiros eram um dos exemplos. Podiam ser representantes dos bispos, dos cónegos, das ordens militares ou de senhores das vilas.⁹⁰³ Não se encaixavam bem dentro dos funcionários dos concelhos, “competindo-lhes apenas representar a entidade que os designava”, segundo José Duarte Nogueira⁹⁰⁴ No entanto, o cargo de mamposteiro não deixava de ser anual. Comportavam-se como uma espécie de gestores de património privado e deviam receber tributos e rendas. Além disso, estavam habilitados a demandar as querelas que os ricos-homens tivessem contra os habitantes dos concelhos de Riba-Côa.⁹⁰⁵

Os vigários constituíam outro caso particular. Eram os juízes eclesiásticos. Estes intervinham nas demandas e conflitos que envolvessem leigos e clérigos, colaborando com os alcaides.⁹⁰⁶

“FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CVII, Tít.475. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p173, Tít.497. *Vide*, Julián Clemente Ramos, op.cit, pp.102-103

⁹⁰² “(...) Iudizio que alcaldes iudgaren en rafala, preste so iudizio todo tiempo fuera siquier dentro ena uilla.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. CVIII, Tít.478. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.174, Tít.[478].

⁹⁰³ “(...) Tod omme que fuere mampostero, non sea mays de un anno, et non tome outro portiello. Et si otro portiello touier, exca por aleuoso et derribenle las casas, si el conceio gelo non mandare. Et el obispo de manpostero por si, et por sos ommes et por todas suas cosas que ouier en Caceres.” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXIX, Tít.326. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.121, Tít.335; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.96, Tít.353, Lv.IV; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.935, Tít.[935], Lv.VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.892, Tít.[353], Lv.VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.840, Tít.[468]. *Vide*, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.112.

⁹⁰⁴ In, José Duarte Nogueira, op.cit, p.309

⁹⁰⁵ “(...) Et si el ricome querela ouiere de algún omme de Caceres, demandelo el manpostero por nuestro foro, et por nuestra carta, et por iudicçio de nuestros alcaldes.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XC, Tít.389.

⁹⁰⁶ “(...) Tod ome que ouiere querela de clerigo uel muliere o el clerigo del lego o de muliere, qui demostrare plazo al clerigo o el clerigo al lego, o uozero ouiere a dar, uayan a la collation onde fuere el clerigo a exiente de misa et tomen II fieles et uayan ante el uicario o qui touier sus uezes, et iudguelles el uicario con alcaldes de conceio.” In “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LIII, Tít.198. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.77, Tít.202; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.61, Tít.193, Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.767, Tít.[198].

4. Crime e aplicação da justiça

A convivência e as relações sociais no dia-a-dia nas vilas de Riba-Côa nem sempre eram fáceis e pacíficas, como nos demonstram os seus costumes e foros. A violência física e moral, o desrespeito pela vida e pelos bens alheios eram comuns, marcando as vivências quotidianas entre os ribacoanos e as pessoas que chegavam de fora. A isto acrescia ainda um cenário de fronteira que agudizava as condições de tensão, conflito e de sobrevivência destas populações. Sobre elas não deixava de pairar um clima de insegurança, de receio e ameaça do inimigo muçulmano, apesar de estarem recém-reconquistadas.

As vilas fronteiriças não deixavam de ser também espaços propícios à formação e atuação de bandos, de grupos rivais, capazes de instigar a violência e de semear discórdias e revoltas entre as gentes de Riba-Côa. Facilmente qualquer pessoa procuraria a ajuda e a proteção de bandoleiros ou de algum outro indivíduo capaz de garantir a segurança, tornando-se num perigo para a tranquilidade das populações. As aldeias eram barris de pólvora. Facilmente se levantavam umas contra as outras, agravando ainda mais um panorama de tensão e as condições sociais das gentes de fronteira. No dia-a-dia, fraudes, furtos, roubos, usurpações, danos, homicídios, violações, agressões físicas e verbais, e entre outras práticas transgressoras faziam parte do leque da criminalidade, delinquência e violência municipal. Não deixavam de ser, no entanto, comportamentos comuns, característicos das relações em sociedade. Eram modos de vida transversais a qualquer grupo social, independentemente da sua categoria e da sua condição financeira. Qualquer um podia ser autor ou vítima de um crime, independentemente do sexo. No entanto, há que considerar outros fatores e condicionantes que podiam funcionar como agravantes ou atenuantes que podiam influir na aplicação das penas, tais como a natureza, as motivações, o local, a hora, a condição social da vítima e do agressor e a gravidade e os modos de execução do próprio crime.⁹⁰⁷

⁹⁰⁷ Vide, Iñaki Bazán Díaz, op.cit, p.206; José Orlandis, “Sobre el concepto del delito en el derecho de la Alta Edad Media”, in AHDE, N°16, Madrid, 1945, pp.112-192; José Bernal Peña, “Golfines y asesinos. “Elementos y motivaciones de las conductas violentas en Murcia durante el siglo XIV”, in MVRGETANA, n°125, Murcia, 2011, p.62, in Dialnet, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3768237>, 9 de Março de 2013; Juan Miguel Mendoza Garrido, “La delincuencia a fines de la Edad Media un balance historiográfico”, in HID, N°20, Sevilla, 1993, p.235, in Dialnet, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=58290>, 13 de Agosto de 2013

Os concelhos de Riba-Côa não eram alheios a este tipo de problemas, com os quais se deparavam facilmente no seu quotidiano. Tornava-se necessário garantir a manutenção da paz pública, tão essencial para o equilíbrio da ordem estabelecida e das relações humanas entre os ribacoanos, contrariando, e minimizando os delitos e as transgressões que fossem cometidas. Foi, desta forma, que as autoridades judiciais e administrativas tiveram um papel importante no combate à criminalidade. Estas pretenderam regular a violência e os comportamentos dos indivíduos que se afastavam dos regulamentos e dos modos de vida e condutas estabelecidas socialmente, através dos «corpora» costumeiros. A aplicação e a execução dos ordenamentos locais estava a cargo de um conjunto de funcionários e de órgãos habilitados para administrar a justiça, mediar conflitos, avaliar processos e recursos judiciais, corrigir e rever as normas locais, como já referimos anteriormente. Ou seja, todos estes magistrados participavam na organização da justiça municipal. Não era uma prática característica de um só cargo, que estava especialmente habilitado para o exercício desse tipo de funções.

Por outro lado, houve o cuidado de definir um sistema penal que se aplicasse a cada delito, através dos regulamentos costumeiros. O direito ganha aqui um papel determinante ao inculcar, por um lado, modelos de referência mentais a toda uma sociedade, condicionando e, regulando os seus modos de vida locais, e, por outro lado, sancionava tudo aquilo que é considerado uma “producción antijurídica de un resultado dañoso.”⁹⁰⁸

O objetivo era estabelecer mecanismos coativos que servissem de exemplo, como os castigos públicos – permanecer no cepo – visando, ao mesmo tempo, a defesa e a segurança das populações e dos forasteiros que passassem e chegassem a permanecer nestas terras. A par destas iniciativas, os concelhos ribacoanos afixaram outras medidas de prevenção ao combate à criminalidade, tendendo para a mudança dos comportamentos das pessoas, especialmente, durante a noite, momento bastante convidativo para rixas, conflitos, infrações, desvios e práticas ilícitas. A vigilância e o “policiamento” dos locais públicos, como ruas, mercados, feiras, campos agrícolas foram outras medidas adotadas pelos concelhos. Desta forma, em Riba-Côa, a prevenção não deixou de ganhar importância na tentativa de reprimir comportamentos e atitudes lesivas e ilícitas. A prevenção, tal como a repressão foram duas apostas

⁹⁰⁸ In, José Orlandis, op.cit, p.114. *Vide*, José Bernal Peña, “Golfines y asesinos. Marco legal del delito durante la Edad Media. Detalles de Murcia durante el siglo XIV”, in MMM, N° XXXV, Murcia, 2011, p.28, inedi.tum. EUM, <http://revistas.um.es/mimemur/article/view/142121/127461>, 9 de Março de 2013; Juan Mendoza Garrido, op.cit, p.235.

concelhias no controlo da criminalidade urbana e rural furtuita e integrada na vida quotidiana, mas também de situações de excepção, atípicas, características de contextos e situações limite, próprias de um cenário de pacificação, pós reconquista, suscetível a eventuais situações de conflito e escaramuças.

Isto tudo reflectia a necessidade de criar padrões e comportamentos de boa conduta, passíveis de serem aceites pelas populações, independentemente do grupo social a que pertencessem. Era, acima de tudo, primordial garantir a ordem social e a paz pública, que significava a paz de uma comunidade, a paz da casa⁹⁰⁹ – a paz privada -, a proteção e a segurança do próprio indivíduo e dos bens alheios, como o lar, e a paz de comércio, a paz que garantia o desenvolvimento desta atividade económica nas vilas, essencial para a feitura de negócios num clima tranquilo, propício para transacções e investimentos.

A vida nas sociedades ribacoanas costumava ser marcada por episódios criminais. As práticas delituosas assumem portanto diversos contornos e tipologias, se bem que a classificação pode ser, em alguns casos passível de discussão, uma vez que um delito pode ser entendido sob vários pontos de vista e interpretações. Logo, pode ser inserido em mais do que uma categoria. São exemplo, as fraudes, que tanto podem consideradas delitos contra a propriedade, assim como delitos antieconómicos. A mesma situação é análoga para alguns crimes, também contra a propriedade, que podem ser, ao mesmo tempo, considerados delitos ecológicos. Disso são exemplo as contaminações dos rios ou as queimadas. Dentro dos hábitos criminais, podemos aplicar um conjunto de categorias capazes de ajudar a compreensão dos comportamentos que fogem aos padrões de boa conduta e a tudo aquilo que é considerado legal, que se encontra nos regulamentos costumeiros.

Criminalidade, violência e modos de vida

A delinquência e a violência faziam parte dos *modi vivendi* dos concelhos de Riba-Côa. Era praticada contra os indivíduos e os seus bens, a honra e a moral. Os próprios municípios não escapavam também. Nem as suas respetivas aldeias. As revoltas e as rixas entre os concelhos eram comuns. Havia comunidades locais que se levantavam umas contra outras ou contra as autoridades locais. Casos havia em que

⁹⁰⁹Vide, José Orlandis, “La paz de la casa en el derecho español de la Alta Edad Media.”, in AHDE, N°15, Madrid, 1944, p.107

eram as próprias aldeias eram vítimas de pressões e de manifestações de força da parte de agentes externos, como os ricos-homens, que por elas passassem com ou sem intenções de se afixarem, subjugando os seus habitantes.⁹¹⁰ A isto somava-se ainda as disputas e as refregas entre bandos de locais diferentes ou da mesma vila. Facilmente se formavam grupos de indivíduos à margem dos próprios concelhos, do rei e do mestre de Usagre.⁹¹¹ Os membros dos bandos e os seus cúmplices rivalizavam, instigavam a violência, semeando um clima de tensão e incerteza, por onde passassem e, colocando ainda em causa a ordem social e administrativa estabelecida. Para agravar ainda mais os confrontos, havia aqueles bandoleiros que mudavam de fação.⁹¹²

Nem todos os delitos que envolvessem pessoas de concelhos diferentes eram promovidos por bandos. Havia forasteiros que se enredavam em conflitos e querelas com habitantes de Riba-Côa. Levantava-se aqui um problema para as autoridades judiciais que viam a braços para emitirem as suas sentenças. Muitas vezes, era necessária a deslocação das partes provenientes de fora para terras ribacoanas, com o fim de se resolver o problema. No entanto, nem sempre as quezílias são explícitas nos costumes e foros em análise, limitando a esfera de estudo, basicamente a questões económicas, de carácter comercial, e a outras disputas que pudessem surgir no trato diário entre gentes diferentes. Entre elas, estavam na ordem do dia, o usufruto dos bens comunais que pertenciam aos municípios ribacoanos, tais como, os rios, as florestas e devesas. Normalmente estes espaços estavam reservados aos habitantes dos concelhos.

Os atos de violência, como os homicídios e as agressões físicas com ou sem armas, iam contra a integridade física dos indivíduos. Estes podiam ocorrer excecionalmente ou diariamente. Costumavam ser levados a cabo individualmente ou coletivamente, com ou sem premeditação. Muitos deles contavam com a participação de

⁹¹⁰“(…) Nullos diue homo que forcia fizier en aldea o posare el o su criazon, et apellido dieren, et sus uizinos o de las otras aldeas lo sopieren, no les aiudaren, pectet C morabetis, los medios al quereloso et medios alcaldibus.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXVIII, Tít. [271].

⁹¹¹“(…) Ad isto concilio auenido, que nengun omme de Caceres qui bando fecerit aut bando clamare, foras ad corpo del Rey, exeat por aleuoso del Rey et de conceio, et derribenle las casas, et perdat quamtum habuerit, et tomen el auer omnes de Conceio et metanlo en el castiello.”, in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XI, Tít.7. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.4-5,Tít.8;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p151, Tít.6, Lv. I;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.745,Tít.[6];“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.859, Tít.[83], Lv.III Vide, José Orlandis, op.cit, p.180

⁹¹²“(…) Bando super uando L morabetis. (...) Qui bandear de língua III morabetis. (...)” in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LIII, Tít.197. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.76-77, Tít.201;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.61, Tít.192, Lv. III;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.767, Tít.[197];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.931,Tít.[310], Lv.VIII;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.888, Tít.[324], Lv.VIII;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.813, Tít.[197].

cúmplices, como acontecia com os bandos, cujos elementos agiam em grupo. Alguns destes delitos implicavam a colaboração de vários participantes. Qualquer local podia ser um cenário ideal para desencadear rixas com ou sem motivos. As feiras, as tabernas, as casas particulares, onde era frequente o jogo, ou, mesmo até as ruas eram alguns dos locais mais propensos a querelas, «boltas» (lutas). Onde havia mais confusão, mais concentração de pessoas, havia mais facilidade para desencadear a violência.

Estes delitos encontravam-se devidamente regulamentados nos *corpora* costumeiros. A morte de uma pessoa implicava o pagamento de uma coima pecuniária e a inimizade da família da vítima. Ou seja, o autor do crime era expulso do concelho, ficando desprotegido e à mercê da vingança privada da parte do círculo familiar da vítima, abrangendo todos as parentes até o terceiro grau.⁹¹³ Ou seja, o homicida era desterrado dos concelhos, ficando “expuesto a la venganza de la parte ofendida, que impunemente podia matarle”⁹¹⁴, até que os parentes do morto lhe concedessem o perdão.

Ninguém podia amparar o agressor nas suas casas, nas vilas ou nas aldeias, pois tratava-se de um inimigo não só dos familiares do morto, mas também da comunidade. Quem o fizesse era considerado, de certa forma, cúmplice por dar guarida a alguém que cometeu um delito de sangue contra a vida de uma pessoa, sujeitando-se ao pagamento de uma multa.⁹¹⁵ Em Riba-Côa, a presença de inimigos de outras vilas podia suscitar alguns problemas, quando havia anteriormente situações semelhantes de inimizade com ribacoanos. Nestes casos, os concelhos tiveram à partida o cuidado de apostar na apresentação de provas que comprovassem estes casos antes de se dar azo a qualquer forma de vingança.⁹¹⁶

⁹¹³ Este procedimiento penal, “Al estado de enemistad entre la parte ofendida y el sometido al derecho de venganza, se llamaba «inimicitia», In, Eduardo Hinojosa, *El Elemento Germánico en el Derecho Español*, Madrid, JAEIC. CEH, 1915, p.32.

⁹¹⁴ Idem, Ibidem, p.83. Vide, *Vide*, Ricardo Córdova de la Llave, op.cit, p.415.

⁹¹⁵ “(...) Tod omme que enemigo ageno cogier en uilla o en aldea, que sea uizino de Caceres, a nuestro fuero sacado per enemigo, pectet C morabetis al quereloso si en casa ge lo pudieren testiguar con bonos omes (...) et a los alcaldes pectent IIII morabetis, sin autem, saluet se con IIII [et] quinto. Et si dixerit: In domo tua est meo inimico, aperi mihi tuam portam, et noluerit ei aperire, firmelelo, et pectet ei calupnia super scripta, sicut in sua casa lo testiguase. (...)”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXXIII, Tít. [59]. Vide, José Orlandis, op.cit, pp.122-123.

⁹¹⁶ “(...) Tod ome que por inimicitate uenerit de alia uilla ad ista, et omme de la uilla dixerit: «meo inimico es», firmelo aquel que demanda con III uizinos que ante uino a Caceres que el, et non prisieron sos parientes omezilo non derecho, et stet illi ad directo. Et si nuluerit ei dare directo, uazie la uilla et el termino usque ad tercium diem. Sin autem, occidat eum calunnia. Et si ille que demanda noluerit recipere suum durectum, apretenlo los alcaldes, et mittat cada tercio die bestias, et non comedand nec bibat usque salutet eum et recipiat suum directum (...) Por toda demandanza, si omme non pudier auer derecho en una alcaldia, in otra pare fiel de cabo, o prende o desafio. Et si ita non fecerit, non ly responda.” in FC”, in

Antes de se determinar a expulsão do agressor dos concelhos, o acusado podia defender-se da acusação, submetendo-se ao desafio, melhor dizendo à lide (prova ordália, a pé ou a cavalo), como veremos posteriormente. Já, nos homicídios cometidos mediante a concessão de «salva fé» eram considerados graves, pois tratava de um ato praticado em circunstâncias especiais de segurança e protecção emitidas pelas autoridades judiciais. Tratava-se de uma falta que estava associada à traição, ao desrespeito, à falta de confiança e à violabilidade de uma ordem judicial, emitida legalmente, que o indivíduos e os seus bens, colocando o solicitante numa posição de fragilidade face ao agressor.⁹¹⁷ Infligia-se assim ao autor do delito uma pena pecuniária a ser entregue à família da vítima e a condenação à morte, na fogueira.⁹¹⁸

Não obstante, a morte dos dependentes e dos mouros cativos resolvia-se de maneira simples. Bastava o acusado cumprir com o pagamento de sanções pecuniárias, que deviam ser entregues ao senhor⁹¹⁹ ou ao dono do escravo. Com os cativos de «merçê», o valor da sentença ficava sujeito à apreciação dos alcaides e dos seis de Cáceres, Usagre, Coria e Castelo Bom.⁹²⁰

No entanto, continua-se sem saber, de forma explícita, as motivações dos homicídios. As fontes costumeiras são parcas em detalhes. Abria-se porém uma excepção para os homicídios na sequência de adultério em flagrante. Nestes casos, a morte dos adúlteros não só era desculpada e justificada legalmente, como era incentivada e obrigatória. O que mais importava era defender a honra do marido traído. Se um dos adúlteros fosse poupado à morte imediata, isto pressupunha um problema

Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXVI, Tít.307. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.115-116, Tít.316;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.88, Tít.310, Lv.IV;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.780,Tít.[309];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.907Tít.[95], Lv.III;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.861,Tít.[104], Lv.III;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp.825-826, Tít.[310].

⁹¹⁷ Vide, Ricardo Córdoba, op.cit, pp.337-338.

⁹¹⁸ “(...) Qui matare ome sobre salua fe, pectet CC morabetis parentibus mortui. Et si el dannador pudieren auer, quemenlo. Et si no lo pudieren auer, los fiadores que la salua fe leuaron, pectet el coto.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXI, Tít. [54].

⁹¹⁹“(…) Tod omme qui matare aportellado, o fforciare su mulier, o su fiia, o su criazon, tome la meatad de la calopna el quereloso, e la meatad tome so amo.”, in “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. XXXIX, Tít.135. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 51, Tít.137; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 864, Tít. 126, Lv. III; “CFO”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 47, Tít.128, Tít. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.760, Tít. 126; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 910, Tít.117, Lv. III.

⁹²⁰“(…) Tod ome qui matar moro o mora de lauor, pectet XV morauetis domino suo. Et si fuer de mierce, alcaides et VI lo aprecio lo quanto pectet a so senor (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít. 131. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 50, Tít. 133;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.759, Tít.120; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 45, Tít.121, Lv. II.

para a vítima. Esta era tratada como um homicida. Ou seja, devia pagar uma pena pecuniária e ainda era considerada inimiga.⁹²¹

As agressões físicas eram outros delitos bastante frequentes. Algumas eram produzidas com ou sem armas. As vítimas costumavam ser agredidas em qualquer parte do corpo. As lesões, os ferimentos e os puxões dos cabelos e das barbas («messar») eram normalmente castigados com o pagamento de coimas, cujos valores variavam consoante o estatuto municipal das vítimas.⁹²² Os ferimentos cometidos na cara (olhos, narizes, rostros), mãos, pés, seios, pénis e testículos revestiam um carácter especial. Estas tinham geralmente como consequência o derrame de sangue em abundância e ainda provocavam “com frecuencia que quedara una marca permanente en la cara o en outro lugar claramente visible del cuerpo, y esa señal constituía en la época una injuria además de un delito.”⁹²³ Também a amputação de alguns dos membros superiores ou inferiores, arrancar os olhos ou outras feridas que deixassem cicatrizes bem visíveis causam outros transtornos físicos nos indivíduos, impedindo-os de ter uma vida normal, trabalhar e de exercer outras atividades diárias.⁹²⁴ Por isso, eram consideradas agravadas, a tal ponto, de nestes casos, a moldura penal era semelhante aos delitos de homicídio.⁹²⁵

⁹²¹“(…) Tod omme que fallare otro con su mugier o com su pariente, usque ad secunda, si habuerit uirum ad bendiciones uel ad auras, matadlos, ad ambos sine calumpnia, / et non exeat inimicus. Et si occiderit uirum et non mulier, pectet CCC morabetis, et exeat inimicus, si eum non potuerint habere, et si matare a la mugier et al baron non, pectet CCC morabetis, et exeat inimicus si eum non potuerint abere. A los parientes del muerto pechen estos CCC morabetis. Si parientes non ouieren, el conceio lo tome et lo metan en fazer castiello.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.XXIII, Tít.64. Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 795, Tít.42; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 861, Tít.107, Lv. III; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 25, Tít.66; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 751, Tít.61; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.908, Tít.98, Lv. III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 28, Tít.59, Lv. I. Vide, Ricardo Córdoba de la Llave, op.cit, pp.310-31; M^a José Collantes de Terán, op.cit, p.218; Ricardo Córdoba de la Llave, op.cit, pp.157-158, Juan Manuel Mendoza Garrido, op.cit, p.177.

⁹²²“(…) Quien firiere o messare a uezino, pectet XII morabetis si liuores non fiziere; et si liuores fiziere, pectet XX morabetis al quereloso, si ei potuerint firmare. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XVIII, Tít.39. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.15, Tít.40; “FCo” in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.23, Tít.38, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.749, Tít.[40]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.905 Tít.[76], Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.859, Tít.84], Lv.III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.764, Tít.[27].

–“(…) Qvi feriere o mesare a morador que non fuere uizino pectet II morabetis al quereloso; et si ficiet liuores pectet ei III morabetis si ei firmare con III tales quomodo ille est. (...)”, in in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XVIII, Tít.41. Cf. in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XI, Tít.7. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.15-16, Tít.42; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.23, Tít.29, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.749, Tít.[41]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.905; Tít.[77], Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.888, Tít.[85], Lv.III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.794, Tít.[27].

⁹²³ In, Ricardo Córdoba de la Llave, op.cit, p.332.

⁹²⁴ Vide, Ricardo Córdoba de la Llave, op.cit, p.332.

⁹²⁵“(…) Qui ome lisiare, tal iudizio aya como por morte domme. Et de tal lision de occulo, de nares, de rostro, de mano o de pie, o de pixa, o de coiones, o tela de mulier.” FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.XIX, Tít.48. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit,

Cortar orelhas, quebrar dentes ou dedos implicava porém sanções pecuniárias.⁹²⁶ O combate judicial estava também previsto para este tipo de crimes. As ofensas corporais durante a «salva fé» ganhavam outros contornos, tal como acontecia nos casos de homicídio. No entanto, havia a possibilidade de o criminoso permanecer no cepo, sem pagar multa e ser afastado da comunidade como inimigo, se o queixoso falecesse entretanto.⁹²⁷

Nem todas as agressões físicas ficavam por aqui. Havia vítimas que chegavam a falecer depois de serem agredidas. Muitas das lesões eram causadas com armas brancas ou com outros objetos de arremesso que podiam ter consequências graves na vida dos indivíduos. Facas, paus e pedras eram armas utilizadas com frequência. Nestas circunstâncias, os autores dos delitos eram presos no cepo e ainda pagavam uma coima. Se não conseguissem pagar a multa dentro do prazo estabelecido, eram mutilados, cortando-lhes as mãos. Caso, a vítima chegasse a morrer, o criminoso pagava com a vida, na forca. Contudo, se não fossem provocadas feridas mortais, o acusado era condenado à prisão.⁹²⁸

pp.49-50, Tít.49;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.25, Tít.46, Lv.I;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.750, Tít.[47];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.906;Tít.[82], Lv.III;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.859, Tít.[91], Lv.III;“CFA”, in PMH-LC, op.cit,pp.8794-795,Tít.[43].Vide, Ricardo Córdoba, op.cit, pp.229-330

⁹²⁶“(…) Qui taiare oreias o dedos de uizino, quantos dientes quebrantare delant tantos XX morabetis pectet al quereloso, o sei gelos sacare. Et si al morador fizier esto, que uizino non fuere, pecte ei medietatem. Et si dixiere: non fize aquesto, saluese con XII uizinos, o lidie qual quisier el quereloso, e tal morador saluese con duodecimo.” In “(…) Qui ome lisiare, tal iudizio aya como por morte domme. Et de tal lision de occulo, de nares, de rostro, de mano o de pie, o de pixa, o de coiones, o teta de mulier.” FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.XX, Tít.49. Cf.“FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.19, Tít.50;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.25, Tít.47, Lv. I;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.750,Tít.[48];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.906,Tít.[83], Lv.III;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.859, Tít.[92], Lv.III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit,pp.879-795,Tít.[43].

⁹²⁷“(…) Et si postquam salua fe diere si feriere, aut messare, aut aliquot malum fecerit illos qui la salua fe leuaron, si potuerint eum inuenire, accipiant eum sine calmpnia, et mittant eum in manus del quereloso cum omnia sua bona. Et si in cepo del quereloso muriere, non exeat inimucus, nec pectet calumpnia; et si illo[s] que la salua fe leuaron, no lo pudieren autem ellos pectet la calompna.”, in“FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.XIX, Tít.44. Cf.“FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.16-17, Tít.45;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.24, Tít.42, Lv.I;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.749, Tít.[44];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.905Tít.[80], Lv.III;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.859, Tít.[88], Lv.III;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, pp.818-819, Tít.[249].

⁹²⁸“(…) Tod omme que feriere a uizino com cuchiello, o com porra, o com piedra, o com tarangulo, o com cosa que feridas faga de muerte, en el cepo iaziendo, pectet la calomna al quereloso. Et [si] non ouier onde pechar fasta VIII dias, cortenle la mano los andadores. Et si el otro murier, enforquenlo. Tod omme que firiere et non fore ferida mortal, enna prision iaziendo, de fiadores et este ad derecho al quereloso.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít.127. Cf. in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XI, Tít.7. Cf FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.28, Tít.75;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.30, Tít.67, Lv.I;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.752, Tít.[68];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.909;Tít.[100], Lv.III;“CFCR” in PMH-LC, op.cit, p.861,Tít.[109], Lv.II.

As agressões físicas cometidas contra os dependentes e os cativos muçulmanos constituíam mais uma preocupação para as autoridades locais, punindo-as com coimas que revertiam a favor dos amos ou dos donos dos escravos. Estas funcionavam como uma espécie de indemnização pelos danos e prejuízos causados, colocando as vítimas numa posição de desvantagem, devido às suas relações jurídico-laborais. Os dependentes tinham porém direito a uma parte, pelo menos, à metade das sanções, pois eram considerados homens livres, cuja sobrevivência dependia de trabalhos prestados a um amo (“patrão”).⁹²⁹ Contudo, as lesões levadas a cabo pelos senhores contra os seus dependentes eram sentenciadas de maneira diferente. O sistema penal ribacoano permitia que os amos retrucassem, mutilando as mãos dos seus trabalhadores.⁹³⁰ Estes últimos ficavam assim numa situação fragilizada ao serem considerados impunes os atos de violência praticados contra eles.

As ameaças com armas constituíam também um problema para os concelhos.⁹³¹ Podiam estar na origem de agressões físicas e homicídios, colocando em risco a vida das pessoas, dentro e fora das vilas. Por outro lado, havia casos em que só se ficava pela ameaça. A posse e a ostentação de armas, como as facas, na via pública e em sítios com bastante afluência ou considerados especiais, como as feiras e mercados, semeavam o medo e o terror dos transeuntes que por ali passassem, criando um clima de insegurança e desconfiança. Além disso, os donos das hospedarias deviam estar informados se os seus hóspedes traziam cutelos, exercendo assim uma espécie de controlo das armas que davam entrada nos concelhos. A par desta iniciativa, os

⁹²⁹ “(...) Qui firiere mancebo o manceba agena ante su senor, o ome de su pan, pectet la calopna dobrada, media ao collazo et media al senor.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít. 127. Cf. “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít. 121; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp. 45 - 46, Tít. 122, Lv. II; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud y Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 49, Tít. 129.

⁹³⁰ “(...) Qui firiere mancebo o manceba agena ante su senor, o ome de su pan, pectet la calopna dobrada, media ao collazo et media al senor.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít. 127. Cf. “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít. 121; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp. 45 - 46, Tít. 122, Lv. II; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud y Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 49, Tít. 129.

⁹³¹ “(...) Tod ome qui sacare armas a bolta pectet III morabetis a los alcaldes (...) Tod ome qui fueras de uilla exiere con armas contra outro pectet X morabetis, los medios a los alcaldes, et los medios al quereleso. (...)”, in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXVI, Tít. 257. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud y Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.98, Tít.263; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.76, Tít.256, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.774, Tít.[254]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.907, Tít.[92], Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.860, Tít.[101], Lv.III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.820, Tít.[259].

costumes e foros promulgaram a medida preventiva de que as facas deviam ir na cinta, depois de os seus donos saírem das vilas.⁹³²

Nem todas as ameaças eram feitas com armas. Bastava usar e colocar determinados objetos nas portas das pessoas ou próximo das suas casas, com o fim de os amedrontar e de os assustar. Estava proibido deitar osso, mouros mortos ou outras coisas macabras e fedorentas nas beiras das portas das casas de Cáceres e Usagre, não só como medida de higiene e sanidade pública,⁹³³ mas também para evitar más interpretações e eventuais conflitos. Também deitar chifres nas ruas e à volta das residências dos habitantes era um gesto que chama a atenção para a infidelidade conjugal.⁹³⁴

Contra a honestidade, honra, a moral e os bons costumes violava-se, praticava-se o adultério, insultava-se e difamava-se os indivíduos e as instituições. Os crimes de natureza sexual constituíram uma preocupação para os concelhos, porque colocavam em causa a boa fama e a honra da mulher e da sua família. A violação era um delito tipicamente feminino. As penas a ser aplicadas variavam consoante a importância e o estatuto municipal e “civil” das vítimas. Quer isto dizer que as penas eram mais severas para as violações cometidas contra as mulheres casadas do que contra as mulheres vizinhas ou moradoras. O agressor era condenado à morte, por enforcamento, quando a vítima era uma mulher casada. Mas, só se pagava uma coima, se a mulher fosse uma vizinha ou uma moradora.⁹³⁵ Os ordenamentos costumeiros ribacoanos determinaram

⁹³² “(...) Tod ome qui cuchiello traxerit in uilla aud in calle, aud in raualde, et alcaldes inuenerint eum cum eo, pectet II morabetis a los alcaldes. Et in domum ubi ospicium habuerint, dicat illi oспes suos ut laxet cutellu. Te si non dixerit pectet II morabetis alcaldes. Te si lazare noluerit, dicat oспes alcaldibus. (...) Tod ome qui lo troxier en ascondido pectet la calonna doblada. Te tod ome que fuera de uilla quisier yr, tomelo en su mano, et fora de la uilla metalo en la cinta.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXII, Tít. 238. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.92, Tít.244; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.71, Tít.235, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, pp.771-772, Tít.[233]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.938, Tít.[369], Lv.VII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.895, Tít.[383], Lv.VIII.

⁹³³ “(...) Qui lechon, o perrezno, o gato muerto o que echare en la calle, pectet V solidos a la uizindad. Si lo echare en corral o en casa de uizino, a quel que faze la desorna a aquel pectet el coto. (Qui quemare muralda o uesos o cuernos, o a tal cosa que fiede pectet I morabeti al conceio, fueras uisperas de Sancti Ioahannis.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.CXII, Tít.499. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.149-150, Tít.426. Vide, Juan Monterde García, op.cit, pp.705-706

⁹³⁴ Vide, Juan Monterde García, op.cit, pp.705-706

⁹³⁵ “(...) Qui aforciare mulier uelada et probare ei potuerint, enforquenlo. Et si probar non gelo pudieren, lidie o saluese com XII qual mas quisiere el quereloso; et si cadier, enforquet illum. Sin autem, exeat sine calumpnia. Et qui aforciare outra mulier que fuere uicina, pectet CCC áureos al quereloso, si ei firmare potuerint. Et exeat einimicus. Sin autem, lidie o saluese com XII uicinos, qual mas quisiere querimoniosus. Et si cadiere, pectet el coto, et exeat pro inimico (...).” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XX- XXI, Tít.53. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 906, Tít.86, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 750, Tít.52; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin,

assim padrões de comportamentais e mecanismos de prova para os casos de violação, uma vez que era um delito difícil de provar e, em muitos casos, os processos resultavam inconclusivos, devido à falta de provas. As autoridades municipais definiram um conjunto de mecanismos de prova capazes de terem sustentabilidade e credibilidade em tribunal. As vítimas de Riba-Côa deviam acudir «rascadas e corrompidas» diante dos homens bons e dos alcaides para mostrarem as marcas de violência e de mal-estar.

O lenocídio foi também uma prática condenada pelas sociedades ribacoanas. Mulheres e homens aliciavam outras mulheres para terem relações eróticas ou amorosas, fomentando, especialmente a prostituição e o adultério. Não deixa porém de ser mais uma forma de subsistência e de fazer negócio, sacando partido das fragilidades humanas e da possibilidade de ganhar facilmente dinheiro. Possivelmente foi um hábito transversal a qualquer grupo social, se bem que os grupos marginais e carenciados estivessem mais expostos. As alcoviteiras eram condenadas à morte na fogueira, ao passo que os alcoviteiros deviam morrer na forca.⁹³⁶

Os maridos enganados estavam autorizados a livrarem-se dos amantes, sem qualquer penalização, matando-os. Era a forma legal encontrada para salvar a sua honra e a da sua família que fora manchada com o deslize da sua esposa. No entanto, era normal faltar a coragem e poupar um dos adúlteros. Se um deles sobrevivesse, a vítima era responsabilizada judicialmente como se tivesse cometido um homicídio. As suspeitas e a desconfiança de adultério podiam ser um problema para o próprio marido, a esposa e a sua família. Aqui, era necessário provar as suposições antes levantar falsos testemunhos, através do testemunho de doze boas mulheres casadas e idóneas. Estas deviam comprovar a veracidade das suspeitas do esposo ou garantir a fidelidade da esposa.⁹³⁷

op.cit, pp.19-20, Tít.54; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 860, Tít. 95, Lv. III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 26, Tít.51, Lv. I; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.795, Tít.38. *Vide* Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.190-191

⁹³⁶ “(...) Tod alcauete o alcaueta que sosacare fiia agena porá outro, o outra mugier que marido ouier, enforquen el alcauete et kemen el alcaueta si los pudieran auer. Et preste el auer a ssos parientes.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXVII, Tít.376. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.134, Tít.385; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 787, Tít.385; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.100, Tít.374, Lv. IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.862, Tít. 113, Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.841, Tít.478; “CFCM” in PMH-LC, op.cit, p. 908, Tít.105, Lv.III. *Vide*, Alberto García, Ulecía, op.cit, pp.266-267, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.193; Juan Carlos Monterde García, op.cit, p.703

⁹³⁷ “(...) Qui sospecha ouiere a ssu mulier que aleue le faze, saluesse cum XII bonas mulieres que ayan maridos, et si com ella mala estanza ouiere et salua fe le diere ante III alcaides et depues la quebrantare, si la firmarem, pectet dictum est ut supra. / Si non lidie o saluese.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXVII, Tít.312. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.913, Tít.139, Lv. IV; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.89, Tít.317, Lv.IV.; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e

As uniões carnais entre indivíduos de religiões diferentes eram comuns nas sociedades ribacoanas. Estas chamavam a atenção de todos e das autoridades municipais que sentiram a necessidade de regular as relações amorosas entre judeus e cristãos, proibindo-as e impondo padrões de boa conduta e de convivência, apesar de ser difícil contrariá-las.⁹³⁸

As viúvas não escaparam também às normas de bom comportamento. Estas mantinham relações sexuais⁹³⁹ e casavam-se as vezes que queriam, sem respeitar o luto (de um ano)⁹⁴⁰ e as famílias dos falecidos. Além disso, os seus casamentos mantinham a pompa e os rituais típicos das mulheres solteiras. Faziam-se acompanhar de outras mulheres e das suas madrinhas, deslocando-se a cavalo até à Igreja.⁹⁴¹ Neste sentido, os costumes e foros tentaram impor recato e modéstia nas celebrações matrimoniais e nas suas vidas.

As boas maneiras deviam estar também inerentes nos banhos públicos, onde homens e mulheres não podiam banhar-se e disfrutar dos tratamentos ao mesmo tempo. Para eles e elas, estavam reservados dias específicos e deviam ser vigiados pelos

Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 117, Tít.321; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 867, Tít.149 Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.780, Tít.316

⁹³⁸“(…) Nullus homo, similiter alcaldes que tomaren iudio com christiana, si ei firmaren com II christianos et I iudio, uel II iudios; et I christiano, que en uno los tomaron preste. Sin autem, non prestet. Toda Christiana que tomaren con iudeo o la aduxerint super consilium factum per prender con iudeo, ipsa iusticia faciant de uno quam de altero.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XC, Tít.386. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.910, Tít.114, Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.864, Tít.123, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.760, Tít.134; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 48, Tít.135, Lv. II; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.138, Tít.395. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.196;

⁹³⁹“(…) Uidua que tálamo fiziere, pectet VI morabetis, III alcaldes et III al conceio.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXIV, Tít.68. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenajud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 26, Tít.70; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.912, Tít.135, Lv. IV.

⁹⁴⁰“(…) Mugier que ante d’anno tomar marido, pectet III morabetis a los alcaldes de germanitate. Et si com mandado dalcaldes casare, como se con ellos auiniere, et si mulier pregnata acceperint uirum, sit deserdata, et tomen la mitad de so auer, tan de moble quam de radice, los parientes del morto; et aliam medietatem accipiat concilium per al castiello; et qui acceperit eram pegnatem, si enfans mortuum fuerit, pectet calopna parentibus mortui, et exeat inimicus.”, in “FC”, IN Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXVII, Tít.81. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.914, Tít.146, Lv.IV; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.30-31, Tít.83; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.31-32, Tít.75, Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.868, Tít.157, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.753, Tít.75.

⁹⁴¹“(…) Uida non faga uoda die domingo, / [nin] uaya cauallera al eclesia, ni tome marido ante d’anno. Et si aliter fecerit, pectet, ut supra, los médios al conceio et los médios alcaldes de conceio, nec exeat cauallera ad cosso ipso die, et non cauallgue nenguna mugier com ella.”, in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXIV, Tít.69. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.26, Tít. 71; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 29, Tít. 63, Lv I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 752; Tít. 64; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 866, Tít. 145, Lv. IV; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 796, Tít.48; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 912, Tít.135, Lv. IV.

banhadores.⁹⁴² Outra forma de escândalo público era levar prostitutas para as cabanas de gado durante a transumância, segundo os costumes e foros de Cáceres e Usagre.⁹⁴³ Expor a nudez de um indivíduo em público, despojando-o totalmente das suas roupas, sem o seu consentimento, era mais um ataque contra a honra e o pudor, para além de ser uma humilhação e uma falta de respeito pelo próprio corpo. Não só havia o cuidado de salvaguardar a pessoa e os seus bens, mas também de evitar tumultos e alvoroços na via pública da parte de todos aqueles que por ali passassem.⁹⁴⁴

As injúrias verbais atingiam a honra e a boa conduta das pessoas. Havia uma panóplia de insultos que os ribacoanos costumavam usar e destinavam-se a qualquer um. Homens e mulheres, independentemente do estatuto social, municipal e “civil” não escapavam às línguas ofensivas e ao escárnio. Chamar gafo a outrem estava-se a mencionar uma doença gravíssima que deixava geralmente marcas e sequelas físicas. Os leprosos eram considerados indivíduos diferentes e excluídos pela sociedade. A lepra era uma doença que significava “la segregación social.”⁹⁴⁵ «Judeu» era ofensa que evocava a condição religiosa de uma comunidade considerada minoritária e que gozava de um estatuto especial nos centros urbanos ribacoanos. «Cornudo», «fudidunculo» (homossexual), «puta» e «cegladera» eram insultos tradicionais que faziam referência à condição e conduta sexual dos ribacoano. Estes significavam o menosprezo por este tipo de pessoas e de práticas sexuais. «Traidor» era também outra ofensa bastante desconfortável de ser ouvida, pois significava deslealdade e falsidade perante outrem;

⁹⁴² “De banno. Las mulieres entren en bano in die dominico, et die martes, et in die iouis, et los barones entren enos otros dias. Tod ome que entrare en bano en dia de las mulieres de sol a sol, pectet I morabeti a conceio. Et otrosi fagan las mugieres. Et si el banador omes metier en el uanno de las mugieres, pectet I morabeti al conceio. Otrosi peche si mulieres metier en bano en dia de los barones. (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXXVII, Tít.125. Cf. “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 875, Tít. 215 e 216, Lv. V; “Fu”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 48, Tít.127; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, pp. 758-759, Tít.114 e 155; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.920, Tít.202 e 203, Lv.V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 44-45, Tít.118, Lv. II; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 804, Tít.118. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.191-192; Anibal Ruiz-Moreno, op.cit, pp.152-157; António Carré e Lluís Cifuentes, op.cit, pp.395-403; Rafael Serra Ruiz, op.cit, p.82

⁹⁴³“(...) Tod ome que aparvero fuere en ganado et puta fallare en qual cabana que quier, el oueierizo pectet V carneros, los medios a los iurados et medio aquel que la fallare, so potuerint ei firmare con II pastores o con II uizinos. In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.CI, Tít. 438. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenajud e Adolfo Bonilla y Fernández, op.cit, p.163, Tít.461. Vide, Juan Carlos Monterde García, op.cit, p.703

⁹⁴⁴“(...) Qui expoliauerit hominem ad corum pectet ei II morabetis si ei potuerit firmare. Sin autem, iuret cum I uicino.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXXIII, Tít.111. Cf.“FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.42, Tít.113;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.39, Tít.104, Lv.II;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.756, Tít.[100];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.899Tít.[21], Lv.I;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.851, Tít.[21], Lv.I;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.802, Tít.[104]. Vide, Juan Monterde García, op.cit, p.697.

⁹⁴⁵ In, Juan Monterde García, op.cit, p.699

fosse ele, o rei, ao concelho, ao mestre ou outro indivíduo qualquer. Todas estas agressões eram punidas com uma pena pecuniária.⁹⁴⁶

Nem todas as injúrias eram verbais. Havia gestos e atitudes físicas que iam contra um *status* social e municipal. Era portanto ofensivo descavalgar o cavaleiro.⁹⁴⁷ Isto era entendido como um ultraje e uma desonra para os indivíduos desta categoria social. Também ferir⁹⁴⁸ e deitar animais mortos nas casas ou nos quintais alheios,⁹⁴⁹ com o fim de desonrar, humilhar e ridicularizar eram outros exemplos.

As calúnias eram danosas. As vítimas eram acusadas e mencionadas a propósito de comportamentos e modos de conduta que não tiveram, ficando afamados no seio das sociedades pelos piores motivos. Por isso, as acusações de traição,⁹⁵⁰ as mentiras e as falsidades, mesmo, sob juramento,⁹⁵¹ eram alvo de cautela da parte das autoridades

⁹⁴⁶“(…) Qui dixere a outro cornudo, o fududinculo, o gafo, o iudio, o traidor, o a su mugier puta, o ceguladera, o gaffa, pectet quereloso V. morabetis. Et si megare, saluese com III et el quinto. Et si iurare noluerit, pectet.”, in “FC”, in Pedro Lumberras Valiente, op.cit, p.L, Tít.186. Cf “CFCM” in PMH-LC, op.cit, p.911, Tít.115, Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.865, Tít.133, Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 812, Tít.184; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 60, Tít.183; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.72, Tít.189; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 766, Tít.188. Vide, Rafael Serra Ruiz, op.cit, pp.94-95; Pedro Lumberras Valiente, op.cit, p.199; Juan Carlos Monterde García, op.cit, pp.699-700

⁹⁴⁷“(…) Qui uizino descaualgare, que caualero sobiere, pectet ei X morabetis si lo pudier firmar, et tengalo la estribera. Sin autem, saluet se com III et V. Qui aldeano descaualgare, pectet ei II morabetis, et si ambos fueren aldeanos, tengale la estribera, et pectet ei II morabetis si firmare potuerint ei. Sin autem, saluese com dos aldeanos al fuero.”, in “FC”, in Pedro Lumberras Valiente, op.cit, p. XX, Tít. 51. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp. 18 – 19, Tít. 52; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 25, Tít. 49, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 750, Tít. [50]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.906, Tít. [80], Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 859, Tít. [93], Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 795, Tít. [36].

⁹⁴⁸“(…) Tod ome que feriere a bestia agena por desonra de so sennor, pectet III morabetis a domino bestie si firmare potuerint.”, in “FC”, in Pedro Lumberras Valiente, op.cit, p.XLVI, Tít.172. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.64-65, Tít.174; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.56, Tít.170, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.764-765, Tít.[174]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.928, Tít.[277], Lv.VII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.884, Tít.[291], Lv.VII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.810, Tít.[176].

⁹⁴⁹“(…) Qui lechon, o perrezno, o gato muerto, o que echare en la calle pectet V solidos a la uizindad. Si lo echare en corral o en casa de uizino a aquel que faze le desorna a aquel pectet el coto.”, in “FC”, in Pedro Lumberras Valiente, op.cit, p.CXII Tít.499. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.149-150, Tít.426

⁹⁵⁰“(…) Todo omme de Caceres que dixerit a outro que es traidor del conceio o del Rey, sepan uerdad alcaldes et bonos omes, et si sopieren uerdad que es traydor es, faganle del cuerpo iusticia, et metan el auer en el castiello.”, in “FC”, in Pedro Lumberras Valiente, op.cit, p.XCI, Tít.390. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.139, Tít. 399; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.935, Tít.[337], Lv.VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.892, Tít.[351], Lv.VIII.

⁹⁵¹“(…) Qui dixiere a outro: mentira iurasti, o mentira firmesti, o mentirosa uerdad diste, si non aquel que deue reptar, pectet III morabetis al quereloso (...) Et si non quisiere fazerlo uerdadero, meta bestias al fuero, fasta que lo faga uerdadero, et quantas bestias al fuero, fasta que lo faga uerdadero, et quantas bestias non metiere, tantos morabetis pectet quereloso. Sin autem, saluese com III et el quarto.”, in “FC”, in Pedro Lumberras Valiente, op.cit, p.LI, Tít.197. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp.72-73, Tít. 190; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 60, Tít.184, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.766 Tít. [189]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.911, Tít.

judiciais e municipais que deviam, acima de tudo, averiguar os factos para apurar a verdade. Tudo isto com o fim de travar a “pública fama” e os cometários dos indivíduos. A prova, nestes casos, assumia assim um papel de destaque para aclarar os rumores e os falsos comentários, sem provocar outros problemas e danos que podiam manchar a honestidade e a boa reputação. Normalmente a pena consistia no pagamento de coimas.

Os crimes contra o património eram comuns. As terras, os animais e as casas não estavam devidamente seguras. Invadiam-se as casas e as propriedades alheias, de vizinhos e moradores,⁹⁵² semeando o terror e, colocado em causa da *paz da casa*. A casa era um “lugar sagrado, cuya misión es proteger al morador que lo habita.”⁹⁵³ A casa era portanto um espaço privado, pessoal a ser defendido, pois do seu interior dependia a segurança dos seus habitantes. Este delito podia ser também praticado com recurso às armas. Era severamente punido com o pagamento de uma sanção pecuniária elevada (cinquenta morabitinos).

Apesar dos esforços dos próprios particulares e dos funcionários municipais, como os messegueiros, vinhadeiros e montarazes em salvaguardar as propriedades particulares ou comunais, as pessoas e os animais costumavam deixar rasgos de destruição, por onde passassem, tendo mesmo, o cuidado de não saírem dos caminhos. Sobre tudo, em determinadas épocas do ano, aquando das colheitas, os vestígios de devastação podiam arruinar um ano de trabalho agrícola, como acontecia, principalmente, com as vinhas. Os danos perpetrados deixavam as culturas e outros bens destruídos, no todo ou em sua parte. Habitualmente eram levados a cabo pelos animais⁹⁵⁴ e indivíduos.⁹⁵⁵ Podiam também ser praticados intencionalmente ou «a

[124], Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 865, Tít. [134], Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.812, Tít. [185]. Vide, José Bernal Peña, op.cit, p.71

⁹⁵²“(…) Qui derrompiere casa de uizino, tal de uilla quam de aldea, con armas, o corral, o molino, o azenna, o colmenar,, o cabanna afumada pectet L morabetis al quereloso si ei potuerint et istas firmas recudan a repto o iura de sibi V qual quisiere el quereloso.”, in FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XLV, Tít.167. Cf FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.63, Tít. 169;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.55, Tít. 166, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.764, Tít. [170]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.911, Tít. [120], Lv. III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 864, Tít. [129], Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 810, Tít. [173].

–“(…) Qui disrumperit casa aut corral de morador con armas, o azena, o molino, o colmenar, o cabana pectet la meatad de la calopna so el firmare potuerint. Sin autem saluese sibi V de moradores.” In FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XLVI, Tít.168. Cf FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.63-64, Tít.170.

⁹⁵³ In Silvia Pascual López, “El derecho germánico y la *paz de la casa*.”, in AFDUE, vol. XXIV, Cáceres, 206, p.228.

⁹⁵⁴“(…) Qui danno fecerit in messe, per cabeza mayor pectet I octaua, et per porco et per V oues o cabras I octaua. Et per V ansares I octaua, et porco de muralad I octaua. Et de qual fructum comederit, de tali pectet, et qui comederit era de nocte, per cabeza maior et por porco pectet O octaua, et por oues et por

sapiendas» (de propósito).⁹⁵⁶ Os animais nem sempre eram respeitados. Costumavam ser alvo de agressões e de maus tratos⁹⁵⁷ e, em muitos, morriam.⁹⁵⁸

Os incêndios eram outra formação de destruição dos bens alheios. Nos corpora costumeiros ganharam uma entidade própria, pois eram considerados um “grave ataque a la paz pública.”⁹⁵⁹ Os bens privados não escapavam também. Ardiam casas, propriedades agrícolas ocasionalmente ou de propósito. Os incêndios a casas eram severamente punidos, com a pena de morte do incendiário, na forca, quando eram provocados com má-fé, no sentido de prejudicar os proprietários.⁹⁶⁰ Ou seja, a *paz da*

cabras aut ansares por VI octaua. Et ganado que andare a pastor et danno fizier en era de dia non pectet, et el que non andudier com pastor pectet ut supra dictum est.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXXIII, Tít.107. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.40-41, Tít.109; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.917, Tít.[172], Lv.V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.872, Tít.[185], Lv.V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.38, Tít.100, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.756, Tít.[97]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 830, Tít.[100].

-(...) Qui can uoiere en uilla o en aldea, o ouiere uinnas, et a las uinnas fuere el can, et el dueno de la uina lo uire dentro et lo non pudiere prender pectet el duenno del V solidos; si non metagelo en manos al duenno de la uinna. (...) Et si el can non touiere garauato de V palmos en alto, et I en coruo, pectet el duenno del can una colodra de uino, si lo testiguare con II omnes sin garauato.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXIX, Tít.277. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.104, Tít.285; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.80, Tít.277, Lv.IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.777, Tít.[276]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.800, Tít.[83].

⁹⁵⁵ “(...) Tod ome que cepa de uina rancare otro arbol qualquiere que fructo leuare, o lo taiare o fferiol metiere, pectet V morabetis al duenno de la heredad por cada un arbol; et si taiare ramo de uinna o de arbol, pectet I morabeti quereloso, e por exierto de un anno pectet I morabeti et dent arriba V morabetis e quien arbor descortezar en redor, fasta medio, pectet II morabetis, et si mas o menos a su conta.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXXI, Tít.101. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.37-38, Tít.103.

⁹⁵⁶ “(...) Tod ome que uina agena taiare a ssapiendas o kemare, o almunia, o casa, tal iudizio aua como por morte de ome.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XLVI, Tít.169. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.64, Tít.171; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.764, Tít.[171]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.800, Tít.[82].

⁹⁵⁷ “(...) Qui feriere boe e uaca, o outro ganado pectet III morabetis domino ganati si ei potuerint firmare. (...) Et si lo matare delo doblado, si ei firmare potuerint.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XLVI, Tít.173. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.65, Tít.175; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.56, Tít.170, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.76, Tít.[175]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.928, Tít.[278], Lv.VII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.885, Tít.[292], Lv.VII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.810, Tít.[177].

⁹⁵⁸ “(...) Qui matare galgo, o carauo, o can rostro, por el galgo pectet II morabetis domino suo, e por el carauo I morabeti domino suo, et por el can rostro I morabeti domino suo. E por podenco o por alano, pectet II morabetis domino suo, si at uerto lo matare. (...) amparandose del can, lo mato et cara lo ferio, non pectet calona. (...) Et si galgo quebrantare perna al tanto pectet como si lo matasse.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXX, Tít.278. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.104-105, Tít. 286; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.931, Tít.[309], Lv.V III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.888, Tít.[323], Lv.VIII; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.80, Tít.278, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.776, Tít.[277]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.821, Tít.277.

⁹⁵⁹ In, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.214

⁹⁶⁰ “(...) Nullus homo que casa kemare aliena, a ssapiendas, enforquenlo, et de so auer pectet el danno a sso donno sio pudieren firmar. (...) Et si per ocasión la quemare pectet el danno a sso sennor con III morabetis, los medios al quereloso et los medios alcaldes, sio pudieren firmar. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XLV, Tít.163. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y

casa estava comprometida. Já, quando se tratava de algum acidente, a pena era monetária. As diferenças no quadro penal para este tipo de delito eram notórias, quando se estava diante de incêndios causados em bens municipais⁹⁶¹ ou em outro tipo de propriedades, como as devesas, prados, vinhas, hortas, moinhos e azenhas.⁹⁶² Os processos judiciais resolviam simplesmente com pagamento de coimas.

Os furtos, roubos e as usurpações eram também habituais. Qualquer coisa ou bem podia ser alvo da cobiça alheia e ser tirado a outrem. Eram várias as formas de privar o outro ou os próprios municípios do seu património. Sem violência, eram surripiados os pertences, aliás os bens móveis. A moldura penal deste delito tinha várias *nuances*. As intenções ou a reincidência neste tipo de crime eram fatores de ponderação. Normalmente, o castigo consistia no pagamento de coimas. Estas eram mais leves quando se tratava de furtos ocasionais (dois ou três morabitanos)⁹⁶³ do que furtos premeditados e intencionais (cinco morabitanos).⁹⁶⁴ A noite funcionava, mais uma vez, como agravante. Nestes casos, as penas eram mais severas. O ladrão pagava com a vida, devendo morrer na forca.⁹⁶⁵ Nem toda a responsabilidade caía sobre o autor do furto,

San Martin, op.cit, p.62, Tít.165;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 25, Tít. 161, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.764, Tít.[165].

⁹⁶¹ “(...) Todo omme que quemare en termino de Caceres monte, o canpo desde mayo fasta Sancti Martini, et danno alguno hi uiniere pectet X morabetinos et assus donnos el dano duplatum. (...) Et si non ouiere de que pechar, atenlo de pies et de manibus et echenlo al fuego. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.X, Tít.2. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.2-3, Tít.3;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.899-900, Tít.[24], Lv.II;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít.[5], Lv.I;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.14, Tít.2, Lv.I;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.745, Tít.[2].

⁹⁶² “(...) Qui prado, o uina, o orto, aut pan ageno, aut colmenar, o azena, o molino quemare, de el dapno a suos dopnos, et pectet X morabetis, los medios alcaldes et medios a los querelosos (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.XXXII -XXXIII, Tít.106. Cf FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.40, Tít.108;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898, Tít.[18], Lv.I;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.851, Tít.[20], Lv.I;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.38, Tít.99, Lv.II;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.756, Tít.[96];“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 802, Tít.[99]

⁹⁶³ “(...) Tod ome qui fructum alienum acceperit (...) pectet II morabetis al quereloso. (...) Qui pascier frucho que ad ortum pertinet aut cogonbral, pro unaquamque uidera o radice, III dineros al quereloso.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXXII, Tít.105. Cf FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.40, Tít.107;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898, Tít.[17], Lv.I;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.851, Tít.[19], Lv.II;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.38, Tít.98, Lv.II;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.755, Tít.[95];“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 801, Tít.[98]

⁹⁶⁴ “(...) Qui colligerit huuas en uineas alienas de dia, o pasciere a sabiendas, pectet V morabetis. Et entre los V morabetis e la calopna de la una uide, qual quisiere tal come el quereloso. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXXI, Tít.99. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.37, Tít.101;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898, Tít.[13], Lv.I;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít.[15], Lv.I;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.35, Tít.91, Lv.I;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.780, Tít.[315]

⁹⁶⁵ “(...) Et quien de noche furtare uuas, o outra cosa qualquier, enforquenlo. Et si tomar non no pudierem et rancado fuere por ello pectet la calonpna duplada querimoniosus.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXXI Tít.99. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin,

pois, em algumas circunstâncias, os amos eram admoestados judicialmente, quando os seus colaços ou outros trabalhadores se encarregavam de furtar as bestas alheias.⁹⁶⁶

O roubo era um delito análogo ao furto, só que era geralmente levado a cabo com violência ou ameaças. As expedições militares eram momentos propícios para rapinhar e roubar os despojos e tudo aquilo que fosse encontrado nos campos de batalha ou por onde, os exércitos passassem.⁹⁶⁷

Contrariamente ao furto e ao roubo, a usurpação era um delito que consistia na invasão ou ocupação somente de bens imóveis alheios, com o objetivo de ser exercido o direito de propriedade. Este facto podia ou não implicar o uso de violência ou ameaças para serem conseguidos os referidos fins, como acontecia com as terras.⁹⁶⁸ As herdades eram assim invadidas e ocupadas indevidamente por outrem, com o intuito de as possuir e tirar partido delas, lesando os seus verdadeiros donos que ficavam em prejuízo, sem elas.

A fraude era um crime contra o património em geral que partia, sobretudo, de um ardid, de um engano para tirar proveito das necessidades, fragilidades ou dos interesses dos outros, com o fim de satisfazer os seus interesses gananciosos, procurando, acima

op.cit, p.37, Tít.101;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898, Tít.[13], Lv.I;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít.[15], Lv.I;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.35, Tít.91, Lv.I;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.780, Tít.[315]. Vide, Magdalena Rodríguez Gil, “Notas para el régimen jurídico del vino a través de la historia. El vino de Valdepeñas.”, in RFDUNC, N°81, Madrid, 1993, pp.329-330

⁹⁶⁶“(…) Todo collazo uel aportelado que auer o bestia furtare o lleuare agena, su senor la pectet, et de el fiador al senor. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXXX, Tít.330. Cf FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 122, Tít. 339; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 935, Tít.[340], Lv. VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 892, Tít. 354, Lv. VIII; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.782, Tít.338; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 93, Tít. 338, Lv. IV; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 829, Tít. 344.

⁹⁶⁷“(…) Tod ome que en lide se acercare et ante que se tornaren de la rancada alguna cosa expoiar o rrobar, perda la racion e messenle la barua. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XLIX, Tít.180. Cf FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.70, Tít.182; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.58, Tít. 177, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.766, Tít.[182];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.937, Tít.[80], Lv.VIII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.894, Tít.[368], Lv.VIII.

–“(…) Qui rapare o furtare auer que fuere dado a partir, per da la racion et pectet C morabetis a la conpanna (...) et messenle la barua. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXXX, Tít.181. Cf FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.70, Tít.183; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.59, Tít.178, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.766, Tít.[183];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.937, Tít.[354], Lv.VIII;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.894, Tít.[369], Lv.VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.812, Tít. [188].

⁹⁶⁸“(…) Las terras que germanas debent esse, midanlas et equent illas prout debent esse, et non se paren tras anno et qui eas comparauerit et limitem crebantauerit, aut moion arrancauerit pectet II morabetis dompnus limitis si ei firmaren, et faciat limitis. Sin autem, saluese con II uicino[s].”In FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXIII, Tít.108. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.41, Tít.110;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.916, Tít.[168], Lv. V;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.871, Tít. 181, Lv.V;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.38-39, Tít.101, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.756, Tít.[98]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.802, Tít.[101]

de tudo, o enriquecimento fácil e ilegítimo. As burlas aos consumidores eram frequentes. Mesteirais e comerciantes, sem esquecer, os regateiros, tinham o hábito de fabricar e adulterar os seus produtos e de os comercializar a preços normalmente elevados como se fossem mercadorias de qualidade, aptas para consumo das populações.⁹⁶⁹ Os intermediários, como os regateiros, eram aquele caso particular, que trazia geralmente problemas aos concelhos, visto que tinham o costume de enganar os consumidores nos seus negócios e a tendência a monopolizar as mercadorias para depois as venderem a preços mais elevados. Eram, no fundo, agentes especuladores e responsáveis pela subida dos preços, manipulando as trocas comerciais para obterem lucros facilmente e de forma ilegítima, em prejuízo dos consumidores. As fraudes comerciais não se ficavam ainda por aqui. Medir e pesar mal as mercadorias era uma realidade quotidiana. Usavam-se também diversos estratagemas, como as medidas e os pesos falsos, estrangeiros e viciados para prejudicar os clientes nas trocas comerciais.⁹⁷⁰ Daí, as autoridades locais apostarem no controlo dos setores, industrial e comercial, deste a produção até à colocação dos produtos no mercado. Assim, todos aqueles que infringissem os «coutos» dos concelhos, isto é, regulamentos industriais e comerciais e burlassem os consumidores eram alvo de sanções monetárias e ainda ficavam proibidos de exercerem as suas profissões durante o ano em curso.

Dentro desta panóplia de delitos contra o património, a usura consistiu numa atividade que visava sacar vantagem e benefícios patrimoniais, tirando partido das necessidades, incapacidades ou fraquezas de terceiros. Tratava-se portanto de um conjunto de práticas associadas à realização de contratos de empréstimos efetuados em condições ilícitas. Ou seja, as percentagens de “interés o las cláusulas del contrato hacen renunciar implícita o explícitamente al prestatario ciertos fueros y leyes, o incluyeron

⁹⁶⁹ “(...) Toda panadera que pan crudo uendiere, quebrantando, o qual gelo tornares el que lo conpro, tal lo tome. Et si lo non quisiere tomar, fagal testigos et pectet I morabeti, / medios al quereloso et medios a los alcaldes. Otrosi la panadera que el pan de trigo non quisier uender sinas somas, ni las somas sin el trigo, pectet I morabeti a los alcaldes.”, in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XLIII, Tít.155. Cf. “CFCM”, op.cit, p.925, Tít.[249], Lv.VI; “CFCR”, op.cit, p. 881, Tít.262, Lv. VI; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.52, Tít.153, Lv. II; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 59, Tít.157; “CFA”, op.cit, p.808, Tít.157; “CFCB”, op.cit, p.763, Tít.[157]. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.210-211.

–“(…) Et los zapateros que cantearen las suelas pectent singulos morabetis al conceio.”, in FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LIV, Tít.201. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.78-79, Tít.205; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.62, Tít 196, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.768, Tít.201; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.927 Tít.263, Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.882, Tít.[276], Lv.VI

⁹⁷⁰“(…) Todo ome sobre que acharem los alcaldes medida falsa ó quebrantarem coto de alcaldes peyte IIII morabitanos si llo podieren firmar, sinos iure si Vº. (...)”; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.912, Tít.[130], Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, pp.865-866, Tít.[140], Lv.III.

condiciones objetivamente abusivas.”⁹⁷¹ Apesar de a onzena ser uma atividade consentida, tolerada e legal, havia contudo atitudes que extrapolavam o permitido nos costumes e foros. Os usureiros muniam-se assim de mecanismos para lucrarem facilmente, aproveitando-se da condição de fragilidade dos seus devedores. Era assim comum exigir o pagamento de juros superiores aos valores indicados nas normativas.⁹⁷² A usura foi também alvo de condenação da parte da Igreja. A posição eclesiástica não deixou aqui de influenciar o direito local ribacoano, ao punir os prestamistas com a excomunhão.⁹⁷³ Os empréstimos usureiros não eram assim uma atividade exclusiva da população hebraica. Qualquer um, independentemente, da religião e da etnia podia ser credor e exigir outras condições à margem da legalidade costumeira.

Os delitos contra o meio natural ou “ecológicos”⁹⁷⁴ eram também uma realidade comum, colocando em perigo os ecossistemas e os bens comunais e privados dos concelhos de Riba-Côa. A destruição e a exploração desenfreada do habitat natural, da fauna e da flora, eram problemas, com os quais, os municípios ribacoanos se sensibilizaram. Estes, através dos *corpora* costumeiros, chegaram a estatuir um conjunto de medidas que tinham como finalidade controlar as atividades, cinegéticas, piscícolas e silvícolas e evitar os danos causados nos rios, bosques, florestas, devesas e campos comunais e privados. Pretendia-se, desta forma, uma gestão equilibrada e racional dos recursos locais para que todos pudessem usufruir das potencialidades da

⁹⁷¹In, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.115.

⁹⁷²“(…)Todo iudio que auer diere a renueuo, de el morabeti a sex selmanas por I octauo morabeti, et dend arriba a ssu conta. Et de morabeti a iuso el soldo por dinero.”, in “FC”in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXXII, Tít. 293. Cf. “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.83, Tít.294; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp. 108-109, Tít.302; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.880, Tít. 253, Lv.VI; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 924, Tít. 241, Lv. VI; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, pp.777-778, Tít.293; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.893, Tít.295. Vide, Julián Clemente Ramos, op.cit, p.75

⁹⁷³“(…) Tod omme que auer dier a renueuo, sit excommunicatus, et el alcaldes que lo iulgare a dar, sit periurius, et non le preste. Et si gelo pudieren prouar con III omme bonos, que lo iudgo a dar, exca el alcaldes del portiello por aleuoso.”, in FC”in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXXI, Tít.285. Cf. “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.81, Tít.286, Lv.IV; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.106, Tít.294; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít. [10], Lv.I; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.897, Tít.[8], Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.777, Tít.285; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.822, Tít.287.

⁹⁷⁴“Destruir, pues, los biotipos de un ecosistema biocenótico será la expresión de una conducta delictiva, que tipifica el “delito ecológico.”, segundo Julio Martínez. In, Julio Gerardo Martínez, Martínez, op.cit, p.63. A ecologia é uma ciência que nasce no início do século XIX, com o movimento positivista., com o objetivo de estudar os “sistemas constituídos por uma comunidade de espécies y el medio, en que viven.”*Cid.Apud*, Julio Martínez Martínez, op.cit, p.59. Além disso, a ecologia tem a finalidade de estudar as relações humanas com o meio ambiente natural. A par desta ciência, nasceu a concessão de delito ecológico com o fim de preservar o habitat natural e de considerar criminosas todas as condutas levadas a cabo contra ele.

natureza. Havia a clara necessidade e consciência dos ribacoanos em compreender “el posible daño irreparable, que la conducta humana lesiva pudiera realizar en el “medio ambiente natural.”⁹⁷⁵ Os incêndios, a contaminação dos rios⁹⁷⁶ e das fontes,⁹⁷⁷ degradando as suas qualidades e potencialidades, as goteiras⁹⁷⁸ e os lixos e dejetos nas ruas eram outros problemas, com os quais as autoridades locais se depararam. Daí, a necessidade de se apostar na limpeza das vias públicas, na canalização das águas residuais, proibindo o exercício de certas atividades industriais nas ruas,⁹⁷⁹ de deitar esterco⁹⁸⁰ e detritos fedorentos, em estado de putrefação,⁹⁸¹ que deveriam ser armazenados em pequenos depósitos, afastados das carcovas e dos arrabaldes, colocando em risco a saúde dos ribacoanos e, gerando problemas de convivência e de solidariedade entre os habitantes. Estes comportamentos nas ruas impediam a passagem normal de transeuntes e a livre circulação de mercadorias e animais nos espaços públicos e nas vias de

⁹⁷⁵ In, Julio Gerardo Martínez, Martínez, op.cit, pp.63-64

⁹⁷⁶ “(...) Qui rio eruolauerit, pectet III morabetis, et qui inuenerit eum, accipiat los medios et el castiello los medios.” In, “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLV, Tít. 164. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.62, Tít.166; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.54, Tít.162, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.764, Tít.166; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.926, Tít.[253], Lv.VI; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.882, Tít.[266], Lv. VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.809, Tít.[165]. Vide, Julio Martínez Martínez, op.cit, pp.76-77

⁹⁷⁷ “(...) Toda mulier que lauare ena fonte de Caceres, de los moiones que pusieren alcaldes et mayordomos adentro, pectet I morabeti la meatad aquel que la tomare, et la meatad a conceio. Et si esto non apartaren alcaldes et mayordomos, sit illis in periurio.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXLV, Tít.249. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.95-96, Tít.255. Vide, Julio Martínez Martínez, op.cit, p.87

⁹⁷⁸ “(...) Todas aguas de las goteras et de las calles et de los corrales, por o mandaren alcaldes et bonos omes, per hy uayan derechamientre.” In “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LVIII, Tít. 215. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.84, Tít.219; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.66, Tít.212, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.769, Tít.214; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.921, Tít.204, Lv.V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.883, Tít.[280], Lv.VI; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.816, Tít.[223]. Vide, Julio Martínez Martínez, op.cit, pp.83-84

⁹⁷⁹ “Qui bora filiar ó metiere en sayal. (...) e moller que fiar en la calle peyte V soldos.”, “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.915, Tít.158, Lv. IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.170, Tít.[170], Lv.IV.

⁹⁸⁰ “(...) Tod ome qui en calle, o en castiello, o carrera, o en carcaua, iectare stercol, o de los moiones que pusieren alcaldes et mayordomos adentro, pectet I morabetino al conceio. Otrosi qui cauare terra o arena sol castiello pectet I morabeti al conceio, et fagalo d’argamassa.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XLIV, Tít.160. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.61, Tít.163; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.54, Tít.150, Lv. II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.763, Tít.163; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.897, Tít.[5], Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít.[5], Lv.I; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.809, Tít.[162].

⁹⁸¹ “(...) Tod ome que echare can muerto o puerco muerto, o moro o bestia muerta, o tal cosa fidionda sea ena cale o ena uilla pectet I morabeti, medio al conceio, et medio a los uizinos da cerca. Et qui tal cosa que fedionda sea echare, echela X estadales arredado de la carcaua o de la casa mas arredrada del arrualde (...) Qui lechon, o perrezno o gato muerto o que echare en la calle pectet V solidos a la uezindad. Si lo echare en corral o en casa de uizino, a aquel que faze la desorna a aquel pecte el coto. (...) Qui quemare muradal o uesos o cuernos, o a tal cosa que fieda pectet I morabeti al conceio, fueras uisperas de Sancti Iohannis.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.CXII Tít.499. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.149-150, Tít.426

comunicação. Todas estas práticas consideradas “poluentes” e nocivas ao bem-estar das populações eram portanto controladas e sancionadas com multas.

Os delitos antieconómicos constituíam um problema para as autoridades ribacoanas, uma vez que colocavam em causa o bom funcionamento da economia. Não se tratava portanto de condutas que visavam atingir diretamente as pessoas, mas sim uma “institución o sus decisiones, con dudables matices económicos.”⁹⁸² Isto, porque recaía, sobretudo, nos concelhos, o controlo das atividades socioeconómicas. A indústria e o comércio eram os setores mais propensos a transgressões e a comportamentos delituosos. Neste sentido, eram comuns as infrações contra a qualidade dos produtos e mercadorias, fabricando-os, reparando-os com defeitos e outros problemas e, adulterando-os. Desta forma, eram postos à venda, ao dispor dos agentes comerciais e consumidores, enganando-os e, aportando-lhes prejuízos patrimoniais, visto que os adquiriam, sem poder tirar partido deles, nas melhores condições. A par disto, havia ainda o problema do negócio a retalho, levado a cabo pelos intermediários. Estes tinham a tendência a açambarcar as mercadorias para as venderem mais caras, contribuindo assim para a subida dos preços, ao mesmo tempo, que prejudicavam o abastecimento normal do mercado. Os regateiros especulavam assim. A prática de preços abusivos dos produtos era habitual, sem ter em linha de conta os ordenamentos municipais, que regulavam o preço final dos produtos e do trabalho mesteiral. Ligadas às vendas, havia ainda o problema da contrafação dos pesos e medidas. Com a falsificação de objetos de precisão, enganava-se facilmente o consumidor.

Nos concelhos ribacoanos cometiam-se também outro tipo de delitos ligados à administração municipal e judicial. Esta nem sempre era pacífica e unânime. Havia funcionários locais que não cumpriam com as suas obrigações estipuladas nos ordenamentos costumeiros e ainda viam os seus cargos não um bem público, mas sim, como um bem pessoal. Desta forma, colocavam, em primeiro lugar, os seus próprios interesses, em vez dos interesses municipais e das próprias populações ribacoanas. As suas funções eram portanto geridas como se fossem um património pessoal. Neste sentido, os magistrados e funcionários incorriam em certas condutas que eram consideradas lesivas à gestão concelhia das coletividades ribacoanas. Prevaricação,⁹⁸³ peculato,⁹⁸⁴ corrupção,⁹⁸⁵ abuso de poder, usurpação de funções⁹⁸⁶ eram

⁹⁸² In, José Bernal Peña, op.cit, p.75

⁹⁸³ “(...) Los alcaldes por iudizio non reciban ninguno precio. Alcaldes uozeros et mayordomos, si en falseria fueren fallados, pierdan el soldar et excan del portiello por aleuosos. Et quantos hi fueren fallados

comportamentos postos em prática. Potenciavam, deste modo, a corrupção, a troca de favores, os conflitos e rivalidades entre os representantes públicos e judiciais concelhios, aliás, as lutas e os interesses entre grupos e indivíduos para alcançarem o poder e tirarem partido das suas funções públicas, da melhor forma possível, em seu proveito.

Criminalidade e justiça

As autoridades judiciais tinham à disposição uma ampla gama de penalizações. A moldura penal variava consoante o tipo de delito. Na aplicação das penas entravam ainda outros fatores de ponderação, tais como, se o delito era em flagrante ou não, intencional ou de propósito, público ou privado; as atenuantes e agravantes; os sujeitos ativo e passivo (pessoas, animais, por exemplo); o tempo (de dia ou noite); a condição

en aquella falseria, totos excan: et si los otros non quisieren echar, todos exeant por aleuosos et perdan el soldar (...)", in "FC", in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.LIII-LIV, Tít.199. Cf "FU", in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.77-78, Tít.203;"FCo", in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.62, Tít.194, Lv.III;"CFCB", in PMH-LC, op.cit, p.767, Tít.199;"CFCM", in PMH-LC, op.cit, p.937, Tít.[358], Lv.VIII;"CFCR", in PMH-LC, op.cit, p.894, Tít.[372], Lv.VIII. *Vide*, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.173

⁹⁸⁴ "(...) Tod ome que dixier: demos de unaquaque collacione aliquam causam pectet II morabetis conceio et non preste, si ei firmare potuerint." In, "FC", in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XLVI, Tít. 170. Cf "FU", in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.64, Tít.172;"FCo", in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.56, Tít.168, Lv. II;"CFCB", in PMH-LC, op.cit, p.764, Tít.172. *Vide*, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.180; José Bernal Peña, op.cit, p.76

⁹⁸⁵ "(...) Los alcaldes por iudicio non reciban ningun precio. Alcaldes et uoceros et mayordomos, si en falseria fueren fallados, pierdan el soldar et excan del portiello por aleuosos." In, "FC", in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.LIII-LIV, Tít.199. Cf "FU", in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.77-78, Tít.203;"FCo", in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.62, Tít.194, Lv.III;"CFCB", in PMH-LC, op.cit, p.767, Tít.199;"CFCM", in PMH-LC, op.cit, p.937, Tít.[358], Lv.VIII;"CFCR", in PMH-LC, op.cit, p.894, Tít.[372], Lv.VIII;"CFA", in PMH-LC, op.cit, p.835, Tít.[413] *Vide*, Pedro Lumbreras Valiente, pp.178-180.

-"(...) Si sexmero o uintanero tierra furtare, ouendiere, o dineros tomare por dar heredad, salga del portiello por aleuoso et non aya mas portiello, nin testigue." In, "FC", in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.CXI, Tít.496. Cf "FU", in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.147-148, Tít.423. *Vide*, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.179-180; José Bernal Peña, op.cit, p.76

⁹⁸⁶ "(...) Los alcaldes non sten en corral com los VI, si non quando enuiaren por ellos. Et si los VI uieren cosa unde se debent partire los alcaldes, dianles illos que se partant inde. Et si noluerint se inde partire, sedeant periuros. Et pectet C morabetis al castiello." In, "FC", in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXIV, Tít.355. Cf "FU", in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.128, Tít.364;"FCo", in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.96, Tít.351, Lv.IV; "CFCB", in PMH-LC, op.cit, p.785, Tít.364;"CFCM", in PMH-LC, op.cit, p.904, Tít.[68], Lv.II;"CFCR", in PMH-LC, op.cit, p.857, Tít.[73], Lv.II. *Vide*, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.177-178.

-"(...) Tod ome que alcaldia o iudgado acceperit sine mandato de concilio et per so sexme exca por aleuoso et derribenle las casas si non fuere por su derechura." In, "FC", in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LII, Tít.192. Cf "FU", in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.75, Tít.195;"FCo", in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.60-61, Tít.187, Lv.I II; "CFCB", in PMH-LC, op.cit, p.767, Tít.192;"CFCM", in PMH-LC, op.cit, p.933, Tít.[319], Lv.VIII;"CFCR", in PMH-LC, op.cit, p.890,Tít.[333], Lv.VIII;"CFA", in PMH-LC, op.cit, p.813, Tít.[195]. *Vide*, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.176; José Bernal Peña, op.cit, p.76

sociojurídica do criminoso ou criminosos e se contaram com coautoria e cumplicidade de outros indivíduos; o uso ou não de armas, as circunstâncias da responsabilidade penal (a legítima defesa); as causas de inimputabilidade (a idade da pessoa) e entre outros.⁹⁸⁷

As penas tinham uma dupla função: psicológica e social. Pretendia-se, desta forma, que ganhassem uma dimensão pública e que servisse, ao mesmo tempo, de exemplo futuro às populações locais. As punições funcionavam como medidas disciplinares e instrumentos de coerção, que visavam, por um lado, reprimir e evitar determinados comportamentos considerados ilegais, puníveis e lesivos à sociedade e, por outro lado, estabelecer padrões de boa conduta e de convivência nas vilas ribacoanas.

As penalizações pecuniárias⁹⁸⁸ eram as mais comuns. Eram uma das fontes de rendimento dos municípios de Riba-Côa; pelo menos, uma parte entrava nos cofres dos concelhos, ganhando também uma dimensão fiscal. Normalmente eram divididas em duas partes. Ou seja, entre a vítima e o concelho ou algum outro funcionário local. Em alguns casos, podiam ser também repartidas em três partes.⁹⁸⁹ No entanto, havia circunstâncias em que as multas eram entregues na sua totalidade à parte lesada, principalmente, quando se tratava de delitos que implicavam danos nos bens alheios.⁹⁹⁰ As sanções pecuniárias consistiam numa espécie de “«precio» del delito va a ser justamente eso, un precio com valor patrimonial.”⁹⁹¹ Aplicavam-se normalmente a quase todo o tipo de delitos, sem esquecer os crimes contra a vida do ser humano.

⁹⁸⁷ Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.256-262.

⁹⁸⁸ Entenda-se por pena pecuniária toda a pena que “implique una disminución del patrimonio del condenado, bien en dinero (multa), bien en bienes (confiscación).” In, M^a Paz Alonso Romero, “Aproximación al estudio de las penas pecuniarias en Castilla (siglos XIII-XVIII)”, in AHDE, vol.55, Madrid, 1985, p.10

⁹⁸⁹ Vejamos o seguinte exemplo: “(...) Qui prado, o uina, o orto, aut pan ageno, aut colmenar, o azena, o molino quemare, de el dapno a suos dopnos, et pectet X morabetis, los medios alcaldes et medios a los querelosos (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.XXXII-XXXIII, Tít.106. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.40, Tít.108; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898, Tít.[18], Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.851, Tít.[293], Lv.I; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.38, Tít.99, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.756, Tít.[96]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.802, Tít.[99]. Vide, Eduardo Correia, “Estudo sobre a evolução histórica das penas no direito português.”, in BFDC, vol.25, Coimbra, 1949, pp.61-62

⁹⁹⁰ Vejamos o seguinte exemplo: “(...) Tod ome qui fructum alienum acceperit, (...) pectet II morabetis ao quereloso.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.XXXII, Tít.105. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.40, Tít.107; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898, Tít.[17], Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.851, Tít.[19], Lv.I; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.38, Tít.98, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.755, Tít.[95]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.801, Tít.[98]

⁹⁹¹ In, M^a Paz Alonso Romero, op.cit, p.10

Ligada a esta punição, encontrava-se o confisco de bens. Consistia também numa pena pecuniária, a fim de afetar o património do autor do delito.⁹⁹² Normalmente era aplicada na violação de «salva fé». Aquele que fizesse mal ao demandando, protegido juridicamente por uma fiança (espécie de salvo-conduto judicial), estava sujeito a perder os seus bens.⁹⁹³ As mulheres podiam também ver os seus bens reduzidos, quando os seus maridos cometiam algum homicídio. A responsabilidade económica da pena afetava portanto a família, sem esquecer os cônjuges.⁹⁹⁴

Nos casos de homicídio, as penas pecuniárias tinham um papel subsidiário, funcionando como um complemento da inimizade.⁹⁹⁵ Ser-se inimigo acarretava também o desterro, sendo expulso das vilas, e ficar sujeito à vingança privada (à morte) da parte dos parentes da vítima, até quarto grau. Com esta penalização pretendia-se restaurar a paz e reparar a justiça que ficara comprometida com a prática dos homicídios, agressões físicas e violações. Antes de se proceder à vingança privada, deveria acontecer o desafio que consistia em seguir uma “serie de formalidades preestablecidas hasta llegar a la declaración de enemistad.”⁹⁹⁶ Esta etapa tinha a finalidade de limitar a pena de inimizade, pelo menos, no que diz respeito aos delitos cometidos sem ser em flagrante. Ou seja, o desafio era um mecanismo judicial usado para limitar e legalizar a vingança privada entre as partes, “señalar el momento de su comienzo y, sobre todo, concretar la persona del enemigo, evitando así la extensión de la venganza a quienes no eran

⁹⁹² Vide, Miguel Pino Abad, *La pena de confiscación de bienes en el derecho histórico español*, Córdoba, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 1999, p.135.

⁹⁹³“(…) Tod ome que [salua] fe diere, tal salua fe de que abeat la ualia de la calumpnia. Et si postquam salua fe diere si feriere, aut messare, aut aliquot malum fecerit illos qui la salua fe leuaron, si potuerint eum inuenire, accipiant eum sine calumpnia, et mittant eum in manus del quereloso cum omnia sua bona. (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XIX, Tít.44. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.16, Tít.45; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.24, Tít.42, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.749, Tít.44; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.905, Tít.[80], Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.859, Tít.[88], Lv.III. Vide, Miguel Pino Abad, op.cit, pp.180-181.

⁹⁹⁴“(…) Todo omme qui fiio o sobrino ouier, et a otro ome matare, non pectet per el so auer sos parientes, ni so patre nec mulier sue meatad, si so marido occiderit ad alium.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXXXIV, Tít.352. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.127, Tít.361; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.94, Tít.348, Lv.VI; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.785, Tít.361; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.908, Tít.[102], Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.882, Tít.[111], Lv.III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.831, Tít.[374]. Vide, Miguel Pino Abad, op.cit, pp.159-160

⁹⁹⁵ A inimizade consistia num estado de “derecho entre la familia de la víctima y el autor del delito en que se abren amplias posibilidades a las actuaciones de la autotutela: atribúyese a la parte ofendida el derecho de persecución, mientras la autoridad pública y el resto de la comunidad política adopta una actitud que cabría calificar de pasiva: se abstiene tanto de ayudar a esa parte ofendida a realizar sus designios como de defender al delincuente contra ellos.”, in José Orlandis, “Las consecuencias del delito en el derecho de la Alta Edad Media.”, in AHDE, N°18, Madrid, 1947, p.77. Vide, Eduardo Correia, op.cit, p.61.

⁹⁹⁶ Vide, José Orlandis, op.cit, p.81

personalmente culpables del delito.”⁹⁹⁷ Em Riba-Côa, era obrigatório que o desafiado entregasse uma fiança, que servia de garantia judicial, devendo-se afastar e permanecer numa casa da vila.⁹⁹⁸ Quem desafiava eram os parentes mais próximos da vítima. Depois do desafio, abria-se um período de tréguas durante nove dias para o acusado. Findo o prazo, o criminoso devia abandonar a vila em segurança, devendo acarretar posteriormente com as consequências da vingança privada.⁹⁹⁹

A pena de morte era um castigo que se encontrava previsto nos costumes e foros ribacoanos para os criminosos de ambos os sexos. Condenava-se à forca ou na fogueira. Nas chamas deviam morrer as mulheres alcoviteiras.¹⁰⁰⁰ Já, os incendiários eram lançados para os fogos criados por eles, caso não dispusessem de meios financeiros para pagarem a coima estabelecida.¹⁰⁰¹ Por enforcamento, faleciam os alcoviteiros, aqueles que furtassem à noite, entre outros.¹⁰⁰² As horas noturnas funcionavam como uma agravante nos processos judiciais, abonando em nada a favor dos delinquentes. A morte estava também destinada às mulheres que cometessem adultério¹⁰⁰³ e ou atraíssem as

⁹⁹⁷ In, José Orlandis, op.cit, p.82. *Vide*, Eduardo Correia, op.cit, p.55

⁹⁹⁸“(…) E quien desafiado fuere en conceio por morte de ome, o por mugier forciada, o por lision, al primer corral meta sus bestias, et si ena tierra non fuere et parientes ouiere, metan sus bestias et fagan que mandaren los alcaldes: Et si las non metieren las bestias, sea enemigo manifesto d’aquel que lo desafío. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXII, Tít.58. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.22-23, Tít.60; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.27, Tít.54, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.751, Tít.55; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.907, Tít.[93], Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, pp.860-861, Tít.[102], Lv.III.

⁹⁹⁹ *Vide*, José Orlandis, op.cit, pp.87-117; Eduardo Correia, op.cit, pp.54-58

¹⁰⁰⁰“(…) Tod alcauete o alcaueta que sosacare fiia agena porá outro, o outra mugier que marido ouier, enforquen el alcauete et kemen el alcaueta si los pudieran auer. Et preste el auer a ssos parientes.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXXVII, Tít.376. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.134, Tít.385; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 787, Tít.385; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.100, Tít.374, Lv. IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.862, Tít. 113, Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.841, Tít.478; “CFCM” in PMH-LC, op.cit, p. 908, Tít.105, Lv.III.

¹⁰⁰¹“(…) Todo omme que quemare en termino de Caceres monte, o campo desde mayo fasta Sancti Martini, et danno alguno hi uiniere pectet X morabetinos et assus donnos el dano duplatum. (...) Et si non ouiere de que pechar, atenlo de pies et de manibus et echenlo al fuego. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.X, Tít.2. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.2-3, Tít.3; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp.899-900, Tít.[24], Lv.II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.850, Tít.[5], Lv.I; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.14, Tít.2, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.745, Tít.[2].

¹⁰⁰²“(…) Tod ome que uuas furtare de noche o qual cosa se quiere (...) enforquenlo.” (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXXXVIII, Tít.311. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.116-117, Tít.320; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.89, Tít.316, Lv.IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.780, Tít.315; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.800, Tít.[84]. *Vide*, Eduardo Correia, op.cit, pp.59-61

¹⁰⁰³“(…) Tod omme que fallare otro con su mugier o com su pariente, usque ad secunda, si habuerit uirum ad bendiciones uel ad auras, matadlos, ad ambos sine calumpnia, / et non exeat inimicus. Et si occiderit uirum et non mulier, pectet CCC morabetis, et exeat inimicus, si eum non potuerint habere, et si matare a la mugier et al baron non, pectet CCC morabetis, et exeat inimicus si eum non potuerint abere. A los parientes del muerto pechen estos CCC morabetis.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit,

suas famílias.¹⁰⁰⁴ Nestes casos, desconhecesse porém os recursos usados para dar a morte.

Os castigos corporais eram outra opção. Amputavam-se membros e cortavam-se as mãos, como acontecia aos dependentes¹⁰⁰⁵ e a todos aqueles que ferissem os vizinhos com armas brancas ou com paus.¹⁰⁰⁶ Nem sempre sabemos, porém, de que forma os criminosos eram castigados fisicamente. Em Alfaiates, as regateiras que exercessem os seus ofícios eram fustigadas.¹⁰⁰⁷

As penas que visavam a humilhação e o escárnio, afetando a honra dos indivíduos, consistiam em puxar ou cortar as barbas ou os cabelos. Costumavam ser infligidas em casos de roubo de bens sujeitos a partilha entre os participantes, no regresso das missões militares.¹⁰⁰⁸ Os peões que não comparecessem nas operações militares, mais conhecidas por apelido, cortavam-lhes as barbas.¹⁰⁰⁹ Também os

pp.XXIII, Tít.64. Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 795, Tít.42; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 861, Tít.107, Lv. III; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 25, Tít.66; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 751, Tít.61; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.908, Tít.98, Lv. III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 28, Tít.59, Lv. I.

¹⁰⁰⁴“(…) Mugier que fiziere aleue a sos parientes, magenla et matenla sin calopna, si gelo pudieren firmar com bonos omnes, hy esta [s] firma [s] non recudan a repto.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXIII, Tít.63. Cf. “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 28, Tít.58, Lv. I; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 795, Tít.41; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 861 Tít.107, Lv. III; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, pp. 24 – 25, Tít.65; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 751, Tít.60; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.908, Tít.98, Lv. III.

¹⁰⁰⁵“(…) Tod aportellado que a su sennor tornare mano, cortenle la mano (…)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XXXIX, Tít.133. Cf. ; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.47, Tít.126, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 759, Tít.124; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.804, Tít.120; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 864, Tít. 125, Lv. III; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 910, Tít. 116; “FU” in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.51, Tít. 135

¹⁰⁰⁶“(…) Tod omme que feriere a uizino com cuchiello, o com porra, o com piedra, o com tarangulo, o com cosa que feridas faga de muerte, en el cepo iaziendo, pectet la calomna al quereloso. Et [si] non ouier onde pechar fasta VIII dias, cortenle la mano los andadores. (...)Tod omme que firiere et non fore ferida mortal, enna prision iaziendo, de fiadores et este ad derecho al quereloso.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít. 127. Cf. .“FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.28, Tít.75;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.30, Tít.67, Lv.I;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.752, Tít.[68];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.909;Tít.[100], Lv.III;“CFCR”in PMH-LC, op.cit, p.861,Tít.[109], Lv.III.

¹⁰⁰⁷“(…) Toto recapton qui ibi andare aut recatona pectet I morabitinum, et si non habuerit unde lo pecte, fostigarent la mulier, et el baron iaçat Ilos meses en cepo.”in“CFA”, PMH-LC, op.cit, p.828, Tít.332

¹⁰⁰⁸“(…) Qui auer de fonsado o d’aceria o d’apellido tomare, y a sos conpaneros no lo diere a partir, perda la racion et messenle la barua.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XL,IX Tít. 180. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 70, Tít. 182; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 58, Tít. 177, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 766, Tít. 182; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 894, Tít. [368], Lv. VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 937, Tít. [354], Lv. VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.811, Tít. [183]. Vide, Eduardo Correia, op.cit, p.68

¹⁰⁰⁹“(…) Tod o cauallero o peon, quando odieri el apellido non se fuere trotando o corriendo, de la uilla tambien como de la aldea, al cauallero, corten el rabo al cauallo, et al peon messenle la barua, si io pudieren firmar com III uicinos, et super hoc pectet la calopna a los apellideros sicut scriptum est.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. L, Tít. 185. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 72, Tít.188; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 782, Tít. [335];

indivíduos que jurassem em falso ou prestassem declarações que fugissem à verdade rapavam-lhes metade da cabeça.¹⁰¹⁰

A privação da liberdade costumava também ocorrer. Era normalmente considerada uma pena preventiva e, em alguns casos era subsidiária.¹⁰¹¹ Os presos deviam então permanecer no cepo durante um determinado período de tempo. Muitos deles jaziam durante oito dias ou mais.¹⁰¹² Havia também aqueles que eram acorrentados com correntes nas mãos e nos pés como acontecia em Castelo Melhor¹⁰¹³ e em Cáceres.¹⁰¹⁴

A destruição de casas era uma pena que se aplicava em alguns casos circunstanciais. Nas vilas de Riba-Côa, os funcionários municipais eram punidos desta forma, quando não cumprissem com as suas obrigações. Assim, os indivíduos que exercessem as funções de alcaides ou de outros magistrados, sem o prévio consentimento do concelho, viam as suas casas derrubadas e ainda eram expulsos dos municípios como aleivosos (traidores).¹⁰¹⁵ Tal como a vingança privada, o autor do delito era expulso do concelho, embora não estivesse à partida sujeito a ser vítima de qualquer tipo de violência ou outra punição.

“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 93, Tít. 336, Lv. IV; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.865, Tít. [137], Lv. III; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 911, Tít. 127, Lv. III; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.812, Tít. 189 e p. 829, Tít. [342]. *Vide*, Eduardo Correia, op.cit, p.68

¹⁰¹⁰ “(...) Tod ome que mentira iurar o ffirmar, et los alcaides et los VI uerdade fallaren sobrel que mentira firmo o iuro, tesquilenle la meatadad de la cabeza (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXV, Tít.304. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 114, Tít.313; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.779, Tít. [306]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.87, Tít.307, Lv.IV; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.825, Tít. [307]. *Vide*, Eduardo Correia, op.cit, p.67

¹⁰¹¹ *Vide*, Juan Saiz Guerra, op.cit, p.560; Eduardo Correia, op.cit, pp.64-65.

¹⁰¹² “(...) Et los alcaides non tengan omme en cepo mays de VIII dias si non por lo que dicho es de suso.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXXIX, Tít.325. Cf.“FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.120-121, Tít.334; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 782, Tít.[331]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.92, Tít.332, Lv.IV; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.828, Tít.[334].

¹⁰¹³ “(...) Todo ome que entrare en cepo ó en cadenas dê l'pachaua de morabitino a los andadores.” in “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 938, Tít.[367], Lv.VIII. Cf “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.895, Tít. [381], Lv. III

¹⁰¹⁴ “(...) Tod ome que dixerit: «este es mio preso per mi auer» hi otro omme ouiere del querela per so auer, si troxiere fierro en manos o en pides et omes de su pan andaren con el, sea preso. Et si assi non andare, non sea preso. (...)” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.LXV-LXVI, Tít.255. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.98, Tít.261; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.774, Tít.[251]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.92, Tít. 332, Lv.IV; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.819, Tít.[256].

¹⁰¹⁵ “(...) Tod ome que alcaidia o iudgado acceperit sine mandato de concilio et per so sexmo exca por aleuoso et derribenle las casas si non fuere por su derecho.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LII, Tít.192. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 75, Tít.195; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 767, Tít. [192]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.60-61, Tít.187, Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.890, Tít. [33], Lv.VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.933, Tít.319, Lv.VIII; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.813, Tít.[195].

Criminalidade e combate ao crime (medidas preventivas)

A prevenção do crime foi outra preocupação dos concelhos de Riba-Côa. Estes tiveram o cuidado de reprimir e refrear comportamentos que pudessem estar na origem de condutas delituosas. Pretendia-se, assim, que as pessoas adotassem atitudes e modos de vida no quotidiano, julgadas mais “saudáveis” para o bem-estar de todos e próprias de “boa conduta”. Andar de noite nas vilas ribacoanas sem qualquer motivo aparente era suscetível a desconfianças e dar azo a um ambiente de receio e desconfiança da parte das populações e das autoridades municipais. Este hábito foi, além disso, alvo de regulamentação nos *corpora* costumeiros. Todos aqueles que fossem apanhados a circular de noite, mas se recusavam a dizer de onde vinham e a que vinham, podiam ser considerados ladrões.¹⁰¹⁶ Sendo assim, ficavam sujeitos a ser penalizados como se tivessem cometido algum crime de roubo ou de furto.

O uso e porte de armas era mais uma inquietação para as autoridades locais, pois era vulgar circular-se armado, no interior das vilas e nos arrabaldes. A isto, acrescia ainda o problema de as hospedarias e estalagens terem o costume de receber indivíduos com armas brancas. Estas podiam estar na origem de delitos e de condutas violentas, comprometendo a paz que se deveria fazer sentir nos centros urbanos e no interior de recintos e espaços fechados, mas abertos ao público. Daí, haver a preocupação de os alcaides registarem e de controlarem todos aqueles que transportassem armas, mesmo às escondidas, em Riba-Côa.¹⁰¹⁷

As actividades lúdicas e os divertimentos noturnos eram motivos para conflitos e refregas. Jogavam-se dados durante a noite e nas casas particulares, em Riba-Côa. Era um entretenimento que costumava suscitar batotas, despiques e atitudes violentas entre

¹⁰¹⁶“(…) Tod ome qui de noche andar por uilla, postea quod cinbalum cesauerit, et non dixerit unde ueniat, aut quo uadit, et per bonos homines non prouauerint pro bono, faciant ei quasi ad latronem.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXII, Tít.239. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.92, Tít.245; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.772, Tít. [234]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.72, Tít.236, Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.896, Tít.[384], Lv.VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.939, Tít.370, Lv.VIII.

¹⁰¹⁷“(…) Tod ome qui cuchiello traxerit in uilla aud in calle, aud in rualde, et alcaides inuenerint cum eo, pectet II morabetis a los alcaides. Et in domum ubi ospicium habuerint, dicat illi oспes suos ut laxet cutellu. Et si non dixerit pectet II morabetis alcaides. Et si lazare noluerit, dicat oспes alcaldibus. Et ille qui traxerit pectet II morabetis a los alcaides. Tod ome qui troxier en ascondido pectet la calonna doblada. Et tod ome que fuera de uilla quisier yr, tomelo en su mano, et for a de la uilla metalo en la cinta.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXII, Tít.238. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p.92, Tít.244; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.71, Tít.235, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, pp.771-772, Tít.[233]; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.938, Tít.[369], Lv.VII; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.895, Tít.[383], Lv.VIII.

os participantes. O jogo nem sempre seria uma prática pacífica, porque se encontrava regulamentado, sendo penalizado com o pagamento de coimas.¹⁰¹⁸

O policiamento das ruas, espaços públicos e das zonas rurais foi mais uma das medidas preventivas desenvolvidas pelos municípios, a fim de garantir a segurança dos indivíduos e dos seus bens. Daí, os concelhos dispõem de um conjunto de funcionários capazes de exercerem as referidas funções, sobretudo, em eventos, nos quais se registava uma maior afluência de pessoas, como acontecia com as feiras de Cáceres e Usagre. Aqui, até os alcaides, notários e escrivães funcionavam como “polícias” urbanos.¹⁰¹⁹ Por outro lado, alguns funcionários eram especializados em matéria de vigilância e proteção dos bens alheios, como os montanheiros, messegueiros e vinhadeiros, que guardavam os campos agrícolas.

Justiça e processos judiciais

A necessidade de fazer justiça, resolver conflitos, reparar os danos e os prejuízos causados que costumavam acontecer no dia-a-dia, eram problemas que se encontravam latentes nas sociedades de Riba-Côa. A aplicação da justiça era da responsabilidade dos próprios concelhos e das autoridades judiciais e administrativas competentes. Apesar dos seus esforços, a reparação da justiça era feita pessoalmente, pelas mãos da vítima ou de algum parente, mediante “la puesta en práctica de los procedimientos de autotutela

¹⁰¹⁸ “(...) Et qui iogare dados de noche, pectet I morabeti, et en la casa ubi los iogaren, pectet II morabetis a los alcaides si ei firmaren. Sin autem, iuret sibi tercero.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LIV, Tít.202. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.79, Tít. 206; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.768, Tít [202]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.62, Tít.197, Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.895, Tít. [385], Lv.VIII; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 938, Tít.361, Lv. VIII.

¹⁰¹⁹ “(...) Mando etiam concilio de Caceres suam feriam, quod abeant I uice in anno XV dias últimos mense aprilis, et XV dias primeros de mayo. Et quicumque uoluerit uenire ad istam feriam de Legione, siue Castelle, Aragone, Nauarren, Portugalle siue Christianus, siue iudeus, siue marus, siue inimicus, siue serbuus, siue liber, uel qualibet de quibus cumque partibus fuerint, ueniant septem, et atreguatus. Et qui ad istam feriam uenierit, et aliquis eum contrariauerit (sic), pectet M haureos, medietatem Regi, et medietatem concilio, et quereloso dannum duplatum. Et todos los alcaides, et los VI et Notarios com illos que escriuan todas sus calonas, et guarden, te ronden la feria de dia et de nocte. Et si quempiam uiderit extrare cuttello, uel arman uedatan, et percusserit, pectet X morabetis. Et si fecerit liuores, pectet C morabetis, et corten ei manum. (...) mortus fuerit, enforquenlo et perdat ei quantum habuerit, si extraneus fuerit, et si uicino ad forum. (...) Et los alcaides de conceio, et iuratis, et sex, et Notarius, et Mayordomos anden por la ferie, II a dos, et si aliquis fecerit, quod si debet facere, en el cepo iaciendo, pectet las calonas, et colligant eas Maiordomus, et dent terciam partem querenti et terciam concilio, et terciam alcaides, et VI, et Escriuano, et Mayordomo o que guardant feriam. (...) Todo latrone que furtare en la feria, enforquelo [ilegible] si eum in uenirent.” In, FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XCIV-XCV, Tít.408. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.194-195, Tít.392.

(...) colocados por su alcance por el legislador”,¹⁰²⁰ como acontecia com a vingança privada e a citação judicial privada (penhora extrajudicial). Eram portanto modos particulares de se fazer justiça que se encontravam regulamentados nos *corpora* costumeiros. Ou seja, tratava-se de procedimentos legais colocados à disposição dos indivíduos, embora fossem limitados e controlados pelo poder público, à medida que a reconquista e a organização dos reinos peninsulares se vai consolidando.

Estes factos contribuíram para controlar e refrear a autodefesa e a justiça privada desenvolvidas pelas comunidades, fruto da necessidade de se auto-organizarem. Pretendia-se assim evitar abusos e comportamentos revanchistas e arbitrários em nome da defesa da justiça, culpabilizando e, castigando indivíduos inocentes ou culpados, de forma desmedida e desproporcionada em relação ao tipo de crime. Por outro lado, assevera-se também a defesa do réu em segurança durante o processo, sem ser submetido a coações e represálias, através de um conjunto de mecanismos legais, como, por exemplo as fianças judiciais e os juramentos purgatórios, que lhe permitiam provar a sua inocência e sustentar a veracidade das suas provas em tribunal.¹⁰²¹ Os réus tinham assim a possibilidade de serem ilibados em juízo, independentemente, de serem ou não os autores do delito, sem se confrontarem com severas práticas penais, como a inimizade e as suas consequências, que só seriam aplicadas em último recurso e em alguns casos, como nos crimes perpetrados contra a vida humana.

Daí, ser clara a importância de se constituir um processo judicial e da participação das autoridades públicas na aplicação da justiça, analisando as demandas judiciais e, decretando as sentenças, conforme os ordenamentos costumeiros. O processo funcionava como um “instrumento jurídico por el cual la autoridad pública, a excitación de los particulares o de oficio, define en cada caso, una vez efectuadas alegaciones y practicadas las pruebas, el derecho de aquéllos, restableciendo el orden jurídico inculcado.”¹⁰²² Este iniciava-se com base numa querela entre as partes. O demandante devia ir ao encontro das autoridades concelhias para expor os seus argumentos e razões, com o intuito de os conflitos serem resolvidos.¹⁰²³ Antes de se

¹⁰²⁰ In, Pedro Lumberras Valiente, op.cit, p.229.

¹⁰²¹ Vide, José López Ortiz, “El proceso en los reinos cristianos de nuestra Reconquista antes de la recepción romano-canónica”, in AHDE, N°14, Madrid, 1943, p.186-187; Pedro Lumberras Valiente, op.cit, pp.229-230.

¹⁰²² In, Pedro Lumberras Valiente, op.cit, p.231. Vide, José López Ortiz, op.cit, p.185

¹⁰²³ Vejam os seguintes exemplos: “(...) Qui rancura abuerit de clerici, prenda fiel clerico et layco. Et paret illi fiel iudicent suo iudicio el uicario, uel qui touier sus uezes com un alcalde layco. Et clerici simili modo faciat ad layco. Firmas que abuerint a facere unos ad alios firmen clerici et layci uel layci et clerici in unum. Et iuras inter clerici et layci al foro.” FC”, in Pedro Lumberras Valiente, op.cit, p.XV,

avançar para a via judicial, havia um momento informal que consistia num “antejuicio o exposición, no contenciosa, del querellante en presencia de los jueces, a la vista de la cual se le conferia por éstos una investidura («sennal»).”¹⁰²⁴ Em Riba-Côa, esta função cabia aos alcaides.¹⁰²⁵ Nada se sabe se seria algum objeto simbólico ou se haveria algum documento ou uma outra coisa que servisse de garantia à notificação do demandado a ir a tribunal.

Seguia-se a citação judicial. A notificação do demandado realizava-se, mediante a apresentação de testemunhas ou de um fiel (vizinho, inscrito no padrão municipal), funcionando como uma espécie de fiança; aliás de fiador.¹⁰²⁶ Este procedimento tinha como objetivo assegurar a comparência do acusado em juízo e o cumprimento da sentença, funcionando assim como uma medida cautelar. Mais do que isto, uma “promessa procesal, sino como um procedimiento para obtenerla.”¹⁰²⁷ O fiador era uma espécie de mandatário, de encarregado de levar o demandado a juízo. Além disso, este estava incumbido de ser o depositário da “fianza, que él mismo há de poner en manos del demandante, caso que no haya logrado hacer comparecer al demandado.”¹⁰²⁸

Tít.27. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.10-11, Tít. 28; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.748, Tít.[28]. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.231.

–“Qui rancura habuerint de alio det hominem super quem sit que nom se alze, et uoluerint dare prenda eum sine calumpnia et cognominet eum sua rancura et det ueritatem quod ipsa rancura habet de illo, et si non dedit ueritatem non leuet eum super se et alter non accipiat illum.” FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.XV-XVI, Tít.28. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.11, Tít.29;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.748, Tít. [29]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.20, Tít.26, Lv. I;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.854, Tít.[48], Lv.I;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.902, Tít.43, Lv.II;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.793, Tít.[19].Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.317.

¹⁰²⁴ In, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.231.

¹⁰²⁵“(…) Tod ome que passare senal de corral de uienes pectet I morabeti alcaides.”in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LI, Tít.189. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.73, Tít.192;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, pp.766-767, Tít. [191];“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.60, Tít.186, Lv.III. Vide Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.317; José López Ortiz, op.cit, p.193

¹⁰²⁶“(…) Todo omme a quien demostraren fiel et el fiel dixere: «fiel so», et non quisier hyr ant alcalde, pectet ei I moraueti, et el fiel sea de los scriptos del padron et uaya ant el alcalde (...)”FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XII, Tít.9. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.5, Tít.10;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.746, Tít. [8];“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.15-16, Tít.8, Lv.I;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.852, Tít. [26], Lv.II; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.900, Tít.25, Lv.II;“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.794, Tít.[24]. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.318-319

–“(…) Uezino de la uilla que rancura ouiere d’aldeano parele fiel con un uizino aldeano, ut ueniat ad suam portam al tercero dia de sol a sol et si non uenierit pectet I moraueti suo contemtori. (...)”in”FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XVII, Tít.32. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.13, Tít.33;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.748, Tít. [33]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.21, Tít.31, Lv. I.

¹⁰²⁷ In, José López Ortiz, op.cit, p.195

¹⁰²⁸ In, José López Ortiz, op.cit, p.197

Dentro deste vínculo jurídico-formal inerente ao processo judicial, ambas as partes eram obrigadas a apresentarem-se em tribunal, nos prazos estabelecidos. Normalmente eram acordados entre o demandante e o indivíduo notificado. Se uma delas não aparecia, sujeitava-se ao pagamento de uma coima.¹⁰²⁹ A resolução do conflito era como que obrigatória para ser reparada a justiça e ser selada a paz entre as partes envolvidas. Ao demandado não lhe restava outra alternativa que aparecer em juízo; caso contrário, o fiador devia levá-lo a tribunal.

Havia ainda um conjunto de medidas preventivas que asseguravam a presença das partes em tribunal, como, por exemplo, «meter bestas», no corral dos concelhos. O demandado devia entregar os animais (mulas, cavalos ou burros) logo depois de ser notificado. As bestas funcionavam como uma penhora. Apesar disso, havia ainda outras alternativas que consistiam no embargo de dinheiro ou de outros bens.¹⁰³⁰ A citação pública, por via da penhora, requeria um mandato prévio emitido pelos concelhos ou pelos funcionários municipais. Esta devia ser também levada a cabo diante de testemunhas.¹⁰³¹ Todos os arrestos sem o devido consentimento eram considerados nulos e os bens penhorados eram restituídos ao seu respetivo dono.¹⁰³² Os bens embargados

¹⁰²⁹ Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.231.

¹⁰³⁰ “(...) Tod omme que ante alcalde baraiar, et el alcalde pro iudicio mandare bestia mittere, et non la metier, pectet I moraueti querenti. Tod omme que bestia ouier a meter, cada tercer dia bestiam mittat, et quantas bestias non metier, tantos morauetis pectet querenti. Tod ome qui bestiam debuerit mittere, una bestia mortua que uala I moraueti, et dend adelant meta bestias uiuas al foro.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XIII, Tít.14 Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.6-7, Tít.15; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.746, Tít.[13]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.17, Tít.13, Lv. I; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.792, Tít.[7].

“- (...) Negun ome non se alze a corral por menos de I morabeti. Et qui non prisier iudizio de corral a corral meta sus bestias. La primera sea muerta et las otras uiuas, et quantas fallescieren que non metiere, tantos morabetis pectet querenti fasta el primo uiernes.” in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LIII, Tít.195. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.76, Tít.199; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.855, Tít. [55], Lv.II; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 911, Tít. [51], Lv.II. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.320.

¹⁰³¹ “(...) Tod omme a quien demandaren casa con penus cognomine tribus uicinus qui leuent em super se et si inter tantum alium leuauerit super laxet eum. Et si de istis tribus nullum noluerit leuare super se, prenat eum sine calumpnia. Te si postquam captus fuerit hominem dederit qui eum leuent super se lexent eum. (...) Tod omme que fiador dier tal fiador de que aya uaçia de la peticion duplada.”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XVI, Tít.29. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.11-12, Tít.30; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.748, Tít.[30]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.21, Tít.30, Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.854, Tít. [49], Lv.II; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 902, Tít.44, Lv.II. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.321.

¹⁰³² “(...) Tod ome que sin mandado de conceio prendare o de los iunteros et iudizio non quisiere facer, et per el prendaren en outra parte las bestias yaziendo ssaque la prenda.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXVII, Tít.263. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.100-1012, Tít.271; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.775, Tít.[263]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.77, Tít. 265, Lv.III.

acabavam por ser posteriormente libertados e devolvidos. Para isso, bastava o consentimento dos alcaldes.¹⁰³³

Não obstante, a penhora extrajudicial era um mecanismo paralelo, de caráter privado que podia ser utilizado pelos indivíduos para forçarem outrem a comparecer em juízo para que lhe fosse aplicada. Este procedimento judicial tinha umas características particulares, distinguindo-se da forma pública de iniciação ao juízo. Tratava-se portanto de um recurso que não exigia uma intimação emitida em tribunal ou uma autorização judicial prévia das autoridades locais, dependendo totalmente da responsabilidade do queixoso, dentro dos parâmetros das normas afixadas pelos ordenamentos costumeiros.¹⁰³⁴ Para isso, bastava o quereloso fazer-se acompanhar de um vizinho para servir de testemunha. Começava-se por embargar algum bem de escasso valor e, de forma simbólica. Os costumes e foros de Alfaiates são mais explícitos, neste sentido, ao fazerem menção a palhas ou a estacas.¹⁰³⁵ A ideia era fazer com o demandado acudisse logo ao tribunal para ser responsabilizado. Se assim não o fizesse, o queixoso tinha o direito de prosseguir diariamente com as penhoras de outros bens, até conseguir as suas pretensões. Os bens deixavam de ser simbólicos, passando a ter um valor monetário. Começavam já a ser coisas importantes, com o objetivo de atingir o demandado, chegando a lesá-lo, até que se decidisse a aparecer em juízo. Quando o quereloso visse as suas pretensões satisfeitas, procedia-se à devolução dos objetos embargados. A «prenda» extra-judicial exigia a presença de testemunhas que funcionavam, ao mesmo tempo, como garantia e de prova, com a finalidade de assegurar que não havia excessos e más intenções.¹⁰³⁶

Não obstante, a penhora extra-judicial ganhava outra dimensão, completamente distinta da anterior, quando se tratava de delitos de danos dos bens alheios provocados por animais, especialmente, nas propriedades agrícolas. Este procedimento jurídico, mais conhecido por «acorrallamento», assentava plenamente na “responsabilidad del

¹⁰³³ “(...) La bestia o la prenda que alcalde mandare soltar et no la soltaren, duplela a quel que demanda, fueras bestias d’eredat otorgadas; estas non sean sueltas si non por iudizio de IIII alcaldes.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XII, Tít.13. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.6, Tít.13; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.746, Tít. [12]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.16, Tít.12, Lv. I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.853, Tít. [30], Lv.II; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.900, Tít.28, Lv.II; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.791, Tít.6.

¹⁰³⁴ Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.323; José Orlandis, op.cit, p.83; José Orlandis, op.cit, p.97.

¹⁰³⁵ “(...) Et iudei pignorent paleam et staco et petat bestiam cum iudeo de christiano, et christiani similiter ad illos.” In “CFA”, PMH-LC, op.cit, p.793, Tít. 18. Vide José Orlandis, “La prenda de iniciación del juicio en los Fueros de la familia de Cuenca-Teruel”, in AHDE, vol. XXIII; Madrid, 1953, 1969, p.83; José López Ortiz, op.cit, p.201.

¹⁰³⁶ Vide, José Orlandis, op.cit, p.98.

animal.”¹⁰³⁷ Consistia na capacidade de o lesado poder reter para si (penhorar) um determinado número de cabeças de gado, sem necessitar de qualquer mandato judicial, até que o dono dos animais o indemnizasse pelos prejuízos causados.¹⁰³⁸ Não se podia capturar todos as cabeças de gado das reses ou das varas de porcos, devendo proceder à apanha de alguns exemplares, suficientes para servirem de amostra e para o dono dos animais ficar incomodado e ir ao encontro da vítima para ser reparada a justiça e assim, ser ressarcida. O lesado devia ter também outros cuidados com a penhora, porque estava interdito a prender cabeças de gado maiores, como os machos, devendo, em primeiro lugar, dar primazia às fêmeas ou a outras cabeças de gado em fase de crescimento para não prejudicar a reprodução das espécies. Desta iniciativa judicial, excluía-se os patos, gansos e as pombas. Na eventualidade, de o dono dos gados não reparasse economicamente os prejuízos, a vítima ficava com os referidos animais.

No entanto, num primeiro momento, esta forma de citação judicial obedecia a outras formalidades. Anteriormente, não havia a preocupação de preservar a vida dos animais que fossem embargados pelos proprietários agrícolas. Estes podiam matá-los, sem sofrerem qualquer tipo de coação judicial.¹⁰³⁹

Finalizados estes procedimentos, seguia-se o desenvolvimento do processo judicial. Nesta fase, as partes deviam expor as suas queixas e motivações e apresentar as provas necessárias na defesa dos seus argumentos.¹⁰⁴⁰ O demandante era obrigado, em

¹⁰³⁷ In, José Orlandis, op.cit, p.163.

¹⁰³⁸“(…) Tod omme que fallare puercos, o cabras o ouellas en so restroio, o ouere gaiuellas treznasles, o en uina uindimiada, prenda II carneros o II puercos, et non tome carnero cencerrado, si carneros non andudieren enas ouejas, tome II oues et non tome morueco nin de puercos uerraco. Et si lo tomare delo doblado, et de cabras tome II et de cabrones II et non tome otra calopna. Et del prado simili modo sicut del restroxo.” in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXII, Tít.104. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.39-40, Tít.106; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.917, Tít.[171], Lv.V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.872, Tít.[184], Lv.V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.37-38, Tít.97, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.755, Tít.[94]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.801, Tít.[95]. Vide, José Orlandis, op.cit, pp.169-172

¹⁰³⁹“(…) Qui danno en uinna feziere, por cada uide que fuer pascida pectet V soldos et dende arriba fasta X morabetis sea calonna de pasedura de uinneia; et qui hi tomare porcos, o oueias, o cabras, o outro ganado excepto cabeza mayor mate de illos dos si uoluerit, et non tome outra calupnia.” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.XXX-XXXI, Tít.98. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.36-37, Tít.100; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.36, Tít.90, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, pp.754-755, Tít. [88]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.800, Tít.[81]. Vide, José Orlandis, op.cit, p.167, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.326

¹⁰⁴⁰“(…) De toda demanda diga el qui demandare que es aquello que demanda o por que, o como, ca ay cosas que es perigo del alma. (...) Por tod esto mando que qui demandar diga de que es o por que es o quanto es. Si no lo quisier dezir el qui demanda nol responda el outro. Si sobr’esto le mandaren bestias meter no las meta. Si lo prendaren los alcaldes, tornenle sos penos com III morabetis, et sean periuros. Si el outro lo prindar, tornely los penos com II morabetis.” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, P.CXIII, Tít.502. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.151, Tít.429. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.326.

algumas circunstâncias, a prestar juramento de «manquadra».¹⁰⁴¹ Tratava-se de um juramento que funcionava como uma espécie de compromisso da parte do queixoso. Este devia alegar que avançou com a demanda com boa-fé, sem malícia e sem intenções de prejudicar o demandando, pretendendo somente a reparação da justiça. Para o efeito podia jurar individualmente ou com conjuradores. Desta forma, o queixoso asseverava que os seus motivos eram legítimos e fundamentados.¹⁰⁴² A «manquadra» era um recurso judicial que comprometia e responsabilizava o queixoso a não empreender queixas sem sentido, desprovidas de razão, com a mera finalidade de prejudicar e fazer mal o acusado. Por outro lado, com este juramento evitavam-se querelas e pleitos desnecessários.¹⁰⁴³

Durante o processo, era recorrente o uso de outras formas de juramento. Tratava-se de uma prática com uma dupla finalidade, não só como um “medio que garantiza y fija los actos procesales de las partes, sino también un instrumento de prueba.”¹⁰⁴⁴ O procedimento mais comum era o juramento purgatório, com a finalidade de assegurar a inocência, “com dispensa de qualquer prova pelo autor e bastando assim a acusação para lhe dar lugar, quer sob a modalidade de realizar apenas no caso de haver prova apresentada pelo acusador.”¹⁰⁴⁵ Podia ser realizado individualmente ou com

¹⁰⁴¹Vejam-se alguns exemplos: “(...) Tod ome qui fructum alienum acceperit, si potuerint ei firmare, pectet II morabetis al quereloso. Sin autem iure cun I uizino et el outro la manquadra.” FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXII, Tít.105. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.40, Tít.107; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.898, Tít.[17], Lv.I; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.851, Tít.[19], Lv.I; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.38, Tít.98, Lv.II; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.755, Tít.[95]; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.801, Tít.[98].

“- (...) Et por lo demas niegue o manifieste, et faga quanto mandaren alcaldes, et la manquadra que dier la mugier a tal sea: iure com III et illa quinta de sos parientes, et si parientes non abuerit, iuret com III uizinos que in ipso die fue forciada d’aquel que se querela, et nob per sue ueluntad ni por auer quel disse.” FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXV, Tít.71. Cf. “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 796, Tít.50; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.29, Tít.65, Lv. I; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 913, Tít.137, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 752, Tít.66; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 27, Tít.73; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 867, Tít.147, Lv. IV.

¹⁰⁴²Vide, Juan García González, “El juramento de manquadra”, in AHDE, vol. XXV, Madrid, 1962, p.233.

¹⁰⁴³“(…)Quando los contendores ante iurados uinieren aquel que primero demandar, meta la manquadra si la peticion fuere de I quarta de morabeti arriba. Esta es la manquadra, duga el contendor, uienes iurar que uerdad demandas. R. alter: uengo o iuro. Diga su contendor: si uerdad sabes et mentira uienes iurar Dios te coffonda. E. Amen. Facta autem la manquadra, responda so contendor negando o outorgando, mas aunque niegue o manifieste, diga el quereloso que pide et quanto (...)” in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.CVI, Tít.470. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.171-172, Tít.492. Vide, Juan García González, op.cit, pp.253-254; José López Ortiz, op.cit, p.207; Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.335.

¹⁰⁴⁴In, José Martínez, op.cit, pp.33-34.

¹⁰⁴⁵In, Teresa Morais, “Dos meios de prova no direito medieval português: notas para a história do juramento probatório.” in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Raul Ventura*, vol. I, Lisboa, [s.n], 2003, p.409

conjuradores, entre um a doze indivíduos, consoante a natureza do delito.¹⁰⁴⁶ Deste modo, o réu podia ser ilibado («salvar-se») da acusação que lhe era imputada, pois conseguia assim contestar a demanda ao provar que não cometeu tal crime, ficando livre de culpa.

Jurar diante de objetos litúrgicos era comum nos processos judicial, especialmente, quando uma das partes pertencia à comunidade hebraica. Nestes casos, os judeus podiam jurar nas suas sinagogas, com a Torah nos braços.¹⁰⁴⁷ Os juramentos tinham também uma conotação religiosa.¹⁰⁴⁸

A confissão do réu era um meio de prova indispensável para o desenrolar do processo, assumindo as culpas e os seus atos em juízo. Este tinha a possibilidade de aceitar ou negar a demanda realizada.¹⁰⁴⁹

A apresentação de testemunhas,¹⁰⁵⁰ de «firmas»,¹⁰⁵¹ «eguaías»¹⁰⁵² e de provas escritas (documentos públicos¹⁰⁵³ ou privados¹⁰⁵⁴) era fundamental para em juízo para as

¹⁰⁴⁶Vejam-se os seguintes exemplos: “De iuras. Tod omme que a iurar ouiere pectet I morabeti iure con uizino, por II con II, por III con III, por IIII o den arriba sibi V.” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LX,Tít.229. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.89, Tít.239;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.70, Tít.228, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.771, Tít.[822]. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.336.

–“(…) Qui firiere o messare uizino o liuores fiziere sobre salua fe pectet C morabetis al quereloso, et sos IIII morabetis a los alcaldes; et exeat por aleuoso de conceio, si ei potuerit firmare. Sin autem iure cum XII uicinos al uicino al uicinio et al morador com VI moradores.” in “FC” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.XVIII-XIX,Tít.42. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.16, Tít.43;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, pp.23-24, Tít.40, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.749, Tít. [42];“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.905, Tít.[78], Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.859, Tít.[86], Lv.III

–“(…) Qui forciare mulier uelada et probare ei potuerint enforquenlo. Et si probar non gelo pudieren, lide o saluese com XII qual mas quisiere el quereloso; et si cadier, enforquet illum. (...)”in “ FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. XX- XXI, Tít.53. Cf. “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 906, Tít.86, Lv. III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 750, Tít.52; “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.19-20, Tít.54; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 860, Tít. 95, Lv. III; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 26, Tít.51, Lv. I; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.795, Tít.38.

¹⁰⁴⁷“(…) Tod omme que ouieren a iurar a iudio por cual cosa que quier, per su cabeza le faga derecho, bien como el iudio al christiano. Et fasta I morabeti iure el iudio por palaura. Et de morabeti arriba iure por carta dentro ena sinagoga, et teniendo la Tora enos brazos. Et si la Tora non ouieren, tengan el libro de los X. comandamientos. Et si ita non fecerint, por hy cayat.”, in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXII, Tít. 294. CF. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 108, Tít. 303.

¹⁰⁴⁸ Vide, Teresa Morais, op.cit, p.419.

¹⁰⁴⁹“(…) Et por toda peticion conosca o negue. Et si non quisier conoscier o negar, meta bestia cada tercer dia, fasta que conosca o negue.”in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.LXVI-LXVII,Tít.260. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.36-37, Tít.100;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.36, Tít.90, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, pp.754-755, Tít. [88];“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.800, Tít.[81]. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.329.

¹⁰⁵⁰São exemplo: “(…)Tod ome qui de noche andar per uilla postea quod cinbalum cessauerit, et on dicerit unde ueniat, aut quod uadit, et per bonos homines non prouaierint pro bono (...)” in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXII, Tít.239. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.92, Tít.245;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.772, Tít. [234]; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.72, Tít.236, Lv.III; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.896,

partes. As declarações prestadas podiam servir de ajuda para compreender os factos e as causas das querelas. Com estes recursos, o queixoso e o demandado demonstravam e sustentavam a veracidade das suas versões, ao mesmo tempo que corroboravam os argumentos da outra parte. Era também normal que os pleitos contassem com os depoimentos de funcionários locais e homens bons.

A pesquisa, ou melhor, a inquirição era mais um mecanismo de prova levado a cabo nos tribunais de Riba-Côa. Normalmente era utilizada como complemento das

Tít.[384], Lv.VIII;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.939, Tít.370, Lv.VIII. *Vide*, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.331

-“(…) Tod ome que auer ouiere a dar a otro, et ferias entraren, pidagelo con III testigos et del dia que gelo pidiere dielo a VIII dias. Et si lo non diere duplelo ferias exidas.” in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXII, Tít.236. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.91,Tít.246;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.73, Tít.241, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.772, Tít.[239];“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.818, Tít.[246].

¹⁰⁵¹As «firmas» podiam ser provas orais ou materiais. Veja-se o exemplo:“(…) Toda firma que firmare, esso firme onde fue fecho testigo de illo, et a tal cosa que fue marcada o dada antel. Et aquí a morador ouiere a dar eguaia, o a iurare uel afirmarem si uezinis leuare, non caya por ende. Et destas eguaia non entre soldadero de sennor de terra nin ome que prora aya fachea que uencie, nin bracer o nin esquierdo. Et qui tal eguaia non diere, por hy cayat.” in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXXX, Tít.301. Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 113, Tít. 310; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 86, Tít. 303, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 799, Tít. 302; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.863, Tít. 121, Lv. III; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, pp. 909 - 910, Tít. 112, Lv. III.

¹⁰⁵²«Eguaya» é um vocábulo difícil de definir. De acordo com Julio Barthe Porcel, trata-se de um conceito “poco menos imposible determinar, cuál sea la significación y verdadera aplicación de la «eguaia», en el proceso medieval.”, in Julio Barthe Porcel, op.cit, pp. 205 – 213. Neste caso, a ideia de «dar eguaia», segundo as palavras do referido autor, se refere “al duelo judicial”. Julio Barthe Porcel, op.cit, p. 208. No glossário anexado ao estudo do direito privado costumeiro da vila de Cáceres pelo estudioso Pedro Lumbreras Valiente, «Fazer eguaia» “parece ser brindar hombres buenos o testigos, de condición «igual» a la del litigante, que le ayuden a comprobar algún hecho.”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.203. A apresentação de «eguaia» devia ocorrer num prazo de três ou nove dias. Caso não fossem apresentadas as «eguaia» dava-se início ao processo judicial. Este tipo de provas e de garantias deviam ser da mesma condição do solicitante. Ou seja, os vizinhos deviam trazer «eguaia» que tivessem a mesma condição municipal de vizinhos. Os moradores deviam proceder também da mesma forma, devendo comparecer em juízo com as «eguaia» da mesma condição de moradores. Cf. “Qui eguaia ouier a dar. Tod ome qui eguaia ouiere a dar fasta III. VIII dias non diere eguala, el outro iure solo et ranque so iudizio. Et en las egualas el que sacaren por peor, si la pidiere al outro, yenguenlo com el. Et a uizino den eguaia de uizinos et a moradores. (...)”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp. LXXIV – LXXV, Tít. 300. *Vide*, “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 113, Tít. 309; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 86, Tít. 302, Lv. IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.779, Tít. 301; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, pp. 862 – 863, Tít. 120; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 909, Tít. 111; “CFA”, in PMH-LC, op.cit, p. 825, Tít. 303. *Vide*, Julio Barthe Porcel, op.cit, p. 208.

¹⁰⁵³Vejam-se os seguintes exemplos:“(…) Tod omme que salua demandare a outro ante IV alcaldes (...) los alcaldes escriuan la salua fe, que si oppus fuerit, que las puedan mostrare.” in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.XXI,Tít.55. Cf. FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.20, Tít.56;“FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.26, Tít.53, Lv.I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.751,Tít.[54];“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.860, Tít.[96], Lv.III;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.906, Tít.[87], Lv.III;“ *Vide*, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.330

¹⁰⁵⁴“(…) Tod omme que ouieren a iurar a iudio por cual cosa que quier, per su cabeza le faga derecho, bien como el iudio al christiano. Et fasta I morabeti iure el iudio por palaura. Et de morabeti arriba iure por carta dentro ena sinagoga, et teniendo la Tora enos brazos. (...)”, in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. LXXII, Tít. 294. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, op.cit, p. 108, Tít. 303.

afirmações das testemunhas ouvidas em tribunal ou de outros meios de prova. Pretendia-se com isto apurar mais detalhes e investigar a fundo a verdade dos factos. Qualquer um, vizinho ou morador, podia fazer parte do processo inquisitivo de averiguação.¹⁰⁵⁵

As perícias eram também importantes, uma vez que podiam trazer dados conclusivos para o esclarecimento dos delitos e das próprias demandas, funcionando como meio probatório e ainda facilitavam a determinação das sentenças. Para o efeito, era costume nomear peritos, que podiam ser vizinhos dos concelhos, ou mesmo, os alcaides podiam fazer dos factos, danos e dos vestígios que foram deixados.¹⁰⁵⁶

O esquadrinhamento era mais um sistema de prova. Para isso, bastava que o acusado abrisse as portas da sua casa para serem feitas as buscas. Era mais uma forma de completar as investigações necessárias.¹⁰⁵⁷

As provas ordálias eram também mecanismos provatórios fundamentais nos processos. Serviam para demonstrar a “inocencia o la culpa de ciertos reos mediante la intervención de la divinidad.”¹⁰⁵⁸ O combate judicial, a lide, podia ser optativo. Outras vezes, não deixava de ser mais uma prática obrigatória como complemento ao

¹⁰⁵⁵“(…) Et todas las calonnas de conceio per exquisita bona et derecha las coian. Et devant sea aquel a qui dieren las esquisas: a uizino de uizinos; a morador de moradores et estas exquisas sean III et non menos. Et con aquellas exquisas coia el quereloso su calonna.” in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.LI-LII, Tít.190.Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.73-74, Tít.193; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.63, Tít.200, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.768, Tít.[204]. Vide, Joaquín Cerdá Ruiz-Funes, “En torno a la pesquisa y procedimiento inquisitivo en el derecho castellano-leonés de la Edad Media.”, in AHDE, N°32, Madrid, 1962, pp.492-494; Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.336-337

¹⁰⁵⁶Vejam-se os seguintes exemplos:“(…) Tod ome qui matar moro o mora de laour, pectet XV morauetis domino suo. Et si fuer de mierce, alcaides et VI lo aprecienlo quanto pectet a so senor, si ei potuerint firmare. Si autem, saluese si V.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XXXVIII, Tít. 131. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p. 50, Tít. 133; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.759, Tít. 120; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 45, Tít. 121, Lv. II

“(…) Tod omme qui rancado fuere por calopna pechar de I morabeti arriba, pectet en ropa et en ganado (...) et si oro o argento quisiere meter en apreciadura meta et aprecienlo los alcaides, et tomen ende la diezma parte por que lo apreciam, et dicant, propter amorem Dei, et ipsa iura que fecerunt ad Concilium que derecho aprecian secudi suo seso (...)” in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXXXIX, Tít.382.Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.136-137, Tít.391; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.917, Tít.[170], Lv.V; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, pp.871-872, Tít.[183], Lv.V; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.102, Tít.382, Lv.IV; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.788, Tít.[394]. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.334

¹⁰⁵⁷Vide, Rafael Gibert, “El derecho municipal de León y Castilla” in AHDE, vol. XXXI, Madrid, 1961, p.530; José Orlandis, op.cit, p.125.

¹⁰⁵⁸ In, Alfonso Otero, “El riepto de los fueros municipales” in AHDE, N°XXIX, Madrid, 1959, p.165. Vide, Niceto Alcalá-Zamora y Castillo, op.cit, pp.98-103; Luís Cabral Moncada, “O duelo na vida do direito.”, in AHDE, vol.II, Madrid, 1925, pp.215-217; José Martínez Gijón, op.cit, pp.46-49; Manuel Torres, “Naturaleza jurídico-penal y procesal del desafío y riepto en León y Castilla en la Edad Media.”, in AHDE, vol. X, Madrid, 1933, pp.161-174.

juramento purgatório ou como o único meio de prova.¹⁰⁵⁹ As viúvas e os clérigos não escapavam também, sendo proibidos de lidar, excepto nos delitos de homicídio e violação.¹⁰⁶⁰ A lide, nestes casos, consistia numa particularidade judicial, uma vez que se tratava de uma prova tipicamente masculinas. Às mulheres estava-lhes reservada a prova do ferro candente e incandescente.¹⁰⁶¹ Contudo, não se regista nos costumes e foros qualquer menção a esta prática. Possivelmente, não fosse levada a cabo em terras de Riba-Côa.

Todos estes procedimentos judiciais colocados à disposição das partes intervenientes nos litígios tinham como objetivo demonstrar formalmente a “existencia o inexistencia de un hecho, la certeza o falsedad de una afirmación.”¹⁰⁶² Eram usados portanto para testar a sustentabilidade e a veracidade das provas e dos argumentos usados por cada um em sua defesa. Destes instrumentos judiciais, dependia a sentença.

O processo judicial podia terminar de várias formas, entre as quais a emissão da sentença,¹⁰⁶³ chegar a um acordo entre as partes,¹⁰⁶⁴ dar o caso por inconclusivo,¹⁰⁶⁵ entre outras possibilidades. Não obstante, a parte insatisfeita com a resolução judicial podia sempre recorrer e contestar, com o fim de se proceder às alterações processuais.¹⁰⁶⁶

¹⁰⁵⁹ Vide, Alfonso Otero, op.cit, p.158.

¹⁰⁶⁰“(…) Viduas et clericos siue quintos se saluen pro unde debuerint lidiare excepto pro morte de homine aut mulier forciada.”, in “FC”, in Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p. XV, Tít.27. Cf. “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud, op.cit, p.p.10-11, Tít. 28; “FCO”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p. 20, Tít. 25, Lv. I; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p. 748, Tít. 28; “CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p. 901; Tít. 42, Lv. II; “CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p. 854; Tít. 47, Lv. II

¹⁰⁶¹Vide, María Concepción Esponera Extremera, “La mujer en el Fuero de Teruel. Similitudes y diferencias con el Fuero de Estella”, in *Los Fueros de Teruel y Albarracín. Actas de las Jornadas de estudio celebradas en Teruel y Albarracín los días 17, 18 y 19 de diciembre de 1998*, Teruel, Instituto de Estudios Turolenses e Excma. Diputación Provincial de Teruel, 2000, pp.106-107; José Martínez Gijón, op.cit, p.42

¹⁰⁶²In, José Martínez Gijón, op.cit, p.27

¹⁰⁶³“(…) Et los alcaldes, aquello que iudgaren, esso otorguen. Et iudguen Derecho et otorguen Derecho (…)” in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, pp.LI-LII, Tít.190.Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.73-74, Tít.193; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.63, Tít.200, Lv.III; “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.768, Tít.[204]. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.307

¹⁰⁶⁴“(…) Todos omes qui auer se ouieren a dare ad, ueniat ille que demanda et contense unos eum alios et compleant se unos ad alios per directum.” in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXXXV, Tít.362.Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.130, Tít.371 “CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.785, Tít.[371].

¹⁰⁶⁵“(…) Et si non dederit ueritatem, uadat ad illas collationem ubi mostrat ei plazum. Et si non fuerit solta la pignora. Et si la pignora non soltauerit, de la duplada a ssuo contemtori (…)” in “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.XIV, Tít.21.Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, p.9, Tít.22] Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.337.

¹⁰⁶⁶Vejamos os seguintes exemplos: “(…) Tod ome per so iudicio a los sex se alzare, et los alcaldes lo deudaren, sean periurados, et por esto non meta bestia. Et esto per iudizio de corral.” In “FC”, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.LXVII. Vide, Pedro Lumbreras Valiente, op.cit, p.309

-Tod ome que por suo iudizio s'alzare al Rey alcese fata X morabetis aut plus, et non por minus. Et aquel que se alzare al Rey, meta penos de IIII morabetis en manos de los alcaldes, et el otro II, et uayan al Rey

Conclusão

Normativa e sociedade são duas premissas que me acompanharam ao longo deste estudo sobre os costumes e foros de uma região de fronteira, com um direito local e consuetudinário tão particular como Riba-Côa. Do ponto de vista jurídico, começo por destacar a particularidade dos costumes e foros de Riba-Côa (Alfaiates, Cáceres, Castelo Bom, Castelo Melhor, Castelo Rodrigo, Coria e Usagre). Este facto deve-se à formação e à importância da família costumeira ribacoana no seio da monarquia leonesa e num quadro normativo, onde reinavam os costumes e foros de tradição leonesa, como Salamanca, Ledesma, Alba de Tormes, Zamora, sem esquecer o caso particular de Sepúlveda, pertencente ao grupo alargado de Cuenca. Logo, esta realidade faz com que os regulamentos ribacoanos sejam um caso à parte no seio de duas grandes famílias costumeiras: a leonesa e a castelhana.

Por outro lado, a zona de Riba-Côa foi motivo de controvérsias e de tensões políticas e diplomáticas que culminaram com a assinatura do Tratado de Alcanices em 1297. Este acordo pôs fim a lutas sucessivas, ajudando a definir a fronteira entre os reinos de Portugal e Castela. Castelo Rodrigo, Alfaiates, Castelo Melhor e Castelo Bom couberam assim ao rei D. Dinis, ao passo que Cáceres, Coria e Usagre continuaram no reino castelhano.

Os costumes e foros de Riba-Côa são um reflexo da sua sociedade. Dão-nos uma visão de como os concelhos se organizavam, aplicavam a justiça e geriam os seus recursos económicos. Além disso, permitem-nos conhecer os hábitos, comportamentos, problemas e os modos de vida das gentes ribacoanas na Idade Média. Ao longo deste trabalho, procurou-se assim averiguar o estatuto sociojurídico, os privilégios e os comportamentos dos diversos grupos que compunham o tecido social dos núcleos urbanos de Riba-Côa. As normativas costumeiras foram ainda mais longe ao estatuir normas e padrões de conduta aos seus habitantes.

en el regno de Leon fata Duero, en el regno de Castiella fasta Medina, et Auila, et a Toledo, et non plus. Et si aquel que se alza al Rey non quisiere ir, prenda el iudizio de los alcaldes. (...) Et si, por aventura non fuere el Rey en estos términos, sperenlo usque ueniat regem a estos términos. Et quando fuerint ao Rege usque VI dias aquel que se alzo, meta al otro al Rey. Sin autem, faciale testigos de los fieles, et uengase. Et si aquello iudgar el Rey que los alcaldes, aquel que se alzo pectet II morabetis a los fieles. Et de illo die que uenerint aquel que cayer a VIII dias de los morabetis. (...)” in“FC”, Pedro Lumberras Valiente, op.cit, p.LXXXVIII,Tít.378.Cf “FU”, in Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martin, op.cit, pp.134-135, Tít.387;“CFCM”, in PMH-LC, op.cit, p.929, Tít.[371], Lv.VIII;“CFCR”, in PMH-LC, op.cit, p.896, Tít.[386], Lv.VIII; “FCo”, in José Maldonado y Fernández del Torco, op.cit, p.101, Tít.377, Lv.IV;“CFCB”, in PMH-LC, op.cit, p.787, Tít.[388];“CFA”, in PMH-LC, op.cit, p.801, Tít.[98]. Vide, Pedro Lumberras Valiente, op.cit, p.334

Os grupos militarizados têm um papel de destaque na sociedade ribacoana. Os cavaleiros constituíram uma elite de prestígio, assente nas armas e nos seus novos interesses e iniciativas políticas e económicas. Estamos diante de um grupo social que vai ganhando, de forma paulatina, uma nova consciência, suportada por novos valores que iam para além da guerra, afastando-se dos padrões das primeiras sociedades primitivas de fronteira. O poder, os privilégios e os benefícios das atividades bélicas vão sendo, pouco-a-pouco, suplantados por novas necessidades e vontades da cavalaria-vilã, que já não entende a guerra como a única alternativa e fonte de rendimentos e de poder, no seio das sociedades municipais. O dinheiro assume-se como um veículo primordial de ascensão social e de poder, bastante notório na capacidade de aquisição e manutenção de um cavalo, armamento e de outros acessórios indispensáveis para a guerra, mas também na capacidade de investir em terras, cabeças de gado e em outros bens e empreendimentos.¹⁰⁶⁷ Ninguém, à partida, estava impelido de ascender socialmente e de ter acesso à honra de cavalaria.

Os cavaleiros constituíram um grupo aberto, heterogéneo, hereditário, com poder económico e influência política suficiente para determinar os desígnios concelhios, através do exercício de cargos municipais e de ofícios relacionados com a rafala, mais em concreto, com a transumância. Ou seja, controlavam os interesses locais, mas também económicos, como o setor ganadeiro.

Já os grupos sociais de categorias inferiores, como os peões, tinham a possibilidade de ascender socialmente, desde que possuíssem um determinado grau de riqueza. Como acabamos de ver, qualquer um podia ser cavaleiro.

Os dependentes compunham a massa trabalhadora assalariada dos concelhos de Riba-Côa, constituindo um grupo heterogéneo de homens livres com estratos e níveis de riqueza diferentes. Estes gozavam de um estatuto particular na sociedade, que lhes advinha, na maior parte dos casos, das isenções de tributos e de prestações militares, uma vez que não dispunham de rendimentos e de património suficientes para poderem estar inscritos nas Cartas de «Padrão» municipais para serem considerados vizinhos. Este facto estava também relacionado com o tipo de relação contratual que os dependentes estabeleciam com os seus amos, prevendo-se assim algumas exceções. A relação entre senhores e dependentes ganhava outros matizes, ao se estabelecerem ainda

¹⁰⁶⁷ Vide, José Mattoso, op.cit, p. 360

laços pessoais e de proteção, para além dos vínculos laborais. Os costumes e foros funcionavam, neste sentido, como uma espécie de «códigos de trabalho».

Quanto às mulheres e os seus papéis na sociedade, os regulamentos costumeiros deixam transparecer que estas não se encontravam submetidas a uma figura masculina, confinadas ao espaço familiar. Eram mulheres com personalidade jurídica e com uma certa autonomia, capazes de enfrentarem processos judiciais. Tal como os homens, estas podiam ser responsabilizadas judicialmente. Eram vítimas e autoras de vários delitos como qualquer pessoa. Os costumes e foros mostram uma certa igualdade penal entre homens e mulheres, com a excepção dos casos de adultério. Os delitos cometidos por mulheres eram punidos em função da transgressão e não da condição social. O sexo dos criminosos não era determinante na formulação do sistema penal costumeiro, sendo assim considerados critérios na avaliação de um crime.

As ribacoanas, assim como os homens, tinham direito a herdar, eram donas de património e geriam os seus próprios bens. Também chegavam a participar nos assuntos patrimoniais em conjunto com os seus maridos, chegando a individualizar-se e a ter um papel de destaque.

A vida laboral feminina encontrava-se ainda regulamentada. Estas assumiam um papel activo no desenvolvimento da economia dos concelhos ribacoanos, exercendo diversas actividades económicas nos sectores primário, secundário e terciário. Os ofícios relativos à «indústria» e ao comércio foram fundamentalmente alvo de um conjunto de disposições próprias, com a finalidade de controlar e minimizar a prática de determinadas condutas, como a fraude, prejudicando as trocas comerciais, o abastecimento de mercadorias e os consumidores.

As minorias - muçulmanos e judeus - eram aceites e toleradas no seio das sociedades ribacoanas, apesar de terem um estatuto jurídico próprio e de ocuparem uma condição social inferior à da maioria cristã. Ambos os grupos tinham um estatuto jurídico e um regime fiscal especial, diferente do dos cristãos. Não obstante, os escravos mouros não dispunham de qualquer tipo de personalidade jurídica. Eram assim vistos como “coisas” e mercadorias negociáveis, encontrando-se, sob a tutela dos seus proprietários. Os *corpora* costumeiros apresentam um conjunto de medidas que visam a proteção dos judeus e mouros, definindo um sistema penal próprio contra todos aqueles que os agredissem e os matassem, sancionando-os com penas monetárias.

Por outro lado, encontramos também normativas que regulam as relações sociais e as vivências quotidianas das minorias nos concelhos. Através das escassas normas que

lhês estavam reservadas, podemos pressupor que os judeus tinham um papel ativo nas sociedades ribacoanas, sobretudo, nos domínios judicial e económico. Daí que os concelhos de Riba-Côa se confrontassem com a necessidade de impor limites ao papel preponderante e próximo dos judeus em relação aos cristãos. Os mouros aparecem-nos como um grupo mais discreto, com ligações aos trabalhos agrícolas, domésticos e ao comércio, ao passo que os judeus eram vistos como agentes mais dinamizadores de outras atividades, como os negócios e a realização de créditos e empréstimos usureiros. As normativas mostram assim uma ideia de tolerância entre as minorias e os cristãos, coexistente com uma certa separação entre ambos os grupos, marcada por uma discriminação, essencialmente, jurídica. Ou seja, nos costumes e foros encontram-se normas de “protección y normas de discriminación, las unas junto a las otras, alimentándose mutuamente y definiendo un marco singular de tolerancia entre cristianos, moros y judíos.”¹⁰⁶⁸

A nível da administração urbana, foi exequível dar a conhecer a funcionalidade do concelho, das várias assembleias e magistraturas, descrevendo as suas características e os seus campos de ação, nomeadamente o judicial, embora com reservas, pois os costumes e foros são parcos em detalhes sobre as atividades municipais.

Do ponto de vista jurídico, os *corpora* costumeiros espelham a clara necessidade dos concelhos ribacoanos de regulamentar e controlar a criminalidade, através de molduras penais e de medidas preventivas de combate ao crime, em virtude da manutenção da paz concelhia, da paz da casa, da paz de todos. Podemos assim encontrar também múltiplas formas de atuação judicial, destacando os procedimentos a ter em juízo e os instrumentos de coação previstos nos costumes e foros.

Quanto à economia, os *corpora* costumeiros espelham a preocupação de regular os setores agro-pecuário, essencialmente, no que diz respeito à proteção e à gestão da propriedade agrícola e à definição das estruturas da ganadaria estante e de transumância. A apicultura, a pesca, a caça, a avicultura, a columbofilia, a silvicultura, as explorações subterrâneas e os recursos aquíferos, eram atividades que se encontravam também regulamentadas nos *corpora* costumeiros. Eram essenciais para a obtenção de bens alimentares e de matérias-primas para consumo doméstico e para o desenvolvimento dos mesteres e do comércio. Os setores industrial e comercial dependiam de normativas

¹⁰⁶⁸ In, Carlos Barros, “El outro admitido. La tolerancia hacia los judíos en la Edad Media gallega.”, in *Xudeus e Conversos na Historia. Congreso de Ribadavia, octubre de 1991*, vol.I, Santiago de Compostela, La Editorial de la Historia, 1994, pp.58-115. Comunicação editada na página web: <http://www.h-debate.com/barros/sapanish/judios.htm>, 20 de Janeiro de 2007, p.2.

que visavam controlar a produção até à colocação dos produtos no mercado, no sentido de garantir o correto abastecimento dos municípios, com mercadorias de qualidade e acessíveis às populações.

Em suma, os costumes e foros de Riba-Côa são caraterísticos de uma sociedade de fronteira que convive diariamente com o inimigo. Os perigos, ameaças e as eminências de conflitos não deixaram porém de ser uma constante que pairava nestas sociedades, que tinham a obrigação natural de dispor de exércitos rápidos e eficientes para garantirem a segurança e o bem-estar das populações. Forçosamente, estas sociedades eram militarizadas, embora apresentassem outros matizes que as afastam, pouco a pouco, dos seus modos de vida centrados exclusivamente na guerra defensiva ou ofensiva. Surgem outros interesses que vão também mais além da atividades agrícolas e da exploração de gado. Nos costumes e foros, podemos encontrar um conjunto de normativas dedicadas à “indústria” e ao comércio, onde se nota uma clara especialização das atividades mesterais, despertando-nos a atenção para uma variedade de profissões. Também podemos considerar o desenvolvimento comercial, uma das preocupações dos concelhos de Riba-Côa. Através dos seus preceitos, deparamo-nos com medidas que visam regular e incentivar a atividade comercial, como a criação de feiras e a chegadas de estrangeiros, provenientes de outros locais.

Por outro lado, verificamos o despontar de um novo perfil de cavalaria. Este grupo não constituía uma elite exclusivamente militar, demonstrando interesse pelos assuntos municipais e pelo desenvolvimento das atividades económicas. Tudo isto vai proporcionar aos cavaleiros um papel de relevo, prestígio e afirmação no interior dos concelhos de fronteira de Riba-Côa, formando um *status quo* particular.

Ainda nesta sequência de transformações sociais, não se pode dizer que as mulheres sejam figuras particularmente ausentes da vida em sociedade, ficando reduzidas ao seu ambiente familiar e caseiro. Muitas delas tinham uma vincada participação no interior da família, ao herdarem e gerirem os seus bens, muitas vezes, em conjunto com os seus maridos. No mundo do trabalho, estas exerciam as suas profissões, eram mulheres de negócios e estavam à cabeça de oficinas mesterais. Não são inusitados os costumes e foros que visam controlar as suas atividades “industriais” e comerciais, tal como os homens.

Assistimos assim a um quadro de mudanças sociais, marcado, principalmente, por um clima de paz, de repovoamento, de reorganização, de desenvolvimento e de novas necessidades municipais, que se encontram bem patentes nos regulamentos

costumeiros. Estes deixam transparecer outros interesses que iam para além das atividades bélicas, afastando-nos da ideia de primitivismo que se encontrava associada a este tipo de sociedades, defendida por José Mattoso,¹⁰⁶⁹ simplesmente, porque estas baseariam os seus *modi vivendi*, por exemplo, na guerra, na justiça assente na vingança privada e no duelo. Ora, de facto, nos costumes e foros encontramos, claramente, um sistema penal diferenciado, cujas sanções oscilavam entre penas monetárias, físicas, retenção da liberdade pessoal, reparação da ofensa com a vingança privada, entre outras. Além disso, encontramos nos regulamentos costumeiros outros recursos judiciais que devem ser esgotados, como as provas, antes de se partir para a vingança privada para se apurar a verdade. Ao longo destes ordenamentos, podemos encontrar uma evolução judicial quando se tratava de penhora de algumas cabeças de gado, no sentido de ressarcir os donos das propriedades, vítimas de estragos causados por animais. Num primeiro momento, assistimos à captura e à morte das cabeças gado, dando lugar somente à retenção dos mesmos, como forma de indemnizar os proprietários agrícolas.

Quanto à administração concelhia, contrariamente ao que é tradicional pensar, nas vilas de Riba-Côa é possível verificar uma estrutura diversificada de assembleias e de magistraturas, demonstrando a complexidade do poder local, e das exigências da sociedade ribacoana.

Em suma, todos estes exemplos afastam paulatinamente a ideia de primitivismo associada às primeiras sociedades de fronteira vocacionadas unicamente para as atividades bélicas. Estamos, portanto, diante de uma sociedade com novos interesses e preocupações que vão para além da guerra, preocupando-se, por exemplo, em dinamizar outras atividades, como a indústria e o comércio. Também são aqui notórias as preocupações com a higiene, saúde e a sanidade pública, preconizando assim normativas que visavam a limpeza das ruas, a proibição da prática de certos ofícios e profissões na via pública, sujando e impedindo a livre circulação dos transeuntes e mercadorias. Verifica-se, portanto, um cuidado e um respeito pelos espaços e bens coletivos que eram de todos, preservando-os em boas condições para que as pessoas os pudessem usufruir. A preservação dos locais públicos e o seu saneamento era uma aposta concelhia, no sentido de criar melhores condições de vida aos ribacoanos. Ou seja, os costumes e foros mostram uma sociedade de fronteira ribacoana em mudança com novos interesses e valores, ajustando-se às novas necessidades de repovoamento e

¹⁰⁶⁹ Vide, José Mattoso, “Da comunidade primitiva ao Município. O exemplo de Alfaiates.”, in *Estudos Medievais*. Dir. Amélia Aguiar Andrade e João José Rigaud de Sousa, N°8, Porto, 1987, pp.29-44.

reorganização do território, próprias de uma sociedade pacificada, apesar de as suas gentes ribacoanas viverem em estado de constante alerta.

FONTES

Fontes manuscritas

IANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Livro 2, fol. 128-130v

IANTT, *Gavetas*, N°1, Mç.6, Doc.4

IANTT, *Núcleo Antigo*, N°389

Fontes impressas

CABRAL, A. A. Dinis

Carta de Foros e Costumes da Vila de Castelo Rodrigo (1209 – 1508), Viseu, [s.n], 1968.
Separata da Revista «Beira Alta», Viseu, pp.3 – 134.

El Fuero de Coria. Studio histórico – jurídico. Edición de José Maldonado y Fernández del Torco, compilación de Emilio Sáez y prefacio de José Fernández Hernando, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1949.

Fuero de Usagre (Siglo XIII). Anotado con las variantes de Cáceres. Publicación de Rafael de Ureña y Smenjaud e Adolfo Bonilla y San Martín, Madrid, Hijos de Reus, 1907.

LUMBRERAS VALIENTE, Pedro

Los Fueros Municipales de Cáceres. Su derecho público (Tesis Doctoral), Cáceres, Excmo. Ayuntamiento de la Capital de la Alta Extremadura, 1974.

Portvgaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines, volumen I, Olisipone, IUSSU Academiae Seicentiarum Olisiponensis, MDCCCLVI.

OBRAS AUXILIARES

BRUNO, Maria Grazia

Il Lessico Agricolo Latino, 2ª edizione, Amsterdam, Adolf M. Hakkert – Publischer, 1969.

CUNHA, António Gerardo da

Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa, 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1986.

COROMINAS, Joan

Diccionario crítico y etimológico de la lengua castellana, 4 vols, Berna, Editorial Francke, 1954.

MACHADO, José Pedro

Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados, 2ª edição, Lisboa, Editorial Confluência, 1967.

MAGNE, Augusto

Dicionário da Língua Portuguesa. Especialmente dos períodos medievais e clássico, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura e Instituto Nacional do Livro, 1954.

NASCENTES, Antenor

Dicionário Etimológico Resumido, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro e Ministério da Educação e Cultura, 1966.

SOUSA, Francisco António de

Novo Dicionário Latino – Português, Porto, Lello & Irmão, [s.d].

VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de

Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram, II Vols., Ed. De Mário Fiúza, Porto – Lisboa, Livraria Civilização, 1966.

ESTUDOS

AGUADÉ NIETO, Santiago

“Molino hidráulico y sociedad en Cuenca durante la Edad Media (1177 – 1300)”, in *Anuario de Estudios Medievales*, Nº12, Madrid, 1982, pp. 241 - 277

AGUADÉ NIETO, Santiago e CABAÑAS, María Dolores

“Comercialización y sociedad urbana en la Castilla medieval. La comercialización de la carne en Cuenca (1177-1500)”, in *Anuario de Estudios Medievales*, Nº14, Madrid, 1984, pp.487-516.

AGUDO ROMEO, María del Mar

“El combate judicial en el Fuero de Teruel”, in *Los Fueros de Teruel y Albarracín. Actas de las Jornadas de estudio celebradas en Teruel y Albarracín los días 17, 18 y 19 de diciembre de 1998*. Coord. José Manuel Latorre Ciria, Teruel, Instituto de Estudios Turolenses e Excma. Diputación Provincial de Teruel, 2000, pp. 77 - 86

AGUILERA BARCHET, Bruno

“En torno a la formación de los Fueros de Cáceres”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Nº67, Madrid, 1997, pp.153 - 172.

ALBERTO, Edite

“O resgate de cativos no tempo de D. Afonso Henriques.”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães. Sociedade, administração, cultura e Igreja em Portugal no séc. XII*, vol.5, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1996, pp. 235-243.

ALCALÁ – ZAMORA Y CASTILLO, Niceto

“Instituciones judiciales y procesales del Fuero de Cuenca”, in *Anuario de Estudios Medievales*, Nº12, Madrid, 1982, pp.59-132.

ALMEIDA, Fortunato de

História da Igreja em Portugal, vol. I, Porto, Portucalense Editora, S.A.R.L, 1967.

ALONSO ROMERO, María Paz

“Aproximación al estudio de las penas pecuniarias en Castilla (siglos XIII – XVIII)”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo LX, Madrid, 1985, pp. 9 – 94.

ALVARADO PLANAS, Javier

“La confirmación regia de los Fueros de Castilla en 1272”, in *Estudos em Honra de Ruy Albuquerque*, vol. I, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006, pp. 643 – 667

ÁLVAREZ-VALDÉS, Manuel

La extranjería en la Historia del Derecho español, Oviedo, Universidad de Oviedo. Servicio de Publicaciones, 1992.

AMARAL, Luís Carlos e GARCIA, João Carlos

“O Tratado de Alcañices (1297): Uma construção historiográfica.”, in *As relações de fronteira no século de Alcanices. IV Jornadas Luso – Espanholas de História Medieval. Actas*, vol. 2, Porto, Universidade do Porto, 1998. Separata do vol. XV da II Série da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.967 – 986.

ANDRADE, Amélia Aguiar

“A mulher na Legislação Afonsina: o Fuero Real.” in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão Histórica e perspectivas actuais*, Colóquio 20 – 22 de Março de 1985. Actas, Vol. I, Coimbra, Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, pp.243 – 257.

ANDRÉS DÍAZ, Rosana

“Las fiestas de caballería en la Castilla de los Trastámaras”, in *En la España Medieval*, vol. 8, Madrid, 1986, pp. 81 – 107, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM8686120081A.PDF>, 30 de Julho de 2007.

ARAÚJO, Julieta

“Relações de fronteira na Idade Média: a transumância.”, in *As relações de fronteira no século de Alcanices. IV Jornadas Luso – Espanholas de História Medieval. Actas*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 1998. Separata do vol. XV da II Série da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.229 – 240.

ARCAZ POZO, Adrián

“El medio natural de la penillanura extremeña en las Ordenanzas de Cáceres y Trujillo a fines de la Edad Media”, in *El medio natural en la España medieval. Actas del I Congreso sobre ecohistoria e historia medieval*. Ed. Julián Clemente Ramos, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2001, pp. 219 – 235.

ARGENTE DEL CASTILLO OCAÑA, Carmen

“La política frumentaria de los concejos andaluces (siglos XV-XVI)”, in *Anuario de Estudios Medievales*, Nº31, Fasc. 2, Madrid, 2001, pp.693-725, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=28637>, 30 de Dezembro de 2012.

ARVIZU y GALARRAGA, Fernando de

“El derecho sucesorio del Fuero de Soria. Aproximación por vía de la crítica institucional.”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo LXXVI, Madrid, 2006, pp.81 - 118

_____*La disposición «mortis causa» en el Derecho español de la Edad Media*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra S.A., 1977.

ASENJO GONZÁLEZ, María

“Las tierras de baldío en el concejo de Soria, a fines de la Edad Media”, in *Anuario de Estudios Medievales*, Nº20, Madrid, 1990, pp. 389 – 412

_____*“Fiscalidad regia y sociedad en los concejos de la Extremadura castellano – oriental durante el reinado de Alfonso X”*, in *Homenaje al Profesor Juan Torres Fontes*, vol. I, Murcia, Universidad de Murcia e Academia Alfonso X El Sabio, 1987, pp. 69 - 84

_____*“La mujer y su medio social en el Fuero de Soria”*, in *Las mujeres medievales y su ámbito jurídico. Actas de las II Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*. Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer. Universidad Autónoma de Madrid, 1983, pp.45 - 57

AUROV, Oleg

“El concejo medieval castellano – leonés: El caso de Soria.”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo LXXVI, Madrid, 2006, pp.33 – 79.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos

“El yuguero castellano-leonés: problemas en torno a sus orígenes (siglos X – XIII)”, in *Historia, Instituciones, Documentos*, N°20, Sevilla, 1993, pp. 17 - 46 in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=58299>, 14 de Novembro de 2011.

____ “Frontera y órdenes militares en la Edad Media castellano-leonesa (siglos XII-XIII)”, in *Studia Histórica. Historia Medieval*, N°24, Salamanca, 2006, pp.87-112

AZEVEDO, Ruy

Fronteiras entre Portugal e Leão em Riba – Côa antes do Tratado de Alcanices (1297), Coimbra, Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras, 1935.

BANGO TORVISO, Isidro G.

“Judíos, moros y cristianos bajo la autoridad del rey”, in *Memoria de Sefarad. Toledo. Centro Cultural San Marcos. Octubre 2002 – Enero 2003*. Madrid, Sociedad Estatal para la Acción Cultural Exterior, 2002, pp.259 – 266, in *SEACEX. Sociedad Estatal para la Acción Cultural Exterior*, http://www.seacex.es/documentos/06_autori_1_sefarad.pdf, 27/02/2007.

BARBOSA, Pedro Gomes

“Organização defensiva na fronteira beirã oriental: “Extremadura” e Riba – Côa até ao século XIII”, in *As relações de fronteira no século de Alcanices. IV Jornadas Luso – Espanholas de História Medieval. Actas*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 1998. Separata do vol. XV da II Série da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.199 – 212.

BAREL, Yves

La ciudad medieval. Sistema Social. Sistema Urbano, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1981.

BARRERO, Ana María

“El fuero breve de Salamanca”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, N°50, Madrid, 1980, pp.439 – 467.

BARRERO GARCÍA, Ana Maria

“El proceso de formación del Fuero de Cuenca”, in *Anuario de estudios medievales*, N°12, Madrid, 1982, pp. 41 – 58.

BARRIO BARRIO, Juan Antonio

“La ganadería oriolana en el siglo XV: la regulación de los pastos.”, in *Investigaciones Geográficas*, N°12, Alicante, 1994, pp.247-254, in *Dialnet*, <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/91360576425025506754491/catalogo12/13%20inve.pdf>, 11 de Fevereiro de 2013.

BARRIOS GARCIA, A. Ángel

“El proceso de ocupación y de ordenación del espacio en la Raya Leonesa”, in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa. Actas do Congresso Histórico Luso – Espanhol. 12 – 17 de Setembro de 1997*, Lisboa, Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp.155 – 183.

BARROCA, Mário Jorge

“Ferrarias medievais do Norte de Portugal.”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular. Proto-História, romanização e Idade Média. Actas (Porto-Baião, 22 a 24 de Setembro de 1988)*. Coord. Vítor Oliveira Jorge, vol. II, Porto, 1988, pp.211-241.

BARROS GUIMERÁNS, Carlos

“El outro admitido. La tolerancia hacia los judíos en la Edad Media gallega.”, in *Xudeus e Conversos na Historia. (Congreso de Rivadavia, octubre de 1991)*, Carlos Barros (Ed.) vol I, Santiago de Compostela, La Editorial de la Historia, 1994, pp. 58 – 115, in <http://www.h-debate.com/barros/spanish/judios.htm>, 20 de Janeiro de 2007.

____ “La humanización de la naturaleza en la Edad Media.”, in *Edad Media. Revista de Historia*, Nº2, Valladolid, 1999, pp. 169 – 193, in http://www.h-debate.com/cbarros/spanish/humanizacion_castellano.htm, 4 de Dezembro de 2007.

BARROS, Amândio Jorge Morais e TORRE RODRÍGUEZ, José Ignacio de la

“Nas origens de Ciudad Rodrigo”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães. Sociedade, administração, cultura e Igreja em Portugal no séc. XII*, vol.5, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1996, pp.275-285.

BARROS, Henrique da Gama

História da Administração Pública em Portugal, 1ªedição (2ªedição), Tomos I – IV (Tomos I – IX), Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1896.

____ “Judeus e Mouros em Portugal em tempos passados (Apontamentos Histórico – Etnográficos)”, in *Revista Lusitana. Arquivo de Estudos Filológicos e Etnológicos relativos a Portugal*. Direcção de José Leite Vasconcellos, vol. 34, Porto, 1936, pp.165 – 265.

BARROS, Maria Filomena de Lopes

“Génese de uma minoria. O período formativo das comunas muçulmanas em Portugal”, *Islão minoritário na Península Ibérica. Recentes pesquisas e novas perspectivas sobre mudéjares, mouriscos e literatura aljamiana. Séculos XII – XVII. (Mesa Redonda Internacional – Évora, Junho de 1999)*. Editado por Abel Sidarus, Lisboa, Hugin, 2001, pp.29 – 43.

____ *Tempos e espaços de mouros. A minoria muçulmana no Reino Português (séculos XII a XV)*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora, sob a orientação do Professor Doutor A. H. de Oliveira Marques e co – orientação do Professor Doutor Adel Sidarius, Évora, 2004. Exemplar Policopiado.

BARTHE PORCEL, Julio

“Problemas histórico – jurídicos. Incógnitas difíciles de despejar”, in *Anales de Derecho. Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad de Murcia*, vol. XII, Nº2 Murcia, 1953-54.

BÁZAN DÍAZ, Iñaki

“La violencia legal del sistema penal medieval ejercida contra las mujeres.”, in *Clio & Crimen*, Nº5, Durango, 2008, pp. 203-227, in *Centro de Historia del Crimen*, http://www.durango-udala.net/portalDurango/RecursosWeb/DOCUMENTOS/1/0_525_1.pdf, 12 de Janeiro de 2012.

BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha

“Traição, aleive e falsidade nos Foros Medievais Portugueses”, in *O ar da cidade. Ensaios de História Medieval e Moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 25 - 41

BERGES SÁNCHEZ, Juan Manuel

Actividad y estructuras pecuarias en la comunidad de Albarracín (1284 – 1516), Teruel, Centro de Estudios de la Comunidad de Albarracín, 2009, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=21652>, 3 de Junho de 2012

BERMEJO CASTRILLO, Manuel Ángel

“Transferencias patrimoniales entre los cónyuges por razón del matrimonio en el derecho medieval castellano.” in *La familia en la Edad Media. XI Semana de Estudios Medievales, Nájera, del 31 de julio al 4 de agosto de 2000*, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, 2001, pp. 93-150, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=1761>, 10 de Março de 2012.

BERMÚDEZ AZNAR, Agustín

“Perfil jurídico de la mujer en el Fuero de Alcaraz.”, in *Miscelánea Medieval Murciana*, vol. XIX – XX, Murcia, 1995-1996, in *Servicio de publicaciones de la Universidad de Murcia*, <http://revistas.um.es/mimemur/article/view/7821/7581>, 12 de Dezembro de 2008.

BERNAL ESTÉVEZ, Ángel

“La repoblación del espacio extremeño en la Edad Media: el poblamiento y la población”, in *Revista de Estudios Extremeños*, vol. LI, Nº3, Mérida, 1995, pp. 627 - 645

BERNAL PEÑA, José

“Golfines y asesinos. Marco legal del delito durante la Edad Media. Detalles e Murcia durante el siglo XIV”, in *Miscelánea Medieval Murciana*, vol. XXXV, Murcia, 2011, pp.27-50, in *edit.um. Ediciones de la Universidad de Murcia*, <http://revistas.um.es/mimemur/article/view/142121/127461>, 9 de Março de 2013

____ “Golfines y asesinos. Elementos y motivaciones de las conductas violentas en Murcia durante el siglo XIV”, in *MVRGETANA*, Nº125, Murcia, 2011, pp.61-82, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3768237>, 9 de Março de 2013

BONACHÍA HERNANDO, Juan Antonio

“Abastecimiento urbano, mercado local y control municipal: la provisión y comercialización de la carne en Burgos (siglos XV)”, in *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Historia Medieval*, nº5, Madrid, 1992, pp.140-141, in *E-Spacio Uned*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFFB773A7E-2555-6065-07F7-17991CC80854&dsID=Documento.pdf>, 6 de Abril de 2013.

BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes

“Sistemas de explotación de la tierra en la Andalucía Occidental durante el siglo XIV”, in *La España Medieval*, vol. 12, Madrid, 1989, pp. 131 – 161, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM8989110131A.PDF>, 3 de Julho de 2007.

____ “El trabajo de la mujer en el mundo rural sevillano durante la Baja Edad Media”, in *Las mujeres medievales y su ámbito jurídico. Actas de las II Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer. Universidad Autónoma de Madrid, 1983, pp. 191 – 199.

BORRERO GARCÍA, Ana María

“El proceso de formación del derecho local medieval a través de sus textos: los fueros castellano-leoneses”, in *I Semana de Estudios Medievales, Nájera, del 6 al 11 de agosto de 1990*. Coord. José Ignacio de la Iglesia Duarte, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, 2001, pp.91-132, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=1762>, 16 de Setembro de 2013.

____ “El proceso de formación del Fuero de Cuenca (Notas para su estudio), in *Anuario de Estudios Medievales*, Nº12, Madrid, 1982, pp.41-58.

BRISSOS, Fernando

Linguagem do Sueste da Beira no tempo e no espaço, Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2012

BUESA CONDE, Domingo J.

“La familia en la Extremadura turolense”, in *Aragón en la Edad Media*, Nº3, Zaragoza, 1980, pp. 147 – 181 in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo?=108341>, 20 de Abril de 2012.

CABANES JIMÉNEZ, Pilar

“La sexualidad en la Europa medieval cristiana.”, in *Lemir. Revista electrónica sobre Literatura Medieval Española y Renacimiento y Anexos (Textos)*, Nº7, Valencia, 2003, pp. 1 – 20, in *Parnaseo. Ciber paseo por la literatura*, <http://www.parnaseo.uv.es/Lemir/Revista/Revista7/Sexualida.pdf>, 12 de Julho de 2007.

CABAÑAS GONZÁLEZ, Maria Dolores

“Ciudad, mercado y municipio en Cuenca durante la Edad Media (siglo XV), in *En la España Medieval*, vol. 7, Madrid, 1985, pp. 1701 – 1728, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM8585221701A.PDF>, 3 de Julho de 2007.

____ “La imagen de la mujer en la Baja Edad Media castellana a través de las Ordenanzas Municipales de Cuenca”, in *Actas de las III Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer de la Universidad Autónoma de Madrid, 1984, pp.103-108.

CABRAL MONCADA, Luís

“O duelo na vida do direito.”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, vol. II, Madrid, 1925, pp.213-232.

CAETANO, Marcello

Estudos da Administração Pública Portuguesa, Coimbra, Coimbra Editora, 1994.

____ *A Administração Pública de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

____ *História do Direito Português. Fontes – Direito Público (1140-1495)*, 3ª edição, 2 vols., Lisboa – São Paulo, Editorial Verbo, 1981.

CANTERA BURGOS, Francisco

Fuero de Miranda de Ebro. Edición crítica, versión y estudio, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto Francisco de Vitoria, 1945.

____ “Identificación de nuevas sinagogas en España”, in *Sefarad. Revista del Instituto Arias Montano de estudios hebraicos y de Oriente Próximo*, Año XXII, Fasc. I, Madrid – Barcelona, 1962, pp.3-17

CANTERA MONTENEGRO, Enrique

“La mujer judía en la España medieval”, in *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Historia Medieval, Serie III, T.2*, Madrid, 1989, pp.37 – 64, in <http://e->

spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETF6CDBF309-7B65-217E-FFB7-86285170FA3C&dsID=PDF, 5 de Janeiro de 2009.

____ “La carne y el pescado en el sistema alimentario judío en la España Medieval”, in *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Historia Medieval*, vol. 16, Madrid, 2003, pp.13-51, in *E-Spacio*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETF366B37E9-B682-D954-BEFD-7F1F77C2556E&dsID=PDF>, 12 de Fevereiro de 2011.

____ “La imagen del judío en la España Medieval”, in *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Historia Medieval*, vol. 11, Madrid, 1998, pp.13-51, in *E-Spacio*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETF15D5F4C1-11F1-9C96-881B-29EBAD01C4FD&dsID=PDF>, 7 de Dezembro de 2008.

____ “Franquicias regias a ciudades y villas riojanas en el marco de la política repoblación de Alfonso X.”, in *Berceo*, N°s 114-115, Logroño, 1988, pp.105-118, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=61732>, 17 de Abril de 2013

CARDALLIAGUET QUIRANT, Marcelino

“La repoblación del territorio extremeño en la Edad Media. (Análisis de los factores políticos y jurisdiccionales)”, in *Alcántara. Revista del Seminario de Estudios Cacerenses*, N°3, Cáceres, 1996, pp. 25 - 40

CÁRDENAS, Francisco

Estudios Jurídicos, Tomo II, Madrid, [s.m], 1884.

CARDOSO, Isabel Vaz de Freitas Botelho

Uma fronteira entre mercados. A Norte do Douro na Idade Média. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Universidade Portucalense – Infante D. Henrique, Porto, 2000. Exemplar Policopiado.

CARDOSO, Isabel Freitas Botelho, VILLAMAÑÁN, Luís Miguel e PIEDRAS, Pedro A.

“Cenários do quotidiano (Ávila, Piedrahita, Béjar)”, in *Revista de Ciências Históricas*, vol. X, Porto, 1995, pp.139-154.

CARDOSO, Isabel Botelho

“Desenvolvimento das actividades comerciais e artesanais.”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães. Sociedade, administração, cultura e Igreja em Portugal no séc. XII*, vol.5, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1996, pp. 245-253.

CARLÉ, María del Carmen

“Apuntes sobre el matrimonio en la Edad Media española” in *Cuadernos de Historia de España*, Tomos LXIII – LXIV, Buenos Aires, 1980, pp. 115 – 177

____ “La ciudad y su contorno en León y Castilla (siglos X – XIII), in *Anuario de Estudios Medievales*, N°8, Madrid, 1972 - 1973, pp.69 – 104.

____ “Notas para el estudio de la alimentación y el abastecimiento en la baja Edad Media”, in *Cuadernos de Historia de España*, Tomos LXIII – LXIV, Buenos Aires, 1980, pp.342 – 356.

____ “Mercaderes en Castilla (1252 – 1512)” in *Cuadernos de Historia de España*, XXI - XXII, Buenos Aires, 1954, pp. 146 – 328.

____ “«Boni homines» y hombres buenos” in *Cuadernos de Historia de España*, Tomos LIX – LX, Buenos Aires, 1964, pp. 297 – 374.

____ “El bosque en la Edad Media (Asturias – León – Castilla)”, *Cuadernos de Historia de España*, XXXIX - XL, Buenos Aires, 1964, pp. 133 – 168.

____ “Hombres de servicio”, in *Revista Portuguesa de História. Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares*, vol. XVI, Coimbra, 1976, pp. 321 – 332

CARMONA RUIZ, María Antonia

“La explotación ganadera de la frontera luso – española: la «contienda» de Moura, Nódar, Aroche y Encinalosa.”, in *As relações de fronteira no século de Alcanices. IV Jornadas Luso – Espanholas de História Medieval. Actas*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 1998. Separata do vol. XV da II Série da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.241 – 257.

____ “La apicultura sevillana a fines de la Edad Media”, in *Anuario de Estudios Medievales*, Nº30, Facs. 1, Madrid, 2000, pp. 387 – 422.

____ “La apicultura sevillana a fines de la Edad Media.”, in *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, Nº185, Madrid, 1999, pp. 131-154, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=201125>, 11 de Janeiro de 2013

CARRASCO CANTOS, Inés y CARRASCO PILAR, Pilar

“La formulación lingüística de las garantías procesales y de las pruebas en la legislación foral leonesa.”, in *Analecta Malacitana. Revista de la Sección de Filología y Letras*. Vol. 15, Nº1 – 2, Málaga, 1992, pp. 109 – 124, in <http://www.anmal.uma.es/numeroll/Carrasco.htm>, 9 de Dezembro de 2007.

____ *Estudio Léxico-Semántico de los Fueros Leoneses de Zamora, Salamanca y Alba de Tormes: concordancias lematizadas*, 2 vols, Granada, Universidad de Granada, 1997.

CARRASCO PÉREZ, Juan

“Acerca del préstamo judío en Tudela a fines del siglo XIV. Según el Registro del Sello de 1383”, in *Príncipe de Viana*, Año 43, Nº166-167, Pamplona, 1982, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2326520>, 12 de Julho de 2011.

CARRÉ, Antonia e CIFUENTES, Lluís

“Los baños en la literatura catalana medieval durante los siglos XIV y XV.”, in *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval (Universidad de León, 20 al 24 de septiembre de 2005)*. Armando López Castro e María Luzdivina Cuesta Torre (editores), vol. I, León, Universidad de León. Secretariado de Publicaciones, 2007, pp. 395 – 403.

CASILLAS ANTÚNEZ, Francisco José

“Historia y toponimia de la Tierra de Coria”, in *Alcántara. Revista del Seminario de Estudios Cacerenses*, Nº 68, Cáceres, 2008, pp. 21 - 44

CASTÁN LANASPA, Guillermo

“Créditos, deudas y pagos en el área rural castellano-leonesa (Siglos XI-XIV), in *Studia Histórica. Historia Medieval*, Nº1, Salamanca, 1983, pp.249-267.

CASTAÑO GONZÁLEZ, Javier

Las comunidades judías en el Obispado de Singüenza en la Baja Edad Media: transformación y disgregación del judaísmo en Castilla a fines del Medievo, tesis doctoral inédita presentada en la Universidad Complutense de Madrid, 2001.

CASTRILO LLAMAS, María Concepción

“Fortificaciones, elementos defensivos y organización militar en los Fueros castellanos y leoneses de la Edad Media (siglos XI-XIII)”, in *Anuario de Estudios Medievales*, N°25, Madrid, 1995, pp.39-66

CASTRO, Armando

A evolução económica de Portugal dos XII a XV, vols. I – VIII, Lisboa, Portugália Editora, 1966.

CASTRO, Artur de e NOGUEIRA, Mário M. Reymão

História do Direito Português. Direito de família: casamento e regime de bens, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, 1930.

CARDOSO, Isabel Vaz de Freitas

“Viver e conviver em terras raianas na Idade Média”, in *As relações de fronteira no século de Alcanices. IV Jornadas Luso – Espanholas de História Medieval. Actas*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 1998. Separata do vol. XV da II Série da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.475 – 483.

CERDÁ RUIZ-FUNES, Joaquín

“En torno a la pesquisa y procedimiento inquisitivo en el derecho castellano-leonés de la Edad Media.”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, N°32, Madrid, 1962, pp.483-518.

CINTRA, Luís Filipe Lindley

A linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo e seu confronto com a dos Foros de Alfaiates, Castelo Bom, castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição paea o estudo do leonês e do galego – português do século XIII, Lisboa, INCM, 1984.

CIPOLLA, Carlo M.

História económica da Europa Pré – Industrial, Lisboa, Edições 70, 1984.

CLARAMUNT, Salvador

“La mujer en el Fuero de Cuenca” in *En la España Medieval. Estudios en Memoria del Profesor D. Salvador Moxó*, Madrid, Universidad Complutense, 1982, pp. 297 – 313.

CLAVERO, Bartolomé

“Prohibición de la usura y constitución de rentas”, in *Moneda y Crédito*, N°143, Madrid, 1977, pp. 107 - 131

CLEMENTE RAMOS, Julián

“Estructura concejil y sociedad feudal en la transierra Extremeña, siglos XII e XIII” in *Hispania. Revista Española de Historia*, Vol. 51, N°177, Madrid, 1991, pp.41 – 71.

____ *La sociedad en el Fuero de Cáceres (Siglo XIII)*, Cáceres, Institución Cultural «El Brocense» de la Excm. Diputación Provincial de Cáceres, 1990.

____ “La mujer en el Fuero de Cáceres”, in *Norba. Revista de Historia*, N°s 8-9, Cáceres, 1987 – 1988, pp. 169-174 in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=109829>, 18 de Junho de 2011

____ “La organización del espacio en el Fuero de Cáceres.”, in *Norba. Revista de Historia*, N°7, Cáceres, 1986, pp.193-196 in *Dialnet*, http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipo_busqueda=ANUALIDAD&revista_busqueda=1683&clave_busqueda=1986, 1 de Agosto de 2010.

____ “Las relaciones sociales en los Fueros Conquenses (Cuenca y Plasencia), in *Norba. Revista de Historia*, Vols. 11-12, Cáceres, 1991-1992, pp.221-230, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=109867>, 18 de Junho de 2011.

____ “La Extremadura musulmana (1142 – 1248). Organización defensiva y sociedad”, in *Anuario de Estudios Extremeños*, Nº24, Madrid, 1994, pp. 647 – 701

____ “La evolución del medio natural en Extremadura (c. 1142 – 1525)”, in *El Medio natural en la España medieval. Actas del I Congreso sobre ecohistoria e historia medieval*. Ed. Julián Clemente Ramos, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2001, pp. 15 – 56

____ *Estructuras señoriales castellanoleonesas: el realengo (siglos XI – XIII)*, Cáceres, Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones, 1989

____ “La estratificación económica del campesinado septentrional castellano – leonés (siglos XI – XIII)”, in *Alcántara. Revista del Seminario de Estudios Cacereños*, Nº16, Cáceres, 1989, pp. 35 - 62

____ “La sociedad rural extremeña (siglos XII – XIII)”, in *Revista de Estudios Extremeños*, vol. 46, Nº3, Badajoz, 1990, pp. 541- 558

____ “Sociedad y ganadería. Cáceres en el siglo XIII” in *Alcántara. Revista del Seminario de Estudios Cacereños*, Nº2, Cáceres, 1984, pp. 21 – 30.

____ “Sociedad y ganadería. Cáceres en el siglo XIII” in *Alcántara. Revista del Seminario de Estudios Cacereños*, Nº1, Cáceres, 1984, pp. 47 – 58.

____ “Fiscalidad real y renta feudal. La martiniega, la fonsadera y el yantar a mediados del siglo XIV en la Castilla de las merindades”, in *Anuario de Estudios Medievales*, Nº 22, Madrid, 1992, pp. 767 – 784

____ “Obispos y Órdenes Militares. Problemas jurisdiccionales en la Transierra extremeña del siglo XIII”, in *Alcántara. Revista del Seminario de Estudios Cacereños*, Nº34, Cáceres, 1995, pp. 29 - 48

____ “El medio natural en la vertiente meridional del Tajo extremeño en la Baja Edad media”, in *Anuario de Estudios Medievales*, Nº30, Facs. 1, Madrid, 2000, pp. 319 – 386

____ “Buenos y malos fueros. Aportación al estudio de la renta feudal en Castilla León (ss. XI al XIII)”, in *Norba. Revista de Historia*, Nº5, Cáceres, 1984, pp. 116 – 126, in *Dialnet*, http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipo_busqueda=EJEMPLAR&revista_busqueda=1683&clave_busqueda=10587, 4 de Março de 2012

____ “Técnicas y usos agrarios en Extremadura (siglos XIII-XVI)”, in *Bulletino dell'Istituto Storico Italiano per il Medio Evo*, Nº109/2, Roma, 2007, pp.3-34.

____ *La economía campesina en la corona de Castilla (1000-1300)*, Barcelona, Crítica, 2003.

____ “Propiedad, producción y paisaje agrarios en Pozuelo a finales de la Edad Media”, in *Anuario de Estudios Medievales*, Nº34, Fasc. 1, Madrid, 2004, pp.249-278, in *Anuario de Estudios Medievales*. CSIC, <http://estudiosmedievales.revistas.csic.es/index.php/estudiosmedievales/issue/view/12>, 12 de Julho de 2012.

____ “Paisaje agrario y sociedad rural en Holguera (siglos XIII-XVI), in *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. LXIX, Nº231, Madrid, 2009, pp.39-66, in *Hispania. CSIC*, <http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/issue/view/10>, 12 de Julho de 2011.

CLEMENTE RAMOS, Julián e MONTAÑA CONCHINA, Juan Luis

“Repoblación y ocupación del espacio en Extremadura (1142 – C. 1350)”, in *Actas de las I Jornadas de Historia Medieval de Extremadura*. Coords. Julián Clemente Ramos e Juan Luis de la Montaña Conchiña, Cáceres, Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones, 2000, pp. 13 - 40

____ “La Extremadura cristiana (1142 – 1230). Ocupación del espacio y transformaciones socioeconómicas”, in *Historia. Instituciones. Documentos*, Nº21, Sevilla, 1994, pp. 83 – 124, in *Dialnet*, http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipo_busqueda=EJEMPLAR&revista_busqueda=1631&clave_busqueda=6331, 2 de Setembro de 2011.

COELHO, Maria Helena da Cruz e MAGALHÃES, Joaquim Romero

O Poder concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas de História Social, Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.

COELHO, Maria Helena Cruz e VENTURA, Leontina,

A mulher como um bem e os bens da mulher, Coimbra, [s.n], 1986. Separata das Actas do Colóquio *A mulher na sociedade Portuguesa*, 1985, pp. 1 – 44.

COELHO, Maria Helena da Cruz

“A história e a historiografia portuguesa”, *O município português na história, na cultura e no desenvolvimento regional. Actas do colóquio realizado na Universidade do Minho nos dias 4 e 5 de Junho de 1998 no âmbito do projecto PRAXIS XXI*, Braga, Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais, 1988, pp.37-55.

____ “A estruturação concelhia do Condado Portucalense – D. Henrique”, *Economia, Sociedade e Poderes. Estudos em homenagem a Salvador Dias Arnault*. Coordenação de Leontina Dias Ventura, Coimbra, Editora Ausência, 2002, pp. 41 – 60.

____ “O povo – A identidade e a diferença no trabalho”, in *Nova História de Portugal. Em definição de fronteiras do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Dir. de Joel Serrão e de A. H. de Oliveira Marques, 1ªEd, vol. III, Lisboa Editorial Presença, 1996.

COLLANTES DE TERÁN, María José

“El delito de adulterio en el derecho general de Castilla”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, vol. LXVI, Madrid, 1996, pp.201-228.

CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo

“El homicidio en Andalucía a fines de la Edad Media. Primera Parte. Estudio.”, in *Clio & Crimen. Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango. La represión de la disidencia religiosa: de la Inquisición Medieval a la Moderna*, Nº2, Durango, 2005, pp. 281 – 504, in *Centro de Historia del Crimen*, http://www.durango-udala.net/portalRecursosWeb/DOCUMENTOS/1/1_2672_1.pdf, 3 de Junho de 2007.

____ “Las relaciones extraconyugales en la sociedad castellana bajomedieval”, in *Anuario de Estudios Medievales*, Nº16, Madrid, 1986, pp.571-620

____ “Consideraciones en torno al delito de agresión sexual en la Edad Media.”, in *Clio & Crimen*, Nº5, Durango, 2008, pp.187-202, in *Centro de Historia del Crimen*,

http://www.durangoudala.net/portalDurango/RecursosWeb/DOCUMENTOS/1/0_524_1.pdf, 12 de Janeiro de 2012

____ “Violencia cotidiana en Castilla a fines en la Edad Media”, in *Conflictos sociales, políticos e intelectuales en la España de los siglos XIV y XV. XIV Semana de Estudios Medievales. Nájera, del 4 al 8 de agosto de 2003*. Coord. José Ignacio de la Iglesia Duarte, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, 2004, pp. 393-444 in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=978640>, 12 de Junho de 2011

____ “El homicidio en Andalucía a fines de la Edad Media. Primera Parte. Estudio.”, in *Clio & Crimen*, Nº2, Durango, 2005, pp.277-504, in *Centro de Historia del Crimen*, http://www.durango-udala.net/portalDurango/RecursosWeb/DOCUMENTOS/1/0_455_1.pdf, 3 de Junho de 2007

____ “Adulterio, sexo y violencia en la Castilla Medieval”, in *Espacio, Tiempo y Forma. Serie IV. Historia Moderna*, vol. 7, Madrid, 1994, pp. 153-183, in *E-spacio. UNED*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerie4-566F17FC-01AF-296E-84C0-07A43268365B&dsID=Documento.pdf>, 2 de Abril de 2011.

CORREIA, Eduardo

“Estudo sobre a evolução histórica das penas no direito português.” in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol.53, Coimbra, 1977, pp.51-310.

CORTÉS RUÍZ, María Elena

Articulación jurisdiccional y estructura socioeconómica en la Comarca de Molina de Aragón a lo largo de la Baja Edad Media. Tesis Doctoral inédita presentada en la Universidad Complutense de Madrid, 1996, in *Servicios EPrints Complutense*, <http://www.ucm.es/BUCM/tesis/19972000/H/0/H0040001.pdf>, 13 de Dezembro

COSTA, Mário Júlio de Almeida

História do Direito Português, Almedina, Coimbra, 1989.

____ *Apontamentos de História do Direito*, Lisboa, [s.m], 1979.

____ “Os contratos agrários e a vida económica em Portugal na Idade Média”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo XLIX, Madrid, 1979, pp. 141 – 163.

COSTA, Arsenio da

“El hierro y los linajes de Vizcaya en el siglo XV; fuentes de renta y competencia económica.” in *STVUDIA Histórica. Historia Medieval*, vol. 15, Salamanca, 1997, pp. 62 – 207.

CRUZ, Guilherme Braga da

“A posse de ano e dia no direito hispânico medieval.”, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol.25, Coimbra, 1949, pp.1-28.

CUMBREÑO FLORIANO, Antonio

Estudios de Historia de Cáceres (Desde los orígenes a la Reconquista), Oviedo, Diputación Provincial de Cáceres (Servicios Culturales), 1957

____ *Historia de Cáceres (El Fuero y la Vida Medieval). Siglo XIII*, 1ªEdição, Oviedo, La Cruz, 1959.

____ “Cáceres ante la historia: el problema medieval de la propiedad de la tierra.” In *Revista de Estudios Extremeños*, Nº1-2, Badajoz, 1949, in *Diputación de Badajoz*, <http://www.dip->

badajoz.es/cultura/ceex/reex_digital/reex_V/1949/T.%20%V%20n%201-2%201949%20marzo-jun/RV10057.pdf, 7 de Abril de 2012.

DALCHÉ, Jean Gautier

Historia urbana de León y Castilla en la Edad Media (siglos IX – XIII), Madrid, Siglo XXI de España Editores, S.A, 1979.

____ “Formes et organization de la vie rurale dans le Fuero de Cuenca”, in *Anuario de Estudios Medievales*, Nº12, Madrid, 1982, pp.149-165.

Delitos Anti-económicos, [s.l], Polícia de Segurança Pública. Escola Prática, 2005

DIAGO HERNANDO, Máximo

“La ciudad de Soria como centro manufacturero durante el período bajomedieval”, in *Espacio, Tiempo y Forma. Série III, Hª Medieval*, vol. 22, Madrid, 2009, pp. 65 – 89, in *E-Spacio Uned*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerieIII-2009-22-2020&dsID=Documento.pdf>, 15 de Novembro de 2011

DIAS, João José Alves

Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996

DÍAZ IBÁÑEZ, Jorge

La Iglesia de Cuenca en la Edad Media (siglos XII – XV). Estructuras institucionales y relaciones de poder. Tesis doctoral inédita presentada en la Universidad Complutense de Madrid, 1996, in *Servicios EPrints Complutense*, <http://www.ucm.es/BUCM/tesis/19911996/H/0/AH0032301/>. Pdf, 2 de Dezembro de 2007.

DÍAZ GONZÁLEZ, Francisco Javier

“La normativa sobre los prisioneros y los cautivos en la España cristiana medieval”, in *Revista Estudios Histórico - Jurídicos*, Nº XXXII, Valparaíso, 2010, p.291

DÍEZ DE SALAZAR, Luís Miguel

“La industria del hierro en Guipúzcoa (siglos XIII – XVI). (Aportación al estudio de la industria urbana).”, in *En la España Medieval*, vol.6, Madrid, 1985, pp.251 – 276, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM85851202251A.PDF>, 15 de Julho de 2007.

DIEGO HERNANDO, Máximo

“Aprovechamiento de baldíos y comunales en la Extremadura soriana a fines de la Edad Media”, in *Anuario de Estudios Medievales*, Nº29, Madrid, 1990, pp. 413 – 436

____ “La ciudad de Soria como centro manufacturero durante el período bajomedieval”, in *Espacio, Tiempo y Forma. Série III, Hª Medieval*, vol. 22, Madrid, 2009, pp. 65 – 89, in *E-Spacio Uned*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerieIII-2009-22-2020&dsID=Documento.pdf>, 15 de Novembro de 2011

DUARTE, Luís Miguel

Justiça e criminalidade no Portugal Medieval (1459 – 1481). Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1993. Exemplar Policopiado.

____ “A justiça medieval portuguesa (Inventário de dúvidas)”, in *Cuadernos de Historia del Derecho*, Nº11, Madrid, 2004, pp. 87 – 97, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/der/11337613/articulos/CUHD0404110087A.PDF>, 17 de Setembro de 2007.

____ “A actividade mineira em Portugal durante a Idade Média.”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, vol. XII, I Série, Porto, 1995, pp. 75-111

____ “O comércio proibido.”, in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Coord. Luís A. Oliveira Ramos, Jorge Martins Ribeiro e Amélia Apolónia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp.409-424.

ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana

____ “Esclavos musulmanes en los Hospitales de Cautivos de la Orden Militar de Santiago (siglos XII y XIII)”, in *Al-Qantara*, Nº XXVIII, Fasc. 2, Madrid, 2007, pp. 465 – 488, in *Al – Qantara. Revista de Estudios Árabes*, <http://al-qantara.revistas.csic.es/index.php/al-qantara/article/view/45/39>, 16 de Abril de 2012

____ “La mayoría mudéjar en León y Castilla: legislación real y distribución de la población (siglos XI – XIII)”, in *En la España Medieval*, Nº26, Madrid, 2009, pp.7 – 30, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2161056>, 29 de Abril de 2012

____ “Los mudéjares al Norte del Sistema Central: nuevas aportaciones sobre la aljama de Ávila”, in *Minorias étnico – religiosas na Península Ibérica (Período Medieval e Moderno). Actas do I Encontro Minorias no Mediterrâneo. Évora, 21 – 23 de Setembro*. Eds. Maria Filomena Lopes de Barros e José Hinojosa Montalvo, Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS/EU – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Universidad de Alicante, 2008, pp. 291 - 307

EIROA RODRÍGUEZ, Jorge A.

____ “Los baños de Fortuna: un ejemplo de termalismo medieval en la región de Murcia”, in *Miscelánea Medieval Murciana*, vol. XXIII – XXIV, Murcia, 1999 – 2000, pp. 8 – 29, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=835262>, 20 de Maio de 2010

EQUIP BROIDA

____ “La viudez, ¿triste o feliz estado? (Las últimas voluntades de los barceloneses en torno al 1400)”, in *Actas de las III Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer de la Universidad Autónoma de Madrid, 1984, pp.27-41

ESCOBAR CAMACHO, José Manuel, NIETO CUMPLIDO, Manuel e PADILLA GONZÁLEZ, Jesús

____ “Vida y presencia de la mujer en la Córdoba del siglo XIII”, in *Actas de las III Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer de la Universidad Autónoma de Madrid, 1984, pp.125-141

____ “La mujer cordobesa en el trabajo a fines del siglo XV” in *Actas de las III Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer de la Universidad Autónoma de Madrid, 1984, pp.155-160.

ESCRIBANO ABAD, José Luís

____ “La regulación del mercado alimentario: el caso de la Guadalajara bajomedieval.”, in *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Historia Medieval*, Nº21, Madrid, 2008, pp.109-137, in *E-Spacio Uned*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerieIII2008n21-10510&dsID=Documento.pdf>, 21 de Julho de 2001.

ESPONERA EXTREMERA, María Concepción

“La mujer en el Fuero de Teruel. Similitudes y diferencias con el Fuero de Estella.” in, *Los Fueros de Teruel y Albarracín*. Coordinador José Manuel Latorre Ciria. Actas de las Jornadas de estudio celebradas en Teruel y Albarracín los días 17, 18 y 19 de diciembre de 1998, Teruel, Instituto de Estudios Turolenses. Excma. Diputación Provincial de Teruel, 2000, pp. 97 – 107.

FACI, Javier

“Vocablos referentes al sector agrario en León y Castilla durante la Alta Edad Media”, in *Moneda y Crédito*, N°144, Madrid, 1978, pp. 70 - 87

FERNANDES, Hermenegildo Nuno Goinhas

Organização do espaço e sistema social no Alentejo Medieval. O caso de Beja. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991. Exemplar Policopiado.

FERNÁNDEZ ESPINAR, Ramón

Las fuentes del derecho histórico español. Esquemas y resúmenes, Madrid, Editorial Ceura. Centro de Estudios Universitarios Ramón Areces, 1985.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Lorena

“La vida en las ruas medievales de las cuatro villas de la costa.” In *Anales de Historia Medieval de la Europa Atlántica: AMEA*, N°1, Santander, 2006, pp. 135-159, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2264099>, 30 de Setembro de 2012.

FERRER – VIDAL DÍAZ DEL RIGUERO, María

“La mujer en la Orden Militar de Santiago”, in *Las mujeres medievales y su ámbito jurídico. Actas de las II Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*. Madrid, Seminario de Estudios de las Mujer. Universidad Autónoma de Madrid, 1983, pp. 201 - 215

FERREIRA, Joaquim de Assunção

Estatuto Jurídico dos Judeus e Mouros na Idade Média. (Luzes e sombras na convivência entre as três religiões), Lisboa, Universidade Católica Editora, 2006.

FONT RIUS, José María

Instituciones medievales españolas. La organización política, económica y social de los reinos cristianos de la Reconquista, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas e Instituto «San José de Calasanz» de Pedagogía, 1949.

FOURQUIN, Guy

História económica do Ocidente Medieval, Lisboa, Edições 70, 2000.

FUENTE, Maria Jesus

“Mujer, trabajo y familia en las ciudades castellanas de la baja Edad Media”, in *En la España Medieval*, vol. 20, Madrid, 1997, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM9797110179A.PDF>, 16 de Julho de 2007.

FUERTES-PLANAS ALEIX, Cristina

“La estructura de la norma jurídica”, in *Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense*, N°93, Madrid, 2000, pp.73-103

GACTO FERNÁNDEZ, Enrique

La condición jurídica del cónyuge viudo en el Derecho visigodo y en los fueros de León y Castilla, Sevilla, Anales de la Universidad Hispalense. Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1975

_____. *Temas de Historia del Derecho: DERECHO MEDIEVAL*, Sevilla, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1977.

GACTO FERNÁNDEZ, María Trinidad

Estructura de la población de la Extremadura leonesa en los siglos XII y XIII (Estudios de los grupos socio – jurídicos, a través de los fueros de Salamanca, Ledesma, Alba de Tormes y Zamora), Salamanca, Centro de Estudios Salmantinos, 1977

GALGANO, Francesco

História do Direito Comercial, Lisboa, [s.n], 1980.

GARCÍA DE CORTAZAR Y RUÍZ DE AGUIRRE, José Ángel

Historia rural medieval, Lisboa, Editorial Estampa, 1983.

_____. *El dominio del Monasterio de San Millán de la Cogolla (siglos X a XIII). Introducción a la Historia Rural de Castilla Altomedieval*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1969.

_____. “La Extremadura castellano – leonesa: hacía la construcción de un modelo”, in *Revista de Historia Económica. Journal of Iberian and Latin American Economic History*, Nº2, Madrid, 1987, pp.365 – 370, in *Dialnet*, http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipo_busqueda=EJEMPLAR&revista_busqueda=1178&clave_busqueda=9584, 31 de Agosto de 2011.

GARCÍA DE CORTAZER, José Ángel e PEÑA BOCOS, Esther

“La atribución social del espacio ganadero en el Norte Peninsular en los siglos IX a XI”, in *Estudos Medievais*, Nº8, Porto, 1987, pp.3-27.

GARCÍA DE VALDEAVELLANO, Luís

Historia de España Antigua Medieval. Del Siglo X a las Navas de Tolosa, Madrid, Alianza Editorial, 1988.

_____. “El «Renovo». Notas y documentos sobre los préstamos usurarios en el Reino Astur-Leones (Siglos X – XI), in *Cuadernos de Historia de España*, vol. LVII-LVIII, Buenos Aires, 1973, pp.408-448.

_____. *Domus Disrupta. La protección jurídica del domicilio en los derechos locales portugueses de la Edad Media*, Barcelona, Imprenta Elzeviriana y Librería Camí, S.A, 1943.

_____. “El Mercado. Apuntes para su estudio en León y Castilla durante la Edad Media”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo VIII, Madrid, 1931, pp. 201 – 405.

_____. “El “apellido.” Notas sobre el procedimiento “fraganti” en el derecho español medieval” in *Cuadernos de Historia de España*, VII, Buenos Aires, 1947, pp. 68 – 106.

_____. *Estudios Medievales de Derecho Privado*, Sevilla, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1977

GARCÍA GARCÍMARTÍN, Hugo Joaquín

Articulación jurisdiccional y dinámica socioeconómica de un espacio natural: la cuenca del Alberche (siglos XII – XV). Tesis Doctoral inédita presentada en la Universidad Complutense de Madrid, 2002, in *Servicios EPrints Complutense*, <http://www.ucm.es/BUCM/tesis/ghi/ucm-t26469.pdf>, 12 de Dezembro de 2007.

GARCÍA GONZÁLEZ, Juan

“Traición y alevosía en la alta Edad Media”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo XXXII, Madrid, 1962, pp.323 – 345.

_____ “El juramento de manquadra” in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo XXV, Madrid, 1962, pp. 211 – 255.

_____ “El incumplimiento de la promesas de matrimonio en la historia del derecho español”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Nº23, Madrid, 1953, pp. 661 – 642

GARCÍA HERRERO, María del Carmen

“Viudedad foral y viudas aragonesas a finales de la Edad Media.”, in *Hispania. Revista Española de Historia*, Vol. 53, Nº84, Madrid, 1993, pp.431-540

GARCÍA MARÍN, José María

“La legítima defensa hasta fines de la Edad Media.”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo L, Madrid, 1989, pp. 413 – 438.

GARCÍA OLIVA, Maria Dolores

Organización económica y social del concejo de Cáceres y su tierra en la Baja Edad Media, Cáceres, Institución Cultural « El Brocense» de la Excmá, Diputación Provincial de Cáceres, 1990

_____ “Prestaciones y tributos a través del Fuero de Cáceres. Bases de una diferenciación socioeconómica”, in *Norba. Revista de arte, geografía e historia*, Nº4, Cáceres, 1983, *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=69164>, 1 de Maio de 2012

_____ *Documentación histórica del Archivo Municipal de Cáceres (1475-1504)*, Cáceres, Institución Cultural «El Brocense» de la Excmá Diputación Provincial de Cáceres, 1987.

GARCÍA ULECÍA, Alberto

Los factores de diferenciación entre las personas en los Fueros de la Extremadura castellano – aragonesa, Sevilha, Anales de la Universidad Hispalense – Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1975

_____ “El régimen económico del matrimonio en los derechos locales leoneses”, in *Historia. Instituciones. Documentos*, Nº9, Sevilla, 1982, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=58146>, 28 de Janeiro de 2011.

_____ “Delimitación conceptual del oficio de corredor en el derecho histórico.” in *Anuario de Historia del Derecho Español*, vol. LXVI, Madrid, 1996, pp.181-200.

GEREZ ALUM, Pau

Higiene e imagen de higiene en la Edad Media. El caso de la ciudad de Gerona, tesis doctoral inédita presentada en la Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, 2008, in <http://e-spacio.uned.es/fez/list.php?community-pid=bibliuned:\398sortby=searchkeys>, 5 de Janeiro de 2009.

GIBERT, Rafael

“El Derecho municipal de León y Castilla” in, *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo XXXI, Madrid, 1961, pp.695 – 754.

_____ “El derecho judío en el estudio jurídico español”, in *Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense de Madrid*, Nº83, Madrid, 1993-1994, pp.147-178.

____ “El contrato de servicios en el derecho medieval español”, in *Cuadernos de Historia de España*, Nº15, Buenos Aires, 1951, pp. 5 – 129.

____ “La paz del camino en el Derecho medieval español.”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Nº27-28, Madrid, 1957-58.

GIMPEL, Jean

A revolução industrial da Idade Média, 3ª edição, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2001.

GOICOLEA JÚLIAN, Fco Javier

“Sociedad y poder concejil. Una aproximación a la elite dirigente urbana de la Rioja Alta Medieval.”, in *STVDIA Histórica. Historia Medieval*, Vol. 17, Salamanca, 1999, pp. 87 – 112.

____ “Mundo urbano y actividades económicas en la Rioja Alta bajomedieval.”, in *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Historia Medieval*, vol. 11, Madrid, 1998, pp. 243-283, in *E-Spacio Uned*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETF61C966A9-D2DF-DF0B-18EE-A0DFE24D1D0A&dsID=Documento.pdf>, 12 de Dezembro de 2012

____ “La política económica del concejo de Haro a finales de la Edad Media: comercialización del vino.”, in *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Historia Medieval*, vol.7, Madrid, 1994, pp.103-119, in *E-Spacio Uned*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETF7416F89C-6EEE-7C82-6F51-AEED0DBE8440&dsID=Documento.pdf>, 10 de Julho de 2011.

GOMES, Saul António

“Grupos Étnico – Religiosos e Estrangeiros”, *Nova História de Portugal. Portugal em definição de fronteiras. (1096 – 1325). Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, 1ª edição, vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 308 – 371.

____ “Os judeus no Reino Português (Séculos XII-XIII) ”, in *Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica (Período Medieval e Moderno). Actas do I Encontro Minorias no Mediterrâneo. Évora, 21 – 23 de Setembro de 2006*. Ed. Maria Filomena Barros e José Hinojosa Montalvo, Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS/EU – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora e Universidad de Alicante, 2008, pp.79-91.

GÓMEZ – ROJO, María Encarnación

“Historia jurídica del incendio en la Edad Antigua y en el ordenamiento medieval castellano. Implicaciones urbanísticas y medioambientales.” in *Revista de Estudios Histórico – Jurídicos*, vol. XXXIII, Valparaíso, 2011, pp. 321 - 373

GÓMEZ DE VALENZUELA, Manuel

“Esclavos moros en Aragón (ss. XI al XVI)”, in *Argensola. Revista de Ciencias Sociales del Instituto de Estudios Altoaragoneses*, Nº102, Huesca, 1989, pp.115-132, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/busquedadoc?t=G%C3%B3mez+de+Valenzuela&i=51>, 12 de Abril de 2012

GONÇALVES, Iria

“Defesa da Consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa – Séculos XIV – XV) in, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia Histórica, 1996, pp.97 – 116.

____ *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, 1ª edição, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989.

____ “Privilégios de estalajadeiros portugueses (séculos XIV e XV)”, in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Nº11, Lisboa, 1967, pp. 5-19.

GONÇALVES, M. Maia

Código Penal português. Anotado he comentado. Legislação complementar, 12ª Edição, Coimbra, Livraria Almedina, 1998.

GONZÁLEZ, Julio

Regesta de Fernando II, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto Jerónimo de Zurita, 1943.

____ *Alfonso IX*, vol. I, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto Jerónimo de Zurita, 1944.

GONZÁLEZ ARCE, José Damián

“El artesanado en los Fueros del Reino de Murcia”, in *Anuario de Estudios Medievales*, Nº25, Madrid, 1995, pp.81-126.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel

“Las relaciones entre Portugal y Castilla durante el siglo XIII”, in *As relações de fronteira no século de Alcanices. IV Jornadas Luso – Espanholas de História Medieval. Actas*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 1998. Separata do vol. XV da II Série da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.1 – 24.

GONZÁLEZ SERRANO, José

“Los oficios del Concejo en los fueros municipales de León y Castilla.”, in *Revista de Ciencias Jurídicas y Sociales*, vol. V, Madrid, MCMXXII, pp.227-256

GRAÇA, Laura da

“Tributos, señores y situación campesina en Behetrías y concejos de realengo. Siglos XII – XV.”, in *STVUDIA Histórica. Historia Medieval*, vol. 14, Salamanca, 1996, pp. 159 – 180.

GUAL, José Miguel

“Bases para el estudio de las ferias murcianas en la Edad Media”, in *Miscelánea Medieval Murciana*, vol. IX, Murcia, 1982, pp. 9 – 55, in *Edit.um. Ediciones de la Universidad de Murcia*, <http://revistas.um.es/index.php/mimemur/article/view/5821/5671>, 24 de Maio de 2012

GUAL CAMARENA, Miguel

“Para un mapa de la industria textil hispana en la Edad Media”, in *Anuario de Estudios Medievales*, Nº4, Madrid, 1967, pp.109-168.

____ “El hospedaje hispano-medieval. Aportaciones para su estudio.” In *Anuario de Historia del Derecho Español*, vol. XXXII, Madrid, 1962, pp. 527-547.

GUILLOT ALIAGA, Dolores

“Derechos de la viuda en la Valencia Foral”, in *Hispania. Revista Española de Historia*, Vol.61, Nº207, Madrid, 2001, pp.267-288, in *Hispania. Revista Española de Historia. Instituto de Historia (CSIC)*, <http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/312/312>, 28 de Junho de 2011.

HEERS, Jacques,

La ville au Moyen Age en Occident. Paysages, pouvoirs et conflits, Paris, Fayard, 1990.

____ *O trabalho na Idade Média*, Mem Martins, Publicações Europa – América, 1965

_____. *Escravos e servidão doméstica na Idade Média no mundo mediterrânico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983.

HENRIQUES, António

“Finanças Régias e Reconquista. Em torno de uma hipótese de Iria Gonçalves.” In *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caledoscópio. Edição e Artes Gráficas, SA, 2009, pp.293-307.

HERNÁNDEZ FRANCO, Juan

“Bases del comercio del vino en Murcia durante la Baja Edad Media, in *Miscelánea Medieval Murciana*, vol. VII, Murcia, 1981, pp. 23-38, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=52872>, 30 de Dezembro de 2012.

HERVÁS, Marciano

“The Synagogue of Coria in the Documents of the Coria Cathedral Archives”, in *Hispania Judaica Bulletin. Articles. Reviews, Bibliography and Manuscripts on Sefarad*. Yom Tov Assis e Raquel Ibañez – Sperber (Eds.), Jerusalem, 5759/1999, pp. 43 – 74.

_____. “Noticias sobre la judería y sinagoga de Béjar (Salamanca), in *Sefarad. Revista del Instituto Arias Montano de Estudios hebraicos, sefardíes y de Oriente Próximo*, Año 63, Fasc.2, Madrid, 2003, pp. 331 - 370

_____. “La judería y sinagoga de Coria en la documentación del Archivo Catedralicio: siglos XIV y XV”, in *Sefarad. Revista del Instituto Superior Arias Montano de Estudios Hebraicos, Sefardíes y de Oriente Próximo*, Nº61, Facs. 1, Madrid, 2001, pp. 91 – 125.

HINOJOSA, Eduardo de

El Elemento Germánico en el derecho español, Madrid, Junta para aampliación de Estudios e investigaciones científicas. Centro de Estudios Históricos, 1915.

_____. *Estudios sobre la Historia del Derecho Español*, Madrid, Imprenta Asilo de Huérfanos del Sagrado Corazón de Jesús, 1908.

HINOJOSA MONTALVO, José

“La mujer en las ordenanzas municipales en el Reino de Valencia durante la Edad Media”, in *Las mujeres en las ciudades medievales. Actas de las Terceras Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer. Universidad Autónoma de Madrid, 1984, pp. 43 – 55.

_____. “El préstamo judío en la ciudad de Valencia en la segunda mitad del siglo XIV”, in *Sefarad. Revista de Estudios Hebraicos, Sefardíes y de Oriente Próximo*, Nº45, Facs. 2, Madrid, 1985, pp. 315-326.

_____. “La sociedad y la economía de los judíos de Aragón durante la Baja Edad Media”, in *II Semana de Estudios Medievales. Nájera, 5 al 9 de agosto de 1991*. Coord. De José Ignacio de la Iglesia Duarte, Nº2, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, 1991, pp. 79-109, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=554225>, 6 de Junho de 2009.

_____. “Actividades judías en la Valencia del siglo XIV”, in *En la España Medieval*, vol. 7, Madrid, 1985, pp.1547-1567, in *Revistas Científicas Complutenses*, <http://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM8585221547A/24667>, 25 de Julho de 2011.

_____. “Poder municipal y abastecimiento de carne en la gobernación de Orihuela a fines de la Edad Media.”, in *Miscelánea Medieval Murciana*, vol. XXI-XXII, Murcia, 1997-1998, pp. 157-

170, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=52955>, 30 de Dezembro de 2012.

____ “Aproximación a la ganadería alicantina en la Edad Media.”, in *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, Nº9, Alicante, 1992-1993, pp.161-178, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=90595>, 24 de Junho de 2012.

____ “La economía agropecuaria alicantina en tiempos de Alfonso X: aproximación a su estudio.” In, *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, Nº6, Alicante, 1987, pp.159-174, in *Dialnet*, http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/7044/1/HM_06_08.pdf, 11 de Fevereiro de 2013.

HOMEM, Armando Luís Carvalho

“Poder e Poderes no Portugal de fins da Idade Média”, *Economia, Sociedade e Poderes. Estudos em homenagem a Salvador Dias Arnault*. Coordenação de Leontina Dias Ventura, Coimbra, Editora Ausência, 2002, pp.73 – 102.

HOMET, Raquel

“Los collazos en Castilla (siglo X – XIV)”, in *Cuadernos de Historia de España*, vol. LIX – LX, Buenos Aires, 1976, pp. 105 - 220

IGNASI SARAYANA, Josep

“La disposición medieval sobre la condición femenina (siglos VIII al XIII)”, in *Medievalia*, Nº26, México, 1997, pp.1 – 8.

JARA FUENTE, José Antonio

“Élites urbanas: las políticas comerciales y de mercado como formas de prevención de conflictos y de legitimación del poder (la veda del vino en Cuenca en la Baja Edad Media), in *Brocar: cuadernos de investigación histórica*, Nº21, Logroño, 1998, pp. 119-133 in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=227748>, 30 de Dezembro de 2012

KAYSERLING, Meyer

História dos Judeus em Portugal, São Paulo, Livraria Pioneira, 1971.

KENNEDY, Hugh

Os muçulmanos na Península Ibérica. História Política do Al-Andalus, Mem Martins, Publicações Europa – América, 1999.

KLAPISCH – ZUBER, Christiane

“A mulher e a família.” in *O homem medieval*. Direcção de Jacques Le Goff, 1ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp.193 – 208.

LACARRA DE MIGUEL, José María

“Introducción al estudio de los mudéjares aragoneses.”, in *Aragón en la Edad Media*, Nº2, Zaragoza, 1979, pp.7 – 22, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=108330>, 19 de Abril de 2012.

____ “Acerca de la atracción de pobladores en las ciudades fronterizas de la España cristiana (siglos XI-XIII)”, in *En la España Medieval*, Nº2, Madrid, 1982, pp.485-498, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=12195315> de Abril de 2013.

LACAVE, José Luís

“Sinagogas y juderías extremeñas”, in *Sefarad. Revista del Instituto Arias Montano de Estudios hebraicos, sefardíes y de Oriente Próximo*, Año XL, Fasc.2, Madrid – Barcelona, 1980, pp.215 – 234.

_____. *Juderías y Sinagogas Españolas*, Madrid, Editorial MAPFE, 1992.

_____. “Aspectos de la sociedad judía en la España medieval.”, *Xudeus e Conversos na Historia. Sociedad e Inquisición. Actas do congreso internacional de Rivadavia 14-17 de Outubro de 1991*, ed. Carlos Barros, tomo II, Santiago de Compostela, Diputación de Ourense e La Editorial de la Historia, 1994, pp.13 – 26.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel

“La caza en la legislación municipal castellana. Siglos XIII a XVIII” in *En la España Medieval*, vol. I, Madrid, 1980, pp. 193 – 221, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM8080110193A.PDF>, 15 de Julho de 2007.

_____. “O Tratado de Alcanices e a importância, Guerra, Cultura, Diplomacia” in, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa. Actas do Congresso Histórico Luso – Espanhol. 12 – 17 de Setembro de 1997*, Lisboa, Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp.11 – 30.

_____. “Reconquista y definiciones de frontera.”, in *As relações de fronteira no século de Alcanices. IV Jornadas Luso – Espanholas de História Medieval. Actas*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 1998. Separata do vol. XV da II Série da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 655 – 691.

_____. “Los mudéjares de Castilla cuarenta años después”, in *En la España Medieval*, Vol. 23, Madrid, 2010, pp. 383 – 424, in *Revistas Científicas Complutenses*, <http://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM1010110383A/21164>, 21 de Maio de 2012.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel e GALÁN PARRA, Isabel

“Las ordenanzas locales en la Corona de Castilla como fuente histórica y tema de investigación (siglos XIII al XVIII), in *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, Nº1, Alicante, 1982, pp.221-244, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=90472>, 4 de Março de 2010.

LARRIBA BACIERO, Manuel

“La aljama de Molina de Aragón en la Corona Catalano – Aragonesa (1369 – 1375)”, in *Xudeus e Conversos na Historia.Sociedad e Inquisición. Actas do congreso internacional de Rivadavia 14-17 de Outubro de 1991*, ed. Carlos Barros, tomo II, Santiago de Compostela, Diputación de Ourense e La Editorial de la Historia, 1994, pp.319 – 333.

LEDESMA RUBIO, María Luisa

“Marginación y violencia. Aportación al estudio de los mudéjares aragoneses”, in *Aragón en la Edad Media*, Nº9, Zaragoza, 1991, pp. 203-224, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=108422>, 20 de Abril de 2012

LEÓN TELLO, Pilar,

“Disposiciones sobre judíos en los Fueros de Castilla y León”, in *Sefarad. Revista del Instituto Arias Montano de Estudios Hebraicos, Sefardíes y de Oriente Próximo*, Año, XXXV, Fasc. I, Madrid – Barcelona, 1975, pp.131 – 150.

LÉVY-BRUHK, Henri

Sociologia do Direito, São Paulo, Martins Fontes, 2000.

LOPES, Ricardo António Pereira

Justiça Criminal nos reinados de D. Afonso IV e D. Pedro I. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nova de Lisboa, com o apoio da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro comunitário de Apoio, Lisboa, 2003. Exemplar Policopiado.

LÓPEZ – AMO Y MARÍN, Ángel

“El derecho penal español de la Baja Edad Media”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo XXVI, Madrid, 1956, pp. 369 – 386.

LÓPEZ ORTIZ, José

“El proceso en los reinos cristianos de nuestra reconquista antes de la recepción romano – canónica”, in *Anuario de Estudios Medievales*, N°14, Madrid, 1943, pp. 184 – 226.

LÓPEZ SABATEL, José Antonio

“Paisaje agrario y prácticas agrícolas en la Ribeira Sacra (Galicia) durante los siglos XIV y XV.” In, *Anuario de Estudios Medievales*, N°38, Fasc.1, Madrid, 2008, pp.213-234, in *Anuario de Estudios Medievales*. CSIC, <http://estudiosmedievales.revistas.csic.es/index.php/estudiosmedievales/article/view/66/67>, 15 de Dezembro de 2012.

LÓPEZ VILLALBA, José Miguel

“Política local y abastecimiento urbano: el pescado en Guadalajara en la Baja Edad Media”, in *Studia Historica. Historia Medieval*, N°25, Salamanca, 2007, pp.221-244.

LOZANO GRACIA, Susana

“Fraudes y licencias en el comercio aragonés a mediados del siglo XV”, in *Aragón en la Edad Media*, N°18, Zaragoza, 2004, pp. 117 – 162 in *Dialnet*, http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipo_busqueda=ANUALIDAD&revista_busqueda=138&clave_busqueda=2004, 4 de Abril de 2012

LUMBRERAS VALIENTE, Pedro

Los Fueros Municipales de Cáceres. Su Derecho Privado, Cáceres, Institución Cultural «El Brocense», 1990.

____ *Los Fueros Municipales de Cáceres. Su derecho público (Tesis Doctoral)*, Cáceres, Excmo. Ayuntamiento de la Capital de la Alta Extremadura, 1974

____ *Los fueros municipales de la Alta Extremadura. Separata del volumen III de las Memorias de la Real Academia de Extremadura de las Letras y las Artes*, Trujillo, 1996, pp. 225 - 285

MACEDA CORTES, María Luisa

“El concejo de Benavente de los siglos XII al XIV.” in *En La España Medieval*, vol. 5, Madrid, 1984, pp. 565 – 594, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM8484220565A.PDF>, 22 de Julho de 2007.

MADERO EGUÍA, Marta

“El riepto y su relación con la injuria, la venganza y la ordalía (Castilla y León, siglos XIII y XIV)”, *Hispania. Revista Española de Historia*, vol.47, N°167, Madrid, 1987, pp.805 – 862.

MANTERO, Maria Teresa de Almeida e Sousa

Alguns aspectos da questão judaica. Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1950. Exemplar Policopiado.

MARONGIU, António

“Matrimonio medievale e matrimonio postmedievale. Spunti storico – critici” in *Rivista di Storia del Diritto Italiano*, Anno, LVII, vol. LVII, Roma, 1984, pp. 5 – 119.

MARQUES, A. H. de Oliveira

Novos Ensaios de História Medieval de Portugal, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

____ *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 2ª edição, Lisboa, Edições Cosmos, 1968.

MARQUES, José

“Os municípios dionisinos nos finais do século XIII”, in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa. Actas do Congresso Histórico Luso – Espanhol. 12 – 17 de Setembro de 1997*, Lisboa, Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp.211 – 229.

____ “Os municípios na estratégia defensiva dionisina.”, in *As relações de fronteira no século de Alcanices. IV Jornadas Luso – Espanholas de História Medieval. Actas*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 1998. Separata do vol. XV da II Série da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.523 – 544.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes

“A Legislação Sinodal Portuguesa Medieval”, *Minorias éticas e religiosas em Portugal. História e actualidade*, Actas do Curso de Inverno, 9 – 11 de Janeiro de 2002, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, pp. 33 – 47.

MARTÍN, José Luís

“Ordenamientos jurídicos de la “Extremadura” medieval”, in *Revista de Historia Jerónimo de Zurita*, Nº78 – 79, Zaragoza, 2004, pp.279 – 320.

MARTÍN MARTÍN, José Luís

“Los Fueros de la Transierra. Posibilidades y limitaciones en la utilización de una fuente histórica”, in *En la España Medieval*, vol.2, Madrid, 1982, pp. 691 – 706, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM/828212069.PDF>, 7 de Dezembro de 2007.

____ “Las funciones urbanas en la Transierra occidental” in *La ciudad Hispánica durante los siglos XIII al XVI. Actas del Coloquio celebrado en la Rábida y Sevilla del 14 al 19 de Septiembre de 1981*. Tomo I, Madrid, Editorial de la Universidad Complutense, 1985, pp. 403 – 417.

____ “Conflictos luso – castellanos por la Raya.”, in *As relações de fronteira no século de Alcanices. IV Jornadas Luso – Espanholas de História Medieval. Actas*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 1998. Separata do vol. XV da II Série da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.259 – 273.

____ “La tierra de las “contiendas”: notas sobre la evolución de la raya meridional en la Edad Media”, in *Norba. Revista de História*, Nº16, Cáceres, 1996, pp. 277 – 293, in *Dialnet*, http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipo_busqueda=ANUALIDAD&revista_busqueda=1683&clave_busqueda=1996, 14 de Abril de 2010

____ “La villa de Cáceres y sus aldeas en la Baja Edad Media. (Notas sobre el origen y mantenimiento de una diferenciación socio-económica).”, in *Norba. Revista de Arte, geografía*

e *historia*, Nº1, Cáceres, 1980, pp.209-218, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=69089>, 11 de Julho de 2012.

____ “San Julián del Pereiro entre Calatrava y Alcántara.”, in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa. Atas do Congresso Histórico Luso-Espanhol. 12-17 de Setembro de 1997*, Lisboa, Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp.181-195.

MARTÍN PRIETO, Pablo

“El derecho castellano medieval en sus textos: los Fueros de Guadalajara”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*. Vol. LXXVII – LXXIX, Madrid, 2008 – 2009, pp. 139 – 213.

____ “Aportación al estudio del molino hidráulico en la Castilla medieval: los molinos del monasterio de Santa Clara de Alcocer.”, in *Hispania. Revista Española de Historia*, vol.66, Nº224, Madrid, 2006, pp.833-850, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2207103>, 18 de Março de 2013.

MARTÍNEZ CARRILLO, M^a de los Llanos

“Explotación y protección del medio vegetal en la Baja Edad Media murciana”, in *Miscelánea Medieval Murciana*, vol. XXI-XXII, Murcia, 1997-1998, pp. 71-82, in *Edit.um. Ediciones de la Universidad de Murcia*, <http://revistas.um.es/mimemur/issue/view/641/showToc>, 30 de Dezembro de 2012.

MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo

Los Fueros de la familia de Coria Cima Coa, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos, 1971. Separata da *Revista Portuguesa de História*, Tomo XIII (Homenagem ao Prof. Paulo Merêa), pp.343 – 373.

____ *Recepción de fueros locales leoneses o castellanos en território português*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1983. Separata do nº especial do *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra* - «Estudos em Homenagem aos Profs. Manuel Paulo Merêa e Guilherme Braga da Cruz», 1983, pp.2 – 22.

____ “Los fueros de la familia Coria Cima-Coa”, in *Revista Portuguesa de História*, vol. XIII, Coimbra, 1971, pp.343-373.

MARTÍNEZ GIJÓN, José

“El régimen económico del matrimonio y el proceso de redacción de los textos de la familia del Fuero de Cuenca”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo XXIX, Madrid, 1959, pp.45 – 151.

____ “La prueba judicial en el Derecho territorial de Navarra y Aragón durante la Edad Media.”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo XXXIX, Madrid, 1969, pp.17 - 54.

MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Julio Gerardo

“Los oficios menestrales en los Fueros de Cáceres.”, in *Anuario de la Facultad de Derecho*, Nº3, Cáceres, 1984 – 1985, pp. 133 – 165.

____ “El delito ecológico en los Fueros de Coria y Cáceres”. (*Un estudio Iushistórico Textual-Comparativo*), Cáceres, JGMM. Zigurat Libros, 2001.

MARTINS, Rui

“A alimentação medieval: práticas e representações.”, in *Revista de Ciências Históricas*, vol. II, Porto, 1993, pp.67-82

MARTINS, Rui Cunha

“A linguagem política dos foros de Castelo Rodrigo. Identidade e exclusão no contexto municipal. (Raia luso – leonesa: século XIII)”, in *Anuario de Estudios Medievales*, N°27, Madrid, 1997, pp. 2 - 21

MATAS CASCOS, Alicia

Aportación al estudio del régimen local en la Transierra Leonesa (Coria). Memoria de Licenciatura bajo la dirección de D. A. Carlos Merchán Fernández, Cáceres, Universidad de Extremadura. Facultad de Filosofía y Letras, 1986.

MATELLANES MERCHÁN, José Vicente

“Aproximación a la política ecológica y cinegética en los Fueros del siglo XIII”, in *El medio natural en la España medieval. Actas del I Congreso sobre ecohistoria e historia medieval*. Ed. Julián Clemente Ramos, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2001, pp. 335 – 356.

____ “La Orden de Santiago y la organización social de Transierra castellano-leonesa (ss. XIII-XIV)”, in *Cuadernos de Historia Medieval. Monografías*, vols. 1 e 2, Madrid, 1999, in Departamento de Filosofía y Letras de la Universidad Autónoma de Madrid, <http://www.uam.es/departamentos/filoyletras/hmedieval/especifica/cuadernos/monograf/M1a.pdf>, 12 de Março de 2010

MATEO HERRERÍAS, M^a Ángeles

“Estudio de la convivencia judeocristiana en el León medieval”, in *Espacio, Tiempo y Forma, Serie III. Historia Medieval*, vol. 7, Madrid, 1994, pp.315-325, *E-Spacio Uned*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETF162253BD-8B9A-A816-94B8-6DD2E1995E08&dsID=Documento.pdf>, 17 de Abril de 2013.

MATÉS BARCO, Juan Manuel e TIRAPU MARTÍNEZ, Daniel

“Crédito y Usura en la Legislación Medieval: los judíos de Navarra en los siglos XIII y XIV, in *Ius Canonicum*, vol. 33, N°65, Pamplona, 1993, pp.379-396

MATTOSO, José

Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096 – 1325), vols. I e II, Lisboa, Editorial Estampa, 1985.

____ “Da comunidade Primitiva ao Município. O exemplo de Alfaiates.” in *Estudos Medievais*. Direcção de Amélia Aguiar Andrade e José João Rigaud de Sousa, N°8, Porto, 1987, pp.29 – 44.

____ “A mulher e a família”, in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Colóquio 20 – 22 de Março de 1985. Actas*, vol. I, Coimbra, Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, pp.35 – 49.

____ *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987.

MELO, Arnaldo Rui de Azevedo de Sousa

“Relações inter-concelhias no reinado de D. Dinis.”, in *As relações de fronteira no século de Alcanices. IV Jornadas Luso – Espanholas de História Medieval. Actas*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 1998. Separata do vol. XV da II Série da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.545 – 575.

MENDO CARMONA, Concepción

“Dehesas y ejidos en la villa y tierra de Madrid” in *Anuario de Estudios Medievales*, N°20, Madrid, 1990, pp. 359 – 374.

____ “La industria del cuero en la Villa y tierra de Madrid a finales de la Edad Media.”, in *Espacio, Tiempo y Forma, Serie III. Historia Medieval*, vol. 3, Madrid, 1990, pp. 181-211 in *E-Spacio Uned*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETF859480DA-15D9-2FDE-F0BE-F027B39BE50B&dsID=Documento.pdf>, 30 de Dezembro de 2012

MENDONZA GARRIDO, Juan Miguel

“Mujeres adúlteras en la Castilla Medieval. Delincuentes y víctimas.”, in *Clio & Crimen*, Nº5, Durango, 2008, pp.151-186, in *Centro de Historia del Crimen*, http://www.durangoudala.net/portalDurango/RecursosWeb/DOCUMENTOS/1/0_522_1.pdf, 12 de Janeiro de 2012.

____ “La delincuencia a fines de la Edad Media un balance historiográfico.”, in *Historia, Instituciones, Documentos*, Nº20, Sevilla, p.1993, pp.231-260, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=58290>, 13 de Agosto de 2013

MENJOT, Denis

“El mundo del artesanado y la industria en las ciudades de Europa Occidental durante la Edad Media (siglos XII – XV)”, in *Catharum: revista de ciencias y humanidades*, Nº11, Puerto de la Cruz, 2010, pp. 5 – 18 in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3769727>, 5 de Junho de 2012

MERCHAN ÁLVAREZ, Antonio

La tutela de los menores en Castilla hasta fines del siglo XV, Sevilla, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1976.

MÊREA, Paulo

Estudos de Direito Hispânico Medieval, Vols. I e II, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1953.

____ “Condição Jurídica dos Judeus e Mouros”, *História de Portugal*. Edição monumental comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade. Direcção Literária de Damião Peres e direcção artística de Elutério Cerdeira, Vol. II, Barcelos, Portucalense Editora. Lda., MCMXIX, pp. 22 – 524.

____ “Composição Corporal (Achêga para a história do direito penal português)” in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo XV, Madrid, 1933, pp. 564 – 570.

____ “Notas sobre o poder paternal no Direito Hispânico Ocidental durante os séculos XII e XIII”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo XVIII, Madrid, 1947, pp. 15 - 33.

____ *Evolução dos regimes matrimoniais*, 2 vol. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913.

____ “Sobre os foros da região de Cima-Côa.”, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, Nº23, Coimbra, 1947.

____ “Apontamentos para uma história do direito privado.”, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, Nº14, Coimbra, 1937-38, pp.1-21.

____ *Estudos de Historia do Direito. Direito Português*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007.

MÍNGUEZ, José María

“La frontera del Sistema Central: una realidad difusa”, in *Espacios de poder y formas sociales en la Edad Media. Estudios dedicados a Ángel Barrios*. Eds. Gregorio del Ser Quijano e Iñaki Martín Viso, Salamanca, Ediciones de la Universidad de Salamanca, 2007, pp. 203 - 218

MIRANDA GARCÍA, Fermín

“El espacio del viñado en la periferia de las ciudades navarras (1259 – 1350)”, in *En la España Medieval*, vol. 21, Madrid, 1998, pp. 49 – 67, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*,
<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM9898110049A.PDF>, 16 de Julho de 2008.

MOITEIRO, Gilberto Coralejo

“Paisagens históricas: a flora e a fauna na toponímia meridional beirã de Quinhentos.”, in *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas. Actas das Primeiras Jornadas*. Coord. Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova de Lisboa, 2005, pp. 25-63.

MOLÉNAT, Jean – Pierre

“Unité et diversité des communautés mudéjares de la Péninsule Ibérique médiévale.”, *Islão minoritário na Península Ibérica. Recentes pesquisas e novas perspectivas sobre mudéjares, mouriscos e literatura aljamiana. Séculos XII – XVII. (Mesa Redonda Internacional – Évora, Junho de 1999)*. Editado por Abel Sidarus, Lisboa, Hugin, 2001, pp.19 – 28.

____ “Minorites en miroir: mozarabes et mudejars dans la Péninsule Iberique Medievale”, in *Minorias étnico – religiosas na Península Ibérica (Período Medieval e Moderno). Actas do I Encontro Minorias no Mediterrâneo. Évora, 21 – 23 de Setembro*. Eds. Maria Filomena Lopes de Barros e José Hinojosa Montalvo, Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS/EU – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Universidad de Alicante, 2008, pp. 279 - 290

MOLINA MOLINA, Ángel Luis

“Minorias Étnico – Religiosas en el Reino de Murcia durante la Baja Edad Media”, in *Minorias étnico – religiosas na Península Ibérica (Período Medieval e Moderno). Actas do I Encontro Minorias no Mediterrâneo. Évora, 21 – 23 de Setembro*. Eds. Maria Filomena Lopes de Barros e José Hinojosa Montalvo, Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS/EU – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Universidad de Alicante, 2008, pp. 211 – 258.

MOLLAT, Michel

Les pauvres au Moyen Âge. Étude sociale, Paris, Hachette, 1978.

MONCADA, Luís Cabral de

“O casamento em Portugal na Idade Média”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Ano VII, Nº 61 a 65, Coimbra, Imprensa da Faculdade, 1921 – 1922, pp. 1 – 32.

____ *Estudos de História do Direito*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1948.

____ “O Duelo na vida do direito.”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo II, Madrid, 1925, pp.213 – 233.

____ “A posse de «Ano e Dia» e a prescrição aquisitiva nos costumes municipais portugueses.” In *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. X, Coimbra, 1926-1928, pp.121-149.

MONEVA Y PUYOL, Juan

Introducción al Derecho Hispánico, 3ªedición, Barcelona, Editorial Labor. S.A, 1942.

MONSALVO ANTÓN, José María

“Mentalidad antijudía en la Castilla Medieval. Cultura clerical y cultura popular en la gestión y difusión de un ideario medieval.”, *Xudeus e Conversos na Historia. Mentalidades e cultura. Actas do congreso internacional de Rivadavia 14-17 de Outubro de 1991*, ed. Carlos Barros, tomo I, Santiago de Compostela, Diputación de Ourense e La Editorial de la Historia, 1994, pp.21 – 84.

____ “Concejos castellano – leoneses y feudalismo (siglos XI – XIII). Reflexiones para un estado de la cuestión.”, in *STVUDIA Histórica. Historia Medieval*, vol. X, Salamanca, pp. 203 – 243.

MONTAÑA CONCHIÑA, Juan Luis de la

“Iglesia y repoblación. La red parroquial de la Transierra Extremeña (142-1350), in *Anuario de Estudios Medievales*, N°28, Madrid, 1998, pp.857-873.

____ “Poblamiento y ocupación del espacio: el caso extremeño (siglos XII – XIV)”, in *Revista de Estudios Extremeños*, vol. 60, N°2, Badajoz, 2004, pp.569 – 596, in *Dialnet*, http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipo_busqueda=EJEMPLAR&revista_busqueda=1164&clave_busqueda=100829, 15 de Abril de 2010

____ “Reflexiones en torno a la repoblación y formación de la sociedad feudal extremeña (siglos XIII – XIV)”, in *Norba. Revista de Historia*, N°14, Cáceres, 1994, pp. 83 – 102, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=109893>, 15 de Abril de 2010

MONTANOS FERRIN, Emma e SÁNCHEZ-ARCILLA, José

Estudios de História del Derecho Criminal, Madrid, Jacaryan S.A, 1990

MONTEIRO, João Gouveia

A guerra em Portugal nos finais da Idade Média, vol. II, Coimbra, Faculdade de Letras, 1997.

MONTERDE GARCÍA, Juan Carlos

“El sentido de la honra en los Fueros de Cáceres y Plasencia” in *Revista de Estudios Extremeños*, vol. 58, N°2, Badajoz, 2002, pp. 685 - 722, in *Dialnet*, http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?tipo_busqueda=CODIGO&clave_revista=1164, Ed. PDF, 22/05/2007.

MONTERO CURIEL, Pilar

“El dialecto leonés y el Atlas Lingüístico de Castilla y León”, in *Anuario de Estudios Filológicos*, vol. XXVII, Cáceres, 2004, pp. 191 – 205.

MONTES ROMERO – CAMACHO, Isabel

“Judíos y mudéjares en Andalucía (siglos XIII – XV): un intento de balance historiográfico”, in *Minorias étnico – religiosas na Península Ibérica (Período Medieval e Moderno). Actas do I Encontro Minorias no Mediterrâneo. Évora, 21 – 23 de Setembro*. Eds. Maria Filomena Lopes de Barros e José Hinojosa Montalvo, Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS/EU – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Universidad de Alicante, 2008, pp. 143 – 209

MORAIS, Teresa

“Dos meios de prova no Direito Medieval do juramento probatório”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Raúl Ventura*, Lisboa, [s.n],2003, pp. 401 – 444.

MORENO, Humberto Carlos Baquero

“O Tratado de Alcanices à luz da diplomacia.”, in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa. Actas do Congresso Histórico Luso – Espanhol. 12 – 17 de Setembro de 1997*, Lisboa, Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp.41 - 51.

____ “As relações de fronteira no século de Alcañices (1250 – 1350: o Tratado de Alcañices.”, in *As relações de fronteira no século de Alcanices. IV Jornadas Luso – Espanholas de História Medieval. Actas*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 1998. Separata do vol. XV da II Série da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.641 – 653.

____ *Os mudéjares no Portugal medievo. Texto da Conferência proferida em 23 de Março de 1994*, Porto, Conselho Directivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994, pp.5 – 36.

____ *Os Municípios portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*, 1ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1986.

____ *O poder real e as autarquias locais no trânsito da Idade Média para a Idade Moderna*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1986. Separata dos *Anais*, II série, vol. 31, Lisboa, Academia Portuguesa da História, MCMLXXXVI, pp. 23 – 52.

____ *O casamento no contexto da Sociedade Medieval Portuguesa*, Braga, [s.n], 1979. Separata da *Revista Bracara Augusta*, Tomo XXXIII – Fasc. 75 – 76 (87 – 88), 1979, pp. 3 – 31.

____ *A acção dos almocreves no desenvolvimento das comunicações inter – regionais portuguesas nos fins da Idade Média*, Porto, Brasília Ed., 1979.

MORENO KOCH, Yolanda

“La vida cotidiana de los judíos españoles en la Edad Media”, in *Memoria de Sefarad. Toledo. Centro Cultural San Marcos. Octubre 2002 – Enero 2003*. Madrid, Sociedad Estatal para la Acción Cultural Exterior, 2002, pp.73 – 85, in *SEACEX. Sociedad Estatal para la Acción Cultural Exterior*, http://www.seacex.es/documentos/04_juderia_2_sefarad.pdf, 27 de Fevereiro de 2007.

MOXÓ, Salvador de

Repoblación y sociedad en la España Cristiana medieval, Madrid, Ediciones Rialp. S. A., 1979.

MUÑOZ GARRIDO, Vidal

“El Fuero de Valencia y el Fuero de Teruel en las relaciones económicas y sociales en la Baja Edad Media”, in *Los Fueros de Teruel y Albarracín. Actas de las Jornadas de estudio celebradas en Teruel y Albarracín los días 17, 18 y 19 de diciembre de 1998*. Coord. José Manuel Latorre Ciria, Teruel, Instituto de Estudios Turolenses. Excma. Diputación Provincial de Teruel, 2000, pp. 43 – 57-

NIETO SORIA, José Manuel

“La mujer en el Libro de los Fueros de Castiella (Aproximaciones a la condición sociojurídica de la mujer en Castilla en los siglos XI al XIII)” in *Las mujeres en las ciudades medievales. Actas de las Terceras Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer. Universidad Autónoma de Madrid, 1984, pp.75 – 86.

NOGUEIRA, José Artur Anes Duarte,

A organização municipal da Extremadura leonesa nos sécs. XII e XIII, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1983. Separata do número especial do

Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra - «Estudos em Homenagem aos Profs. Manuel Paulo Merêa e Guilherme Braga da Cruz, pp.3 – 61.

_____*Riba – Coa e a sua ligação histórica ao Reino de Portugal*, Braga, [s.n], 1982, 1983. Separata da Revista *SCIENTIA IURIDICA*, tomo XXX, Nº175 – 178, pp.3 – 23.

_____*“Os municípios medievais em Riba Côa dos inícios do século XIII a 1297.”*, in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa. Actas do Congresso Histórico Luso – Espanhol. 12 – 17 de Setembro de 1997*, Lisboa, Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp.197 – 209.

NOVOA PORTELA, Feliciano

“Los fueros de la Orden de Alcántara en Extremadura (s. XIII – XIV)”, in *En la España Medieval*, vol. 24, Madrid, 2001, pp. 285 – 310, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM0101110285A.PDF>, 16 de Julho de 2007.

NUNES, Tenente-Coronel António Lopes Pires

“Os castelos medievais de Riba Côa”, in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa. Atas do Congresso Histórico Luso-Espanhol.12-17 de Setembro de 1997*, Lisboa, Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp.247-258.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga, GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamim

O linho, 2ªedição, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de Estudos de Etnologia, 1991.

OLMOS HERGUEDAS, Emilio

“La imagen de la familia en los textos normativos medievales castellanos”, in *La familia en la Edad Media. XI Semana de Estudios Medievales. Nájera, del 31 de julio al 4 agosto de 2000*. Coord. José Ignacio de la Iglesia Duarte, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, 2001, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=595387>, 30 de Março de 2012

OPTIZ, Cláudia

“O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1205 – 1500)” in *História das Mulheres no Ocidente*. Direcção de Georges Duby e Michelle Perrot, vol. 2, Porto, Edições Afrontamento, 1993, pp. 353 – 435.

ORCÁSTEGUI GROS, Carmen

“Ordenanzas municipales y reglamentación local en la Edad Media sobre la mujer aragonesa en sus relaciones sociales y económicas”, in *Actas de las III Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer de la Universidad Autónoma de Madrid, 1984, pp.13-18

_____*“El régimen de utilización de las aguas en el Teruel medieval: jurisprudencia, tradición y continuidad”*, in *Aragón en la Edad Media*, Nº8, Zaragoza, 1989, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=108398>, 30 de Dezembro de 2012.

ORLANDIS ROVIRA, José

“Las consecuencias del delito en el Derecho de la Alta Edad Media”, *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo XVIII, Madrid, 1947, pp.61 – 165.

_____*“La prenda de iniciación del juicio en los Fueros de la Familia Cuenca – Teruel”*, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, vol. XXII, Madrid, 1953, pp. 83 - 93

____ “La prenda como procedimiento coactivo en nuestro derecho medieval (notas para un estudio)”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, N°14, Madrid, 1943, pp. 81 – 183.

____ “Sobre el concepto del delito en el derecho de la alta Edad Media”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, N°16, Madrid, 1945, pp.112-192.

____ ”La paz de la casa en el derecho español de la Alta Edad Media.”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, N°15, Madrid, 1944, pp.107-161.

____ “Huellas visigóticas en el Derecho de la Alta Edad Media.”, in *Anuario de estudios del Derecho Español*. N°15, Madrid, 1944, COMPLETAR

ORTUÑO MOLINA, Jorge

“Recursos hídricos y política de aguas en el sureste de la Península Ibérica durante la Baja Edad Media”, in *Miscelánea Medieval Murciana*, vol. XXIX-XXX, Murcia, 2005-2006, pp. 123-151, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2594915>, 30 de Dezembro de 2012.

OTERO, Alfonso

“El riepto de los fueros municipales”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo XXIX, Madrid, 1959, pp.153 – 173.

____ “Aventajas o mejoría. Bienes excluidos de partición en beneficio del cónyuge sobreviviente”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, N°30, Madrid, 1960, pp.491-552

PACHECO CABALLERO, Francisco Luís

“Familiam Suam, Id est patrimonium suum. El régimen económico de la relación matrimonial en el derecho catalán (práctica medieval y doctrina moderna)”, in *Initium*, N°15, Barcelona, 2010, pp. 407 - 492

PALOMEQUE TORRES, Antonio

“Contribución al estudio del ejército en los estados de la Reconquista”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, N°15, Madrid, 1944, pp. 205 - 351

PAREJO DELGADO, María Delgado

“La judería de Úbeda en la Baja Edad Media.”, in *Espacio, Tiempo y Forma. Historia Medieval*, Serie III, Tomo 6, Madrid, 1993, pp.135 – 158, in *E-Spacio*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFD266C8F5-5D71-C57F-D1C8-3B5173505354&dsID=PDF>, 17 de Julho de 2011.

PASCUAL LÓPEZ, Silvia

“El derecho germánico y la paz de la casa.”, in *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad de Extremadura*, N°24, Cáceres, 2006, pp.225-231, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2165562>, 20 de Março de 2011.

PASTOR DE TOGNERI, Reyna et alu

“Poblamiento, frontera y estructura agraria en Castilla la Nueva (1085 – 1230)” in *Cuadernos de Historia de España*, XLVII – XLVII, Buenos Aires, 1968, pp. 171 – 255.

____ “Ganadería y precios: consideraciones sobre la economía de León y Castilla (siglos XI – XIII)” in *Cuadernos de Historia de España*, XXXV - XXXVI, Buenos Aires, 1969, pp. 37 – 55.

____ “La lana en Castilla y León antes de la organización de la Mesta”, in *Moneda y Crédito*, N°112, Madrid, 1970, pp. 47 - 71

PEIRÓ MATEOS, María del Carmen

El comercio y los comerciantes en la Murcia de finales de la Edad Media a través de la documentación. Tesis Doctoral inédita presentada en la Universidad de Murcia, 1994, in *TDR - Tesis Doctoral en Red*, <http://www.tesisenred.es/index.html>, 1 de Dezembro de 2007.

PEREIRA, António dos Santos

“A metalurgia portuguesa em finais de Quatrocentos e primórdios de Quinhentos: alguns subsídios.”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época. Economia e Comércio Marítima. Actas*, vol. II, Porto, Universidade do Porto. Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 1989, pp.231-239.

PEREIRA, Isaías da Rosa

“Algumas considerações sobre o papel da mulher na Idade Média” in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Colóquio 20 – 22 de Março de 1985. Actas*, vol. I, Coimbra, Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, pp.197 – 202.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes

“O mel e a cera em Portugal, na Idade Média”, in *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caledoscópio. Edição e Artes Gráficas, SA, 2009, pp.447-467.

PÉREZ-BUSTAMANTE, Rogelio

Historia del Derecho Español. Las fuentes del Derecho Español, Madrid, DYKINSON, 1994.

PÉREZ DE TEDELA VELASCO, Maria Isabel

“Acerca de la condición de la mujer castellano – leonesa durante la Baja Edad Media”, in *En la España Medieval*, vol. 5, Madrid, 1984, pp. 767 – 796, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM8484220767A.PDF>, 4 de Julho de 2007.

_____ “La condición de la viuda en el Medievo castellano-leonés”, in *Actas de las III Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer de la Universidad Autónoma de Madrid, 1984, pp.87-101

_____ “Anciedad, viudedad... El hombre medieval en su edad postrera.”, in *La familia en la Edad Media. XI Semana de Estudios Medievales*. Nájera, 31 de julio al 4 de agosto de 2000. Coord. José Ignacio de la Iglesia Duarte, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, 2001, p. 258 - 316, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=595381>, 2 de Março de 2012

PÉREZ MARTÍN, Antonio

“El fuero de Soria y el Derecho común.”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo LXXVI, Madrid, 2006, pp.119 – 135.

PERNAUD, Regine

A mulher no tempo das catedrais, Lisboa, Gradiva, 1984.

PESCADOR DE DEL HOYO, Carmela

“La caballería popular en León y Castilla”, in *Cuadernos de Historia de España*, Tomos XXXV – XXXVI, Buenos Aires, 1962, pp. 56 – 201.

PINA, Isabel Castro

A encosta ocidental da Serra da Estrela. Um espaço rural na Idade Média, Cascais, Patrimónia Histórica, 1998.

PINO ABAD, Miguel

“Los andadores de concejo en los fueros municipales castellano – leoneses.”, in *Cuadernos de Historia del Derecho*, Nº6, Madrid, 1999, pp. 273 – 300, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*

<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/der/11337613/articulos/CUHD9999110273A.PDF>, 12 de Outubro de 2007.

____ *Las penas de confiscación de bienes en el Derecho histórico español*, Córdoba, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 1999.

PIQUERAS JUAN, Jaime

Particularidades del régimen económico del matrimonio en el área sur de Valencia y Norte de Alicante. S. XV y Primer Tercio del S. XVI. Tesis doctoral inédita presentada en la Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2008, in *E – Spacio. UNED*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=tesisuned:GeoHistoriaMedieval-1000&dsID=particu-regimen.doc>, 5 de Janeiro de 2009.

PLANITZ, Hans

Principios de Derecho Privado Germánico, Barcelona, Bosch. Casa Editorial, 1957.

PORRAS ARBOLEDAS, Pedro A.

“Las Ordenanzas municipales. Algunas propuestas para su estudio y un ejemplo”, in *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Historia Medieval*, t.7, Madrid, 1994, pp.49 – 64, in *E – Spacio. UNED*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFD3048E4F-F8D5-ECF9-ACAD-DEBEDD6A3B2B&dsID=Documento.pdf>, 14 de Março de 2010.

PRIETO ÁLVAREZ, M^a Luz Prieto Álvarez,

“El papel de las mujeres en la familia. Los conflictos sociales.”, in *La familia en la Edad Media. XI Semana de Estudios Medievales, Nájera, del 31 de julio al 4 de agosto de 2000*. Coord. José Ignacio de la Iglesia Duarte, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, 2001, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=595389>, 30 de Março de 2012, pp. 501 - 514

PUÑAL FERNÁNDEZ, Tomás

“La ganadería lanar en Madrid y su tierra durante la Edad Media”, in *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Historia Medieval*, Nº11, Madrid, 1998, pp.331-382, in *E-spacio. UNED*, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETF1CA0F818-F0FF-5AC3-8C4D-71D38ADBCEFA&dsID=Documento.pdf>, 13 de Dezembro de 2012.

REIS, António Matos

Origens dos Municípios Portugueses, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

REMÉDIOS, J. Mendes dos

Os Judeus em Portugal, Coimbra, França Amado, 1895.

RILEY, Carlos Guilherme

A caça na sociedade e na cultura medieval. Relatório para uma aula teórico-prática integrada na disciplina de História Cultural e das Mentalidades sécs. XIII-XIV, apresentado para as Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1988.

RISCO, Vicente

Historia de los Judíos, desde la destrucción del Templo, Barcelona, Ediciones Gloria, 1945.

RIU, Manuel

“Agricultura y ganadería en el Fuero de Cuenca”, in *Anuario de Estudios Medievales*, Nº12, Madrid, 1982, pp.167-181.

RIVERA GARRETAS, Milagros

“Organización municipal y gobierno de una ciudad señorial castellana en el siglo XIII: el caso de Uclés”, *En la España Medieval*, vol. 7, Madrid, 1985, pp.929 – 956, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM8585220929A.PDF>, 16 de Julho de 2007.

ROCA TRAVER, Francisco A.

Un siglo de vida Mudéjar en la Valencia Medieval (1238 – 1338). Estudios de la Edad Media en la Corona de Aragón, vol. V, Zaragoza, Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Escuela de Estudios Medievales, 1952.

RODRIGO-ESTEVAN, María-Luz

“Fresco, frescal, salado, seco, remojado: abasto y mercado de pescado en Aragón (siglos XII-XV)” In, *Alimentar la ciudad en la Edad Media*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2009, pp.547-577, in *Academia.edu*, <http://unizar.academia.edu/Mar%C3%ADA%20LuzRodrigoEstevan>, 12 de Março de 2013.

____ “Beber vino en la Edad Media. Modos, significados y sociabilidades en le Reino de Aragón.” In *Patrimonio Cultural de la Vid y el Vino/Vine and Wine Cultural Heritage*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid Ediciones, 2013, pp.141-160, in *Academia.edu*, <http://unizar.academia.edu/Mar%C3%ADA%20LuzRodrigoEstevan>, 12 de Março de 2013.

RODRÍGUEZ GIL, Magdalena

“Notas para el régimen jurídico del vino a través de la historia. El vino de Valdepeñas.”, in *Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense*, Nº81, Madrid, 1993, pp.321-349

RODRÍGUEZ MOLINA, José

“La ciudad de Jaén. Centro agroganadero, comercial e industrial (siglos XV – XVI)”, in *En la España Medieval*, vol. 10, Madrid, 1987, pp. 285 – 304, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM8787110285A.PDF>, 15 de Julho de 2007.

RODRÍGUEZ ORTIZ, Victoria

“La disolución del vínculo conyugal y otras formas de separación entre los cónyuges en la historia del derecho castellano”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, vol. 77, Madrid, 2007, pp.615-706

ROL BENITO, Antonio Luís,

“Las Ordenanzas de Cañaveral (Cáceres). 1552.”, in *Revista de Estudios Extremeños*, vol. 60, Nº1, Badajoz, 2004, pp. 151 – 178.

ROMANO, David

“Rasgos de la minoría judía en la Corona de Aragón”, in *Xudeus e Conversos na Historia. Sociedad e Inquisición. Actas do congreso internacional de Rivadavia 14-17 de Outubro de*

1991, ed. Carlos Barros, tomo II, Santiago de Compostela, Diputación de Ourense e La Editorial de la Historia, 1994, pp.221 – 246.

RUÍZ, Teófilo R.

“Judíos y cristianos en el ámbito urbano bajomedieval: Ávila y Burgos, 1200-1350”, in “”, in *Xudeus e Conversos na Historia. Sociedad e Inquisición. Actas do congreso internacional de Rivadavia 14-17 de Outubro de 1991*, ed. Carlos Barros, tomo II, Santiago de Compostela, Diputación de Ourense e La Editorial de la Historia, 1994, pp.69-93.

RUÍZ DE LA PEÑA SOLAR, Juan Ignacio

“La condición de la mujer a través de los ordenamientos jurídicos de las Asturias medieval (siglos XII al XIV)” in *Las mujeres en las ciudades medievales. Actas de las Terceras Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Seminario de Estudios de la mujer. Universidad Autónoma de Madrid, 1984, pp. 59 – 74.

____ “Realeza y concejos versus ladrones y malfechores: la lucha contra la delincuencia en las Asturias Medieval (siglos XII – XIV)”, *Clio & Crimen. La persecución de la delincuencia en despoblado en la Edad Media: las hermandades concejiles y otras instituciones afines. Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango*, N°3, 2006, pp. 49 – 67, in *Centro de Historia del Crimen*, [http://www.durango-udala.net/portal/RecursosWeb/FTP/KHZ/clio3aldizkaria/ruizdelapeña\(7\).pdf](http://www.durango-udala.net/portal/RecursosWeb/FTP/KHZ/clio3aldizkaria/ruizdelapeña(7).pdf), 17 de Setembro de 2007.

____ “Siervos moros en las Asturias medieval”, in *Asturiensia Medievalia*, N° 3, Oviedo, 1979, pp. 137 – 162, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=836881>, 26 de Maio de 2012

RUÍZ GÓMEZ, Francisco

“Juderías y aljamas en el mundo rural de la Castilla medieval”, *Xudeus e Conversos na Historia. Sociedad e Inquisición. Actas do congreso internacional de Rivadavia 14-17 de Outubro de 1991*, ed. Carlos Barros, tomo II, Santiago de Compostela, Deputación de Ourense e La Editorial de la Historia, 1994, pp.111 – 151.

RUIZ – MORENO, Aníbal

“Los baños públicos en los fueros municipales españoles.”, in *Cuadernos de Historia de España*, Tomos XXXV – XXXVI, Buenos Aires, 1962, pp.152 – 157.

SAINZ GUERRA, Juan

“Infracción y pena en el Fuero de Soria” in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo LXXVI, 2006, pp.137 – 170.

SÁNCHEZ – ALBORNOZ, Claudio

____ *Notas para el estudio del Sayón en el reino Asturleonés*, Coimbra, Faculdade de Directo da Universidade de Coimbra, 1983, Separata do número especial do *Boletim da Faculdade de Directo de Coimbra* – «Estudos em homenagem aos Profs. Manuel Paulo Merêa e Guilherme Braga da Cruz, pp. 1 – 6.

____ *Estampas de la vida en León durante el Siglo X*, 3ªedición, Madrid, Espasa – Calpe S.A, 1934.

____ “Los judíos en el reino asturleonés”, in *Cuadernos de Historia de España*, LXI – LXII, Buenos Aires, Instituto de Historia de España, 1977, pp. 342 – 356.

SÁNCHEZ – ARCILLA BERNAL, José

“Notas para el estudio del homicidio en el Derecho histórico español”, in *Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense*, N°72, Madrid, 1987, pp. 513 - 571

SÁNCHEZ – ORO ROSA, Juan José

“Iglesia y poder en Riba – Côa y Ciudad Rodrigo. La construcción del espacio político mirobrigense (1161 – 1211).”, in *As relações de fronteira no século de Alcanices. IV Jornadas Luso – Espanholas de História Medieval. Actas*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 1998. Separata do vol. XV da II Série da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.313 - 322.

SÁNCHEZ RUBIO, María Ángeles

“Estructura socio – económica de la ciudad de Trujillo a través de sus Ordenanzas Municipales (siglo XV)” in *En la España Medieval*, vol. 6, Madrid, 1985, pp.433 – 442, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM8585120433A.PDF>, 16 de Julho de 2007.

SANCHO, Marta

“El hierro en la Edad Media: desarrollo social y tecnología productiva.”, in *Anuario de Estudios Medievales*, N°41, Facs. 2, Madrid, 2011, pp.645-671, in *Anuario de Estudios Medievales*. CSIC, <http://estudiosmedievales.revistas.csic.es/index.php/estudiosmedievales/issue/view/22/showToc>, 23 de Dezembro de 2012.

SANTAMARÍA LANCHO, Miguel

“Formas de propiedad, paisajes agrários y sistemas de explotación en Segovia” in *En la España Medieval*, vol. 5, Madrid, 1984, pp.918 – 962, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM8484220917A.PDF>, 16 de Julho de 2007.

SANTOS, José Eduardo Marques dos

O processo penal português no período medieval. Dissertação de Mestrado em Direito na área de especialização (Ciências Histórico-Jurídicas), sob a orientação de Prof. Doutor José Duarte Nogueira apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009. Exemplar Policopiado.

SANTOS CANALEJO, Elisa Carolina de

“El aprovechamiento de términos a fines de la Edad Media castellana en las comunidades de villa y tierras serranas: Plasencia, Béjar, Valdecorneja, Arenas, Mombeltrán y Candeleda”, in *Anuario de Estudios Medievales*, N°29, Madrid, 1990, pp. 375 - 388

SARDINA PARAMO, Juan Antón

El Concepto de Fuero. Un análisis filosófico de la experiencia jurídica, Santiago de Compostela, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago, 1979.

SEGURA GRAIÑO, Cristina

“La condición jurídica y social de las mujeres en el Madrid medieval.” in *Fuero de Madrid en su octavo centenario. Ciclo de Conferencias*, Madrid, Ayuntamiento de Madrid/ Ateneo Madrid, 2005, pp. 215 – 229.

____ “Aprovechamientos hidráulicos en las encomiendas de la Orden Militar de Santiago en la Ribera del Tajo. Siglos XI al XV”, in *Anuario de Estudios Medievales*, N°28, Madrid, 1998, pp. 97 - 108

____ “Las mujeres andaluzas en la Baja Edad Media (Ordenamientos y Ordenanzas municipales)”, in *Actas de las III Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer de la Universidad Autónoma de Madrid, 1984, pp.143-152

____ “Aproximación a la legislación medieval sobre la mujer andaluza: el Fuero de Úbeda”, in *Las mujeres medievales y su ámbito jurídico. Actas de las II Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer. Universidad Autónoma de Madrid, 1983, pp. 87 - 94

SERRA RUÍZ, Rafael

Honor, honra e injuria en el Derecho Medieval Español, Murcia, Universidad de Murcia. Departamento de Historia del Derecho, 1969.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo

“O Tratado de Alcanices visto de Portugal”, in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa. Actas do Congresso Histórico Luso – Espanhol. 12 – 17 de Setembro de 1997*, Lisboa, Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp.31 - 39.

SIERRA VIGIL, JOSÉ Manuel

“Bases de partida para estudios sobre los montes españoles en la Edad Media: problemas a resolver, periodización cronológica”, in *Cuadernos de la Sociedad Española de Ciencias Forestales*, Nº16, Madrid, 2003, pp. 249 – 254, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2976921>, 22 de Setembro de 2012.

SILVA, FERREIRA E

Notas para uma sociologia do direito, Lisboa, Livraria Moraes, 1962.

SILVA, José Gentil da

“A mulher e o trabalho” in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Colóquio 20 – 22 de Março de 1985. Actas*, vol. I, Coimbra, Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, pp. 263 – 307.

SILVA, Manuela Santos

“As Cidades (séculos XII- XV)”, *História de Portugal dos Tempos Pré – Históricos até aos Nossos Dias*. Direcção de João Medina, vol. III, Amadora, Ediclube, [1993], pp. 249 – 312.

____ “As mulheres cristãs nas cidades da Idade Média”, in *A Mulher na História. Actas dos Colóquios sobre a temática da mulher – 1999/2000*, 1ªedição, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2001, pp.143 -150.

____ *Estruturas urbanas e administração concelhia. Óbidos Medieval*, Cascais, Patrimónia Histórica, 1997.

SILVA, Nuno Espinosa Gomes da

História do Direito Português, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito, 1971.

SOARES, Torquato de Sousa

Apontamentos para o estudo da origem das instituições municipais portuguesas, Lisboa, [s.m], 1931.

SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel

“Justicia y ejercicio del poder: la infamia y los «delitos de lujuria» en la cultura legal de la Castilla medieval.”, in *Cuadernos de Historia del Derecho*, N°12, Madrid, 2005, pp. 313 – 353, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/der/11337613/articulos/CUHD0505110313A.PDF>, 17 de Setembro de 2007.

SOYER, François

“El comercio de los esclavos musulmanes en el Portugal medieval: rutas y papel económico”, in *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Hª Medieval*, vol. 23, Madrid, 2010, pp.265 – 275, in E – Spacio. UNED, <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerieIII-2010-23-2120&dsID=Documento.pdf>, 30 de Março de 2012

____ “Muslim Slaves and Freedmen in Medieval Portugal”, in *Al – Qantara*, N°28, Fasc. 2, Madrid, 2007, pp. 489 – 516, in *Al – Qantara. Revista de Estudios Árabes*, <http://al-qantara.revistas.csic.es/index.php/al-qantara/issue/view/4>, 16 de Abril de 2012

SPRANDER, Rolf

“Notas sobre la producción de hierro en la Península Ibérica durante la Edad Media”, in *Anuario de Estudios Medievales*, N°13, Madrid, 1983, pp.351-366

SUÁREZ BILBAO, Fernando

“La comunidad judía y los procedimientos judiciales en la Baja Edad Media”, in *Cuadernos de Historia del Derecho*, N°2, Madrid, 1995, pp. 99 – 132, in *Portal de Revistas Científicas Complutenses*, <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/der/11337613/articulos/CUHD9595110099A.PDF>, 17 de Setembro de 2007.

____ “Los procesos sobre usura presentados contra la comunidad judía ante el Consejo Real: 1476 – 1492”, in *Proyección histórica de España en sus tres culturas: Castilla y León, América y el Mediterráneo. Historia e Historia de América*. Coord. Eufemio Lorenzo Sanz, Medina del Campo, Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 1993, pp. 309 – 320.

TAPIA, Serafín de

“Los mudéjares de la Extremadura castellano – leonesa: notas sobre una minoría dócil (1085 – 1502)”, in *Studia Histórica. Historia Medieval*, vol. II, Salamanca, 1989, pp. 95- 125.

TAVARES, Alice

“El estatuto de los Caballeros Villanos, Peones y Ballesteros en la Edad Media, según los Fueros Extensos de los concejos portugueses de Guarda, Santarém, Évora e Beja”, in *Mirabilia 8. La caballería y el arte de la guerra en el mundo antiguo y medieval*. José Enrique Ruiz – Domènec e Ricardo da Costa, N°8, pp.248 – 260, in *Mirabilia. Eletronic Journal of Antiquity &Middle Ages*, http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2008_13.pdf, 28 de Novembro de 2008.

____ “Mulheres, trabalho e negócios: o testemunho dos Costumes e Foros.” In *Atas do Workshop Internacional Economia e Instituições na Idade Média. Novas Abordagens*. Eds. Mário Viana e José Ángel Solórzano Telechea, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso. Universidade dos Açores, 2013, pp.95-111.

TAVARES, Maria José Ferro

Os Judeus em Portugal no século XIV, Lisboa, Universidade Nova, 1982.

____ *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Presença, 1989.

TOMÁS VALIENTE, Francisco

“La prisión por deudas en los Derechos castellano y aragonés.”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo XXX, Madrid, 1960, pp. 249 – 489.

TORQUEMADA, María Jesús

“Algunos aspectos de la regulación sobre consumo en la Baja Edad Media castellana: pesas y medidas, ocupación de locales y horarios de comercio.”, in *Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense*, N°84, Madrid, 1992-1994, pp. 447-468.

TORRE RODRÍGUEZ, José Ignacio

“La sociedad de frontera de RibaCôa: fueros y modelos de poblamiento.”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, vol. XV, Porto, 1998, pp.783-799.

TORRES FONTES, Juan

“Los judíos murcianos a fines del siglo XIV y comienzos del XV”, in *Miscelánea Medieval Murciana*, N°8, Murcia, 1981, pp. 55 – 118, in *Edit.um. Ediciones de la Universidad de Murcia*, <http://revistas.um.es/index.php/mimemur/article/view/5591/5451>, 22 de Junho de 2012.

TORRES, Manuel

“Naturaleza jurídico – penal y procesal del desafío y riepto en León y Castilla en la Edad Media”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo X, Madrid, 1933, pp. 161 – 174.

TRINDADE, Maria José Lagos

Estudos de História Medieval e Outros, 1ªedição, Lisboa, Conselho Directivo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Cooperativa Editora. História Crítica, 1981.

VAL VALDIVIESO, Maria Isabel

“Mujer y trabajo en Castilla al final de la Edad Media”, in *Aragón en la Edad Media (Homenaje a la profesora Carmen Orcástegui Gros)*, N°s14 – 15, Zaragoza, 1999, pp.1585 – 1596, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=108559>, 30 de Março de 2012.

____ “Los espacios del trabajo femenino en la Castilla del siglo XV”, In *Studia Historica. Historia Medieval*, N°26, Salamanca, 2008, pp.63-90.

VALDEÓN, Julio, SALRACH Y JAVIER, José María y ZABALO, Javier

Historia de España. Feudalismo y Consolidación de los Pueblos Hispánicos. (Siglos XI-XV). Dirigida por Manuel Tuñón Lara, 3ªedición, Tomo IV, Editorial Labor S.A., Barcelona, 1983.

VALDEÓN BARUQUE, Julio

“Los judíos en la España medieval (siglos VIII – XV)”, in *Memoria de Sefarad*. Toledo. Centro Cultural San Marcos. Octubre 2002 – Enero 2003. Madrid, Sociedad Estatal para la Acción Cultural Exterior, 2002, pp.73 – 85, in *SEACEX. Sociedad Estatal para la Acción Cultural Exterior*, http://www.seacex.es/documentos/03_discurso_3_sefarad.pdf, 27 de Fevereiro 2007.

VALLEJO, Jesús

“La regulación del proceso en el Fuero Real: desarrollo, precedentes y problemas.”, *Anuario de Historia del Derecho Español*, Tomo LV, Madrid, 1985, pp. 495 – 704.

VASCONCELLOS, José Leite

Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1958.

VAZ, Maria João

Crime e sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX, Oeiras, CELTA EDITORA, 1998.

VEAS ARTESEROS, Francisco de Asís e JIMÉNEZ ALCÁZAR, Juan Francisco

“Notas sobre el rescate de cautivos en la frontera de Granada”, in *Actas del Congreso la Frontera Oriental Nazarí como sujeto histórico (S. XIII – XVI), 22 a 24 de noviembre de 1994*. Coord. Pedro Segura Artero, Almería, Instituto de Estudios Almerienses, 1997, pp. 229 – 236, in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=4977>, 5 de Julho de 2012

VEAS ARTESEROS, M^a del Carmen e MOLINA MOLINA, Ángel Luís

“Situación de los mudéjares en el Reino de Murcia (Siglos XIII – XV)”, in *Areas. Revista Internacional de Ciencias Sociales*, N^o 14, Murcia, 1992, pp. 93 – 105 in *Dialnet*, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=81353>, 12 de Junho de 2012-07-05

VELO y Nieto, Gervasio

Coria. Reconquista de la Alta Extremadura, Cáceres, [s.n], 1956

VENTURA, Leontina

“A fronteira luso – castelhana na Idade Média”, in *As relações de fronteira no século de Alcanices. IV Jornadas Luso – Espanholas de História Medieval. Actas*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 1998. Separata do vol. XV da II Série da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.25 – 52.

VIANA, Mário

Os vinhedos medievais de Santarém, Cascais, Patrimonia Histórica, 1998.

_____. *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém, 1147 – 1350)*. Dissertação de Doutoramento em História Medieval a apresentar à Universidade dos Açores sob a orientação da Professora Doutora Iria Gonçalves, Ponta Delgada, 2003. Exemplar Policopiado.

VICENTE, António Maria Balcão,

Santa Maria de Aguiar - Um mosteiro de fronteira. Património rural e paisagem agrícola séculos XII-XIV. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996. Exemplar Policopiado.

